

HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA  
Sebastião da Rocha Pita



# HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA

## Sebastião da Rocha Pita

Prefácio: João Carlos Escosteguy Filho



FUNDAÇÃO  
DARCY RIBEIRO



EDITORA  
UnB



Os Correios, reconhecidos por prestar serviços postais com qualidade e excelência aos brasileiros, também investem em ações que tenham a cultura como instrumento de inclusão social, por meio da concessão de patrocínios. A atuação da empresa visa, cada vez mais, contribuir para a valorização da memória cultural brasileira, a democratização do acesso à cultura e o fortalecimento da cidadania.

É nesse sentido que os Correios, presentes em todo o território nacional, apoiam, com grande satisfação, projetos da natureza desta Biblioteca Básica Brasileira e ratificam seu compromisso em aproximar os brasileiros das diversas linguagens artísticas e experiências culturais que nascem nas mais diferentes regiões do país.

A empresa incentiva o hábito de ler, que é de fundamental importância para a formação do ser humano. A leitura possibilita enriquecer o vocabulário, obter conhecimento, dinamizar o raciocínio e a interpretação. Assim, os Correios se orgulham em disponibilizar à sociedade o acesso a livros indispensáveis para o conhecimento do Brasil.

*Correios*



O livro, essa tecnologia conquistada, já demonstrou ter a maior longevidade entre os produtos culturais. No entanto, mais que os suportes físicos, as ideias já demonstraram sobreviver ainda melhor aos anos. Esse é o caso da Biblioteca Básica Brasileira.

Esse projeto cultural e pedagógico idealizado por Darcy Ribeiro teve suas sementes lançadas em 1963, quando foram publicados os primeiros dez volumes de uma coleção essencial para o conhecimento do país. São títulos como *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala*, *A formação econômica do Brasil*, *Os sertões* e *Memórias de um sargento de milícias*.

Esse ideal foi retomado com a viabilização da primeira fase da coleção com 50 títulos. Ao todo, 360 mil exemplares serão distribuídos entre as unidades do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, contribuindo para a formação de acervo e para o acesso público e gratuito em cerca de 6.000 bibliotecas. Trata-se de uma iniciativa ousada à qual a Petrobras vem juntar suas forças, colaborando para a compreensão da formação do país, de seu imaginário e de seus ideais, especialmente num momento de grande otimismo e projeção internacional.

*Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.*





## SUMÁRIO

Apresentação	xi
Prefácio – João Carlos Escosteguy Filho	xiii
Prefácio do autor	3
Prólogo	5
Advertência	7
Licenças	9
Livro primeiro	21
Livro segundo	65
Livro terceiro	118
Livro quarto	162
Livro quinto	214
Livro sexto	264
Livro sétimo	308
Livro oitavo	343
Livro nono	393
Livro décimo e último	445
APÊNDICE	
Protestação	491
Pessoas, que neste tempo se acham com o governo das outras províncias, e praças do Brasil	492
Pessoas naturais do Brasil, que exerceram dignidades, e governos eclesiásticos, e seculares na pátria, e fora dela	493
I	496
II	498



A Fundação Darcy Ribeiro realiza, depois de 50 anos, o sonho sonhado pelo professor Darcy Ribeiro, de publicar a Coleção Biblioteca Básica Brasileira – a **BBB**.

A **BBB** foi formulada em 1962, quando Darcy tornou-se o primeiro reitor da Universidade de Brasília – UnB. Foi concebida com o objetivo de proporcionar aos brasileiros um conhecimento mais profundo de sua história e cultura.

Darcy reuniu um brilhante grupo de intelectuais e professores para, juntos, criarem o que seria a universidade do futuro. Era o sonho de uma geração que confiava em si, que reivindicava – como Darcy fez ao longo da vida – o direito de tomar o destino em suas mãos. Dessa entrega generosa nasceu a Universidade de Brasília e, com ela, muitos outros sonhos e projetos, como a **BBB**.

Em 1963, quando ministro da Educação, Darcy Ribeiro viabilizou a publicação dos primeiros 10 volumes da **BBB**, com tiragem de 15.000 coleções, ou seja, 150 mil livros.

A proposta previa a publicação de 9 outras edições com 10 volumes cada, pois a Biblioteca Básica Brasileira seria composta por 100 títulos. A continuidade do programa de edições pela UnB foi inviabilizada devido à truculência política do regime militar.

Com a missão de manter vivos o pensamento e a obra de seu instituidor e, sobretudo, comprometida em dar prosseguimento às suas lutas, a Fundação Darcy Ribeiro retomou a proposta e a atualizou, configurando, assim, uma nova **BBB**.

Aliada aos parceiros Fundação Biblioteca Nacional e Editora UnB, a Fundação Darcy Ribeiro constituiu um comitê editorial que redesenhou o projeto. Com a inclusão de 50 novos títulos,

a Coleção atualmente apresenta 150 obras, totalizando 18 mil coleções, o que perfaz um total de 2.700.000 exemplares, cuja distribuição será gratuita para todas as bibliotecas que integram o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, e ocorrerá ao longo de três anos.

A **BBB** tem como base os temas gerais definidos por Darcy Ribeiro: O Brasil e os brasileiros; Os cronistas da edificação; Cultura popular e cultura erudita; Estudos brasileiros e Criação literária.

Impulsionados pelas utopias do professor Darcy, apresentamos ao Brasil e aos brasileiros, com o apoio dos Correios e da Petrobras, no âmbito da Lei Rouanet, um valioso trabalho de pesquisa, com o desejo de que nos reconheçamos como a Nova Roma, porém melhor, porque lavada em sangue negro, sangue índio, tropical. A Nação Mestiça que se revela ao mundo como uma civilização vocacionada para a alegria, a tolerância e a solidariedade.

*Paulo de F. Ribeiro*  
Presidente  
Fundação Darcy Ribeiro

## PREFÁCIO — JOÃO CARLOS ESCOSTEGUY FILHO

Sebastião da Rocha Pita. É possível que o nome do autor, nascido no longínquo ano de 1660, não diga nada ao leitor de hoje. Mas o título de sua obra mais famosa, objeto deste prefácio, tem um significado ainda presente para qualquer brasileiro. A *História da América Portuguesa*, publicada pela primeira vez em 1730, foi, durante muito tempo, considerada a primeira História do Brasil digna desse nome. Isto é, o primeiro relato sobre a maior parte da então colônia portuguesa desde a chegada dos lusitanos, em 1500, até as vésperas de sua publicação, em 1724. Ainda que o “título” de livro primeiro de nossa história tenha sido, hoje, perdido (uma outra obra, a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, foi escrita em 1627, embora tenha sido publicada apenas no século XIX), o trabalho de Rocha Pita continua como uma das principais elaborações sobre os primórdios da presença portuguesa na América. Trata-se de um documento essencial para a compreensão da forma como nós, brasileiros, ainda hoje enxergamos nossa existência como nação.

Nascido em Salvador, filho de um português com uma pernambucana, Rocha Pita estudou no colégio da Companhia de Jesus da Bahia e, segundo alguns biógrafos, teria continuado seus estudos na Universidade de Coimbra, como era costume entre os filhos da elite colonial. Caso tenha de fato frequentado Coimbra não chegou, porém, a se formar em Direito, retornando para o Brasil e ocupando cargos importantes em sua terra natal, como vereador do Senado da Câmara e Coronel de Ordenanças (nome dado às forças militares auxiliares portuguesas).

A ocupação desses cargos permite a inserção de Rocha Pita na chamada “nobreza da terra”, ou seja, como parte da elite local que não apenas se destacava pelo nascimento, mas, também, interferia na política cotidiana a partir de suas ocupações. As homenagens que recebeu ao longo da vida, como o hábito da Ordem de Cristo (1679) e a mercê de Fidalgo da Casa Real (em 1701 e 1703), mostram que tinha prestígio junto à Coroa portuguesa. Esses títulos, símbolos de honra e distinção social na sociedade portuguesa, podiam ser bastante disputados entre os membros dos grupos dominantes coloniais.

Por fim, a nomeação de Rocha Pita para acadêmico supranumerário (isto é, parte excedente do grupo originalmente estabelecido) da Academia Real de História de Portugal, em 1721, mostra que seu prestígio não era apenas social ou político, mas, também, ligado à sua atuação como homem de letras (ou “letrado”), conforme se dizia à época. De fato, Rocha Pita não apenas dedicou-se à escrita da *História da América Portuguesa*, mas igualmente produziu cânticos, sonetos, hinos etc. Também foi membro da Academia Brasílica dos Esquecidos, em 1724, data em que já finalizava a escrita de seu livro (que seria publicado, porém, apenas seis anos mais tarde, em Portugal).

Rocha Pita morreu em 1738, mas sua fama perdurou. Mais de cem anos depois sua obra seria retomada, já no Brasil independente, como símbolo da nação que se pretendia construir. Seu nome figuraria nas listas de “brasileiros ilustres” que historiadores do século XIX, no Império, formulariam. Se hoje o autor soa distante, poderemos perceber que os temas sobre os quais escreveu fazem parte de nosso senso comum sobre o país.

Contudo, antes de falar especificamente de seu livro, precisamos situar sujeito e objeto, autor e obra, no contexto de sua época. Apenas assim poderemos compreender o significado de uma *História da América Portuguesa* para o Brasil do século XXI.

## O contexto

Como repetidamente ensinado nas aulas de História, o Brasil, no século XVIII, não era ainda um país independente. Pelo contrário: era parte integrante do chamado “Império Colonial Português”, cuja formação se havia iniciado na época da expansão ultramarina (as “Grandes Navegações”). Sendo parte desse Império, aquilo que, hoje, chamamos de “Brasil” era, na verdade, um conjunto de regiões sem muita ligação entre si. Não existia um sentimento nacional de “brasilidade”: a principal referência, em termos de identidade, era a Coroa Portuguesa. Por isso não devemos pensar a obra de Rocha Pita como um testemunho de nossa formação como nação. Não podemos imaginar que, em 1730, o Brasil do século XXI já existisse de forma embrionária. Não havia uma “inevitabilidade” no destino histórico do Brasil. Ou seja, em 1730, ninguém poderia prever que um século depois nasceria um país independente chamado Brasil. A *História da América Portuguesa*, portanto, é um livro sobre parte do Império português, e não sobre a futura nação brasileira em construção.

Mas como o livro de Rocha Pita se insere nas ambições do Império Português em relação à História? Podemos dizer que essa ligação faz parte de um conjunto maior de acontecimentos que começava a transformar as formas de organização do conhecimento na Europa, ao substituir, pouco a pouco, a predominância da figura do investigador solitário pelo saber produzido por reuniões conjuntas de letrados (um termo da época para caracterizar o intelectual). Reuniões estas que aconteciam em espaços fundados especialmente para esse fim: eram as chamadas Academias, parte inseparável do movimento chamado Iluminismo (ou Ilustração, como se usava mais correntemente à época).

As Academias funcionavam como centros que reuniam as mais diversas temáticas, indo desde as ciências naturais até

as humanidades e, especialmente no caso da História, a escrita vinha sempre acompanhada de preocupações artísticas e retóricas. Em outras palavras, as academias misturavam áreas de conhecimento que, hoje em dia, ficam separadas nas universidades e nos centros de pesquisa. Para entender essa “mistura”, não podemos pensar em “confusão”. Precisamos lembrar que a ciência tal qual conhecemos, dividida em departamentos distintos, é uma invenção que ganhou força apenas no século XIX. Cem anos antes, o ideal intelectual ainda estava mais próximo do perfil renascentista.

Enquanto em países como a França as academias tinham um caráter mais universal, sem foco muito particular num ou noutro ramo do saber, em Portugal o caminho foi um pouco diferente. Nesse reino houve a preocupação em criar uma academia especificamente voltada para a pesquisa sobre o passado lusitano. Por isso, em 1720, o Rei Dom João V fundou a Academia Real de História, em Lisboa. Essa Academia teria como principal função escrever uma História Eclesiástica Portuguesa, com a intenção de cantar as glórias do reino e torná-lo mais conhecido e admirado pelo mundo.

Qual o sentido de escrever uma História para tornar o reino mais conhecido? E, além disso, o que significa a expressão “História Eclesiástica”? Ambas as questões estão relacionadas. Em primeiro lugar, não podemos esquecer que, até hoje, a História é uma poderosa ferramenta de construção de identidade. Todos nós nos consideramos parte de uma mesma nação porque, dentre outras razões, temos uma História em comum que nos une. Compartilhar o mesmo passado reforça nossos laços de união. Se isso é uma realidade em pleno século XXI, no passado era uma certeza mais forte ainda. Com uma diferença: na Europa Ocidental, escrever a História de um reino, até o século XVIII, não





era escrever a história de seu povo, de sua cultura, de seus indivíduos “comuns” etc. Era, em vez disso, escrever principalmente a história dos reis, das famílias reais, das casas aristocráticas e do cristianismo, sempre com a preocupação de narrar tais histórias de um ponto de vista da Providência Divina. Em outras palavras, o interesse maior das pesquisas históricas, até o século XVIII, especialmente nas Academias, era reunir bastante material sobre acontecimentos passados que envolvessem o rei ou, de forma mais geral, aqueles nobres considerados “notáveis”. E esses acontecimentos, nessas narrativas, estavam sempre guiados pela mão divina, como se Deus abençoasse os feitos passados e presentes desses sujeitos históricos destacados, conferindo sempre uma aura de glória e vitória à História do Reino.

Sendo essa a regra geral até o século XVIII, algumas necessidades mais imediatas dessa época impunham aos letrados setecentistas uma outra tendência que se misturaria às intenções de louvar os feitos reais do passado. Essa necessidade era de política colonial: escrever História significava, também, conhecer melhor as possessões do Império, e por isso, no caso português, a Academia Real de História não serviria apenas para glorificar o reino na figura de seu soberano, mas, também, para reunir informações sobre as regiões dominadas pelos portugueses ao redor do mundo. Essa era a maneira encontrada de reforçar o poder metropolitano sobre essas regiões, aumentando o conhecimento sobre as áreas e as populações. Não à toa, uma das primeiras medidas tomadas pela Academia Real foi solicitar o envio de documentos administrativos das colônias para Portugal, tarefa que, por diversas razões, não foi totalmente cumprida pelos governantes locais.

Podemos, então, afirmar que a Academia Real de História, bem como as principais obras históricas escritas em Portugal nessa época, tinham essa dupla preocupação em mente: criar narrativas

elogiosas dos reis e notáveis portugueses do passado e aumentar a coleção de informações sobre as possessões ultramarinas. A obra de Rocha Pita, como não poderia deixar de ser, se encaixa nesse conjunto.

Enquanto essa onda tomava os principais centros europeus, letrados do Brasil colonial, apesar das limitações que sua condição impunha (como a ausência de universidades ou restrições mais fortes à publicação de livros), também se conectaram parcialmente ao “movimento academicista”. As principais cidades da época, Salvador (então capital) e Rio de Janeiro, assistiram à fundação de algumas Academias ao longo do setecentos. Dentre as chamadas “Academias Brasílicas”, duas, em especial, dedicaram-se fundamentalmente à escrita da história da América Portuguesa: a Academia Brasílica dos Esquecidos (1724) e a Academia Brasílica dos Renascidos (1759). A primeira, em especial, fora fundada com o objetivo declarado de contribuir, pela produção intelectual, para a soberania lusitana na América, sendo seu nome – “Esquecidos” – uma indicação de que os letrados nascidos no Brasil desejavam ser vistos como parte integrante da “elite letrada” portuguesa, fugindo ao ostracismo que a condição colonial lhes poderia impor.

A curta duração da instituição baiana, porém, impediu a realização de seu projeto maior: a escrita de memórias históricas sobre a colonização portuguesa na América. Dentre seus membros, apenas um deles, exatamente Rocha Pita, conseguiria realizar, de forma coerente e completa, essa tarefa.

Surgindo, assim, num contexto de preocupação do reino português com a escrita da história de seu Império, o livro de Rocha Pita seria uma primeira realização concreta desse empreendimento. É hora de verificarmos a obra mais de perto, em busca das razões para sua permanência como símbolo do início da escrita da História do Brasil.

## A obra

Dividida em 10 partes (chamadas “livros”), a obra de Rocha Pita é fruto de pesquisas em arquivos dos conventos das Ordens de São Francisco, Carmo e São Bento, além de nos arquivos jesuíticos e, inclusive, de Lisboa. Trata-se de um relato da presença portuguesa no território americano desde sua chegada, em 1500, até 1724. O autor, seguindo costume da época, dedica a obra ao monarca português Dom João V, em nome de quem se escrevia e se mantinha o controle lusitano sobre a colônia.

A *História da América Portuguesa* apresenta algumas surpresas para o leitor do século XXI. Em primeiro lugar, devemos lembrar que, quando falamos em “História”, precisamos contextualizar o significado que essa palavra tinha no século XVIII. Ou seja, não era, ainda, um conhecimento “autônomo”, separado, como hoje nos acostumamos a ver (desde os cursos universitários até as disciplinas escolares). Essa forma “científica” da História iria se fortalecer apenas no século XIX. Cem anos antes, um historiador era, antes de tudo, como já vimos, um “letrado” que atuava em vários ramos do saber. Rocha Pita não era diferente.

Poeta, Rocha Pita escrevia num estilo que poderia ser chamado, hoje, de rebuscado, floreado, muito preocupado com a retórica. Numa tradição que remontava à Antiguidade, a forma de se escrever tinha tanta importância quanto o conhecimento em si que se pretendia transmitir. Pode causar estranhamento que, em sua descrição da América Portuguesa, logo no segundo parágrafo do livro primeiro, Rocha Pita tenha escrito coisas como:

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela aurora; o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes; as estrelas são as mais benignas, e se

mostram sempre alegres; os horizontes, ou nasça o sol, ou se sepulte, estão sempre claros; as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoações nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil terreal paraíso descoberto, onde tem nascimento e curso os maiores rios (...)

Essas palavras, que hoje dificilmente veríamos em um livro dedicado à pesquisa histórica, eram comuns em obras da época. Faziam parte de um estilo de escrita que marcaria as interpretações sobre o Brasil, influenciando fortemente, inclusive, nossos autores do Romantismo no século XIX, sempre associando a formação nacional brasileira a sua magnífica natureza. A ideia de que o Brasil nasceu abençoado pelos céus tem longa tradição em nosso pensamento historiográfico, e a recuperação de Rocha Pita, atualmente, pode nos ajudar a situar essa tradição em seu devido lugar: como mito fundador de nossa nacionalidade.

Ao longo de suas páginas, a *História da América Portuguesa* aborda diversos outros assuntos para além do elogio da natureza ou descrição territorial. Aborda fatos políticos, sociais e econômicos. Insere-se, assim, num conjunto de obras que buscavam não só narrar os feitos portugueses, mas, também, organizar informações sobre as regiões coloniais como auxílio, à Coroa, para um maior conhecimento de seus domínios.

Alguns temas ainda atuais estão presentes no livro. Podemos mencionar como exemplo a perene questão acerca do descobrimento por Pedro Álvares Cabral. Teria sido intencional? Ou acaso? Rocha Pita, em seu livro primeiro, junta-se àqueles que defendem a chegada acidental, fruto de um desvio da rota por tempestade. Nos livros seguintes, descrições de povoações e fundações de vilas, cidades e províncias são abordadas, bem como a atuação dos governadores-gerais.



Mas isso não é tudo. Mais do que apenas uma descrição e uma interpretação das origens da presença portuguesa na América, o autor contribuiu, na escolha dos assuntos, para uma verdadeira seleção de conteúdos que até hoje pauta nossas aulas escolares sobre o passado brasileiro. Em outras palavras, a leitura de Rocha Pita pode nos fazer pensar sobre os sistemas de lembrança e esquecimento a que todo conhecimento sobre a História está sujeito.

Alguns temas tratados por Rocha Pita ainda estão universalmente presentes nos livros didáticos sobre História do Brasil, como a presença holandesa no Nordeste e o período da União Ibérica. Embora o significado desses temas tenha mudado constantemente de 1730 para cá, sua presença quase “obrigatória” ainda como matéria de estudo, ainda que o aluno muitas vezes não entenda as relações entre seu mundo e esses acontecimentos passados, mostram o peso que autores do passado ainda podem ter sobre nossas vidas. A continuidade que muitos estudos de História realçam entre a cultura portuguesa e a brasileira pode ignorar, não raro, influências de outras vertentes, como indígenas e africanas. Pensar o quanto a História de Portugal é nossa própria História e o quanto temos nós de diferentes exige uma crítica constante aos historiadores do passado, e Rocha Pita, nesse sentido, pode nos oferecer muito material para reflexão.

Outros pormenores considerados relevantes por Rocha Pita, como a epidemia que assolou Pernambuco em 1686, constante no livro 7, foram praticamente esquecidos dos bancos escolares. Ao percebermos esses acontecimentos restritos como relevantes o bastante para aparecerem numa obra de 1730, porém “pequenos demais” para que surjam com força nos livros atuais, podemos refletir sobre como o conhecimento sobre o passado pode mudar de tempos em tempos. Fatos considerados essenciais atualmente podem ter sua importância diminuída pelos historiadores do futuro. É assim que o conhecimento histórico se desenvolve: cada

época seleciona dos eventos passados aqueles que considera mais significativos para seu presente. E essa seleção é sempre disputa entre historiadores, grupos, classes, instituições etc. A história é, também, ainda que não apenas, uma disputa política sobre o que cada grupo social decide lembrar e o que cada um prefere esquecer. Mais uma reflexão para a qual textos como o de Rocha Pita podem contribuir.

Esse movimento de lembrança-esquecimento pode ser sintetizado, para fecharmos este prefácio, num outro tema abordado por Rocha Pita: Zumbi de Palmares. Ao longo do livro 8, Rocha Pita fala do famoso quilombo e de seu líder e do “poder dos negros [que crescia] com estes socorros dos fugitivos que se lhes iam juntando”. Palmares é tratado como parte da história do governo de Caetano de Mello de Castro, governador de Pernambuco à época, mas, ainda que inserida na história política mais geral, ganhou um destaque não visto em muitos livros e textos sobre História do Brasil nos séculos XIX e XX. Sem entrar na questão do significado de Palmares ou de Zumbi (talvez um dos temas coloniais mais debatidos de nossa atualidade), podemos perceber como a História, em cada momento, é marcada por essas lembranças e esquecimentos. Zumbi e Palmares foram praticamente ignorados em muitas obras do século XIX e XX pois a escravidão ainda era presente e constituía uma questão nacional difícil de resolver pelas classes dirigentes. No início do século XX, a historiografia sobre africanos ficava em segundo plano. Em meados do século, Zumbi ressurgiu como líder guerreiro abolicionista, imagem até hoje em grande parte preservada. Atualmente, os estudos historiográficos, que se convencem, cada vez mais, da crucial importância da História da África para o Brasil, tentam entender Zumbi no contexto de sua época.

Esse movimento da memória, entre lembranças e esquecimentos, é difícil de perceber. Normalmente sentimos apenas seus

efeitos: alguns temas que nos parecem essenciais em certas épocas somem da discussão nos anos seguintes. Sentimos a ausência, mas não refletimos muito sobre suas causas. Em um país como o Brasil, onde a ideia de que as pessoas têm memória curta é tão difundida, a publicação de obras do passado sobre a formação territorial do país podem contribuir para pensarmos o significado de nossa própria História, bem como para pensarmos sobre os mecanismos que tornam alguns assuntos tão relevantes e outros tão ignorados.

Sebastião da Rocha Pita: esse nome, um tanto esquecido, pode ter muito a dizer sobre nós próprios.

**JOÃO CARLOS ESCOSTEGUY FILHO** É PROFESSOR DE HISTÓRIA DA FAETEC-RJ – FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E PROFESSOR SUBSTITUTO DA UERJ – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MESTRE EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UFF – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

### Referências bibliográficas

- DIAS, Fabiana. Da Gênese do Campo Historiográfico: Erudição e Pragmatismo nas Associações Literárias dos Séculos XVIII e XIX. *Revista de Teoria da História*. Ano 2, Número 4, dezembro/ 2010.
- JESUS, Roger Lee Pessoa de. A História da América Portuguesa (1730) de Sebastião da Rocha Pita: o contexto, o autor, a obra. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11, 2011, p. 141-164.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.
- KARVAT, Erivan Cassiano. Histórias na “História da América Portuguesa”: concepções de história em torno da obra de Rocha Pita (1730). *Anais do XXIII Simpósio Nacional de História*. Anpuh: Londrina, 2005.
- TAVARES, Therezinha de Jesus Marília Almeida. Ensino crítico – historiográfico do livro “História da América Portuguesa” de Sebastião da Rocha Pita. *Cadernos de Pesquisa*. Número 4 (2), São Luís, 1988, p. 54-64.





HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUESA  
Sebastião da Rocha Pita



S<sub>enhor.</sub>

*A América portuguesa*, em toscos, mas breves rasgos, busca os soberanos pés de Vossa Majestade, porque a obrigação e amor a encaminham ao Monarca Supremo, de quem reconhece o domínio e recebe as Leis e a quem com a maior humildade consagra os votos, implorando a real proteção de Vossa Majestade, porque ao príncipe que lhe rege o Império pertence patrocinar-lhe a História. Dela verá Vossa Majestade em grosseiro risco delineada a parte do Novo Mundo, que entre tantas do orbe antigo, que compreende o círculo da sua Coroa, é a maior da sua monarquia. Não oferece a Vossa Majestade grandezas de outras Regiões, em que domina o seu poderoso cetro, tendo tantas que lhe tributar na do Brasil. Se o quadro parecer pequeno para ideia tão grande, em curtos círculos se figuram as imensas Zonas, e Esferas celestes, em estreito mapa se expõem as dilatadas porções da terra: uma só parte basta para representar a grandeza de um corpo; um só simulacro para simbolizar as monarquias do Mundo: faltar-lhe-á o pincel de Timantes, para em um dedo mostrar um gigante; a inteligência de Daniel, para em uma estátua explicar muitos Impérios; mas sobra-lhe a grandeza de Vossa Majestade, em cuja amplíssima superior esfera se estão as suas províncias contemplando como estrelas: só com

ela pode desempenhar-se o livro; prenderá as folhas, se Vossa Majestade soltar os raios, que eles alumiamam (com reais vantagens) mais âmbitos dos que pretende ilustrar a pena, existindo estes borrões só na forma, em que às luzes podem servir as trevas.

Porém, Senhor, como descrevo uma das maiores regiões da terra, permita-me Vossa Majestade que dos resplendores dessa própria Esfera Régia tire uma luz para iluminar as sombras dos meus escritos, será o delito de Prometeu, em roubar um raio ao Sol, para animar o barro da sua estátua; tanto se deve pedir a um príncipe, em tal extremo generoso; e tudo pode conceder um Monarca, como Vossa Majestade, por todos os atributos grande, e tão digno de Império, que nos anos pela idade menos robustos, em tempo que vacilante o orbe ia caindo, lhe puseram a natureza, e a fortuna aos ombros, não só o peso de um reino florente, mas a máquina de um mundo arruinado. Foi Vossa Majestade o verdadeiro Atlante, e a fortíssima coluna, que sustentando-o com as forças, e com as disposições, lhe evitou os estragos; e que ainda hoje o assegura, não só aos seus naturais domínios, mas a todos os estranhos, sendo a refulgente coroa de Vossa Majestade Escudo de Palas para a defesa, e o seu venerado Cetro raio de Júpter para o respeito. A Real Pessoa de Vossa Majestade guarde Deus muitos anos.

*Sebastião da Rocha Pita*

**A**s grandezas, e excelências, ó leitor discreto, da região do Brasil, tão célebre depois de descoberta, como aniquilada enquanto oculta, exponho ao público juízo, e atenção do Mundo, onde as suas riquezas têm chegado mais que as suas notícias, posto que algumas andem por vários autores introduzidas em diversos assuntos, diferentes do meu, que não tem outro objeto. O costume sempre notado nos portugueses de conquistarem Impérios, e não os encarecerem, é causa de que tendo criado o Brasil talentos por eminência grandes, nenhum compusesse a história desta região, com maior glória da Pátria, e da que pode lograr nos meus escritos, tomando eu com inferiores forças o peso, que requeria mais agigantados ombros; porém o respeitado caráter, em que por sua grandeza e não por merecimento meu, me constituiu a Real Academia, honrando-me com o precaríssimo lugar de seu acadêmico, me dará alentos de Hércules para sustentar pesos de Atlante.

Com esta expressão ofereço este volume: se entenderes, que o compus em aplausos e reverência do clima em que nasci, podes crer, que são seguras, e fiéis as notícias, que escrevo, porque os obséquios não fizeram divórcio com as verdades. Se em alguns termos o estilo te parecer encarecido, ou em algumas matérias demasiado o ornato, reconhece, que em mapa dilatado a variedade das figuras carece da viveza das cores, e das valentias do pincel; e

que o meu ainda está humilde nas imagens, que aqui pinto, assim por falta de engenho, como por não ter visto todos os originais, fazendo a maior parte das cópias por informações, das quais me não pode resultar o acerto de Apeles no retrato de Helena pelos versos de Homero; mas se te não conciliar agrado pelas tintas a pintura, não deixem de merecer-te tão melindrosa, que não bastem a contentá-lo com lhe apartares os olhos, a ti te escusas o enfado, e a mim a censura.

**A**dverte o autor, que da riquíssima América (tão dilatada, que se estende por quase quatro mil léguas de comprimento, estando ainda por saber as que tem de largo, e jaz debaixo de três diversas zonas, dividindo-se em Setentrional, e Meridional) da parte Setentrional não fala, e só trata na Meridional da grandíssima porção, que compreende o Estado do Brasil, assunto desta *História da América Portuguesa*.

Que não põem nela o cômputo dos tempos em número sucessivo de anos, porque desde o de mil e quinhentos, em que foi descoberta a América Portuguesa, por largo curso, até o de mil e quinhentos e trinta e cinco, em que se doarão algumas províncias, e se principiou a fundação delas, não acontecerão outros progressos mais que a vinda do cosmógrafo Américo Vespúcio, por ordem d'El-Rei D. Manuel, a demarcar esta Região, e as suas costas; e depois a de outros geógrafos, e capitães enviados pelo mesmo rei, e por seu filho, e sucessor El-Rei D. João III, a tomar posse, meter marcos, observar o curso dos mares, sondar os portos, explorar o país, e levar dele mais distintas notícias.

Que estas operações se fizeram com intervalos de tempos; e desde o ano de mil e quinhentos e quarenta e nove, em que veio o primeiro Governador do Estado, leva a conta deles pela sucessão dos governos, e ordem dos fatos, mediando ainda alguns largos espaços sem ações para a escritura; falta, que precisamente

interrompe a série dos anos, mas não altera a verdade da História, nem as notícias do Brasil, que é o fim para que o autor a escreve, e toda a alma, e substância dos escritos; pois o mais são acidentes.

Que as matérias, e notícias, que nela trata, são colhidas de relações fidedignas, conferidas com os autores, que estas matérias tocarão, e com particulares informações modernas (que eles não tiveram) feitas por pessoas, que cursarão as maiores partes dos continentes do Brasil, e as depuseram fielmente como testemunhas de fato, com a ciência de que o autor as inquiria para compor esta História, cujo essencial instituto é a verdade.

Que como nos dois primeiros livros descreve o corpo natural, e material desta região, as maravilhosas obras, que nela fez a natureza, as admiráveis produções em vários gêneros, e espécies, e as suntuosas fábricas, que para o trato civil, e político, das suas povoações foi compondo a arte, no retrato de tanta formosura, precisada a ser pincel a pena, não teme sair dos preceitos da história, quando altera a pureza das suas leis com as ideias da pintura, que requer mais valentes fantasias, tendo por exemplar portentos, e que a mais elevada frase poética é verdade ainda mal-encarecida.

Que nos outros livros, que contêm matérias políticas, leva o estilo histórico com estudo castigado, e não põe nas margens os numerosos rios, e as várias espécies das produções do Brasil, porque, sendo tanto do instituto desta obra, entende que devem ir no corpo dela.



**A**provação de ANTONIO RODRIGUES DA COSTA, do Conselho de Sua Majestade, e do seu Tribunal de Ultramar, Acadêmico da Academia Real da História.

*Excelentíssimos Senhores.*

Em execução da ordem de Vossas Excelências vi o livro, intitulado *História da América Portuguesa*, composta pelo coronel Sebastião da Rocha Pita; e ainda que me parece mais elogio ou panegírico, que História, não entendo, que desmerece o Autor, que Vossa Excelência lhe concedam a faculdade, que pede de poder condecorar o seu nome na edição, que fizer desta obra, com o título, que goza de Acadêmico Provincial desta Academia Real da História Portuguesa. Vossas Excelências ordenarão o que for mais justo e acertado. Deus guarde as pessoas de Vossas Excelências. Casa 10 de Agosto de 1726.

*Antônio Rodrigues da Costa*

*Aprovação de D. ANTONIO CAETANO DE SOUSA, Clérigo Regular, Qualificador do Santo Ofício, Consultor da Bula da Santa Cruzada, e Acadêmico da Academia Real da História.*

*Excelentíssimos Senhores.*

Li a *História da América Portuguesa*, escrita por Sebastião da Rocha Pita, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Coronel do Regimento de Infantaria da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados dela, e Acadêmico Provincial do Estado do Brasil.

Esta História, Excelentíssimos Senhores, é a única, que temos seguida e completa dos dilatados, e riquíssimos domínios, que El-Rei nosso senhor tem nesta grande parte do Mundo; pelo que é muito de agradecer a curiosa aplicação com que seu Autor se empregou em escrever esta História, que, sendo principalmente política, tem muito da natural, pelo que se faz mais agradável, não só pela notícia dos seus preciosos minerais, mas pela de inumeráveis animais terrestres, quadrúpedes, répteis, e voláteis, monstros horríveis, ainda aquáticos, porque aqueles mares produzem coisas de grande admiração, como também o são as vegetáveis, com tão extraordinárias produções da natureza, que fazem fertilíssima aquela grande porção de terra, compreendida debaixo do domínio do nosso Augusto Protetor.

É Sebastião da Rocha Pita nascido na Bahia; e não é muito, que o amor da pátria o obrigue a engrandecer, e ornar com especiosas vozes aquelas causas, que a nós se nos fazem mais estranhas, ou por serem raras vezes vistas, ou somente cridas pelas informações com que as sabemos. É sem dúvida que aquela parte do mundo contém prodígios, que, excedendo às hipérboles, não ofendem a verdade, lei mais essencial para a História, do que os outros mais rigorosos preceitos, com que ela se deve compor. Este autor o faz em estilo tão elegante, que tem muito de poético, em que lhe acho companheiro de tão grande nota, como algum de eminentíssimo caráter, e este será o motivo, por que concilie na maior parte dos leitores aplauso, e louvor; porque entendo, que não será menos

estimada esta história, do que outras, que vemos de semelhante estilo na nossa língua, e na dos nossos vizinhos, aonde tem bastante reputação. Por diferentes meios conciliam os autores a aura popular com que os seus livros são estimados. Os exemplares da História Romana, cuja lição é tão recomendável a um historiador, vemos quão poucos conseguem o imitá-los, e por isso são tão poucos os que logram o cabal nome de historiadores. Quantas vezes ouvimos criticar aqueles mestres da História, de quem os outros, que se seguirão, beberão não só o método, mas ainda o mesmo estilo? Nesta parte são bem diversos os gostos, porque também alguns enfasiados da eloquência pretendem seja a História uma narração tão nua de vozes, como de reflexões, de sorte, que a querem antes insulsa que com algum adorno: porém estes discursos são tidos de uns paradoxos, e de outros por afetos da melancolia, que os domina, de modo que o não chegam a executar nesta parte ainda os mais austeros censores. Este livro me parece mui digno da licença, que seu autor pede, para o ornar com o nome de Acadêmico da nossa Real Academia; e assim devem Vossas Excelências mandar-lhe agradecer o zelo com que está cooperando para o nosso Instituto, não só com os seus estudos, mais ainda com a sua própria despesa na impressão deste livro. Este é o meu parecer. Vossas Excelências resolverão o que for mais conveniente à honra da nossa Academia. Lisboa Ocidental, na Casa de Nossa Senhora da Divina Providência, 24 de Novembro de 1726.

*D. Antônio Caetano de Souza,*  
Clérigo Regular

Diretor e Censores da Academia Real da História Portuguesa dão licença ao Coronel Sebastião da Rocha Pita, para usar do título de Acadêmico Supranumerário no livro intitulado *História*

*da América Portuguesa*, vistas as aprovações dos dois Acadêmicos, a que se cometeu o seu exame. Lisboa Ocidental, 6 de Dezembro de 1726.

*Marquês de Alegrete*  
*D. Manuel Caetano de Sousa*  
*Marquês de Fronteira*  
*Marquês Manuel Telles da Silva*

### *DO SANTO OFÍCIO*

*Aprovação do R. P. M. Fr. MANUEL GUILHERME, Qualificador do Santo Ofício, Examinador das três Ordens Militares*

*Eminentíssimo Senhor.*

Li o livro intitulado *História da América Portuguesa*, composto por Sebastião da Rocha Pita; e na brevidade de dez dias em que o li, mostro admirei a frase verdadeiramente portuguesa, desafetada, pura, concisa, e conceituosa. Quer-me parecer que o autor desempenha todas as leis da História, que ouço dizer são muitas, e de difícil observância. Pela principal razão de não ter coisa contra a Fé, ou bons costumes, me parece é merecedora esta obra da licença, que pretende. Vossa Eminência mandará o que for servido. São Domingos de Lisboa Ocidental, 20 de Dezembro de 1726.

*Fr. Manuel Guilherme*

*Aprovação do R. P. M. Fr. BOAVENTURA DE SÃO GIÃO, Qualificador do Santo Ofício.*

*Eminentíssimo Senhor.*

SEMPRE o gênio português foi avaro em narrar por escrito suas heroicas ações, e ostentar no prelo as suas proezas; não aspirando chegar com a pena, onde se arrojou a sua espada, nem voar com o discurso onde se remontou o seu valor; por senão dispor a reduzir a escritura, o que em todo o Universo publicou a fama; como exceção; porém desta regra se animou Sebastião da Rocha Pita apresentar aos olhos do mundo, e atenção das gentes a *História da América Portuguesa*, que compôs e ordenou em benefício da Pátria, e crédito da nação; onde ressuscita de entre as cinzas, em que há tantos anos jazia envolta tão admirável estátua, antigamente lavrada, e primorosamente esculpida com o ferro, e armas lusitanas, retratando-a no breve mapa deste papel, onde se dará bem a conhecer pela cópia o original.

É a ideia do escritor igualmente elevada, que o assunto e a sua pena proporcionada a tão sublime emprego, pois desempenha nesta obra o que premeditou o seu conceito, e ajuizou o seu pensamento, e com grande brado reputará no teatro do mundo as proezas, e façanhas do braço português, no descobrimento de novas terras, tão dilatadas, como incógnitas. Descreve a bondade do clima, fertilidade da terra sempre fecunda nas suas produções: faz presente o passado; e põe à nossa vista o que está tão longe dos nossos olhos.

Pontualmente cumpre os preceitos da narração, e as leis da História; porque determina ações, ajusta anos, observa tempos, distingue lugares, demarca terras, individua sucessos, reduzindo a abreviados períodos o que poderá ser matéria de copiosos tratados. E denominando-se esta parte do orbe Novo Mundo, para nós é agora Mundo novo, pela notícia, que o autor nos comunica do que é, e do que contém tão dilatado país, expondo à nossa compreensão o que até aqui se ocultou ao nosso conhecimento.

Pouco importa descobrir o tesouro, se se não conhece a sua preciosidade: porque achá-lo é fortuna, conhecê-lo, descrição, e mais o logra quem o sabe avaliar que quem o possui sem o conhecer. O valor do diamante depende da estimação do lapidário, o valor do ouro do exame do contraste, porque um lhe sonda o fundo, outro lhe examina os quilates.

Estou certo se há de ler a presente História com gosto, e sem fastio pela boa ordem, e admirável disposição com que está composta, novidades, que refere, particulares, que relata elegância com que se adorna; porque o estilo é grave, especioso, e agradável, natural sem artifício, e culto sem afetação, e tão singular, que não tem regra ociosa, oração supérflua; não tem período que não seja próprio, palavra, que não esteja em seu lugar: não há termo que se não perceba com clareza, objeto, que se não veja com distinção; igualmente convida a curiosidade, e desafia a emulação; porque historiar desta sorte é felicidade de poucos, e inveja de muitos.

Tem o Brasil a ventura de achar na eloquência de um filho o melhor instrumento da sua glória, e o maior manifesto do seu luzimento, pois publica com este pregão as suas excelências, e dá a conhecer as suas singularidades; animando de novo as proezas antigas, e os sucessos passados, que por caducos estavam amortecidos, e por esquecidos eram cadáveres; e torna verdes as palmas, que a dilação do tempo tinha murchas, não sendo menos úteis aos impérios os empregos da pena, que as vitórias da espada; porque nas imagens dos escritos, como nos mármores, se conserva a memória, e se eterniza a fama dos triunfos das armas.

É pois benemérito da maior atenção este precioso livro, e digno de todo o crédito o que nele se exprime, pela autoridade do escritor, e coerência das notícias, sem o mínimo escrúpulo, de que o afeto de natural, e amor da Pátria viciasse a História, ou adulterasse a verdade. E porque em tudo se conforma com a pureza de nossa Santa Fé Católica, e bons costumes, se lhe deve de justiça

a licença, que pede por favor para a estampa, sendo merecedor do primeiro lugar no prelo. Este o meu parecer. Vossa Eminência mandará o que for servido, Lisboa Ocidental, no Hospício do Duque, 10 de fevereiro de 1727.

*Fr. Boaventura de São Gião*

...

VISTAS as informações, pode-se imprimir a *História da América Portuguesa*, composta por Sebastião da Rocha Pita, e depois de impressa tornará para se conferir, e dar licença que corra, sem a qual não correrá. Lisboa Ocidental, 11 de Fevereiro de 1727.

*Fr. R. Alencasstre – Cunha. – Teixeira. – Silva. – Cabedo*

## DO ORDINÁRIO

*Aprovação do M. R. Padre D. JOSÉ BARBOSA, Clérigo Regular, Acadêmico Real da História Portuguesa, Cronista da Sereníssima Casa de Bragança, e Examinador das Três Ordens Militares.*

*Ilustríssimo Senhor.*

ORDENA-ME Vossa Ilustríssima que veja a *História da América Portuguesa*, que escreveu o Coronel Sebastião da Rocha Pita. Esta grande porção do mundo, descoberto no ano de mil e quinhentos, esteve até agora como incógnita por falta de historiador que desse a conhecer com exação as portentosas maravilhas de que a dotou a natureza. Escreveu desta Região um brevíssimo tratado, com o título de *História da Província de Santa Cruz*, Pedro Gandaio

de Magalhães, e nele, nem a brevidade, nem o estilo podiam fazer agradável a sua relação. Em maior volume, mas sem exceder de cronista natural daquelas dilatadíssimas terras, escreve o Padre Simão de Vasconcelos, da Companhia de Jesus, dois livros de notícias curiosas, que depois foram incorporadas na crônica da mesma religião daquele Estado. Em alguns livros se acham poucas memórias da América, que pertençam juntamente aos sucessos políticos, e militares, porque suposto que temos o valoroso *Lucideno* de Fr. Manuel Callado, o *Castriota Lusitano* de Fr. Rafael de Jesus, as *Memórias Diárias da guerra de Pernambuco* de Duarte de Albuquerque Coelho, a *Nova Lusitânia* de Francisco de Brito Freire, e a *Guerra do Brasil na língua italiana* de Fr. João José de Santa Thereza, nenhum destes autores é cronista geral de toda a América Portuguesa, porque a maior parte destas penas se occuparam com a história das guerras, que introduziram na Capitania de Pernambuco as armas holandesas; e tendo algumas delas historiado as nossas desgraças, sempre lhes faltou o tempo para darem notícia das nossas vitórias. Mas ainda que nestes livros se veja o brio militar dos Americanos Portugueses, tudo o que neles se escreve é uma pequena parte a respeito de tão grande todo. Sabíamos o valor, com que poucos soldados mal-armados e pior disciplinados, animando-os o zelo da Fé, e o amor da liberdade das suas Pátrias, souberam vencer, e triunfar de uma gente tão valorosa, como a holandesa, em que é fácil de examinar, qual seja nela maior, se o esforço, se a indústria militar. Sabíamos em comum os nomes dos Governadores de muitas capitánias em que se dividiu o agigantado corpo daquela conquista, mas não lhes sabíamos a continuação até os nossos tempos, porque estas notícias até agora eram filhas do acaso. Sabíamos, que em alguns daqueles Bispados floresceram Prelados Santíssimos, que com generoso e apostólico trabalho acrescentarão o rebanho de Cristo, mas a sua série era ignorada pelos escritores. Sabíamos os milagres, que pelo espaço



de tantos séculos escondeu a natureza a todo o resto do mundo; e sabíamos que aqueles sertões mais eram povoados de ouro, e de pedraria, que de homens; mas tudo isto sabíamos com tanta confusão, que não seria grande erro o afirmar, que era o mesmo, que se o ignorássemos, porque esta costuma ser a pena do que se sabe em confusão. Para que tudo se soubesse com distinção, escreve o Coronel Sebastião da Rocha Pita esta *História da América Portuguesa*, que compreende duzentos e vinte quatro anos de tempo, em que se praticarão todos aqueles acontecimentos, em que mostra a fortuna a firme variedade da sua inconstância. Com a devida proporção verão os leitores nesta História todos aqueles casos que fizeram famosas a muitas monarquias, porque aqui se verão povos malcontentes, e logo satisfeitos, ver-se-ão promessas de tesouros, umas vezes mal cumpridas, e outras descobertas, achar-se o ouro em tanta abundância, como se fora terra; e uns Governadores descuidados da humanidade por culpa da distância, e outros sempre os mesmos, ainda que tão distantes da Corte, porque os homens verdadeiramente cristãos adoram em toda parte a presença de Deus; de sorte que, atendendo ao que este autor escreveu, entendo que justamente se lhe deve dar o título de novo Colon, porque com o seu trabalho, e com o seu estudo nos soube descobrir outro mundo novo no mesmo mundo descoberto. Esta *História* está escrita com tanta elegância, que só tem o defeito de não ser mais dilatada, para que os leitores se pudessem divertir com maior torrente de eloquência. Todos os sucessos estão escritos com tão artificiosa brevidade que se percebem sem defeito das notícias necessárias, porque de outra sorte ocupariam muitos volumes os negócios políticos, e as ações militares de tão grande número de nações, como são as que habitam o dilatadíssimo sertão da nossa América. Parece-me que Vossa Ilustríssima lhe deve dar a licença que pede, para se imprimir esta *História*, não só

porque não ofende a Fé, ou bons costumes, senão também para que veja Europa, que lhe não cede o Brasil na qualidade dos escritores. Vossa Ilustríssima ordenará o que for servido. Nesta Casa de Nossa Senhora da Divina Providencia, 28 de Março de 1727.

*D. José Barbosa  
Clérigo Regular*

VISTA a informação, pode-se imprimir o livro de que se trata, e depois de impresso tornará para se conferir, e dar licença que corra, sem a qual não correrá. Lisboa Ocidental, 30 de Março de 1727.

*D. F. Arcebispo da Lacedemônia*

#### *DO DESEMBARGO DO PAÇO*

*Aprovação de MARTINHO DE MENDONÇA DE PINA E DE PROENÇA, Acadêmico da Academia Real da História Portuguesa.*

*Senhor.*

LENDO a *História da América Portuguesa*, que compôs Sebastião da Rocha Pita, não achei nela coisa, por que se deva negar a licença de se imprimir; antes me parece que não somente é digno de louvor, porém ainda de prêmio o zelo com que seu autor quis aumentar a glória da Pátria. Dele se vê, que a soberana proteção, que Vossa Majestade concede às artes, e ciências, inspirando os maiores escritores da Europa, anima também os das mais distantes partes do mundo; pois as remotas e dilatadas províncias da

América lhe tributam mais preciosos tesouros, que os de suas minas neste livro, o qual se adorna com os sucessos históricos, que refere e brilha com vários ornatos poéticos de largos episódios, frequentes figuras, e discretos panegíricos, que contém.

Algum reparo se poderá fazer na miudeza com que em história tão sucinta relata alguns sucessos mais dignos de horror, e silêncio, que dê memória, mas não fazer deles menção, seria diminuir a glória dos leais, encobrando a infâmia dos traidores contra as severas leis da História; *Nihil veri non audeat*. Este é o meu parecer. Vossa Majestade mandará o que for mais conveniente ao seu real serviço. Lisboa Ocidental, 25 de Julho de 1727.

*Martinho de Mendonça de Pina e de Proença*

QUE se possa imprimir, vistas as licenças do Santo Ofício, e Ordinário, e depois de impresso tornará à Mesa para se conferir, e taxar, que sem isso não correrá. Lisboa Ocidental, 1º de Agosto de 1727.

*Marquês P. – Pereira. – Oliveira. – Teixeira. – Bonicho*



*I*ntrodução. – Do Novo Mundo, tantos séculos escondido, e de tantos sábios caluniado, onde não chegarão Hannon com as suas navegações, Hércules Líbico com as suas colunas, nem Hércules Tebano com as suas empresas, é a melhor porção o Brasil; vastíssima região, felicíssimo terreno, em cuja superfície tudo são frutos, em cujo centro tudo são tesouros, em cujas montanhas, e costas tudo são aromas; tributando os seus campos o mais útil alimento, as suas minas o mais fino ouro, os seus troncos o mais suave bálsamo, e os seus mares o âmbar mais seleta: admirável país, a todas as luzes rico, onde prodigamente profusa a natureza, se desentranha nas férteis produções, que em opulência da monarquia, e benefício do mundo apura a arte, brotando as suas canas espremido néctar, e dando as suas frutas sazoad ambrosia, de que foram mantida sombra o licor, e vianda, que aos seus falsos Deuses atribuo a culta gentilidade.

Em nenhuma outra região se mostra o céu mais sereno, nem madrugada mais bela a aurora: o sol em nenhum outro hemisfério tem os raios tão dourados, nem os reflexos noturnos tão brilhantes: as estrelas são as mais benignas, e se mostram sempre alegres: os horizontes, ou nasce o sol, ou se sepulte, estão sempre claros: as águas, ou se tomem nas fontes pelos campos, ou dentro das povoadões nos aquedutos, são as mais puras: é enfim o Brasil Terreal paraíso descoberto, onde têm nascimento, e curso os maiores rios;



domina salutífero clima; influem benignos astros, e respiram auras suavíssimas, que o fazem fértil, e povoado de inumeráveis habitantes, posto que por ficar debaixo da tórrida zona, o desacreditassem, e dessem por inabitável Aristóteles, Plínio e Cícero, e com gentios os Padres da Igreja Santo Agostinho, e Beda, que a terem experiência deste feliz orbe, seria famoso assunto das suas elevadas penas, aonde a minha receia voar, posto que o amor da Pátria me dê as asas, e a sua grandeza me dilate a esfera.

*Estado em que se achava a monarquia.* – Florescia o Império Lusitano muitos séculos depois de ser fundado por Tubal, ampliado por Luso, e por Lísias, e de terem os seus naturais gloriosamente na Pátria obrado ações heroicas, e concorrido fora dela para as maiores empresas, já nos socorros, que deram aos cartagineses conduzidos por Safo, para domar a Maurítânia; já nos que acompanharam a Aníbal, para conquistar a Itália; já concorrendo com Mitridates contra Pompeu, e com Pompeu, e seus filhos contra César; e de haverem na defesa da própria liberdade feito admiráveis provas de valor com os seus capitães Viriato, e Sertório contra os Romanos; e finalmente depois que livres da sujeição dos Suevos, dos Alanos, dos Godos, e dos Sarracenos, tendo já logrado no seu primeiro rei português o invicto D. Afonso Henriques, e na sua real prole o suave domínio de treze sucessivos monarcas naturais, se achava na obediência do felicíssimo Rei D. Manuel.

Mantinha com a Tiara Romana a antiga união, firme com a nossa obediência, e religião; com Castela estava em paz assegurada pelas nossas vitórias; tinha amizade com a Coroa Imperial, com as de França, Inglaterra, Escócia, Suécia, Polônia, e Dinamarca; com as Repúblicas, e Nações Setentrionais, e Italianas, pelos interesses recíprocos, e comuns das Monarquias; fazia guerra aos Mauritanos, aos Etíopes, e aos Asiáticos, para lhes introduzir a Fé Católica, achava-se dilatada com os descobrimentos das Ilhas do Porto Santo, da Madeira, e dos Açores no Oceano; e por diferentes

mares, com muitas praças, e províncias em África; com grandes povoações, e conquistas na Etiópia; e começava a mostrar-lhe os seus maiores domínios da Ásia, quando o Novo Mundo lhe abriu as portas da sua mais vasta região.

*Conforme a conta dos Padres Bussieres, e Saliano.* – Tinha já dado o Sol cinco mil e quinhentas e cinquenta e duas voltas ao Zodíaco, pela mais apurada cronologia dos anos, quando no de mil e quinhentos da nossa redenção (oito depois que a Cristóvão Colon levou a especulação a demandar as Índias) trouxe a tempestade a Pedro Álvares Cabral a descobrir o Brasil. Há este ilustre, e famoso Capitão (o primeiro, que depois de D. Vasco da Gama, passava do Tejo ao Indo e Ganges) governando uma formosa Armada de treze poderosas naus, com que partiu aos nove de Março, navegando ao princípio com próspera viagem, experimentou aos doze dias tão contrária fortuna, que arribando um dos baixéis a Lisboa, os outros correndo tormenta, perdidos os rumos da navegação, e conduzidos da altíssima providência, mais que dos porfiados ventos, na altura do polo Antártico, dezesseis graus e meio da parte do Sul, aos vinte e quatro de Abril, avistou ignorada terra, e já mais surcada costa.

*Descobrimto do Brasil. Nomes, que lhe foram impostos.* – Nela surgindo as naus, pagou o General àquela ribeira a segurança, que achara depois de tão evidentes perigos, com lhe chamar Porto Seguro, e à terra Santa Cruz, pelo estandarte da nossa Fé, que nela arvorou com os mais exemplares júbilos, e ao som de todos os instrumentos, e artilharia da Armada; fazendo com a mesma militar ostentação, e piedade celebrar o Santo Sacrifício da Missa sobre uma Ara, que levantou entre aquele inculto arvoredo, que lhe serviu de dossel, e de Templo, a cujas católicas cerimônias estiveram admirados, mas reverentes, todos aqueles bárbaros, e conformes com o exemplo dos fiéis, premissas do afeto, com que depois abraçaram a nossa Religião. Este foi o primeiro descobrimto, este o

primeiro nome desta Região, que depois esquecida de título tão superior, se chamou América, por Américo Vespúcio, e ultimamente Brasil, pelo pau vermelho, ou cor de brasas que produz.

*A sua situação, e o seu corpo natural.* – Jaz o opulento Império do Brasil no Hemisfério Antártico, debaixo da zona temperada Meridional grandíssimo espaço. É de forma a parte Austral ao Trópico de Capricórnio, de donde entra na Zona temperada Meridional grandíssimo espaço. É de forma triangular; principia pela banda do Norte no imenso rio das Amazonas, e termina pela do Sul, no dilatadíssimo rio da Prata; para o levante o banham as águas do Oceano Atlântico; para o Ocidente lhe ficam os Reinos de Congo, e Angola, e tem por Antípodas os habitadores da Áurea Chersoneso, onde está o Reino de Málaca. Na sua longitude grandíssima contam os cosmógrafos mil e cinquenta e seis léguas de costa, a mais formosa, que cursam os navegantes, pois em toda ela, e em qualquer tempo estão as suas elevadas montanhas, e altos arvoredos cobertos, e vestidos de roupas, e tapeçarias verdes, por onde correm inumeráveis caudalosos rios, que em copiosas, e diáfanas correntes precipitam cristais nas suas ribeiras, ou levam tributo aos seus mares, em que há grandes enseadas, muitos, e continuados portos capacíssimos dos maiores baixéis e das mais numerosas Armadas.

*O seu terrestre continente.* – A sua latitude pelo interior da terra é larguíssima: mais de quatrocentas léguas se acham já cultivadas com as nossas povoações, sendo muitas as que estão por descobrir. Este famoso Continente é tão digno das suspensões humanas, pelas distâncias, que compreende, e pelas riquezas que contém, como pelas perspectivas, que mostra; porque até em algumas partes, em que por áspero parece impenetrável, aquela mesma rudeza, que o representa horrível, o faz admirável. A formosa variedade das suas formas na desconcertada proporção dos montes, na harmonia de objetos, que não sabem os olhos aonde melhor possam empregar a vista.



Com inventos notáveis saiu a natureza na composição do Brasil; já em altas continuadas serranias, já em sucessivos dilatados vales; as maiores porções dele fez fertilíssimas, algumas inúteis; umas de arvoredos nuas, expôs às luzes do Sol, outras cobertas de espessas matas, ocultou aos seus raios; umas criou com disposições, em que as influências dos astros acham qualidades proporcionadas à composição dos mistos, outras deixou menos capazes do benefício das estrelas. Formou dilatadíssimos campos; uns partidos brandamente por arroios pequenos, outros utilmente tiranizados por caudalosos rios. Fez portentosas lagoas, umas doces, e outras salgadas, navegáveis de embarcações, e abundantes de peixes; estupendas grutas, ásperos domicílios de feras; densos bosques, confusas congregações de caças, sendo também deste gênero abundantíssimo este terreno; no qual a natureza por várias partes depositou os seus maiores tesouros de finos metais, e pedras preciosas, e deixou em todo ele o retrato mais vivo, e o mais constante testemunho daquela estupenda, e agradável variedade, que a faz mais bela.

*Montes pela parte do norte.* – Os montes famosos desta região, posto que sejam muitos, e compitam em grandeza, só dos mais célebres pela altura, pela extensão, e por outras circunstâncias memoráveis, faremos menção. Ao Norte o monte Jericoacoara, que estando assentado no continente da terra do Ceará, é marco, que muitas léguas ao longe descobrem as embarcações, quando navegam para as capitânicas do Norte. No distrito de Jaguaribe a famosa serra, cujo cume se remata com a forma de Sete Pães de Açúcar da Borborema, sita no Porto dos Touros entre o Cunhaú e a Paraíba, que correndo com o mesmo nome até a ribeira do Pinhancó, dali até a Iguapava (em que mais elevada fenece, escondendo-se entre as nuvens) se chama Serra do Araripe. A montanha do Ararobá, que nasce no continente da terra do Porto do Calvo, e vai com a mesma grande altura cortando por muitas léguas o interior do

sertão. O monte das Tabocas em Pernambuco, nove léguas da Vila do Recife. As montanhas dos Guararapes, que principiando menos elevadas quatro léguas da mesma Vila, vão continuando para o sertão com grandiosíssima altura, e acabam em serranias, que penetram os ares; estas montanhas, e aquele monte, célebres pelas três famosas vitórias, que neles alcançamos dos holandeses em três sanguinolentas batalhas campais.

*Montes pela parte do sul.* – Para o Sul a cordilheira de montes, que começando na Capitania dos Ilhéus com o nome de Serras dos Aimorés, e atravessando as do Porto Seguro, e do Espírito Santo, vão por cento e quarenta e três léguas de curso acabar na enseada do Rio de Janeiro, onde lhes chamam Montes dos Órgãos. No caminho daquela cidade para as Minas Gerais a altíssima Serra da Itatiaia. Nos vastos distritos das Minas do Ouro, as inacessíveis serranias, de cujas vertentes (dizem os seus descobridores) nasce o grandíssimo rio de São Francisco. Nas próprias Minas do Sul o opulento Serro Frio, que tem mais partes de ouro, que o Potosí teve de prata. A estupenda Serra de Paranapiacaba, que tendo assento no continente vizinho às Vilas de Santos, e São Vicente, vai inconstantemente subindo em voltas, umas sobre o mar, outras para o interior da terra, e dando por algumas partes entrada menos difícil, por outras estreito, e fragoso trânsito para a cidade de São Paulo, que lhe fica pelo Sertão sete léguas distante.

Apartado quase duas da dita cidade, o célebre monte Jaraguaí, dos primeiros corpos terrenos, que naquela região soltaram veias de ouro. Junto à Vila de Sorocaba, o monte Marocoiaaba, tão robusto, que tem de ferro as entranhas. Na Vila de Taubaté, a grande montanha de Itajubá. O alto monte Aiapi, fronteiro à Vila de Parnaíba. Entre ela, e a de Utu, a Serra de Aputerihibu. No caminho das novas Minas do Cuiabá, a cordilheira dos montes de Iboticutu; e mais ao Sul a do Cochipone. Finalmente, das elevadíssimas montanhas da nossa Portuguesa América, umas parecem ter aos



ombros o céu, outras penetrá-lo com a cabeça. Não se jactem só África, e Grécia dos seus dois sagrados montes, porque também (a menos ostentação de cultos) tem Atlantes e Olimpos o Brasil.

*As suas portentosas campanhas e vales.* – Toda a maior porção do seu terreno se dilata em grandíssimas campanhas rasas, tão estendidas, que caminhando-se muitas léguas sucessivas sempre parece que vão terminar nos horizontes. Vales tão desmedidos, que em larguíssimos diâmetros, é menos difícil abrir-lhes os centros, que compreender-lhes as distâncias no comprimento, e largura das suas planícies. Neste dilatadíssimo teatro, em que a natureza com tantas, e tão várias cenas representa a maior extensão da sua grandeza, e apura todos os alentos dos seus primores, regando com portentosos rios amplíssimas províncias, e posto que lhes não possamos seguir as correntes, é preciso lhes declaremos os nomes, primeiro aos mais célebres, e depois a outros também famosos, quando a eles for chegando a História.

*Rios mais famosos desta Região.* – O rio das Amazonas, ou Grão-Pará, que pudera ser pai de todos os rios; como o Oceano é pai de todos os mares tendo princípio longuíssimo no mais interior seio do reino do Peru, com o corpo de estupendo vulto, no trânsito de inumeráveis léguas por uma boca de oitenta de largo se desentranha no mar tão impetuoso, que transformando-lhe as ondas salgadas em águas doces, as bebem os navegantes, setenta léguas antes de chegarem à foz. A este rio, com o grandíssimo intervalo de cento e sessenta léguas de costa, por onde desembocam outros (postos que inferiores, também generosos rios) se segue o Maranhão, que com imenso comprimento, e largo corpo, por dezessete léguas de capacidade de boca, vomita as suas águas no Oceano. Do rio Maranhão, em distância de cento e trinta e quatro léguas de costa, corre o Jaguaribe, também caudaloso. Dele se contam quarenta léguas ao rio Grande, que leva copioso tributo ao mar. Do rio Grande, correndo a costa por cento e vinte e sete



léguas de distância, que compreende os Cabos de São Roque e de Santo Agostinho, nos treze rios de grossos cabedais, sendo entre eles o mais rico e de mais estirado nascimento o Paraíba nesta província, e o Beberibe na de Pernambuco.

Distante cinquenta léguas por costa, numeradas desde o Cabo de Santo Agostinho, está o grandíssimo rio de São Francisco, que com o Grão-Pará, e o do Prata, podem fazer um Triunvirato das águas, dominante sobre todos os rios do Mundo. São as suas margens mais povoadas que todas as dos outros do Brasil, seguidas as suas ribeiras pelo continente, mais de quatrocentas léguas; fecundíssimas, e medicinais as suas águas, navegáveis de embarcações medianas mais de quarenta léguas pelo sertão; por duas abre a boca, querendo tragar o mar quando nele entra, e por muitas o penetra, adoçando-lhe as ondas. Enganaram-se alguns escritores em dizer que este rio no meio do seu curso, por um sumidouro se mete na terra, e depois de penetrar-lhe as entranhas pela distância de doze léguas torna a sair com a mesma copiosa corrente; sendo o certo, que estreitando-se entre duas cordilheiras de montes opostos, e dilatados em todo aquele espaço, parece que se subterra, enquanto por esta causa se esconde, afirmando os gentios que daquelas montanhas é visto correr pelas ruas raízes descoberto.

Deste portentoso rio se contam até a barra da Bahia setenta léguas de costa, em cujo grande espaço correm ao mar vinte famosos rios, sendo entre eles de maior grandeza os de Sergipe, Rio Real, e Itapicuru. Da barra da Bahia, correndo as praias sessenta léguas, está o rio Santa Cruz no Porto Seguro. Neste intervalo tributam copiosas águas ao Oceano trinta rios, avultando por mais célebres o Taigpé, o Camamu, o Jaguaribe, o das Contas, e o de São Jorge. Em distância do rio de Santa Cruz, quarenta e cinco léguas, fica o rio Doce, recolhendo as águas de outros muitos, com que leva grosso tributo ao mar, sendo um dos feudatários a este rio o das Caravelas, também notável.



No espaço de oitenta léguas que há do rio Doce a Cabo Frio, correm vinte e quatro rios caudalosos. Dezoito léguas distante de Cabo Frio fica a enseada do Rio de Janeiro, em que desembocam dezessete. No intervalo de quarenta e duas léguas, que se contam dela por costa à barra de São Vicente, há trinta rios de puríssimas águas. Trinta léguas adiante está o rio Cananeia, com grande foz, e navegável a todo o gênero de embarcações. Em duzentas léguas de costa que há do rio da Cananeia ao da Prata, se acham vinte grandes rios, sendo os maiores o de São Francisco do Sul, e o dos Patos.

Ultimamente descoberto se segue o estupendo rio da Prata, maior que todos, e só inferior ao Grão-Pará, ou das Amazonas: traz o seu nascimento da mesma mãe; e posto que irmão menor, tem o curso quase igualmente dilatado mas por diferente rumo; correndo o das Amazonas para o Norte, e o da Prata para o Meio-dia. Em largura de cinquenta léguas de foz entra pelo Oceano, e outras tantas, antes de o apartarem, vão os navegantes bebendo doces as suas águas. Os escritores impropriamente lhe chamam também Paraguai, sendo este o nome de outro rio, que, recolhendo mais dois no seu regaço, vai com eles a entranhar-se no da Prata, não no princípio do seu nascimento, mas já no progresso do seu curso.

*Ilhas mais célebres desta costa.* – Baixos de mais nome. No bojo de um, e na boca de outro se vêm dois arquipélagos de Ilhas, sendo menos as que se acham na distância marítima, que há de um a outro: onde as mais célebres são a de Itamaracá, a de Santo Aleixo, a de São Sebastião, a Ilha Grande, e a de Santa Catarina; e por esta causa são os mares de toda esta costa tão limpos, e navegáveis, pois não acham os mareantes outros baixos célebres, e dignos de atenção para a cautela do perigo, mais que o de São Roque, o de Vasa-Barris em Sergipe, o de Santo Antônio na barra da Bahia e os Abrolhos.

*Rumos da navegação pela costa da nossa América.* – Os rumos da navegação pelas costas da nossa América Portuguesa de Norte a



Sul, e os ventos, com que se fazem as viagens para as suas alturas, e para os seus portos, exporemos, declarando, que de um grau Austral, saindo do Grão Pará para o Sul, nenhuma embarcação redonda pode navegar as costas das seis Províncias, Maranhão, Ceará, Rio Grande, Paraíba, Itamaracá, e Pernambuco, por correrem violentas as águas pela costa abaixo ao Oeste, e cursarem por ela impetuosos os ventos Suestes, e Les-Suestes, causa pela qual do Grão-Pará se vão os navios fazendo na volta do Norte até a altura de dezoito, e vinte graus de latitude pelo Sudoeste e Oeste, para dobrarem o Cabo de Santo Agostinho, e prosseguirem a viagem para as outras províncias do Brasil; mas do referido Cabo para o Grão-Pará é perpétua a monção, navegáveis os mares, e os ventos de servir sempre favoráveis.

No Cabo de Santo Agostinho, que está em oito graus, e um terço, corre a costa pelo Noroeste. Dele ao rio de São Francisco, que fica em dez graus, e meio, corre a costa Nor-Nordeste Sudoeste. Do rio de São Francisco ao Rio Real que está em onze graus, e um quarto, o rumo Nordeste Sudoeste. Do Rio Real à ponta de Itapoá, que está em treze graus, corre Nordeste Sudoeste. Da ponta de Itapuã à de Santo Antônio da barra da Bahia, que fica na mesma altura, corre a costa Leste Oeste. Da ponta de Santo Antônio ao Morro, que fica em treze graus, e dois terços, corre a costa Nor-Nordeste Su-Sudoeste. Do Morro aos Ilhéus, que estão em quinze graus escassos, corre Norte Sul. Dos Ilhéus, ao Porto Seguro, que está em dezesseis graus e meio, corre a costa o mesmo rumo. Do Porto Seguro aos Abrolhos, que estão em altura de dezoito graus, e lançam ao mar cinquenta e cinco léguas, corre a costa Norte e Sul. Dos Abrolhos ao Espírito Santo, que está em altura de vinte graus, corre ao Norte quarta de Nordeste, ao Sul quarta do Sudoeste.

Do Espírito Santo ao Cabo Frio, que está em vinte e três graus, vai correndo a costa até a ponta do Cabo de São Tomé pelo Sul quarta do Sudoeste, e desta até o Cabo Frio pelo Sudoeste. Do



Cabo Frio até o Rio de Janeiro, que fica na mesma altura de vinte e três graus, corre a costa Leste Oeste. Do Rio de Janeiro ao Porto de Santos, que está em vinte e quatro graus, corre a costa a Oeste-Sudoeste. De Santos ao rio de São Francisco do Sul, que está em altura de vinte e seis graus, e dois terços, vai correndo a costa pelo Sudoeste quarta do Sul. Dele à Ilha de Santa Catarina, cuja altura são vinte e oito graus, e meio, corre ao Sudoeste quarta do Sul. Da dita Ilha ao rio da Lagoa, que está em altura de trinta e dois graus, corre a costa pelo Sudoeste guinando para o Sul. Dali ao Cabo de Santa Maria, que fica em altura de trinta e cinco graus, corre-se a costa ao Sudoeste.

*Diversos movimentos do Oceano pelas mesmas Costas. Causa desta variedade.* – Tem o Oceano nestas costas diverso movimento, e curso no círculo do ano, porque do Cabo de Santo Agostinho correm as águas para o Sul desde vinte de Outubro até vinte de Janeiro; de vinte de Janeiro até vinte de Abril, estão indiferentes no curso; de vinte de Abril até vinte de Julho, correm para o Norte; e de vinte de Julho até vinte de Outubro, se mostram outra vez coma indeclináveis: porém do Cabo de Santo Agostinho até o rio das Amazonas, tem sempre uma mesma arrebatada corrente por toda aquela costa para Loeste até o Grão-Pará. A razão natural desta variedade é, porque como o Sol fere com perpendiculares raios os mares da Tórrida Zona, e o seu calor consome grande porção das águas do Oceano Atlântico, e Etiópico, convertendo umas em nuvens, e atenuando outras em ar, dispôs a provida natureza que o Oceano Boreal transforme com o seu úmido temperamento em si o ar vizinho, e conceba um contínuo aumento de águas, que correndo para o Sul (como as que o Oceano Austral participa da Zona Frígida, correm para o Norte) se conformem ambos para a conservação do todo, suprimindo um e outro Oceano com as suas águas, as que na Zona Tórrida se consomem.

Vista já, posto que em sombras, a pintura do corpo natural desta Região, a benevolência do seu clima, a formosura dos seus

Astros, a distância das suas costas, o curso da sua navegação, o movimento dos seus mares, objetos, que mereciam mais vivos, e dilatados rascunhos; mostraremos também em brutesco breve, as suas produções, frutos, plantas, lavouras, e manufaturas, com que os Portugueses foram fazendo grandes os interesses do seu comércio, e as delícias das suas Povoações, e outras árvores, flores, e frutas estrangeiras, que com o tempo lhes introduziram, recebendo-as a terra para as produzir tão copiosamente, que bem mostra, que só donde não é cultivada, deixa de ser profusa: exporemos o mimo dos seus mariscos, o regalo dos seus pescados e a riqueza das suas pescarias; de tudo daremos breve, mas distinta notícia.

*Planta da cana. Manufatura do açúcar.* – A cana (planta comum a toda a América Portuguesa) se cultiva em sítios próprios para a sua produção, que se chamam Massapes; uns em terra firme, outros em Ilhas. Estendida, se mete na terra, e dela vão brotando olhos, que crescendo entre as suas folhas, parecem à vista searas de trigo. Quando estão sazoadas, e pelo conhecimento dos lavradores perfeitas, de dezoito meses nos continentes, e de um ano nas Ilhas, se cortam, e levam para os engenhos, onde espremidas em instrumentos, que chamam moendas, umas, que movem correntes de águas, outras giros de cavalos, se derretem em docíssimo suco, que caindo líquido vai correndo por aquedutos de pau a uma grande taxa, chamada parol, e metida na terra, de donde em taças pequenas de cobre, presas por cadeias de ferro, o sobem para o botar nas caldeiras, em que se coze; em fervendo, lhe lançam uma água de certa qualidade de cinza, que nomeiam de coada, e posto no ponto necessário o passam a vasilhas de barro piramidais, que chamam fôrmas, e cobertas de barro as suas circulares bocas, depois de quarenta dias, que nelas se está purificando o açúcar, se põe um dia ao Sol, e se mete nas caixas.

O peso do açúcar, assim branco, como mascavado que se tira de cada uma destas fôrmas sendo todas feitas quase por uma medida



nas suas oficinas, é diverso nos engenhos; porque as canas, que se moem próprias, ou obrigadas, e se cultivam em terras de massapé mais legítimo, ou se plantam de novo em outras menos cansadas, e mais distantes das praias (causa por que lhes chamam propriedades do mato, por diferença das outras, que se dizem de beira-mar) são maiores no comprimento, grossura, e distância dos nós, e têm mais suco que as outras, que nascem em terrenos já de muitos anos cultivados, como são todas as fazendas que ficam perto dos rios, e pela sua vizinhança, e comodidade dos seus portos, foram as primeiras, que se fabricaram, e já por antigas são hoje menos rendosas, carecendo as canas de mais trabalho para crescerem, pela muita erva, que naqueles lugares as sufoca (como a cizânia ao trigo) se não há contínuo cuidado em as limpar, não sendo às novas fazendas do mato necessárias tantas limpas; e também consiste o rendimento e bondade do açúcar nos Mestres dele, que assistem as caldeiras, os quais devem ter grandes experiências, para o cozer, e pôr no ponto da maior perfeição.

Nos engenhos, em que concorrem as referidas qualidades, circunstâncias, e benefícios, dá cada forma três arrobas, e três e meia de branco, uma, ou meia de mascavado: havendo engenhos, que fazem três mil, três mil e quinhentos, e quatro mil pães dos declarados pesos; e moradores que têm dois, três, e quatro engenhos moentes, para cujas fábricas fazem grossas despesas, principalmente no tempo presente, em que pelo descobrimento, e lavra das Minas, que levam muitos escravos, tem crescido o valor deles a excessivo preço, e a este respeito os outros gêneros necessários para a cultura do açúcar; e a não haver este desconto, seriam os Senhores dos Engenhos os Vassalos de maiores rendas, e os mais opulentos de toda a Coroa Portuguesa.

*Manufaturas dos açúcares batidos.* – São copiosos os meles, que as fôrmas botam, quando depois de congelado o açúcar, lhes tiram pelo fundo, em que tem um furo, as folhas com que as tapam,

quando lhe lançam líquido; e no tempo em que se está purificando, destila os referidos meles, os quais se os Senhores dos Engenhos os querem cozer, têm outras oficinas para este fim, e com novo benefício, e arte, fazem outra qualidade de açúcar, que chamam batido, assim branco, como mascavado, na cor, e aparência como o outro, mas na doçura, e substância diverso, porque duas arrobas de branco batido não fazem o efeito de uma de branco fino, e a mesma diferença há entre um e outro mascavado.

*Das águas ardentes da terra.* – Também este gênero de açúcar destila outra espécie de mel, que chamam remel, do qual se fazem outras manufaturas: quando os Senhores dos Engenhos não querem usar destes inferiores gêneros de açúcar, vendem os meles aos fabricantes das águas ardentes, que em pipas, e tonéis os levam para as suas oficinas, onde tendo-os algum tempo em certa infusão, os põe a cozer em lambiques, cuja destilação é água ardente, de que consta a maior parte da carga das embarcações, que navegam para a costa de África a buscar escravos, e se gasta por eles, e pela plebe do Brasil em lugar das do Reino.

*Planta do tabaco.* – *Sua manufatura.* – O tabaco, planta, que, sendo por muitas qualidades chamada erva santa, o luxo dos homens lhe faz degenerar em vícios as virtudes, e tão melindrosa, que na sua criação qualquer acidente a destrói, assim como no seu uso qualquer sopro a desvanece. Cultiva-se só nas capitâneas do Norte; semeia-se em Maio, e nascida, a transplantam; o muito sol a queima, e a demasiada chuva a apodrece; cresce cega, porque lhe tiram os olhos; é sujeita com excesso à lagarta, e ao mosquito; não tem ramos, só lança folhas, mas em cada pé não passam de doze; a sua colheita é de Agosto até Fevereiro: quando está sazoadada, se lhe fazem amarelas as folhas as que vão declinando, se vão colhendo, e guardando em casas de palha, feitas em proporção à grandeza do sítio, em que a semeiam: tira-se-lhe o talo, e no seu benefício, desde que a começam a torcer até a sua última perfeição, passa



pelas mãos doze vezes, e no peso conveniente se fazem os rolos, que cobrem de couro em cabelo, para se embarcarem.

*Segunda folha chamada Soca.* – Esta planta dá duas folhas, a segunda chamam Soca. A sua bondade, e perfeição procede não só da qualidade do terreno, em que a cultivam, da proporção, ou compostura com que o tempo (vário nas mesmas naturais Estações do clima) se diferencia, e mostra desigual; porém do benefício, que se lhe aplica, da arte com que se coxa, e torce, algum à mão, outro com engenhos, (donde é menos o trabalho, e sai mais perfeita a obra) algumas vezes de mil pés se colhem nove, ou dez arrobas, sendo esta a maior grandeza, a que chega a sua liberalidade: mas a produção comum de cada mil pés é sete, até oito arrobas, entrando neste número a primeira folha, e a segunda da Soca: esta se colhe em dois meses, e acontece às vezes ser melhor, e mais abundante.

Os seus Lavradores necessariamente têm currais de gado, para lhe fecundarem as terras desta cultura com o mesmo, que não mister as hortas para produzirem as plantas: há destes Agricultores alguns que têm tantos sítios desta lavoura, tais fábricas de escravos, e oficinas, que recolhem cada ano três mil e quinhentas, ou quatro mil arrobas, quando os acidentes do tempo, ou falta do cuidado, e benefício, lhes não diminuem o seu costumado rendimento.

*Planta da mandioca.* – *Sua manufatura.* – As Capitánias do Norte carecem de farinha de trigo, de que abundam algumas do Sul, mas a comum, e geral em todas é a da mandioca. Esta se planta com uns ramos, ou garfos, que em qualquer tempo (excepto nos meses de Abril, Maio e Junho, que são os do mais rigoroso Inverno no Brasil) se metem na terra, chamados Manaíbas, os quais lançam grossas raízes, que aos doze, até os dezesseis meses (conforme os sítios em que se cultivam, de mais ou menos simpatia com esta planta) as arrancam, e ralam em uma forma de



engenho, que chamam bolandeira, e espremem em instrumentos de palha, que nomeiam Tapitis, e logo a cozem em alguidares de barro, ou de cobre, e fazem farinha dos gêneros, e nomes, que diremos, e umas delgadas, e tênues fatias, que suprem o pão, com o nome de beijus.

Das mesmas raízes lançadas de molho, se faz a mandioca-puba; e postas ao sol, a carimã, ambas substancialíssimas, e com virtudes para remédio de muitas enfermidades. Da água, que sai dos tapitis, coada, e posta ao sol, se faz a farinha, que chamam de tapioca, e goma seleta, a melhor matéria para os polvilhos das cabeleiras. Da mandioca, que depois de posta em molho chamam puba, feitos uns bolos cozidos, e depois ralados, se fazem farinhas, que sovadas, e amassadas em forma de pães, e de fatias de biscoito, e cozidos em fôrmas, saem com admirável gosto, o mesmo feitio, e perfeição, que os de trigo.

*Gêneros de farinha.* – Esta farinha se faz de vários modos, fresca, que dura só dois dias, e é de maior regalo; fina, de que se usa nas mesas com diversos nomes, uma de pitanga, outra de tapioca, e a que se chama de guerra, que é o pão de munição dos soldados, sustento da gente vulgar. Todas, exceto a primeira, saindo do fogo bem cozidas, e guardadas em partes secas, duram um ano com o próprio gosto; e seis meses os beijus, que sempre se fazem de farinha fina. Das Vilas do Cairu, Camamu, Boipeba, e rio das Contas, vêm em compridos fardos de palha, chamados Sírios, e lançam seis quartas, e meia, e sete quartas cada um.

A mais, que se lavra em diferentes partes, se conduz em sacos, ou solta nas embarcações. As circunstâncias notáveis destas raízes são duas; a primeira, estarem dois, três anos metidas na terra, sem apodrecerem, quando aos seus agricultores parece, que em as dilatar, podem conseguir maiores interesses; a segunda, serem refinado veneno antes de lançadas de molho, e utilíssimo sustento depois de beneficiadas. Há lavradores tão poderosos, que dos



sírios fazem cada ano dois mil e quinhentos, e da que se vende solta, mais de três mil alqueires.

*Raízes de Aipis, e seus gêneros.* – Outras raízes há do mesmo gênero, e feitio, mas de diversa qualidade, que se chamam Aipis, de quatro espécies, assu, branco, preto, e roxa: de todas se fazem por vários modos agradáveis guisados; assadas tem o mesmo sabor, que as castanhas de Portugal, e nos olhos se assemelham aos nabos. É tradição entre os Gentios, que todas as referidas raízes, a forma da sua cultura, e do seu uso, lhes deixara aquele Varão, cuja doutrina não quiseram receber, e a quem fizeram ausentar de todo o Brasil, que foi o glorioso Apóstolo São Tomé, como logo mostraremos.

*Produção do Arroz.* – É imensa no Brasil a produção do arroz, igual na bondade ao de Espanha, ao de Itália, e melhor que o da Ásia, e pudera servir de pão, como na Índia, se em o nosso clima se não acomodaram os corpos mais à farinha da mandioca, que melhor os nutre; porém continuamente se usa dele por regalo, assim guisado em muitas viandas, como em outros vários compostos. Na Província da Bahia os alqueires, que se colhem, não têm número; são tantos nas dos Ilhéus, e do Porto Seguro, que sai para várias partes em sírios, como a farinha. Este grão tem circunstância maravilhosa na do Pará, porque penetrados aqueles Sertões, se experimentou, que os seus naturais o colhem sem o semearem, produzindo-o naturalmente a terra em dilatadíssimos brejais, com abundância, e sem cultura; mas não só para a parte do Norte se acha esta singularidade, porque pela do Sul, muito além de São Paulo, nas novas Minas do Cuiabá se via o arroz produzido na mesma forma, e o grão maior que todos os deste gênero.

*De outros vários grãos, e legumes.* – De outros grãos, e legumes produz a nossa América em quantidade trigo, feijão, milho, favas, algumas ervilhas do Reino, anduzes, como elas na forma, e melhores no gosto, mangalôs, mendubis, gergelim, gengibre, do qual

se faz útil conserva, e serve de simples em vários mistos de doces, e de guisados; batatas, inhames, geremus, carases brancos, roxos, e de outras cores, e castas, mançarãs, mangaritos, tamataranas, remédio insigne para os enfermos de estilicídio, e asma. Dos incultos dá em abundância, pinhões, sapucaias, castanhas-de-caju, que, estando maduras, se comem assadas, e se confeitam como as amêndoas, das quais têm o gosto, e suprem a falta em várias espécies de doces, saborosos por extremo, e quando estão verdes se chamam muturis, e deles se fazem excelentes guisados e compostos regalados.

*Ervas comestíveis naturais. Ervas hortenses estrangeiras. Cheirosas. Mediciniais.* – Das ervas naturais comestíveis são principais os quiabos, os jilós, e os maxixes, as largas taiobas, a peitoral maniçoba, que se guisa das folhas da mandioca, as cheirosas pimentas de muitas espécies, e cores, que servem ao gosto, ao olfato e à vista. Das hortaliças da Europa há no Brasil alfaces, couves de várias castas, repolhos, nabos, rabãos, cenouras, pepinos, espinafres, abóboras de água, cebolas, alhos, cardos, bredos, mostarda, tomates e beldroegas. Das ervas cheirosas hortelã, segurelha, poejo, coentro, funcho, salsa, manjerona, endro, manjerição, alecrim, arruda e losna. Das mediciniais, canafístula, tamarindos, gelapa, salsaparrilha, filipódio, pau-da-china, malvas, tançagem, sene, a que os naturais chamam Tacumburi.

*Raras virtudes de outras ervas naturais.* – As outras ervas naturais são inumeráveis, e tão ativa a virtude de algumas, que se alcançaram a notícia, e experiência delas Dioscorides, e Plínio, seriam o maior emprego das suas penas, e observações. O conhecimento dos seus efeitos nos ocultarão sempre os Gentios, tenazes do segredo, e avaros dos bens, que lhes concedeu a natureza; porém de alguns mais domésticos, e da experiência, que a falta dos outros remédios deu aos penetradores dos Sertões, onde não havia boticas, nem medicinas, se veio a conhecer a sua força, e a exercer a sua prática.



*Suas espécies.* – As mais célebres são a samambaia, que solda todas as quebraduras, a capeba, que desfaz todos os opóstemas, a erva de leite, que limpa de todas as belidas, e névoas aos olhos, o mata-pasto, que tira as febres, a careca, que tira as boubas, o ananás, que expulsa a pedra, o coroatá, que arroja as lombrigas, a buta, que conforta os estômagos, e expele as dores de cabeça, o mil-homens, para mil enfermidades, e outras para várias queixas, ou tomadas em potagens, ou postas como remédios tópicos: há também erva de rato para matar, e tanhoron para atrair: outras libidinosas, que provocam a lascívia, das quais é mais conveniente ocultar a notícia, e calar os nomes.

*Duas ervas notáveis.* – Duas portentosas ervas há que merecem particular narração: uma é a que chamam Sensível, porque parece ter não só a natureza vegetativa das plantas, mas também a sensitiva dos animais; porque no próprio instante em que a tocam, murcha todas as suas folhas, e não as torna a abrir, até que senão ausenta a pessoa, que pondo-lhe a mão a ofendeu, ou a violou; tem em si mesma (como a víbora) a peçonha, e a triaga, na folha o veneno, e o antídoto na raiz.

A outra, com efeito diverso, é também notável; o nome se ignora, e a virtude se viu na Aldeia da Natuba, quarenta léguas distante da Cidade da Bahia, e a não ser tão autorizada, e fidedigna a pessoa, que como testemunha de vista o depôs, o não escrevêramos. Achou a um Gentio já doméstico, e Cristão fazendo certo instrumento de ferro, que pela eficácia de uma erva, que lhe aplicara, o fez tão brando que o cortava como a qualquer fruta; e oferecendo prêmios ao índio, para que lhe mostrasse a folha, os reputou em menos, que o segredo, não lho querendo revelar; e seria provável, que teria outra folha de contrária virtude para o solidar, pois na brandura, em que estava, lhe não servia para o instrumento, que dispunha.

*Flores estrangeiras.* – As flores estrangeiras, que há nesta região em abundância grande, são rosas de Alexandria e de Portugal,



que dão em todo o curso do ano, e de uma se faz já açúcar rosado maravilhoso; cravos de Arrochela, mesclados, Almirantes, e vermelhos; jasmins de Itália, e galegos em cópia excessiva; mosquetas, tulipas, angélicas, açucenas, maravilhas, posto que adulteradas, macelas, girassóis, lírios, caracóis, e esponjas, que chamam Corona-Christi, suspiros, maiores que as perpétuas, porém semelhantes a elas na figura, na folha, e na duração, a cor é entre roxo e carmesim, com umas miúdas respirações brancas no diâmetro da sua breve circunferência: trouxeram-se da Índia Oriental, e no seu nome bem mostram serem de longe; mugarins fragrantíssimos, claros como estrelas, também da Ásia, musambis, que nascem só nos fins dos ramos, que a sua árvore lança, formando pirâmides, compostas de flores tostadas, amarelas e brancas, são oriundas de Cabo Verde.

*Flores naturais.* – Das naturais há muitas admiráveis, sendo a primeira a do maracujá, misterioso parto da natureza, que das mesmas partes, de que compõe a flor, lhe formou os instrumentos da Sagrada Paixão, fazendo-lhe nas folhas cumuladas ao pé o Calvário, em outras peças a Coluna, os três Cravos, a Coroa de espinhos, e pendentes em cinco braços, que com igual proporção se abrem da Coluna para a circunferência, as cinco Chagas, de cada três, com atenção, se forma a Cruz, e no ramo em que se prende o pé se vê a Lança.

Outra é a metamorfose das flores, senão na substância, nos acidentes, rosa maior que a de Alexandria, que trajando na manhã de branco se vai corando, e dispendo ao meio-dia para vestir púrpura de tarde, nascendo neve, e acabando nácar; é produzida de uma árvore pequena de grande copa, e folhas largas. Outras há que se chamam Flores-de-São-João, por começarem um mês antes do seu dia, das quais se matizam as suas capelas; nascem de uma árvore de mediana estatura, e copa, cujos ramos rematam em tal profusão de gemadas flores que parecem cachos de ouro em folhagem



de esmeralda: da própria cor dourada outras rosas pequenas, que parecem maravilhas, de inumeráveis, e crespas folhas.

O vulgo imenso de boninas de muitas castas, roxas e brancas, que dormem de dia, e despertam à noite, com tão melindroso ser, como débil suavidade. As flores da Quaresma, por virem naquele tempo, azuis, e em forma de pirâmides, com as quais se ornaram os Altares. Os jasmims miúdos, e vermelhos, mas em tal cópia produzidos por entre as estreitas folhas das brandas varas, em que nascem, que enredando-se por qualquer tronco, ou edifício, o fazem uma confusão verde, ou um encarnado labirinto. As açucenas, que imitam no tronco, e nas folhas às de Europa, umas brancas com cheiro, outras sem fragrância nacaradas, os bredos namorados de muitas castas, com folhas de várias cores. As flores da courana miúdas, e suaves.

*Frutas estrangeiras.* – Das frutas estrangeiras logra o Brasil pêsegos, peros, marmelos, peras e açafão nas Capitánias do Sul; porém em todas se dão figos de duas castas, excelentes ambas, romãs admiráveis, perfeitas uvas moscatéis de Jesus, ferrais, e bastardos, cujas cepas, e vides produzem duas, e três vezes no ano. Melancias seletas, regalados melões; e em sumo grão formosas, e delectáveis todas as frutas, que se chamam de espinho, excedendo as que deste gênero há em Europa. Mangas da Ásia em grande número, e perfeição, de que já se fazem preciosos doces.

*Frutas naturais cultas.* – Das naturais cultas há infinitas, sendo primeiro o ananás, que como a rei de todas a coroou a natureza com diadema das suas mesmas folhas, as quais em círculo lhe cingem a cabeça, e o rodeou de espinhos, que como arqueiros o guardam. As outras são as fragrantas pitombas, como pequenas gemas de ovos: as pitangas, do mesmo tamanho, mas golpeadas em gomos, umas roxas, outras vermelhas, todas frescas, e refrigerantes dos calores da febre. Os maracujás cordialíssimos de cinco espécies, mas de uma só qualidade, de cujo suco se fazem

deliciosos sorvetes, e da casca perfeitas conservas. Os araçazais, também de cinco castas, dos quais os perinhos e merins se dão aos enfermos, e de todos se fazem prezados doces com o nome de marmeladas, tão finas, e seletas como as do Reino, todas mui brancas, e só as das goiabas carmesins, cor da sua massa.

Há cocos de outros tantos gêneros, cuja água é suave, e fresca: da fruta se fazem saborosos doces, e mimosos guisados. Frutas-do-conde grandes, e deliciosas. Bananas de dois gêneros, que servem de regalo, e por muitos modos, de mantimento, na falta da farinha, e assadas são melhores, que as maçãs camoesas: pelo seu regalo, cheiro, e formosura, se pode presumir foi o pomo, com que a serpente tentou no Paraíso a nossos primeiros Pais, podendo também o comprimento, e largura das suas folhas persuadir farão as de que eles se cobrirão, das quais podiam cortar grandes roupas.

As frutas silvestres são muitas, e entre elas as de melhor sabor, e mais nome, as mangabas, que sazoadas excedem a muitas, e em conservas nenhuma as iguala, suaves no cheiro, e agradáveis à vista, de uma parte vermelhas, amarelas de outras: os mucujês, como elas na massa, no gosto, e na forma, porém diferentes na cor, entre verde, e pardo; corta-se-lhe a árvore para se colherem. Os areticusapês, os mamões, os muricis, os cajus, que têm outro fruto de diferente qualidade na castanha, de que já falamos, aqueles frescos, e estas quentes; os cajás, e os jenipapos, excelentes confortativos para o estômago: destes dois últimos se fazem também excelentes doces, e os Gentios tiram delas os seus mais generosos vinhos. De outras agradáveis, posto que de inferior estimação, se acham cobertas as brenhas, e matos do Brasil, tendo nesta multidão lugar a jabuticaba, e o umbu, o qual no sertão supre com a poccia do suco a falta da água.

Das plantas e árvores preciosas logra a nossa América o cravo; nasce de uma árvore, em que se acham cravo, pimenta, e canela; cravo na flor, pimenta no fruto, e canela na casca, porém estas três



produções têm a mesma acrimônia, sabor, e cheiro só do cravo-da-índia, de que todas tomam o nome. A canela em sua própria espécie, que veio da Ásia ao Brasil por ordem Real há poucos anos, se colhe de uma árvore na altura grande, formosa na copa, estendida nos ramos, de folhas compridas; delas há já no Brasil tão grande número que abunda desta especiaria, a qual supre dignamente à de Ceilão por todos estes países, e se envia muita a Portugal.

*Plantas do cacau.* – O cacau, cujo fruto não tem flor, é árvore de mediana altura, de ramos mui apartados do tronco: nasce o pomo todas as Luas, sendo mais perfeitos os do Verão; tem a forma de um pequeno melão, a cor amarela, suave o cheiro e dentro umas poucas pevides menores que as amêndoas, mas do mesmo feitio, que são o que propriamente chamam Cacau, e dão o nome à árvore, e ao pomo: a polpa deste, desfeita em licor suave, serve de regalado vinho aos naturais; as amêndoas, ou pevides secas ao sol, são a matéria principal do chocolate: produzem em terras úmidas, e alagadiças; semeiam-se os grãos frescos, porque secos não nascem, e os troncos se vão dispendo em forma de bem-ordenados pomares: o benefício é mais fácil aos que cultivam as árvores, que o resguardo dos frutos sempre combatidos, e penetrados dos pássaros.

*Planta da baunilha. Do anil. Do algodão. Tinta do urucu. Da tarajuba. Do pau-brasil.* – A baunilha nasce em umas delgadas varas, a que no idioma dos naturais chamam cipós, compridas, sempre verdes, e cheias de apartados nós, com só duas folhas em cada um; brotam umas bainhas do comprimento, e grossura de paus de lacre; estando sazoadas, ficam negras; o miolo é cheio de uns grãos mui pequenos, com suco, que parece óleo, e cheiro fragrantíssimo, sendo o primeiro ingrediente do chocolate. O anil, pobre de tronco, de humilde rolha mui miúda, nasce pelas brenhas. Do algodão há infinita cópia, que se fabrica em muitos teares, dos quais saem inumeráveis peças de pano, que têm uso para várias

coisas, e da mesma matéria se fazem grossas, mas vistosas obras; porém nas redes para as serpentinhas se apuram os seus fabricantes, lavrando-as com primorosas pinturas, de muitas cores agradavelmente matizadas. O urucu nasce de árvores pequenas, o fruto é do tamanho e feitio de uma lima mais piramidal, tem uns grãos negros engastados em uma massa de escarlata, é admirável tinta nacarada, que se compra em Europa por muito preço. A tarajuba é mais de um incorruptível tronco; tiraram dela os Holandeses grandes interesses com a preciosa tinta amarela, que faz, e do paul-brasil todas as Nações do Norte para muitas de tantas cores, como as suas engenhosas artes sabem fazer dele.

*Do bálsamo.* – O bálsamo é destilação fragrante de robustas árvores, que por muitos espaços de distância respiram suavidades; são cinzentas, e têm a folha semelhante às do mirto, mui altas, copadas, e tantas, que formando densas matas deste aroma ocuparam sucessivas léguas de terreno, sendo em uns lugares melhor o seu licor que em outros, e no seu gênero, o mais perfeito do mundo; provocado de qualquer golpe, que pelas Luas lhes dão nos troncos, corre em tanta cópia que em nenhuma parte da Palestina se colhe em mais abundância: fazem dele, com outros ingredientes, admiráveis obras de contas, caixas e peças maravilhosas, tão agradáveis à vista, como ao olfato: é medicinal para muitas enfermidades, prodigioso na cura das feridas, tem simpatia com o cérebro, e com o ventre, e muitas outras virtudes.

*Do cupaúba. Da bicuíba. Da almecega.* – Há outro gênero destas árvores da mesma cor, e grandeza, mas diferentes na qualidade, e brota dos troncos óleo menos suave, mas também cheiroso, que chamam cupaúba, igualmente proveitoso para muitos achaques, dores e feridas, preservando-as de espasmos, e curando-as mais brevemente, que os unguentos da cirurgia, e para as pinturas têm o mesmo efeito que o de linhaça. As bicuíbas são árvores também grandes, cujos frutos parecem nozes, como as moscadãs; o seu

miolo pisado destila um óleo finíssimo, que se aplica às dores, e curas gálicas com maravilhoso efeito. Há outra casta de árvores de menos altura, e ramos, que brotam perfeita almecega, goma ativa para emplastos nos peitos, partes rendidas, e carnes quebradas, com outras virtudes para remédios de muitos males.

*Das madeiras.* – As madeiras pela formosura, preço, grandeza, e incorruptibilidade são as melhores do mundo. Seja a primeira aquele pau, que deu o nome a esta opulenta região, e concorreu para o seu comércio, e grandeza desde o seu descobrimento, sendo apetecido, e solicitado de tantas nações. Logo o jacarandá, igual na estimação, e luzimento ao evano, com a vantagem das ondas pardas, que o fazem mais vistoso. O sassafrás, que além do lustre, e suave cheiro, tem virtude para curar muitas enfermidades, causa por que se lavram dele muitos púcaros e copos. O violete, admirável pelas águas roxas, que parecem roubadas às mais finas ametistas. O pequiá, da cor do mais peregrino amarela, e serve de touxiar as obras das outras madeiras, que com ele se matizam; e o vinhático, luzente e dourado.

*Paus portentosos.* – Os incorruptíveis paus vermelhos, angelins, cedros, jataipevas e maçarandubas; os potumujus, supopiras, e adernos acastanhados; as claraibas, os louros, tapinhões, os bacurris, guabiramas, e jandirobas, o pau-ferro, o de arco, o da sapucaia, e outros troncos das mesmas qualidades, e várias cores, tão grossos que deles se lavram as embarcações inteiriças, que chamam canoas; e no Pará, Maranhão, e Ceará, se dizem de viagem inteira, que tem dezesseis, e vinte palmos de diâmetro; carregam cinquenta, e sessenta caixas de açúcar de quarenta arrobas cada uma, e levam vinte e quatro remos por banda: de outros paus, posto que inferiores, também grandes, se levaram capacíssimas canoas de muita carga, em tanto número, que delas estão cheias todas as praias.

*Do gado maior.* – Os irracionais viventes sensitivos, que se criam nestes campos, bosques e montanhas, são incomparáveis



em grandeza, número e espécies. Do gado, que chamamos maior, é tanta a quantidade que nos campos, que jazem entre Paranaguá, e o rio da Prata, andam sem dono, e sem cultura, e os vão matar, só por lhe tirarem os couros; da carne se não faz caso: nas outras partes do Brasil é tanto, que antes de se descobrirem as minas de ouro, para cujos numerosos Povos vão inumeráveis cabeças, valia cortado nos açougues ordinariamente, a cento e sessenta, e duzentos réis a arroba, em muitas ocasiões a oitenta, e a cem réis, e só quando as secas dos sertões, ou as enchentes dos rios lhe causam prejuízo, ou lhe impedem o trânsito, deixa de abundar nas povoações com o referido excesso; sendo alguns destes animais de tanta grandeza que pesa cada um vinte, e vinte e quatro arrobas.

Em algumas partes do País de São Paulo há gado vacuum de tal qualidade que deixando de pascer a erva abundante, que produz aquele terreno, se sustenta só da terra, à qual tem tal simpatia, ou propriedade para o engordar, e lhe fazer gostosa a carne, que entre todas as deste gênero, por aquela região, é a mais saborosa, e apetecida, e as reses tamanhas que as não igualam as outras na grandeza, e peso, em prova de que a terra, de que se mantém, as nutre com vantagem às mais, que se criam com o pasto comum a todos os animais, dos quais vem a ficar diferentes na singularidade do alimento.

*Do menor.* – Do menor é grande a criação, porque não há morador dos termos, ou recôncavos, que o deixe de ter em tanto número, quanto lhe baste para o seu regalo, e para o seu interesse, mandando-se buscar das povoações para comida, mimos e matlotagens. São excelentes os capados, que se sustentam, e criam com a mandioca, e alguns chegam a ter de peso doze e quatorze arrobas: tenríssimos os leitões, saborosos, e grandes os carneiros, brandos os borregos, mimosos e saudáveis os cabritos.

*Do cavalari. Dos perros.* – Do gado cavalari se cria nesta região muita cópia, saindo briosos ginetes, de fina raça, com a grandeza,

sinais, cores e propriedades, que se procurarão nestes generosos brutos: tomam docilmente os primores, que lhes ensinam, e são extremados na velocidade. Deixem os poetas de pintar ao cavalo Pégaso com asas: os antigos de fabular, que as éguas da Lusitânia concebem do Zéfiro, porque as do Brasil têm partos tão ligeiros, que correm parelhas com os ventos, há perros de caça, e da casa, com grande instinto; e para guardar as fazendas muitos de tanto vulto, que parecem bezerros.

*Das feras e bichos horríveis.* – Das feras há tigres, onças, antas, suçuaranas, e javalis, que chamam porcos-do-mato; estes de duas castas, uns nomeados caetetus, outros, queixadas-brancas. Em gênero de cobras monstruosas, a jiboia, tão grande, que se alcança o maior touro o prende com a cauda, e apertando-lhe os ossos, lhos quebra e o come. A surucucu, que, posto que inferior, faz o próprio ao gado menor. Dos bichos asquerosos, a preguiça, de tão tardo movimento, que apenas se lhe enxerga o curso, e em poucos passos gasta todo um dia. O camaleão também fleumático, sem embargo de beber as cóleras ao vento. Os saruês, piratas das criações domésticas. As guaribas de triste e porfiado canto nas árvores, e os guaxinins, que são do seu coro, e solfa.

*Dos monos e bugios.* – *Caças quadrúpedes.* – Há monos horríveis nos montes, e domésticos nas pousadas; várias castas de bugios, e saguins, uns cinzentos, outros entre pardos, e amarelos, que se chamam de cheiro, por algum que exalam não desagradável, e são os animais que mostram mais instinto, pelos brincos, e ações que fazem. Das caças quadrúpedes silvestres, há veados, capivaras, coelhos, cotias, quatis, periaás, teús, tatus, e pacas; estas, posto que nocivas para a saúde, têm a carne superior no gosto a todas as do Brasil.

*Caças voláteis.* – *Criações domésticas.* – Das muitas caças voláteis, e montanhas destes países, a primeira é a zabelê, êmula dos faiçames de Milão, e dos francolins de Chipre; tem a grandeza, e

feitio das galinhas pequenas, com alguma diferença na cabeça, em ter penas por cristas. Logo as enapopês, maiores que as galinhas, de mais titela, e melhor gosto: pombas de muitas castas torocases, de mais grandeza, que as outras; competem com as perdizes no tamanho, forma, peito, e sabor: as juritis, e pariris, tenras, e gostosíssimas; as arapongas, mais regaladas que todas: muitas e agradáveis rolas. De outros pássaros também comestíveis há araquãs, mutuns, jacus, jacutingas, e nas ribeiras do mar, e dos rios, marrecas, e galeirões. Das aves, e criações domésticas há mui grandes galinhas, capões, perus, emas, gansos, patos e patoris.

*Aves de canto.* – Das que têm alguma voz, e canto, papagaios, periquitos, araras e canindés, que são pelas cores íris animados nas selvas, e ramalhetes de penas nas regiões dos ares; proferem todas as palavras que lhes ensinam. Os bicudos negros, como os melros, quase do seu tamanho, mais destros, e agradáveis no canto: sabiás, que chamam das praias, por andarem sempre nas ribeiras, onde só cantam, mas que todos suaves; tem cinzentos os costados, e os peitos brancos: patativas, coleirinhos, canários, e outros, que em menos ajustada solfa também agradavelmente cantam. As vivas tintas com que os coloria, e matizou a natureza, são tão admiráveis que os fazem parecer flores volantes nos jardins da esfera: os mais célebres são os tucanos pelas penas mimosas, e gemadas, que como peles de ouro lhes cobrem os peitos, e os guarás pela púrpura de que vestem os corpos.

*Âmbar gris, aljôfar e pérolas que criam estes mares.* – Para aumentar as riquezas da nossa América Portuguesa, lhe lança o mar por muitas partes das suas costas o âmbar gris, mais prezado, e mais precioso. É tradição constante, que a um dos primeiros homens, que casarão na Bahia, se lhe deram quatro arrobas em dote, colhido nas suas praias, onde tem saído muito, e em mais quantidade se tem achado nas da Ilha de Itaparica; porém com abundância maior na província do Ceará, cujos gentios o trocam





com os portugueses por drogas de pouco preço, e às vezes lho dão sem interesse. Em muitas das outras províncias se colhem alguns aljôfares perfeitos, e pérolas netas. De uma fomos testemunha, achada em uma ostra depois de assada; era de grandeza mais que mediana, em sumo grau esférico; de uma parte tinha perdido o lustre ao rigor do fogo, e da outra, onde lhe não chegara, estava com a sua natural cor e formosura, tão brilhante como a mais preciosa margarita.

Muitas se colherão em diferentes tempos, e entre elas uma em excesso grande, também ofendida do fogo, em que lhe fora assada a concha, ficando-lhe as porções ilesas admiravelmente belas. É sem dúvida que se os naturais as fossem buscar ao centro por interesse, como as Nações Indianas, Orientais, e Ocidentais, logriam a mesma rica pescaria; porém a gente do Brasil por falta de ambição, ou de atividade, das riquezas do mar colhe as que arroja, e não penetra as que esconde.

*Os pescados estrangeiros, e naturais. – Pescaria dos charéus. –* Cria abundante número de várias pescados: dos de Europa, linguados, saveis, tainhas, pescadas, salmonetes, robalos, meros, arraias, cações, galos, enxarrocós, voadores, carapaus, chernes, sardos, corvinas, agulhas, e sardinhas: dos naturais, por serem infinitos, nomearemos só os mais notáveis, baleias, beijupirás, cavalas, garoupas, vermelhos, coramás, pampanos, caropebas, parus, ubaranas, guaracemas, jaguaraçás, camoropins, olhos-de-boi, dourados, e charéus; este último, ainda que muito vulgar pela sua quantidade, merece especial notícia, pela grandeza da sua pescaria, e por ser o sustento dos escravos, e do povo miúdo da Bahia.

Têm quatro palmos de comprido, um e meio de largo; são sempre gordos, e gostosos, por terem estação própria em que correm, que é do primeiro de Dezembro, até o fim de Abril. As suas ovas têm grandeza proporcionada, e não deixam de lograr estimação, assim frescas, como salpezadas em uma forma de prensas, onde

espremidas, as põe a secar por alguns dias, em que a cor amarela, que lhes deu a natureza, se lhe converte na rubicunda, que o sol lhe dá; com este benefício permanecem muito tempo, e as levam por matalotagem, e regalo os mareantes. Há para as suas pescarias muitas armações, desde a enseada da cidade, até a Itapoã, quatro léguas por costa além da barra, e se fazem consideráveis despesas em fábricas de casas, escravos, e redes, tão grandes algumas, que carecem de cinquenta, e sessenta pessoas, para as recolher, contando-se em alguns dos lanços mil e quinhentos, e dois mil xaréus, e em outros com pouca diferença, deixando aos seus armadores importantes lucros.

*Pescaria das baleias. – A sua pintura.* – A pescaria das baleias, que em número inferior também se faz na província do Rio de Janeiro, é portentosa na Bahia. Correm desde Junho até Outubro, começando por Santo Antônio, e acabando por Santa Tereza. É a baleia estupendo parto das ondas, útil monstro do mar; têm as verdadeiras setenta palmos de comprimento, vinte e seis de largura, e dezoito de alto; sendo peixe todo o seu corpo, é toucinho, e carne; todas as suas espinhas são ossos; cobre-a uma branda pele entre parda e negra, semeada em partes de miúdos búzios, que vivem do que lhe chupam; em poucas se veem algumas manchas brancas; não mostra termo, ou sinal, que lhe diferencie a cabeça, mais que para o fim uma pequena diminuição, que faz a proporção do corpo: na parte inferior lhe ficam os medonhos olhos, entre os quais tem por nariz um largo canal, que lhe sai acima da cerviz, por onde expulsa com elevada respiração as grossas ondas, que sorve ao mar mais tempestuoso. A boca é uma sensitiva gruta, em que acomoda a disforme, e pesada língua, que tem de comprimento doze palmos, seis de grossura, e destila uma pipa de azeite; dezesseis a baleia toda: não tem dentes, porém em cada um dos queixos traz um feixe de quarenta, e mais barbatanas, compridas dezesseis palmos, negras e de uns nervos incorruptíveis, e mais rijos que a madeira, flexíveis, mas sem quebrarem.



*Importância do seu contrato, do seu gasto, e das suas fábricas.* – Do lugar dos ombros lhes saem por braços umas chamadas alas, que lhes acompanham os lados por espaço de vinte palmos, de carne nervosa, como a cauda, que traz sempre inclinada para uma parte, esta, e as alas levantada, batendo os mares com estrondo formidável, e perigo evidente de qualquer embarcação, em que descarregar uma porção de carne curva, que em forma de arco lhe ocupa doze palmos o costado. Importa à fazenda Real o seu contrato, de seis em seis anos, termo da sua rematação, cento e oitenta mil cruzados; e no ano de mil setecentos e vinte três chegou a duzentos e cinco mil: vinte mil se gastam na sua pescaria cada ano. A fábrica das casas, armazéns, tanques, fôrmas para recolher azeite, taxas para o cozer, e outros instrumentos, assim de sua Majestade, como dos Contratadores, vale mais de quarenta mil cruzados.

*O amor, que tem aos filhos.* – O amor que este monstro tem aos filhos é também monstruoso, por eles se deixam matar, pois segurando-os a este fim primeiro os Arpoadores, os seguem elas até a última respiração dos seus alentos. A buscá-las por toda a enseada da Bahia (aonde naquele tempo vem de mais longe a parir) saem todos os dias seis lanchas, quatro de arpoação, e duas de socorro, e metendo os arpões nos filhos para as segurarem, lhos lançam depois, e logo alanceando-as com uns compridos dardos lhes destilam a vida pelo sangue, conduzindo-as para a ponta de Itaparica, onde se beneficiam, e estão as fábricas; acontecendo quando o ano é propício a este contrato, pescarem-se a três e quatro por dia.

O consumo que este gênero tem, de que resulta a ganância que dá, é porque da baleia se fazem carnes, de que os escravos se sustentam: os moradores, que possuem muitos, assim nas casas, como nas lavouras, as mandam beneficiar em pipas, e barris, que lhes dura de uma a outra safra, e delas consta a matalotagem da gente marítima, que serve nas embarcações, que vão para a costa de África, e para outros portos; e também porque da imensa

inundação de azeite, que se tira deste peixe, se alumiam todas as casas, fábricas e oficinas do Brasil, exceto as estâncias particulares de algumas pessoas mais poderosas, em que arde o de Portugal. Também há para este ministério outros gêneros de azeite, que são o da mamona, árvore pequena, e flexível, cujo fruto tem umas pevides grossas, de que ele se destila, o qual se faz também dos fígados dos peixes cações, dando uns e outros perfeita luz, porém por mais raros, e artificiosos, não são tão comuns, como o das baleias.

*Os mariscos, que criam os mares por todas estas costas. Árvores chamadas mangues.* – Os mariscos, que se criam nos côncavos dos recifes, e costas de todos estes mares, são infinitos; grandes, e regalados polvos, lagostas, lagostins, santolas e sapateiras; e pelos lameiros, que as ondas formam naquelas porções que abraçam, se colhem outros mariscos, e ostras de muitos gêneros: já nos mesmos lodos, onde se criam, e de que se sustentam, já nos troncos, e raízes de profundas árvores, chamadas mangues, que nascem nas ribeiras do mar, ou nas margens dos rios, que lhe tributam as águas, e crescendo a grande altura, produzem muitos ramos, que abaixando-se tornam a meter-se naqueles alagadiços, lançando neles outras novas raízes, das quais brotam troncos novos, que subindo se vão outra vez enlaçando, e formam por muitas léguas confusões de labirintos verdes.

*Outros vários gêneros de mariscos.* – Por entre eles, e nos seus mesmos troncos, e madeiras, se acham as ostras eriripebas, que produzem aljôfares, mexilhões, amêijoas, breguigões, caramujos, unhas-de-velha, periguaris, sernambis, e uns mariscos compridos, de feição de medianos búzios, onde se acham algumas vezes as pérolas, que também se encontram nas ostras. Os caranguejos, gordíssimos, e de que se fazem admiráveis, e mimosos guisados, são de cinco gêneros, ussás, ganhamus, seris, aratus, garauzás: excelentes camarões, assim do mar, como dos rios, e lagoas, onde se colhem alguns quase tamanhos como os lagostins, a que chamam potiaçus.



*Diferença das produções na região da América.* – Posto que temos narrado em comum as mais essenciais produções desta região, é preciso declararmos que nem todas se acham em qualquer parte dela; em umas se dão uns gêneros, em outras se colhem outros; porque os movimentos do Sol, a disposição da terra, e as distâncias em que se vão diferenciando os climas fazem esta diversidade nos frutos, e minerais; mas sempre a natureza em todas pródiga, aqueles gêneros, que doou a qualquer delas, os produz em grandíssima abundância, posto que mais generosamente em uns lugares que em outros; exceto nas partes, que quis deixar estéreis, para ostentar nesta mesma diferença de terrenos em uma região, a constante variedade da sua formosura.

*As estações do ano.* – As estações do ano no Brasil são em diferentes meses, que em Europa, e entre si mesmas tão várias, e insensíveis, que costumam entrar umas pelas outras, mas com tão ordenada desordem que não causam prejuízo, antes algumas plantas das naturais apetezem no tempo de sol a chuva, outras no curso do Inverno assistências do Verão; e sem esta mudança intempestiva, ou não nascem, ou crescem pouco: nem os corpos humanos sentem esta variedade, por ser natureza nesta Região; e assim. vemos, que enfermam menos das mutações do tempo, que dos próprios desconcertos, pois os ares em nenhuma operação os ofendem exceto quando não sabem aproveitar a sua benevolência, ou procuram abusar da sua bondade.

*A gentildade que a habitava.* – Todo este vastíssimo corpo, que temos mostrado, estava possuído, e habitado de inculca gentildade, dividida em inumeráveis nações, algumas menos feras, mas todas bárbaras: não tinham culto de Religião, idolatravam a gula, e serviam ao apetite, sem regime de lei, ou de razão; tinham principais, a quem davam moderada obediência, que mais era respeito que sujeição, repugnantes à doutrina evangélica, que lhes pregou o glorioso Apóstolo São Tomé, a quem não quiseram ouvir, e



afugentaram de todos os seus países, dos quais ausentando-se o Sagrado Apóstolo deixou por muitos lugares (em prova da sua vinda, e dos seus prodígios) impressos, e retratados em lâminas de pedra os sinais do seu cajado, e dos seus pés, uns ainda permanentes nas estampas, e todos constantemente venerados nas tradições (se pode assegurar-se esta pia opinião, autorizada com os testemunhos, e escritores, que em abono dela trataremos logo).

*Abuso de uma destas nações.* – Porém entre eles a Nação dos Gentios, que chamam Papanazes, mostrava alguma sombra de justiça, ou de razão, posto que incivil, e barbaramente praticada: porque se algum tirava a vida a outro por qualquer pendência, ou desastre, obrigavam os parentes do matador a entregá-lo aos da família do morto, que o arrogavam e metiam debaixo da terra logo, em presença de uns, e outros; e no caso que se houvesse ausentado e o não pudessem os parentes descobrir para o entregarem, lhe tomavam um filho varão, ou fêmea, e não os tendo, lançavam mão do parente mais próximo em grau, ao qual não matavam, mas ficava escravo do mais profícuo em sangue ao morto, e desta sorte todos contentes se faziam amigos, sem maquinarem outro gênero de vingança, evitando muitas mortes com esta forma de castigo e satisfação.

*Costumes, e vida de todos.* – Não usavam de roupas os Gentios das várias nações desta região. Todos andavam nus, representando a inocência dos nossos primeiros pais (enquanto o pecado lhes não introduziu o pejo, com o conhecimento da graça, e natureza, de que tinham degenerado, para se cobrirem de folhas) porque estes seus descendentes de tudo o que era culpa tinham ignorância; só em algumas festas manchavam os corpos de tintas de paus, que imaginavam os faziam mais formosos, e ficavam mais horríveis: exceto os Gentios da nação dos Carijós, que pelo Inverno lançavam sobre si por uma e outra parte as peles das caças, que matabam, com que se reparavam do frio. Nas cabeças usavam algumas

penas de pássaros, que lhes serviam de rústicos martinetes; e os da Nação Tamoios furavam os beiços, e neles metiam numas pontas de ossos, com cabeças como de pregos, que pela parte interior as sustentavam; sendo este o sinal, ou caráter da sua dignidade, ou nobreza.

*As suas casas.* – No maior número das suas nações as casas, em que pousavam, eram de campo e os edifícios, que tinham, eram de monte, como os dos primeiros habitantes do Mundo, antes que nele se levantassem montes de edifícios. Tinham por teto o céu, e a terra por pavimento, só em algumas horas, por se abrigarem dos rigores do sol, ou do excesso das chuvas, formavam numas choupanas telhadas de ramos, sem eleição de sítios, mais que os das suas jornadas, deixando umas, e fabricando outras, para aquele pouco tempo que as queriam, sendo-lhes tão fácil fazê-las, como abandoná-las; salvo a Nação dos Tupinambás, que as tinham suficientes; e a dos Tamoios, em que eram mais fortes, e as suas aldeias cercadas de grossas madeiras; e sobre todas mais seguras (por mais escondidas) as da Nação dos Guaianases, que as fabricam pelo campo, debaixo do chão, onde conservam de dia, e de noite o fogo, e fazem das ramas, e das peles dos animais as camas.

*O seu alimento.* – O alimento de que se sustentavam era sem composição, logrando a simples bondade dos frutos das caças, e dos pescados; mantimentos, que como puros, os recebia melhor a natureza para a nutrição dos corpos, sem o artifício que o apetite das outras cultas nações, abusando do regalo natural dos mantimentos, introduzia em benefício da gula, mas em desperdício da saúde, e da vida, como o sentem os médicos. Nas mais das suas nações era a carne humana o seu melhor prato, menos na dos Gentios Guaianases, e na dos Carijós, que a não comiam, e lhe tinham natural horror; causa pela qual aos que venciam nas suas guerras não matavam, e só ficavam cativos (se pode julgar-se por menos mal que a morte, a escravidão no domínio daqueles próprios, de quem já muitas vezes se triunfara.)



*Sobre a origem, que tiveram.* – Deixo a controvérsia sobre a origem dos primeiros habitantes, que a esta região passarão, e de donde vieram, se de Troia, de Fenícia, de Cartago, de Judeia, dos fabricantes da Torre de Babel, ou se de Ofir Indo, porque sobre este ponto não têm mais forças, que algumas débeis conjecturas, os argumentos dos autores; sendo em quanto aos acidentes da cor, pela grande intenção do sol, mais verossímil a opinião dos filósofos; é comum em todas a cor baça, menos corada, ou mais vermelha e também omito as supersticiosas cerimônias dos seus enterros, tão diferentes, e bárbaras, como pontualmente observadas em cada das suas nações.

Não tinham os Gentios da América Portuguesa Templos, Ídolos, e sacrifícios, Palácios, e grandeza da Majestade nos seus Príncipes, como os da Castelhana; porque os nossos, das coisas eternas só alcançavam, e reconheciam, que havia no céu um superior poder, que era móvel de tudo, ao qual chamavam Grão Tupã, porém não o imploravam com outros votos, e rogativas, mais que com as vinganças, que tornavam dos seus próprios inimigos, que eram entre eles as virtudes, e os atos meritórios, que sabiam obrar, e oferecer. O caráter, e representação dos seus principais senhores, não consistia em outra cerimônia, e ostentação de soberania, senão na obediência que lhes queriam dar, porque eram tão feros, e bárbaros estes Gentios, como cultos e políticos os outros.

Por esta causa custaram aos Castelhanos menos fadigas as conquistas dos seus, que como mais racionais se lhes fizeram mais domésticos; porém os portugueses em domar aos do Brasil, e fundar as povoações das nossas províncias, acharam tão cruel resistência, e tão áspera porfia, que derramaram muito sangue, e perderam muitas vidas, para os sujeitar, ou fazer retirar para o interior dos sertões, onde ainda vivem, como feras, inumeráveis nações, que repetidas vezes vieram sobre as nossas culturas,



e fábricas, causando estragos, e mortes; e com esta diferença de conquistas se poderá julgar qual delas tem saído mais cara, ou mais gloriosa.

Neste estado existia a nossa América, e viviam os seus naturais; a terra inculta, e bárbaros os habitantes, quando a descobriu o General Pedro Álvares Cabral, que alegre de ser o primeiro, que achou uma incógnita Região de tanto Gentilismo (em que os nossos Monarcas tinham o que suspiravam, para dilatar a nossa Católica Fé, que era o intento, com que mandavam surcar os mares com tão repetidas armadas) e glorioso de haver deixado nela, com a assistência de dois portugueses, o padrão da Sagrada Cruz, e de ter feito celebrar a sacrossanta primeira Missa, que se ouviu no Brasil, em o concurso de toda a gente da sua Armada, e da multidão daquelas ignoradas, e bárbaras Nações, prosseguindo com onze das doze naus, com que se achava, a sua viagem da Índia, mandou por uma, com alguns Gentios, e mostras dos gêneros do país, aviso deste descobrimento a Portugal.

*Reinado d'El-Rei D. Manuel.* – Imperava o venturosíssimo Rei D. Manuel, tão amado entre os Portugueses, como Tito Vespasiano, ou Nerva Coceio entre os Romanos, e tão temido como Alexandre, e César, em todas as Nações. Era naquele século o mimo da Fortuna, que desviou de muitos Príncipes Lusitanos a Coroa, para lha pôr na cabeça: Monarca a todas as luzes grande, e benemérito daquela vida, que eternizou na fama, e na imortalidade. Quis Deus dilatar-lhe o nome, e o domínio com o descobrimento, e emprego da Ásia, e da América, duas partes do Mundo tais que qualquer delas pudera ser empresa de Augusto, e de Trajano, e ambas só daquele invicto rei. Recebeu esta notícia com o alvoroço próprio do desejo grande, que lhe fervia no peito de que houvesse mais Mundos, em que dilatar a Fé Católica, e empregar o invencível esforço dos seus vassallos; e a própria comoção se viu constantemente nos generosos ânimos de toda a Nação Portuguesa, por serem descobertos



novos orbes, que o seu valor pudesse sujeitar à soberania do seu Monarca.

*Vinda de Américo Vespúcio. – De Gonçalo Coelho.* Mandou logo este grande príncipe por Américo Vespúcio, Toscano de Nação, e insigne Cosmógrafo daqueles tempos, a reconhecer, e examinar os mares, e terras desta região. Depois despediu algumas embarcações com o Capitão Gonçalo Coelho, para indagar individualmente as notícias do país, costas, portos e enseadas, tomar posse e meter marcos na parte do Mundo Novo, que ficava pertencendo à sua Coroa, para a pôr na sua obediência, posto que os progressos, que o tinham empenhado na África, e Ásia, lhe não permitiram a diversão de Armadas, e gente para a conquista e povoação do Brasil.

*Descobrimto do Infante D. Henrique.* – Tinha visto muitos anos o Real Astrólogo, e Cosmógrafo, a quem falavam as Estrelas, e obedeciam os mares, o sereníssimo Infante D. Henrique, logrados os frutos das suas observações, estudos, e despesas nos descobrimtos de várias Ilhas no Oceano, e conseguido d'El-Rei D. Duarte, seu irmão, que todas as terras, que se fossem descobrindo pela Coroa Portuguesa, ficassem adjudicadas à Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, da qual era Grão-Mestre, alta dignidade, que depois com os dois Mestrados de Santiago, e Aviz, por Bula do Pontífice Júlio III, passada no ano de mil e quinhentos e cinquenta e um, uniu El-Rei D. João III, perpetuamente à Coroa, e domínio dos Reis de Portugal, que possuem esta parte da América, como grandes Mestres, e perpétuos administradores da dita Ordem.

*Dúvidas entre os Reis de Portugal e Castela. Linha imaginária, com que se determinaram. Sentença de confirmação.* – Pelas referidas conquistas (descoberto no ano de mil e quatrocentos e noventa e dois por Colon o ignorado mundo) se moveram dúvidas entre os Monarcas D. João II, de Portugal, e D. Fernando V. de Castela, às quais pôs termo a Santidade do Pontífice Alexandre VI, por Bula



expedida no ano de mil e quatrocentos e noventa e três, e outra no de mil e quatrocentos e noventa e quatro, à instância d'El-Rei D. João II, em que lhe concedeu mais duzentas e setenta léguas sobre as cem que na primeira lhe tinha consignado. Por elas mandou, que contando-se trezentas e setenta léguas para o Ocidente das Ilhas de Cabo Verde, do último ponto, em que acabassem estas trezentas e setenta léguas se lançasse uma linha imaginária de Norte Sul, que rodeando o Globo terráqueo o dividisse em duas partes iguais, concedendo a Castela a parte que cai para o Ocaso e a Portugal, a que fica ao Nascente, em cuja demarcação está a nossa América: determinação que alguns anos depois se tornou a confirmar por sentença de doze Juízes Cosmógrafos, no de mil e quinhentos e vinte e quatro.

*Reinado d'El-Rei D. João III.* – Movia neste tempo desde o de mil e quinhentos e vinte um, as rédeas da Monarquia El-Rei D. João III. Príncipe, em cujo pio ânimo Real, sobre muitos atributos avultaram a Paz, e a Religião, e achando por tantos Mundos obedecido o poder de seu Cetro, e por novos orbes dilatada a circunferência da sua Coroa, empenhou o seu católico zelo na empresa, assim das terras, como das almas do Brasil, e conseguiu ambos os triunfos, trazendo tantas ovelhas ao rebanho do Universal Pastor, como súditos ao jugo do seu domínio. Enviou juntos *Capitães*, e *Missionários*, para que ao passo que as Colônias Portuguesas crescessem as Searas Evangélicas, sendo um dos seus Cabos (chamado Cristóvão Jaques) *o primeiro, que entrou pela enseada da Bahia, ainda até ali não descoberta dos nossos exploradores*, e penetrando por ela o seu recôncavo chegou ao rio Paraguaçu, onde meteu a pique duas naus francesas, que estavam comerciando com os Gentios.

*Sucessos de Catarina, e Diogo Álvares Correa.* – Não passará em silêncio a notícia de uma notável Matrona deste País (que sendo por nascimento primeira entre os naturais pudera não ser segunda por amor entre os estranhos) a quem a natureza, e a fortuna

fizeram benemérita desta memória, e seria desatenção excluir deste teatro tão essencial figura, que foi instrumento de que mais facilmente se dominasse a Bahia, que veio a ser cabeça do Estado. Referiremos a sua história pelo que consta de antigos verdadeiros manuscritos, que se conservam em várias partes desta província, em muitas circunstâncias diferente da forma em que a escrevem os autores, que nela falaram.

Era filha do principal da província da Bahia, em cujas praias, onde chamam o rio Vermelho, dando à costa uma nau portuguesa, que passava para a Índia, feita em pedaços, veio a ser despojo dos mares, e dos Gentios, os quais recolheram muitos gêneros, e alguns náufragos, que escaparam de ser pasto de peixes, para regalo de homens. Foram os Gentios comendo a todos; porém Diogo Álvares Correa, natural de Viana, e das principais famílias daquela nobilíssima Vila, que foi um dos primeiros que as ondas puseram sobre as areias, a quem esperava a fortuna no próprio caminho da desgraça, achou tanto agrado, neles, por lhes facilitar o recolherem os despojos da nau, ajudando-os com agilidade, e prontidão a conduzir-lhos à terra, que se quiseram servir dele, quiçá reconhecendo algumas prendas, de que era dotado, que também as sabem avaliar os Bárbaros.

Como a nau conduzia para a Índia instrumentos militares, saíram entre os despojos muitos barris de pólvora, outros de munição, cunhetes de balas, e algumas espingardas; preparou-as Diogo Álvares, e fazendo tiros com elas derrubou algumas aves: o fogo, o eco, e a queda dos pássaros causaram tal horror aos Gentios, que fugindo uns, e ficando estúpidos outros, se renderam todos ao temor, tendo a Diogo Álvares por homem mais que humano, e o tratavam com grande veneração, vendo-o continuar com tanto acerto nas caças o emprego dos tiros, que ouviam sempre com terror; e tendo-se rebelado, havia alguns tempos, ao principal de toda a província os súditos do distrito



de Passê, determinou ir contra eles, levando consigo a Diogo Álvares, com as suas armas.

Afrontaram-se os exércitos inimigos; e estando o General dos rebeldes em práticas diante dos seus soldados, lhe fez Diogo Álvares um tiro, com que o matou, com igual assombro dos levantados, os quais fugindo sem atinar no que faziam só se conformaram em obedecer, e se sujeitaram ao seu antigo senhor, ponderando que àquelas para eles estranhas e formidáveis armas não poderiam resistir. Este acidente aumentou os respeitos a Diogo Álvares, de sorte que todos os Gentios de maior suposição lhe deram as filhas por concubinas, e o senhor principal a sua por esposa, conferindo-lhe o nome de Caramuru-açu, que no seu idioma é o mesmo que Dragão, que sai do mar.

*Foram à França.* – Nesta bárbara união viveu algum tempo; porém descobrindo um navio, que forçado de contrários ventos, vagava flutuando pelo golfo da Bahia, em distância que pôde fazer-lhe senhas, sendo pelos mareantes vistas, lhe mandaram um batel, ao qual se lançou a nado fugitivo, e vendo a consorte, que se lhe ausentava, levando-lhe aquela porção da alma, sem a qual lhe parecia já impossível viver, trocou pelas prisões do amor, pelas contingências da fortuna, e pelos perigos da vida, a liberdade, os pais, e o domínio, e lutando com as ondas, e com os cuidados, o seguiu ao batel, que recolhe a ambos, e os conduziu ao navio; era francês, e os transportou àquele reino.

*Henrique II e Catarina de Médici Reis de França.* – Dominavam a França Henrique de Valois, segundo do nome, e Catarina de Médicis, Reis Cristianíssimos, que informados do sucesso, e qualidade dos hóspedes, os receberam com real agrado, e despesa, dando em soleníssimo ato, com assistência de muitos Príncipes, a ela o Sacramento do Batismo com o nome da rainha, e ambos o do matrimônio, sendo-lhes em um, e outro padrinhos os Reis, que lhe conferiram honoríficos títulos; mas pedindo-lhes Diogo

Álvares os enviassem a Portugal, o não quiseram fazer; e depois solicitada ocultamente uma nau francesa, a troco de a carregarem de pau-brasil, os conduziu à Bahia.

*Milagrosa Imagem, revelada em sonhos a Catarina Álvares.* – Esta Matrona, que depois obrou ações de heroína, já chamada Catarina Álvares, tomando da rainha de França o nome, e do esposo o apelido, como senhora destes Gentios, fez, que com menor repugnância se sujeitassem ao jugo português. Viviam na Vila Velha, quando por misterioso sonho de Catarina Álvares, acharam a milagrosa imagem da Mãe de Deus, que saíra em uma caixa, entre os despojos de um baixel Castelhana, que navegando para suas Índias, se perdera na costa de Boipeba, aonde passou Diogo Álvares Correa a socorrê-la, e a recolher os naufragos, que levou consigo, e proveu de todo o necessário; serviço e grandeza, que mereceram o agradecimento do Imperador Carlos V, expressado em uma carta, em que lho significou.

*Templo que lhe erigiu.* – Foi levada a caixa, em que se guardava a Santa Imagem, por Gentios, que residiam em distância grande do lugar do naufrágio; e como não conheciam divindade, tinham o Sagrado Simulacro sem culto, mas dentro da própria arca, em uma cabana; e sendo achada por exatas diligências de Catarina Álvares, e Diogo Álvares Correa, lhe levantaram um Templo, com a invocação de Nossa Senhora da Graça, que depois doaram com muitas terras aos Monges do glorioso patriarca São Bento (hoje abadia desta esclarecida religião) onde estão sepultados. Lograram em toda a vida muitas regalias, concedidas pelos Reis de Portugal, que ordenavam aos seus Governadores lhas fizessem guardar, de que há memórias nos seus descendentes. Tiveram muitos, porque casando as suas filhas, e netas com fidalgos vindos de Portugal com os maiores cargos da Bahia, fizeram nobilíssimas famílias, das quais existem poderosas casas, de grandes cabedais, e conhecida nobreza, que em todos os tempos



ocuparam os primeiros lugares da República, e fora da Pátria tiveram relevantes empregos.

*Razões sobre a vinda do glorioso Apóstolo São Tomé.* – A vinda do glorioso Apóstolo São Tomé, anunciando a doutrina Católica, não só no Brasil, mas em toda a América, tem mais razões para se crer que para se duvidar; pois mandando Cristo Senhor nosso aos seus Sagrados Apóstolos pregar o Evangelho a todas as criaturas, e por todo o mundo, não consta que alguns dos outros viesse a esta região, tantos séculos habitada antes da nossa Redenção; e depois de remidas tantas almas, não deviam ficar mil e quinhentos anos em ignorância invencível da Lei da Graça; e posto que nas sortes tocasse a este Santo Apóstolo a missão da Etiópia, e da Índia, e se não fale na América (então por descobrir), não se pode imaginar, que faltasse a providência de Deus a estas criaturas com a pregação, que mandara fazer a todas.

A razão de duvidar esta vinda pelo trânsito do Mundo Velho ao Novo, ainda encoberto, não havendo comunicação que facilitasse o passo, não é forçosa; sendo mais poderosa que ela, a necessidade destas almas, remidas pelo preciosíssimo sangue de Cristo, que podia em execução do seu preceito, e da sua misericórdia, por ministério de Anjos, permitir, que São Tomé se achasse milagrosamente na América; como permitiu que ao trânsito de sua Mãe Santíssima se achassem, sem saberem o como, os Apóstolos, que então viviam, estando nas suas missões divididos por diferentes partes do mundo, às quais pelo mesmo modo foram outra vez restituídos, sendo que a objeção se vê naturalmente vencida com o trânsito, que à América fizeram os seus primeiros habitantes.

*Sinais em ambas as Américas.* – De ser o Apóstolo São Tomé o que no Mundo Novo pregou a doutrina Evangélica há provas grandes, com o testemunho de muitos sinais em ambas as Américas: na Castelhana, aquelas duas cruces, que em diferentes lugares acharam os espanhóis com letras, e figuras, que declaravam o próprio

nome do Apóstolo, como escrevem Joaquim Brulio, Gregório Garcia, Fernando Pissaro, Justo Lipsio e o Bispo de Chiapa; e na nossa portuguesa América, os sinais do seu báculo, e dos seus pés, e a tradição antiga, e constante em todos estes Gentios, de que eram de um homem de largas barbas, a quem com pouca corrupção chamavam no seu idioma Sumê, acrescentando, lhes viera a ensinar coisas da outra vida, e que não sendo deles ouvido, o fizeram ausentar.

O Padre Pedro de Ribadaneira, da Companhia de Jesus, tão diligente, e escrupuloso averiguador da verdade na vida dos Santos, não duvida dizer na de São Tomé, que pregara no Brasil, alegando ao Padre Manuel de Nóbrega, da mesma Sagrada Religião, Provincial, e dos primeiros obreiros das searas evangélicas nesta região, o qual afirma achara nestes Gentios muitas, e constantes notícias da vinda do Santo, e que lhe mostraram dele impressos, e rascunhados em pedra vários sinais. Seis se conservam ainda desde a província de São Vicente, até a da Bahia, em cujo termo fora o último o das suas pegadas em um sítio, que por este milagre chamam São Tomé, de donde diziam os Gentios, que, perseguido dos seus antepassados, o viram com admiração de todos, fazer trânsito sobre as ondas, e por eles passaria a outras partes das suas missões, a que deu glorioso fim em Ásia, na cidade de Meliapor, onde foi martirizado.



**D**escrição da Província da Bahia. – A potentíssima província da Bahia, posto que não fosse a primeira pela antiguidade da sua povoação, descreveremos em lugar primeiro pela grandeza de sua dignidade; pois sendo cabeça do Estado, deve preferir aos outros membros, aos quais leva por muitos títulos vantagens, que sobram a dar-lhe esta precedência, ainda quando não lograra aquela prerrogativa. Está em altura de treze graus: El-Rei D. João III a deu a Francisco Pereira Coutinho, que foi *o primeiro, que veio a povoá-la* depois de Diogo Álvares Correa, que a habitou, e de *Cristovão Jaques*, que a descobriu. Chegara Francisco Pereira Coutinho da Índia com grandes cabedais de merecimentos, e fazenda, e conseguida a mercê Real preveniu uma esquadra de naus; em que acompanhado de gente nobre para a habitar, e de guerra para a defender, a veio conquistar; e sujeitando aos Gentios da Nação dos Tupinambás, que a senhoreavam, a possuiu prosperamente alguns anos com engenhos, e outras muitas lavouras, de que ia colhendo interesses grandes.

Mas conspirando contra ele os bárbaros, depois de haverem morto muita gente, e arruinado as suas fábricas, o fizeram com os moradores, que lhe ficaram, embarcar em duas caravelas, que tinha no porto, e salvar-se na província dos Ilhéus, já então povoada; porém achando-se os inimigos arrependidos, por lhes faltar a conveniência do alborque dos seus gêneros pelos nossos,

lhe mandaram oferecer a paz, e ajustada, voltando Francisco Pereira Coutinho em uma das suas embarcações com as pessoas, que levara, naufragou na costa de Itaparica, e saindo uns mortos, outros mal vivos, Foram todos comidos pelos gentios habitadores daquela Ilha, e por morte do donatário tomou El-Rei esta Província, elegendo-a Cabeça do Estado, e mandando-a de novo povoar.

*Sítio em que se fundou a cidade da Bahia, e os seus nomes. – A sua enseada.* – O sítio em que se edificou a cidade de São Salvador, Bahia de Todos os Santos (nomes dos quais, um lhe deu o primeiro descobridor, outro o primeiro General) foi constituído Cabeça do Estado, não só da eleição mas da natureza, que o fez superior a todos os do Brasil, como Constantinopla aos de Grécia, Roma aos de Itália, e Lisboa aos de Espanha, com as vantagens de porto, que tem o Oceano ao Bósforo, ao Tibre, e ao Tejo, formando-lhe a sua grande enseada, desde a barra de Santo Antônio, até a praia de Tapagipe, um dos maiores golfos do mundo, e o mais capaz de todas as armadas, com três léguas de boca, doze de diâmetro, e trinta e seis de circunferência, limpo, e desocupado de Ilhas, formando pelo recôncavo os seus braços tantas que não tem número.

*Rios que entram no seu golfo.* – Neste capacíssimo pélagos pagam tributo ao mar seis caudalosos rios, Paraguaçu, Sergipe, Jaguaribe, Matuim, Paranamirim e Pirajá, que de muito longe vem cortando, e dividindo as terras do recôncavo, e dão comodidade a grandes povoações, as quais pelas máquinas dos engenhos, casas dos lavradores, e dos que senhoreiam aquelas propriedades, ou vivem ao benefício delas, parecem vilas; sendo navegáveis, e cursados de tantos barcos, que conduzindo mantimentos, e todo o gênero de regalos à cidade, se veem nas suas praias cada dia mais de oitocentos, sendo quase dois mil os que cursam a sua carreira, alguns tão possantes, que carregam sessenta, e mais, caixas de açúcar, trezentos, e mais, rolos de tabaco.



O céu, que o cobre, é o mais alegre; os astros, que o alumiam, os mais claros; o clima, que lhe assiste, o mais benévolo; os ares, que o refrescam, os mais puros; as fontes, que o fecundam, as mais cristalinas; os prados, que o florescem, os mais amenos; as plantas aprazíveis, as árvores frondosas, os frutos saborosos, as estações temperadas. Deixe a memória o Tempe de Tessália, os Pensis de Babilônia, e os Jardins das Espérides, porque este terreno em continuada primavera é o vergel do mundo; e se os antigos o alcançaram, com razão podiam pôr nele o Terreal Paraíso, o Letes, e os Campos Elíseos, que das suas inclinações lisonjeados, ou reverentes, às suas pátrias fantasiarão em outros lugares.

*Descrição da cidade*—A cidade com prolongada forma se estende em uma grande planície, elevada ao mar, que lhe fica ao poente, e ao nascente a campanha. Está eminente à dilatada povoação da marinha, e aos repetidos portos, de donde se lhe sobe com pouca fadiga por capacíssimas ruas. Tem duas portas, uma ao Sul, e ao Norte outra, em cujo espaço estão os famosos templos de Nossa Senhora da Ajuda, o da Misericórdia, que tem a si unido o magnífico recolhimento de mulheres, a majestosa Igreja Matriz, à qual estão próximos o grande Palácio Arquiepiscopal, a Igreja nova de São Pedro da Irmandade dos Clérigos, o Templo, Colégio, e Aulas Escolásticas, e doudas dos Religiosos da Companhia de Jesus, e o suntuoso Templo, e Convento de São Francisco.

Em seis bairros se divide a cidade, o das Portas de São Bento, o de Nossa Senhora da Ajuda, o da Praça, o do Terreiro, o de São Francisco e o das Portas do Carmo, além dos outros, que ficam extramuros, dos quais faremos menção. Duas praças lhe aumentam a formosura, a de Palácio, quadrada com cento e sessenta e dois pés geométricos por face, e vinte e seis mil e duzentos e quarenta e quatro de área. Na frente tem o majestoso Paço, onde residem os generais; na parte oposta, a Casa da Moeda; ao lado direito, as da

Câmara, e da Cadeia; ao esquerdo e da Relação, e por seis formosas ruas se comunica a todas as partes da cidade.

A segunda praça, chamada Terreiro de Jesus, se prolonga com trezentos e cinquenta pés de comprimento, e duzentos e vinte e oito de largura, formando uma área de setenta e nove mil e oitocentos. Tem no princípio a Igreja do referido Colégio dos Padres da Companhia, de que tomou o nome, e por todas as partes vai acompanhada, e enobrecida de suntuosos edifícios de que lhe resulta agradável perspectiva, e contínua frequência; por sete ruas se franqueia a todos os bairros; continua-se-lhe a grandíssima rua de São Francisco, que lhe dá o nome, e tem o seu Convento na parte em que ela termina, sendo o fim do Terreiro de Jesus a em que principia. Tem trezentos e dez pés de comprimento, e sessenta e quatro de largura, com dezenove mil e oitocentos e quarenta de área. É cercada por ambos os lados de casas nobres, iguais em altura, e fábrica, entre as quais de uma e outra parte se interpõem algumas formosas ruas.

*Bairro de São Bento.* – A grandeza da Cidade se lhe considera menos pelo âmbito, que o seu circuito compreende, que pela distância, em que além das suas portas se dilata; porque destas partes se forma o todo da sua extensão, e formosura. Saindo pelas portas, que tem ao Sul, lhe fica o bairro de São Bento, maior, e mais aprazível, que todos os outros; apelida-se do nome deste glorioso patriarca pelo suntuoso templo, e convento, que tem na entrada dele, fundados em um alto de pouca elevação, e muita capacidade.

Vai continuando o bairro a principal rua até a Igreja de São Pedro, sua paróquia, donde prossegue o dilatado trânsito ao formoso Hospício dos Padres Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade; e dali com o mesmo povoado curso, até perto da Fortaleza de São Pedro. Por uma e outra parte deste grande distrito há muitas ruas, sendo célebre a que chamam rua de Baixo, todas enobrecidas de formosas casas, com vistas dilatadíssimas para o mar, e para a



terra, repetidos portos, e saídas, admiravelmente aprazíveis, todas da jurisdição da Freguesia de São Pedro, em a qual tem também assento para a parte do mar o magnífico Convento dos Religiosos de Santa Teresa de Jesus, e para a de terra as novas Igrejas de Nossa Senhora da Barroquinha, e da Lapa.

*Bairro do Carmo.* – Das Portas da Cidade, que lhe ficam ao Norte, se sai à nova Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, de donde por largas, e seguidas ruas, compostas de muitas casarias, se sobe ao monte Carmelo (de que se apelida este bairro), Convento de Nossa Senhora do Carmo, e de Santo Elias, e se continua o seu mesmo largo trânsito com a própria largura, até a Igreja Paroquial de Santo Antônio, Vigararia de grande distrito, em que está a Fortaleza desta invocação, continuando a sua numerosa povoação em casas, e moradores, até além do sítio chamado o Rosário, quartel dos Soldados, que vem nas naus de comboio. A jurisdição desta Paróquia, por partes menos povoadas, se estende a muitos espaços do país, compreendendo a nova Igreja da Soledade, o Noviciado dos Padres da Companhia, as Ermidas da Boa Viagem de Frades de São Francisco, e de Monserrate de Monges de São Bento.

*Bairros da Palma e Desterro.* – Para a parte do Oriente lhe ficam os dois grandes, e vistosos bairros da Palma, e do Desterro, este enobrecido com Igreja Paroquial de largo distrito, e com o Mosteiro das Religiosas de Santa Clara; aquele com o Hospício de Nossa Senhora da Palma de Frades de Santo Agostinho, e a Capela de Nossa Senhora do Rosário de um dos Terços do presídio, ambos ornados de boas casas, e habitados de muitos moradores, fregueses do Pároco do Desterro.

*Bairro da Praia.* – Para o ocaso tem a marinha, que apelidando-se bairro da Praia, se divide em duas Paróquias, a de Nossa Senhora da Conceição, e a do Pilar, ambas povoadas de inumeráveis moradores, e ornadas de grandes edifícios, que guarnecem de um, e outro lado a povoação, desde o lugar chamado Preguiça, até o



referido sítio, quartel dos Soldados do Reino, incluindo a primeira no seu distrito as Igrejas do Corpo Santo, e Santa Bárbara, as suntuosas casas da Alfândega, e da Ribeira, e as que foram da Junta. A dos particulares em ambas são magníficas, e mui elevadas; umas se fabricaram sobre o mar, e outras encostadas aos penhascos da terra, abrindo-se neles por muitas partes, com grande artifício, e despesa, repetidos trânsitos, para subir com mais brevidade a todos as da cidade; nesta se contam seis mil fogos, e vinte e oito mil vizinhos capazes dos Sacramentos, qualificada nobreza, e luzido povo.

*Fortalezas marítimas.* – É defendida de muitas fortalezas; tem na entrada da barra a de Santo Antônio, feita em forma de uma estrela irregular, com guaritas, e um torreão no meio: a de Santa Maria, acrescentada para a parte de terra, em paralelogramo retângulo, com seus ângulos reentrantes em forma de Estrela. A de São Diogo, com um em forma circular, que defende a praia, e porto de Santa Maria. Dentro da barra, pela estendida ribeira da sua grande enseada, se vão continuando a de São Filipe, e Santiago, que consta de um baluarte, e dois lanços de cortina, fechada pela parte da ribeira, em que se fabricam as naus: a de São Francisco, que é um grande baluarte, fundado sobre firmes lajes de pedra, que ali tem o mar, e defende as naus que estão a carga: a de Montserrate com torreões, situada em uma ponta da terra, que defende por uma parte, e por três o mar. No meio de seu dilatado golfo, a de Nossa Senhora do Populo, e Santa Marcela, que esta como antemural de toda a marinha, hoje ampliada em maior circunferência de recinto, de terraplano, e de torreão, sendo o Santelmo da Bahia.

*Fortalezas terrestres.* – Para a parte da terra tem a majestosa Fortaleza de São Pedro, para impedir o trânsito ao inimigo, que do rio Vermelho, sem penetrar a barra, intentar por terra a invasão da cidade: é feita em forma de um paralelo gramado com quatro baluartes; defende por duas partes a terra, e por uma baixa o mar.



Esta força se tem acrescentado com muita despesa e arte, fazendo-se de novo as obras e defensas exteriores de cavas, estradas torcidas, e cobertas, ramais, esplanadas, e muralhas de parapeito, que vão terminar eminentes ao mar, em cujas fábricas se apurarão as linhas de Euclides, as máquinas de Vitruvius e de Arquimedes. A Fortaleza de Santo Antônio além do Carmo, do próprio feitio de um paralelogramo, com quatro baluartes, a qual defende as baixas, e caminho de Água-Brusca, que vai buscando a praia, e por um lanço está fronteira ao mar.

Na parte do sítio, que hoje se denomina a Soledade (invocação de uma nova Igreja de Nossa Senhora, célebre Santuário de milagres, que frequentam com repetidos votos todos os moradores da Bahia) está o Forte do Barbalho, apelido de um Cabo que no tempo da invasão dos holandeses levantara naquele lugar a defender o desembarque de qualquer inimigo, que por Tapagipe, ou pela praia grande (onde saltaram em terra os Belgas na guerra da Bahia) a quizer invadir. Sobre as duas portas da cidade estão duas soberbas plataformas, com dois baluartes cada uma.

Na Praça de Palácio uma bateria de grossa muralha para a parte do mar: outra da mesma qualidade em Nossa Senhora da Conceição, na Ribeira das Naus. Em dois sítios, pouco distantes da cidade, se veem duas magníficas, e reais casas de pólvora; uma em que se fabrica, outra em que se guarda, e uma grande casa em que se recolhe o trem. Todas estas fortalezas, defensas, e fábricas, estão com a maior regularidade aperfeiçoadas pelos preceitos, e regras da fortificação moderna, e guarnecidas de abundante número de artilharia.

Nos dilatados braços, que vai estendendo o mar pelas povoações interiores do recôncavo, se acham muitos redutos em lugares próprios para as defender das invasões inimigas, que já experimentaram, sendo-lhes roubados, e destruídos engenhos, fazendas, e casas poderosas, com morte dos seus habitantes, e



danos consideráveis, por acharem aqueles lugares sem defesa. Outra Fortaleza, tem Itaparica (Ilha ao poente da Cidade) hoje acrescentada no mesmo lugar, em que a fundaram aqueles inimigos holandeses, quando tomaram esta Ilha.

*Fortaleza do Morro de São Paulo. – Infantarias pagas e da Ordenança.* – Dos últimos limites dela, correndo, e navegando a costa para o Sul, está a importante Fortaleza do Morro de São Paulo, com baluartes, e cortinas em forma regular, estância em que reside uma companhia paga, cujo Capitão é o Cabo, que a governa. Serve de propugnáculo, e defesa às Vilas marítimas do Cairu, Camamu, Boipeba, e à povoação do rio das Contas, que são os celeiros da Bahia, como o Egito o foi do Povo Romano, e Sicília de toda a Europa, conduzindo-se daquelas Vilas a maior parte da farinha, que se gasta na cidade, e no seu recôncavo. Guarnecem a cidade dois veteranos, e valorosos Terços de Infantaria paga, outro de Artilheiros, e Granadeiros destros; quatro Regimentos de luzida Infantaria da Ordenança, um da Corte, com todas as Companhias dos Privilegiados, e os três dos Arrabaldes; fazendo em muitas ocasiões as mesmas operações da milícia paga.

*Dique vizinho à Cidade.* – Por terra, a maior defesa, que lhe pôs a natureza, em que ainda não teve exercício a arte, de um dilatadíssimo dique, êmulo dos de Flandres, que cortando os campos vizinhos à cidade, se lhe tem represadas as correntes, por lhe reprimir as inundações, das quais a querer valer-se em apertos de guerra bastarão para a defender dos maiores exércitos, e dos inimigos mais porfiados, e intrépidos.

*Cultura e abundância do seu contorno.* – As campanhas do contorno da cidade se veem fabricadas com maravilhosas casas de campo, e quintas de rendimento, e recreio, abundantes de copados, e frutíferos arvoredos, cultivados de várias hortaliças, ervas, e flores, que rasgam inumeráveis correntes cristalinas, formando este pênsil um formoso espetáculo aos olhos, e sendo emprego



não só da vista, mas de todos os sentidos. A excessiva cópia de frutos, e refrescos, que delas se colhe, provê com prodigalidade a todos os moradores, e a quantas embarcações vêm à cidade, e saem do seu porto, que deste gênero (o mais suspirado, e apetecido no mar) como de todos os outros víveres, vão com grandezas providas para longas viagens.

*Grandeza e povoação do seu recôncavo.* – O seu recôncavo é tão culto, e povoado, que se lhe descrevêramos as fábricas, e lhe numeráramos os vizinhos, gastaríamos muitas páginas, e não poucos algarismos: porém reduzindo a sua narração a breves cláusulas, e letras, diremos somente que existem nele cento e cinquenta engenhos, uns de água, outros de cavalos, fazendo cada ano, e um por outro, quinze, e dezesseis mil caixas de açúcar, de muitas arrobas cada uma, além de inumeráveis feixos, e caras. Há várias fazendas de canas, algumas tão grandes na extensão, e pela bondade do terreno tão fecundas, que rendem dois mil, e dois mil e quinhentos pães, dos quais a metade fica aos senhores dos engenhos, que as moem, e beneficiam o açúcar. Muitas há inferiores, ou pelo tamanho, ou por ser menos legítima a terra de massapê, em que as cultivam; e mais que tudo por lhes faltar o benefício, e fábrica de escravos; porém não deixam de ser rendosas.

Há muitas casas de cozer os meles para os açúcares batidos, outras para os reduzir a águas ardentes. Descobrem-se dilatados campos, plantados de tabaco, vários sítios ocupados de mandioca, outros cultos com pomares, e jardins. De todos os gêneros de Artífices há Mestres, e Oficiais, de que aqueles moradores se servem, sem os mandar buscar à cidade. O número das pessoas que habitam o recôncavo, onde reside a maior parte da nobreza, os trabalhadores, os escravos, que andam no serviço dos engenhos, das canas, das outras lavouras, e os que servem nas casas, excede o cômputo de cem mil almas de confissão, além dos que não são capazes dos Sacramentos.



*O seu comércio.* – O comércio, que lhe resulta dos seus preciosos gêneros, e da frequência das embarcações dos portos do reino, das outras conquistas, e das mesmas províncias do Brasil, trocando umas por outras drogas, a faz numa feira de todas as mercadorias, um empório de todas as riquezas, e o pudera ser de todas as grandezas do mundo, se os interesses de Estado, e da monarquia lhe não impediram o tráfico, e navegação com as nações estrangeiras, às quais se não falta com a hospitalidade, quando necessitadas de mantimentos, aguados, ou consertos, veem as suas naus arribadas a este porto, a pedir o necessário para prosseguirem as suas viagens; mas proíbe-se aos moradores com penas gravíssimas, e capitais, o comprar-lhes os seus gêneros, ou vender-lhes os nossos: em tudo o mais pertencente ao apresto das suas embarcações, aguadas, refrescos, e matalotagens, são cortês, e amorosamente tratados e servidos.

*Ereção da sua Igreja em Catedral, e o seu primeiro Bispo.* – Número das suas Dignidades, Prebendados, e Capelães. – Foi a Igreja da Bahia ereta em Catedral pelo Pontífice Júlio III, no ano de mil e quinhentos e cinquenta e um, e o seu primeiro Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que chegou a ela no de mil e quinhentos e cinquenta e dois. Como este Prelado veio a dar forma à sua Diocese, trouxe treze Capitulares, que continham cinco Dignidades, Deão, Chantre, Mestre-Escola, Arcedíago, e Tesoureiro-mor: seis Cônegos Prebendados, e dois meios Prebendados, com seis Capelães, um Mestre de Cerimônias, e outro da Capela; e sendo naquele tempo ténues as rendas Reais, tinham parques ordenados; depois se lhes acrescentaram por ordem d’El-Rei Católico Filipe III, em Castela, e Segundo em Portugal, no ano de mil e seiscentos e oito.

No de mil e setecentos e dezoito, o Sereníssimo Senhor Rei D. João V, que Deus guarde, com grandeza augusta, e ânimo Real lhos mandou dar em dobro, aumentando o número das cadeiras, com três Cônegos Prebendados, Doutoral, Penitenciário, e Magistral,



dois meios Prebendados, e dois Capelães, mandando criar mais vinte Igrejas Paroquiais, de que carecia a nossa América pela sua grande extensão, e pelos dilatados limites das Vigairarias, invençíveis à diligência dos Párocos. Todos os referidos lugares têm ocupado sujeitos de nascimento claro, qualificado por virtudes, e letras; e nos que de presente existem, se acham as mesmas prerrogativas, e qualidades.

*A Catedral sublimada a Metropolitana. O seu primeiro Arcebispo.* – No ano de mil e seiscentos e setenta e seis foi elevada a Catedral em Metropolitana por Inocêncio Undécimo, sendo-lhes Sufragâneos os Bispados de Pernambuco, Rio de Janeiro, Angola, e São Tomé, cujas ovelhas têm na superior instância recurso ao Arcebispo da Bahia, como Pastor maior de todo o rebanho. O primeiro foi D. Gaspar Barata de Mendonça, que por seu Procurador tomou posse no de mil e seiscentos e setenta e sete, e morreu sem vir ao seu Arcebispado, sendo D. Fr. João da Madre de Deus o segundo na ordem da eleição; mas o primeiro, que logrou no Brasil (posto que por poucos anos) esta sagrada Dignidade, Primaz da América Portuguesa.

*Tribunal da Relação. Alcaidaria-mor da Cidade.* – Na mesma Cabeça do Estado foi introduzido, no ano de mil e seiscentos e nove, pelo referido Rei Filipe, o Tribunal retíssimo da Relação, Aula de Tribuniano, e crédito dos Jurisconsultos, para o qual se agrava dos outros Magistrados, e se apela das sentenças dos Ouvidores, Juízes de fora, e mais Ministros, que nesta, e nas outras Províncias tem lugares de justiça. Para ela vieram em todos os tempos, desde a sua ereção, Ministros grandes, que voltando para Portugal, ocuparam os maiores Conselhos do Reino, e o supremo lugar das letras, onde se acham de presente alguns exercendo dignissimamente aqueles superiores empregos. Consta a Relação da Bahia de dez Ministros, Chanceler, cinco Desembargadores de Agravos, dois Ouvidores gerais, um do



Crime, outro do Cível, um Procurador da Coroa, e Fazenda, e um Juiz dos Feitos dela. A Alcaidaria-mor da Cidade andou primeiro na Família dos Monizes, e de presente na dos Aragões, descendentes de Catarina, e Diogo Álvares Correa.

*Vilas do seu distrito.* – As vilas da Província da Bahia, compreendidas nas cinquenta léguas, que se lhe deram por costa, e sem limite pelo continente, são Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaribe, Santo Antônio de João Amaro, São Francisco, chamada do Sítio, e as novamente eretas, da Jacobina, e de Maragogipe, que mandou fundar o Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, como diremos no seu felicíssimo governo, em todas se acham suntuosas Igrejas Paroquiais, Ermidas devotas, boas casas de vivenda, trato, e comércio de diferentes drogas, abundantes dos mantimentos do País, e do Reino, que a umas se conduzem por terra, e a outras por mar, tendo qualquer delas mui dilatado distrito.

*Armas da Cidade da Bahia.* – Deu El-Rei D. João III à Cidade da Bahia por Armas, em campo verde, uma Pomba branca, com um ramo de Oliveira no bico, circulada de uma orla de prata, com estas letras de ouro: *Sic illa ad arcam reversa est.* Estas Armas se veem em ambas as Portas da Cidade, nas casas da Câmara, no seu Pendão, e nas varas dos seus Cidadãos. A Pomba é símbolo do amor, a Oliveira sinal de serenidade, atributos que resplandecerão naquele príncipe, e prerrogativas, em que se esmeram estes Vassallos para com os seus Monarcas; pois nem as invasões dos inimigos, nem outras calamidades do tempo, puderam diminuir a constância da sua fidelidade nas execuções da sua obediência, e por estas virtudes merecerão os prezados títulos, que logra esta Cidade, de muito nobre, e sempre leal, e o seu Senado os privilégios todos, que tem o da Cidade do Porto. Perdoe-se ao Autor o dilatar-se tanto na pintura da Bahia por ser Pátria sua; e não se ofenda o original de ficar tão pouco formoso no retrato.



Descrita esta Província com preferência a todas, continuaremos a narração das outras, começando onde principia a nossa América Portuguesa, e acabando onde termina. As duas grandíssimas Províncias do Maranhão, e do Grão-Pará, que pela extensão de quatrocentas léguas de costa, e inumeráveis de País, formam o segundo Estado dos dois, que compreende a nossa Região, foram das últimas que se povoaram, sendo as primeiras onde se principia a demarcação da nossa América da banda do Norte, separadas do governo geral do Brasil, e com pouca comunicação com as suas Províncias, porque assim como o poder lhes aparta as jurisdições, as distâncias lhes dificultam o trato, sendo também os perigos daqueles portos, e costas a causa de que poucas embarcações das outras partes do Brasil frequentem a sua navegação.

*Francisco de Arelhano entra no rio Grão-Pará.* – Quando o famoso Francisco Pizarro andava na conquista do Reino do Peru, um dos seus Capitães, chamado Francisco de Arelhano, indo por ordem sua com alguma gente no descobrimento da terra, tanto a penetrou, que se via quase junto ao nascimento do rio Grão-Pará, e admirando-se de o ver tão estupendo, fez ali muitas embarcações das em que se costuma navegar por aquelas partes, e nelas com todas as pessoas, que o acompanhavam, foi pelo rio abaixo, cuja furiosa corrente os houvera de soçobrar, se com grande trabalho, e diligência não tomassem terra, na qual desembarcando, acharam outro igual perigo na resistência de vários encontros dos Gentios de Nações diversas, sendo maior o da batalha, que tiveram (como se afirma) com um exército de valorosas mulheres, que armadas de grandes arcos, e penetrantes setas, os acometeram; mas livrando com valor, e fortuna, de todos estes combates, pôs Francisco de Arelhano por esta causa ao Grão Pará o nome de rio das Amazonas. Outras disseram também os exploradores do rio de São Francisco, que haviam nas suas campanhas, no que se nos oferece ainda maior dúvida, da que temos nas Amazonas do Grão-Pará, que faz



verdadeiras a grande autoridade de Jesus, porque destas dá algum aparente testemunho o nome do rio, e daquelas não há mais que a vaga tradição.

Tornando a embarcar-se o Capitão Francisco de Arelhano com a sua gente, foi navegando tanto pelo rio abaixo, que chegou ao mar, e aportou na Ilha Margarita, que está em onze graus do norte, de donde fazendo embarcações mais capazes, navegou à Espanha, meditando voltar com poder maior a povoar este rio, e o ir conquistando por ele acima; e preparadas no porto de São Lucas, por ordem do Imperador Carlos V, quatro naus, em que se embarcara com sua mulher, e muita gente, tornou ao Grão-Pará; mas chegando à foz do rio faleceu ali de enfermidade natural; e não parecendo à gente das naus poder sem ele continuar-se a empresa, voltaram para a Espanha, de donde se não intentou outra expedição, e depois foi povoada a Província pela Coroa Lusitana (a quem pertencia pela divisão das conquistas) apesar das oposições, que em sua defesa fizeram os Gentios, que a possuíam, de muitas línguas, e diferentes Nações.

*Descrição da Província do Grão-Pará.* – Está em altura de um grau, e tomou o nome do seu estupendo rio, também chamado das Amazonas, em cujas margens tem vistoso assento a Cidade de Nossa Senhora de Belém, sua Capital, nobilissimamente edificada, e enobrecida de suntuosas Igrejas, Matriz, e Misericórdia, e dos grandes Templos, e Conventos de Nossa Senhora do Carmo, das Mercês Redenção de cativos, dos Religiosos da Companhia, dos Capuchos de Santo Antônio, da Capela do Santo Cristo, que é dos soldados, e das magníficas casas dos moradores, uma Cidadela, a Fortaleza de Nossa Senhora das Mercês, e a da boca da barra sobre o rio, com muita, e boa artilharia de peças de bronze, e ferro de grande calibre. Tem quatro Companhias pagas de presídio, com Sargento-mor, e Capitão-mor, numeroso Povo, que consta de quase quatro mil vizinhos, os mais deles ricos, e luzidos todos.



É o seu porto capaz de navios grandes, os quais em suficiente número todos os anos vão do Reino a buscar os seus preciosos gêneros, cacau, baunilha, cravo, salsaparrilha, urucu e as estimadas madeiras conduru, violete, burapenimá, que tem ondas compostas como por regras; e de umiri, cujo tronco destila um óleo mais fragrante que o do bálsamo, e a casca é tão suave queimada que serve de simples pastilha, para os perfumes admirável; e a carregar o fino açúcar, que se lavra em mais de trinta Engenhos do seu recôncavo, de cujo dilatadíssimo distrito vão (entre outros muitos) sepultar as suas águas no das Amazonas, cinco famosos rios, o Xingu, o rio Negro, o Tapajós, o Cambeias, e o Solimões, todos abundantes de peixe, e o mar de tartarugas, e de outros muitos pescados, entre os quais é de maior estimação o peixe-boi. Umas, e outras ribeiras cheias de caças voláteis, e quadrúpedes, das quais há cópia imensa por todos aqueles Sertões.

Em distância da Cidade, quatorze léguas marítimas, se vê na desmedida boca do rio das Amazonas uma dilatada língua de terra, que tem noventa de comprimento, retalhada em muitas ilhas, das quais a maior é a dos Joanes; há nela uma Igreja como Freguesia, que administram os Religiosos de São Francisco, servindo de Párocos: é povoada de muita gente, com presídio de Soldados, uma guarita, e artilharia; fecunda na criação dos gados, maior, e menor; pródigas as suas ribeiras de pescados, e mariscos. É título de Baronia, que se concedeu a Antônio de Souza de Macedo, e permanece nos seus descendentes, Em pouca distância da Cidade está a Ilha das Pacas, e mais, ou menos vizinhas as outras inumeráveis, que jazem por aquele Arquipélago. No distrito desta Capitania há outra, que chamam Caeté, com uma Vila do mesmo nome, Capitão-mor, Ordenanças, Igrejas, e uma Residência dos Padres da Companhia; é da Casa dos Porteiros mores de Sua Majestade.

Há outra Vila, intitulada São Jorge dos Álamos, que foi de Jorge Gomes Álamo, em um sítio, que chamam a Vigia; a sua Matriz é

da invocação Nossa Senhora de Nazaré: Tem uma Fortaleza em forma, regular, com boa, e grossa artilharia; quase légua e meia distante da Cidade, em uma fazenda, que foi de um morador poderoso, há um Hospício dos Religiosos da Piedade. Em distância quarenta léguas da Cidade fica a Vila do Camuta, senhorio da Casa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, junto ao Igarapé do Limoeiro que é o caminho, ou estreito, por onde se faz a navegação para o rio das Amazonas, e onde está a Fortaleza do Gurupá, em que resistam as embarcações que vão para aquele rio; tem bom presídio, muita, e grossa artilharia, e outro Hospício dos Religiosos da Piedade. Pelo rio acima estão as Fortalezas do Paru, do Tapajós, e o Forte do rio Negro, todos fabricados com grandeza e regularidade.

*Vilas pertencentes à Capitania do Grão-Pará.* – O último termo da jurisdição desta província é o que chamam Cabo do Norte, em que estão a Fortaleza do Camaú, na foz do rio, o Forte dos Araguari, a Fortaleza do Camou, fronteira à de Caiena, que é dos Franceses, os quais no ano de mil e seiscentos e noventa e oito tomaram a nossa Fortaleza do Paru; mas indo contra eles Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que então era Governador, e Capitão Geral do Estado do Maranhão, a tornou a restaurar com estrago dos Franceses, que deixaram encravada a nossa artilharia, retirando-se bem castigados do nosso ferro, e saindo-lhes cara a sua ousadia. As Vilas, que pertencem a esta Província, são as três acima referidas, Caeté, São Jorge dos Álamos, Camutá e as Ilhas também declaradas dos Joanes, das Pacas, e as mais, que lhe ficam fronteiras naquele portentoso rio das Amazonas; há nesta amplíssima Província Ouvidor da profissão literária.

*A Igreja do Pará ereta em Episcopal.* – Foi a Igreja do Grão-Pará sujeita à do Maranhão, desde que esta foi ereta em Catedral no ano de mil e seiscentos e setenta e seis pelo Sumo Pontífice Inocêncio Undécimo; e querendo depois o Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro



II fazer também Catedral a do Pará, nomeou por Bispo dela a D. Fr. Manuel da Natividade, Provincial que fora dos Religiosos Capuchos de Santo Antônio do Curral; mas impugnando esta separação D. Gregório dos Anjos, Bispo do Maranhão, duraram as dúvidas, que representou, tantos anos, que neles morreram ambos os contendores: porém de próximo, no ano de mil e setecentos e vinte, a fez Catedral o Papa Clemente Undécimo, à instância do Sereníssimo Senhor Rei D. João V. que foi servido nomear Bispo dela a D. Fr. Bartolomeu do Pilar, Religioso do Carmo, que é o primeiro do Grão-Pará, para onde se embarcou no ano de mil e setecentos e vinte e dois.

*Luiz de Melo da Silva descobre o Maranhão.* – Luiz de Melo da Silva, filho segundo de Manuel de Melo, Alcaide-mor de Elvas, navegando voluntariamente em uma embarcação própria com gente à sua custa, como aventureiro no descobrimento das costas, e portos do Brasil, chegou ao de Pernambuco, e intentando passar adiante, desgarrou por ele abaixo, levado da força dos ventos, e da correnteza das águas, e foi entrar no rio Maranhão; desembarcou na ilha, à qual pôs o nome de São Luís; continuou a navegação para o rio das Amazonas, e tanto se agradou de ambos, e das notícias, que na Ilha Margarita achara em alguns Soldados de Francisco de Arelhano, que nela se deixaram ficar, e lhe seguraram muitos haveres, se pelos rios acima os penetrasse, que se resolveu a voltar para Portugal, para tornar com maior poder a esta empresa.


Alcançou licença d'El-Rei D. João III e partindo de Lisboa com três naus, e duas caravelas, se perderam umas, e outras nos baixos do Maranhão, saindo Luiz de Melo da Silva com algumas pessoas, que se puderam salvar nos batéis, os quais os levarão às Antilhas, de donde passaram a Portugal, e Luiz de Melo foi empregado no serviço da Índia, de donde, tendo obrado ações heroicas, voltava para o Reino em o Galeão *São Francisco*, que se perdeu, sem se saber onde naufragara.



*Os Franceses expulsos da Ilha de São Luís do Maranhão.* – Pouco tempo depois foi ocupada a Ilha de São Luís por Aires da Cunha, quando naqueles baixos se perdera a maior parte da sua Armada: também a habitaram os filhos de João de Barros, quando iam a povoar a Capitania da Paraíba, que El-Rei D. João III dera a seu pai, e naufragaram as suas mãos nas costas do Maranhão, salvando-se eles com alguma gente nesta Ilha, onde estiveram até voltarem para Portugal: e ultimamente foi povoada por ordem do Governador, e Capitão Geral do Brasil Gaspar de Sousa, mandando-a restaurar por Jerônimo de Albuquerque, e Alexandre de Moura, do poder dos Franceses, que em três naus, em que andavam buscando as presas das Índias, derrotados de uma tormenta, haviam aportado a ela, e depois de a possuírem alguns anos, foram expulsos.

Em dois graus jaz a Província do Maranhão; a sua Cabeça, e de todo aquele Estado, que compreende ao Grão-Pará, é a Ilha de São Luís. A Cidade, fundada pouco eminente ao mar, se intitula com o mesmo nome, sendo inferior no circuito à de Nossa Senhora de Belém do Pará; mas igual na magnificência, e suntuosidade das Igrejas, Catedral, Misericórdia, Conventos dos Religiosos Capuchos de Santo Antônio, que foram os primeiros, que nela edificaram, dos de Nossa Senhora do Carmo, dos Padres da Companhia de Jesus, dos de Nossa Senhora das Mercês Redenção de Cativos, o Templo de São João, que é dos Soldados, a Ermida de Nossa Senhora do Desterro, posto que nas moradas dos seus habitantes menos soberba que a do Grão Pará, terá três mil vizinhos de suposição, e cabedais. Tem o governador, e Capitão Geral, que no ano reside seis meses em uma, e seis na outra Província; muitas Companhias de presídio, com Sargento-mor, e Sargento-mor da Praça, Ouvidor Geral da profissão literária, do qual se apela para a Casa da Suplicação de Lisboa.

Todos estes edifícios estão dentro da Ilha, que tem quase nove léguas de comprimento, e vinte e seis em circuito, regada de



quinze formosos, e fecundos rios chamados Cuti, Anil, Cuti-Mirim, Maioba, São João, Anadimba, Tapariaçu, Jaguarema, Arafagil, Cumbico, Guarapiranga, Batuba, Cachorro, Bacanga, Jusara, que em fertilidade lhe pagam as porções de terra, que lhe ocupam. Está fundada a Cidade poucos passos eminente ao mar, porém na sua ribeira. Tem uma fortaleza na praia junto à Misericórdia, outra onde chamam a Ponta da Areia, ao entrar da barra, e um Forte no porto. Três quartos de lagoa da Cidade está uma Ermida de São Marcos, onde há uma Estância, com artilharia para avisar dos navios, que vão para o Maranhão, informando do número das embarcações pelo dos tiros. Tem a Fortaleza de São Filipe por um lado, fronteira à Cidade, correndo entre ela, e a Fortaleza um formoso rio. No continente a Fortaleza de Santo Antônio, na boca do rio Itapaim dois Fortes, um em Vatronado, outro em Icatu, o Forte no Ilhés do Peria, que é resisto do Ceará, e o Forte de Vila Nova de Santo Antônio de Alcântara. Estas são as forças, que há na Ilha e na terra firme do Maranhão, todas regularmente fabricadas com muita artilharia de ferro, e bronze, bons Cabos e Oficiais.

O intervalo que há entre a Ilha e o continente é um breve espaço de mar, pelo qual nas vazantes se passa sem embarcações para a terra firme. Nela defronte da Cidade, três léguas de distância, está o distrito da Tapuitapera, com a Vila de Santo Antônio de Cuma, Cabeça do senhorio da Casa de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, com boa Igreja Matriz, dois Conventos, um de Nossa Senhora do Carmo, outro de Nossa Senhora das Mercês, e pouco apartada da Povoação uma Residência dos Religiosos da Companhia. Há mais duas Vilas, uma da invocação Santa Maria, outra Santo Antônio de Alcântara, ambas habitadas, e defendidas contra o furor dos Gentios, que repetidas vezes dá sobre aquele recôncavo, destruindo as lavouras, e Engenhos, dos quais tendo havido muitos, (por esta causa) permanecem poucos à custa da vida dos moradores, porque aqueles bárbaros habitadores, no



estupendo distrito do Maranhão, são entre todos os Gentios do Brasil os que mais existem na sua indignação, ou na sua liberdade, parecendo impossível sujeitá-los ou reduzi-los à paz, como nas outras Províncias.

As embarcações que vão de Portugal para aquele Estado, em respeito da viagem, tomam primeiro o porto do Maranhão, onde deixam as fazendas, que levam para aquela Província, carregando entre outros gêneros a imensa cópia de algodão, que ela produz, droga, em que excede a muitas Províncias da Ásia, e o levam tecido em peças para algumas obras, e em novelas para pavios. Carregam muito cravo, com a diferença, que temos mostrado na sua forma, mas com o próprio efeito do das Malucas, produzindo-os estas duas Províncias, por ficarem quase entre o mesmo paralelo daquelas Ilhas.

Foi a Cidade de São Luís do Maranhão ereta em Catedral pelo Pontífice Inocêncio Undécimo, no ano de mil e seiscentos e setenta e seis, e o seu primeiro Bispo D. Fr. Antônio de Santa Maria, Religioso Capucho de Santo Antônio, mas não chegou a ir àquela Igreja, por ser promovido à Dignidade de Bispo Deão da Capela, e depois à do Bispo de Miranda. O segundo na ordem, mas o primeiro, que passou àquela Estado, foi D. Gregório dos Anjos, Religioso de Santo Elói, também promovido a esta Mitra da de Cochim, em que estava eleito. Ambas as Catedrais do Maranhão, e Pará são Sufragâneas ao Arcebispado de Lisboa Ocidental.

A Província do Ceará, que pela sua extensão grandíssima confina com a do Maranhão, está em altura de três graus; tem pequeno Forte, com pouca guarnição de Infantaria paga, que defende a Povoação, na qual há pouco mais de trezentos moradores, e logra de Cidade só o privilégio; em tão dilatada costa de mar não tem porto capaz de navios; e posto que por este defeito carece de comércio, que faz opulentas as Cidades, em compensação daquela falta, existe segura de ser invadida por inimigos estranhos, e assim

só contra os naturais opõem a sua defesa competente à porfia, e barbaridade dos Gentios, que habitam o seu larguíssimo continente, e distrito, em que há três Vilas, Santiago, Ceará-Mirim, e Camocipe, pelas quais estão divididos mais de duzentos vizinhos. Tem a Cidade Capitão-mor e outros Cabos.

É a mais áspera, e inútil do Brasil, só abundante de muitas salinas, e cópia grande do melhor pau violete, que produz esta Região, posto que para desempenho da esterilidade dos outros gêneros, de que a não secundara a natureza, lhe lançou o mar quantidade de âmbar gris por toda aquela grandíssima costa, do mais fino, que sai pelas outras da nossa América, e em maior abundância; acontecendo trazerem-no em muito número de arrobas os Gentios a trocar por qualquer droga com os Portugueses, e colhendo-o também eles na mesma quantidade, e perfeição. Para a parte do Norte tem uma enseada, a que chamam Titoia, a qual penetrando grandíssimo espaço o continente, acompanhada por ambos os lados de espessos mangues, com produção imensa de mariscos, vai descobrindo fertilíssimos campos, e hoje se acha com maior número de habitantes que a Cidade. Vinte léguas para o Rio Grande, tem pelo Sertão uma formosa Povoação, com o nome do Rio Jaguaribe, que por ela passa, o qual seis léguas para o mar faz uma barra suficiente a embarcações pequenas, que vão a carregar carnes, de que abunda com excesso aquele País. Este lugar erigiu em Vila o Doutor José Mendes Machado, que foi criar a ouvidoria geral daquela Província no ano passado de mil e setecentos e vinte e três, e por ver que a enseada dos Zaquirás, distante dez léguas da Cidade para o sul, era capaz de oito navios de alto bordo, fundou ali outra Vila, chamada dos Zaquirás, por ordem Real, que levara para as erigir, onde fossem convenientes.

*Província do Rio Grande.* – Em cinco graus está situada a Província do Rio Grande, que lhe deu o nome. É a sua Cabeça a Cidade do Natal, de mediana grandeza, e habitação, com Matriz

suntuosa, e boas Igrejas fundada meia légua distante do seu porto, capaz de todo o gênero de embarcações, em cuja entrada tem a Fortaleza dos Santos Reis, das mais capazes do Brasil em sítio, firmeza, regularidade, e artilharia, edificada sobre uma penha de grandeza desmedida, com quatro torrões. Há na Cidade Capitão-mor, que a governa, Sargento-mor, e outros Cabos, com bom presídio: abunda de todos os mantimentos necessários para o sustento de um Povo maior, que o de que ela consta, pois não passa de quinhentos vizinhos.

O seu rio traz origem de uma lagoa de vinte léguas de circunferência, na qual se acham pérolas das melhores que se tem colhido no Brasil. O seu recôncavo dilatadíssimo teve mais Engenhos, dos que hoje permanecem, pelas ruínas, que lhe têm causado os Gentios daquele vasto distrito, que são dos mais ferozes, e bárbaros, e costumam repetidas vezes destruir as fábricas, e lavouras dos moradores; tem na sua jurisdição a Vila de Parandibe, suficientemente povoada, e defendida. Nove léguas ao sul lhe fica o rio Cunhau, do qual toma uma Povoação de seiscentos vizinhos.

*Título de Condado.* – Naufragando uma embarcação, que navegava para as Capitanias do Norte, e salvando-se Nicolau de Resende com trinta companheiros nesta do Rio Grande, quiseram penetrar mais o interior daquela Província, buscando trânsito por terra para as outras do Brasil. Na diligência (sendo-lhes então favoráveis os Gentios) descobriram outra lagoa, incomparavelmente maior que a primeira, em comprimento, e largura; porque caminhando muitos dias pelas suas ribeiras, não chegaram a ver-lhe o fim, atentos a voltarem à sua jornada. Nesta lagoa lhes disseram os Gentios, se criavam em mais quantidades pérolas, que na outra, e lhes mostraram, e deram algumas perfeitíssimas, e grandes. Tudo depôs Nicolau de Resende em um tratado, que fez do seu naufrágio, e deste descobrimento. É esta Província título de Condado do Ilustríssimo Lopes Furtado de Mendonça, primeiro Conde do Rio Grande. Ambas foram povoadas por ordem Real, e a sua conquista



nos deu grande trabalho, pela ferocidade com que nos resistiram os Gentios da nação dos Tapuias, que as possuíam.

*Província da Paraíba.* – A Província da Paraíba deu El-Rei D. João III ao nosso famoso historiador português João de Barros, que a mandou povoar por dois filhos, com muita despesa de gente, e nas das quais se perderam quase todas, salvando-se algumas pessoas no Maranhão, onde as levaram as águas. Esta desgraça lhe impossibilitou o prosseguir a empresa daquela conquista, que se fez muitos anos depois, mandando o Cardeal Rei D. Henrique povoá-la por Frutuoso Barbosa, o qual teve nos princípios infaustos sucessos, pela oposição, que lhe fizeram os Gentios, que a possuíam, de Nação Potiguares, auxiliados pelos Franceses, cujas mãos iam sempre a carregar o pau das tintas, a troco dos gêneros, que lhes levavam, conservando-se em recíproca amizade.

Está em altura de seis graus, e dois terços. A sua Capital é a Cidade de Nossa Senhora das Neves, edificada em uma grande planície distante do mar, e perto do rio Paraíba, que dá o nome a toda Província, e faz um porto, a que chamam Varadouro, onde estão a Alfândega, e os Trapiches de recolher os açúcares. Três léguas pelo rio abaixo lhe fica a barra, com a Fortaleza do Cabedelo, intitulada Santa Catarina, fábrica grande, suntuosa, e em sumo grau regular, em forma de um Pentágono com baluartes, capaz de ser guarnecida por oitocentos homens; defende o rio, no qual por ele acima vão os navios menores ao porto do Varadouro despachar, descarregar, e receber os açúcares, e gêneros, que levam para o Reino, ficando os maiores na barra, onde em barcos se lhes conduz a carga. Todos os anos vão àquele porto seis, e oito naus a buscar o açúcar, que é o melhor de todo o que se faz nas Províncias de Pernambuco, e se fabrica em vinte e um Engenhos, que há no recôncavo da Paraíba, todos grandes, bem fabricados, e muito rendosos; abundando aquele grandíssimo distrito de todo o necessário para o sustento, e regalo de copioso número de habitantes.

A Cidade é grande, tem suntuosa Matriz, Casa magnífica da Misericórdia, quatro perfeitos Conventos, o dos Religiosos da Companhia de Jesus, o de Nossa Senhora do Carmo de Religiosos Reformados, o de São Bento, e o de São Francisco, e uma Igreja de Nossa Senhora do Rosário; mais de mil vizinhos, muita Nobreza, Povo luzido, e comércio grande. Há nela de presídio duas Companhias pagas, além de outra, que guarnecem a Fortaleza, Sargento-mor, Cabos, e Oficiais, e nos seus distritos alguns Coronéis, e Ordenanças. É governada a Província por um Capitão-mor com título de Governador, que reside na Cidade. Este lugar tem ocupado pessoas de suposição, e serviços, que a ele passaram de grandes postos; e muitos deste Governo foram ao do Estado do Maranhão, e a outras ocupações militares de reputação, para as quais foi sempre degrau competente o Governo da Paraíba.

*Província de Itamaracá.* – Vinte e cinco léguas distante, em altura de sete graus, está a Ilha de Itamaracá, Cabeça da Capitania deste nome, que não tem por costa mais que as sete léguas, de que consta o comprimento da Ilha, sendo no continente tão dilatada como as outras Províncias. Na barra, que lhe faz o rio, chamado os Marcos, quando entra no mar, está o Forte de Santa Cruz; é de forma regular, com quatro baluartes, que defende a barra, e o porto; tem boa artilharia, e uma Companhia de guarnição. A Vila, que se intitula Nossa Senhora da Conceição, é edificada sobre um monte, com grande Igreja Matriz, duas Companhias de presídio. Há nela duzentos vizinhos, e em toda a Ilha três grandes Engenhos de açúcar. Por todo o terreno do seu circuito se veem continuadas muitas fazendas e lavouras, vistosas casas de campo, e recreio, que a fazem aprazível com todos os mantimentos, e víveres, de que pode carecer a maior Povoação.

Na terra firme de sua jurisdição tem a Vila de Goiana, fundada em uma dilatada planície pelas ribeiras do famoso rio Capiberibe, com Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, um Convento de



Nossa Senhora do Carmo dos Religiosos da Reforma, duas perfeitíssimas Capelas, quatrocentos vizinhos, grande comércio e abundância da maior parte dos gêneros do Brasil. Nela residem o Capitão mor, e as Justiças de toda a Capitania, em cujo distrito há mais três Freguesias, a do Tejucupapo, a da Taquara, e o Curato de Nossa Senhora do Desterro. Fundou esta Capitania Pedro Lopes de Sousa, que tendo corrido as alturas, e portos da nossa América, e nela alcançado d'El-Rei D. João III cinquenta léguas por costa, as não tomou juntas, senão divididas, escolhendo as sete, que compreende a distância marítima desta Ilha, com toda a extensão das outras pelo Sertão; e as mais situou para a parte do sul: entrou esta Capitania por sucessão feminina em a grande Casa dos Marqueses de Cascais. Também estava possuída dos Gentios Potiguaras, com quem Pedro Lopes de Sousa teve muitas pejejas, em que os vencera.

*Província de Pernambuco.* – A Província de Pernambuco, em oito graus e um quarto da Equinocial, se dilata sessenta e cinco léguas pela costa, e sem termo pelo continente. Será sempre memorável, porque chegando à maior opulência, a contínua variação do tempo, e da fortuna a fez ainda mais célebre pelos estragos, pela grandeza, conservando nas suas ruínas os padrões da sua fidelidade, e do seu valor. É a sua Cabeça a Cidade de Olinda, primeiro Vila deste nome, e de Marim; está fundada em sítio alto, vizinho ao mar, e por todas as qualidades delicioso, com muitas perenes fontes, e poços fecundos; tem suntuosos edifícios, a Sé, a Misericórdia com um Hospital magnífico, os Conventos dos Padres da Companhia de Jesus, de Nossa Senhora do Carmo da Observância, de São Bento, o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição de mulheres principais, a Freguesia de São Pedro Mártir, as Igrejas de Nossa Senhora do Rosário, de Guadalupe, de São Sebastião, de São João, que é Confraria dos Soldados, a de Montserrat da administração dos Monges de São Bento, suntuoso Palácio dos Governadores,

e nobres casas dos moradores; os quais, sendo em outro tempo inumeráveis, hoje não excedem de três mil vizinhos: tem de presídio dois Terços de Infantaria paga, dos quais um assiste na Vila do Recife.

A um lado da Cidade tem famoso trânsito o rio Beberibe, de água cristalina, e grossa corrente, fazendo junto a ela um porto, que chamam Varadouro. Pelo rio acima, em distância de quase meia légua, lhe entrava água salgada, mas aqueles moradores, mandando ali fabricar uma dilatada, e formosa ponte com vinte e quatro bicas, conseguiram trazer por cima do mar o rio. Do Alfeu se finge, que por debaixo das ondas sai na fonte Aretusa com as suas águas intactas; mas do Beberibe se verifica, que sobre o mar leva pura as suas águas a estas bicas, lá a milagres do amor, cá a primores da arte; sendo admirável concurso de dois contrários efeitos, estar a um tempo nadando na água salgada, e tomando a doce. Em cima desta ponte, para a parte de Olinda, está fundada sobre arcos uma formosa casa de recreio, aonde se vai admirar aquele portento, e a consonância daquelas correntes, que pelo registo, e compasso das bicas fazem uma suave, e vistosa harmonia aos olhos, e aos ouvidos. No fim dela, a um lado para a parte do Sul, está o Convento dos Religiosos de Santa Tereza de Jesus, em lugar tão retirado, quanto ameno.

Do porto do Varadouro por este rio abaixo, uma légua de distância da Cidade, continuando por um estreito Istmo de areia, entre o rio, e o mar, está a Vila de Santo Antônio do Recife, situada em um espaço de terreno, que por largura de cem braças separa uma, e outra corrente; no porto desta Vila têm abrigo as naus, e nele descarregam. Pela parte do Norte a fecham umas grandes portas, formando por cima uma boa plataforma com artilharia, que defende o mar, e o rio, e uma Capela, chamada o Bom Jesus das Portas: embaixo assiste de guarnição uma Companhia.

São magníficos os edifícios, a Matriz, de invocação Corpo Santo, o Oratório de São Filipe Neri, a Igreja de Nossa Senhora do



Pilar, da qual são administradores os descendentes do Provedor João do Rego Barros, que a edificou; grandes casas dos moradores adornam esta Povoação. No fim dela, para o sul, lhe fica a outra porção, que chamam Banda de Santo Antônio, e Cidade Mauriceia, pela Corte, e magnífico Palácio, que nela fez Maurício, Conde de Nassau; e ambas estas partes compõem a grandeza daquela Vila. A natureza as dividiu por um lagamar, que faz o rio Capeberibe, e os outros mais, que ali se juntam; porém a arte as uniu com uma dilatada espaçosa ponte, principiada pelos Holandeses, e acabada pelos Pernambucanos. Nela está uma Companhia para obviar os tumultos, que podem haver no trânsito.

Esta porção da Vila do Recife é mais vistosa, que a outra, e fica em mais planície; tendo pela parte do Norte o referido lago, pela do Sul o rio Capeberibe, que a cerca, e pelo mar o rio Jequiá, que nele desemboca por um passo, que chamam Merca-Tudo. Tem estupendas fábricas, majestosos Templos, e Conventos dos Padres da Companhia, dos Religiosos Capuchos, dos da Reforma do Carmo, dos Barbonios de Nossa Senhora da Penha de França, as Igrejas de Nossa Senhora do Paraíso, em que há um Hospital ereto por D. João de Sousa, de que são Administradores os seus herdeiros; as de Nossa Senhora do Livramento, e do Rosário, onde há Sacrário, com um Coadjutor; em ambas estas partes do Recife há sete mil vizinhos.

Desta Povoação se sai à terra firme por duas dilatadas pontes, que atravessam os referidos rios, e dão passo para todas as partes daquela Província. Uma se chama da Boa Vista, da qual se passa para outra Nova Povoação, principiada há poucos anos, mas já populosa, de grande recreação, muitos jardins, fontes cristalinas, regaladas frutas, saborosos pescados, e mariscos: tem as Igrejas de Nossa Senhora da Conceição, da Soledade, de Santo Amaro, de São Gonçalo, em que assiste um Cura; há neste Lugar dois mil vizinhos. A outra ponte se chama dos Afogados, pela qual se sai

para as outras Freguesias, e partes daquela Província. Expulsos da enseada do Rio de Janeiro os Franceses pelo Governador, e Capitão Geral Mem de Sá, foram em quatro naus parar em Pernambuco, e se apoderam do Recife, (em que até aquele tempo habitavam só pescadores e alguns homens de negócio) com tenção de se conservarem nele; porém acudindo de Olinda o Governador com numerosa gente, os combateu tão rijamente, que depois de alguma resistência, foram compelidos a largar o lugar, e se embarcaram, deixando em uma pedra gravada esta sentença no seu idioma: *Le monde va de pis en pis.*

Tem o seu recôncavo a Freguesia do Cabo de Santo Agostinho, sete léguas distante da Cidade. É um Promontório, com que destacando-se do seu continente a terra, mostra que pretendia conquistar o mar, invadindo-lhe as ondas por muito espaço de léguas. As outras, que compreende a Capitania, são a Moribeca, Santo Amaro de Jaboatão, a Vargem, Nossa Senhora da Luz, o Curato da Mata de Santo Antão, São Lourenço, e a Ipojuca, onde os Religiosos Franciscanos têm outro Convento: em todas há grandes Povoações, cento e trinta Engenhos de açúcar: outras Igrejas tem mais distantes, Nossa Senhora dos Prazeres nos Gararapes, de administração dos Religiosos de São Bento, e Nossa Senhora de Nazaré, onde os do Carmo têm Hospício, em cuja marinha está a Fortaleza, chamada Tamandaré.

Defendem a Cidade de Olinda, Vila do Recife, todas aquelas barras, e praias do mar, e dos rios, vizinhas, e distantes, muitas Fortalezas; a de São João Batista do Brum, fundada em uma praia em paralelogramo, com dois baluartes para a da Vila do Recife, e Cidade de Olinda, e da parte da barra em linha reta; defende a barra, e o poço onde ancoram os navios, tem grossa, e muita artilharia de bronze em peças de grande calibre. O Forte do Mar, fabricado em ângulo na ponta de um Recife, fronteiro à Fortaleza do Brum, defende o poço, e o porto com boa artilharia. A Fortaleza da



Madre de Deus, e São Pedro, é feita em forma de um semicírculo pela parte do mar, e pela da terra tem dois meios baluartes, e uma cortina com muita, e grande artilharia em peças só de bronze; defende o porto, e a praia das Cinco Pontes. O Forte das Cinco Pontes é em forma quadrada com quatro baluartes; defende a Barretinha, a praia, parte do porto, e a campanha dos Afogados.

O Forte dos Afogados é de quatro baluartes; defende o rio do seu nome, e toda a campanha, que lhe fica em roda. A Fortaleza de Santa Cruz, e de Santo Inácio no porto de Tamandaré, distante vinte e cinco léguas, é um quadrado regular com quatro baluartes; defende o seu porto (que é capacíssimo de muitas naus) e a barra; tem muitas peças de artilharia de bronze, e uma Companhia de guarnição. A Fortaleza de N. Senhora de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, contém duas baterias, uma superior, outra inferior, mas ambas iguais na forma, e guarnição, do mesmo número de peças de artilharia de bronze, que defendem a barra, e porto; tem um Cabo de confiança, e uma esquadra de Soldados.

É o País de Pernambuco dos mais abundantes, amenos, e ricos do Brasil. Os seus Engenhos dão o mais fino açúcar, as suas matas, as mais preciosas madeiras, o seu terreno, os mais deliciosos frutos. Criam os seus campos todos os gêneros de gado, e de caças admiráveis; os seus mares, e rios, os mais regalados pescados, e mariscos. Acha-se no seu clima o temperamento mais saudável; as árvores, plantas, e frutas naturais, cultas, e silvestres, mais saborosas, e algumas estrangeiras no mesmo grau perfeitas. Há nas suas Famílias qualificada Nobreza. Enfim, é um compêndio de tudo, o que pode fazer grande um Reino. A sua Igreja foi ereta em Catedral pelo Pontífice Inocência Undécimo, no ano de mil e seiscentos e setenta e seis, e o seu primeiro Bispo D. Estevão Brioso de Figueiredo, Vigário geral, que fora do Arcebispado de Lisboa.

Além das referidas Freguesias, e Povoações, que compreende esta Província, são da sua larguíssima jurisdição a Vila dos Santos

Cosme, e Damião, chamada Igarçu, mui aprazível, e a primeira, que nela se fundou; a de Serinhaém, intitulada Vila Formosa; a do Porto do Calvo, que tem muitos Engenhos, e claríssimas Famílias; a das Alagoas do Norte; a de Santo Antônio, para a parte do rio Grande; a notável Povoação de São Miguel; a das Alagoas do Sul; e a Vila do Penedo no rio de São Francisco, que é a baliza desta Província pela parte do Sul, como pela do Norte a Ilha de Itamaracá.

Deu esta Capitania El-Rei D. João III, a Duarte Coelho Pereira, filho terceiro de Gonçalo Pires Coelho, Senhor de Filgueiras, por grandes serviços, que na Índia lhe fizera: com os cabedais, que nela adquiriu, ajuntou muitas naus, gente, e tudo preciso para a conquista, e Povoação daquela dilatadíssima província, para a qual se embarcou com a sua casa, muitos parentes e Famílias nobilíssimas. Desembarcado, achou tão rija oposição, e porfia nos Gentios da Nação dos Caetés, que dominavam todo aquele distrito até o rio de São Francisco, (assistidos de alguns Franceses) que lhe foi necessário ir ganhando a palmos o que se lhe concedera a léguas, saindo ferido de uma das repetidas batalhas, que aos Bárbaros dera. Foi fazendo várias fundações, conquistando dilatado terreno; e convidados da sua franqueza, e da fertilidade do País muitos sujeitos do Reino, de distinção, e qualidade, foram em vários tempos habitar em Pernambuco, onde procriaram nobilíssimos descendentes; em cujo valor, e generosidade consistiu depois a liberdade da Pátria.

A Duarte Coelho Pereira sucedeu seu filho, e companheiro naquela empresa, Duarte de Albuquerque Coelho, que continuou a conquista, aumentando-a com tantas Povoações, fábricas, e lavou-  
ras, que o fizeram o maior Donatário do Brasil; e passando com a sua casa para Portugal, deixou por Governador de Pernambuco a seu tio Jerônimo de Albuquerque, o qual governou muitos anos aquela Província, onde morreu, e deixou grande número de filhos naturais; porém de sua esposa D. Filipa de Melo, filha de

Cristóvão de Melo, teve a D. Catarina de Albuquerque e Melo, que casou com Filipe Cavalcanti, Fidalgo de Florença, e dos mais esclarecidos daquela antiquíssima República, que então passara do governo Aristocrático ao Monárquico. De Felipe Cavalcanti, e de D. Catarina de Albuquerque e Melo, descendem os Cavalcantis de Pernambuco.

Duarte de Albuquerque Coelho, segundo Donatário, não teve filhos; sucedeu-lhe seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho, e foi terceiro Donatário. Acompanhou a El-Rei D. Sebastião na infeliz batalha de Alcácer, e lhe deu o seu cavalo, dizendo-lhe, que para o salvar naquela ocasião, lho negara em outras, e ficou cativo com nove feridas. Seu filho Duarte Coelho de Albuquerque foi quarto Donatário; quando os Holandeses tomaram a sua Capitania, veio a ela tão esplendidamente trajado, e com tão grande comitiva, que entre criados, e familiares, sustentava trezentos homens. Casou com D. Joana de Castro, filha de D. Diogo de Castro, Vice-Rei de Portugal, e Conde do Basto, cuja Casa herdou, por falta de seu irmão D. Lourenço Pires de Castro, que morrera em Catalunha. Teve Duarte Coelho de Albuquerque a Jorge de Albuquerque Coelho, e a D. Maria de Albuquerque e Castro, a qual, por ficarem seu pai e irmão em Castela, herdou o Senhorio de Pernambuco, o Condado do Basto, e depois o de Alegrete, por Morte de Matias de Albuquerque seu tio.

Foi esposa do Conde de Vimioso D. Miguel de Portugal, príncipe descendente pela sua baronia da Sereníssima Casa de Bragança. Por não ter sucessão, foram para a Coroa as Casas, e títulos do Basto, e do Alegrete, e o Senhorio de Pernambuco; posto que a este fizeram oposição muitos Fidalgos de Portugal; a Alcaidaria-mor da Cidade andou sempre nos Albuquerque, e hoje está nos Mouras, rama do tronco dos Albuquerque de Pernambuco.

*Província de Sergipe D' El Rei.* – Em altura de onze graus está a Província de Sergipe, fundada por ordem Real. A Cidade de São



Cristovão é a sua Capital, com suntuosa Matriz, da invocação de Nossa Senhora da Vitória; Misericórdia, formosos Conventos de Nossa Senhora do Carmo, e de São Francisco, e uma devota Capela de Nossa Senhora do Rosário. É magnífica a Casa do Conselho, e Cadeia; nobres as dos moradores, que havendo sido em outro tempo muitos, hoje não excedem de quinhentos vizinhos. No seu arrabalde está uma Ermida do glorioso São Gonçalo, frequentada romaria daquele povo, e das suas Vilas. Tem Capitão-mor, que governa a Província, com Sargento-mor, e uma Companhia paga de presídio. No seu termo, para a parte que chamam Continguiba, há outra Paróquia com quatro Capelas, e para o rio Vaza-Barris tem mais cinco Capelas. No seu recôncavo, e no das suas Vilas se contam vinte e cinco Engenhos, de donde sai todos os anos bom número de caixas para a Bahia, de perfeito açúcar em qualidade, e benefício.

As Vilas da sua jurisdição, que se compreendem no seu distrito, são a de Santo Amaro das Brotas, a de Santo Antônio da Tabaiana, a Vila Nova de Santo Antônio do rio de São Francisco, a do Lagarto, com a invocação de Nossa Senhora da Piedade, e a Vila Real do Piaquê. Todas tem boas Igrejas Paroquiais, muitas Capelas, e Ermidas devotas. Na do Lagarto tem uma Missão os Padres da Companhia; duas na Vila Nova de Santo Antônio os Religiosos Capuchinhos da Piedade; uma os do Carmo, os quais tem um Hospício na Vila Real do Piauí. Em todas elas há mais de oito mil vizinhos, que possuem cabedais, e tem muitas lavouras, sendo para todos o terreno tão dilatado, e fecundo, que faz férteis as suas Povoações, e aos seus habitadores ricos, e abundantes, são pródigos os seus campos na criação dos gados, na produção das sementeiras, e do tabaco. Deste gênero, da courama, e do açúcar, lhe resulta muito comércio, e ainda fora mais franco, a não serem as suas barras tão estreitas, que não dão trânsito, mais que a pequenas sumacas.





*Províncias dos Ilhéus.* – Em quinze graus escassos tem assento a Província dos Ilhéus, assim chamada pelos que a natureza lhe pôs na foz do rio. A sua Cabeça é a Vila de São Jorge: tem Igreja Matriz, duas Capelas, uma de Nossa Senhora da Vitória, outra de São Sebastião, e um Colégio dos Religiosos da Companhia. Duas Fortalezas a defendem, uma na barra, outra apartada dela, mas sobre um monte eminente ao mar. São do seu distrito as Vilas de Cairo, Camamú, Boipeba, e o rio das Contas, em cujo termo, para a parte do Norte, mandou erigir de presente o mesmo vice-rei uma Vila. Há nesta província boas Igrejas Paroquiais, e outras de várias invocações. A Vila do Camamu tem na barra a Fortaleza de Nossa Senhora da Graça com quatro baluartes. Na Capital, e nas outras há muitos moradores, e chegam a seis mil vizinhos, poderosos alguns de cabedais com as lavouras da farinha, de que provém a toda a Província da Bahia, em muita utilidade dela, e de todo o seu recôncavo.

El-Rei D. João III, a deu com cinquenta léguas por costa a Jorge de Figueiredo Correa, que não podendo vir em pessoa povoá-la, impedido da ocupação, que tinha no serviço Real a mandou conquistar, enviando uma boa Esquadra de naus, e muita gente, por Francisco Romeiro, o qual com valor, e diligência, vencidas as oposições dos Gentios, fundou a primeira Povoação, a que deu o nome de São Jorge, por ser o de seu Donatário; e superadas muitas dificuldades, e novas resistências daqueles Bárbaros, com os quais depois assentando pazes, as aumentou em todo o gênero de fábricas do Brasil. Seu filho Jerônimo de Figueiredo de Alarcão a vendeu a Lucas Girdales, Fidalgo Florentino, de quem descendem algumas Casas ilustres em Portugal; depois entrou esta Capitania por sucessão feminina na ilustríssima Casa dos Almirantes do Reino.

*Província do Porto Seguro.* – Em altura de dezesseis graus, e meio está a Província de Porto Seguro, primeira terra, e primeiro porto, que os Portugueses descobriram, e tomaram no Brasil, como



tem mostrado esta História. Contém duas Vilas, uma, que deu o nome a toda aquela Província, e outra, que se intitula Santo Antônio do rio das Caravelas. Na do Porto Seguro há boas Igrejas, a Matriz invocação de Nossa Senhora da Pena, a de São Sebastião, a Misericórdia, a de Nossa Senhora do Rosário, e um Hospício dos Padres da Companhia. Duas léguas distante da Vila está a Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, célebre pelo milagre de uma copiosa fonte, que das entranhas de um penhasco, inopinada, e repentinamente brotara na ocasião em que se fabricava a Igreja, e carecia a obra de água para se continuar, ficando perene, e correndo por debaixo do Altar da sua Capela-mor, cujo ruído, despertador do milagre, ouvem todos os circunstantes, que a ela vão a cumprir os seus vetos: em ambas as Vilas há mil e quinhentos vizinhos.

Tendo o Governador-Geral Luiz de Brito de Almeida notícia de que no interior da Província do Porto Seguro, no seu distrito confinante com o da Província do Espírito Santo, havia pedras preciosas, mandou no descobrimento delas a Sebastião Fernandes Tourinho, o qual navegou com muitos companheiros pelo rio Doce, e por um braço acima, que se chama Mandi, onde desembarcou, caminhando por terra muitas léguas, chegou a uma lagoa, a qual por grande chamarão os Gentios Boca do Mar, e passando adiante, por setenta léguas de distância, chegaram até onde no dito rio Doce se mete outro chamado Acesi; atravessando, e caminhando pelas suas margens cinquenta léguas, achou umas pedreiras com pedras de cor indistinta entre verde, e azul, e afirmaram os Gentios, que do cume delas se tiravam pedras mais coradas, e outras, que segundo a forma, com que se explicaram, tinham ouro; e ao pé de um Serra coberta de arvoredo, que tem uma légua de comprimento, achou uma esmeralda, e outra safira mui perfeitas; setenta léguas adiante encontrou mais Serras, de que se tiraram outras pedras verdes.

Cinco léguas acima viu outras, em que depuseram os Gentios haver pedras maiores, vermelhas, e verdes; mais acima achou

outra Serra toda de cristal finíssimo, e foi certificado, que nela haviam umas pedras azuis, e outras verdes, mui rijas, e resplandecentes: com estas informações, que trouxe Sebastião Fernandes Tourinho, mandou depois o Governador por Antônio Dias Adorno fazer outras experiências, e colheu as mesmas notícias, com a individuação, de que ao pé da Serra de cristal, para a parte de Leste, haviam esmeraldas, e para a de Loeste, safiras; posto, que das que trouxe umas, e outras estavam ainda imperfeitas, ou pouco maduras. Estas pedras, e as que trouxera Sebastião Fernandes Tourinho, enviou o Governador a El-Rei; porém pela fatalidade da Monarquia, com o domínio de outro príncipe, se não tratou mais destes descobrimentos; e por ficarem os lugares referidos tão entranhados nos Sertões, que não estão habitados pelos Portugueses, se tem perdido os rumos, e os caminhos de forma, que os não puderam acertar depois nas muitas jornadas, que se repetiram nesta diligência.

Deu El-Rei esta Província a Pedro de Campos Tourinho, natural da Vila de Viana, com cinquenta léguas de costa, para a qual se embarcou com a sua casa, e algumas Famílias nobres. Surgiram as suas naus no mesmo porto, em que desembarcara o General Pedro Álvares Cabral, e com grande valor conquistando aquelas terras, acompanhado da gente, que levara para o ajudar a ganhá-las, e para as povoar, alcançou muitas vitórias daqueles Gentios seus habitadores, afugentando-os para o interior dos Sertões: por sua morte, ficando herdeira sua filha Leonor de Campos, a vendeu ao esclarecido D. João de Lancastro, primeiro Duque de Aveiro, filho do Senhor D. Jorge, Mestre de Santiago, e Aviz, Duque de Coimbra, que o era d'El-Rei D. João o II.

No domínio daquele príncipe, e dos seus descendentes, floresceu muito esta Capitania em grandes Engenhos, e lavouras, achando-se hoje destituída das suas fábricas, e da sua grandeza: governa-a um Capitão-mor, ao qual são sujeitos outros Cabos e Officiais. Foi título de Marquesado, por mercê d'El-Rei de Castela,

a D. Afonso de Lancastro, Marquês de Val de Fuentes, filho de D. Álvaro, e D. Juliana, terceiros Duques da grandíssima Casa de Aveiro; mas sempre esta Província permaneceu naquele Ducado.

*Província do Espírito Santo.* – Em altura de vinte graus e um quarto está a Província do E. Santo, com cinquenta léguas de costa: compreende três Vilas, uma, que deu o nome à Província, outra de Nossa Senhora da Vitória, e a ele Nossa Senhora da Conceição: a da Vitória tem suntuosa Matriz, um grande Convento dos Padres da Companhia das suas mais antigas fundações, um de São Francisco, outro do Carmo, boa Casa da Misericórdia, e uma Igreja de Santa Luzia. Na do Espírito Santo há a Misericórdia, que serve de Matriz, e dela vai Nosso Senhor por Viático aos enfermos. A da Conceição tem Igreja Matriz da mesma invocação. A Vila do Espírito Santo, cuja barra é das melhores do Brasil, tem nela uma grande, e regular Fortaleza. A Vila da Vitória tem as fortalezas de Nossa Senhora do Carmo, de Nossa Senhora da Vitória, de Santo Inácio, São Diogo, e São João; em todas há boa artilharia, mas só a da barra, a de São João, e de Nossa Senhora do Carmo, tem guarnição: nesta Vila está o presídio da Infantaria paga, com bons cabos, e oficiais; um Capitão-mor, pessoa de suposição, governa toda aquela Província.

El-Rei a deu a Vasco Fernandes Coutinho, Fidalgo, que o tinha servido bem na Índia e dos mais ilustres do Reino, de donde a veio conquistar, trazendo em muitas naus todos os aprestos, muita gente, e Famílias nobres para a povoarem. Tomou terra no Porto do Espírito Santo, onde fundou com esta invocação a primeira Vila, de que se apelidou toda aquela Província; e conquistando as terras de sua demarcação, teve com os Gentios muitas batalhas, e alcançou muitas Vitórias; e por uma de maiores consequências edificou como troféu a Vila, que intitulou da Vitória, fundada no mesmo lugar, em que conseguira aquele triunfo. Possuiu esta Capitania, e os seus descendentes, até Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Almotacé-mor do Reino, Governador, e

Capitão Geral do Estado do Brasil, e vice-rei da Índia, que a vendeu a Francisco Gil de Araújo.

Era este Vassalo dos primeiros do Brasil por qualidade, e por riquezas, descendente de Catarina, e Diogo Álvares Correa. Foi presidir nela alguns anos, levando da Bahia muitos casais, doando-lhes terras para lavrarem, e a todos os moradores assistiu com cabedal considerável para fornecerem os seus Engenhos, e lavouras, que avultaram por esta causa muito naquele tempo. Sucedeu-lhe seu filho Manuel Garcia Pimentel, que ocupado com as importantíssimas propriedades, que lograva na Bahia, não passou à sua Capitania, e falecendo sem sucessão legítima, foi julgada por sentença a Cosme de Moura Rolim, seu primo, e cunhado, a quem a comprou a Majestade Augusta d'El-Rei Nosso Senhor D. João V, que felizmente impera, e Deus muitos anos guarde, mandando-lhe dar por ela o mesmo preço, que havia custado. Estas três Províncias Ilhéus, Porto Seguro, e Espírito Santo, foram possuídas primeiro pelos Gentios Tupiniquins, e pelos Tupinais, e a estas duas Nações, venceram os Gentios da Nação dos Aimorés, e as ficaram possuindo até o tempo da nossa conquista.

*Província do Rio de Janeiro.* – Em altura de vinte e três graus está a Província do Rio de Janeiro, assim chamada, por ser no primeiro dia deste mês descoberta. É a sua Cabeça a Cidade de São Sebastião, Corte de todas as nossas Praças do Sul: os prezados gêneros, que daquelas partes por mar, e terra se lhe conduzem, a foram fazendo rica, e hoje se acha opulenta com os descobrimentos das copiosas minas de ouro, que daqueles dilatadíssimos Sertões se leva àquela Praça, como a feira deste precioso metal, e a buscá-lo se acham no seu porto inumeráveis embarcações de Portugal, e do Brasil; e pelo comércio, que desta frequência lhe resulta, é o terceiro Empório desta Região. A Cidade é de mediana grandeza, mas de muito formosura, fundada em sítio raso, se estende tão igual com a sua ribeira, que por todo um lado a lava o mar.

São soberbamente suntuosos os edifícios, que a adornam, magníficos os Templos, a Sé, os Conventos da Companhia de Jesus, dos Religiosos do Carmo, de São Francisco, e de São Bento, este em magnificência, e sítio superior aos outros. Tem mais duas Freguesias, uma de Nossa Senhora da Candelária, outra de São José, Casa da Misericórdia, Igrejas de Santa Cruz, de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora da Glória, do Parto, e a de Nossa Senhora da Conceição, que foi Hospício dos Barbônios Franceses, e está contíguo ao Palácio dos Bispos. É suntuoso o do Governador, e nobremente edificadas as casas dos moradores. Em todo o tempo teve graves famílias, que permanecem com a mesma nobreza. Tem de presídio dois Terços de Infantaria paga; o seu numeroso Povo chega a dez mil vizinhos, e outros tantos tem no seu recôncavo.

É abundante de muitas hortaliças, legumes, plantas, frutas, e flores de Portugal, que todos os dias enchem a sua praça, parecendo pomares, e jardins portáteis. Os seus redores são cultivados de aprazíveis, e férteis quintais, a que lá chamam chácaras. No seu recôncavo houve cento e vinte Engenhos, os que permanecem de presente são cento e um, deixando de moer os outros, por se lhe tirarem os escravos para as Minas; e a mesma falta (pela própria causa) experimentam as mais fazendas, e lavouras, que foram muitas. Os seus campos são fecundíssimos na criação dos gados maior, e menor, sendo tão numerosos nos dos Itacazes (prolongados entre esta Capitania, e a do Espírito Santo) que da grande cópia de leite que dão, se fazem perfeitos, e gostosos queijos, na forma dos do Alentejo, e chegam a muitas partes do Brasil fresquíssimos.

Criam os seus mares muitos mariscos, e pescados menos regalados, que os das Províncias, que ficam para o Norte, mas na mesma quantidade. Há no seu distrito outros gêneros, e culturas de preço, e regalo; porém correndo para as Minas muita parte dos moradores, e levando seus escravos para a lavra do ouro,

ficaram menos assistidas as outras fábricas; causa, pela qual há menos açúcares, e se experimenta alguma diminuição dos víveres. A fonte, de que bebem os vizinhos da Cidade, é um copioso rio, chamado Carioca, de puras, e cristalinas águas, que depois de penetrarem os corações de muitas montanhas, se despenhavam por altos riscos, uma légua distante da Cidade, onde as iam tomar com algum trabalho; mas aquele Senado com magnífica fábrica, e liberal despesa, trouxe para mais perto o rio; e de próximo o laborioso cuidado do General Ayres de Saldanha de Albuquerque, que neste tempo com muito acerto governa aquela Província, o trouxe para junto da Cidade com maior grandeza, e utilidade. É fama acreditada entre os seus naturais, que esta água faz vozes suaves nos músicos, e mimosos carões nas damas. Suposta a multidão de frutos daquele País, é o seu clima menos temperado, e mais sensíveis as suas Estações, contínuos os trovões, que repetidas vezes despedem coriscos.

A sua barra, em cuja entrada se levantam de uma, e outra parte dois altos penhascos, é notável; porque estreitando-se na boca ao breve espaço de meia légua, vai ao mar formando um golfo, ou baía de vinte e quatro de circunferência, e oito de diâmetro, em que estão muitas Ilhas de grandezas diferentes; umas cultivadas com Engenhos, e lavouras, outras ainda incultas, e todas formosas, sendo mais célebre a que chamam das Cobras onde ancoram os navios, e há fundo, e capacidade para muitas Armadas. Pela parte da terra oposta à Cidade, vai acompanhando ao golfo uma disconforme muralha, composta pela natureza de ásperos rochedos, mais, e menos levantados, a que chamam Montes dos Órgãos, e vão formando na diferença das suas perspectivas um Proteu inconstante de figuras várias, e uma bem-ordenada confusão de diversos objetos, espantosos aos olhos, e difíceis à conquista.

São cortados estes aprazíveis montes por dezessete alegres rios, que do interior da terra, por muita distância navegáveis,



vão ledamente fertilizando grandes propriedades, e buscando o pacífico mar daquele golfo a tributar-lhe as águas, e não a perder os nomes, porque se chamam Garaí, Boaçu, Guaxindiba, Macacu, Guaraí, Guapeguaçu, Guapimirim, Magegaçu, Magemirim, Eriri, Suruí, Neumerim, Magóa, Goaguaçu, Meriti, Saracuí, Irajá, todos serenos, e agradáveis, fazendo ricos, e fecundos os terrenos que banham.

Muitas Fortalezas defendem aquela Praça. No princípio, e ponta da barra tem o Forte de São Teodósio, que segura por aquela distância a sua praia: na mesma parte a Fortaleza de São João, em forma de um meio hexágono para a parte do mar, e fechado com uma muralha seguida para a da terra, guarnece-a muita artilharia de bronze, e ferro; é uma das balizas, que estreitam a boca da enseada do Rio de Janeiro: segue-se-lhe pelo próprio lado, que é o da Cidade, a Fortaleza de Santiago, em forma redonda, com torreões, e no meio uma Torre circular, onde também labora a artilharia; tem muitas guaritas, que descobrem a barra, e capacidade para muitas peças, não sendo poucas as que de presente a guarnecem.

Na parte oposta, que é a do Norte, está na ponta da barra o Forte, chamado Nossa Senhora da Guia, que por aquele lado defende a praia da mesma barra: mais dentro a Fortaleza de Santa Cruz, que é a outra baliza da boca da enseada, e fica fronteira à de São João, senhoreando ambas o estreito passo, por onde o mar se comunica ao golfo. É edificada em forma de um semicírculo, com redentes; tem muita, e grossa artilharia de bronze, e ferro em duas baterias, um Cabo de maior suposição, e uma Companhia paga. Dentro no corpo da enseada, e defronte da boca da barra, na Ilha de Vila-Gaylhon (assim chamada por Nicolau de Vila-Gaylhon Francês) está outra Fortaleza com o seu apelido por nome. Fronteira a esta fica a do Gravatá; em outra Ilha do mesmo golfo, chamada Ilha das Cobras, oposta à Cidade, onde surgem os navios, há uma boa Fortaleza; e no estreito passo da entrada da barra, sobre a grande





laje que ali pôs a natureza, com cinquenta braças de comprimento, e vinte e cinco de largura, principiou o General Francisco de Távora outra, que se vai continuando com a mesma grandeza e regularidade.

Ao pé da Fortaleza de Santiago há um lanço de grossa muralha em redentes, que se dilata por oitenta braças, e fenece nas portas, que vão para Cidade. Por cima desta em um alto, se vê a Fortaleza do glorioso Mártir São Sebastião, eminente a todo aquele mar; tem grande circunferência, é feita em um semicírculo pela parte da Cidade, e pela outra fechada com a Torre da Pólvora; residem nela muitos moradores. Um Forte mais em forma redonda detrás do Mosteiro do glorioso Patriarca São Bento.

Foi a Cidade fundada pelo Governador-Geral Mem de Sá, da segunda vez que passou a expulsar os Franceses daquela enseada, como no seu Governo mostraremos. A sua Igreja elevada a Catedral no ano de mil e seiscentos e setenta e seis pelo Pontífice Inocêncio XI, e o seu primeiro Bispo D. Fr. Manuel Pereira, Religioso de São Domingos, do Conselho Geral do Santo Ofício, que depois de Sagrado, renunciou o Bispado, e ficou sendo Secretário de Estado; e D. José de Barros de Alarcão, sendo o segundo na ordem da nomeação, foi o primeiro, que passou ao Rio de Janeiro. A Alcaldaria-mor da Cidade anda nos Ilustríssimos Viscondes da Asseca.

Saindo pela barra da sua enseada, e correndo a costa para o Norte, está uma ponta de pedra lançada ao mar, chamada Bumerim, e continuando a praia meia légua com outra ponta, no fim dela se acha um lago, que chamam Piratininga, abundantíssimo de peixe; pelo mesmo rumo mais adiante estão vários cerros, e pontas, que vai fazendo a terra, entre os quais fica o cerro Taipuguaçu, Atalaia de donde se veem as Armadas, e se envia notícia delas ao Rio de Janeiro, quando há suspeita, ou temor de inimigos. Seguindo a mesma costa mais ao Norte, há no continente da terra distante ao mar, pouco mais de meia légua, outro lago,



que tem três de comprimento, chamado Maricá, habitado de um Povo de trezentos vizinhos, com duas Igrejas Curadas, tão fértil de pescados vários, que os vão buscar do Rio de Janeiro, e dos seus distritos.

Pelo mesmo rumo, duas léguas adiante, está outro lago pequeno, cujo nome é Jacuné, que terá seiscentas braças, do qual é tradição mora uma Aldeã, que ali se sovertera. Correndo mais ao Norte três léguas, fica o lago Saquarema, com duas de extensão, e fenece além da Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, edificada sobre uma Serra eminente ao mar; é habitado de muita gente, abunda de infinito peixe, e tem três Engenhos de açúcar. Logo se vão seguindo muitos lagos, em que se cria excessiva cópia de excelente sal, e por esta produção se chamam Salinas. Ultimamente outro chamado Iraruama: todos os referidos lagos, e povos da jurisdição de Cabo Frio.

Segue-se-lhes a Cidade de Cabo Frio, a que são sujeitos, a qual está em altura de vinte e três graus, intitula-se Nossa Senhora da Assunção; é de grandeza proporcionada aos seus moradores, que não passam de quinhentos vizinhos; tem Igreja Paroquial, de boa estrutura, um formoso Convento de Religiosos do Patriarca São Francisco, e outras Igrejas, e Capelas na Cidade, e seus distritos: é governada por um Capitão-mor com soldo de Fazenda Real, sendo com todos os seus distritos, desde a sua fundação, sujeita à jurisdição do Governo do Rio de Janeiro.

Da barra desta Província, correndo para o Sul até a Ilha Grande, última baliza da sua demarcação, antes de a aportarem as embarcações, dez léguas de distância da Cidade de São Sebastião, principia um pontal de areia, que se diz Marambaia, o qual faz um canal de sessenta braças, nomeado Barra da Guaratiba; com esta restinga, que tem quatorze léguas, apartada da terra três, se vai formando dentro uma marinha, onde desemboca o caudaloso rio Guandu; acabando a dita restinga, defronte de muitas Ilhas,




que com ela correm direitas para o Su-Sudoeste, em que há uma larga barra com fundo para grandes naus, e tão acomodada para as abrigar dos ventos, que lhe chamam Enseada de Abraão, sendo a última destas Ilhas, a que se nomeia Grande, a qual tem uma formosíssima barra de três léguas de comprimento, chamada do Cairuçu, com uma ponta, que se diz das Laranjeiras.


Foi esta Província do Rio de Janeiro Cabeça de todas as da repartição do Sul, e de presente é um dos três Governos, em que está dividida aquela Região; porque as enchentes de ouro (que moderadas no princípio, vieram depois com profusão imensa a inundar) atraindo inumerável cópia de gente de todo o Brasil, e Portugal, com as suas fábricas, e comércio a fizeram tão opulenta, que para poder reger-se, foi preciso partir-se: outro é o das Minas, de cujos descobrimentos, e das fundações das suas Vilas, daremos em seu próprio lugar notícia: o último é o de São Paulo.

O mais ilustre dos três é o do Rio de Janeiro, pela antiguidade, magnificência, e trato político dos seus moradores, pela sua Casa da Moeda, que incessantemente labora, fazendo correr para todas as partes soldas torrentes de ouro, reduzindo ao valor do cunho aquela áurea produção, que nas suas ricas fontes não tem mais cunho que o peso, e finalmente pela grandeza do seu porto, aonde vão numerosas Frotas todos os anos a buscar os gêneros de todas aquelas Praças, e levar as mercadorias, que por eles trocam, as quais despachadas no Rio de Janeiro, se encaminham às outras Povoações do Sul. São estes três Governos independentes entre si, e só sujeitos à Bahia, Cabeça de todo Estado. Esta Província do Rio de Janeiro foi habitada de Gentios da Nação Tamoios, que desde o Cabo Frio senhoreavam aqueles distritos.


*Província de São Vicente.* – A Província de São Vicente está em altura de vinte e quatro graus. El-Rei D. João III a deu com cinquenta léguas por costa a Martim Afonso de Sousa, que na Índia tinha obrado proezas, e exercido postos dignos do seu ilustríssimo



sangue, e próprios do seu valor, que depois o chegou ao supremo lugar daquele Estado. Veio a fundar a sua Capitania, na qual residiu alguns anos, sujeitando os Gentios daquele distrito, apesar da oposição, que neles achou, sendo-lhe necessário valer de todo o seu esforço contra a contumácia, com que lhe resistiam, porque na posse da liberdade natural, reputavam em menos as vidas, que a sujeição do poder estranho. Mas vencidos em vários encontros, e batalhas por Martim Afonso, para que com maior merecimento, e glória fizesse as suas fundações, erigiu a Vila de São Vicente, e a de Santos, ambas em uma Ilha, e deixando-as estabelecidas e seguras, voltou para o Reino, de donde tornou a passar à Índia no ano de mil e quinhentos e quarenta e dois, a suceder a D. Estevão da Gama naquele superior Governo, último emprego dos nossos maiores Capitães nas portentosas conquistas da Ásia, conseguindo em satisfação de tantos serviços o apetecido, e grande lugar de Conselheiro de Estado em Portugal.



É coisa digna de reflexão, que sendo esta a primeira Província, que se fundou na nossa América, e tendo florescido opulenta em fábricas de Engenhos, e outras lavouras, de donde se proviam naqueles princípios quase todas as Povoações do Brasil, de presente não conserva sombras da sua grandeza, carecendo até dos vestígios para crédito da sua memória; e que também de Cabeça da Província perdesse a Vila de São Vicente a dignidade, que passou à de Santos, e agora está na Cidade de São Paulo, chamada antes Vila de Piratininga, não existindo na primeira mais que a Igreja Matriz com a invocação do Santo, e uma Capela de Santo Antônio, pequena pela fábrica, e grande pelos milagres, que continuamente está obrando em todos os que a visitam, e naqueles moradores, que a frequentam; os quais foram em outro tempo muitos, e não passam hoje de oitocentos vizinhos. O gênero de que não perdeu totalmente o trato, são os toucinhos, tão extremados, que competem com os melhores de Europa, porque se criam nela porcos





tão grandes, que se lhes esfolam as peles para botas, e couros de cadeiras, em que provam melhor que o das vacas.

Distante da Vila de São Vicente duas léguas por terra está a Vila de Santos, tem Igreja Matriz com a mesma invocação, Colégio dos Padres da Companhia com a de São Miguel, um Hospício dos monges de São Bento com a de Nossa Senhora do Desterro, Misericórdia, um Convento dos Religiosos Capuchos de Santo Antônio, e no lugar mais elevado da Vila numa Ermida de Nossa Senhora de Monserrate dos próprios Monges de São Bento. No meio da Povoação tem os Religiosos do Carmo uma Igreja de Nossa Senhora da Graça, e fora dela há uma Capela de Nossa Senhora das Neves de um morador particular, e duas dos Padres da Companhia com o título de São Francisco Xavier; tem mais de dois mil vizinhos, Governador e Ouvidor da profissão literária; sendo esta Vila, e a de São Vicente abundantíssimas de tudo o preciso para sustento, e regalo da vida humana.

De todos os gêneros de carnes criam cópia grande, em sumo grau gostosas; os pescados muitos, os mariscos excessivos, e algumas ostras de tanta grandeza, que as conchas delas (como de madre pérola por dentro) servem de pratos de mesa; outras se acharam tão portentosas, que serviram de ministrar água às mãos; e há tradição, que indo visitar esta Província o Bispo da Bahia D. Pedro Leitão, em uma concha destas lhe lavaram os pés, como em bacia. Da multidão de marmelos, que em cargas inumeráveis vão de São Paulo a estas Vilas, se fazem nelas, especialmente na de Santos, tão perfeitas marmeladas, cruas, de sumos, e marmelos em conserva, que não só abundam a todo o Brasil, mas chegam a Portugal. Nos seus recôncavos há algumas moendas, que só fazem água ardente de cana, relíquias dos muitos Engenhos, que tiveram em outro tempo.

Há forças nos seus distritos bastantes para a sua defesa. Na barra grande de Santos, distante da Vila meia légua pelo rio



abaixo, tem uma grande Fortaleza, fabricada com toda a regularidade em duas baterias, com muitos canhões, e estâncias para o cômodo dos Soldados, que entram nela de presídio todos os meses; tem Capitão, que a governa; está posta na ponta de um outeiro junto ao rio: sobre outro monte lhe fica eminente uma Ermida de Santo Amaro. Fronteira a esta Fortaleza, na parte de terra, se principiou uma, que ainda se acha imperfeita: da outra parte do rio está a Fortaleza de Santa Cruz da Itapema, de igual porte, e fábrica, com boa artilharia: na barra da Bertioga há um Forte de torrão com artilharia, e cômodos para os Soldados; dentro da Vila de Santos, junto ao Colégio dos Padres da Companhia, um reduto com alguns canhões: as Fortalezas tem seus próprios Capitães: esta Província foi conquistada aos Gentios da Nação Guainazes, que a possuíam.

Na própria altura da Província de Martim Afonso de Sousa, tomou seu irmão Pedro Lopes de Sousa o outro número de léguas das cinquenta da sua doação, e fundou uma Capitania com o nome de Santo Amaro, de que é hoje Cabeça a Vila de Nossa Senhora da Conceição; principia a sua jurisdição no estreito de Santos, onde está a Vila deste nome, rodeada do mar, e três léguas por costa distante da de São Vicente; ficando as duas Capitánias tão juntas, e místicas, que esta vizinhança foi causa dos muitos pleitos, que se moveram depois entre os sucessores dos dois Donatários os Marqueses de Cascais, e os Condes da Ilha, sobre as suas demarcações, e pelo domínio de algumas Vilas, que ambas as partes alegavam pertencer-lhes.

As que se compreendem nas jurisdições de ambas as Capitánias para a parte do mar são a de São Sebastião, em cujo termo há um Convento de Religiosos de Santo Antônio; a de Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém, com outro Convento do mesmo Santo; São Vicente; Santos; Parati; Ubatuba; Iguapé, onde há um prodigioso Santuário de uma Imagem de Nosso Senhor à Coluna, que



incessantemente está obrando milagres; Paranaguá: Cananeia; rio de São Francisco do Sul; e a Alaguna. As Vilas da Serra acima são, Jacareí, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Curutubá, Sorocaba, Utu, Jundiáí, Paranaíba, Taubaté, Mogi, onde há um Convento dos Religiosos do Carmo, e a de Peritininga, hoje Cidade de São Paulo, e Governo geral, a quem todas elas estão sujeitas.

A Região de São Paulo, eminente, e arrebatada ao mais alto daquele hemisfério, a donde se sobe pela íngreme, e dilatada Serra de Parananpiacaba, foi no seu princípio Vila chamada Piratininga, e de presente é Cidade do nome do glorioso Apóstolo seu Tutelar, e um dos três Governos, que na repartição do Sul são entre si independentes, e só sujeitos ao Governador da Bahia, Capitão Geral de todo o Estado. Tem a Cidade Igreja Matriz, Misericórdia, Colégio dos Padres da Companhia, Conventos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, de Santo Antônio dos Capuchos, de São Bento, e das Recolhidas com a invocação de Santa Teresa. Tem mais a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos pretos, a Ermida de Santo Antônio, e fora da Cidade outra Igreja de Nossa Senhora do Jaguaré.

É regaladíssimo este País de muitas flores, e frutas de Portugal, das quais fazem aqueles moradores diversas conservas, e dos marmelos as mais finas marmeladas, e já de presente excelente geleia. Abunda de muitos gêneros de mimosas carnes, e caças gostosíssimas; cultiva no seu termo muitas quintas deliciosas; tem no seu recôncavo, e nos de algumas das suas Vilas, grande searas de trigo, cujo grão é maior, e mais alvo que o de Europa. Do distrito de São Paulo até o rio da Prata, habitam os Tapuias, os Carijós, e outras inumeráveis Nações de Gentios.

Vai esta Região continuando-se até o rio da Prata, onde temos a nova Colônia do Sacramento, a qual está em altura de trinta e cinco graus, e fica Leste Oeste com a barra do dito rio, que se corre ao mesmo rumo, e por ele acima, na distância de sessenta léguas, defronte da Cidade de Buenos Aires. Da sua boca até a nossa Colônia



há seis rios, dos quais só em três se entra, que são o de Santa Luzia, o da Conceição, e o do Rosário; os outros são tão baixos nas bocas, que só nas grandes enchentes do rio se podem entrar, e por esta causa lhe chamam secos. O país é extremosamente raso, e contém a maior campanha, que se acha em as duas Américas, sem arvoredo algum, exceto pelas margens de alguns regatos sem cabedal, nem nome; porém o clima, e o terreno são de forma próprios para a produção das flores, frutos, e sementeiras de Europa, como experimentam os nossos povoadores nos muitos, e deliciosos jardins, pomares, e searas, que tem já cultivado naquele frutífero e vasto País.

Tem Igreja Matriz com a invocação do Santíssimo Sacramento, um Convento dos Padres da Companhia, com o nome de São Francisco Xavier, uma Ermida de Santa Rita, e fora da Praça para a parte do Norte, e outra de Nossa Senhora do Bom Sucesso. A Povoação com a frequência das nossas embarcações se acha de presente mui aumentada em número de casas, moradores, e culturas, e seria já populosa, se não foram os repetidos cercos, que os Castelhanos puseram à nossa Fortaleza; sendo uma vez demolida pelos seus Cabos, e outra abrasada pelos nossos, como a seus tempos, e em seus próprios lugares irá mostrando a História. A Fortaleza tomou a invocação, e o nome das Ilhas de São Gabriel, que estão no rio fronteiras, e uma légua distantes. É quadrada com quatro baluartes; no tempo da última guerra se tiraram duas linhas de comunicação dela ao rio, servindo esta estrada coberta, assim para receber com maior segurança os socorros por mar, como para lhe aumentar o recinto. Tem Governador, que rege a Colônia, um Sargento-mor do presídio, outro da Praça, duas tropas de Cavalaria, muitos Soldados, boa artilharia, e estâncias capazes de recolher a gente da Povoação em tempo de guerra: o número dos moradores entre infantes, colonos, e escravos chega a duas mil pessoas.





Temos descritas as quatorze Províncias de nossa América, desde um grau da parte do Norte, até trinta e cinco do Sul, contando-se nesta distância as mil e cinquenta e seis léguas de costa, de que está de posse o Cetro Lusitano, e não incluindo neste número as enseadas, em que se encurvam as suas praias. Muito mais se estende a nossa demarcação, lançada, e medida a linha da divisão entre os Monarcas Português e Castelhana, pela qual chega a parte que nos toca ainda cento e setenta léguas adiante, até a Bahia de São Mathias, que está em altura de mais de quarenta e quatro graus, onde se meteram os marcos da Coroa Portuguesa. Destas Províncias oito foram de Donatários, e seis Realengas; mas hoje são onze de sua Majestade, e três estão em domínios particulares; a do Porto Seguro na casa de Aveiro, a de Itamaracá na de Cascais, e a dos Ilhéus na do Almirante de Portugal, sendo de mais deste número as Capitánias de outros Donatários, que se incluem no corpo da nossa Região, e nos distritos das mesmas províncias.

Nelas há doze Cidades, sessenta e sete Vilas, muitos Lugares, e grandes Povoações, quatro Bispados, e um Arcebispado, inumeráveis pias batismaes em Paróquias de grandíssimos distritos. Nas Praças, e fundações principais há Classes de Gramática, humanidades, Filosofia, Teologia Especulativa, e Moral; particulares nos Conventos para os seus Religiosos, e gerais nos Colégios da Companhia. Delas têm saído os naturais do Brasil, não só a lerem nas mesmas Cadeiras, mas a ocuparem outras na doutíssima Universidade de Coimbra, e a vagarem por muitas partes da Europa, ostentando o natural engenho, com que a natureza os habilitara para todas as ciências, saindo em muitas consumados, em serviço do rei e glória da Pátria.

Não são menos extremados os seus talentos no Espírito guerreiro, e no exercício bélico, porque cursando as Aulas, e as campanhas, tem dado bem a conhecer, que só em o nome se distinguem Minerva, e Palas, fazendo em todas as partes em que concorreram,

e em todos os tempos, de ambas as faculdades relevantes provas, havendo ocupado nelas autorizados lugares, e empregos grandes, pois assim como na Pátria lhes não faltaram doutíssimas escolas para aprenderem as ciências, lhe sobraram teatros marciais para exercitarem as armas; diga-o repetidas vezes o Brasil, infestado, e acometido por vários inimigos naturais, e estrangeiros; e com maior glória a Província de Pernambuco, cujas campanhas, pelo curso de mais de vinte e quatro anos, foram palestras do maior furor de Marte.

*Estado dos cabedais, que de presente possuem os moradores da nos-  
sa América.* – É muito para ponderar, que tendo chegado a nos-  
sa América a tanta opulência, havendo crescido o número dos  
Engenhos, a cultura das canas, a fábrica dos tabacos, a abundância  
dos couros, a cópia das lavouras, e manufaturas, as produções de  
tantos gêneros ricos, e finalmente as copiosas enchentes de ouro  
tão sabido, se achem algumas casas (em outro tempo muitas ricas)  
hoje pouco poderosas, ou quase exaustas; porque crescendo com a  
multidão dos moradores o preço dos víveres, e o valor dos gêneros,  
de que pendem todas as suas fábricas, o luxo, e prodigalidade com  
que gastam as suas riquezas, sendo mais fáceis em despendê-las,  
que em adquiri-las, os acidentes do tempo, que sempre correm em  
pós da roda da fortuna, são causas, pelas quais se acham muitos  
com moderados bens, poucos com cabedais excessivos; uns não  
se devem ter por pobres, outros não se podem chamar opulentos,  
porque neste quase equilíbrio de substância se vai hoje pondo o  
corpo racional desta Região, cujos membros tiveram em outro  
tempo forças mais proporcionadas à sua grandeza.

Há mui claras Famílias de conhecida Nobreza, divididas por  
todo o Brasil; porque posto que a ele vieram sempre (como para to-  
das as outras Conquistas do Reino) réus punidos pela Justiça, tam-  
bém em todos os tempos, convidados da grandeza destes Países,  
passarão a habitá-los muitos sujeitos oriundos de nobilíssimas

Casas de Portugal; e sendo ramos de generosos troncos transplantados a este clima, produziram frutos de continuada descendência, que não degeneram das suas origens, antes as acreditam.

*Lugares e postos, que ocuparam os naturais da nossa América.* – Dos filhos da nossa América houve um Bispo de Ceuta, promovido a Bispo de Angra; um Abade de Albânia, muitas Dignidades Prebendadas, e Claustrais; um governador, e Capitão geral do Estado do Brasil; cinco, que em concurso de outros Companheiros exercerão o mesmo posto; três Capitães Gerais do Estado do Maranhão; dois Governadores de Pernambuco; quatro do Rio de Janeiro; dois de Angola; outro de São Tomé, e dois de Cabo Verde; três Conselheiros Ultramarinos, e outro, que teve a mercê, e por não poder passar a Lisboa, não teve o exercício; doze, ou quatorze Mestres de Campo; dois Comissários da Cavalaria; muitos Capitães de Cavalos, e de Infantaria: não contamos os que governaram as outras nossas Províncias com o posto de Capitães-mores, por serem inumeráveis.

Na profissão das letras teve muitos Colegiais, Mestres, e Opositores na insigne Universidade de Coimbra, um Desembargador do Paço, e Chanceler-mor do Reino; um Chanceler da Relação da Bahia; um Desembargador dos Agravos da Suplicação de Lisboa; muitos Ministros de Beca nas Relações de Portugal, da Bahia, e da Índia; outros de varas em diversos bancos, e Judicaturas do Reino, e das Conquistas. Nos lugares Cívicos e políticos, muitos Juizes dos Órfãos, cinco Provedores da Fazenda Real na Bahia, três em Pernambuco, quatro no Rio de Janeiro, um Vedor na Índia, e muitos Alcaides-mores por todas as Províncias do Brasil; de uns, e outros, por não interrompermos a História, calamos neste lugar os nomes, que irão no fim dela, por lhes não faltarmos com a memória.

*Número dos navios, que saem dos seus portos.* – *Gêneros que carregam.* *Outros de diferentes qualidades.* – Saem da nossa América



Portuguesa para todos os portos do Reino, em cada um ano, cem navios, umas vezes com maior, outras com menos carga, mas sempre com tanta, que comutando a de uma com a de outra Frota, carregam vinte e quatro mil caixas de açúcar, de mais de trinta arrobas cada uma; mais de três mil feixes, de seis, e de oito, e de duas mil caras de arroba; dezoito mil rolos de tabaco, de oito até dez arrobas; cem mil meios de sola; cinco para seis mil couros em cabelo; muitos milhões de ouro em pó, barras, e moedas. Levam os navios, além dos importantíssimos referidos gêneros, outros de muito preço; âmbar, bálsamo, cravo, cacau, baunilha, gengibre, canela, algodão, anil, óleo de copaíba, madeira de valor, pau-Brasil, conduru, sassafrás, jacarandá, violete, vinhático, tapinhoã, jataipeba, anjelim e cedro: quatro fragatas da Coroa conduzem cada ano da Bahia, e Pernambuco portentosos lenhos, admiráveis na medida, na fortaleza, e na incorrupção, dos quais se fabricam no Arsenal, ou Ribeiras das naus de Lisboa, soberbos Galeões, além dos muitos, que se gastam na desta Cidade com a mesma fábrica de naus, das quais tem saído muitas, que com admiração virão Europa, e Ásia.

*Embarcações, que vão para a costa de África, e os gêneros, que levam.* – Quase outro tanto número de embarcações menores navega para a costa da Etiópia, a buscar escravos para o serviço dos Engenhos, Minas, e lavouras, carregando gêneros da terra (menos o ouro, que algum tempo levavam, e hoje se lhes proíbe) algum açúcar, e mais de cinquenta mil rolos de tabaco, da segunda, e terceira qualidade; gastando-se na terra por toda a Região mais de seis mil, e de duas mil caixas de açúcar.

Os direitos de todos os referidos gêneros nas Alfândegas do Reino, o rendimento do ouro nas Minas, e do estanque do tabaco em Lisboa, os contratos anuais, e treinais por toda a nossa América, os dez por cento, as senhoriagens das Casas da Moeda, os direitos dos escravos, que se vão buscar à costa de África, e os

daqueles, que se despacham para as Minas, importam à Fazenda Real um considerável número de milhões, dos quais grande parte se dispende na nossa própria Região em soldos, ordenados, congruas, aposentadorias, mercês ordinárias, missões, ajudas de custo, esmolas, naus de guarda-costa, e fortificações; luzindo em tudo a majestade, grandeza, e liberalidade do nosso Augusto Monarca.

**T**omé de Sousa, primeiro Governador. – Ano de 1549. – Escolhida por tantas, e tão relevantes qualidades a Bahia para cabeça do Brasil, mandou El-Rei D. João III, por primeiro Governador dela, e Capitão Geral de todo o Estado a Tomé de Sousa, por nascimento ilustre, e por prerrogativas benemérito da confiança, que fez da sua pessoa para um Governo grande, e novo, de cujos princípios pendia o estabelecimento do Domínio português na América, e a boa direção do Império, que vinha a fundar; e não se arrependeu aquele Monarca da escolha, porque as ações e procedimentos do Governador qualificaram a eleição. Tinha servido em África, e Ásia, com tantas provas de valor no exercício militar, como experiências do Governo político; e só lhe faltava fazer também a América teatro das suas glórias na conquista dos Gentios, e na instituição da República, alcançando vitórias com as armas, e impondo leis com os preceitos. Chegou no ano de mil e quinhentos e quarenta e nove, em uma Frota de cinco naus, que conduzirão luzida gente, e todos os aprestos precisos a uma grande conquista, e fundação.

*Fundação e Nome da Cidade.* – Desembarcou na Vila Velha, e reconhecido o sítio, passou a povoação para o em que permanece a Cidade, pelas conhecidas vantagens, que nele concorriam para assento da Corte deste Estado. Erigiu-a com o nome de São Salvador, além do que já tinha a sua enseada de Bahia de Todos os Santos;



para defender dos Gentios aos novos moradores, mandou cercá-la de muros de taipa, não podendo com a brevidade, que era precisa, fabricá-los de outra matéria. Da mesma fez levantar a Igreja Matriz, o palácio dos Governadores, a Casa da Câmara, e a Cadeia, nos próprios lugares, em que depois se fabricaram com suntuosidade. Deu forma às praças, às ruas, e a tudo o que conduzia à fundação da república, a qual trouxe Sacerdotes para Ministros da Igreja, ao Doutor Pedro Borges para Ouvidor Geral e Diretor da Justiça, e a Antônio Cardoso de Barros para provedor da Fazenda Real, cuja arrecadação vinha a estabelecer.

A Vila Velha havia sido fundada meia légua distante da Cidade para o Sul, vizinha à barra, de alegre, e dilatada vista, pelos grandes horizontes marítimos, que descobre, porém com portos menos acomodados para as embarcações, assim por alguns recifes, que estão pelas suas praias, como por bater nelas furioso o mar. Hoje nem as suas ruínas permanecem, para darem vestígios da sua grandeza; só a sua memória se conserva pela tradição. Todo aquele terreno se acha ocupado de fazendas de arvoredo; as suas ribeiras de fábricas de pescarias. É retiro agradável pela frescura, e amenidade do território, devotíssimo com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, com a de Nossa Senhora da Graça, Abadia dos Monges de São Bento, e a de Santo Antônio, Casa de recreio dos Arcebispos da Bahia.

*Vêm os Religiosos da Companhia de Jesus a Fundar na Nossa América.* – Em a nau, que trazia ao Governador, vieram capitaneados pelo Reverendo Padre Manuel da Nóbrega os primeiros Soldados, que viu o Brasil da Companhia de Jesus, ínclita milícia do grande Santo Inácio de Loyola, cujo sagrado Instituto, principiado poucos anos antes, já caminhava à conquista de todo o Mundo, pelos seus doze Companheiros, em Itália, Espanha, França, e Alemanha; pelo insigne Padre Simão Rodrigues em Portugal, pelo glorioso São Francisco Xavier na Ásia, e pelos Veneráveis

Padres Anchieta, Nóbrega, e da Grá no Brasil; plantas, que apenas produzidas em um vergel novo, enchiam a toda a terra de sazoados frutos, dando almas ao Céu, triunfos à Igreja, e exemplos ao Mundo, em prova, e extensão da nossa Fé, buscando o martírio, derramando o sangue, desprezando, e perdendo as vidas.

*Seu Grande Zelo Católico.* – Crescendo depois as Povoações, foram dilatando o fervor de tal sorte, que ao tempo em que os Soldados conquistavam terras, ganhavam estes novos guerreiros almas; e ainda além do que penetrávamos com as armas, chegavam eles com o espírito, afervorando aos Católicos, e compondo-os nas suas diferenças, catequizando aos Gentios, e fazendo-os deixar as suas barbaridades, defendendo a uns do cativoiro, a outros das vexações, e curando em todas as enfermidades do corpo, e da alma foram fundando muitas Casas por todas as Capitánias do Brasil, penetrando todos os Sertões, batizando inumeráveis Aldeias, e trazendo-as ao grêmio da Igreja, e ao trato doméstico das gentes. Varões verdadeiramente Apostólicos, dignos das muitas possessões, que tem nesta Região, cujas rendas dispendem religiosa, e piamente no culto das suas Igrejas, na sustentação dos seus Religiosos, e de infinitos pobres, a quem socorrem com o quotidiano mantimento, e outras tão preciosas, como liberais esmolos.

Posto que Catarina Álvares, como senhora dos Gentios desta Província, lhes ordenou reconhecessem por Soberano a El-Rei de Portugal na pessoa do seu Governador; como o poder, que tinha sobre estes seus bárbaros Vassalos, não era tão despótico, que bastasse a obrigá-los em novo senhorio a mudar de vassalagem, passando de um reconhecimento, que parecia decoro, a uma sujeição, que tinham por jugo, foi preciso a Tomé de Souza introduzir-lhes com as armas a obediência, achando umas vezes mais oposição, outras menos resistência mas em todas grande fortuna, a qual fez tributária do seu valor nas suas empresas, em todo o tempo do



seu Governo, que foram quatro anos, por cujas horas se lhe podem contar as felicidades, a que não deixaram de corresponder os prêmios, porque El-Rei o fez seu Vedor, cargo, que continuou no serviço da Rainha D. Catarina, e de seu neto El-Rei D. Sebastião.

*Governo de Dom Duarte da Costa. – Ano de 1553. – Naufrágio do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha.* No posto de Governador, o Capitão Geral lhe sucedeu D. Duarte da Costa, Armeiro-mor, que chegou à Bahia no ano de mil e quinhentos e cinquenta e três; e seguindo os exemplos do seu antecessor no lugar, e dos seus antepassados no sangue, obrou como eles no valor, e no zelo. Continuou as conquistas, e favoreceu as missões, crescendo numas, e outras asseguradas nas vitórias, que alcançou de muitos Gentios; uns ainda incultos, e outros depois de sujeitos, rebeldos. Repartiu terras pelos moradores; umas em satisfação de serviços obrados naquelas empresas, outras para aumento do Estado em pessoas, que as podiam povoar, e defender dos Bárbaros. Foi logrando todas as suas disposições com fortuna igual à grandeza do seu talento, e da sua cristandade, polos, em que existiam seguros os seus acertos. Só julgou pensionadas as suas felicidades com a desgraça, acontecida no tempo do seu Governo ao Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, primeiro do Brasil, e aos outros passageiros, que embarcados com ele para Portugal, compelidos de uma irreparável tormenta, dando à costa a sua nau no rio São Francisco, foram mortos, e comidos pelos Bárbaros Caetés.

*Dissensões entre o Governador e o Bispo.* – Tinha chegado à Bahia no ano de mil e quinhentos e cinquenta e dois, e depois de haver governado quatro a sua Igreja, passava a Portugal; se com licença d'El-Rei, ou sem ela, se ignora; mas sabe-se, que entre ele, e o Governador D. Duarte da Costa, passarão em matéria de jurisdição aquelas controvérsias, de que costumam resultar grandes enfermidades ao corpo político, quando as cabeças não tem as inteligências tão conformes, e semelhantes como as de Gerião.

Procedia o Bispo com rigor contra alguns dos moradores, a quem a liberdade de uma nova conquista tinha feito cúmplices de alguns delitos, que podiam emendar-se com menor castigo, em menos prejuízo da República, a qual carecia de sujeitos para se aumentar. Defendia o Governador a regalia do poder Real; puxava o Bispo pela jurisdição da sua dignidade, e ambos cumpriam com a sua obrigação. Porém pouco satisfeito este Prelado, passava ao Reino, a comunicar as suas queixas, ou (como também se entendeu) outras matérias graves a El-Rei D. João II, quando lhe aconteceu o infausto sucesso, que temos referido.

*Elogio de D. Pedro Fernandes Sardinha. Primeiro Bispo do Brasil. – Ano de 1556.* – D. Pedro Fernandes Sardinha nasceu de nobres pais na Vila de Setúbal; estudou as Faculdades maiores na Universidade de Paris, onde se achava, quando àquela Corte do Reino de França foram levados Catarina, e Diogo Álvares Correa. Foi Clérigo do hábito de São Pedro, Vigário Geral da Índia, e primeiro Bispo do Brasil, onde em quatro anos de Pastor exerceu muitas virtudes de Prelado. Passando ao Reino, naufragou lastimosamente, sendo comido pelos Gentios contrários à nossa Religião, em ódio da nossa Fé, no ano de mil e quinhentos e cinquenta e seis; e piamente podemos crer se lhe converteu a Mitra de Bispo em auréola de Mártir. Não deixou na terra sepulcro, em que se guardem respeitadas as suas cinzas, mas tem nas nossas atenções depósito, em que estão vivas as suas memórias.

Fez D. Duarte da Costa muita guerra aos Gentios desta Província, e os venceu em todas, ampliando mais o termo da Cidade, e dilatando o seu recôncavo, com lhe afugentar aqueles Bárbaros para o interior ao Sertão. Em todos os conflitos lhe foi companheiro seu filho segundo, e do seu próprio nome, a quem dava em prêmio os perigos, empregando-o em capitanear os exércitos, e pondo-o por primeiro alvo das flechas inimigas. Para estas empresas foi mui socorrido das Armadas do Reino, que todos os anos lhe mandava



El-Rei com muita gente, assim voluntária, como obrigada, uma a impulsos do seu valor, outra em cumprimento dos seus degredos; desta se ficou sempre conhecendo a descendência, para se desigualar da sucessão da outra.

*Mercê de uma Capitania a D. Gonçalo da Costa.* – Em atenção dos serviços, que fizera D. Duarte da Costa governando o Brasil, alcançou seu neto D. Gonçalo da Costa, Armeiro-mor, para si, e para todos os seus descendentes na Província da Bahia, a mercê Real de uma Capitania, com o título de Capitães, e Governadores dela. Contém a porção de terra, que há entre os rios Paraguaçu, e Jaguaribe, correndo por ele seis léguas ao sertão, e, indo acabar por cima do Aporá na Serra do Caruru; porém os possuidores dela se contentam com o título de Donatários de Paraguaçu, sem fazerem Vila, em que encabeçar a jurisdição civil, e política daquela Capitania, e a tem dividida em datas a vários colonos, que nelas lavram grandes propriedades, de que colhem grossas rendas, pagando aos seus Donatários competentes foros. Continuava D. Duarte da Costa no Governo do Brasil, cujas rédeas moveu perto de cinco anos, quando no de mil e quinhentos e cinquenta e oito lhe chegou sucessor.

*Governo de Mendo de Sá. – Ano de 1558. – Suas ações.* – Veio a suceder-lhe no mesmo posto de Governador, e Capitão Geral, Mendo de Sá, tão grande Soldado como Católico, em cujo talento estavam em equilíbrio os exercícios da milícia, e do espírito: e sendo em ambos admirável, não parecia mais Capitão, que Religioso. Com estas qualidades alcançou muitas vitórias dos Gentios inobedientes; fez situações, erigiu Igrejas e novas Aldeias para os feudatários, defendendo-lhes a liberdade do cativeiro, que lhes iam introduzindo os moradores, primeiro por necessidade, depois por tirania. Contra esta sujeição, e os abusos, que na lassidão da vida em alguns Portugueses havia, publicou gravíssimas penas, que a ocasião fazia parecerem rigorosas, mas o tempo mostrou, que

foram úteis, e não puderam deixar de ser necessárias. Pediram-lhe os habitantes da Capitania do Espírito Santo socorro contra os Gentios rebelados, de quem recebiam grandes hostilidades e temiam maiores ruínas.

*Socorre com seu filho Fernando de Sá a Província do Espírito Santo. – Morte de Fernando de Sá. – Constância do Governador.* – O Governador lho enviou por seu filho Fernando de Sá em um luzido exército, que livrou aos habitantes daquela Província do grande aperto, em que estavam pelo cerco, em que os tinham os Gentios, e neste auxílio consistia a salvação das suas vidas, e fazendas. Receberam a Fernando de Sá como a Filho do General do Estado, e única esperança do seu remédio. Mostrou ele em poucos anos muito valor, e acometendo aos inimigos, lhes deu uma famosa batalha, em que vencendo aos Bárbaros, e assegurando aqueles moradores, perdeu a vida; desgraça, que o Governador reputou em menos, que as consequências da vitória, as quais asseguravam do perigo a toda aquela Província; sendo em Mendo de Sá inferiores os impostos da natureza às obrigações do cargo, e ficando nesta adversidade tão gloriosa a memória do filho, como a constância do pai.

Com a sua atividade, experiência, e valor se engrandeciam a Cidade, Povoações, e lavouras da Bahia; se expediam as missões, e se penetravam os continentes, trazendo deles Gentios, e formando-lhes Aldeias vizinhas aos Povos, para se lhe frequentarem os Sacramentos e os encaminharem ao trato Cristão e doméstico. Porém novo acidente obrigou ao Governador a deixar a Cabeça do Estado, por acudir aos membros dele, que careciam de pronto remédio para evitar o mal, que ao coração ameaçava um inimigo estranho, de cuja expulsão (em que eram evidentes os perigos) pendia a conservação, e aumento da Monarquia.

*Franceses introduzidos por diversas Províncias da nossa América.* – Como principiamos estas conquistas com poder inferior ao que requeria tão grande empresa, não podendo ao mesmo tempo



acudir a tantas, e tão distantes partes, quantas compreende a nossa vastíssima Região; os Franceses, que não sabem perder passo em adiantarem a glória da sua Nação, e o interesse do seu comércio, tendo notícia do descobrimento do Novo Mundo, e das suas riquezas, enviaram a ambas as Américas muitas naus dispersas, a buscarem aquelas utilidades, que fiavam do seu valor, e importavam ao seu negócio. Com elas pelejaram nus nossos mares Pedro Lopes de Sousa, e Luiz de Melo da Silva, quando discorriam por estas costas; duas meteu a pique Cristóvão Jacques, na barra do rio Paraguaçu, e os achamos metidos com os Gentios Potiguares nas Províncias da Paraíba, e de Itamaracá; com os Caetés na de Pernambuco, e no rio de São Francisco; na de Sergipe com os Tupinambás; em Cabo Frio, e na enseada do Rio de Janeiro com os Tamoios; e ultimamente os expulsamos da Ilha de São Luís do Maranhão, onde comerciavam com as muitas, e várias Nações, que habitavam aquele Estado.

*Nicolau de Vila-Gaylhon em Cabo Frio.* – Havia alguns anos, que Nicolau de Vila-Gaylhon, natural do Reino de França, e Cavaleiro do hábito de São João do Hospital, belicoso por natureza, e por Religião, vagava com alguns navios, à sua custa armados, buscando presas, estimulando da cobiça, ou do valor; e navegando os mares do Brasil, surgiu em Cabo Frio, onde introduzido com indústria, ou afabilidade, achou nos Gentios habitantes daquele Porto (hoje Cidade) boa correspondência, e agrado, tratando-o como amigo, e carregando-lhe os navios de pau vermelho, droga importantíssima entre as Nações de Europa, e que bastara a recompensar-lhe as despesas da viagem, a não ser o fim dela ordenado a mais relevantes interesses e empresas. Soube, que os Gentios, que habitavam a enseada do Rio de Janeiro, estavam em rija, e porfiada guerra com os Portugueses, moradores em a Vila de Santos, e na de São Vicente, que então tinha o domínio de todas as nossas Povoações do Sul.

*Volta para França. – Ano de 1560. – Torna, e fortifica a enseada do Rio de Janeiro.* – Voltou para França, e prevenindo competentes forças aos impulsos, com que o seu ânimo o estimulava a empresas grandes, e a sua ambição a não pequenas conveniências, tornou com avantajado poder, e entrou naquela enseada com igual fortuna, prometendo aos Gentios mais útil, e segura amizade, que a dos Portugueses, de cujas armas os defenderia com todo o poder da Nação Francesa. Foram ouvidas pelos Gentios, em ódio nosso, as suas promessas, e sendo por eles recebido em firme aliança, e companhia, fortificaram todos os lugares em torno daquele golfo, com singular conceito e expectação do valor, e bondade de Vila-Gaylhon, de cuja disciplina, e amizade fiavam a expulsão dos Portugueses de toda a repartição do Sul; e havia já quatro anos, que estava na posse daquela porção de terra, dominando aquele mar na confederação dos naturais, menos bárbaros com o seu trato, posto que pela sua natureza mais indômitos, que todos os do Brasil.

*Cuidado do Governador Mendo de Sá.* – Causavam ao Governador Mendo de Sá estas notícias tão grande cuidado, quanto era relevante a matéria delas, na debilidade de forças, em que se achava o Estado para a Expulsão de inimigos Europeus, e Franceses, práticos na milícia, arrojados na resolução, empenhados na empresa, e unidos em apertada liga com aqueles Gentios, tão esforçados, e destros, que eram o terror de todas as outras Nações da América, a emulação do nome português, e por aquela parte o frevo das nossas vitórias: porém não podendo Mendo de Sá reprimir o valor, nem perdoar a injúria, que recebia a Nação Portuguesa na dissimulação de uma ofensa, que já tocava mais na honra, que no interesse da Monarquia, determinou de ir logo contra eles com o exército naus, e militar aparato, que lhe fosse possível ajuntar.

*Passa ao Rio de Janeiro.* – Estavam a Cidade da Bahia, e o seu recôncavo faltos de tudo o que era preciso para tanta empresa. Não haviam navios; era pouca a gente, por se achar muita no emprego

da conquista dos Gentios, cuja guerra, posto que porfiada, era mui diferente da que agora empreendia com a Nação Francesa, tão conhecida e valorosa; haviam poucos instrumentos próprios e precisos para as expugnações. Os víveres, e vitualhas não eram proporcionadas para a facção: porém o Governador suprindo tudo com a sua pessoa, com poucos Soldados, que pôde levar, alguma gente voluntária, que o quis seguir, os petrechos e mantimentos, que se acharam três naus de guerra, e oito navios menores, que no porto da Bahia escolhera mais capazes desta expedição, havendo mandado aviso às Vilas de São Vicente, e Santos, que lhe tivessem pronto o socorro de canoas, partiu para o Rio de Janeiro, visitando as Províncias dos Ilhéus, Porto Seguro e do Espírito Santo, as quais lhe contribuiram gente e mantimentos.

*Chega com feliz viagem. – Dificuldade da empresa.* – Com viagem próspera avistou Mem de Sá a barra do Rio de Janeiro (cuja forma já deixamos descrita) e tendo determinado entrá-la de noite, para com improviso e inopinado assalto render as forças dos inimigos, um acidente o fez mudar de resolução: porque sendo descoberta a nossa Armada pelas suas vigias, se tinham preparado para a defesa, e foi preciso ao Governador esperar de fora os socorros, que mandara prevenir em Santos, e São Vicente: os quais chegando prontíssimos, entrou pela barra a todo o risco das suas naus, sem temer as defensas dos contrários: e começando a bater a Ilha, que do seu Povoador tomara o nome, e estava natural, e militarmente fortificada e defendida pelos Gentios e Franceses (posto que Vila-Gaylhon se achava em França), contra todo o poder das forças inimigas ganhou terra nela: mas parecia inconquistável pela natural muralha de penhas, que cercava toda a sua circunvalação, e resistia às incessantes balas da nossa artilharia, que em três sucessivos dias não tinham obrado efeito considerável.

*Resolução do Governador. Ganham os Portugueses a Vitória.* – Vendo o Governador Mendo de Sá que ao seu valor resistia mais a natural fortaleza do sítio que a grande constância dos inimigos,

dispôs, que a força vencesse a natureza; triunfo raro, mas nos apertos maiores pelos corações generosos, e fortes muitas vezes conseguido. Tal foi esta resolução, porque investindo a peito descoberto uma elevação da Ilha, que chamam o sítio das Palmeiras, o ganhou, e animados os Portugueses com tão feliz sucesso, prosseguirão o combate, no qual de ambas as partes se obravam valentíssimas ações, filha do esforço, da arte, e da porfia; nós por conquistarmos a terra, os inimigos por defenderem as vidas; porque perdendo já as esperanças de conservarem o domínio, os Franceses nos seus batéis, e os Gentios nas suas canoas se salvaram, penetrando o continente daquele Sertão, e deixando aos Portugueses lograr as palmas de uma gloriosa vitória; em cujo seguimento passamos à terra firme, e lhe destruimos quantas fábricas tinham, e todas as suas lavouras, tantas, que podiam sustentar um cerco dilatado.

*Ano de 1562. – Volta o Governador com a Armada para a Bahia. –* Ganhada a Ilha, e toda aquela grande enseada, se fizeram ações de graças com solene Missa, a primeira, que naquele sítio se celebrou ao verdadeiro Autor das vitórias, e Deus das batalhas. Tratava o Governador de povoar, e guarnecer de Portugueses todos aqueles lugares, mas foi dissuadido deste intento com a máxima política, e militar, de não enfraquecer o Estado, dividindo-lhe as forças; conselho, que saiu prejudicial, como logo veremos. Enfim arruinando todas aquelas fortificações, e recolhendo às nossas naus todas as armas, e artilharia dos inimigos, como despojos ganhos com a nossa vitória, saiu a nossa Armada para a Vila de São Vicente, de donde, depois de visitadas as Povoações do Sul, voltou para a Bahia: sendo recebido nela o Governador em triunfo, e os Soldados, e mais pessoas daquela expedição com muitos aplausos.

*Vão em socorro da Província dos Ilhéus. Triunfa e vence aos Gentios, e assegura aqueles moradores. –* Mas não teve a espada muitos dias embainhada, porque chegando de ganhar esta vitória, lhe pediram socorro os moradores da Capitania dos Ilhéus, contra os Gentios



daquele distrito, que lhes tinham arruinado, e destruído todo o recôncavo da Vila de São Jorge, obrigando-os a recolher a ela o temor de perderem as vidas, que ficavam em evidente perigo pelo sítio rigoroso. Que lhe haviam posto os inimigos, sendo já poucos os mantimentos, para o resistir mais tempo. Com a presteza que pediam a ocasião, e a necessidade, se embarcou Mendo de Sá para os Ilhéus: e só a fama do seu nome causou àqueles Bárbaros tal terror, que levantando o sítio, se ausentaram. Mas o Governador não satisfeito de haver remediado a presente opressão daqueles moradores com a retirada dos Gentios, entendendo, que só os poderia segurar com o castigo, os seguiu muitas léguas, fazendo-lhes desamparar os seus domicílios, e buscar o interior das brenhas, deixando as suas lavouras, que conservaram os Portugueses, e fizeram estâncias com defensas para lhes resistir, se as intentassem recuperar, e ficando mais dilatadas as fábricas daquela Capitania com a distância dos Gentios, que não intentaram mais vingar-se das vidas, que perderam os seus companheiros, nem restituir-se das terras, que largarão.

*Novo motivo para tornar à própria empresa.* – Dentro em poucos anos foi preciso a Mendo de Sá tornar à empresa do Rio de Janeiro; porque como aos Lírios Franceses se não arrancaram de todo as raízes, que tinham lançado naquele terreno, lhes foi fácil tornarem a florescer com as auras dos socorros de Franca, e em breve tempo se via a planta não só mais crescida, porém mais robusta, ameaçando suas novas forças resistências novas às Quinas Portuguesas. Estas notícias obrigaram à Sereníssima Rainha D. Catarina, que governava o Reino, a mandar à Bahia dois Galeões com muita gente, governados por Estácio de Sá, sobrinho do Governador, ordenando a seu tio, que com o maior poder, que fosse possível ajuntar-se na Bahia, enviasse ao sobrinho a expulsar de novo aos Franceses da enseada do Rio de Janeiro, senhorear a terra, e povoá-la com gente Portuguesa.



*Morte d'El-Rei D. João III e seu Elogio.* – Tinha passado à vida imortal, e a melhor Império, no ano de mil e quinhentos e cinquenta e sete El-Rei D. João III. Monarca, a quem deve Portugal a sua conservação, o Brasil a sua conquista, e toda a Monarquia o seu aumento; de quem recebeu a Igreja: e a Religião Católica grandes cultos, e o Povo Cristão o maior exemplo. Entre muitas virtudes, de que era dotado, resplandecia no seu talento a paz, que sempre procurou conservar nos seus Reinos: sendo a guerra, que fazia nas conquistas, mais pela introdução da nossa Fé, e por reduzir o Gentilismo ao verdadeiro conhecimento, e preceitos dela, que por acrescentar domínios ao seu Cetro. Foi tão pio, generoso, que mais vezes se inclinava a faltar com o castigo, que com o prêmio: admirável na escolha dos sujeitos, a quem encarregava as empresas: e por esta causa sempre as conseguia. Tinha eleito no ano de mil e quinhentos e cinquenta e seis a Mem de Sá por Governador, e o Capitão Geral deste Estado, ainda que não veio a ele, senão no de mil e quinhentos e cinquenta e oito, como fica dito.

*Chegou Estácio de Sá à Bahia. Parte para o Rio de Janeiro.* – Chegou Estado de Sá à Bahia: e entregando ao Governador seu tio as ordens, que lhe trazia para o enviar àquela empresa, aprestou este logo as embarcações, que se achavam no porto: fez levar de gente pelo recôncavo, e ajuntou com os Soldados, que pode escusar na Praça a Infantaria, que vinha nos Galeões, e fornecida a Armada de todos os aprestos, abastecida dos víveres, e mantimentos, que com a maior diligência se puderam conduzir para esta expedição, dando a seu sobrinho Estácio de Sá, Capitão-mor daquela Armada, e Governador desta guerra, as instruções, e ordens; que havia de seguir, os conselhos sãos, e heroicos, de que se devia aproveitar, ordenado, e aconselhando como General, e como tio, o enviou ao Rio de Janeiro.

*Vai primeiro a São Vicente.* – Posto já Estácio de Sá naquela barra, e informado do poder do inimigo, maior que o das suas forças,



vendo, que para o lançar da própria casa, em que se tinha fortificado com maiores defensas, (pelo exemplo passado, que fizera prevenir novos reparos) lhe eram necessárias maiores preparações, e mais número de combatentes, encaminhou a Armada a São Vicente, onde não experimentou menores dificuldades, por se não acharem as Vilas do Sul com os víveres, e socorros de gente, que carecia. Porém animados os moradores delas pelo zelo do serviço Real, e empenho do Capitão-mor, aprestaram um suficiente socorro importante naquela ocasião, e maior, com o que chegou da Capitania do Espírito Santo.

*Torna para o Rio de Janeiro, e toma a terra. – Peleja-se com esforço.*  
– Com estes socorros saiu o Capitão-mor Estácio de Sá em demanda do inimigo; entrou a barra, e tomando terra em um sítio, que chamam hoje Vila Velha, junto a um penedo grande (que pelo que representa, é chamado o Pão de Açúcar) se fortificou, e fez nele estância, onde foi a nossa gente acometida dos Franceses, e Gentios; e sendo resistidos com grande valor, se retiraram rechaçados das nossas armas. Muitas vezes foram os nossos assaltados, já pelas poderosas naus Francesas, já pela inumerável cópia de canoas dos Gentios, armando ciladas para nos colher por ardil, e indústria. Porém acometendo o Capitão-mor Estácio de Sá as naus Francesas, fez nelas considerável destroço, com muita perda de gente inimiga, e pouca da nossa; sendo tal o terror, que lhes imprimiu o nosso ferro, que as fez retirar fugitivas, e primeiro que elas, as canoas dos Gentios, que as acompanhavam.

*Entrada dos Portugueses pelas suas Aldeias.* – Expediu o Capitão-mor muitos troços de Soldados, e aventureiros por várias Aldeias daqueles Gentios, nas quais achando não vulgar resistência, foi necessário aplicar todo o valor; porém a seu pesar ganhadas, foram mortos, e presos os que se não apressarão a fugir dos nossos golpes. Mas posto que experimentávamos em repetidas facções



prósperos sucessos, se ia alargando a guerra, que sendo ofensiva, de nenhum acidente podia receber maior dano, que da dilação.

*Entra na Barra na antevéspera de São Sebastião, e o tomou por Tutelar.* – Sentia o Governador Mendo de Sá esta demora, e a falta de notícias da nossa Armada, e dos seus progressos; porque havendo tempo que saíra da Bahia, ainda nela senão sabia o que havia obrado; que Estácio de Sá, ocupado naquela empresa, cuidava mais de a concluir, que de informar o estado dela. Nesta confusão igualmente valoroso, e impaciente se resolveu a esforçar o empenho com a sua pessoa, e com a sua fortuna, e juntando suficiente número de navios, Soldados, e pessoas, que o quizeram voluntariamente acompanhar, partia para o Rio de Janeiro, cuja barra entrou na antevéspera de São Sebastião, a quem tomou logo por Padroeiro da Cidade, que havia de edificar, e todos por Tutelar, e Capitão naquele conflito.

*Vai nesta Armada o Bispo D. Pedro Leitão.* – Nesta Armada se embarcou o Bispo D. Pedro Leitão, que vendo tantas ovelhas expostas a tão evidentes perigos, as não quis desamparar, e como seu Pastor foi seu companheiro, fazendo elmo da Mitra, e do Bago montante para as defender, e o esgrimir contra os inimigos da Religião, e contra os do Estado. Os Cabos, Soldados e Aventureiros iam alegres, vendo-se assistidos de duas fortíssimas colunas, uma da Igreja, outra da Monarquia, entendendo, que nos apertos da vida teriam Capitão para os animar, e nos trances da morte Prelado para os absolver. Os júbilos, que neles se viam, prometiam enfaticamente os triunfos, que haviam de alcançar, anunciados na geral alegria, com que todos navegavam. Já lhes tardava a hora de chegar, o sinal de acometer: e o sucesso desempenhou a confiança.

*Junta-se-lhes o Capitão-mor Estácio de Sá, e assentam a forma de acometer.* – Resolveu Mendo de Sá acometer aos inimigos no próprio dia do Santo. Dispôs a forma de os investir com o Capitão-mor Estácio de Sá, que lhe levou a parte do exército, com que estava

hostilizando aos inimigos, festivo, e contente, de que seu tio fosse a dar fim àquela guerra, e alcançar o triunfo, que não podia sem ele conseguir, ou não julgava grande, se lhe faltara a glória, e a fama de tão ilustre Capitão. Distribuídas as ordens, e animados os Soldados com a prática do General, e a bênção do Bispo, investiram aos inimigos, esperando lançar daquela vez aos Franceses das terras da Coroa Portuguesa, e pôr o jugo sobre a cerviz daqueles Gentios, prezados de guerreiros, e com provas de esforçados; inimigos acérrimos dos Portugueses, aos quais pretendiam expulsar de toda a Região do Sul, para que a possuíssem os Franceses, com quem estavam intimamente confederados, prometendo perder as vidas em lhe darem o domínio daquele País.

*Investem os Portugueses aos inimigos. – Ano de 1568. –* Acometidas pelos Portugueses as estâncias contrárias, era a sua resistência proporcionada ao nosso furor. A sua disciplina, aprendida com os Franceses, e já alguns anos praticada, fazia tão difícil o seu rendimento, como constante a nossa porfia. Excitados do valor, pelejavam também os elementos: o fumo, e as setas tinham ocupado o ar; as balas, e o estrondo levantavam as ondas; tremia a terra na contingência de quem a havia de possuir; o fogo achava várias matérias em que arder; tudo era horror: mas superando a toda aquela confusão o nosso esforço, ganhamos aos inimigos todas as suas forças, e estâncias, deixando mortos inumeráveis Gentios, e muitos Franceses; e os que tomamos vivos, foram pendurados para exemplo e terror.

Logo senhoreamos toda a enseada; e em prossecução da vitória, penetramos o continente, matando no alcance muitos Gentios, que formando vários corpos da sua gente, intentaram impedirnos o passo; os mais se retiraram para o interior daquele Sertão, aprendendo à sua custa o quanto lhes importava a sua quietação, e o não provocarem a nossa ira, tão justamente empregada na sua contumácia. As terras conquistadas se repartiram por moradores

ricos, capazes de as cultivar, e defender; de cuja vizinhança se davam os inimigos por tão mal seguros, que não ousarão mais aparecer, retirando-se sempre para os sítios mais distantes, e remotos do País.

*Morte do Capitão-mor Estácio de Sá. – Reflexão sobre o seu talento.* – Poucas vidas nos custou esta vitória, porém saindo ferido o Capitão-mor Estácio de Sá, faleceu em poucos dias; perda, que pensionou a glória do triunfo, causando em todos geral mágoa; menos no Governador seu tio, costumado a desprezar estes golpes pela Saúde da Pátria. Posto que as virtudes de Estácio de Sá, conhecidas de todos os que o tratavam, o seu valor, testemunhado por quantos o seguiam, a eleição da Rainha D. Catarina, feita na sua pessoa para esta empresa, e a constância, esforço, e disposição, com que nela se houve, o publicaram sujeitos de muitas prerrogativas, não achamos dele outra notícia; posto que dura a sua memória no Brasil, por cujo aumento deu a vida, começando desde então a viver por glória na posteridade.

*Fundação da Cidade do Rio de Janeiro.* – Fundou logo o Governador Mem de Sá a Cidade em lugar mais eminente; porém não tão próprio, como o em que hoje permanece; deu-lhe o nome de São Sebastião, a cujo patrocínio atribuíram todos aquela vitória, em que houve indícios certos (como é tradição constante) fora nela Capitão; sendo por muitas pessoas visto no combate pelejar diante dos Portugueses um Mancebo, tão valoroso, quanto desconhecido, que a piedade, e devoção julgou ser o glorioso Santo, ao qual haviam tomado por Protetor; memória, que conservou sempre aquela Cidade nos cultos de Padroeiro, que lhe dedica.

*Família dos Correias e Sás daquela Província.* – Tendo já Mendo de Sá dado princípio às fábricas da nova Cidade, deixou por Governador dela a seu sobrinho Salvador Correa de Sá, que lhe tinha merecido em todo o rigor esta eleição, pelo maravilhoso esforço, que mostrara naquela guerra, sendo uns dos Cabos, que



tiveram maior parte na vitória, concorrendo na sua pessoa prudência, valor, e disposição para aquele emprego. dele descende a nobilíssima Família dos Correias e Sás do Rio de Janeiro, que por largos, e sucessivos anos tiveram o Governo daquela Província, e ocuparam grandes lugares em África, Ásia e Portugal, em cuja Corte existe a sua baronia, e primogenitura, com o título de Viscondes de Asseca.

*Vai o Governador às Vilas de São Vicente e Santos. – Volta para a Bahia.* – Concluídas estas empresas e alcançadas muitas palmas, passou Mem de Sá às Vilas de Santos, por agradecer àqueles moradores o muito, que tinham concorrido com as fazendas, e as pessoas para esta guerra. Foi recebido de todos como Fundador da liberdade, que ficava logrando a Região do Sul na extirpação dos inimigos, não só estranhos, mas também daqueles naturais, acérrimos contrários dos Portugueses, pois com o seu estrago viveram seguros das hostilidades, que experimentaram. Dispondo o Governador nas Vilas, e Povoações daquela repartição tudo o que era mais conducente ao serviço d'El-Rei, e ao bem comum de todos, e deixando-lhes tantas instruções, como saudades, voltou para a Bahia que o recebeu como pai, e defensor da Pátria. O Bispo, visitadas as suas ovelhas dos rebanhos do Sul, tornou para a sua Igreja, onde depois de algum tempo faleceu.

*Morte e elogio do Bispo D. Pedro Leitão.* – D. Pedro Leitão foi Clérigo do hábito de São Pedro, e segundo Bispo do Brasil, por Bula do Pontífice Paulo IV. Tomou posse da sua Catedral no ano de mil quinhentos e cinquenta e nove, para onde vinha com esta Sagrada Dignidade e a incumbência do Juiz dos Cavaleiros das três Ordens Militares, pastorear estas ovelhas, e trazer muitas ao rebanho da Igreja; diligência, que o levou repetidas vezes por todo o seu Bispado com incansável zelo, pelo curso de muitos anos. O número deles senão sabe, nem o em que faleceu, mas sim que teve jazigo na sua Sé, donde se lhe trasladaram os ossos para Portugal; fato, em que a Bahia não devia demitir o seu direito, pois



sendo-lhe este Prelado devedor de tantas saudades, não era justo, que ela largasse tão estimados penhores.

Salvador Correa de Sá, Governador da nova Cidade do Rio de Janeiro, teve brevemente ocasião de mostrar de novo o seu valor, e disposição; porque havendo chegado ao Cabo Frio quatro naus Francesas a buscar o pau Brasil, foram persuadidas daqueles Gentios (de cuja amizade pendiam as conveniências da sua navegação) a que os ajudassem contra Martim Afonso de Sousa, Índio notável por esforço, e amizade com os Portugueses, chamado antes do Batismo Arariboia, ao qual levava Mem de Sá do Espírito Santo com a sua Aldeia, de que era Principal, para a guerra do Rio de Janeiro, em que nos ajudou com a sua gente, e com muito zelo e valor: causa, pela qual se lhe tinha dado um sítio para a sua habitação, uma légua distante da Cidade.

Pela barra (sem ter ainda as defensas necessárias para lhes fazer oposição) entraram as quatro naus Francesas, com oito lanchas, e inumerável cópia de canoas, publicando, que iam contra Martim Afonso, a prendê-la, e a entregá-lo àqueles Gentios de Cabo Frio, a quem assistiam com o seu poder, como a seus confederados, e mostrando não ser contra as nossas armas aquela ação, como se nos não tocara por muitos princípios a defesa de um Capitão, que não havia incorrido no ódio daqueles Gentios por outras causas mais, que por haver recebido a nossa Fé, e permanecer constante em a nossa união, e vassalagem, obrando valorosas ações em prova da sua fidelidade.

Logo mandou o Governador Salvador Correa socorro de gente a Martim Afonso, e receando, que se ele fosse vencido, iriam os inimigos triunfantes sobre a Cidade malfortificada, e nos princípios da sua fundação sem meios, para resistir a uma invasão de tanto aparato, tão inopinada, como grande, mandou logo pedir às Vilas de Santos, e São Vicente, socorros de gente, e canoas, que ajudassem a defender a Praça, à qual aplicou as defensas, que





permitiram o tempo, e a necessidade. Desembarcaram das oito lanchas grande quantidade de Franceses, e das canoas uma multidão de Índios, à vista da Aldeia de Martim Afonso, e tendo por tão segura a presa, que supunham lhes não escaparia das mãos, determinaram a cometê-lo no outro dia, e passar em sossego aquela noite, antecipando o descanso ao triunfo.

Porém no maior silêncio, e escuridade dela, sendo acometidos pelo famoso Índio com a sua gente, e com os nossos Soldados, que poucas horas antes lhe tinham chegado, foram desbaratados os inimigos, deixando muitos mortos, e vários despojos. Recolhendo-se às suas naus os Franceses, e os Gentios às suas canoas, não deixaram de sentir continuados os golpes pelos tiros de um pedreiro, que fora do nosso socorro, e lhes lançou repetido número de pedras, causando grande estrago nas vidas, e nas naus, as quais tendo dado em seco, por vazar a maré, não puderam disparar a sua artilharia; e no outro dia saíram pela barra vencidos, e destroçados, e vagando pelos nossos mares, foram ter ao Recife de Pernambuco, onde lhes acontecera, o que temos referido na descrição daquela Província.

Chegado depois deste conflito o socorro, que o Governador tinha mandado ir de Santos, e São Vicente, e achando já retirados os inimigos (com generoso sentimento de não haverem tido parte na glória do triunfo) e se resolveram aqueles auxiliares, que vinham com ânsia de pelear, a irem hostilizar aos Gentios de Cabo Frio nos seus próprios domicílios; e louvando-lhes o Governador aquele impulso, os enviou ainda mais animados com a sua aprovação. Chegaram ao Cabo Frio, e não achando já naquele porto as quatro naus, virão outra, que havia chegado de França, poucos dias antes; acometeram-na os nossos com as canoas de tal forma que se não pode valer da sua artilharia, e alguma que disparou, nos não fez dano. Morto o seu Capitão, a rendemos com todas as drogas, de que ainda estava carregada, deixando assombrados,

e fugitivos todos aqueles Gentios, nossos acérrimos inimigos. Salvador Correa enviou a não à Bahia ao General seu tio, em ostentação, e mostra daquela vitória.

*Regência do Sereníssimo Cardeal D. Henrique.* – Estas ações se obrarão na Regência do Cardeal D. Henrique, Infante de Portugal, (que logo veremos rei, transformada a Púrpura Cardinalícia em Púrpura Real) a quem voluntariamente tinha largado a administração de Reino, e tutoria d’El-Rei D. Sebastião (que El-Rei D. João III, seu esposo lhe encarregara) a Sereníssima Rainha D. Catarina, não por lhe faltar talento para a educação do neto, e Regência da Monarquia, que com tantos acertos tinha exercido, mas por entender, que dispunha tirar-lhas o Cardeal; e entregando-lhas de próprio moto, quis antes obviar o escândalo, que aquela ação havia de dar, que o trabalho, que até então tivera em as manter: ficando só como testemunha Real das disposições menos fervorosas de um príncipe Eclesiástico, que governou o Império com o mesmo descuido, e irresolução quando regente, que quando rei.

*Governo d’El-Rei D. Sebastião.* – Ano de 1568. – Dota os Colégios da Companhia, e prorroga os anos de Governo a Mendo de Sá. – Ano de 1570. – Porém tomando El-Rei D. Sebastião, primeiro do nome, posse do Cetro aos quatorze anos da sua idade, no de mil e quinhentos e sessenta e oito, continuou o cuidado das conquistas, e almas do Brasil, com o próprio zelo dos seus Augustos Progenitores, e Antecessores na Coroa, cuja religião, e grandeza eram os exemplares das suas ações. Dotou os Colégios dos Padres da Companhia da Bahia, e Rio de Janeiro com rendas, e côngruas próprias da sua generosidade Real; e por esta causa o tem por seu Fundador; porque ainda que já havia muitos anos possuam Igrejas em muitas partes, e Províncias do Estado, não reputavam por fundação a Casa sem o patrimônio. Foi prorrogando a Mendo de Sá o Governo, até o ano de mil e quinhentos e setenta, em que

lhe mandou por sucessor a D. Luiz de Vasconcelos naquela infausta Frota, de cujos adversos sucessos faremos lastimosa lembrança.

*Infaustos sucessos da frota em que vinha a suceder-lhe D. Luís de Vasconcelos.* – Saiu da barra de Lisboa, no referido ano, com sete navios, entre os quais era um a nau *Santiago*, que trazia ao Brasil ao Venerável Padre Inácio de Azevedo, da Companhia de Jesus, com trinta e nove Companheiros da mesma Sagrada Religião; conduzindo para as suas missões outros mais, que vinham divididos pelos navios daquela Frota. Mas só ao seu Capitão, e aos trinta e nove Soldados, que com ele se embarcaram, tinha Deus decretado, em prêmio de serviços grandes, a glória do martírio, querendo, que naquele náutico teatro, e naquela naval campanha ganhassem este troféu. Foi a Frota em conserva à Ilha da Madeira, onde havia de esperar tempo oportuno para a viagem da Bahia.

*Vai a nau Santiago à Ilha da Palma. – Encontram com a Esquadra do Herege Jaques Soria.* – Enquanto se detinha naquele porto, pediu licença ao Governador o Capitão da nau *Santiago*, para ir à Ilha da Palma (uma das Canárias) levar fazendas, que havia de trocar por outras, para as transportar ao Brasil; e alcançada faculdade, foi demandar a Ilha; mas não podendo chegar à Cidade, por lhe ser contrário o vento, lhe foi preciso tomar um porto, que lhe ficava distante três dias de viagem. Nele saiu o Padre Inácio de Azevedo com os seus Religiosos; celebraram os Ofícios Divinos com grande consolação, e assistência daqueles vizinhos, que pia, e generosamente lhes assistiram os poucos dias, que ali se detiveram; mas sendo tempo de prosseguir a viagem, se fez a não à vela para o porto da Cidade, a cuja vista descobriram cinco Galeões, com que Jaques Soria, tão grande Capitão, como Hugonote (no serviço de Joana de la Brit, Princesa de Bearne, Condessa de Fox, e pretensa Rainha de Navarra, infecta da própria seita abominável) andava a curso, buscando presas naqueles mares, em que sempre eram certas.



*Peleja com ela. – É vencida dos Hereges e tomada.* – Em toda aquela herética milícia era tal o ódio à nossa Fé Católica Romana, que o não podia encobrir, nem com o rebuço da sua ambição. Os mais estimados despojos eram as vidas dos Católicos; e as tiranias com que lhas tiravam, os seus maiores triunfos. Acometeram os Galeões a nau *Santiago*, e depois de uma valorosa resistência (posto que desigual à vantagem, que os inimigos tinham em número de navios, de gente, e de exercício militar) a cercaram; e lançando-lhe dentro os mais valorosos Soldados, e Piratas mais ousados, a renderam; porém não sem perda sua, porque foram mortos no conflito muitos, com um dos seus Cabos de maior distinção.

*Martírio e morte do venerável Padre Inácio de Azevedo, e seus Companheiros.* – O venerável Padre Inácio de Azevedo, como o primeiro em lhes pregar a nossa Fé, e abominar a sua depravada seita, foi o primeiro objeto do seu furor, deixando-o com cinco feridas morto, e a sete dos Companheiros, que mais próximos se acharam à pessoa do seu Provincial, e acabaram quase dos mesmos golpes, abrindo à morte umas portas o ferro, outras a mágoa. Os trinta e dois, com ânsia viva procurando a morte, foram condenados a ela por Jaques Soria, e mandados lançar ao mar, uns vivos, e outros quase mortos, sendo todos recebidos no Céu com quarenta lauréolas; triunfo, de que teve visão a gloriosa Madre Santa Teresa de Jesus em Espanha, aonde florescia em milagres.

*Elogio do Padre Inácio de Azevedo.* – Foi Religioso o insigne Padre Inácio de Azevedo da Sagrada Companhia de Jesus, e um dos mais famosos Capitães daquela nova milícia, na qual se alistou em os mais floridos anos da sua idade, deixando a antiga Casa de seu pai D. Manuel de Azevedo, Comendador de São Martinho (de que era primogênito), a seu segundo irmão D. Francisco de Azevedo, que no serviço da Pátria obrou com o mesmo zelo, que o terceiro D. Jerônimo de Azevedo nas conquistas da Ásia, onde chegou pelos seus sérvios, e merecimentos, a ser seis anos vice-rei da Índia, e

um dos heróis, que mais souberam merecer este superior emprego, ainda maior naquele tempo, em que eram mais frequentes as ocasiões de ostentar o valor português, que é o primeiro impulso, que leva àquela Região aos Fidalgos da primeira hierarquia do Reino.

Foi crescendo o espírito do Padre Inácio de Azevedo com a observância dos exercícios, e estatutos do seu glorioso Patriarca Santo Inácio de Loyola; e em breve tempo chegou a avultar tanto na sua disciplina, que era escolhido entre os outros Religiosos para as mais difíceis empresas, não sabendo negar-se aos maiores perigos; e precisado mais da obediência, que da vontade, exerceu em quase todas as Casas, desejando empregar-se na conquista das almas do Brasil (em cujas missões ia já fazendo muitos progressos, e colhendo avantajados frutos a sua Religião) o mandou o seu Geral por Visitador das fundações deste Estado, a animar aos outros Obreiros, que com incansável trabalho se empregavam nelas.

A exemplar virtude, e os casos em que a exerceu, foram testemunhos autênticos da união, com que aquela alma estava já com Deus. Acabado o tempo da sua Visita, foi por procurador destes Colégios a Roma, sendo com agrado recebido do Pontífice Pio V e com especial amor do Geral da Companhia, que era então o glorioso São Francisco de Borja, a quem comunicou o estado das missões, e a falta, que havia de Religiosos para as adiantarem; e concedendo-lhe licença para os conduzir de todas as Casas da Religião, o elegeu por Provincial do Brasil, para onde tornava com muitos Companheiros, quando experimentou o sucesso referido, em que fazendo o Venerável Padre Inácio de Azevedo o último período às suas fadigas, conseguido para a Pátria, para a Religião, e para o Céu, crédito, exemplo e glória, nascendo ilustre, vivendo penitente e morrendo Mártir.

Cada um dos seus trinta e nove Companheiros nos merecia particular memória pela sua grande virtude, fervoroso espírito, e zelo da conversão dos Gentios, da emenda e perfeição dos



Católicos, como mostraram no tempo, que estiveram em Lisboa esperando a monção da Frota, para partirem para o Brasil. Não lhes referimos os nomes, nem fazemos de cada um especial ideia, porque como todos eram imagens tiradas daquele protótipo, com mostrarmos o original, lhes rascunhamos as cópias.

Chegada à ilha da Madeira a infeliz nova do sucesso adverso, que teve a nau *Santiago*, se arrependeu o Governador de haver dado a licença, que se lhe pedira; e com maior excesso, de ter permitido, que nela fosse o Padre Inácio de Azevedo, e os seus Religiosos, pela falta, que haviam de fazer aos Obreiros da Companhia, para as vastíssimas searas da Fé na Gentilidade do Brasil.

*Parte o Governador D. Luiz de Vasconcelos para a Bahia. – Destroço da sua Frota.* – Vinda a monção de prosseguir a sua viagem para a Bahia, saiu o Governador D. Luiz de Vasconcelos da Ilha da Madeira com ventos favoráveis; mas achou nas de Cabo Verde tão abrasados os calores da costa de Guiné, que com a maior parte da gente enferma, chegou a avistar terra do Brasil; mas a violenta corrente das águas (naquela Estação furiosas) o levou, e a toda a sua Frota às Índias de Espanha, de donde voltando, foram de novo derrotados os navios, e compelidos a tomar vários portos, chegando só dois à Bahia com quatorze meses de navegação.

*Morte do Governador Mendo de Sá.* – Por ter falecido no mar o Governador D. Luiz de Vasconcelos, da enfermidade contraída pelos calores de África, e pelos descômodos de tão prolongada, e trabalhosa viagem, mandou El-Rei D. Sebastião a Luiz de Brito de Almeida por Governador, e Capitão Geral do Brasil, e chegou à Bahia no ano de mil quinhentos e setenta e dois, em que faleceu Mendo de Sá.

Foi Mendo de Sá generosa rama do ilustríssimo tronco deste apelido, tão esclarecido, como antigo em Portugal, de que é Cabeça, e parente maior o Marquês de Abrantes, Conde de Penaguião, e Gentil-homem da Câmara. Nos seus primeiros anos se aplicou ao

estudo das letras; depois passou à profissão das armas, saindo em ambas as faculdades consumado. O valor, a piedade, e experiência, que concorriam na sua pessoa, o fizeram objeto da atenção d'El-Rei D. João III, para lhe encarregar o Governo de um Novo Mundo, que por dilatado, e distante, carecia do seu grande talento, o qual empregou todo no serviço do Monarca, no amparo dos súditos, e no aumento do Brasil; unindo de tal forma os preceitos Reais com as conveniências públicas, que a um tempo era ministro do rei, e pai da Pátria; tão zeloso da extensão da Fé Católica, que entre os Missionários Evangélicos não parecia Governador, mas Companheiro.

*Ano de 1572.* – Foi o terceiro Capitão Geral deste Estado, cujo Governo teve quatorze anos. Faleceu na Bahia no de mil e quinhentos e setenta e dois; tem jazigo no Cruzeiro da Igreja dos Padres da Companhia de Jesus, com epitáfio, e título de insigne benfeitor do Colégio. Deixou no Brasil descendência, a qual pelas inconstâncias da fortuna, só conserva de tão ilustre progenitor a memória e o apelido.

Ao Governador Luiz de Brito de Almeida (pelas virtudes, de que era dotado, e com o exemplo dos seus antecessores neste Governo geral) foi fácil proceder conforme a expectação, que se tinha do seu talento. Fez várias guerras aos Gentios; prosseguiu por muitas partes as conquistas, e por todas favoreceu as missões. Empreendeu os descobrimentos das pedras preciosas, cujas notícias davam não pequeno brado, assim no Brasil próprio, como em Portugal, diligência, que El-Rei muito lhe encomendara, à qual enviou o Governador a Sebastião Fernandes Tourinho, primeiro, e depois a Antônio Dias Adorno, de que resultarão os sucessos, que deixamos escritos.

Informado El-Rei D. Sebastião da fertilidade, e abundância das terras, que rega, e fecunda o rio Real, cujo pau Brasil (de que abundam as matas do seu Sertão) iam os Franceses buscar, e ajudados

pelos Gentios seus confederados, os conduziam àqueles portos, para o carregarem nas suas naus, ordenou ao Governador o mandasse povoar; em cuja execução enviou Luiz de Brito de Almeida a Garcia de Ávila a fazer uma Povoação naquele rio, que está em onze graus, no distrito, e jurisdição da Província de Sergipe.

Assentou Garcia de Ávila a Povoação, três léguas pelo rio acima, onde foi preciso ao Governador ir a castigar aqueles Gentios, que nos faziam terrível resistência, e com tanta fortuna os venceu, que presos dois Capitães, os maiores, que tivera a sua Nação, mortos uns, e outros cativos, fez retirar aos mais para o interior daquele continente. Depois se passou a fundação para lugar mais conveniente, e mais vizinho ao mar, onde hoje permanece.

*Fundação dos Religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo.* – Governou Luiz de Brito de Almeida cinco anos, e por sucessor lhe veio Lourenço da Veiga, que chegou à Bahia no de mil e quinhentos e setenta e oito (infausto para toda a Monarquia Portuguesa, pela infeliz batalha de Alcácer). No ano segundo do seu Governo, que se contavam mil e quinhentos e oitenta, veio a fazer assento neste Estado a Religião dos Profetas, filhos de Nossa Senhora do Carmo, e do grande Elias; fundaram a sua primeira Casa na Vila de Santos, e depois nas Cidades do Rio de Janeiro, da Paraíba, da Bahia e de Pernambuco, procedendo em todas estas partes como filhos de tal mãe, e de tal Pai, e conservando nas suas virtudes sempre vivo o fogo de Elias, e permanentes as flores do Carmelo. Trouxeram por seu primeiro Vigário Provincial ao Padre Fr. Domingos Freire, em cuja obediência exercitaram grandes obras do serviço de Deus, e do bem das almas, florescendo em doutrina, e letras com admiráveis efeitos, e Santos exemplos, por todo o Brasil, onde possuem grandes propriedades, cujas rendas dispendem pia, e religiosamente.

*Ânimo e Pensamentos Heroicos, e Reais d’El Rei D. Sebastião.* – Com este fervor, e zelo Católico tratava ao aumento deste Estado El-Rei



D. Sebastião, posto que a fatalidade do contrário horóscopo, em que nascera, o andava já encaminhando a representar uma tragédia, que começou nas campanhas Africanas, para nunca acabar na mágoa Portuguesa. O ânimo intrépido, e o fervor Católico, que no generoso peito deste heroico príncipe respiravam chamas de valor, e de Fé, depois por falta de moderação causaram o mais lastimoso incêndio. Andava sempre arrebatado da propensão das armas, ideando empresas militares; e tanto se abstraía na glória da posteridade, que enquanto a não assegurava com as ações, a não deixava com a fantasia. Contemplava grandes feitos de Heróis famosos, e não ia com o pensamento a buscar os Cipiões, e Pompeus a Roma, os Aníbais, e Asdrúbais a Cartago, os Filipes, e Alexandres a Macedônia, os Ciros, e Darios a Pérsia, porque na sua respeitada Lusitânia, nos Augustos, e invictos Reis seus Ascendentes, e nos seus súditos, que lhes ajudaram a ganhar, e aumentar a Monarquia, tinha todos os exemplares, de que desejava ser cópia viva.

Considerava a Portugal tirado do forte poder Mauritano pelo Conde Henrique, por El-Rei D. Afonso Henriques, pelos Reis D. Sancho I, D. Afonso II e III, a defesa do Reino por El-Rei D. João o I, as conquistas de África pelo mesmo Rei, e por seus filhos El-Rei D. Duarte, os Infantes D. Henrique, D. Pedro, e D. Fernando, e por seu neto El-Rei D. Afonso V, as de Etiópia por El-Rei D. João o II, as de Ásia por El-Rei D. Manuel, e D. João o III. Olhava para o Templo da Fama, e via nele as Estátuas colocadas destes, e dos outros Monarcas Lusitanos, seus Progenitores, e dos famosos Capitães Portugueses, seus naturais Vassalos: parecia-lhe, que de tanta glória nenhuma parte lhe podia tocar, senão tivesse entre eles simulacro próprio.

*Vai a Primeira Vez à África.* – Com esta ânsia, ou emulação achando-se sem exército competente à empresa, nem proporcionado à Majestade, tendo só vinte anos de idade, partiu a primeira vez para África, desculpando o pouco aparato militar, com que

saía dos seus Reinos, com o pretexto de ir só a visitar aquelas Praças. Desembarcou em Tânger, e saindo a correr a campanha, juntando-se um grande esquadrão de Mouros, o acometeu El-Rei com tão singular valor que o fez retirar; e não se achando com poder para o seguir, se demorou na campanha, celebrando o triunfo sem batalha, só por haver ficado no campo, no qual obrou festejos de cavalarias, em que era destríssimo; e como se via sem meios para empreender alguma ação heroica, que desempenhasse a grandeza do valor, e da Majestade, se recolheu a Portugal sem outro efeito, ou fruto, que o de jogar canas em África.

*Vem a Portugal o Rei Xarife Expulso de Marrocos a Pedir Socorro. – Determina El-Rei D. Sebastião Ir Restituir-lhe o Reino, Que Lhe Tirara o Rei Maluco.* – Meditava juntar uma poderosa Armada, capaz não só de desempenhar a sua primeira viagem, mas de causar àqueles Infiéis o mais exemplar estrago, fazendo em toda África a maior impressão. E sendo chegado o termo, em que estava destinada a sua ruína, e a do seu Império, lha ofereceu a ocasião mais cedo do que ele a dispunha. Viera o Africano Rei Xarife Mulei Hamet, expulso do trono de Marrocos, valer-se do seu poder para o introduzir nele prometendo o que não podia dar; mas El-Rei D. Sebastião, que não apetecia outros interesses, que os lances, em que mostrar o seu ousado coração, e as suas forças naturais, superiores às de todos os Hercules daquele século, abraçou este com o empenho, em que o punham o valor, e as ideias das vitórias, e triunfos, que esperava conseguir dos infiéis; tendo determinado, que das suas proezas fosse teatro África, ou por mais vizinha, ou por mais guerreira.

*Perde a Batalha.* – Ano de 1578. – Juntou brevemente exército de gente mais luzida, que disciplinada, posto que nos príncipes do seu augusto sangue de Bragança, e de Aveire levava uma Real, poderosa, e fiel companhia, e nos outros ilustríssimos Vassalos cobatientes valorosos, mais arrojados, que advertidos; principalmente



aqueles, que podendo desviá-lo deste perigo, o meteram nele. Enfim com dezoito mil homens, entre os quais se via a flor da nobreza do Reino, se foi perder ao quatro do mês de Agosto do lamentável ano de mil e quinhentos e setenta e oito, na infeliz batalha de Alcácer, lugar tão triste aos Portugueses, como Farsália aos Romanos.

Estava destinada aquela campanha para sepultura da gente Portuguesa; e assim o seu Monarca, aquele valor, que deverá empregar em mais dignas empresas, que a restituição de um rei infiel, e a glória, que pudera adquirir em melhores conquistas, que as areias de África (sem dar atenção às ameaças de tantos sinais, aos avisos de infaustos vaticínios, e aos rogos de muitos súditos) foi malograr com a sua vida, e a dos seus Vassallos naquele desgraçado conflito; perda, que pelo curso de muitos anos sentiu a Monarquia, ainda hoje padece a lembrança, e sempre há de lamentar a saudade.

*Visão Que Teve o Padre José de Anchieta da Batalha, na mesma hora, em que se perdeu.* – Estava então na Casa dos Religiosos da Companhia do Espírito Santo o seu Venerável Padre José de Anchieta, segundo Apóstolo do Brasil; e sendo-lhe representada em visão esta tragédia, saiu da Oração como fora de si, exclamando pelos lugares do Convento, com íntimos suspiros, e copiosas lágrimas, que se perdera a Batalha; e computado depois pelas notícias o tempo, foi no mesmo dia, e hora, que ela se dera. Quis Deus Nosso Senhor, que este Servo seu fosse o primeiro, que nesta Região soubesse, sentisse, e publicasse esta desgraça, assim como permitiu, que por várias partes de Europa tivessem alguns Santos, e justos a mesma visão.

*Sucede na Coroa o Cardeal D. Henrique.* – Troncada em El-Rei D. Sebastião a primogenitura da sucessão Real; e sendo já falecidos os Sereníssimos Infantes D. Luiz, D. Fernando, e D. Duarte, imediatos à Coroa, foi ela buscar a Cabeça do Cardeal Infante D. Henrique,



também primeiro do nome entre os Monarcas Portugueses, que já havia governado o Reino na menoridade d'El-Rei D. Sebastião, quando (como temos escrito) deixou a sua tutoria a Rainha D. Catarina sua avó, por obviar as discórdias, que contra o seu Real decoro haviam de acontecer pela vontade, que o Cardeal Infante tinha de governar.

*Sua natureza e perplexidade no Governo Monárquico.* – Este príncipe, dedicado desde a sua puerícia ao Estado Eclesiástico, se empregou nele com a exemplar piedade, e zelo Cristão, que o constituíram ideia, e protótipo dos Prelados daquele século; e sucedendo na Monarquia o fatal ano de mil quinhentos e setenta e oito, a governou quase dois como Prelado, mas que como rei, sem lhe aproveitarem na Regência do Reino os ensaios, que tivera para Monarca dele; porque todo propenso à profissão, em que se criara, se achava com menos disposição para o Governo Monárquico, e político, da que carecia o seu Império naquele tempo, mais que em outro algum, combatido de desgraças, e acidentes, que requeriam uma Cabeça de maiores experiências nas matérias de Estado, e de menos idade, que a sua; causas das contínuas irresoluções, em que flutuava o seu entendimento, sendo a mais prejudicial aos seus Vassallos, o não declarar em sua vida sucessor ao Reino.

*Pretendentes ao Reino.* – Entre vários Príncipes, que o pretendiam, fizeram a mais forçosa oposição Filipe II, Rei de Castela, como filho da Senhora Imperatriz D. Isabel; e a Sereníssima Senhora D. Catarina, Duquesa de Bragança, por ser filha do Infante D. Duarte, ambos filhos d'El-Rei D. Manuel, e irmãos do Cardeal Reinante. Chamava a Felipe o sexo, e a Catarina a representação, pela qual a esta Princesa pertencia a Coroa, além de ter por esposo a um príncipe natural do Reino, descendente dos seus Augustos Reis, o Sereníssimo Duque D. João, cujas veias eram depósito do Real Sangue português, assim pela baronia do Senhor D. Afonso, primeiro Duque de Bragança, filho d'El-Rei D. João o I, como pela



linha da Sereníssima Senhora D. Isabel, duquesa terceira daquele Real Estado, filha do Infante D. Fernando, que o era d'El-Rei D. Duarte.

*Perplexidade d'El-Rei D. Henrique: morre sem declarar sucessor, e deixa a causa ao arbítrio de cinco Juízes.* – Grande conhecimento tinha o Cardeal, rei do claro direito da Sereníssima Senhora D. Catarina; e sendo muito o amor que lhe mostrava, era maior a sua natural perplexidade, pois falecendo no ano de mil e quinhentos e oitenta, sem resolver a competência, deixou ao arbítrio de cinco Juízes a determinação da causa; e sendo todos ilustríssimos, só dois merecerão este título, pela oposição que fizeram, a que se não elegeisse por senhor, príncipe, que não fosse natural do Reino, mas os três, passando a Ayamonte, terra de Castela, deram a favor do rei castelhano a sentença, por muitas nulidades inválida.

*Entra El-Rei de Castela Filipe o Prudente na sucessão do Reino de Portugal.* – Com este título, e finalmente com o das armas, que é o direito mais seguro dos Príncipes, (ganhada pelo grande Duque de Alva a batalha de Alcântara ao Senhor D. Antônio, filho ilegítimo do Infante D. Luiz, que tumultuariamente, e com pouco séquito se tinha aclamado rei em Santarém) entrou no Domínio Filipe, Segundo do nome em Castela, e Primeiro em Portugal; porque estavam decretados aos Lusitanos sessenta anos de cativo naquele Reino (como no de Babilônia aos Hebreus, por diferentes pecados de uma, e outra Nação).

*Descuido dos Reis Castelhanos com as nossas Conquistas.* – No Governo do novo Rei Filipe, e nos de seu filho, e neto, também Filipes, não experimentaram as Conquistas do Brasil o cuidado, com que os seus Monarcas Portugueses as tinham engrandecido, havendo-se os Castelhanos com tanta desatenção ao aumento, e segurança delas, que nas tréguas, que no ano de mil e seiscentos e nove assentou com os Holandeses Filipe o III de Castela, e II de Portugal, não compreendeu as nossas Conquistas, deixando-as

sujeitas às invasões dos seus inimigos, e proibindo os referidos Reis a todos os súditos Lusitanos o comércio, e navegação da outra América, que lhes devia ser comum aos de Portugal por vassalos, e aos do Brasil por naturais; posto que pela abundância do nosso País, e pelo trabalho dos seus moradores, se faziam opulentas todas as nossas Províncias.

*Máximas dos Reis Castelhanos de enfraquecerem o Reino de Portugal.* – Porém como nestes Príncipes, e com maior excesso no último dos três Filipes, foi máxima de Estado, ou dogma político atenuarem o Reino, por temerem, que os Portugueses o restituíssem à Sereníssima Casa de Bragança com a mesma força, com que lhe fora usurpado, tratarão de o debilitar, tirando-lhe na gente, nas armas, e nos cabedais os meios de lhe poderem resistir; posto que adiante o sucesso saiu mui diverso das disposições, porque as causas, que são muito intensas, produzem contrários efeitos. Mas enquanto não chegava o termo, gemia Portugal, e padeciam as Conquistas, participando, como membros, daquela enfermidade, que sentia o coração, e ficando sujeitos ao furor dos inimigos de Castela, cujos golpes se faziam nelas mais sensíveis pela própria debilidade, que pelo poder estranho.

*Rebelião dos Holandeses contra o domínio dos Reis de Castela.* – Era entranhável o ódio, que contra a Monarquia de Espanha professavam os Holandeses, e as Províncias, que seguiam a sua voz, e mudando de Religião, mudaram de governo, sacudindo o jugo, e a obediência de Filipe II, Rei Católico, seu natural senhor, como hereditário, e Soberano conde daqueles Estados. Teve princípio a sua Rebelião no ano de mil e quinhentos e sessenta e quatro, na proteção de Guilherme de Nassau, príncipe de Orange, seu Vassalo, continuada depois na de seu filho Maurício; e ressuscitando a constância, e valor de Cláudio Civil, aquele seu intrépido, e feroz Batavo, que deu tanto que fazer aos Romanos desde o Império de Nero Domício, até o de Flávio Vespasiano, auxiliados



agora, como então, de muitos Príncipes Alemães, resistiram apertadíssimos, e memoráveis cercos, famosos, e experimentados exércitos, e Capitães.

Finalmente instituíram uma República, que depois se fez reconhecer livre em oito Províncias unidas, formidável por muitas batalhas terrestres, e navais a toda Europa: já não cabiam no estreito terreno, que a natureza lhes dera por domicílio, e subjogado das suas poderosas Armadas quase todo o Oceano, conseguiram muitas empresas, sendo as conquistas da Monarquia de Espanha todo o maior emprego da sua porfia, e do seu valor. Digam-no Málaga, Ceilão, e outras Praças na Ásia; a Bahia, e Pernambuco no Brasil; a Mina, e Angola na Etiópia; e muitas Povoações, que fundaram nas terras da Nova Espanha, sendo o descuido dos Reis Castelhanos a causa de todas as nossas perdas.

*Ruínas da Monarquia Castelhana.* — Senão era, que aquela Monarquia ia já caindo, carregada do peso da sua própria grandeza, pela sua dilatada extensão. As Províncias Unidas, livres do seu domínio: contrastada de inimigos a outra porção de Flandres: amotinado o Reino de Nápoles: o Principado de Catalunha aclamando outro Soberano: perdidas numerosas Armadas em ambos os mares: duas vezes saqueada, e destruída Cádiz pelos Ingleses: outra pelos Turcos Gibraltar: restituída pelo valor dos Lusitanos a Coroa Portuguesa aos seus legítimos, e naturais Monarcas: e hoje alienadas as duas Sicílias, o Estado de Milão, e o Reino de Sardenha; porque só restringidos podem conservar-se os Impérios, como do Romano aconselhou Augusto a seu sucessor Tibério; parecer, com que depois Adriano se quis conformar, fazendo derrubar a ponte, que Trajano fez levantar sobre o Danúbio, e determinando, que para o Oriente fosse o rio Eufrates o último do Império, mandando abandonar o muito, que da outra parte dele se tinha já conquistado.



*Ano de 1851. Fundação dos Religiosos do glorioso Patriarca São Bento.* – Durante o Governo de Lourenço da Veiga, no ano de mil e quinhentos e oitenta e um, fundaram Casa na Bahia os Monges do glorioso Patriarca São Bento, com o seu Fundador, e Prelado o Padre Fr. Antônio Ventura; e achando ainda o terreno com alguns abrolhos da Gentilidade, pela sua cultura se transformaram em espigas das searas Evangélicas, como já ao seu Santo Patriarca se converteram em rosas os espinhos. Dilataram a sua doutrina por muitas partes do Brasil, florescendo em virtudes, e letras, com grande aproveitamento das almas, e exemplo dos povos, por cuja devoção foram aumentando as Fundações, e possuindo as muitas propriedades, com que hoje se acham, cujas rendas empregam no culto Divino, fábricas de Templos, socorro dos pobres, e modesta sustentação dos seus Monges, dos quais tem numerosas e dilatadíssima Família.

*Morte do Governador Lourenço da Veiga. – Ano de 1853. – Substituição do Governo.* – No mesmo ano faleceu na Bahia o Governador, e Capitão Geral Lourenço da Veiga, com muitos anos de idade, e três de Governo. Da sua pessoa não alcançamos individuais notícias, Do seu talento faremos conceito pela sua eleição; sendo para este emprego escolhido por El-Rei D. Sebastião, que tanto os sabia avaliar. Como não haviam ainda vias de sucessão (que se introduziram neste Estado com a vinda do Governador Manuel Teles Barreto) ficaram com o Governo geral do Brasil o Senado da Câmara, e o Ouvidor-Geral Cosme Rangel de Macedo, por nomeação do Governador, com aprovação da Nobreza, e do Povo. Substituíram o lugar com muito acerto por tempo de dois anos.

*Vem Manuel Teles Barreto Governar o Estado.* – Manuel Teles Barreto, Governador, e Capitão Geral deste Estado, foi o primeiro, que a ele mandou, como rei de Portugal, o Prudente Filipe rei católico. Vinha a suceder a Lourenço da Veiga no Governo, e tomou



as rédeas dele, que se achavam nas mãos dos seus substitutos. Tinha envelhecido no serviço do rei, e da Pátria, e se achava com tanta idade, que parecia sobra-rem, para encher o círculo da sua vida, os anos do seu Governo. Nele hostilizados os moradores das Capitánias da Paraíba, e de Itamaracá pelos Gentios Potiguar- es, os quais com os Franceses (que naquele rio iam a buscar o pau para as suas tintas) lhes causavam contínuos danos, recorreram ao Capitão Geral Manuel Teles Barreto, pedindo-lhe socorro contra aqueles inimigos.

*Expedição a favor das Províncias da Paraíba e Itamaracá.* – Intentou Manuel Teles ir a castigá-los, e assegurar aquelas Províncias dos males que padeciam; mas impedido não só dos anos, porém sim dos importantes negócios, que tinha entre mãos neste Governo, onde havia seis meses, que era chegado; e achando-se no porto da Bahia o General Diogo Flores de Baldés, com a sua Armada, vinda do Estreito de Magalhães, resolveu, que com duas naus de Portugal da Armada, que trouxera (conduzida por Diogo Vaz da Veiga) fossem estes dois Capitães em favor daqueles moradores.

Partiram da Bahia; e chegados a Pernambuco, mandou o General Diogo Flores de Baldés a gente por terra, e ele com a Armada deu fundo fora da barra, e entrando só com uma sua fragata, com outra nau das de Diogo Vaz da Veiga, e com todos os batéis dos outros navios, nos quais embarcou a gente avistou quatro naus de França, que logo queimaram os Franceses, pondo-se em terra com os Gentios, e juntos, mostraram fazer oposição ao desembarque da nossa gente; mas não puderam impedir, e se retiraram. Saíram os nossos Generais a terra, desassombrando a todos os moradores daquelas Capitánias do temor em que viviam, e dos males, que experimentavam. Chegou neste tempo por terra muita gente de Pernambuco, e de Itamaracá, que vinha em socorro, e os Generais levantaram um Forte de terra, e faxina, para defesa daquelas Províncias, no qual deixou Diogo

Flores por Capitão a Francisco Castrejon, com cento e cinquenta Soldados.

Este Capitão se houve tão mal com Frutuoso Barbosa, a quem El-Rei tinha encarregado o Governo da Paraíba, não querendo reconhecê-la por governador, que lhe foi preciso retirar-se a Pernambuco, donde recorreu a El-Rei, para que dispusesse o que mais conveniente fosse a seu serviço. Entretanto foram várias vezes os inimigos sobre aquele Forte, e pondo-lhe um dilatado cerco, cansado Francisco Castrejon de o defender, pela muita gente, que nele lhe mataram, e pelo aperto em que o tinham, o desamparou, retirando-se por terra para a Capitania de Itamaracá, em cuja jornada lhe mataram, os inimigos muitas pessoas, que o seguiam: o que sabido pelos moradores de Pernambuco, tornando com Frutuoso Barbosa à Paraíba, restauraram o Forte, e lho entregaram, restituindo-o no Governo daquela Província.

*Morte do Governador, e Capitão Geral Manuel Teles Barreto. – Substitutos no Governo.* – Aos quatro anos do Governo de Manuel Barreto, faleceu na Bahia no de mil e quinhentos e oitenta e sete. Foi o primeiro, que trouxe ao Brasil as ordens das Vias para as sucessões, como D. Vasco da Gama, tinha sido o primeiro, que as levava à Índia, e nos seus Governos, tiveram execução; em um seria caso, em ambos parece mistério. Em virtude delas, entraram no Governo geral do Brasil D. Antônio Barreiros, (que já desde o ano de mil e quinhentos e setenta e seis tinha sucedido na Sagrada Dignidade ao Bispo D. Pedro Leitão) e o Provedor-mor da Fazenda Cristóvão de Barros: governaram quatro anos, até o de mil e quinhentos e noventa e um.

Francisco Giraldes, senhor da Capitania dos Ilhéus (que seu pai Lucas Giraldes comprara a Jerônimo de Figueiredo de Alarcão, filho de Jorge de Figueiredo Correa, a quem El-Rei a concedera) vinha por Governador, e Capitão Geral do Brasil, a suceder a Manuel Teles Barreto; porém partindo da barra de Lisboa, e tornando a

recolher-se a ela com duas arribadas, não quis prosseguir a viagem do Brasil; ou porque teve por mau anúncio do seu Governo aqueles desfavores da navegação, ou porque os inconvenientes, que lhe sobrevieram à sua saúde, e aos interesses da sua Casa, pareceram justificados pretextos, para se lhe aceitar a deixação, que fez do cargo.

*Governo de D. Francisco de Souza. – Ano de 1591. – Nele sucedeu D. Francisco de Souza, claríssimo por sangue, e por ações, segundo avô do Marquês das Minas, que adiante veremos Governador, e Capitão Geral do Brasil. Chegou D. Francisco de Souza à Bahia, no ano de mil e quinhentos e noventa e um. Trazia a mercê do mesmo título de Marquês das Minas, se se descobrissem as que Roberio Dias tinha ido prometer a Castela.*

Foi fama mui recebida, que Robério Dias, um dos moradores principais, e dos mais poderosos da Bahia, descendente de Catarina Álvares, tinha uma baixela, e todo o serviço da sua Capela de finíssima prata, tirada em minas, que achara nas suas terras; esta opinião se verificou depois com a resolução de Roberio Dias, porque sabendo ser já pública esta notícia, que muito tempo ocultara, passou a Madri, e ofereceu a El-Rei mais prata no Brasil, do que Bilbao dava ferro em Biscaia, se lhe concedesse à mercê do título de Marquês das Minas.

Não é justo, que mereça conseguir os prêmios quem nos requerimentos pede mais do que se lhe deve conceder. Este título se conferiu a D. Francisco de Sousa, que se achava naquela Corte provido no Governo geral do Brasil; e a Robério Dias o lugar de Administrador das Minas, com outras promessas; das quais pouco satisfeito, voltou para a Bahia na mesma ocasião, em que vinha o Governador, com cuja licença fora para as suas terras a esperá-lo, e a prevenir o descobrimento, ou a desvanecê-lo, e a frustrar-lhe a jornada; brevemente a fez D. Francisco de Souza com todas as prevenções, e instrumentos precisos para aquela diligência:

mas Robério Dias o encaminhou por rumos tão diversos (havendo primeiro feito encobrir os outros) que não foi possível ao Governador, nem a toda aquela comitiva achar rastos das minas, que tinha assegurado.

Este engano, ou se julgasse cometido na promessa, ou na execução, dissimulou o Governador D. Francisco de Sousa, enquanto dava conta a El-Rei, e sem dúvida experimentaria Robério Dias o merecido castigo, se antes de chegar a ordem Real não houvera falecido, deixando aquelas esperadas minas ocultas, até aos seus próprios herdeiros. Foi o Governo de D. Francisco de Sousa admirável, e pelos acertos das suas disposições pareceu conveniente ao serviço d'El-Rei, e ao bem da República, mandá-lo continuar por largo tempo, em que se contaram onze felicíssimos anos.

*Fundação dos Religiosos Capuchos de Santo Antônio.* – No de mil e quinhentos e noventa e quatro, terceiro do seu Governo: com o seu favor, e o do Bispo D. Antônio Barreiras, vieram a fundar Casa na Bahia (tendo-a já erigido em Olinda; Capital de Pernambuco) os Religiosos Capuchos do glorioso Santo português, por quem se emularam Lisboa, e Pádua, filho do Santo Patriarca, a quem a humildade deu a maior cadeira, e abriu o amor as mais nobres chagas. Trouxeram por Prelado ao Padre Fr. Belchior de Santa Catarina; foram continuando as suas fundações por várias partes destas Províncias, florescendo em todas, como ideias daqueles Santos protótipos, em grande glória de Deus, e benefício das almas; e não possuindo nada pelo seu instituto, tem a posse de tudo pela sua virtude.

*Morte do Bispo D. Antônio Barreiros.* – No curso deste tempo faleceu D. Antônio Barreiros, que desde o ano de mil e quinhentos e setenta e seis exercia os poderes do Bago na Bahia. Foi terceiro Bispo do Brasil, por Bula do Pontífice Gregório XIII. Era Freire da Ordem de São Bento de Aviz, da qual tinha sido Prior-mor. A sua Pátria, e nascimento se ignoram, mas não as suas virtudes, que

exercer em muito serviço de Deus, e bem das suas ovelhas. O ano da sua morte se não sabe, e apenas se acha a sua sepultura na Capela-mor da Igreja velha dos Padres da Companhia; porém ilustrou muito a sua memória o milagre, que no seu tempo aconteceu no seu Bispado, de que daremos breve, mas portentosa notícia.

*Milagre de Santo Antônio de Arguim.* – Da Arrochela (ninho de Hereges, de que naquele tempo estavam apoderados os Calvinistas, e outros Sectários, valhacouto dos seus insultos, e porto, em que recolhiam as suas presas) saíra uma Armada, não com tenção de piratear nos mares do Brasil, mas de invadir e saquear a Cidade da Bahia. Tinha tomado na costa de África a Fortaleza de Arguim, em cujos despojos acharam o simulacro do glorioso Santo Antônio, ilustre português, e ilustríssimo Santo, ao qual dando muitos golpes, lançaram ao mar, dizendo-lhe por ludíbrio, que os guiasse à Bahia; mas Deus, que é admirável nos seus Santos, e vingador das suas injúrias, os castigou de sorte com uma tempestade, que derrotados e perdidos por várias partes os seus navios, aportou a sua Capitania destroçada, e rota à Província de Sergipe, onde não escapando da prisão os que tinham escapado do naufrágio, foram remetidos à Bahia para serem castigados.

Porém vindo por terra daquela Província, conduzidos por muitos soldados, e outros caminhantes, que se juntaram à companhia, (para que tivesse mais testemunhas o milagre) acharam na praia de Itapuã, quatro léguas da cidade, com os golpes do herético, e sacrílego ferro a Imagem do Santo, que tinham lançado ao mar, muitos graus antes de chegarem à altura da Bahia, quando lhe disseram por zombaria, que os guiasse a ela. Estava o milagroso simulacro em pé, como esperando para os conduzir à Cidade, em execução do que lhe tinham pedido: que os despachos de petições insolentes são castigos; como experimentaram aqueles hereges, pois foram sentenciados à morte pelo roubo, e pelo sacrilégio; e

a Imagem do Santo com os próprios sinais abertos, e permanentes, colocada no seu Convento da Bahia, onde por ordem Real lhe faz todos os anos o nobilíssimo Senado da Câmara festa com Procissão solene, como a Padroeira.

*Santos, e Heresiarcas, que concorreram no século décimo sexto.* – No ano nono do Governo de D. Francisco de Souza acabou o século décimo sexto, tão fecundo de portentosos Santos, como infestado de Heresiarcas depravados, declarando-se os diabólicos monstros Lutero, Zuinglio, Milancton, Calvino, e outros sectários, contra a verdade infalível da nossa Igreja Romana, e opondo-se à pureza Evangélica dos nossos sagrados dogmas, desenterrando vários erros de Arrio, Nestorio, Euthiches, Priscilano, e outros Hereges, condenados todos em tantos Ecumênicos, Nacionais e Provinciais Concílios, e já sepultados debaixo dos troféus Católicos, mas naquele século confusamente introduzidos pelos referidos infernais Ministros a grandes, porém infelizes, Príncipes de Europa, aos quais a largueza da nova Religião proterva, que lhes restituía os bens Eclesiásticos, que nos seus Estados haviam os seus antecessores louvável, e piamente doado às Igrejas, e Mosteiros, e os brindava com outras conveniências de Estado, proibidas na Religião Católica, os levaram, e aos seus Vassalos, pela larga estrada de uma vida livre às prisões eternas.

*Nomes dos Santos.* – Porém Deus Nosso Senhor, mostrando àquelas desgraçadas criaturas, que tinham errado a via da verdade, fez caminhar por ela no mesmo século inumeráveis santos em vários estados, com prodigiosas penitências, mortificações, e abstinências, sobre a esfera da possibilidade humana, e com a mais pontual observância da doutrina Católica Romana, sendo uns Fundadores de novas Religiões, outros Reformadores das antigas, dos quais os declarados pela Igreja, e venerados nos Altares são, na Ordem dos Patriarcas, São Caetano Tiene, Santo Inácio de



Loyola, São Felipe Neri, a gloriosa Madre Santa Tereza de Jesus; na dos Confessores São Francisco Xavier, Apóstolo do Oriente, São João da Cruz, São Pedro de Alcântara, São Carlos Borromeo, São Luiz Beltrão; na dos Penitentes São Félix Capuchinho. São João de Deus, Santa Maria Madalena de Pazzi, São Francisco de Sales, também Confessor; posto que estes dois últimos faleceram no princípio do século décimo sétimo.

Todos estão pelo Mundo Católico com o mais decente culto, em Templos, Religiões, Aras, votos, e rogativas, com que os Cristãos sabem implorar a poderosa intercessão dos Santos. Não numeramos os que os seguiram naquele tempo, e no curso dele, como companheiros, ou como filhos, porque a serem Canonizados, não poderiam saber nos Catálogos, e nos Altares, nem rezar deles a Igreja, e as suas Religiões, tendo florescido todos em admirável santidade, com o illustres testemunhos de inumeráveis, e estupendos milagres, e encaminhando mais almas ao céu, que os seus Antiparistases ao Inferno.

*Ano de 1596. – Governo de Diogo Botelho, D. Diogo de Menezes, Gaspar de Souza e D. Luiz de Sousa. – Ano de 1602. – Ano de 1608.* – Desde o ano de mil e quinhentos e noventa e seis, em que falecera El-Rei Filipe o Prudente, tinha as rédeas da Monarquia El-Rei Filipe Terceiro em Castela, e segundo em Portugal. O primeiro Governador, que proveu para o Brasil, foi Diogo Botelho; chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e, dois, e governou cinco. Sucedeu-lhe D. Diogo de Menezes no cargo; e saindo de Lisboa para o Brasil, foi arribado à Paraíba, de donde prosseguiu a viagem para a Bahia, e chegou a ela no ano de mil e seiscentos e oito; governou o Estado cinco.

*Ano de 1613.* – No de mil e seiscentos e treze lhe veio a suceder Gaspar de Sousa, por cuja disposição, e ordem foram expulsos os Franceses da Ilha de São Luís do Maranhão, como deixamos

narrado na descrição daquele Estado; visitou todas as Províncias do Brasil (zelo, de que resultou tanto serviço ao rei, como aos súditos), examinando pessoalmente tudo o que podia ser mais útil ao aumento da Real Fazenda, sem detrimento, mas antes em benefício dos Povos; e governou quatro anos.

*Ano de 1617 – Ano de 1621.* – No de mil e seiscentos e dezessete lhe sucedeu D. Luiz de Sousa, que governou também quatro, até o de mil e seiscentos e vinte e um. Deste General D. Luiz de Sousa, e dos seus antecessores Diogo Botelho, e D. Diogo de Menezes, também não achamos notícias, de que fazer particular memória; porque a tranquilidade, em que já estava o Brasil naquele tempo, não dava matéria para mais progressos, que ir com plausível descanso colhendo o suspirado fruto das fadigas passadas, sem outro efeito, que as conveniências, que então logravam os Governadores, e os súditos, tanto maiores, quanto as costumam fazer mais seguras a paz, e o sossego.

As missões cresciam com o mesmo fervor, e a menos custo. Os Gentios indomáveis estavam pelo interior dos sertões muito distantes. Os vizinhos eram Vassalos, e serviam mais aos nossos interesses, que ao emprego das nossas armas. A fortuna ainda se mostrava a nosso favor com diferente aspecto, daquele com que depois a vimos contrária, sendo Diogo de Mendonça Furtado o primeiro General, que a experimentou adversa, como em seu, e nosso dano mostrará a História.

Porém a causa maior de faltarem muitas notícias é porque tomando os Holandeses a Cidade da Bahia, queimaram os Arquivos da Secretaria da Câmara, da Vedoria, e outros Cartórios: e muitos anos depois da sua restauração, se foram ordenando por tradições as memórias de alguns estatutos; com que nos seus princípios se formara a República; mas pereceram as dos fatos, que podiam servir para a narração da História, porque se atendia mais às conveniências presentes, que à glória da posteridade; a qual sempre



desprezam os Portugueses ainda quando obram ações mais beneméritas da fama. Estes descuidos nos obrigam a ser sucintos na expressão dos sucessos antigos do Brasil, pela confusa luz, que no-los dispensa.

*Morte e Elogio de D. Constantino Barradas, quarto Bispo do Brasil.*  
– No segundo ano do Governo de D. Luiz de Sousa passou à melhor vida na Bahia D. Constantino Barradas, quarto Bispo do Brasil, Pontifícia Dignidade, de que tomou posse por Bula do Papa Clemente VIII, no ano de mil e seiscentos e dezoito. Foi Clérigo do hábito de São Pedro, Colegial de São Paulo, e Lente de Teologia na Universidade de Coimbra. Governou com grandes acertos a sua Igreja, e com incansável zelo solicitou o bem das suas ovelhas, pastoreando-as dezoito anos. Está sepultado na Capela-mor dos Religiosos Capuchos de Santo Antônio da Cidade da Bahia, deixando das suas virtudes saudosa lembrança.

Sucedeu a D. Luiz de Sousa no Governo geral do Brasil (cuja fama era já proporcionada à sua grandeza, florescendo na paz; opulento, e sendo teatro, aonde a fortuna triunfava da inveja, e tinha os passos cortados à emulação) Diogo de Mendonça Furtado, para ser testemunha da volta da sua roda, a qual por muitos anos a nosso favor havia posto um cravo. Chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e vinte e dois.

*F*ormam os Holandeses Companhia Ocidental contra ambas as Américas. – Da tempestade, que naquele tempo contra a Monarquia de Espanha concitavam os Holandeses, fazendo sinais em outras partes, vieram a cair os raios no Brasil. As altas ondas, que levanta enfurecido o mar, não causam a ruína onde ameaçam, senão onde batem. As armas, que naquela ocasião se estavam forjando nas oficinas Bêlgicas, faziam perto a pontaria, e vinham a dar longe os golpes. Achava-se a Companhia Oriental, formada nos seus Estados, abundante em cabedais, com a navegação, e Conquistas das nossas Praças da Ásia; e agora se animavam a invadir, e conquistar outras em ambas as Américas, formando para esta nova empresa, nova Companhia com o nome de Ocidental, não sem contrariedade entre os mesmos interessados, dos quais votaram alguns não terem poder para sustentar tantas Armadas em Regiões tão distantes.

*Previnem poderosa armada.* – Diziam que de se empreenderem outras conquistas, se seguia o faltar às primeiras com as naus, e socorros precisos à conservação, e aumento delas; que as suas forças juntas podiam permanecer triunfantes, e desunidas, ser desbaratadas; mas pelos votos contrários foi vencida a razão da cobiça, lisonjeada da fortuna: mostravam, que os maiores interesses, que podiam conseguir, tinham no Brasil, e na nova Espanha; e que em ambas estas Regiões do Novo Mundo, tão opulento, e rico,



dariam a Filipe rei católico, monarca de tanto Império (cujo poder lhes era sempre formidável) os golpes, com que mais o podiam arruinar.

*Fazem várias prevenções.* – Tomada esta resolução, mandaram prevenir navios por todos os seus portos, fazer gente nas suas Províncias, e conduzir alguma de Alemanha, e de outras Nações, juntando todos os aprestos, de que carecia uma ação, tão importante aos interesses de sua Companhia, como ao crédito, e segurança de sua República; de cuja indústria, e valor já se fazia não vulgar conceito, assim pelas suas disposições, como pelas suas vitórias, tendo conseguido de Filipe III, uma trégua de dez anos, no de mil e seiscentos e nove, tão honrada para os seus Estados, como indecorosa para Castela; pois sobre ser capitulada, como entre iguais, levaram de vantagem o ficarem expostos aos seus progressos, e invasões a América, e Ásia, que nela não foram incluídas.

*A muita cautela costuma às vezes descobrir os segredos.* – Tanto aparato de prevenções (posto que se dispunha com vários pretextos, para se lhe encobrir os fins) não pode ser tão oculto, que o não publicasse a grandeza dele, e o mesmo segredo, com que se obrava: sendo muitas vezes a nímia cautela o maior pregão das ações, inferindo-se dela mais do que se dissera nas empresas. Por esta causa davam as suas preparações cuidado a muitas partes de Europa, menos a Espanha, que empregada nos agrados, e cultos de novo príncipe, gastava o tempo em faustos, festejos, galas, e outros divertimentos de Palácio, e de Corte, sem atenção à defesa das Conquistas, que tinha deixado sujeitas aos golpes dos seus inimigos, tanto mais ambiciosos, quanto mais indomáveis.

*El-Rei Filipe IV, com o Governo da Monarquia.* – Achava-se com a posse, e Governo de dois Mundos, desde o ano de mil e seiscentos e vinte e um, El-Rei Filipe Quarto em Castela, e Terceiro em Portugal, a quem a lisonja, ou a vaidade fez, que sobre o título de Católico (que tanto prezaram os reis seus antecessores) tomasse



o de Grande, ao mesmo tempo em que por vários casos adversos, a grandeza, que acrescentava ao seu nome, ia perdendo a sua Monarquia: com sentimento contrário ao de Otaviano Augusto, que entrando no domínio de quase todo o âmbito da terra, não quis que lhe chamassem senhor. Porém ao Real ânimo de Filipe pareciam curtas as maiores ostentações de império, e com a mesma fantasia não supunha, que haveria quem desse golpe penetrante nos seus domínios, quando eles já os sentiam no coração.

Era este Monarca tão altivo, que vanglorioso das forças próprias, não receava as alheias; o seu valor era igual ao desprezo, que fazia, de seus inimigos; não punha o cuidado no governo do seu Império, porque imaginava que o servia a fortuna, sem advertir, que por menos desatenções de alguns Príncipes, lhe negaram a obediência os Vassalos; e que o mesmo Hércules fora expulso da companhia dos Argonautas, que na célebre não Argos iam à empresa do Velocino, porque empregado em outras ideias, não acudia ao ministério da navegação.

*Seu grande descuido, ou alta fantasia.* – Desta fantasia, ou deste total descuido resultaram as repetidas perdas, que sentia Espanha; posto que D. Gaspar de Gusmão, Conde Duque de Olivares, seu portentoso Valido, e primeiro Ministro, procurasse diminuir o conceito delas, pelo não divertir das branduras do ócio, introduzindo-lhe só os cuidados, e exercícios próprios de uma idade verde, em que fundava o seu valimento. Tal é a cegueira dos Vassalos, apoderados da graça dos Príncipes, que os não deixa ver o perigo próprio, o do rei, e o da Monarquia; e tão tirana é com a grandeza a lisonja, que pelo caminho do aplauso lhe introduz a ruína.

Esta guerra dos Holandeses no Brasil anda difusamente narrada na *Nova Lusitânia*, no *Castrioto Lusitano*, e ultimamente tocada no *Portugal Restaurado* (um dos maiores assuntos, e uma das melhores Histórias da Nação Portuguesa, escrita pela excelentíssima pena de Autor por muitos títulos grande, que introduz todos os



sucessos da Monarquia com tal erudição, clareza, e individuação, como se só escrevera de cada um) por esta causa a relataremos sucintamente, tomando dela só o fio preciso para a teia da nossa História.

*Estado em que se achava a Bahia, com as suas riquezas, e com a paz que lograva.* – Estava a Bahia no descuido, e grandeza, que costumam resultar da longa paz; porque tendo os Portugueses conquistado aos Gentios as terras, que já a constituíam um Empório grande, tratavam de as cultivar com maior jactância de as possuir, que temor de as perder; retirados já aqueles contrários ao interior dos Sertões, faltava do furor das armas até o ruído. Esquecidos os moradores das flechas dos inimigos naturais, não cuidavam nas balas dos estranhos; porque nos animas, que envilece o ócio, ou a opulência entorpece, não fazem consternação os perigos no ameaço, senão na ruína.

Não ignoravam que eram muitos os êmulos da Monarquia de Espanha, à qual estavam sujeitos, porque o fado, que lhes mudara o domínio, lhes embarçava o discurso; senão era, que consideravam ao Monarca Castelhana outro Jove, a cujo poder, contra os Gigantes da soberba, e do valor, bastava um raio. Por estas causas se achavam não só inermes para se defenderem, mas faltos da disciplina, que só se conserva no exercício marcial; apelando para o valor natural da Nação, que sem a prática é arma mais da vaidade, ou da desesperação, que da milícia.

*Sai a Armada dos Holandeses.* – Ano de 1623. – Saiu a Armada de Holanda no fim do ano de mil e seiscentos e vinte e três, dividida em duas Esquadras: uma navegou para as Índias de Espanhas, com o seu general Jacobo Ermit: a outra, encaminhando-se ao Brasil, arribou forçada de contrários ventos a Inglaterra, de donde tornou a sair, e chegando a Cabo Verde, se deteve alguns dias naquela altura. Depois prosseguiu a viagem, e passando a Linha, seis graus ao Sul, abriu o General a ordem, que até aquele termo (como se



lhe mandava no seu regimento) tivera cerrada; por ela se viu, que vinham a conquistar a Bahia; porque ganhada a Cabeça do Brasil, lhe seria fácil render os outros membros do Estado.

*Avista a sua capitania a fortaleza do morro, onde se junta toda a Armada.* – O gosto, que com esta notícia recebeu toda a Armada, se lhe compensou com uma tão vigorosa tempestade, que separando umas naus das outras, as obrigou a tomar diversos rumos. Quis a fortuna dos Holandeses tratá-los então com este pequeno desdém, para logo lhes fazer grandes favores. A sua Capitania avistou a nossa Fortaleza do Morro de São Paulo, em cuja altura se deteve a esperar pelos outros navios, com vários sinais que fazia, para se lhe irem juntar; o que conseguiu em quase um mês, que gastou para os incorporar, e juntos cometerem a Barra da Cidade.

*Duas qualidades de triunfos entre os romanos.* – A glória das batalhas não se julga pelo sucesso das vitórias, sim pela resistência dos contrários: o valor próprio se prova na constância alheia. Por esta causa tinham os Romanos duas qualidades de triunfos, ambos grandes com que honravam aos seus Capitães mais famosos: os de Ovação, que se concediam por empresas menos árduas; e os maiores, que só se permitiam aos que sujeitavam as Nações mais valorosas, e porfiados, que quanto mais custosas faziam as vitórias, davam merecimentos para triunfos mais gloriosos. Com diferente sentimento de Autor do *Castrioto Lusitano*, que parece quer acreditar o nosso valor com diminuir o dos Holandeses, negando-lhes o nome de Soldados, e pondo-lhes o de Tratantes, sem advertir, que do seu negócio não podiam resultar as nossas armas a glória, que nos deu o seu esforço. E por crédito das vitórias que deles alcançamos no Brasil, beneméritos da fama entre as maiores, e mais sanguinolentas, que tem havido no Mundo, nos parece preciso mostrar a natureza, constância, e valor dos nossos contrários.

*Descrição dos Países Baixos* – Da Alta Alemanha, na Germânia Superior é porção nobilíssima a Inferior Germânia, por outro

nome chamada Países Baixos: por Treveris, Lorena, Aquisgran, e Cleves, confina com a superior: é regada de muitos, e famosos rios, sendo os mais célebres o Rin, o Eschelda, o Liz, o Sambra, o Mossa, o Escarpa, e o Hayne (de que tomou o nome a sua Província Haynant) todos caudalosos, navegáveis, Pelos Ducados de Frísia, Gueldres, e pelo Condado de Flandres lhe fica o mar Germânico: pelos de Holanda, e Zelanda o Oceano, tão alto naquelas costas, que a não serem fortíssimos os seus reparo, o inundara.

*Valor dos seus Naturais* – Estas Províncias criaram sempre espíritos armígeros e guerreiros sobre todas a parte Setentrional delas, que é a antiga Batávia, em que se incorporaram as oito Províncias unidas pela rebelião dos Holandeses. A sua sujeição custou aos romanos mais que toda a Alemanha, e França, perdendo na sua Conquista muitas Legiões, e Capitães famosos, e depois muitos séculos, no primeiro da nossa Redenção tornando a rebelar-se, conduzidos no seu indomável príncipe, Cláudio Civil, deram grande cuidado aos Imperadores Nero, Galba, Oto, Vitelo e Vespasiano.

*Balduíno o Primeiro Conde de Flandres* – No século nono florescendo Carlos Calvo com gloriosas ações, e militares proezas em defesa da Igreja Católica, sendo eleito, e coroado Imperador do Ocidente, em todas as suas empresas o acompanhou o famoso Balduíno; a quem em satisfação de serviços grandes, deu o Imperador por esposa a Princesa Judita sua filha, com a investidura dos Países Baixos, e o título de Conde, e Capitão das selvas, e mares de Flandres.

*Balduíno Conde de Flandres Imperador do Oriente – O último Balduíno, a quem os Gregos tornaram a tomar o Império.* – No ano de mil e duzentos outro Balduíno, conde daqueles Estados, com poderoso exército naval dos seus vassallos naturais, tomou aos Gregos o Império do Oriente, lançando a Aleixo Ducas, seu Imperador, fora de Constantinopla, e conservando-se nela, e no Império de Grécia, ele e mais quatro Condes de Flandres, seus



sucessores, por espaço de cinquenta e nove anos, até o último Balduíno, contra quem se levantou o Grego Michael Palcologo, tirando do poder o Flamengo, no ano de mil e duzentos e cinquenta e nove, aquele antiquíssimo domínio, que tomou os Gregos, até o de mil e quatrocentos e cinquenta e três, em que ao Paleólogo, último Constantino, o tomou Maomé primeiro do nome, Monarca Otomano.

*Primeira Alteração de Flandres – Congresso de Utrecht. – Total Rebelião nas Oito Províncias Unidas.* – No de mil e quinhentos e sessenta e quatro, alterando-se aqueles Estados contra Filipe Prudente, rei de Castela, seu natural senhor, vieram a conjurar-se as oito Províncias no Congresso que fizeram em a Cidade de Utrecht, no ano de mil e quinhentos e setenta e nove; e finalmente no de mil e quinhentos e oitenta e um se lhe rebelarão, formando uma Democrática República, cuja liberdade defenderam com a maior constância, e com valor mais intrépido, ganhando insignes vitórias contra numerosos Exércitos. Estes foram os contrários, com quem pelejamos: estes os que vencemos; só infelizes em haver deixado a nossa verdadeira Religião Católica Romana, e escurecido com a falsa doutrina de Calvino, e de Lutero as esclarecidas ações da sua Nação.

*Manda o Capitão da Fortaleza do Morro avisos das naus, que apareciam naqueles mares.* – Vagava a Capitania dos Holandeses, esperando pelos outros navios à vista da nossa Fortaleza do Morro de São Paulo, cujo Capitão mandou notícia ao Governador da Bahia, de que naqueles mares andava uma grande nau, que parecia conduzir outras; e logo repetiu segundo aviso, de que se viam mais velas, as quais juntando-se-lhe, como para alguma empresa, ameaçava repentina invasão; e temendo começasse por aquela Fortaleza, importantíssima às conveniências da Cidade, se preparou para a defender, com maior ânimo, que forças para lhe resistir.

*Diogo de Mendonça Furtado, Governador e Capitão Geral do Brasil.* – *Previne a defesa da Cidade.* – Estava com as rédeas do





Governo geral do Brasil Diogo de Mendonça Furtado, o primeiro Governador, e Capitão Geral, que El-Rei católico Filipe Quarto em Castela, e Terceiro em Portugal, enviara a este Estado, aonde chegou no ano de mil e seiscentos e vinte e dois; e também o primeiro Capitão português, que nesta guerra meteram os Holandeses no seu triunfo. Pelas notícias que teve do Capitão da Fortaleza do Morro, se dispôs à defesa, podendo temer a desgraça mais, que remediá-la. Tinha grande valor, e prática da milícia, de cujo exercício havia feito na Índia relevantes provas: porém o ócio, em que estavam os moradores da Bahia, lhe impossibilitava a oposição, a que se via precisado com uma guerra inopinada, sem meios, nem prevenções para a resistência; e suprindo com a sua disposição os reparos, e a gente, de que carecia a Praça, ordenou a defesa dela, não conforme ao perigo, mas à necessidade.

*Faz vir muitos moradores do recôncavo. – Assistência dos moradores do recôncavo na Cidade. –* Fez vir do recôncavo todos os moradores mais capazes de tomar armas, dos quais juntou mil e seiscentos, unindo-lhes oitenta Soldados pagos, de que contava todo o presídio; e mandando a seu filho Antônio de Mendonça Furtado com dois patachos explorar aquelas naus, se aplicou com incessante cuidado a todo o gênero de oposição, que naquela ocasião podia fazer a Cidade, e prevenir o valor. Vinte e seis dias assistiram os moradores do recôncavo na Cidade, e sendo já gastos os mantimentos, que nela se tinham juntado para a ocasião, vendo que se dilatava, e que as faltas que faziam às suas Fazendas, e lavouras, fora das suas casas, lhes causava uma perda considerável, tratavam de se retirar.

*Retiram-se dela, persuadidos do Bispo D. Marcos Teixeira. –* Diziam, que o Governador por uma guerra contingente os punha em um dano certo; que as naus eram de corço, buscavam presas, e não conquistas, pois se vieram com impulso de invadir a Cidade, se não haviam de deter tanto tempo vagando naqueles mares, e



consumindo neles, com a dilação da Armada, os mantimentos, que lhes seriam necessários para a empresa da conquista. Estas vozes, que já passavam a tumultos, favorecia o Bispo D. Marcos Teixeira, aconselhando-os, que voltassem para as suas casas, com licença do Governador, ou sem ela, culpando-o de os deter inutilmente, em prejuízo dos seus interesses, como aos moradores, e ao Bispo parecia; e com o seu conselho se foram retirando, e deixando a Cidade só com os poucos moradores, que a habitavam.

*Ano de 1624. – Cabos da Armada, e da Infantaria.* – Porém logo experimentaram o erro desta resolução, e o castigo da sua desobediência, porque poucos dias depois de se ausentarem, precedendo os dois patachos, com que fora Antônio de Mendonça Furtado reconhecer as naus, chegaram elas à Barra da Bahia, aos nove do mês de Maio do ano de mil e seiscentos e vinte e quatro. Constava a Armada de vinte e cinco baixéis, com três mil e quatrocentos homens de guerra: trazia por General a Jacobo Uvilkehens, por Almirante a Petre Petrid, Inglês de Nação, chamado vulgarmente Pedro Peres, e por mestre de Campo de toda a Infantaria a João Dorth, que havia de exercer o posto de General nas ocasiões, em que desembarcasse em terras do Brasil. Eram Soldados de muita fama, e de tanto valor, que de pequenos princípios tinham chegado a postos grandes, e já logravam muito nome de experimentados Capitães.

*Tomam os inimigos muitas embarcações, que acharam no porto. – Saltam em terra em Santo Antônio da Barra, e rendem esta Fortaleza. – Caminham para a Cidade, fazem alto em São Bento, e investem por aquela parte. – Valorosa resistência dos moradores no primeiro assalto. – Investiram as suas naus as embarcações, que acharam em o nosso porto, e rendidas, depois de alguma inútil resistência, as abrasaram; e estendendo-se por toda a marinha, a baterão incessantemente, dando mostras de querer desembarcar na praia da Cidade, em diversão do lugar onde pretendiam sair em terra. Mandaram*



dois mil homens, de que eram cabos Frederico Ruyter, e Francisco Duchs, a tomar a Fortaleza de Santo Antônio da Barra, que renderam facilmente; e caminhando por aquele sítio para a Cidade, fizeram alto em São Bento, Mosteiro vizinho a ela. Investiram-na os Holandeses; mas acharam nos moradores oposição tão forte, que os fizeram retirar rechaçados, e logo os seguiram tanto espaço, que os obrigaram a recolher-se ao posto do referido Convento, em que se tinham alojado.

*Terror pânico com que depois desampararam a Cidade.* – Se esta constância permanecera nos moradores, poderiam sustentar a Praça, até que unido nela outra vez o poder do recôncavo (que a confiança, mais que o temor, tinha separado) seria fácil resistirem aos inimigos o mais porfiado sítio, enquanto lhes chegassem do Reino os socorros, que pela importância da empresa deviam julgar infalíveis, e prontos. Porém aquele primeiro venturoso encontro, que lhe poderá ser feliz auspício de futuras vitórias, foi neles menos poderoso, que o terror pânico, que lhes entrou no peito, e lhes superou o valor; porque na mesma noite, representando-lhes o receio mais fantasmas, que as sombras, com maior cuidado em salvar as vidas, que o crédito, recolhendo o precioso, que puderam levar, e desamparando a Cidade, se meteram pelos bosques, e matas vizinhos, seguindo-os o Bispo D. Marcos Teixeira.

Não souberam obrar os moradores da Bahia pela sua Nação, o que Sagunto pela Romana, e Numância pela Cartaginesa. Sem lhe abrirem brechas nos muros, nem perderem vidas, (pelas salvar nos bosques) desampararam a Cidade, podendo defendê-la. Poucos lhes deveu a Pátria, pois a deixaram na sujeição estranha: muito as muralhas, pois lhes quiseram poupar as pedras, cujas ruínas poderiam ser os melhores epitáfios do seu valor; mas como o tinham sepultado, ou injuriado nos peitos, não cuidaram de o trasladar aos mármore: posto que depois (como mostrará a História) o que não obraram na Cidade, fizeram na campanha,

impedindo aos inimigos continuar por ela os seus progressos; arrependimento, que inda que veio pronto à satisfação da culpa, os não pode livrar da injúria do pecado.

Tinha ainda o Governador Diogo de Mendonça Furtado setenta homens; resistindo aos inimigos com desesperado esforço, em novo conflito os rechaçou, matando-lhe dois oficiais de suposição. Mas vendo os Holandeses com a luz da manhã a o silêncio, que havia na Cidade, a falta de gente nos muros; e certificados por alguns Cristãos novos degradados (que pouco antes de amanhecer se tinham assado para o seu exército) de que os moradores se haviam naquela noite ausentado, e que na Cidade não havia quem lhes pudesse fazer resistência, a entraram, indo ao Paço, em que residia o Governador, ao qual tinha já desamparado a maior parte dos setenta homens, que lhe ficaram; e achando-se só com dezoito, se resolveu a morrer antes, que a entregar-se, antepondo a fama, e a liberdade à vida; e pretendendo vendê-la mais caro, acometeu aos inimigos, recebendo não poucas feridas.

*Preso o Governador – Remetido para a Holanda.* – Tão dessangrado, como destemido, aspirava uma gloriosa morte, porfiando em perder a vida, que lha quiseram conservar os inimigos com piedosa emulação, compassivos, e admirados da sua resolução, e esforço, prometendo-lhe decorosos partidos para o sossegar; e sendo persuadido pelos companheiros a aceitá-los, capitulou vocalmente com eles sair livre, e os companheiros com as armas, e uma bandeira; condições tão honradas, como malcumpridas; pois logo com pretexto aparente, mas não justificado (pois nunca o pode haver para faltar a palavra) mandaram ao Governador preso para a sua Almirante, e com os navios, que depois enviaram carregados dos gêneros da Bahia, e outras presas, que na sua barra haviam feito, o remeteram para Holanda, como premissas dos interesses, e conquistas, que começavam a lograr no Brasil, e como penhores de maiores progressos, e triunfos.



Era Diogo de Mendonça Furtado esclarecido em nascimento e valor; e por estas qualidades conhecido na Pátria, e fora dela. Em satisfação de bons serviços, foi enviado ao Governo geral do Brasil; nele lhe mostrou a fortuna (só constante em ser vária) semblante diverso daquele, com que o seguira em outras partes da Monarquia, convertendo-lhe agora em castigo o prêmio, de que as suas virtudes o tinham feito o benemérito. Derramou o sangue, perdeu a fazenda, e a liberdade; e não bastaram tantos sacrifícios da honra, para lhe tirarem a mancha, com que na fama ficou a sua memória, ou porque a derradeira ação é a que dá, ou tira aos Capitães a glória, ou porque não basta havê-la conseguido em outros lustros da idade, se até os últimos períodos da vida lhes não assiste a fortuna.

*Saqueiam os inimigos a Praça.* – Senhores da Praça os Belgas, a saquearam com o maior escândalo e a mais nímia ambição, triunfando nos Portugueses do ódio dos Castelhanos, e profanando nos Templos a nossa Sagrada Religião. A aversão à Fé Católica, e à Nação Castelhana eram neles um só impulso; com os mesmos golpes da vingança obravam os sacrílegos, padecendo a lastimada Bahia por outros pecados estes insultos. Fortificaram os inimigos a Praça, levantando trincheiras, e fazendo novas defensas para resistirem às armas de Castela, e Portugal, com quem haviam de contender em tão grande empresa, e de tanto empenho para a Coroa de Espanha, quanto era o prejuízo, que desta perda resultava a toda a sua Monarquia.

*Presas, que faziam os Holandeses nas nossas embarcações.* – Posto que não dominavam a campanha, na qual estavam os Paisanos juntos armando-se, e fazendo toda a prevenção para a defender, (por emendar nesta ação a vileza, que cometeram em desampararem a Praça, impedindo-lhe agora os progressos por terra) estavam eles senhores da Cidade, do mar, e do porto, para receberem os socorros de Holanda, e todos os que a indústria, e fortuna das

suas naus podiam conduzir, assim dos navios, que tomavam na barra, como das embarcações menores, que do recôncavo navegavam para a Cidade; das quais colhiam em abundância muitos víveres, e regalos, enquanto o dano as não fez abstrair de cursarem os mares, que estavam senhoreados do poder estranho.

*Armados os Portugueses na campanha. – Rechaçam aos inimigos. – Matias de Albuquerque, Governador de Pernambuco, nomeado nas vias para Capitão Geral do Brasil.* – Ia engrossando o nosso campo com muitos moradores, que por terra lhe chegavam do recôncavo, arrependidos do seu primeiro erro de deixarem a Cidade, quando o Governador Diogo de Mendonça os mandara residir nela para a sua defesa. Juntando também alguns Índios já cristãos, e fiéis, estavam todos na campanha com tanto valor unidos, e com tal resolução de impedir aos inimigos os progressos, que intentassem fazer por terra, que saindo uma grossa manga deles fora das muralhas, os fizeram recolher rechaçados, deixando muitos mortos, e levando outros feridos. Abriram as vias da sucessão, que tinham os Padres da Companhia, e acharam nomeado por Governador, e Capitão Geral a Matias de Albuquerque, o qual estava governando Pernambuco, Capitania de seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque; e não só pelo título de sucessão era chamado para o Governo da Bahia, mas por patente Real, que lhe levara em direitura à Pernambuco o Doutor Antônio Marrecos.

*No enquanto governa o Exército o Auditor Geral Antão de Mesquita de Oliveira. Depois se encarrega ao Bispo D. Marcos Teixeira.* – Mandaram os Portugueses, que estavam na campanha, aviso a Matias de Albuquerque. Era a distância, em que se achava, de cento e cinquenta léguas: pedia a ocasião, que se elegeisse um Cabo, que governasse a guerra durante a sua dilação; resolveram, que este fosse o Auditor Geral Antão de Mesquita de Oliveira; mas sendo-lhe pela sua muita idade incompatível esta ocupação, e havendo-a dado a dois Coronéis Lourenço Cavalcanti de



Albuquerque, e João de Barros Cardoso, a vieram conferir depois ao Bispo D. Marcos Teixeira, que a aceitou, por recuperar neste serviço d'El-Rei, e da Pátria, a opinião, em que estava de haver tido a maior parte na desordem, que fizera a gente do recôncavo, retirando-se para as suas casas pelo seu conselho, contra os preceitos do Governador.

*Fortifica-se no rio Vermelho. – O General João Dorth sai à campanha, combate com o Capitão Padilha. – Fica morto o General, e muitos Holandeses. –* Fortificou-se em um sítio, chamado rio Vermelho uma légua distante da Cidade, com tais disposições, e com tão militar disciplina, que parecia se criara no estrondo da guerra, em que nunca tivera exercício mais que nesta ocasião. Governava ao mesmo tempo as suas ovelhas, como Pastor, e como Capitão, cingindo a espada, sem depor o Bago; com tanto valor tinha reprimido os inimigos na Cidade, que de expugnadores, se viam cercados. E saindo o General João Dorth com muitos dos mais valorosos Holandeses do seu Exército a reconhecer o nosso alojamento, foi acometido de um troço dos nossos Soldados, governado pelo Capitão Padilha, de sorte, que pelejando-se de ambas as partes com grande porfia, perdeu o seu General a vida, em prova do nosso esforço, e castigo do seu impulso. Pela sua morte foram sucedendo no cargo outros Generais, cuja insuficiência ia concorrendo a favor das nossas armas, e servindo às nossas vitórias, porque em todas as saídas, que faziam fora das muralhas, experimentavam o próprio dano, com perda de gente, e de opinião.

*Chega a Matias de Albuquerque a notícia da sua nomeação. – Manda a Francisco Nunes Marinho para se encarregar do Governo; entrega-lho o Bispo D. Marcos Teixeira. – Enferma, e morre o Bispo. –* Chegada a Matias de Albuquerque a notícia da sua nomeação nas vias, e a nova Patente de Governador, e Capitão Geral do Brasil, querendo aliviar o peso do Governo ao Bispo, enviou a Francisco Nunes Marinho d'Eça, para se encarregar dele; dois meses o exerceu com os mesmos acertos, e com igual fortuna; e o Bispo o deixou com

grande glória, pelo largar, quando tinha feito mais provas de o merecer; mas enfermando dos discomodos de uma áspera campanha, do rigor de uma disciplina, em que se não criara, e só a impulsos do valor, e da fidelidade do seu ânimo exercera, faltando-lhe os prontos remédios, e comodidades para a cura, e crescendo o mal, faleceu em breve tempo.

*Seu Elogio.* – D. Marcos Teixeira, quinto Bispo do Brasil, foi de Família nobre, Clérigo do hábito de São Pedro. Sucedeu a D. Constantino Barradas no Bispado do Brasil, e chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e vinte e um; governou a sua Igreja em paz dois e meio; seis meses em cruel guerra; três capitaneou os poucos Portugueses, que se juntaram para restaurar a Pátria com os sucessos, que temos referido; havendo em o curto tempo do seu Pontificado, que não passou de três anos, procedido como Prelado virtuosíssimo (até nos mesmos dias, em que a fatalidade o fez Soldado), porque a um mesmo passe caminhava as almas, e defendia as vidas das suas ovelhas, tão igual em um, e outro emprego, que pareceu nascido para ambos.

Como faleceu na campanha, foi sepultado em uma Capela de Nossa Senhora da Conceição, ereta em Tapagipe alguns anos antes, e ainda hoje naquele lugar permanente; mas a confusão da guerra teve também lugar na sua sepultura, porque lhe não puseram letra, ou divisa, que a distinguisse das outras, ficando por esta causa as suas cinzas tão confusas, como clara a sua memória, pelas suas virtudes.

*Sabe-se em Espanha da perda da Bahia.* – *Dispõem o conde duque a sua restauração.* – *Armada de Portugal.* – Chegou a Madri a notícia da perda da Bahia, e despertou aquela Corte do letargo, em que jazia o descuido das Conquistas. Dispôs logo o conde duque para a sua restauração duas poderosas Armadas, uma em Castela, e em Portugal outra; escrevendo El-Rei de sua Real mão aos Governadores do Reino, que eram naquele tempo os Condes





de Portoalegre, e do Basto, com encarecidos termos, o muito que esperava do valor e lealdade Portuguesa naquele empenho, que tocava a toda a Monarquia. Em uma, e outra parte dela se preveniram Armadas; na de Portugal se alistou grande número de Fidalgos da maior esfera; uns com praça de Soldados, outros com o nome de Aventureiros.

Muitos Títulos, e primogênitos de Casas ilustríssimas, e os filhos segundos, e terceiros de outras, com tal empenho tomaram empresa, que depois de terem ocupado grandes lugares, e relevantes postos no Reino, e o de vice-rei na Índia, se embarcaram sem ocupação alguma, mais que o impulso belicoso da Nação, sempre vivo em todos. Em breve tempo se pôs pronta a Armada, cujo General era D. Manuel de Menezes, tão célebre então pelo nascimento, pelo valor, e por outras virtudes, como depois pelas desgraças.

*Armada de Castela.* – A de Castela não era de menor aparato, nem de menos expectação, e grandeza, antes superior em naus, gente, e experiência, conduzindo muitos Cabos, e Soldados veteranos, tão exercitados nas facções de terra, como nos conflitos do mar. Traziam nelas postos diferentes vários Títulos, e Fidalgos Italianos, Vassallos d'El-Rei de Espanha. Dos Castelhanos vinham muitos de elevada esfera, uns já famosos na profissão da guerra, e outros, que escolheram esta ocasião do maior furor dela, para ensaio do seu novo militar emprego.

Era General D. Fradique de Toledo Osório, Marquês de Uvaldeça, o Capitão de maior fama, que naquele tempo tinha a Nação Castelhana. Preveniam-se as Armadas com grande fervor, conduzindo todos os instrumentos, e munições precisas para qualquer dilatado sítio. Era causa mais forçosa para a breve expedição delas, a notícia do socorro, que preparavam as Províncias Unidas, para conservarem o domínio da Bahia, que possuíam; sendo o Exército naval, que para este empenho juntavam, tão

poderoso, que chegando primeiro, poderia pôr em maior contingência a empresa das nossas Armadas.

Enquanto se aprestava a de Portugal, enviaram os Governadores do Reino em ligeiras embarcações alguns socorros de gentes, e munições às outras Praças marítimas do Brasil, e de África, prevenindo-lhes o dano, que podiam receber na falta dos meios, de que careciam, para se defenderem das invasões dos inimigos, que tendo senhoreado a Cabeça, caminhariam a apoderar-se dos outros membros, com o mesmo voo da sua diligência, ou da sua fortuna. Em uma de três caravelas, que mandaram a Pernambuco, veio D. Francisco de Moura Rolim, com ordem d'El-Rei para governar o campo, em que as nossas armas estavam sendo freio ao furor das Holandesas.

Chegou brevemente D. Francisco de Moura a Olinda, donde se transferiu à Bahia, e continuou as facções com a disposição, e valor, que lhe adquiriram a experiência, e o nascimento. Era natural de Pernambuco, e das primeiras Famílias daquela Província: tinha militado em Flandres, e na Índia, e ocupado em uma, e outra Região, preeminentes postos; e o seu procedimento, e qualidade, o fizeram digno de empregos maiores, que exerceu com a mesma satisfação, e zelo do serviço Real.

*Ano de 1625.* – Posto que de Castela se davam repetidas pressas à Armada de Portugal, culpando-lhe por dilação até o preciso tempo, que não podia escusar para o seu apresto, se veio a pôr pronta para navegar primeiro, que a de Espanha, pela qual esperou muitos dias no rio de Lisboa, até que teve ordem para ir aguardar nas Ilhas de Cabo Verde, onde chegou muito tempo depois da nossa. Juntas, se fizeram à vela nos princípios de Fevereiro, e entraram pela Barra da Bahia, sexta-feira da Semana Santa, aos vinte e oito de Março de mil e seiscentos e vinte e cinco, com doze mil homens, mil e quinze peças de artilharia, e sessenta e seis naus.

*Dispõem-se os Holandeses a defender a Cidade.* – Não perderam os Holandeses o ânimo com a vizinhança do perigo, à vista das

nossas Armadas, e se dispuseram à defesa da Cidade, que esperavam conservar na confiança da prevenção, com que a tinham fortificado, e do socorro de Holanda, que esperavam por instantes. Faziam ostentação galharda do seu poder, mostrando não recear o cerco, nem os assaltos da nossa gente; e posto que no seu General Guilherme Schoutens não havia tanto valor, antes mostrava muita insuficiência para o posto naquela tão importante ocasião, tudo supria a capacidade, e resolução dos outros Cabos, Oficiais e Soldados. Ordenaram a vinte e seis navios, que tinham no porto, se encostassem mais à Cidade, para ficarem defendidos da artilharia dos Fortes.

*Desembarca D. Fradique com a maior parte da gente; e se lhe junta com a nossa D. Francisco de Moura. – Forma quartel. – Assalto, que lhe dá João Quif Holandês com perda nossa. –* Foram as nossas naus penetrando a enseada, e desembarcando o General D. Fradique de Toledo com a maior parte da gente, se lhe juntou logo D. Francisco de Moura com os Portugueses, que governava, e ficou o General D. Manuel de Menezes com as Armadas, das quais formou uma meia lua, para impedir o trânsito às naus Holandesas, se intentassem sair pela barra. D. Fradique de Toledo fez dois quartéis em duas partes opostas, e distantes uma da outra, porém qualquer delas próxima à Cidade. Ficava um junto ao Convento do Carmo, outro ao de São Bento; mas para esta parte, saindo de dentro da Cidade o Capitão João Quif, belicoso, e esforçado Holandês, com trezentos Soldados, investiu ao nosso quartel, que embaraçado na operação, em que estava delineando a sua forma, por ser o primeiro dia, em que se assentava, conseguiu com grande glória sua, e perda nossa, uma facção notável, em que nos fez dano considerável, matando Cabos, Oficiais e Soldados nossos de grande suposição, e qualidade, recolhendo-se para a Cidade com aplauso, e vaidades militares.

*Intentam os inimigos queimar as nossas Capitánias. – E se lhes devanece o efeito. –* Com a mesma ousadia no mar intentaram queimar

a Capitania, e Almirante de Espanha, que ficavam em menos distância das suas naus; e favorecidos das sombras da noite, em dois navios de fogo, que com industriosa presteza tinham fabricado, saíram a conseguir esta empresa, de cujo perigo nos livrou a prevenção, encaminhada a diferente fim; porque vendo aos seus dois navios à vela, se levaram precipitadamente os nossos querendo impedir a saída à sua Armada, que entenderam pretendia fugir, e desta sorte obviaram o incêndio, que lhes iam vomitar aqueles dois portáteis Mongibelos navais.

*Ordena D. Fradique de Toledo um geral assalto.* – O General D. Fradique de Toledo, querendo abreviar a empresa, não só por crédito das nossas armas, mas pelo dano, que se lhes seguia da dilação, estimulado do próprio valor, e da resistência dos Holandeses, ordenou um geral assalto, que se executou com muitos ataques por várias partes da Cidade, em cuja defesa puseram todo o seu esforço, e indústria os inimigos. Mas repetindo-se-lhes os assaltos, em que perdiam muita gente, e tardando-lhes a Armada do socorro, sem a qual lhes era já quase impossível contrastar ao nosso poder, achando-se desunidos os Cabos, e havendo em um militar tumulto ferido, e deposto como a incapaz ao seu General Guilherme Schoutens, e substituído o seu cargo com o Capitão João Quif, depois de fazerem as últimas provas da sua contumácia, resolveram entregar a Cidade.

*Entregaram os inimigos a Cidade.* – Eram muitas as condições, com que capitulavam; porém só lhes concedemos as que pareceram honestas, mas ainda maiores das que naquela ocasião podiam esperar; e mais pontualmente observadas, que as que eles não quiseram guardar ao Governador Diogo de Mendonça Furtado, quando tomaram a Praça: nela entramos depois de um mês de sítio, no primeiro de Maio de mil e seiscentos e vinte e cinco; em cuja memória faz o Senado da Câmara da Bahia na Matriz, com solene Procissão, todos os anos festa aos gloriosos Apóstolos São



Filipe, e Santiago, neste dia a eles consagrado, em agradecimento do triunfo, que nele com a sua intercessão, e favor alcançamos dos inimigos da Fé e da Pátria.

Havia mais de um ano, que estavam Senhores da Cidade, com tanto interesse dos Estados de Holanda, como perda dos moradores da Bahia, os quais reputaram agora em menos o cabedal, que a liberdade, em cuja comparação não tem valor os maiores bens da fortuna. Tornaram para suas casas, que haviam sido emprego da cobiça dos inimigos, e testemunhas do escândalo, com que as tinham desamparado os seus próprios Senhores. Achamos na Cidade grande cópia de munições, armas, e bastimentos; e concedidos aos inimigos os víveres necessários para o seu regresso a Holanda, e os navios, que foram precisos para o seu transporte, os fez o General D. Fradique partir brevemente.

*Depois de restaurada a Bahia, aparece o socorro de Holanda. – Seguem-no as nossas Armadas, e desaparece. –* Vinte e dois dias depois de rendida a Praça, chegou o socorro, que aos inimigos vinha em trinta e quatro naus de Holanda, de que era General Uvaldino Henrique, Capitão da fama, e expectação que eram precisas a um Cabo, que saía a afrontar-se com o poder de Castela, e Portugal; mas veio só a ser testemunha da nossa glória, posto que mostrando desprezá-la, prolongou a sua Armada pela enseada da Bahia. Porém sendo seguido dos nossos Generais, se retirou, navegando com vento tão favorável, e com tal diligência, que lhe não puderam dar alcance as nossas Armadas em todo aquele dia; a noite o fez desaparecer, voltando os nossos Generais para o porto da Bahia.

*Voltam para o Reino as nossas Armadas. – Tempestades, que pade-  
ceram na viagem. – Fica governando o Brasil D. Francisco de Moura  
Rolim. –* Nela ordenou D. Fradique de Toledo todas as matérias per-  
tinentes ao bem da República, e à defesa da Praça, mostrando  
em umas, e outras disposições ter o seu talento de Soldado, como  
de Político; e prevenindo com o mesmo cuidado as naus de tudo o

que lhes era preciso para tornarem aos seus portos, deram à vela em quatro do mês de Agosto. Porém sucedeu às nossas Armadas, depois da restauração da Bahia, o mesmo, que à dos Gregos depois da destruição de Troia; porque ao rigor de grandes tempestades, e infelizes acidentes, (perdidas muitas naus e todas derrotadas) depois de larga navegação, chegaram mui poucas à Pátria. Ficou com o Governo Geral do Brasil D. Francisco de Moura Rolim, até o ano de mil e seiscentos e vinte e seis.

*Sucede-lhe no Governo Diogo Luiz de Oliveira no ano de 1626.* – Foi seu sucessor no cargo Diogo Luiz de Oliveira, Fidalgo, que à sua muita qualidade soube juntar os esmaltes do seu grande merecimento. Tinha servido com grande satisfação, e valor em Flandres, onde em largos anos havia exercido importantes postos, e adquirido neles toda a experiência da militar disciplina, e do Governo político; virtudes, pelas quais foi escolhido d’El-Rei, e do Valdo para governar o Brasil, que sendo neste tempo o notório empenho das armas de Holanda, fiavam de Diogo Luiz a conservação das Praças da América Portuguesa, que lhe encarregavam. Assim como chegou à Bahia, tratou da fortificação da Cidade, aperfeiçoando uns Fortes, que ainda não tinha acabado o inimigo, e delineando outros com o acerto na eleição dos sítios, e na regularidade das fábricas, próprios da sua experiência; e com geral aplauso governou o Estado nove para dez anos, até o de mil e seiscentos e trinta e seis.

*Presas, que fez o General Petre Petrid no porto, e enseada da Bahia.* – Não logrou o Brasil muito tempo o sossego que esperava das vitórias, que a Bahia tinha alcançado contra o poder de Holanda; porque as naus da sua Companhia, em diversas Esquadras, repetidas vezes infestaram os nossos mares. Uma de treze naus, com o seu General Petre Petrid, entrou pela enseada da Bahia até Tapagipe, mais de légua distante da Cidade; e posto que com evidentíssimo perigo pela vizinhança dela, favorecido da fortuna, fez preza em dezesseis navios, que estavam à carga e tinham já dentro três mil

caixas de açúcar. Saindo a comboiá-los, pela costa fez algumas presas em outras embarcações nossas, e tornou com maior desvanecimento, não dando por cabal a sua empresa, sem penetrar o recôncavo pelos seus rios, até onde puderam chegar as suas naus, seguindo a sete navios, que por eles pretenderam escapar-lhes, dos quais tomou três, e fez dar à costa aos quatro; e demorando-se alguns dias, como Senhor da enseada, saiu da barra triunfando.

*Toma Cornélio Iolo a Ilha de Fernão de Noronha.* – Cornélio Iolo, chamado por outro nome o Pé de Pau, pirateando com outra Esquadra pelos mares do Brasil, tomou a Ilha de Fernão de Noronha, na altura de três graus Austrais, em que os Holandeses principiaram Povoação, e lavouras; de donde foram expulsos por Rui Calaça, enviado de Pernambuco a esta empresa com quatrocentos Soldados. Pouco satisfeitos destes danos, e hostilidades, que nos faziam aqueles ânimos, em quem por natureza, e profissão eram um mesmo impulso o valor, e a cobiça, picados agora do interesse, e da vingança, andavam nestas pequenas chamas alimentando o incêndio, que pretendiam atear com maiores labaredas em outra ocasião. Sentiam, em perderem a Bahia, diminuída a esperança dos cabedais, e a glória da opinião, que nos peitos humanos, apoderados da vaidade, são os mais fortes torcedores da imaginação; e meditavam o despique de um, e outro empenho com todas as ideias do seu cuidado, e com o maior poder das suas forças.

*Aplicam-se os Inimigos a Disporem Novas Empresas no Brasil.* – *Petre Petrid faz Presa na Frota das Índias.* – *Determinam, que Nova Empresa seja a Conquista de Pernambuco.* – Por estas causas não cessavam as oficinas de Holanda de forjar raios, para os fulminarem no Brasil; e novo felicíssimo acidente aumentou o poder da Companhia Ocidental daqueles Estados, para os animar a esta segunda empresa; porque saindo da costa do Brasil o referido Petre Petrid, a buscar a Frota das Índias, que navegava para Espanha,

governada por D. Luiz de Benavides, combatendo-a, a venceu; e importou esta notável presa em Holanda nove milhões. Com tão grosso cabedal tratarão os interessados de juntar naus, e gente, determinando, que o golpe se desse em Pernambuco, consideradas as grandes utilidades, que lhes resultavam da conquista daquela Província, e a pouca disposição, que havia nos seus habitadores para a defesa, (do que tinham larga notícia) ocultando sempre o alvo deste tiro, para o qual dispunham as maiores prevenções, e a mais poderosa Armada.

*Faz a Infante de Espanha Condessa de Flandres aviso a El-Rei de Castela.* – Era Condessa de Flandres a Infante D. Isabel, filha d’El-Rei Filipe II, e viúva do Arquiduque Alberto de Áustria, o qual sendo Prior do Crato, Cardeal da Santa Igreja Romana, e Vice-Rei de Portugal, deixou a ordem, e o capela, e se desposou com esta Princesa, levando em dote aqueles países, que por falta de sucessão tornaram à Coroa de Espanha. Fez esta Princesa aviso a seu sobrinho El-Rei Filipe IV, que a máquina naval dos Holandeses ia cair sobre Pernambuco, por notícias certas, que colhera de inteligências fiéis.

*Matias de Albuquerque nomeado Governador de Pernambuco.* – *Chega ao Recife.* – *Ano de 1629.* – Achava-se Matias de Albuquerque na Corte de Madri; foi logo nomeado por El-Rei Governador de Pernambuco, independente do Capitão Geral do Brasil nas matérias pertencentes à guerra, e o enviou a Lisboa, ordenando se lhe dessem as embarcações, gente, e mantimentos competentes à defesa. Porém sem embargo das muitas instâncias, que fez aos Governadores do Reino, e de ser um deles o Conde do Basto, sogro de seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque, Senhor daquela Capitania, não pode conseguir mais, que três caravelas, com alguns poucos Soldados, e petrechos; com que chegou ao Recife (porto de Pernambuco) no mês de Outubro do ano de mil e seiscentos e vinte nove.





*Acha a Praça Desprevenida.* – Achou Matias de Albuquerque a Praça com cento e trinta Soldados de presídio; por acabar algumas fortificações, que deixara principiadas no tempo que a governara, e pouco guarnecidas, as que tinha deixado perfeitas; os moradores sem exercício, nem experiência da militar disciplina, descuidados do perigo, de que os pudera fazer advertidos o sucesso da Bahia: e finalmente vendo tudo sem capacidade da pronta defesa, que requeria o dano iminente, preveniu as forças, e dispôs a gente na melhor forma, que lhe permitira o tempo, mostrando-se com tudo nestas prevenções mais prático, que ativo, porque se aplicara naqueles mesmos dias a outra ação política, imprópria da ocasião, devendo só cuidar na defesa daquela Província, em que pudera fazer o maior serviço, e ainda a maior lisonja ao Monarca. Porém mostrou na outra aplicação, em que estava mais empenhado, que tinha por contingente a vinda da Armada inimiga, ou totalmente por falsa.

*Trouxe a nova do Nascimento do Príncipe D. Baltazar Carlos; e faz Grandes Festas em Pernambuco. – Chega Aviso de Cabo Verde, de Haver Passado por Aqueles Mares a Armada Holandesa.* – Pareceu fatalidade, sendo Matias de Albuquerque tão belicoso, e tendo feito hábito do furor das armas, que exerceu em Flandres, e em outras Regiões de Europa, com grandes provas de Soldado, meter-se agora a ser lisonjeiro; porque trazendo a nova do nascimento do Príncipe D. Baltazar Carlos, herdeiro da Monarquia, ordenou em Pernambuco grandes, e intempestivas festas, em detrimento das operações, que se faziam para a sua defesa, e necessitavam de todas as atenções, e de mais tempo, que aquele, que podia tardar a Armada Holandesa, sendo então mais poderoso nele o impulso da lisonja, que o do valor, e da obrigação do cargo; mas antes de se concluírem os festejos, lhe checou um pataxó de Cabo Verde, com aviso de João Pereira Corte-Real, que governava aquela Ilha, de que a Armada de Holanda, depois de se deter naqueles mares quase dois meses, tomara o rumo do Brasil.



*Efeitos, que se Veem nos Ânimos dos Moradores com Esta Notícia.*  
– Foi Vista a Armada Inimiga no Cabo de Santo Agostinho. – Obrou efeitos diferentes em Pernambuco esta notícia; porque a uns acrescentou a confusão, e a outros diminuiu a desconfiança, discursando estes, que se a Armada viera sobre aquela Praça, já havia de ter aparecido no tempo, que o patacho se havia dilatado, e que o não haver vista dela, fazendo a mesma navegação, era indício de levar outro dissenho a diversa empresa. Porém Matias de Albuquerque, com a notícia deste aviso, dispunha tudo o que podia ser útil à defesa, guarnecendo as Fortalezas; e reparando-as o mais breve que lhe foi possível, as entregou a pessoas de maior confiança, tendo a mesma providência com os postos, e lugares, por onde o inimigo intentasse invadir a terra. Mas nesta opressão se começou a descobrir do Cabo de Santo Agostinho a Armada, tocando-se logo rebate nesta Povoação, de donde se fez aviso ao Governador.

*Grandeza em Que Viviam os Pernambucanos.* – Os Seus Delitos, e Vaidades. – Viviam os Pernambucanos na maior opulência, com vantagens em grandeza a todos os outros moradores do Brasil, mas tão esquecidos da modéstia, que não seguiam outras leis, que as da vontade, com escândalo da Justiça, cometendo muitos delitos, em que, por se ostentarem mais famosos no poder, pareciam menos observantes na Religião. Por estas causas pregando em uma das suas Freguesias um Religioso grave com Espírito Apostólico, e enfático, repreendendo em comum os vícios, e abusos da terra, e usando como em profecia de uma mui própria paronomásia, disse, que Olinda seria brevemente escrava de Holanda.

*Caso Que Aconteceu a um Religioso Grave Pregando em uma das Freguesias de Olinda.* – Cumprimento da Sua Profecia. – A estas palavras levantando-se alguns dos principais, que assistiam ao Sermão, o mandaram calar, e o fizeram descer do púlpito com violência, e confusão, sem poder o Pároco atalhar aquela força, posto



que aplicara todos os meios de a obviar; desordem, a que se seguiu brevemente a perda de Pernambuco, e o cumprimento daquelas palavras, tão mal recebidas nos seus ânimos então, como depois lembradas nos seus arrependimentos, e ainda hoje conservadas com lágrimas nas memórias de todos os moradores mais qualificados de Pernambuco.

*Aparece a Armada Holandesa à Vila de Olinda. – Ano de 1630. – Salta em Terra Teodoro de Wandenburg com Quatro mil Homens no Sítio do Pau Amarelo.* – Foi a Armada inimiga prosseguindo a viagem, e apareceu à Cidade de Olinda em quatorze de Fevereiro do ano de mil e seiscentos e trinta; era de setenta velas, contando-se entre elas poderosas naus; conduziam oito mil homens de guerra, que governavam dois Generais Henriques Lonc no mar, e Teodoro Wandenburg na terra. Batendo incessantemente a marinha, fizeram demonstração de desembarque no rio Tapado; mas por entre o furor da bateria, e as sombras do fumo, destacou do corpo da Armada Teodoro de Uvandenburg uma Esquadra de naus, e saltou em terra com quatro mil homens em um Sítio, chamado o Pau Amarelo, três léguas e meia da Cidade de Olinda.

*Marcha Matias de Albuquerque Contra os Inimigos.* – Acudia logo a ela o Governador Matias de Albuquerque do lugar do Recife, onde o poder da Armada Holandesa o tinha levado a defender aquele porto, que supôs era o trânsito, que os inimigos buscavam para saltar em terra, como mostrava a porfia, com que o batiam; até que a notícia o avisou da diversão, com que desembarcaram no referido sítio do Pau Amarelo; e deixando guarneçada a Praça com algumas Ordenanças, e com os moradores, que julgou mais prontos para a defesa das próprias casas, que para os progressos da campanha, marchou a encontrar os inimigos com um troço de exército, que não passava de setecentos homens entre Portugueses, e Gentios, em que havia alguma Cavalaria; e posto que todos bisonhos, era número suficiente (amparado das brenhas, que pelo continente



guarnecem toda a extensão daquela Praia, por onde marchavam formados em quatro batalhões os inimigos) a impedir-lhes o passo; principalmente havendo eles de passar o rio Doce, trânsito, em que nos ficavam de inferior partido.

*Dão os nossos algumas cargas, e retiram-se. – Tomam os Inimigos a Vila.* – Era grande a vantagem, que nos ofereciam a ocasião, e o sítio, a não se esquecerem os moradores do valor português, trocando pelo seu receio a obediência dos seus Capitães, de sorte que passando os contrários quase desordenados o rio, e dando-lhes os Portugueses algumas cargas, em que lhes mataram muita gente, sem prosseguirem a defesa, se retiraram os nossos apoderados de um temor vil, que os fez antepor a vida à honra; e como todo o ânimo que perdiam, iam ganhando os inimigos, lhes foi fácil caminharem para à Cidade de Olinda, onde entraram pela parte mais eminente dela, em que está situado o Colégio dos Religiosos da Companhia de Jesus.

*Ausentam-se os Moradores da Vila de Olinda. – Sacrilégios, e Escândalos, Que Cometem os Holandeses.* – Já na indistinta luz, confusa madrugada do infausto dia dezesseis de Fevereiro, se tinha ausentado a maior parte da gente, que ficara para defender a praça; porque o débil sexo feminino, retirando-se para os matos com copiosas lágrimas, levou após si os esposos, os filhos, e os pais, arrebatados da corrente daquele pranto, ou impelidos do seu amor (que nesta ocasião pareceu mais filho de Vênus, que de Marte), conduzindo todos o mais precioso que possuíam, e puderam carregar; causa, pela qual acharam os inimigos o saco menos rico do que imaginavam, mas falta dos despojos vingaram em sacrilégios, profanando os Templos, e os Altares, brindando pelos Cálices sagrados, e vestindo por ludíbrio as sagradas vestimentas sacerdotais. Com estes escândalos discorriam armados por todas as ruas, com jactância vil de um triunfo, que alcançaram sem vitória, e de uma Praça, que conquistaram sem resistência.



*Portugueses, Que Morreram por Ver Perdida a Pátria.* – Porém não faltaram alguns valorosos Portugueses, que, vendo perdida a Pátria, quiseram sacrificar-lhe as vidas, sem esperança de lhe conseguir a liberdade, usando com ela de uma inútil piedade, e consigo de um valor cego, que serviu mais à desesperação, que ao remédio. Foram as aras destas oblações o adro da Santa Misericórdia, e os muros dos Religiosos de São Francisco; nestes o Capitão André Pereira Themudo, naquele o Capitão Salvador de Azevedo, juntando-se a um, e outro muitos briosíssimos Paisanos de juvenil idade, que em anos verdes souberam dar sazoados frutos do valor.

Investiram com duas grandes mangas de inimigos em desigualíssimo partido, sem outra esperança, ou fim, mais que o de não quererem sobreviver à calamidade comum, e à ruína da República, abrindo com as espadas trânsitos às vidas, e derramando a todas as partes mortes; nas alheias souberam vender caras as próprias, e posto que desta resolução não resultasse outro benefício, que o exemplo do amor da Pátria, pelo qual os levou a fama a viver na imortalidade, são as suas memórias ainda cá no século dignas de toda a duração, que pôde permitir o tempo.

*Vão os Inimigos Sobre o Forte de São Jorge. – Defende-o o Capitão Antônio de Lima.* – Não podiam os Holandeses tomar o Recife, sem ganhar o Forte de São Jorge, que os havia de ofender no passo: mandaram rendê-lo por um grosso batalhão de dois mil Soldados, que marchando cobertos das sombras da noite, lhe puseram escadas, lançando primeiro dentro vários instrumentos de fogo; porém o Capitão Antônio de Lima, que com pouco mais de trinta Soldados, em que se contaram algumas pessoas nobilíssimas, o defendia, de sorte recebeu aos inimigos, que os fez voltar rechaçados, deixando o seu Cabo, e trezentos Soldados mortos, e ficando a campanha semeada de corpos, e de mosquetes.

Admirado o General Holandês Teodoro de Wandenburg de tanta resistência em tão débil corpo, que apenas mostrava

capacidade para cinquenta pessoas, (sem advertir, que aos corpos pequenos faz grandes o valor) ardendo em ira pela perda recebida do estrago feito nos seus Soldados, se resolveu depois de alguns dias a ir em pessoa sitiá-lo com quatro mil Infantes, e boa artilharia. Com este aparato militar saiu de Olinda em uma noite, e chegou ainda nas sombras dela a por-se defronte do dito Forte.

*Apesar da Sua Resistência o Rendem.* – Abriu trincheiras, plantou artilharia, batendo-o incessantemente pelo curso de cinco dias, nos quais se defendeu Antônio de Lima com resolução verdadeiramente heroica, tanto maior, quanto não esperava pela pouca gente com que se achava. Fez aviso a Matias de Albuquerque, pedindo-lhe socorro, mas não lho enviando, e sem colher o Capitão da sua reposta esperanças de o alcançar, capitulou com os inimigos, saírem os Portugueses livres; condição, a que faltaram os Holandeses, querendo obrigá-los a jurar não tomarem armas contra Holanda por tempo de seis meses; o que visto pelos nossos, renovarão o conflito, em que ficaram todos presos.

*Entrega-se o de São Francisco.* – Rendido o Forte de São Jorge, se entregou logo o de São Francisco; e marchou o Exército inimigo a tomar o Recife, que desampararam os seus moradores, tendo-lhes primeiro feito as custosas exéquias de um poderoso incêndio, em que serviram às chamas três milhões em vários gêneros de cabedais, pondo voluntariamente o fogo às suas casas, móveis, e fazendas, para que ficasse menos importante o triunfo aos Holandeses.

Foram tão semelhantes as perdas da Bahia, e de Pernambuco, tão parecidos os infortúnios de Diogo de Mendonça, e de Matias de Albuquerque, que nem das duas Praças se deve formar juízo desigual, nem dos dois Generais fazer conceito diferente; pois nelas não haviam meios para a defesa, proporcionadas à grandeza do perigo, e neles não faltou o cuidado, que pode permitir a brevidade do tempo; e assim, ou se deve em um, e outro absolver o procedimento, ou condenar em ambos a desgraça: porém se em algum

puдера haver culpa, não há dúvida, que se atribuíria a Matias de Albuquerque, porque tendo na defesa de Pernambuco mais ocasiões, em que exercer o valor, se não empenhou em contrastar a fortuna; e esta não deu lugar a Diogo de Mendonça para larga oposição, pois o chegou logo ao preciso termo do rendimento, ou da desesperação.

*Faz o Governador Matias de Albuquerque uma Fortaleza na Campanha Para Se Opor Aos Inimigos.* – Imitaram os moradores de Pernambuco aos da Bahia, assim no receio, com que deixaram a Praça aos inimigos sem a defender, como na resolução, com que se ajuntarão na campanha para se lhes opor. O esforço da Nação, perturbado de repentinos acidentes, pode embaraçar-se por falta de disposições, mas o impulso correu logo para o seu natural efeito, a estímulos do brio, e do valor. Agora se juntavam ao General Matias de Albuquerque para a defesa da Pátria os mesmos que se lhe tinham apartado na invasão dela; e por eleição de todos escolheu um sítio proporcionado a impedir aos Holandeses o trânsito da Província, com progressos por terra, em o qual se fabricou logo uma Força, com algumas peças de artilharia, e suficiente número de gente.

Distava uma légua assim de Olinda, como do Recife (Povoações, de que estavam apoderados os inimigos), para lhes impedir a comunicação de uma a outra pelo istmo de área, que por espaço de uma légua as aparta. Foram os nossos fazendo trincheiras, e redutos, assistidos de gente menos em número, que em valor, todos desejosos de fazer aquelas provas de ânimo, que não tinham obrado, quando os inimigos lhes tomaram as Praças.

*O Arraial Intitulado do Bom Jesus.* – Vendo o General Holandês o estorvo, que lhe fazia a nossa Força do Arraial do Bom Jesus (que este sagrado título lhe deu Matias de Albuquerque), e o dano, que dos outros redutos, e trincheiras recebiam os seus Soldados, matando-lhe muitos dos batalhões, com que saíam a faxinar, colher

fruta, e lenha, ou a passar de uma a outra Povoação, achando menos quinhentos, e tantos Infantes mortos em repetidas ocasiões, e vendo-se quase sitiados em Olinda, e no Recife, por não poderem comunicar-se por terra sem evidente destroço, e perda da sua gente, tendo recebido de novo muita, vários petrechos, e bastimentos em um socorro, que poucos dias antes lhe chegara de Holanda, se resolveu o Wandenburg a mandar contra o nosso Arraial dois mil Holandeses, governados por um dos seus Coronéis de maior suposição.

*Vão Sobre eles os Inimigos. Retiram-se Destroçados, e Mortos.* – Saíram de Olinda, e caminhando de noite, chegaram ao romper da manhã, cuja luz os descobriu às nossas sentinelas, que dando aviso ao Arraial, saíram dele, e de todas as outras trincheiras, e estâncias os nossos Soldados, conduzidos dos seus valorosos Cabos; e investindo pela retaguarda, e por ambos os lados, os fizeram voltar as costas destroçados, e fugitivos, com grande perda de gente, e maior de opinião, deixando com os mortos muitos despojos militares no campo, e sendo seguidos no alcance de alguns alentados Paisanos, com maravilhoso efeito.

*Chega Aviso a Madri da Guerra dos Holandeses em Pernambuco. – Manda El-Rei Socorro em Nove Caravelas.* – Chegou a Madri o aviso da perda de Olinda, e do Recife, do poder com que estavam os Holandeses sobre Pernambuco, e da opposição, que os Portugueses lhe faziam na campanha: mandou logo El-Rei Católico Filipe IV ordem aos Governadores do Reino, enviassem socorros àqueles moradores, para impedirem os progressos dos inimigos. Prepararam-se em Lisboa prontamente nove caravelas, em que vieram quatrocentos infantes, algumas munições, e bastimentos. Saíram umas com interpolação de dias a outras, mas todas chegaram brevemente a Pernambuco; e tomando vários portos daquela Província, por diversos caminhos se foi ajuntar ao nosso Arraial esse socorro.



*Nele Vai Paulo de Parada.* – Trouxe entre os seus Capitães ao famoso português Paulo de Parada, o qual saindo a singular desafio com um dos principais Pernambucanos, ficou menos airoso, do que depois se mostrava em repetidas ocasiões no serviço da Monarquia de Espanha por muitas partes de Europa, ocupando pelo seu valor, e disposição grandíssimos postos, os quais sendo dos maiores da milícia, ficaram ainda inferiores à sua fama, que eternizou o seu nome, para viver por memória na posteridade.

*Vão os Holandeses a Tomar a Ilha de Itamaracá. – Saltam em Terra; Mas são Resistidos Pelos Nossos. – Deixam Levantada na Barra da Ilha uma Fortaleza.* – Foram os Holandeses com dois mil infantes em vinte naus sobre a Ilha de Itamaracá, que dá o nome a toda a sua Capitania (a qual deixamos já descrita no livro segundo desta História). Pelo espaço de mar, que cerca a Ilha para a parte da Vila de Guaiana, tem duas barras; na mais capaz entraram os inimigos, e saltando em terra para ganharem a Ilha, ao lograrem o saco, foram valorosamente resistidos do Capitão-mor Salvador Pinheiro, que, animando aos poucos moradores dela, se lhes opôs com maior resolução, que poder; e não conseguindo os nossos contrários um, nem outro intento, desafogaram a ânsia, que os levava àquela empreza, com levantarem na barra uma Fortaleza, em que deixaram muita artilharia, Soldados, e duas embarcações, voltando as naus desta expedição sem outro efeito para o Recife.

*Pedem os Moradores de Pernambuco uma Armada Real com o Exemplo da Bahia.* – Careciam os Pernambucanos de um socorro mais poderoso, com que pudessem de uma vez arrancar aquela perniciosa planta, que ia já estendendo as raízes, antes que as lançasse mais dilatadas, e mais profundas: suplicavam a Castela por uma Real Armada, que os livrasse daquele jugo Holandês, que tão vizinho, e com tanto poder lhes ameaçava maiores estragos: representavam, que unidas as Armadas Castelhana, e Portuguesa, como na restauração da Bahia, poderiam lograr o mesmo triunfo,



expulsando aos inimigos com o próprio sucesso. Porém na Corte de Madri se resolveu que a guerra de Pernambuco se fizesse lenta, sem se ponderar o dano, que recebiam aqueles Vassallos na dilação (débeis já as suas forças pelas contínuas pelejas, que em número tão inferior aos inimigos tinham com eles incessantemente) sendo-lhes quase impossível podê-los resistir em tempo mais continuado.

*Conseguem um Moderado Socorro Com o Conde de Banholo, Conduzido Primeiro à Bahia Por D. Antônio de Oquendo.* – Ouviam o rei, e os Ministros as vozes, mas não diferiam às súplicas: porque estava destinada aquela nobilíssima Província mais duração de calamidade para mais castigo, ou para maior glória dos Pernambucanos. Respondiam os Ministros de Castela que para tão grande expedição estava exausta de cabedais, e gente Espanha; necessitadas naquela ocasião às suas costas de serem assistidas das suas Armadas: e só lhes mandaram o socorro, que o tempo lhes permitia, ordenando, que D. Antônio de Oquendo, que ia comboiar os Galeões para as Índias de Espanha, chegasse à Bahia a informar-se do estado da guerra de Pernambuco, para dispor a forma, em que se haviam de encaminhar os socorros que trazia para aquela capitania, e para a da Paraíba.

Constavam ambos de mil infantes entre Portugueses, Espanhóis e Italianos; estes, e os Espanhóis governados por João Vicêncio de São Félix, Conde de Banholo. Partiu D. Antônio de Oquendo de Lisboa, e chegou com viagem breve à Bahia, que ainda governava Diogo Luiz de Oliveira, com quem consultou (segundo os avisos, que tinha do estado, em que se achava Pernambuco) o meio de introduzir os socorros nas referidas Praças.

*Ano de 1631. – Contínuos socorros, que de Holanda vinham aos inimigos. Adrião Patry General do mar. – Chega a Pernambuco e sai do Recife a esperar a nossa Armada na Altura da Bahia.* – Não cessava a Companhia Ocidental de Holanda em fazer para a conquista de



Pernambuco novas despesas, segurando na repetição de umas os interesses de todas. Tinha enviado no princípio deste ano de mil e seiscentos e trinta e um algumas naus, que no Recife desembarcaram dois mil infantas, e muitos bastimentos; e logo tendo notícia, que D. Antônio de Oquendo levava à Bahia o que se havia de enviar a Pernambuco, mandaram outra Armada, em que veio por General do mar Adrião Patry, a cujo nome tinha já granjeado atenções a fama das suas vitórias. Com a mesma presteza com que chegou, dispôs vir à altura da Bahia esperar, que saísse a nossa Armada, para se bater com ela, reforçando a sua com as melhores naus, e a mais escolhida gente, que tinham os Holandeses no Recife; como devia eleger, saindo contra um tão grande Capitão, que ainda quando o não pudesse vencer, lhe bastava a glória de o intentar.

*Qualidades de D. Antônio de Oquendo. – Sai da Bahia com as naus de guerra, e de carga. –* Era D. Antônio de Oquendo grandíssimo Soldado, o mais perito, e valoroso Cabo, que em muitos séculos teve a milícia naval de Espanha; contava os triunfos pelos conflitos, mostrando-se até aquele tempo tão esforçado, como venturoso. Tinha feito alguma precisa demora na Bahia pela causa, que deixamos referida, e saiu dela, conduzindo sessenta embarcações, em que se contavam as vinte da sua Armada, vinte e oito, que iam para Portugal carregadas de açúcar e dos outros gêneros deste País, e doze caravelas, que levavam os socorros para a Paraíba, e Pernambuco com o Conde de Banholo, e Duarte de Albuquerque Coelho, que viera naquela Armada para passar a Capitania, de que era Donatário, a concorrer com a pessoa, e com o poder para a sua restauração, ou ser companheiro da sua desgraça, posto que levasse a Pernambuco mais ostentações, que utilidades.

*Pelejam as duas Armadas. –* Dez dias depois de levar as âncoras do porto da Bahia a nossa Armada, foi vista da inimiga, e descobrindo-se ambas, se dispuseram à peleja, concorrendo o mar, e

o vento com todas as disposições para o combate, e servindo ao estrago, e ao triunfo de uma, e outra Nação. Rara vez concedeu o Oceano as suas cristalinas campanhas, para palanque de mais horrendo singular desafio entre duas naus, e dois Generais; porque avançando-se as duas contrárias Capitánias, (com tal brevidade, que a artilharia delas não teve tempo para mais operação, que a de uma carga) atracadas pelejavam, como em campo raso, peito a peito, e braço a braço.

*Dura muitas horas o conflito. Vence a nossa Armada a Armada inimiga.* – Acesos no fogo da mosquetaria os troncos dos mastros, abrasadas as velas, e as enxárcias, era tudo horror, e tudo incêndio. A fortuna, que havia sido parcial de ambos os Capitães em diversos conflitos, esteve neste sete horas indiferente, sem resolver a qual deles se havia de inclinar; até que acendendo-se na cobertura da Capitania inimiga um fogo inextinguível, que a ia consumindo, tratou a nossa de se desatracar; o que não conseguira, se uma das nossas naus não dera um cabo, com que se pode apartar do incêndio ateadado na Capitania Holandesa; de donde muitos inimigos fugindo ao fogo, salvaram na nossa as vidas a dispêndio das liberdades, como alguns dos nossos Soldados fizeram também nas naus inimigas.

*Desespera de salvar-se o General Holandês, e se lança ao mar.* – O General Adrião Patry, que certo do seu inevitável perigo já se contentava com que a ruína da Capitania Holandesa acompanhasse a Espanhola, vendo agora, que desatracara, e que a sua ficara para perecer do incêndio, não procurando salvar-se da nossa, por não servir ao triunfo do nosso General, quis ser singular na eleição da morte, acabando a vida a seu próprio voluntário impulso, antes que chegasse a perdê-la ao rigor das chamas, de que não podia livrar-se, fazendo vaidade de ter escolha na última desgraça, se lançou ao mar armado, e envolto no Estandarte da sua República, a qual pudera levantar Estátuas à sua posteridade, posto que este

seu famoso Capitão, querendo poupar os mausoléus, escondesse no profundo do Oceano o seu cadáver.

*Reparadas as naus da nossa Armada, prosseguem as suas viagens. – As caravelas do socorro chegam a Pernambuco, e desembarcam na Barra Grande.* – Nas outras naus de ambas as Armadas houve iguais destroços; a Almirante contrária, rendendo a um dos nossos Galeões, a meteu a pique a nossa Almirante; os nossos navios fizeram o mesmo a três dos seus; e finalmente destroçados uns, e outros, se retiraram os inimigos. A nossa Armada se reparou dos danos em três dias; e passados, navegou a Castelhana para as Índias, as naus de carga para Portugal, e as caravelas do socorro para Pernambuco, onde desembarcaram em um porto, chamado a Barra Grande; e caminhando trinta léguas por fragosos trânsitos de terra, chegou o socorro ao nosso Arraial do Bom Jesus, com grande contentamento do nosso Exército.

*Põem os inimigos fogo à Vila de Olinda.* – Tornando para o Recife as naus da Armada inimiga com a notícia da perda do seu General, quiseram os do Conselho vingar-lhe a morte com algum golpe, que nos fizesse mais sensível impressão. Desampararam a Cidade de Olinda, porque tendo dividido entre ela, e o Recife o seu poder, e não conseguindo dar-se as mãos sem perda de gente, julgaram aquela Praça de maior prejuízo, que utilidade às suas empresas; e pondo-lhe o fogo, foi mais poderoso o incêndio para o consumir, que as lágrimas dos Paisanos, e Católicos para o apagar. Arderam os Sagrados Simulacros, e as Aras naquele fogo, que se não acendia em sacrifícios, mas em sacrilégios.

*Vão sobre a Paraíba. – Tomam a Fortaleza, e depois são expulsos dela.* – Enviaram os inimigos três mil homens em trinta naus, a ganhar a Capitania da Paraíba, cujo comércio, e Fortaleza eram mui conducentes aos interesses dos seus cabedais, e ao progresso das suas conquistas. Governava aquela Província Antônio de Albuquerque, e valorosamente a defendeu; mas carregando os



inimigos para a dita Fortaleza, uma légua distante da Cidade, saiu dela, e com muito inferior número de gente lhe fez muito dano em um porfiado combate; porém não pôde impedir-lhes o ganharem por então a Fortaleza, que depois de alguns meses de sítio com os socorros, que do nosso Arraial mandara Matias de Albuquerque, os obrigamos a largá-la, e a retirarem-se.

*Vão sobre o Rio Grande, e não os deixam entrar naquela Capitania. – O mesmo sucede em Itamaracá, e no Cabo de Santo Agostinho.* – Recolhidos ao Recife, saiu outra Esquadra das suas naus sobre a Capitania do Rio Grande, que governava Ciprião Pita Portocarreiro; mas achando-o prevenido com o socorro, que lhe fora da Paraíba, não só defendeu a Praça, mas impediu os inimigos o ingresso na campanha; porque mandando rebanhar algum gado, o não levaram, defendido pela nossa gente. Tornando ao Recife os Holandeses, foram de novo à Ilha de Itamaracá, e tiveram o próprio sucesso. Intentaram interprender o Cabo de Santo Agostinho, a cujo porto (não inferior, antes melhor, que o do Recife) iam já acudindo com o nosso comércio as nossas embarcações. Governava os dois Redutos, que o Conde de Banholo ali tinha levantado, Bento Maciel Parente, o qual com a gente, com que se achava, e com outra, que logo do nosso Arraial se lhe enviara, resistia, e rechaçou aos inimigos, os quais imaginando ser maior o socorro, que nos chegara, se retiraram confusa, e apressadamente.

*Saem com grande poder contra o nosso Arraial, e são rechaçados, e mortos, sendo um deles o seu General.* – De novo determinaram assaltar com grande poder ao nosso Arraial; resolução, que executaram Quinta-Feira Santa, dia em que eles sabiam, que os Portugueses estavam ocupado nas Sagradas Cerimônias da nossa Igreja Católica. Mas acudiu Deus a castigar o sacrilégio, que naquela celebridade cometiam contra a nossa Religião; porque dando-nos geral assalto os inimigos, foram desbaratados pelos nossos Capitães, e soldados, que no combate, e no alcance lhes mataram, e feriram muitos



infantes, ficando na campanha morto o seu General Lourenço de Rimbach, sucessor no posto de Theodoro de Wandemburg, que pouco antes tinha partido para Holanda.

*Poder com que se achavam os inimigos pelos socorros grandes, que de Holanda lhes iam. – Debilidade em que se viam os Portugueses, faltos de gente, e mantimentos. –* Porém crescendo continuamente no Recife aos inimigos os socorros de Holanda, e achando-se com sete mil homens de guerra, quando os Portugueses apenas contavam mil e duzentos, divididos por tão diferentes estâncias, acudindo a tão distantes partes, debilitados de tantas, e tão contínuas marchas, e pelejas; abundantes os contrários dos muitos bastimentos, e víveres, que de Europa lhes conduziam as suas naus, faltos os nossos até do preciso alimento para sustentar as vidas (porque os lavradores com a vizinhança do perigo, deixavam a cultura dos campos), chegava a excessivo preço algum gênero comestível, que se descobria, sendo ainda mais caro em aparecer, que em se reputar.

*Manda o nosso General fazer um pedido pelos moradores de Pernambuco. – Encarrega esta ordem a Sebastião da Rocha Pita. – Ano de 1632. – Zelo com que a executa. –* Por esta causa experimentava uma geral necessidade toda a nossa gente; e por acudir a tanta opressão, resolveu o General Matias de Albuquerque fazer um pedido por todos os moradores mais ricos de Pernambuco, arbitrando a quantia de quarenta mil-réis por cada um, ou a irem residir no Arraial os que não quisessem contribuir com esta imposição; meio, que se julgou necessário para reparar em parte o mal, que se padecia. Encarregou esta ordem a Sebastião da Rocha Pita, avô do Autor, que no Arraial assistia com muita gente à sua custa, por ser uma das primeiras, e mais poderosas pessoas de Pernambuco, que no serviço do rei, e da Pátria juntava ao merecimento do valor a despesa ao cabedal. Na ordem, que lhe deu por escrito, a qual ainda hoje se conserva, e contém termos, e palavras mais decorosas das que costumam os Generais usar com os



Vassallos, lhe concedeu poderes sobre todos os Capitães-mores, e Justiças daqueles distritos, dando-lhe também faculdade para a delegar nas pessoas, que elegeisse por aquelas partes, a que a sua não pudesse ir. Do zelo, e cuidado, com que Sebastião da Rocha Pita a soube executar, resultou grande utilidade ao nosso Arraial, porque foram muitos moradores assistir em o nosso Exército; e os que se acharam impossibilitados para o fazer, contribuíram com a imposição dos quarenta mil-réis, que deram, uns em dinheiro, outros em gado; com cujo socorro pode respirar, e sustentar-se algum tempo a nossa gente.

*Ano de 1633.* – Estão decretados vinte e quatro anos de misérias na sujeição dos Holandeses aos Pernambucanos, e a verem reduzidos a ruínas os faustos, e cabedais, com que serviram à vaidade, tão esquecidos da virtude, que ainda nos que pareciam mais ajustados na vida, lhes era inseparável culpa a soberba; sendo agora castigados da altíssima Providência, que dispôs serem tratados como escravos, os que tanta jactância faziam de ser Senhores. Por esta causa permitiu, que não chegassem no termo do referido tempo a ter socorros do seu Monarca, equivalentes a libertá-los do jugo estranho, e que até dos poucos, que lhes enviara, lhes chegasse a menor parte; como neste ano de mil e seiscentos e trinta e três aconteceu aos que conduziam Francisco de Soutomaior, e Francisco de Vasconcelos da Cunha, de cujos navios, Soldados, e bastimentos foram raros os que chegaram a juntar-se ao nosso exército, represados, e rotos os mais pelos inimigos; e pela mesma superior causa era já inútil a nossa constância.

Exercia o posto de General dos Holandeses Sigismundo Wandescop, que sucedera nele a Lourenço de Rimbach, morto na campanha pelo nosso ferro, como temos mostrado. Era Sigismundo mais resoluto, ou mais venturoso, que o seu antecessor; e não perdendo tempo de mostrar a sua ousadia, e tentar a sua fortuna, dispunha contínuas expedições, encaminhadas a



várias partes; e como por disposição Divina estavam determinados os castigos de Pernambuco, de que eram segundas causas, e instrumentos os Holandeses, não podia fazer o valor português resistência igual a uma empresa, em que não só parecia difícil, mas quase impossível a oposição.

Foram ganhando os inimigos muitas Praças: tornaram a Capitania de Itamaracá; largamos-lhes a Vila de Igaracu; tornando à Província do Rio Grande, a ganharam, e com o mesmo curso de vitórias senhorearam a Povoação do Pontal no Cabo de Santo Agostinho, e a Província da Paraíba; posto que em todas estas partes lhes pleiteou a posse a nossa constância, mais que o nosso poder, cuja debilidade cedeu à fortuna do vencedor; a quem não ajudou pouco a Rebelião dos Gentios daqueles distritos, que tomaram a sua voz, exceto os poucos fiéis, que até a última desgraça seguiram as nossas armas.

*Ano de 1634.* – A um mesmo tempo desenharam os inimigos duas empresas, dividido o seu poder em duas partes, uma foi sobre o nosso Arraial do Bom Jesus, e outra sobre a Fortaleza de Nazaré no Cabo de Santo Agostinho. Pouco antes desta sua resolução, tinha Matias de Albuquerque com o Conde de Banholo passado a Vila Formosa de Serinhaém, por lhes parecer sítio mais proporcionado, que o do Arraial, para remeterem os socorros, onde os pedisse a necessidade. Mandou os que pôde ao Arraial, e à Fortaleza de Nazaré, cujos defensores, depois de terem feito no curso de muitos meses insignes atos de valor, incríveis provas de constância, e padecido as maiores necessidades, faltando-lhes a esperança de outros socorros, por terem já os inimigos tomado a todos o passo, se lhes renderam com honradíssimas condições.

*Passa o Conde de Banholo a segurar Porto Calvo, e logo o desampara, e se passa para as Alagoas, onde se lhes foi juntar Matias de Albuquerque.* – Ordenou logo Matias de Albuquerque ao Conde de Banholo passasse a Porto Calvo, para segurar aquela Povoação, aonde se



havam de encaminhar os inimigos. Chegou àquela Vila o conde, mas apenas desembarcaram nela os Holandeses, a desamparou, passando à Povoação das Alagoas, onde se lhe foi juntar Matias de Albuquerque com as relíquias do nosso Exército, por seguir-lhe os passos, ou por entender, que na impossibilidade de resistir aos inimigos, não tinha em toda a Província de Pernambuco outro lugar, em que se fortalecer.

*Juízo das ações do Conde de Banholo.* – Era a vontade do General Matias de Albuquerque inseparável da do Conde de Banholo, e parecia não ter operação própria, sendo as do Conde o objeto das queixas, e murmurações comuns, já lhe achavam faltas de valor, já lhe arguiam inteligências com os inimigos; e nestas imposturas padecia o seu crédito, com a opinião de desleal, ainda maior infâmia, que a de covarde; e verdadeiramente as suas ações deram matéria para estes discursos, pois não correspondeu em Pernambuco à fama do seu talento, nem à confiança, que se fez da sua pessoa para a defesa daquelas Províncias.

Em todas as ocasiões mais dispunha as retiradas, que os combates: seguido dos inimigos até a Província de Sergipe, nunca lhes mostrou a cara. As palmas, que não soube merecer em Pernambuco, vinha alcançar na Bahia, onde inopinadamente (como em seu lugar diremos) defendeu a Praça do sítio, que lhe pôs o Conde de Nassau; e nesta ocasião restaurou a reputação, que em tantas havia perdido: se foi fortuna, teve votos de esforço, e de prática militar, alcançando d'El-Rei Católico, por este serviço, prêmios avantajados aos seus merecimentos.

*Ano de 1635.* – *Chega o Nosso Socorro com o Mestre de Campo General D. Luiz de Roxas e Borja.* – Chegou neste ano de mil e seiscentos e trinta e cinco o nosso suspirado socorro, mas tão desigual à esperança, e necessidade de Pernambuco, que fez mais lastimosa a sua ruína, Quando o cautério não é poderoso a curar a chaga, só serve de agravar a ferida. Veio junto em duas Esquadras; uma

Castelhana, governada por D. Lope de Hozes, outra Portuguesa, por D. Rodrigo Lobo. Avistaram ambas o Recife, e podendo ganhar aquela Praça de armas dos inimigos, e tirar-lhes o único porto das suas Armadas, que não podiam agora resistir à nossa, por não se achar com gente, dispersos, e divididos os Holandeses por tantos Presídios, quantas eram já as conquistas, que tinham feito.

Sendo aconselhado D. Lope a esta empresa, a não quis intentar, desculpendo-se com a pressa, que o trazia a pôr na Bahia a Pedro da Silva (que vinha suceder a Diogo Luiz de Oliveira) e voltar para as Índias de Espanha. Sem outra operação entraram as nossas naus na barra das Alagoas, onde lançaram o socorro, e a D. Luiz de Roxas e Borja, que ia suceder a Matias de Albuquerque com o título de Mestre de Campo General de Marquês de Valada, o qual ficara prevenindo maior poder em Espanha, mas não chegou a passar ao Brasil.

*Toma Posse do Governo da Bahia o General Pedro da Silva.* – Deixando nas Alagoas o socorro, seguiu a nossa Armada a viagem da Bahia, de cujo Governo tomou posse o Capitão Geral Pedro da Silva. E prontas as naus das duas Esquadras, partiu D. Lope de Hozes a comboiar a Frota das Índias à Espanha, e D. Rodrigo Lobo se demorou alguns dias, para conduzir a da Bahia a Portugal. Saiu D. Lope, e a pouco tempo de navegação pelejou com oito naus Holandesas, sem perda considerável de uma, nem de outra parte; posto que lhe foi preciso, por reparar os navios da sua Esquadra, tornar à Bahia, de onde brevemente saíram ambas, tomando cada uma a derrota do seu Regimento.

*Embarca-se Diogo Luiz de Oliveira para Portugal.* – Em a nossa se embarcou Diogo Luiz de Oliveira, tendo procedido no Brasil com o valor, e acerto, que sempre mostrara em outras partes da Monarquia em serviço d'El-Rei, que agora lhe decretara a empresa de expulsar os Holandeses de Curaçao nas Índias Ocidentais; porque na grandeza dos Monarcas uns serviços são habilitações



para outros, e na constância dos Heróis ficam sendo uns perigos prêmio de outros perigos. Nesta mesma ocasião passou o General Matias de Albuquerque; e chegado a Portugal, passou a Madri, de donde foi remetido preso para o Castelo de Lisboa.

*Vai o Mestre de Campo General a Porto Calvo. – Retira-se Sigismundo para o Recife.* – Não descansava D. Luiz de Roxas e Borja, novo Governador das nossas armas, no cuidado de as empregar com golpes, que vingassem os nossos estragos, e aumentasse a sua glória. Sabendo, que Sigismundo Wandescop estava em Porto Calvo, determinou ir ganhar aquela Vila; e deixando ao Conde de Banholo na das Alagoas, mandou diante a Manuel Dias de Andrade (um dos seus Tenentes) com parte da Infantaria, seguindo-o com o resto do Exército. Teve o General Holandês antecipada notícia, e desamparando a Vila, se pôs em Salvo no Recife com seiscentos infantes. Entraram em Porto Calvo os Portugueses que foram diante, e logo o Mestre de Campo General com toda a Infantaria, aplicando-se ao reparo das ruínas, que os inimigos tinham feito assim na Igreja Matriz, como nas casas particulares, suntuosos aposentos de nobilíssimas Famílias, que desde a fundação da Província de Pernambuco tinham feito assento naquele distrito.

*O Coronel Cristóvão Arquichofe vai em Socorro de Sigismundo a Porto Calvo. – Tem com ele um Choque. – Dom Luiz de Roxas. – Determinam os Nossos Cabos, que se Mande vir a Infantaria do Porto Calvo.* – Tendo notícia o Coronel Cristóvão Arquichofe que D. Luiz de Roxas fora a Porto Calvo contra Sigismundo, e ignorando, que este se houvesse já ausentado, o foi socorrer com mil e quinhentos homens, tirados das Fortificações da Peripoeira, que governava; de cujo movimento informado D. Luiz, saiu a encontrá-lo com inferior número de gente, sem consultar aos Cabos, nem ter experiência do terreno. Teve com os inimigos um choque, que suspendeu à noite, ficando de uma, e outra parte mui os mortos, e feridos, e



em maior número na dos contrários; mas passando as horas do sono em considerações o nosso Mestre de Campo General, e os nossos Cabos, culpando estes o muito, que aquele se empenhara, e ponderando o perigo, em que estavam com tão pouca gente, se determinou mandar vir do Porto Calvo, a que deixara naquela Povoação; estando o nosso Exército em um posto eminente, onde seguro de ser acometido, a podia esperar.

*Sem Embargo Desta Resolução os Acomete D. Luiz Com Desigual Poder. – Perde a Batalha, e a Vida. – Ano de 1636. – Juízo Sobre o seu Talento. –* Porém não pode o ânimo de D. Luiz de Roxas restringir-se aos termos da prudência; porque descobrindo de manhã aos inimigos, impellido do natural furor, contra o que na noite antes se tinha determinado, os mandou avançar; e travando-se a peleja, depois de se pleitear por muitas horas entre ambas as partes a vitória, perdemos a batalha, e o nosso Mestre de Campo General a vida, mais inútil, que gloriosamente. Este fim teve D. Luiz de Roxas e Borja, cuja fama tinha já dado não pequeno brado, e cujo talento, benemérito de melhor fortuna, prometia maiores esperanças. O seu valor testemunharam as campanhas de Flandes, e das Índias; às suas veias deram o sangue as esclarecidas Casas de Lerma, e Gandia. É a sua memória credora de atenções; posto que não pode acontecer a um Capitão maior desgraça, que ficar sendo exemplar de lástimas.

*Retiram-se os Holandeses para as Suas Fortificações da Peripoeira. – Vem Nomeado por seu Sucessor o Conde de Banholo. – Encarrega-se do Governo com Geral Sentimento dos Portugueses. –* Os Holandeses, ainda que vencedores, ficaram tão cortados do nosso ferro, que não ousaram em seguimento da vitória marchar para Porto Calvo; mas cheios de pavor, e espanto, deixando no campo muitos mortos, e levando inumeráveis feridos, se retiraram com o seu Coronel para sua Fortificação da Peripoeira, de donde tinham saído. Abertas as vias da sucessão, que trouxera o Mestre Campo General D. Luiz

de Roxas e Borja, se achou nomeado para lhe suceder no cargo o Mestre de Campo João Ortiz, Espanhol, que fora morto algum tempo antes pelos inimigos nas Alagoas; e no último lugar o Conde de Banholo, com geral sentimento dos Portugueses.

Por esta causa persuadiam no Porto Calvo ao Tenente-General Manuel Dias de Andrade, se encarregasse do Governo; e nas Alagoas rogavam o mesmo a Duarte de Albuquerque, que como Senhor de Pernambuco, ficara pela ausência de seu irmão Matias de Albuquerque com o governo político, por ordem d'El-Rei naquela Província. Porém cada um destes Capitães agradecendo o rogo, e estranhando o conselho, se conformaram em o desprezar, atentos à obediência da nomeação Real, cuja disposição só deviam seguir.

*Passa a Porto Calvo. – Ano de 1637. – Chega de Holanda ao Recife João Maurício, Conde de Nassau, e vai Contra o de Banholo a Porto Calvo.* – Com o novo título, e poder o Conde de Banholo, juntando as relíquias do nosso Exército, se dispunha a ficar nas Alagoas; mas persuadido a ir ao Porto Calvo segurar no nosso domínio aquela Vila mais vizinha à campanha, que dominávamos inimigos, passou a ela, onde residiu, enquanto eles o não inquietaram; porém chegando ao Recife, no princípio do ano de mil e seiscentos e trinta e sete, João Maurício, Conde de Nassau, com o supremo Governo das armas de Holanda no Brasil, e informado, que o Conde de Banholo existia no Porto Calvo, marchou a ganhar aquela Povoação.

*Faz o Banholo Conselho, e Dispõem Contra o Parecer de Todos os Cabos.* – *Manda o Seu Fato Para as Alagoas.* – Fez conselho o Banholo, e votando todos os Cabos, que os nossos Soldados práticos no País (em que os inimigos eram bisonhos) os esperassem entre os matos, para lhes cortarem os passos, principalmente em um espaço de cinco léguas de caminho alagadiço, que precisamente haviam de passar, sendo fácil aos Portugueses desbaratá-los nele,

e impedir-lhes o trânsito com tanta mais perda sua, que nossa, quanto era maior o seu poder, ao qual não podíamos opor-nos em campanha rasa; não se acomodando o Banholo a este parecer, guarneceu a Fortaleza, e dividiu alguma Infantaria por vários postos; onde sendo tão pouca, era certa a perdição, e quase impossível a defesa; e ele se pôs em um Reduto, que por mais distante, lhe pareceu mais seguro, de donde enviou todo o seu fato para as Alagoas, ação com que mostrara a fuga, que dispunha.

*E Logo se Ausenta para Elas. – Defende-se a Fortaleza Muitos Dias, e Faltando-lhe Socorro, se Entrega. –* Defenderam-se na Povoação os Portugueses sem mais esperança, que a de venderem caras as vidas; e quando aguardavam algum socorro, ou ordem do Conde de Banholo, souberam, que se tinha ausentado para as Alagoas, levando quase por força a Duarte de Albuquerque, e ao Tenente-General Manuel Dias de Andrade, a fim de que o segurassem de algum tumulto da Infantaria, a qual ordenou que o seguisse, deixando desamparados os Cabos, e Soldados, que ocupara nos postos da Vila, e na defesa da Fortaleza. Retiraram-se os que puderam, não podendo obrar mais; e a Fortaleza se defendeu ainda muitos dias.

*Vai o Conde de Nassau às Alagoas em seguimento do de Banholo, e na mesma diligência ao rio de São Francisco. – Envia atrás dele Sigismundo a Sergipe. –* Por não terem esperança do socorro, capitularam a entrega com decorosas condições, que pontualmente lhe foram guardadas pelo Conde de Nassau, o qual marchou para as Alagoas em seguimento do de Banholo, que apostado a fugir-lhe, se passou para o rio de São Francisco, onde pudera mostrar-lhe o rosto, fazendo-se forte com a Infantaria, Cabos, e moradores, que levava retirados, por ser sumamente defensável aquele distrito; mas seguido do Nassau, se passou com a mesma velocidade para a Cidade de São Cristóvão de Sergipe, onde sendo mandado desalojar por Sigismundo, o não quis esperar o



Banholo, apesar da muita gente que levava, e com ela se pôs em Salvo na Bahia.

*Ideias do Conde João Maurício de Nassau.* – O Conde de Nassau acabando em breve tempo uma Fortaleza, que levantou na barra da Vila Penedo (último limite da Província de Pernambuco para a parte do Sul), voltou para o Recife, delineando novos progressos. Parecia-lhe, que a grandeza do seu nome, e da sua fama não bastava conservar, e defender aquelas conquistas, se com maiores empresas as não adiantava. Eram os seus pensamentos tão altos, como a sua Família de grande hierarquia em Alemanha, onde fora Imperador seu Ascendente Adolfo, Conde de Nassau. Só com a opulência da Bahia se podiam ajustar as medidas do seu ânimo, tão ambicioso da glória de a conquistar, que apressando o tempo à execução, e aplicando os meios, e instrumentos para tão grande empresa, saiu do Recife com quarenta naus, e oito mil homens de mar e guerra.

*Saiu do Recife, entrou pela barra da Bahia em 14 de Abril.* – Ano de 1638. – Trazia nelas os melhores Cabos, e a Infantaria mais escolhida, que tinha a Companhia de Holanda nas Praças, que nos tomaram; e de todas escolheu a milícia, de que fizera a maior confiança, para este empenho de tão relevantes consequências à sua fama, aos interesses da Companhia, e dos Estados. Aos quatorze de Abril do ano de mil e seiscentos e trinta e oito apareceu a sua Armada, e entrando pela barra da Bahia, penetrou toda sua enseada, fazendo vistoso alarde de bandeiras, flâmulas, e instrumentos bélicos, que causaram um formoso horror nos ânimos de todas as pessoas, que se achavam na Cidade.

*Discursos, e preparações para a defesa.* – *Competência do Conde de Banholo sobre jurisdições do posto.* – Diversos efeitos, e discursos obrou nelas esta inopinada guerra; mas todos conformes, e ordenados à segurança da Praça, para cuja defesa concorreu muito acharem-se na Bahia os Cabos, milícias, e moradores retirados



das Capitanias de Pernambuco, que nesta ocasião vieram a ser o maior obstáculo ao Conde de Nassau, e então conheceu o erro, que cometera em as fazer retirar para esta Praça ao mesmo tempo, que se dispunha a conquistá-la; pois assistida de milícias, e gente tão valorosa, que em tão várias partes com tanta constância, esforço, e prática militar lhe pleitearam a posse das suas conquistas, lhe fazia esta quase impossível; causa, de que resultava muita confiança aos moradores, e só receavam as tibiezas do Conde de Banholo, agora disfarça das com o pretexto da independência do seu cargo ao Governador Geral Pedro da Silva, por se achar com o mesmo poder de Matias de Albuquerque, e de D. Luiz de Roxas, nas matérias da guerra, isentos da jurisdição do Capitão Geral do Estado.

*Entrega-lhe o Governador Pedro da Silva o governo da guerra, e da Praça.* – Porém o General Pedro da Silva, conhecendo, que de menores acidentes resulta a perdição dos desenhos, e que por competências de jurisdições se perdem os Exércitos, cedendo em serviço do Rei, e da Pátria o seu natural capricho, e hereditário valor, herdado dos seus gloriosos Progenitores (ilustríssimos em Portugal pelo curso de muitos séculos), e não querendo ainda em prejuízo próprio pôr em contingências, e embaraços a causa pública, cedeu ao Banholo o governo da guerra, e da Praça, e como um particular Soldado se dispôs à defesa dela.

*Por esta ação lhe dá El-Rei o título de Conde de São Lourenço, que não aceita.* – Esta ação, em que a fineza da lealdade venceu em Pedro da Silva o vigor do esforço, (conhecido em muitas ocasiões) foi nesta entre os militares, e políticos avaliada com diferente primor, do com que fora feita; porque sempre na catástrofe dos juizes humanos prevalece a vaidade própria à utilidade comum, e à conservação da Monarquia. Porém como os Príncipes têm por obrigação distinguir nos Vassallos os vícios, e as virtudes; por esta o fez El-Rei Católico Conde de São Lourenço; mas subindo a



maiores quilates o brio de Pedro da Silva, não quis aceitar a mercê, mostrando nesta independência mais acrisolada a sua fidelidade: depois houve efeito em seu genro Martim Afonso de Melo, casado com D. Madalena da Silva, sua filha, em cuja excelentíssima Casa permanece.

*Desembarca o Conde de Nassau, e caminha para a Cidade, tomando alguns Fortes. – Aquartela-se meia légua da Cidade. – Dispõe o Conde de Banholo a defesa com grande valor, e prática militar. –* Desembarcou o Conde de Nassau na praia de Tapagipe, mais de uma légua da Cidade; dispendo a forma de acometê-la, tomou o Forte de Monserrate, e o de São Bartolomeu, que por não se entender, que desembarcasse naquela parte, os não tínhamos guarnecidos. Aquartelou-se no outeiro chamado do Padre Ribeiro (Sacerdote do hábito de São Pedro, que dera o apelido àquela eminência, e a uma das melhores fontes da Bahia, por haver tido uma Quinta naquele sítio fronteiro à Cidade, em distância de quase meia légua). Porém o Conde de Banholo, que com a superioridade vestira o poder, e a pele de leão, deixando a de ovelha, tinha disposto a defesa com grandíssimo valor, e prática militar, tanto mais admirável, quanto nele menos esperada. Havia mandado vários troços com os mais esforçados Capitães a hostilizar aos inimigos em diversos postos do caminho; o que obraram com grande ânimo, e fortuna, matando-lhe mais de seiscentos homens, antes de chegarem à referida eminência do Padre Ribeiro.

*Fortifica-se com a Infantaria na trincheira, junto à Igreja de Santo Antônio. –* Marchou o Banholo com a maior parte da Infantaria. Duarte de Albuquerque, e o Governador Pedro da Silva, que de todas as suas ordens era o executor mais intrépido, e diligente. Aquartelou-se junto à Igreja de Santo Antônio (hoje Freguesia) em uma trincheira, que naquele lugar mandara levantar o Governador e Capitão Geral Diogo Luiz de Oliveira; cujas ruínas reparou agora o Conde de Banholo com tal brevidade que se



achava já mais capaz de defesa. Era o sítio mais fronteiro, e vizinho aos inimigos, e nele se obraram todas as facções, e combates desta guerra, fazendo-se de uma, e outra parte, os maiores atos de valor: os inimigos, por conseguirem por aquela parte o trânsito para a Cidade; e nós pelo defender.

*Vários conflitos. – Pede o Nassau suspensão de armas.* – Durou muitos dias a porfia: repetiram-se incessantemente os combates; e ao mesmo tempo da Armada inimiga choviam grossas balas de artilharia na Cidade, com maior estrondo, que efeito, sendo nela o susto igual ao perigo, por verem a desesperação, com que o Conde de Nassau expunha os seus Soldados, e Capitães a morrerem, ou a conseguirem a empresa, vindo com os nossos às mãos todos os dias em conflitos, que pareciam campais batalhas. Mas desesperando da conquista, pedia suspensão de armas por num dia, para sepultar os mortos, a qual lhe foi concedida.

*Com falta de muita gente, entre mortos, e feridos, levanta o cerco, e volta para o Recife.* – Via menos os seus melhores Cabos, e dois mil infantas, além de outro grande número de feridos, na porfia de ganhar aquele passo; e não se achando com poder, nem bastimentos para continuar mais tempo a guerra, furtivamente se embarcou com o resto do seu exército, deixando muitas peças de campanha, outras armas, e alguns víveres, que logo recolheram os nossos Soldados. E detendo-se ainda a sua Armada na enseada da Bahia, desafogou a sua pena pelas bocas de fogo da sua artilharia, com que bateu dois dias a Cidade, parecendo salvas da nossa vitória, mais que lástimas da sua queixa; e com esta inútil demonstração voltaram para o Recife. Da nossa parte morreram muitos Cabos, Oficiais, e Soldados, cuja faltas nos fizeram mais caro o triunfo.

*Resolve-se El-Rei de Espanha a mandar uma poderosa armada.* – Deram em Castela maiores brados os interesses da Monarquia, que os clamores do Brasil, resolvendo-se agora El-Rei Católico a atender ao que com melhor sucesso pudera ter cuidado antes;



e determinou enviar uma Armada tão poderosa que pudesse prometer, e segurar a restauração de Pernambuco, elegendo por General a D. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, que vinha por Governador, e Capitão Geral do Brasil. Era o conde de grande esfera por nascimento, de muita suposição por valor, e tão consumado em outras virtudes, e na prática militar, que da geral aprovação, com que se recebeu a sua eleição para esta empresa, se esperava a feliz execução dela.

*Ano de 1639. – Chega com o seu General o Conde da Torre à Bahia: toma posse do Governo geral do Estado em que vinha provido.* – Partiu de Lisboa em Outubro do ano de mil e seiscentos e trinta e oito, com numerosa Armada Portuguesa, da qual lhe morreu muita gente na altura de Cabo Verde, no tempo em que se deteve a esperar pela Castelhana, conforme o seu Regimento; a qual chegada, navegaram ambas a Pernambuco. Avistaram em Janeiro do ano de mil e seiscentos e trinta e nove o Recife: e se tem por sem dúvida se lhes rendera, pela pouca prevenção, com que naquela Praça se achavam os Holandeses, extintos, e cortados da viagem, e empresa da Bahia, se a nossa Armada fora sobre aquela Praça: porém trazendo o General ordem de vir para a Bahia, entrou nela, e tomou posse do Governo geral do Brasil, sucedendo ao Governador Geral Pedro da Silva.

*Deixa no Governo da Bahia ao Conde de Óbidos. – E passa à empresa das conquistas de Pernambuco.* – Tornando a pôr-se prestes a nossa Armada, saiu da Bahia, deixando Conde da Torre entregue o Governo dela a D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos, depois governador das Armas do Alentejo, Vice-Rei da Índia, que logo veremos segundo Vice-Rei do Brasil. No largo tempo, que a Armada se demorou na Bahia, teve lugar o inimigo para se prevenir em Pernambuco, tendo-a visto passar o Cabo de Santo Agostinho. Lançou o Conde da Torre em o Porto dos Touros (algumas léguas apartado do Recife) mil e trezentos homens, ordenando-lhes

fossem observando o lugar em que ele desembarcasse, para se lhe irem juntar.

*Tormenta, que padece, e correntes das águas, que o levam às Índias de Castela.* – Porém à fatalidade dos Pernambucanos servindo também os elementos, se excitaram os ventos, e correram as águas para o Sul com tal furor, e violência, que não podendo as naus ter governo, posto que porfiadamente forcejaram contra o ímpeto da tempestade, e da corrente, foram compelidas a buscar as Índias de Espanha, ficando inúteis as despesas, e o valor, e desvanecidas de todo as esperanças concebidas de tão grande poder.

*Sucede ao Conde de Óbidos o Marquês de Montalvão – Ano de 1640.* – Os mil e trezentos homens, de que era Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, os quais o Conde da Torre havia lançado no Porto dos Touros, superando inexplicáveis dificuldades pelo curso, e rodeios de mais de trezentas léguas, rompendo muitos quartéis dos inimigos, se puseram a salvo na Bahia, com admiração, e glória militar. Continuou o Governo geral do Brasil D. Vasco Mascarenhas, até Junho do ano de mil e seiscentos e quarenta, em que lhe sucedeu D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, primeiro vice-rei deste Estado.

**A**no de 1640. – Tinha chegado o venturoso prazo do felicíssimo ano de mil e seiscentos e quarenta, no último mês, em que terminava o seu misterioso círculo, ponto, em que acabavam as desgraças de Portugal, e principiavam as suas felicidades; limite prescrito das profecias do nosso Encuberto, termo dilatado, e apetecido das nossas esperanças; e tempo da segunda clausula da promessa de Deus Nosso Senhor, feita a El-Rei D. Afonso Henriques, de que a primeira fora a vitória, que nos deu no Campo de Ourique; fundamento, sobre que a Divina Majestade quis se firmasse a máquina da Monarquia Portuguesa, que em complemento da última parte do seu Soberano Oráculo, há de ser o único, permanente, e Maior Império de todos os quatro tão opulentos, e inconstantes, que teve o mundo.

*Aparição de Deus Nosso Senhor ao nosso primeiro Rei D. Afonso Henriques.* – É bem autêntica entre os Naturais, e recebida entre os Estrangeiros. (posto que impugnada por alguns Castelhanos) aquela misteriosa aparição de Cristo Senhor Nosso ao primeiro rei lusitano D. Afonso Henriques, o qual na noite precedente ao dia, em que havia de dar no Campo de Ourique batalha a Ismael, e a outros quatro Reis Mouros, triste, e pensativo, por ver a gente Portuguesa temerosa da multidão bárbara, pegando em uma Bíblia, que tinha na Tenda, e achando nela a vitória, que alcançou Gedeão com só trezentos Soldados matando mais de cento e vinte

mil Madianitas, pediu a Deus favor, por ser aquela guerra por seu amor empreendida, e contra os blasfemos do seu santo nome; e adormecendo sobre o livro, lhe apareceu em sonhos um Ancião, que lhe seguiu venceria, e destruiria aqueles Reis infiéis, e que o mesmo Deus lhe apareceria; e acordado pelo seu Camareiro, para dar audiência a um velho, que o buscava, introduzido na Tenda, viu que era o mesmo, que lhe falara no sonho.

As próprias palavras, que nele tinha ouvido, lhe tornou o velho a ratificar, acrescentando outras muitas; e que Deus lhe ordenava, que naquela mesma noite, quando ouvisse tocar a campainha da sua Ermida (em que havia mais de sessenta anos habitava), saísse sem companhia fora do alojamento, porque lhe queria mostrar a sua muita piedade. Ficando em oração o piedoso príncipe, e ouvindo o sinal na segunda vela da noite, saiu fora da Tenda e viu para a parte do Oriente um raio, que resplandecendo pouco a pouco foi formando uma Cruz mais que o Sol brilhante; e nela se lhe mostrou o Senhor crucificado, a cuja Divina presença prostrado o príncipe, largando a espada, o escudo, a capa, e o calçado, derramando muitas lágrimas, lhe rogou pelos seus Vassallos; e que se algum castigo lhe tinham merecido o voltasse só contra ele, e que àqueles súditos animasse, e ajudasse a vencer aos inimigos da sua Santa Fé, e se lembrasse não só dos seus Sucessores, mas de toda a gente de Portugal.

*Promessa de Deus Nosso Senhor.* – A esta deprecação por tão justas causas, e com tantos suspiros feita, respondeu o Senhor, que da sua descendência, e de Portugal se não apartaria sua misericórdia; e que vinha animá-lo naquele conflito, por estabelecer o seu Reino sobre firme pedra; que aceitasse o título de rei, que antes de entrar na batalha lhe ofereceriam seus Vassallos; e que na sua descendência (atenuada na décima sexta geração) poria os olhos, porque nela, e no seu Reino havia de estabelecer um Império, que levasse o seu nome às partes mais distantes.

Em iguais conflitos, e em diversos atos mostrou Deus Nosso Senhor prodigiosos sinais a vários Príncipes, e Monarcas nos princípios, ou nos progressos dos seus Reinos; mas a nenhum fez favor tão relevante, nem semelhante promessa. A Clodovil, primeiro rei de França, que recebeu a Fé Católica no ato do seu Batismo mandou do Céu o óleo, com que se havia de ungir; o Estandarte chamado Auriflama, e as Flores-de-lis, de que ele, e o Reino de França haviam de usar por armas, deixando os cinco sapos, que até ali se viam no seu Escudo; mas não lhe seguiu a duração da sua descendência; e assim posto que permanece o Reino, acabou a sua linha, que era a Merovinga, entrando a Carolina, e depois a Capeta, que hoje domina.

Ao grande Constantino, perto de Roma, indo contra o tirano Maxêncio, mostrou Deus uma Cruz no Céu com as letras: *In hoc signo vinces*, motivo da sua redução à Fé Católica; mas não lhe prometeu a permanência do Império, nem da sua geração, a qual acabou em seus filhos, mortos violenta, e naturalmente; e depois de outros Monarcas, padeceu o Império o domínio, e jugo do pérfido Juliano, que apostatou da nossa verdadeira Religião, em que se criara; e passando a vários Imperadores, veio finalmente a perder-se a Monarquia Romana.

E (dando aos Autores Castelhanos o crédito, que eles negam aos nossos) a Garcia, primeiro rei de Navarra, estando também para dar batalha aos Mouros, mostrou Deus sobre um carvalho outra Cruz; mas não lhe insinuou perseverança da soberania, nem da sua prole; e assim vemos hoje aquele Reino imerso, e quase esquecido entre os da Coroa de Catela, aonde passou não por sucessão, mas por conquista, alienado dos seus direitos sucessores.

Ao Católico Tibério, Imperador de Constantinopla, passeando no seu Jardim, mostrou Deus sobre a terra outra Cruz, e por reverência levantando-a daquele indigno lugar, lhe apareceram mais duas na mesma direitura, e tirando-as todas, achou debaixo delas



um copioso tesouro, mas não viu cédula, nem ouviu voz, que lhe promettesse mais que o preço, que ali lhe dava: e assim o Império de Constantinopla foi passando a tiranos, e ultimamente se perdeu, indo ao poder do inimigo comum da Cristandade.

*Despregra Cristo Senhor Nosso o braço direito da Cruz no dia da Aclamação.* – Porém a El-Rei D. Afonso Henriques apareceu, e falou; e no dia da Aclamação do Sereníssimo Senhor Rei D. João IV, despreçou o braço direito da Cruz, que precedia ao Arcebispo de Lisboa nos vivas de tão aplaudida ação: e só os que impugnam aquela aparição, podem duvidar deste milagre, tendo um com outro tão prodigiosa congruência; e parecendo a empresa, que conseguiram os Lusitanos, obra só da mão onipotente, pela debilidade de forças, em que se achava o Reino exausto de gente, armas, e cabedais, com vexações da Nobreza, introduções de tributos, tiranias de Ministros, derogações de privilégios, faltas de juramentos, e uma geral atenuação de todos os meios da defesa, para proclamar liberdade.

*Generosa resolução dos Portugueses. Feliz Aclamação do Sereníssimo Senhor Rei D. João IV.* – Porém, sendo já concluído o tempo das tribulações, e sazonado o das felicidades, atropelando os Portugueses os maiores receios, vencendo as mais fortes dificuldades, e tomando o peso de uma guerra inevitável, e vizinha, por espaço de muitas léguas de fronteira nas nossas melhores Províncias, tratarão de restituir ao Sereníssimo Senhor Rei D. João IV a Monarquia, que com violência fora usurpada à sua Real Casa, aclamando-o por rei de Portugal, com portentosa facilidade, e geral aplauso, em o primeiro do mês de Dezembro de mil e seiscentos e quarenta, dia felicíssimo para toda a Nação Lusitana, e o único, que no curso de sessenta anos puderam os Portugueses contar com pedra branca, como os Romanos; continuando-se-lhes desde então as antigas felicidades, e tendo como foreira das suas empresas a fortuna.

*Ações heroicas dos Portugueses.* – Foram mostrando logo os sucessos ser misterioso o impulso, pois em defesa do seu natural

Monarca, e da sua Pátria, alcançaram os Lusitanos com menor poder os mais gloriosos triunfos, que viu Europa; vencendo em quase vinte e oito anos de porfiada guerra, contra um dos maiores Monarcas do Mundo, cinco estupendas batalhas campais, inumeráveis facções, e encontros, que pareciam gerais conflitos; conseguindo em todos gloriosas vitórias, colhendo ricos despojos, e obrando aquelas heroicas ações, que no pregão da rama, e na memória das gentes, com admiração dos séculos, hão de durar eternidades.

*Origem dos Sebastianistas.* – Este era o verdadeiro Sebastião, por quem tanto suspiravam os Portugueses na antonomásia de Sebastianistas, disfarçando com a vinda de um rei desaparecido, a ânsia de outro rei desejado. Com o nome se livraram de parecer inconfidentes ao Monarca estranho, e com a esperança conservaram a lealdade ao natural. Deste tão louvável, como secreto impulso se originaram depois os cismas de tantos públicos, e enganados Sebastianistas; e se viveram, ou ressuscitaram os primeiros fabricantes desta moeda, explicaram aos falsificadores dela o intento, com que a fizeram correr. Porém aos que não souberam, nem sabem penetrar o segredo, e fineza desta matéria, lhes basta para castigo o martírio de uma imprópria esperança, mais longa, que a vida, e igual à duração do Mundo.

*Décima sexta geração atenuada.* – A décima sexta geração atenuada se viu, quando pela perda d'El-Rei D. Sebastião, décimo sexto Monarca Lusitano, passou o Reino a domínio estrangeiro, atropelando o poder de Filipe II, Rei de Castela a justiça da Sereníssima Casa de Bragança, a quem tocava a sucessão pelo próprio direito, com que os Reis Castelhanos tinham sucedido em outros Reinos de Espanha; e navegavam a Portugal a mesma ação, que lhes deu a posse de outras Coroas; mas a nossa estava destinada ao oitavo duque daquela Real Casa, e assim não teve efeito nos outros Sereníssimos Duques seus Antecessores, que sendo por muitas



vezes estimulados a tornar o Cetro, o não quiseram empunhar, deixando-o ao Sucessor, a quem estava decretado.

Já dominante o nosso Real Planeta Lusitano, começava a resplandecer o hemisfério português livre das sombras, com que sessenta anos o turbaram os vapores castelhanos, que agora se desvaneceram em exalações, Todos os Vassallos ofereciam as vidas, e as fazendas, para sustentar no Trono ao nosso Augusto Monarca, generoso Restaurador da nossa liberdade, que se dispunha para uma guerra infalível, e procurava alianças com as Potências de Europa, que o pudessem ajudar. Era a contenda com um dos maiores Monarcas do Mundo; e posto que grande, e destemido o próprio esforço Lusitano, carecia para tão árduo empenho de favor alheio. Para a empresa de Medusa não bastou o valor de Perseu, foi necessário, que Palas lhe emprestasse o Escudo.

*Ajusta o Senhor Rei D. João IV liga com vários Príncipes. – Manda Tristão de Mendonça Furtado à Holanda.* – Procurou El-Rei por seus Embaixadores confederações, e socorros de vários Príncipes, e entre eles da República de Holanda, enviando com esta incumbência àqueles Estados a Tristão de Mendonça Furtado, que se houve com menos destreza, da que carecia a matéria; porque os Fidalgos Portugueses naquele tempo, por falta de ocasiões, não se achavam práticos dos negócios políticos, empregando-os os Reis de Espanha só nos em que gastavam os cabedais, e perdiam as vidas; e alguns, de cujos talentos (totalmente rendidos à sua vontade, ou interessados no seu domínio) fiaram matérias de Estado, serviram à ruína da Pátria, vindo a perder nela, eles, e os seus descendentes, as estimações, e preeminências, que não estabeleceram no Reino estranho.

*Pretende El-Rei se lhe restituam as Praças tomadas na América, e na Ásia.* – Pretendia o Senhor Rei D. João IV, na aliança com os Holandeses, restituíssem à sua Coroa as Praças, que na Índia, e no Brasil haviam tomado, fundando esta proposição, assim no direito



do Reino de primeiro possuidor, como porque separando-se do domínio de Castela, não deviam eles ficar com as Praças, que não pertenciam àquela Monarquia, cessando já a causa, pela qual se tinham apoderado de tantas Províncias nas Conquistas de Portugal. Porém os Holandeses atentos às suas conveniências mais, que ao crédito, que lhes dava a nossa amizade, e confederação, souberam servir-se deste acidente, não só a favor da segurança das suas Províncias Unidas, na atenuação do Império Espanhol, mas dos seus progressos nas novas empresas da América e da Ásia.

*Capítulos industriosos dos Holandeses.* – Julgavam que o poder de Portugal não era equivalente para defender o Reino, e recuperar as suas Províncias Ultramarinas; e a restituição destas lhes parecia instância aérea, ou vã. Assentaram confederação ampla no que tocava à defesa de Portugal, e ofensa de Castela; mas na trégua de dez anos, com suspensão de armas nas Conquistas, ordenaram capítulos tão equívocos, e industriosos (como aqueles, que logo haviam de interpretar a favor dos seus progressos) de forma que deste ajuste resultavam eminentes danos, que a debilidade do Reino fez então dissimular, vendo-se muitas vezes precisados os Príncipes a sofrer o que não podem remediar.

*Nova, que lhe chega da feliz aclamação do Senhor Rei D. João.* – *Disposições com que o aclama por rei na Bahia.* – Governava neste tempo a Bahia com título de vice-rei de todo o Estado, como temos escrito, D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, o primeiro, que veio ao Brasil com esta preeminência. Teve brevemente aviso da liberdade da Pátria, por uma pequena embarcação de Lisboa, cujo Mestre saindo à terra, e mandando-a fazer ao mar, se encaminhou a Palácio, e com segredo deu ao marquês vice-rei a nova da feliz Aclamação, e lhe entregou a carta, em que o Senhor Rei D. João IV, lhe ordenava o fizesse aclamar no Brasil. Recebeu uma, e outra, com grande satisfação; e mandando com toda a cautela

chamar logo os Prelados das Religiões, a Nobreza, e os principais Cabos da milícia, lhes ordenou votasse cada um por escrito o seu parecer sobre a resolução, que se devia tomar naquela matéria.

*Celebra muitas festas, e envia seu filho com o parabém a El-Rei.* – Achou em todos os maiores júbilos, e aplausos, e conformes com a sua vontade. Feitas algumas breves disposições na Infantaria, saiu com os congregados, e com o Senado da Câmara aclamando ao Senhor D. João IV por rei de Portugal, acompanhados do Povo com repetidos vivas, e gerais demonstrações de alegria, acabando o ato na Cathedral com ação de graças. Fez logo o marquês vice-rei aviso a todas as Províncias do Estado, ordenando aos seus Governadores que obrassem o próprio. Celebrou alegres, e luzidas festas, e enviou com toda a brevidade a seu filho D. Fernando Mascarenhas em um patacho para o Reino, com o parabém a El-Rei, e a notícia do que a sua lealdade tinha executado na obediência de Sua Majestade.

Todas as ações, que obrou o marquês vice-rei, foram expressivas, e demonstradoras do seu grande amor, e fidelidade, exceto a primeira, que sendo mais política, podia parecer menos constante; porque pintando-se a obediência cega como a fé, e achando-se o marquês com o poder, parece não devia pôr em questão (naquele congresso com a cerimônia dos votos) uma matéria, de que resultava a maior glória, e os maiores interesses a Portugal: porém a sua correspondência com os súditos do Brasil era tão generosa, que lhes não quis tirar a parte do merecimento, que podiam ter na resolução, julgando por infalível, que nenhum dos que congregou ao Paço, havia de faltar à lealdade Portuguesa, que tinha experimentado em todos; como aconteceu naquela ocasião, com os aplausos que neles achou, e demonstrações do maior contentamento, repetidos festejos, em que sempre o marquês entrara com o maior empenho na vontade, e na grandeza.

*Chega de Lisboa o Padre Francisco de Vilhena. – Executa mal a comissão, que se lhe dera.* – Concluídas as disposições, e fatos referidos, chegou em uma caravela de Lisboa o Padre Francisco de Vilhena, Religioso da Companhia de Jesus, que depois do primeiro aviso mandara El-Rei com outra condicional comissão, a que dera motivo o haverem-se assentado para Castela dois filhos do marquês vice-rei. Ordenara El-Rei ao Padre Francisco de Vilhena, que no caso que o marquês o não tivesse aclamado, convocando no Senado da Câmara ao Bispo D. Pedro da Silva, ao Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, e ao Provedor-mor Lourenço de Brito Correa, lhes desse uma ordem, que trazia, para tomarem posse do Governo: porém este Religioso o não pareceu nesta ocasião, pois achando obrada a ação com tanto aplauso, e sossego, e não sendo necessária a ordem, que trouxera, (só para se usar dela em procedimento contrário ao que teve o marquês) a entregou aos nomeados.

*Ano de 1641. – Injusta prisão do Marquês de Montalvão. – Os Governadores o remetem preso para o Reino. – El-Rei o solta com muitas honras.* – Achando neles a ordem Real menos prudência, que ambição, depuseram do cargo ao vice-rei, e tomaram posse do Governo, fazendo retirar ao marquês ao Colégio dos Padres da Companhia, onde lhe puseram guardas, não em obséquio, mas como em prisão; e continuando nas desatenções, lhe prenderam muitos criados, e finalmente o remeteram em uma caravela para Lisboa, com desigual tratamento, do que se devia à sua grandeza, e ao seu caráter. Mas chegando à Corte, informado El-Rei da sua lealdade, e da pureza do seu procedimento, lhe fez muitas honras, ocupando-o no seu Real serviço, em relevantes lugares; e mandou estranhar com palavras demonstradoras de sentimento ao Bispo a ação; e conduzir presos ao Reino ao Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, e a Lourenço de Brito Correa, pelos termos indignos, que haviam usado com o vice-rei.



*Aclamação d’El-Rei no Rio de Janeiro, e em todas as suas Capitanias. – Opulência com que crescia a Região do Sul.* – Por ordem, e aviso, que enviara o marquês vice-rei a Salvador Corrêa de Sá, Governador do Rio de Janeiro, tinha já feito aclamar ao Senhor D. João IV, por rei naquela Província, e em todas as outras do Sul, que livres dos inimigos do Norte, florescia, e se faziam opulentas com as ruínas de Pernambuco; como costumam crescer umas Monarquias dos estragos de outras. Para aquela Região corria agora todo o negócio, porque as perdas, que achavam as embarcações na viagem das outras Províncias do Brasil, (ou possuídas, ou infestadas dos Holandeses) as encaminhavam para as do Rio de Janeiro, onde colhiam os interesses sem susto dos perigos; e cresciam aquelas Povoações nas fábricas e cabedais, que perdiam as outras da nossa Portuguesa América.

*Aviso, que faz o marquês vice-rei ao Conde de Nassau. – Festas, com que em Pernambuco celebra o conde a Aclamação d’El-Rei. – Parabéns, que manda ao vice-rei por cuja prisão se deram aos três Governadores.* – Por um Enviado mandou o vice-rei noticiar ao Conde de Nassau a Aclamação d’El-Rei, e a paz, que tinha ajustado com a República de Holanda, pedindo-lhe a observância dela no Brasil. Fez o conde todas as demonstrações de alegria, celebrando em Pernambuco custosas festas de cavalo, em que os Naturais levavam quase todos os prêmios; porque além da perícia, que tem daquela arte, os animou então esta nova, fazendo-os avantajarem-se a todos os Estrangeiros, posto que destríssimos na cavalaria. Houve em todas as Capitanias de Pernambuco inexplicável geral contentamento, nascido da fidelidade Portuguesa, e da esperança, de que a Monarquia com rei natural lhes facilitaria os socorros com que pudessem sacudir o jugo estranho. O Nassau enviou à Bahia um dos do seu Conselho, a dar o parabém de tão aplaudida nova ao marquês vice-rei, a tempo em que já se achava fora do Governo; e fez esta cerimônia com os três Governadores, juntando aos parabéns da Aclamação d’El-Rei os da sua entrância no Governo.

Sobre a trégua responderam que se ajustaria à satisfação de ambas as partes, pedindo mandassem recolher os Soldados foragidos da Bahia, que andavam fazendo em Pernambuco hostilidades, sem distinção de Naturais e Estrangeiros. Passaram os Governadores ordens para que se recolhessem, com aparente promessa de perdão dos seus insultos. Tinham sido enviados pelo marquês vice-rei fingindo-se rebelados para o próprio fato, que valorosa, e fielmente obraram, queimando naquele País por várias partes todos os canaviais, de que resultaria grandíssima perda aos Holandeses; pois lhes vieram a faltar os lucros das safras daqueles anos.

*Não ajustam tréguas, e só um comércio útil aos seus interesses.* Os três Governadores lhes enviaram um Cabo de suposição por embaixador, acompanhado de um Jurista, para dispor algum ponto de direito na trégua, se necessário fosse. Porém os Holandeses, vendo-se livres dos Soldados volantes Portugueses, que tanto dano lhes faziam, faltaram ao prometido assentando um comércio entre ambas as Nações, do qual só a eles vinham a resultar os interesses; mas sobre a suspensão das armas responderam ser matéria, que não podiam assentar sem ordem de Holanda. Tiveram as rédeas do Governo os três Governadores dezesseis meses, desde Abril de mil e seiscentos e quarenta e um até Agosto de mil e seiscentos e quarenta e dois.

*Vem por Governador, e Capitão Geral do Brasil Antônio Teles da Silva. – Ano de 1642. – Escreve El-Rei ao Senado da Câmara da Bahia, que se encarregue da paga da Infantaria da Praça. –* Neste ano lhes veio suceder, por Governador, e Capitão Geral do Brasil, Antônio Teles da Silva. No princípio do seu Governo escrevera El-Rei ao nobilíssimo Senado da Câmara da Bahia, ser preciso sustentar nela um corpo de Infantaria, competente à sua defesa, arriscada com a vizinhança dos Holandeses, poderosos pela conquista das Praças, de que já se achavam Senhores nas Províncias de





Pernambuco, e ansiosos de conquistarem a Cabeça do Estado, como uma vez fizeram, e outra intentaram; e que achando-se as suas Reais rendas pouco possantes para tantas despesas, lhe encomendava, quisesse tomar por sua conta a paga dos Soldados, e Cabos da milícia, fazendo para esta satisfação imposições nos gêneros, que lhe parecesse. Os Vereadores, que estavam exercendo estes lugares naquele ano, convocaram à Casa da Câmara (segundo o estilo em matérias semelhantes) aos homens da Governança, e ao Povo, com cujo consentimento se havia de tomar a resolução, por ser matéria de imposições dos gêneros, a que sempre repugna o Povo.

*Geral contentamento, com que aceitam este encargo.* – Proposta a carta, e ordem d’El-Rei, pelos júbilos, que receberam da sua feliz Aclamação, e com o zelo, que sempre tiveram do serviço do seu Monarca, e da sua Pátria, aceitaram este encargo com expressão que o tomavam, enquanto durasse a opressão do Reino e do Estado; mas que achando-se (no curso do tempo) os seus sucessores pesado, e entendessem ser em prejuízo da autoridade do Senado, ou insuportável por algum acidente, se poderiam eximir dele, tornando à Real fazenda os efeitos, que se houvessem arbitrado para a satisfação de Infantaria; e resolveram, que estes se tirassem dos vinhos, águas ardentes do Reino, das bebidas da terra, das marcas das caixas, e feixos de açúcar, dos rolos de tabaco, e do sal, imposições, que se remataram por contratos, a que aplicou El-Rei também a terça, que tem nas rendas do Conselho.

*Causas por que depois de muitos anos o reclamaram.* – Porém passados largos anos, em que com grande trabalho fazia o Senado da Câmara este serviço, lhe cresceu o gravame com os soldos dobrados aos Mestres de Campo, com engenheiros, novos oficiais, e reformas de outros, continuo cuidado no benefício das casas dos Quartéis, repetidas ordens dos Generais, importunas súplicas dos Cabos, e injustas queixas dos Soldados por qualquer breve dilação



das mostras, havendo-se experimentado perdas, por quebrarem alguns contratadores, e as execuções (pelos termos de justiça nos bens dos seus fiadores) não poderem ser tão prontas, como a paga da Infantaria; causas, pelas quais representaram, no ano de mil e setecentos e doze, ao Sereníssimo Senhor Rei D. João V. que Deus guarde, os Vereadores, que então serviam, a condição, com que os seus antecessores tinham aceitado este encargo, pedindo-lhe os exonerasse dele, por lhes ser este trabalho já não só intolerável, mas invencível.

*Aceitação, que lhe faz Sua Majestade, que Deus guarde. – Passa esta obrigação com os contratos à fazenda Real. –* Mostraram, que arrecadando-se as rendas destes contratos pela Vedoria Geral, seriam mais prontas as cobranças, mais abonados os fiadores deles, pois pela mudança anual dos Oficiais da Câmara, ou se não tomavam os que convinham para a segurança delas, ou se dilatava a satisfação das dívidas atrasadas por conveniências particulares; e que em se cobrarem pela Vedoria, se escusava o grosso ordenado de um Tesoureiro, que fazia o Senado para estes efeitos, e outras despesas de alguns Oficiais. A tão justificadas razões foi servido atender El-Rei Nosso Senhor, ordenando no ano seguinte de mil setecentos e treze, que a paga da Infantaria corresse pela Vedoria Geral, e que a ela passassem os referidos contratos, como de presente se pratica.

*Tomam os inimigos a Cidade de Sergipe d’El-Rei. –* Procedendo os Holandeses na sinistra interpretação das suas capitulações, foram prosseguindo as suas conquistas nas nossas Praças Ultramarinas. Mandaram do Porto do Recife quatro naus, a ornar a Cidade de São Cristóvão na Capitania de Sergipe, que pelo Sul é confinante à Bahia, e pelo Norte ao rio de São Francisco, e Pernambuco, de donde dista setenta léguas. Apareceram com senhas de paz as naus inimigas, e entrando hostilmente a Cidade, a saquearam, e despojaram seus moradores das suas riquezas, e das suas propriedades,



que senhorearam em breve espaço com a Cidade, insinuando-lhes em seu dano as desgraças, de que é causa a falta de cautela, e de valor, que puderam ter aprendido com a experiência de haverem sido alguns anos antes expulsos pelos próprios inimigos, que por terra seguindo ao Conde de Banholo, se haviam apoderado da Cidade, e abrasando-a com todos os Engenhos daquela Capitania, por então a não presidiram.

*Fazem o mesmo à Ilha do Maranhão.* – Enviaram uma Armada de dezoito naus, com dois mil homens, entregue a João Corneles, a tomar a Ilha do Maranhão. Chegaram a ela os inimigos, e lançando gente em terra, sem obstáculo das muitas balas, que lhes despediam da Fortaleza, caminharam para a Cidade, a qual desampararam logo os moradores; e o Governador, que era Bento Maciel Parente, se meteu na Fortaleza com oitenta Soldados, os quais não bastaram a defendê-la, pois marchando a pôr-lhe sítio os Holandeses, lha rendeu com descrédito do valor, e das armas Portuguesas, que sem exercício naqueles moradores, e naquele Capitão, facilitaram aos inimigos uma vitória mais útil, que gloriosa.

*Ano de 1643. – Conquistam o Reino de Angola. – Ausentando-se os moradores da Cidade, se acha o General Pedro César de Menezes sem gente com que lhe resistir.* – Outra esquadra de navios (maior em número, e com muitos mais infantes), de que era General aquele grande Cassaria, que chamaram Pé de Pau, enviaram a tomar a Cidade de São Paulo, Cabeça do Reino de Angola, na costa de Guiné, oito graus ao Sul, descoberto no ano de mil e quatrocentos e oitenta e cinco por Diogo Cão, conquistado, e povoado por ordem d’El-Rei D. João II. Governava aquele Reino o General Pedro César de Menezes, o qual, vendo-se falto da assistência dos moradores, que cega, e arrebatadamente se ausentaram, e dos outros meios de poder resistir a uma tão poderosa Armada em vasos, e gente, mandando aos Capitães, e Soldados pagos à praia, a impedirem o

desembarque aos inimigos, e outro Capitão com sessenta homens à Fortaleza da Cruz, para a defenderem, não puderam contrastar a força dos Holandeses, em tanta vantagem superiores. Tomaram a Cidade, e a Fortaleza; e o General Pedro César de Menezes se retirou a um sítio, meia légua distante, para juntar os socorros do País, é impedir aos inimigos os progressos por terra nos outros Presídios daquele Reino.

*Põem-se em salvo Pedro Cesar de Menezes em Maçangano.* – Porém o favor, com que a fortuna assistia propícia aos Holandeses em sucessivo curso de vitórias, fazia invencíveis as suas armas; e não podendo contrastá-las o General Pedro César de Menezes, depois de apurar todo o esforço em lhes resistir, o fizeram retirar ao interior do continente, adonde o seguiram; e conquistando todos aqueles Presídios, o prenderam, por lhe faltar gente para se defender como esforçadíssimo Cabo, que em Flandres exercera generosamente o posto de Capitão de Cavalos, mostrando o valor, que herdara de seus progenitores, ilustríssimos em Portugal. Da prisão em que ficara, teve indústria, e resolução para se pôr em salvo em Maçangano.

*Tomam os inimigos a ilha de São Tomé.* – De Angola despediu o Pé de Pau treze navios entregues a Andrazon para conquistar a Ilha de São Tomé, que jaz toda fora da Equinocial para o Norte, e não atravessada dela, como a demarcaram os antigos Cosmógrafos. Foi descoberta por Fernão Gomes; mandada conquistar, e povoar por El-Rei D. João II. Chegaram a ela brevemente os inimigos, e posto que o Governador Manuel Pereira fez algumas prevenções para a defesa, e meteu na Fortaleza bastimentos importantes a resistir um largo sítio, os moradores passaram logo o seu fato, e as suas pessoas da Ilha para o continente; e o Governador tímido de algumas bombas, que os Holandeses lançaram dentro da Fortaleza, lha entregou. Ficando Senhores de toda a Ilha, concederam ao Governador licença para passar a Portugal, onde sendo justamente punido, acabou a vida na prisão, em castigo do pouco valor,



com que se houvera naquela ação, em que pudera granjear muita glória, não lhe faltando meios de a conseguir, e de se defender.

*Fazem o mesmo à Cidade, e Castelo de São Jorge da Mina.* – Tinham já com dez naus, e mil e quinhentos homens, de que era Cabo João Coino, tomado em Guiné a nossa Povoação da Mina, cuja costa descobriram João de Santarém, e João de Escobar; a qual lograva privilégio de Cidade, concedido pelo referido Rei D. João II, que a mandou fundar, e edificar o Castelo de São Jorge, importantíssimo pela grandeza, e pelo comércio do ouro, e mais que tudo, por haver sido o seu Governo único prêmio das ações (nunca assaz encarecidas, nem cabalmente louvadas) do grande Duarte Pacheco Pereira, que nos primeiros anos das nossas empresas na Ásia obrara, livrando a El-Rei de Cochim nosso alado de apertado sítio, que em ódio da nossa amizade por mar, e por terra lhe puseram os mais poderosos Reis da Índia.

Acharam os inimigos tão desprevenida, e descuidada a nossa gente, que facilmente ganharam o Forte, e a Cidade; porque o Capitão, e os moradores tratavam menos das armas, que do negócio; e superando a ambição ao valor, vieram a perder tudo. Este fato, posto que acontece o no ano de mil e seiscentos e trinta e sete, o reservamos para este lugar, por juntar nele todas as conquistas, que os inimigos nos fizeram na costa de África.

*Motivos que teve o Conde de Nassau para deixar o Governo. Embarca-se para a Holanda.* – Pouco satisfeitos os Deputados da Companhia Ocidental de Holanda do procedimento do Conde de Nassau em Pernambuco (posto que tinha mais de generoso, que de absoluto), entendendo, que das extorsões, e injustiças lhes cresciam a eles os interesses, sentiam, que o conde tratasse com afabilidade, e observância das leis aos moradores, e naturais daquelas Capitânicas: por esta causa o quiseram desgostar antes de o chegarem a remover, coarctando-lhe a jurisdição, e o soldo; mas o conde, que na grandeza de príncipe via as excessivas distâncias,



que havia do seu estado, e nascimento à fortuna, e condição daqueles ânimos ambiciosos, e grosseiros, entregando o Governo aos do Conselho do Recife, depois de o haver exercido próspera, e heroicamente seis anos, se embarcou para Holanda no de mil e seiscentos e quarenta e três, lançando a ofensa mais à parte do desprezo, que da vingança.

*Crescem com a sua ausência os males aos Pernambucanos.* – Com a sua ausência faltou àqueles moradores a humanidade do trato, que lhes mostrava, procurando administrá-los em justiça, único alívio de tantas misérias, que com a sua falta ainda se fizeram maiores; porque os Holandeses (livres do obstáculo, que no conde achavam os seus insultos) brotaram furiosos, como rios, quando das represas se soltam as suas correntes, e inundaram de escândalos, de roubos, e de todos os delitos aquelas lastimadas Províncias.

*Resolvem-se a comprar a liberdade a preço das vidas.* – *João Fernandes Vieira, primeiro móvel desta empresa.* – Porém esta mesma torrente de hostilidades sucessivas, veio a causar aos seus Autores a sua ruína, e a da sua Companhia; e estes próprios continuados males foram o motivo da saúde de Pernambuco; porque não podendo já os seus habitadores tolerar o nímio rigor de uma sujeição, onde o domínio se transformava em tirania, resolveram comprar a liberdade a preço da vida, conjurando-se a morrer, ou a consegui-la. Foi principal motor desta ação, nunca assaz encarecida, nem louvada, João Fernandes Vieira, famoso pelo valor, que mostrou, pelos cabedais, que possuiu, pelos cargos, que exerceu, e pela glória, que alcançou de Proclamador da liberdade de Pernambuco, e de todas as suas Províncias.

*Qualidades de João Fernandes Vieira.* – Era natural da Ilha da Madeira, de nobre origem; viera a Pernambuco de muito poucos anos, e se achara nos primeiros conflitos daquela guerra, onde o seu conselho fora sempre dos mais honrados; teve a fortuna igual ao ânimo, e crescendo em cabedais, veio a fazer-se opulento;

tinha por esposa uma das mais aparentadas mulheres daqueles distritos. E convidando com esta empresa secretamente por si, e pelos parentes da consorte, a todas as principais pessoas daquelas Capitânias, a abraçaram com sumo empenho, resolvendo uniformemente porem-se em campanha, e convindo em que João Fernandes Vieira, como primeiro móvel da ação, fosse o Governador da Guerra, jurando obedecê-la, e executar todas as suas ordens.

*Dispõem com os moradores a restauração de Pernambuco. – Ano de 1644. – Dá conta ao Governador, e Capitão Geral do Brasil.* – Com esta determinação elegeu o novo Governador os Cabos, segundo a experiência, que tinha dos sujeitos; e todos com as suas nomeações, e incumbências tornaram para os seus domicílios a juntar armas, bastimentos, e tudo o que havia de ser preciso para a empresa, suposta a debilidade, a atenuação, em que se achavam todos os Paisanos, e moradores. O tempo oferecia oportuna ocasião, porque com a ausência do Conde de Nassau, atentos os Holandeses ao descanso, e ao interesse, tinham mal guardadas as suas Fortalezas, com pouca vigilância os seus Presídios, diminuta a sua Infantaria. De tudo deu conta João Fernandes Vieira ao Governador, e Capitão Geral do Estado do Brasil Antônio Teles da Silva, pedindo-lhe quisesse amparar aquela causa, e enviar-lhes algum socorro, para restaurarem aquelas Praças, que já tinham legítimo, e natural Monarca no Sereníssimo Senhor D. João IV, rei de Portugal.

Representava a Antônio Teles, que El-Rei, de ânimo tão augusto, e pio, posto que ajustara pazes com a República de Holanda, não havia de desamparar aos Vassallos de Pernambuco, deixando-os em um cativeiro de Hereges, cujo domínio se não restringia aos termos da humanidade, transcendendo os da fereza, a que devia acudir, não só como natural senhor, mas como príncipe Católico, pelo prejuízo, que podia resultar a tantas Províncias, com o contágio das Seitas de Lutero, e de Calvino, que tão incessantemente

andavam os seus predicantes insinuando, e persuadindo por todas as públicas ruas, e praças, e pondo finalmente aos moradores em perigo de perderem também as almas, depois de terem perdido as liberdades.

*Manda o Capitão Geral a André Vidal de Negreiros a Pernambuco.* – O Governador, e Capitão Geral Antônio Teles da Silva, lastimado de tão justas queixas, e persuadido de razões tão vivas, resolveu mandar a Pernambuco a André Vidal de Negreiros, com o pretexto de ir visitar alguns parentes, que deixara na Paraíba, e lhe encarregou indagasse o poder, com que se achavam os inimigos, as disposições das suas Fortalezas, e se avistasse com João Fernandes Vieira, a quem escrevera, noticiando-o das ordens, que tinha d’El-Rei para a observância da trégua ajustada com os Holandeses; mas que se na esfera da paciência dos moradores de Pernambuco não cabia a tolerância dos males, que lhe representava, lhe daria os socorros, que pudesse com a cautela, que era precisa.

*Faz André Vidal de Negreiros esta diligência.* – *Volta para a Bahia, e informa ao Governador.* – Chegou André Vidal de Negreiros a Pernambuco, teve licença do Conselho para ir à Paraíba, e para ver-se com João Fernandes Vieira, com quem tratou esta matéria. Examinou os meios de se executar; e tomando todas as informações, voltou para a Bahia, onde deu conta ao Governador, e Capitão Geral, segurando-lhe, que eram mais duras, que a morte, as tribulações, que padeciam os moradores de Pernambuco, e as tiranias, que com eles usavam os Holandeses; os quais podiam ser expulsos de todas as Praças daquelas Províncias, pela resolução com que estavam os moradores delas.

Compadecido o General, lhes mandou sessenta Soldados com Antônio Dias Cardoso, que os levou a Pernambuco. Era o socorro pequeno pelo número, grande pela experiência, e valor dos infantes (escolhidos entre os melhores, que se achavam na Bahia) veteranos na guerra de Pernambuco. João Fernandes Vieira os



acomodou em um lugar oculto para o tempo determinado, tratando de conduzir tudo o mais, que era preciso juntar para uma empresa, que se lhe representava tanto mais grandiosa, quanto mais difícil.

Tinha escrito a D. Antônio Filipe Camarão, Governador dos Gentios, que assistia na campanha de Sergipe, atalhando as hostilidades, que daquela Praça podiam fazer os inimigos a todos os moradores dos seus distritos; e o mesmo aviso fez à Henrique Dias, que governava os Crioulos, e Minas, e se achava com o seu Terço aquartelado no Sertão, convidando-os para esta ação, a qual abraçaram com o seu experimentado valor, respondendo-lhe cada um, que partia a buscá-lo. Com estas disposições se animou João Fernandes Vieira para se pôr em campanha mais brevemente do que imaginava, o que executou primeiro com um pequeno troço de exército, a que se foram agregando logo tantas pessoas, que se via com suficientes forças, para empreender alguma facção generosa; e elegendo alojamentos, se achava em um sítio, que chamam do Covas, onde teve aviso da vinda de D. Antônio Filipe Camarão, e de Henrique Dias, posto que não chegaram tão prontos, como ele os esperava, porque as distâncias, os embaraços dos caminhos, e marchas lhes impediram o acharem-se na batalha do Monte das Tabocas.

*Preparam-se os Holandeses para superarem as alterações.* – Noticiosos os Holandeses destas alterações, tanto maiores quanto menos esperadas, (em tempo em que as desgraças dos Pernambucanos os traziam arrastados) não supondo tanto orgulho em gente tão exausta, despertaram do descuido, com que havia muitos anos viviam engolfados nos seus interesses; e tratando de apagar aquela chama, antes que em maior incêndio levantasse mais alta labareda, juntaram de todos os seus Presídios os melhores Soldados, e formando um Exército de dois mil Holandeses, e outro igual número de Gentios seus parciais, marchou Henrique Hus, que então governava as armas inimigas, a buscar a nossa



gente no alojamento, em que estava do referido sítio, que se dizia do Covas.

*Muda de alojamento João Fernandes Vieira.* – Teve da sua marcha aviso João Fernandes Vieira, e por voto seu, e dos mais Cabos do nosso pequeno Exército (muito desigual em número ao dos inimigos, por não terem ainda chegado D. Antônio Filipe Camarão, e Henrique Dias com os seus Terços) se resolveu ser aquele lugar de grande embaraço para nós, e de muita vantagem para os nossos contrários.

*Aloja-se no Monte das Tabocas – Seguem-nos os inimigos.* – Mandou por pessoas inteligentes do terreno eleger sítio a propósito para pelejarmos; e sendo escolhido o Monte das Tabocas, (já mencionado no primeiro livro desta História) se foi alojar nele, amparando-se daquelas naturais incultas lanças, produções do monte, e contrapondo também esta defesa ao excesso de gente, em que o exército dos Belgas era superior ao dos Portugueses. foram buscar-nos os inimigos no nosso primeiro alojamento, e vendo, que tínhamos tomado outro, nos seguiram tão seguros da vitória, que supunham, que só com nos encontrarem, a tinham conseguido.

*Ataca-se a batalha – Ganhamos a vitória – Ano de 1644* – Porém afrontados os dois exércitos, e batendo-se com igual porfia por termo de cinco horas, foi tal o nosso valor, e a nossa indústria, (ajudados da oportunidade, que achamos no sítio para várias emboscadas, em que os rechaçamos por diversas partes, repetidas vezes) que ultimamente nos deixaram nas mãos a vitória, depois de bem pleiteada; porém não podendo mais, assombrados, e fugitivos, se retiraram confusamente, levando mais pressa da que trouxeram. Ficou o campo coberto dos seus Soldados mortos sendo tantos os feridos, que não podendo o seu General salvar a todos, perderam a vida no caminho muitos.

*Mandam queixar-se os inimigos ao Governador Geral.* – Sua resposta. – Haviam os inimigos mandado por dois Embaixadores queixar-se ao Governador Geral do Estado Antônio Teles da Silva



das alterações dos moradores de Pernambuco, e de João Fernandes Vieira, a quem chamavam Cabeça da Rebelião, pedindo o mandasse castigar, e a todos os que ousassem quebrar as tréguas, e capitulações ajustadas entre El-Rei de Portugal, e os Estados de Holanda, acrescentando alguns ameaços, se aquelas perturbações se não evitassem. Porém Antônio Teles da Silva lhes respondeu, que de tudo o que diziam só lhe fazia pendor a obediência d’El-Rei, que lhe ordenava fizesse rigorosamente guardar as tréguas com os Estados de Holanda.

Prometia-lhes que em observância das ordens Reais, que tinha, mandaria alguns Cabos com forças competentes a sujeitar aos sublevados; posto que aos Governadores do Recife tocava domá-los, pois estavam debaixo da sua obediência, e não deviam recorrer a quem no estado presente não tinha sobre eles jurisdição; mas que lhes ordenaria deixassem as armas, para que os do Supremo Conselho vissem, que a sua vontade se não apartava um ponto dos preceitos do seu Monarca.

*Envia em oito naus dois terços de infantaria com os seus Mestres de Campo, a sossegar as alterações de Pernambuco.* – Despedidos os Embaixadores, mandou Antônio Teles da Silva aprestar oito embarcações, e meter nelas dois Terços de Infantaria dos mais veteranos, que se achavam na Bahia, com os seus Mestres de Campo, Martim Soares Moreno, e André Vidal de Negreiros, este por Cabo de ambos, ordenando-lhes fossem pôr em paz os Pernambucanos com os Holandeses, buscando todos os meios de os reconciliar, com cominação de proceder contra eles na forma das ordens d’El-Rei.

*Informações, que acharam das tiranias dos Holandeses.* – Chegaram a Pernambuco, e saltando em terra no porto de Tamandaré, tiveram a notícia da vitória, que as nossas armas alcançaram das inimigas no Monte das Tabocas, e ao mesmo tempo a certeza das crueldades, que iam usando os Holandeses com aqueles oprimidos Povos, e acharam ainda frescas as feridas dos males que na

presente ocasião tinham causado em vários lugares, sem atenderem a estado, sexo, nem idade; de que magoados os Soldados dos dois Terços, propunham, e pediam a vingança, oferecendo-se a derramar o sangue no castigo de tantos insultos, e a perderem as vidas a troco de libertarem aos Portugueses daquele cruel jugo: clamores, que fizeram nos Cabos uma consternação piedosa, que os arrastava ao mesmo sentimento, e resolução, que viam nos seus Soldados.

*Avista-se João Fernandes Vieira com os dois Mestres de Campo. – Intima-lhe André Vidal as ordens, que levava. –* Informado João Fernandes Vieira da chegada dos dois Mestres de Campo, caminhou a buscá-los, acompanhado já de D. Antônio Filipe Camarão, e de Henrique Dias, que no dia antes se lhe tinham juntado. Viram-se no mesmo porto de Tamandaré, onde André Vidal de Negreiros lhe intimou as ordens, que levava do Governador Geral para quietar aquelas alterações, e o levar preso à Bahia, no caso que persistisse na empresa, que tomara.

*Resposta de João Fernandes Vieira. –* João Fernandes Vieira lhe respondeu, que ele e os Pernambucanos pegaram nas armas, por se livrarem da última ruína, quê os inimigos preveniam a todos os moradores daquelas Províncias; e que sendo a defesa natural às gentes, não devia o príncipe obrigar aos Vassalos a viver na sujeição de um domínio tirânico, de que não podiam livrar-se, sem romper o jugo, que os trazia arrastados, arriscando na empresa as vidas, que pretendiam perder mais gloriosamente nela, que nas mortes prevenidas pela crueldade dos Holandeses, os quais intentavam tirar-lhas aleivosamente.

*Ouvidas as suas razões, resolvem continuar unidos à guerra contra os Holandeses. –* Ouvidas estas razões pelos dois Mestres de Campo, Martim Soares Moreno, e André Vidal de Negreiros, e vendo a sua Infantaria disposta à união com os Pernambucanos, (a todo o risco da obediência) resolveram juntar-se com João Fernandes



Vieira, e interessar-se na causa comum da Nação contra os inimigos da Fé, e da Pátria; julgando que a desobediência, de que pode resultar aumento à Monarquia, é serviço, que não devem castigar os Soberanos, sendo maior culpa faltar às leis da humanidade, e à defesa da Religião, tão atropeladas naquelas Capitánias pelos Holandeses.

*Buscam aos inimigos no Engenho de D. Ana Paes.* – Juntos já todos em um corpo, marcharam a buscar os inimigos, que se achavam em campanha com poderoso Exército no Engenho de D. Ana Paes, onde tinham aprisionadas muitas principais mulheres, que nele se haviam recolhido; porque ao mesmo tempo, em que sabiam, que da Bahia foram apertadas ordens, para quietarem aos moradores de Pernambuco, lhes estavam fazendo as maiores hostilidades. Chegaram os Portugueses a tempo, em que os inimigos se achavam nos seus divertimentos; porém avisados das suas sentinelas, se formaram com grande presteza, e prática militar.

*Dão-lhes batalha e alcançam os portugueses a vitória.* – Ano de 1645. – Investiram-se os dois exércitos, em duvidoso Marte contenderam três horas, sem vantagem de nenhuma das partes; mas cedendo a sua porfia ao nosso valor, nos deixaram o campo, e a vitória, com prisão do seu General Henrique Hus, e do subalterno João Blac, inumeráveis mortos, e prisioneiros; a estes por conselho, e resolução de André Vidal de Negreiros, se deu liberdade para tornarem para o Recife, e levarem a notícia da sua desgraça, foram os despojos, que nos deixaram na campanha, senão ricos, proporcionados à necessidade dos nossos Soldados, por ficarem providos das armas, de que tanto carecia o nosso exército; crescendo nele com estas fortunas o ânimo, e em todos a esperança de se verem restituídos à sua antiga liberdade, e à suave obediência do apetecido domínio Lusitano.

*Vão proclamando muitas das nossas praças, e expulsando aos Holandeses.* – Com tão venturosos sucessos começaram a proclamar liberdade muitas das nossas Praças. Logo a Vila de Serinhaém



tomou as armas contra os Holandeses, expulsando-os de toda a sua Comarca. O mesmo fizeram as do Porto Calvo, e rio de São Francisco, cujos principais moradores tinha João Fernandes Vieira antecipadamente prevenidos, para darem sobre os inimigos naquele tempo; o que fizeram tomando-lhes as Fortalezas, que haviam fabricado. O próprio sucesso tivemos na restauração da Ilha de Itamaracá; e por todas as outras Capitanias se foram levantando os Povos com vários sucessos, mas igual valor.

*Põem sítio o nosso Exército aos Holandeses no Recife. – Tomam os Pernambucanos aos inimigos a Fortaleza do Pontal de Nazaré.* – O nosso exército em consequência das vitórias marchou a pôr sítio ao Recife, dispondo as estâncias, os postos, Cabos, e Soldados, pelas partes mais convenientes para lhe apertar o cerco, e o conseguiram de forma, que não puderam os Holandeses ter comunicação por terra, e lhes não ficou outro trânsito mais que o mar. Neste tempo lhes tomamos a Fortaleza do Pontal de Nazaré, no Cabo de Santo Agostinho, por sítio, e trato com o seu Cabo Theodosio Estrater, que passou ao serviço d’El-Rei, e abjurando a heresia, recebeu a Fé Católica Romana, pela qual, havia muitos anos, suspirava, e foi premiado com o posto de Mestre de Campo na Bahia.

*Consternação dos Holandeses no Recife. – Perdem o Forte de Santa Cruz, ganhado pelos Pernambucanos.* – Os do supremo Conselho do Recife, experimentando o nosso valor, e resolução à custa das vidas, e liberdades dos seus Cabos, e Infantes, se davam por perdidos. Mandaram recolher àquela Praça os mais práticos, e valerosos Soldados, que tinham nas outras, que ainda conservavam. Com eles se animaram a fazer algumas sortidas contra os sitiadores; mas de todas voltavam rechaçados, e se recolhiam vencidos. Ganhamos-lhes o Forte de Santa Cruz situado no meio do istmo de areia, por onde se comunicam Olinda e o Recife.

Com tão sucessivas perdas só apelavam os inimigos para a esperança do socorro de Holanda, que por instantes aguardavam, pela notícia certa, que lhes viera em três navios, que lhes

chegaram com bastimentos naqueles dias, segurando-lhes não tardaria muito uma poderosa Armada, que em seu seguimento havia de partir, e que ficava aprestando outra com maiores vantagens em naus, e gente; e ambas competentes não só a conquistar de novo as Praças, que tinham perdido em Pernambuco, mas também a sujeitar a Bahia, Cabeça de todo o Estado.

*Vem de Holanda uma Armada com Sigismundo Wandescop, por General das suas armas no Brasil. – Ano de 1646. –* A estes dois fins fez a Companhia Ocidental o maior esforço do seu poder; picados os Holandeses, não só no interesse da bolsa, mas no crédito da Nação. Despediram uma Armada numerosa em naus, e gente, enviando por supremo General de todas as suas armas no Brasil a Sigismundo Wandescop a quem o exercício, e prática militar deram o nome de Soldado, e as primeiras conquistas de Pernambuco o de Capitão. Haviam poucos anos, que daquela Capitania voltara para Holanda, de donde tornava agora com este emprego, e tão firmes esperanças de maiores progressos, quanto era mais relevante o poder com que vinha, e o socorro de outra poderosa Armada, que se ficava prevenindo para o seguir. Chegou Sigismundo com as naus da sua Companhia ao Recife, no princípio do ano de mil e seiscentos e quarenta e seis.

*Faz muitas sortidas, e recolhe-se rechaçado. –* Com arrogantes, e soberbas palavras estranhou aos Soldados Holandeses, que achou sitiados no Recife, as perdas, que haviam experimentado, e as batalhas, que tinham perdido, atribuindo estes sucessos mais ao seu descuido, que ao nosso valor, segurando-lhes triunfar de nós com a mesma facilidade, com que tantas vezes nos vencera; e em execução do seu furor, e da sua promessa, dispôs logo muitas sortidas contra o nosso Exército, que à vista do poder contrário estava mais constante no cerco, que lhe tinha posto.

Saiu Sigismundo a tomar a Cidade de Olinda, que depois de a largarem quase demolida, e abrasada, tornara ao nosso

domínio; porém achou tal resistência em a nossa gente, que duvidava se os Holandeses eram outros, ou se eram os mesmos Pernambucanos; e não podendo ganhá-la, nem a preço do sangue, que derramava, (sendo ferido no segundo conflito desta empresa tão pleiteada, como defendida) se retirou para o Recife, formando diferente conceito dos Pernambucanos, e desculpando aos Holandeses o descuido, ou frouxidão, de que os acusara.

*O mesmo lhe succedeu em outras várias facções.* – O próprio lhe ia acontecendo em todas as facções, que empreendia; porque a fortuna (de mais formas, que Proteu) lhe mostrava já semblante diverso daquele, com que tantas vezes lhe assistira. Trazia ordem de ir sobre a Bahia, e se lhe representavam nesta empresa mais úteis consequências, porque ainda que a não conquistasse, a poria em termos de não divertir a sua gente em socorrer ao Exército de Pernambuco; e falto deste auxílio, (ao qual os Holandeses atribuíam a constância, e porfia dos Pernambucanos) poderia respirar o Recife.

*Manda fundar nova Fortaleza no rio São Francisco por Anderson.* – *Publica, que vai dar calor àquela obra.* – Mandou a Anderson com muitas naus, e infantes, erigir no rio de São Francisco nova Fortaleza, havendo os moradores no seu levantamento arrasado a primeira. Ordenou lhe tivesse as embarcações, e gente prontas para quando ele chegasse; e publicando, que ia dar calor àquela obra, importantíssima aos interesses das suas conquistas, se juntou na sua barra com a Esquadra de Anderson, e providas ambas dos bastimentos necessárias, partiram juntas para a Bahia.

Entrou pela barra com quarenta e quatro naus, e quatro mil homens de guerra, e penetrando a enseada, fez vistosa ostentação do seu poder, e estendendo por toda ela a sua Armada. Mas a disposição, e valor, com que a esperávamos, e o desprezo, que da sua arrogância se fazia na Cidade, o absteve de tomar algum dos portos da sua dilatada ribeira, resolvendo aquartelar-se na Ilha



de Itaparica, de donde ameaçando sempre a Cidade, colhendo as embarcações, que lhe viessem, e entrando pelos rios do seu recôncavo a roubar, e destruir os Engenhos, nos poderia fazer tanto estrago, que necessitássemos de toda a nossa gente para a defesa da Bahia, e não pudéssemos divertir nos socorros de Pernambuco. Com este intento desembarcou na dita Ilha, cujos moradores desarmados, e sem meios de se defenderem de uma invasão tão poderosa, se lhe renderam.

*Descrição da Ilha de Itaparica.* – Está situada a Ilha de Itaparica fronteira à Cidade da Bahia para o Poente, em distância de três léguas, que tem de largura a sua enseada; estende-se em forma prolongada com sete de comprimento, três de largura, e dezoito de circuito; faz duas pontas, uma para a barra de Santo Antônio, e outra para o rio Paraguaçu, que por ali vai correndo ao mar, esta é a que chamam das Baleias, por estar nela a fábrica daquela pescaria, e ser o porto para onde as levam depois de arpoadas, para se beneficiarem. É toda fértil, tem alegres vistas, saudáveis ares, formosos arvoredos, em maior número os dos coqueiros, que de longe formam o mesmo objeto, que as oliveiras; abunda de excelentes águas, de todo o gênero de plantas, frutas, e sementeiras; colhem-se nas suas ribeiras saborosos pescados, e mariscos. Tem duas magníficas Igrejas Paroquiais, outros formosos Templos, e boas Capelas particulares; teve alguns Engenhos, que já não existem, mas permanecem outras fazendas de grande rendimento, e muitas casas de suntuosa arquitetura.

*Foi dos Condes da Castanheira, e hoje é dos Marqueses de Cascais.* – Os moradores da Cidade atravessando o golfo em curiosas embarcações vão a ela não só na monção das baleias, a verem a sua pescaria, mas a lograrem a amenidade daquele País, tão habitado, e assistido de gente inumerável, que não havendo na Ilha fundações de Vilas, é toda ela uma Povoação continuada, sem ter porção algumas menos culta, ou mais áspera. Nas suas praias



se acha âmbar gris em sumo grau perfeito, e dele temido muito a Portugal, e se gasta não pouco na Bahia. O primeiro conde da Castanheira D. Antônio de Ataíde a pediu ao Governador Tomé de Sousa em sesmaria com outra Ilha pequena, que lhe fica próxima para a parte do Sudoeste, na boca do rio Jaguaribe, e lhes confirmou El-Rei D. João III, com título de Capitania; o Conde, e seus sucessores a dividiram em várias datas por muitos colonos, que pagam competentes foros, hoje existe nos Marqueses de Cascais, como herdeiros daquela ilustríssima Casa.

*Fortificações do inimigo na Ilha. – Hostilidades, que fazia pelo recôncavo. –* Ganhada a Ilha, levantou Sigismundo um Forte na ponta chamada das Baleias, e quatro redutos em distâncias proporcionadas, fazendo das suas naus uma portátil muralha, estendida por toda aquela dilatada marinha, com que ficavam os Holandeses defendidos, assim da artilharia dos seus navios, como das suas Fortificações, sendo rara a embarcação, que entrando pela barra, ou saindo do recôncavo para a Cidade, lhe escapava. E além de prover o seu Exército de víveres à custa dos navegantes, passava a sua ambição a maior insolência, porque penetrando os rios do recôncavo, saqueava as casas dos moradores, em que colhia despojos ricos, roubava as fazendas, e Engenhos, de donde levava gêneros importantes, deixando mortos, ou fugitivos os seus possuidores.

Com estas hostilidades se dilatava o Wandescop naquela Ilha; de cuja demora fez aviso ao Sereníssimo Senhor Rei D. João IV, o Governador, e Capitão Geral Antônio Teles da Silva, significando-lhe o dano, que experimentava a Bahia, e o iminente perigo, que ameaçava à Cidade a vizinhança de tão nocivos, e poderosos inimigos. Porém não esperando a Armada, que havia pedido a El-Rei, para lançar fora de Itaparica aos Holandeses, e segurar os mares, e moradores da Bahia de tantos insultos, impaciente ao escândalo, que o seu valor recebia da arrogância, e da demora de Sigismundo, determinou fazê-la desalojar da Ilha.



*Resolve Antônio Teles com forças inferiores fazê-los desalojar, contra a opinião dos Cabos.* – Este temerário impulso, posto em conselho (disputadas as dificuldades invencíveis, que haviam para se conseguir, ou intentar a empresa) foi de todos reprovado, por faltarem os instrumentos com que bater as Fortificações dos inimigos, e serem poucos os nossos Soldados para passar fossos, e tirar estacadas descobertos às balas da sua artilharia; sendo estas considerações uniformes em todos os nossos Cabos valorosos, e experimentados na guerra do Brasil, que não temiam o perigo particular, senão a perda comum, e a censura de haverem assentido a uma facção, que nos termos presentes era contrária a toda a prática, e discurso militar, significando-o assim ao Governador com aquelas expressões, que lhes ditava o seu valor, e com a autoridade, que lhes dava a sua experiência.

Porém Antônio Teles da Silva, desprezando este acertado juízo, e parecer, lhes respondeu, que quando os chamara para os ouvir, já tinha tomado a resolução de os mandar; e que só importava obedecer ordenando-lhes se dispusessem a ir assaltar aos Holandeses, e desalojá-los de Itaparica. Sem réplica, por não arriscarem a opinião, se dispuseram a perder as vidas, sendo pelas leis da sujeição, e da honra duas vezes precisa a obediência: terrível pensão dos súditos, que o capricho de um homem, em quem o príncipe transfere o poder seja o árbitro das vidas dos Vassalos, e da ruína da Monarquia! Tinha Antônio Teles delineada esta empresa na sua especulação com fantasia tão errada, como mostrou o infausto sucesso desta expedição, da qual existem ainda a lástima e a memória.

Preveniam-se todas as embarcações de remo ligeiras, que se achavam pela marinha da Cidade; e embarcando-se em vários portos dela mil e duzentos escolhidos infantes, e muitos famosos, e destemidos Cabos, saíram todas a um mesmo tempo cobertas das trevas de uma escura noite, que já nos seus horrores lhes representava o funesto fim da viagem que empreendiam, e nas suas



sombras lhes cortava os lutos da morte, que buscavam. Chegaram juntas ao Manguinho (um Ilhote que está na ponta daquela Ilha), e incorporadas puseram as proas nas Fortificações dos inimigos, onde desembarcaram os nossos Cabos, e Soldados antes de aparecer o dia, que se dilatava em mostrar as suas luzes, por não concorrerem a espetáculo tão fúnebre.

*Infeliz sucesso desta empresa.* – Investiu a nossa gente a inimiga com valor incomparável, mas com tanta desordem (pelos impedimentos do terreno com as defensas dos Holandeses), que foram verdugos de si mesmos os Portugueses, atirando os que vinham atrás aos que iam subindo adiante, por entenderem, que apontavam aos inimigos, até que caindo morto o Mestre de Campo Francisco Rebelo, Cabo principal da empresa, e conhecendo os mais, que na porfia era certa a ruína de todos, se retiraram com maior confusão nossa, que glória dos inimigos; pois a desordem da nossa gente, mais que a sua resistência, lhes deu a vitória.

*Morte do Mestre de Campo Francisco Rebelo.* – *Seu Elogio.* – Morreram nesta infeliz jornada seiscentos Soldados Portugueses; ficaram muitos feridos, contando-se entre estes quase todos os Cabos, e entre aqueles, dois Capitães, e o Mestre de Campo Francisco Rebelo, cujo valor, e disposição lhe tinham granjeado respeito entre os naturais, e assombro entre os estranhos; o esforço do seu coração, e do seu braço lhe deram o nome, e lugar, que lhe não concedera a condição da sua fortuna. Era chamado por antonomásia o Rebelinho, por ter a natureza tirado à sua estatura na medida, o que sem último acrescentara ao seu ânimo no valor, suprimindo-lhe a brevidade do corpo com a grandeza do alento. A ruína desta tão malvaticinada, como sucedida facção foi (em quanto à perda da gente, e circunstâncias dela) a maior, que tivemos em toda a guerra dos Holandeses no Brasil, servindo os cadáveres de animar aos vivos, para ressuscitarem na saudade aos mortos.



*Manda El-Rei a Armada com o Conde de Vila Pouca por General.*  
– Com a notícia que teve El-Rei da Armada dos Holandeses na enseada da Bahia, e da situação, que tinham feito na Ilha de Itaparica, esperando sempre ocasião de molestar, e invadir a Cidade, e não perdendo a de saquear ao recôncavo, mandou aprestar uma Armada, nomeando por General dela a Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila Pouca, que vinha suceder no Governo geral do Brasil a Antônio Teles da Silva, e fazer desalojar os inimigos do, em que estavam fortificados. Constava de muitas naus, bastimentos e Soldados, entre os quais haviam muitos de grande qualidade.

*Receio dos inimigos no Recife.* – Por aviso de Holanda souberam os do Supremo Conselho do Recife, que brevemente sairia do porto de Lisboa a nossa Armada, e recearam, que fosse sobre aquela Praça, cada vez mais apertada com o sítio, em que a tinham os Pernambucanos, que na ausência de Sigismundo, e da gente que consigo trazia, se adiantaram a maiores progressos, pondo-a em mais evidente perigo, o qual seria irremediável, se as nossas naus, destinadas para a Bahia, pusessem as proas em Pernambuco.

*Para onde se recolhe Sigismundo deixando a Itaparica.* – Logo lhe ordenaram que, abandonando a Itaparica, se recolhesse com toda a Armada ao Recife. Obedeceu Sigismundo, e deixando destruída toda a Ilha, saiu brevissimamente da barra da Bahia; por onde poucos dias depois da sua partida entrou a nossa Armada, que sentiu o haver-se ausentado a inimiga; mas ainda que não teve a glória de a vencer pelejando, não pode escusar a vaidade de entender, que só a sua fama a fizera sair fugindo.

*Toma o Conde de Vila Pouca posse do Governo.* – Ano de 1647. – Tomou o Conde de Vila Pouca as rédeas do Governo geral do Brasil das mãos de Antônio Teles da Silva, em que estiveram quase seis anos com os sucessos prósperos, e adversos, que temos referido; sendo infelicíssimo o da sua volta para o Reino, pois acabou naufrago na costa de Buarcos, naquela infausta viagem da nossa

Armada, que saindo da Bahia, e experimentando uma terrível tormenta das Ilhas para Lisboa, perdeu muitas naus, perecendo nelas gente, e pessoas de grande suposição, sendo a maior Antônio Teles da Silva, benemérito de melhor fortuna.

*O Sereníssimo Senhor D. Teodósio declarado Príncipe do Brasil.* – No ano de mil e seiscentos e quarenta e sete declarou El-Rei ao Senhor D. Teodósio seu Primogênito por Príncipe do Brasil, a exemplo das maiores Coroas de Europa, que de algum competente, e particular Estado nomeiam Príncipes aos que hão de suceder na Monarquia. Os Primogênitos de França com o nome de Delfins, Príncipes da Província do Delfinado. Os de Inglaterra Príncipes de Gales. Os de Castela Príncipes de Astúrias; e de Viana os de Navarro. O aplauso geral, que no Brasil causou esta resolução, foi igual ao crédito, que lhe resultava desta preeminência, vendo-se especial hemisfério de um Planeta, que aparecia propício a todo o Império Lusitano, em cujas influências esperava a Portuguesa América lograr as maiores fortunas. Porém o festejado auspício de tão feliz horóscopo brevemente se lhes desvaneceu com a intempestiva morte do seu príncipe; de que daremos notícia em seu próprio lugar.

*Manda El-Rei a Francisco Barrete de Menezes por Mestre de Campo General do Exército de Pernambuco.* – Achando-se obrigado o Senhor Rei D. João, não só como Monarca português, mas como príncipe Cristão, a consolar aqueles súditos Pernambucanos, que tanto haviam obrado por tornar ao seu domínio (em cuja empresa quanto mais desamparados, estavam mais constantes), lhes enviou com o posto de Mestre de Campo General a Francisco Barreto de Menezes, que exercera dignamente nas campanhas do Alentejo o de Capitão de Cavalos, e estava com a mesma satisfação servindo o de Mestre de Campo. Partiu com dois navios, alguns Soldados, armas, e bastimentos; mas em tão pouco número, que todo o socorro consistia na sua pessoa.



*É preso pelos inimigos no mar.* – Ausenta-se da prisão, e passa ao nosso Exército. Navegando a Pernambuco encontrou na altura da Paraíba uma Esquadra dos inimigos, que o investiram; e ainda que se dispôs à defesa lhe saiu inútil a resistência, pelo grande número das naus contrárias, que tomando ambos os navios, os conduziram ao Recife, levando ferido, e preso a Francisco Barreto, o qual depois de nove meses de prisão se ausentou dela para o nosso Exército, por favor; e indústria de Francisco de Brá, moço Holandês, filho do Cabo, que o guardava; ao qual agradecido o nosso Mestre de Campo General, trouxe sempre consigo, e depois de abjurar a heresia, e receber a nossa Religião Católica, o fez despachar com o hábito de Cristo, e o posto de sargento-mor de um dos dois Terços do Presídio da Bahia, onde faleceu nobremente casado, e com larga sucessão.

*Poderosa Armada em socorro do Recite.* – *Disposições dos nossos Cabos para lhes resistirem.* – Com os maiores júbilos receberam a Francisco Barreto de Menezes os Governadores do nosso Exército de Pernambuco João Fernandes Vieira, e André Vidal de Negreiros, fazendo ações de graças pela sua liberdade, e consultando com eles as disposições da guerra contra a poderosa Armada, que esperavam dos Holandeses, a qual brevemente chegou numerosa em naus, e com seis mil infantas. Em outros navios, que derrotara uma tempestade padecida no Canal, vinham mais três mil homens, reenchendo o cômputo dos nove mil, com que partira de Holanda, e não tardaram em se juntar no Recife. Resolveram os Governadores do nosso Exército unir em um corpo a nossa gente. Mandaram arrasar todas as nossas Estâncias, que com tão poucas guarnições era impossível poderem conservar-se; e só guarneceram as Fortalezas do Arraial, da Bateria, e da Barreta, que fabricaram no cerco posto aos inimigos.

*Ordem para se entregar o Governo ao Mestre de Campo General Francisco Barreto.* – Com estas disposições juntaram um exército

de três mil homens, mais valorosos, que bem-armados, contando-se neles os Terços dos Gentios de D. Antônio Filipe Camarão, e dos Pretos de Henrique Dias. Ao mesmo tempo chegou ordem do Conde de Vila Pouca para os Governadores de Pernambuco entregarem o Governo nas armas ao Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes, em execução da que tivera d'El-Rei, que mandava exercesse o posto, com que o enviara àquela guerra; o qual principiou a exercer com grande expectação dos Cabos, e dos Soldados, que fiavam do seu merecimento todas as empresas, que veio a conseguir o seu valor.

*Sai Sigismundo a campo com numeroso exército. – Marcha o nosso exército a encontrá-lo. –* Pôs-se em campo Sigismundo Wandescop com sete mil e quinhentos infantas, grande número de Gentios, e de Gastadores, deixando de caminho arrasada nossa Fortaleza da Barreta, por malguarnecida, e pior acautelada. Marchou para a Povoação da Moribequa, uma légua distante dos montes Guararapes (importantíssima pela sua fertilidade, para sustentar um exército), conveniência que o incitava a fazer dela a primeira presa nesta sua segunda conquista. Porém avisados o Mestre de Campo General, e mais Cabos do nosso exército da marcha dos inimigos, resolutos a pelejarem com eles, sem temor da muita vantagem, que lhes tinha em número de gente, e armas saíram a provocá-los à batalha, levando-os com algumas sortidas, e escaramuças, para os referidos montes Guararapes, cujas fraldas, e cumes ofereciam teatros capazes a estas militares cenas.

Arrogante Sigismundo com o grande exército, que conduzia, e vendo ao nosso tão pequeno, entendeu, que a fortuna lho trazia para o seu triunfo, e que vencendo-o, acabaria a guerra de Pernambuco; pois naquele pouco número de Soldados consistia a sua rebelião, e de todas as mais Capitánias, que tornariam ao seu domínio, só em nos ganhar esta batalha; e não fazia errado juízo, porque daquelas nossas pequenas forças pendia a saúde de todas





as Províncias de Pernambuco, e com este discurso se animavam o General Holandês, e os seus Soldados na esperança de ser aquela vitória o fim de toda a guerra.

*Combatem os dois exércitos nos montes Guararapes.* – Acometeram-se os dois desiguais exércitos; o dos Holandeses superior em gente, bastimentos, petrechos, bagagens, arreios e galas: o dos Pernambucanos inferior em soldados, comodidades, sustento, descanso, e vestidos; mas como se desigualava na causa, e no valor, superou as vantagens dos contrários no conflito. Durou cinco horas a porfia em rigoroso, sanguinolento, e militar certâmen; mas depois de apurarem os inimigos todo o seu alento, foram cedendo ao nosso esforço com tanta glória nossa, como confusão, e perda sua, retirando-se, por não acabarem todos ao nosso ferro, e deixando-nos na campanha muitas bandeiras, artilharia, prisioneiros e mortos.

*Ganham os Portugueses uma gloriosa vitória.* – Ano de 1648. – Cantamos a vitória, servindo ao nosso triunfo de troféus os seus despojos, em que achamos insígnias para o crédito, víveres para o sustento, e regalos para o apetite. Morreram dos inimigos mais de mil homens; foram muitos os feridos, que levou Sigismundo, retirando-se coberto das sombras da noite, a qual em lhe chegar pronta lhe trouxe um socorro grande, livrando-o, e ao resto do seu exército, do nosso alcance, porque amparado dela, se pôs em Salvo (posto que com duas feridas) no Recife, onde foram os prantos iguais à sua perda, e mui diferentes de sua esperança, e do conceito, que fizeram das poucas forças do nosso exército, medindo-as pelo número, e não pelo valor dos nossos Soldados.

*Juízo, que se tinha feito na Bahia do exército de Pernambuco; e gosto com que nela se recebeu a notícia da vitória.* – As bandeiras, Coronéis, e Oficiais prisioneiros enviou o Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes ao Conde de Vila Pouca, Capitão Geral do Estado; e na Bahia se receberam com tanto maior aplauso,

quanto mais certa julgavam a ruína de Pernambuco, pelo poder das duas Armadas, cujos Soldados pareciam incontrastáveis às forças do pequeno, aflito, e quase desamparado exército dos Pernambucanos: e admirando o seu valor, e constância em tanto crédito da Religião, do Monarca, e dos Vassallos do Brasil, desejavam todos interessar-se na empresa, emulando aquela glória, em que não procuraram ter parte; mas Deus a tinha decretado só para aqueles moradores, em prêmio da sua fé, e do conhecimento, em que estavam de que os estragos, e males tantos anos padecidos, eram justo, e merecido castigo dos seus pecados.

*Morre D. Antônio Filipe Camarão de enfermidade.* – Da nossa parte morreram noventa Soldados, dos Oficiais só dois Capitães; porém de uns, e outros foram muitos os feridos, que brevemente ficaram sãos, servindo-lhes o gosto do triunfo do melhor medicamento, e ficando-lhes o desejo de pelejar por efeito da cura, ou por simpatia das cicatrizes. O geral contentamento, com que se achava o nosso exército, lhe pensionou a fortuna com a morte de D. Antônio Filipe Camarão, Governador dos Índios, que faleceu de enfermidade poucos meses depois da vitória, havendo sido um dos maiores instrumentos de a conseguirmos. Contou os anos da sua vida pelos seus triunfos. O seu valor, e fidelidade o fazem tão acreedor da nossa saudade que lhe devemos uma particular memória.

*Seu Elogio.* – Foi tão religiosamente observante da nossa Santa Fé Católica Romana que não empreendeu ação sem recorrer primeiro a Deus, e à Virgem Santíssima, cujas Sagradas Imagens trouxe sempre consigo. Seguiu as nossas armas desde que os Holandeses, entraram em Pernambuco, não afrouxando a sua lealdade na maior evidência dos nossos perigos. Trouxe o maior séquito dos Gentios (de que era principal) à obediência, e amor dos Portugueses; com eles se achou nos mais perigosos conflitos, obrando tais ações, que fizeram o seu nome ouvido com respeito entre os nossos, e com assombro entre os inimigos. Os Reis o



honraram com mercês generosas, e ele as abonou com procedimentos qualificados. No seu posto sucedeu seu primo D. Diogo Pinheiro Camarão, herdeiro do seu apelido, e do seu valor.

*Morte do Bispo D. Pedro da Silva e Sampaio. – Ano de 1649. –* Na Bahia faleceu D. Pedro da Silva e Sampaio, sétimo Bispo do Brasil, que fora Inquisidor da Inquisição de Lisboa, e Deão da Sé de Leiria. Exerceu a Pontifícia Dignidade quinze anos, entrando na sua Igreja no de mil e seiscentos e trinta e quatro, e falecendo no de mil e seiscentos e quarenta e nove. O tempo, que se lhe pode contar na sua vida por menos acertado, foi o em que exerceu o Governo militar, e político com o Mestre de Campo Luiz Barbalho Bezerra, e Lourenço de Brito Correa, na deposição do Vice-Rei Marquês de Montalvão, concorrendo para as desatenções, com que o trataram. Em todos os outros anos, que viveu no Brasil, procedeu com as virtudes, e ações, que se podem desejar em um bom Prelado. Foi sepultado com não poucas lágrimas na Capela-mor da sua Matriz, e transferindo-se-lhe os ossos para Portugal, naufragaram com a nau que os conduzia, vindo a experimentar no Mundo ainda além da morte outra ruína.

*Vem Sigismundo com Armada a roubar o recôncavo da Bahia, destrói muitos Engenhos, e sai da enseada pela Barra, sem oposição alguma. –* Não eram menos prejudiciais, e ambiciosos por mar os importunos, e ousados Holandeses. Andavam com poderosas naus pelos do Brasil, tomando as embarcações, que de Portugal vinham a estes portos, ou deles voltavam; sendo mui raras as que lhe escapavam, em prejuízo notável dos Vassalos pela perda do negócio. E tendo Sigismundo notícia que a nossa Armada voltara para Lisboa com os navios de carga da Bahia, entrou pela sua enseada com muitas velas, e penetrando com embarcações menores os rios do recôncavo, roubou, e destruiu trinta Engenhos, saindo sem dano, ou contraste algum pela barra, rico de despojos, que aumentara naquela mesma ocasião com outras presas de algumas

embarcações nossas, que foi colhendo até entrar no Recife; onde com este sucesso moderaram os Holandeses o sentimento das muitas perdas, que experimentavam, e da grande opressão, em que os tinham posto os Pernambucanos.

*Instituição da Junta do Comércio. – Sua utilidade.* – Prevenindo o remédio aos males, que os inimigos nos causavam por mar, fazendo presa em os nossos navios, ajustaram com El-Rei os homens de Negócio uma geral Companhia, que depois foi Tribunal com o nome de Junta do Comércio, e os seus Ministros com os de Deputados; os que residiam nas Praças do Brasil, se chamavam Administradores. Aplicaram cabedais importantes a sustentar trinta e seis naus de guerra, das quais se empregassem dezoito em comboiar (juntas em Frota) as embarcações aos portos do Brasil, e a conduzi-las deles para o Reino, proibindo com penas graves, sair, ou navegar alguma fora daquele corpo; e com esta acertada disposição se tiraram aos Holandeses grandes interesses, e ficamos logrando as utilidades de passarem livres dos inimigos às nossas naus.

*Depois por desnecessária a desfaz o Senhor Rei Dom João V.* – Por Generais das referidas Frotas vinham Cabos Ilustres, e dos mais experimentados na milícia marítima, e conduziam portentosas naus, cujo comboio se reduziu depois a número de dez, existindo com grandes despesas muitos anos. Porém tendo cessado a causa, porque a Junta se instituía, e achando-se com vários empenhos, de que pagava muitos juros, por Consultas do mesmo Tribunal do ano de mil e setecentos e quinze, e de mil e setecentos e dezenove a El-Rei nosso Senhor D. João V, que Deus guarde, foi servido no de mil e setecentos e vinte, ordenar que se extinguisse, obviando as despesas, que se faziam com os Ministros, e Oficiais desta intendência, e as dívidas, que de novo se iam sempre contraindo.

Para pagamento de todas, e dos juros que venciam, mandou Sua Majestade consignar diferentes efeitos, por onde se vão cobrando com satisfação mais pronta, da que se experimentara no tempo,

em que aquele Tribunal existira, e encarregou ao Conselho da sua Real Fazenda toda a administração, que tivera, ordenando, que pelos Armazéns da Coroa corresse o apresto dos comboios, que constam hoje de duas naus de guerra para a Bahia; duas para o Rio de Janeiro; e uma para Pernambuco.

*Disposição dos Holandeses, para saírem a campanha. – Toma esta empresa o Coronel Brinc. –* Como no vencimento de uma batalha consiste quase sempre a posse de uma conquista toda a ânsia dos Holandeses era ganhar uma vitória. Consideravam ao Exército de Pernambuco gasto em pelejar, e cansado de vencer, porque quando as forças são débeis, até nos triunfos padecem estragos, e os mesmos troféus, que as lisonjeiam, as consomem. Supunham, que não podia durar em tanta porfia a constância, nem permanecer com tanto combate o valor; e arrebatado deste pensamento, ou do seu natural impulso o ânimo do Coronel Brinc, que nos impedimentos de Sigismundo governava as armas de Holanda, fomentado dos Soldados, sugerido de alguns do Supremo Conselho, e do Povo do Recife, propôs, que saísse o Exército a sujeitar a campanha de Pernambuco, pedindo àquela empresa em satisfação de muitos serviços.

Contra o parecer de Sigismundo, presságio do sucesso, já pela sua experiência ou já pelo seu temor, alcançou o Coronel Brinc a licença; e feitas todas as precisas disposições, se pôs em campanha com cinco mil homens, que eram a flor das suas milícias no Brasil, escolhidos, e tirados antecipadamente para esta empresa de todas as Praças, e guarnições, que conservavam. Levava setecentos Gastadores, e mais um Regimento formado dos homens marítimos, de que era Cabo o Almirante da sua Armada, duzentos Índios, e alguns Pretos, que desta casta de gente escusou muita, por entender, que lhe serviria mais de embarço, que de utilidade.

*Sai a campo, e marcha para os montes Guararapes. –* Com este Exército, por muitas circunstâncias mais que o primeiro poderoso, e forte, posto que menor em número, marchou para os montes



Guararapes, sem a lembrança, e pendor de terem já sido infaustos às suas armas, perdendo a batalha, que neles ganhamos o ano passado; senão era pretenderem agora os Holandeses restaurar a opinião no mesmo posto, em que a perderam, ou tomar vingança dos agravos no próprio lugar, em que lhes foram feitos.

*Segue-o o nosso exército de Pernambuco.* – Achavam-se alguns moradores tomando um breve descanso no abrigo de suas casas, assegurados com a vitória próxima, e fazendo prevenções para a campanha futura; porém avisados da resolução dos inimigos, vieram logo para o nosso exército, no qual achou o Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes dois mil e seiscentos infantes. Com este pequeno corpo, e parecer de todos os nossos Cabos, se resolveu a seguir, e dar aos inimigos batalha, a qual pediam com instância os nossos Soldados, porque os braços costumados a vencer apeteçiam pelejar.

Marchou para os montes Guararapes, que achou já ocupados pelos inimigos, ganhando-nos aquela vantagem, que o nosso exército tivera, na outra batalha; mas não desanimou este acidente ao nosso exército, que nas dificuldades qualificava mais seu valor. Chegou o Mestre de Campo General àquele sítio em uma tarde, e querendo atacar logo o combate, foi aconselhado pelos outros Cabos, que o diferisse para o dia seguinte, porque descansasse a nossa gente da larga, e apressada marcha, que havia feito.

*Ataca-se a Batalha.* – Toda aquela noite mandou o Mestre de Campo General por várias partes tocar arma aos Holandeses, para os ter inquietos, logrando a indústria no descômodo, que lhes causou. Ao romper do dia enviou alguns Cabos a reconhecer o exército contrário, e a forma que tinha; e avisado dela, dispôs acometê-lo por várias partes, sendo primeiro a do Boqueirão, onde pusera a maior força. Por ali principiou o Mestre de Campo João Fernandes Vieira a batalha, achando tal resistência pelos muitos Batalhões, que defendiam aquele posto, que lhe foi necessário



empenhar todo o seu valor, e o dos Esquadrões, que o seguiam, até fazer desalojar os inimigos; mas seguindo-os, achou formados outros Troços Holandeses, que desceram dos cumes dos montes a socorrerem aos seus.

*Alcança o nosso exército a vitória. – Ano de 1649.* – Neste acidente, e nova resistência foi o Mestre de Campo João Fernandes Vieira com o próprio esforço abrindo por eles a mesma estrada, sendo também socorrido de mais gente nossa. Os Mestres de Campo André Vidal de Negreiros e Francisco de Figueiroa haviam por outras partes atacado vários Esquadrões com a mesma fortuna, e igual valor, achando em todos valorosa resistência; porque os inimigos pelejando já mais pela honra, que pelos interesses, e consequências da vitória, desprezavam bárbara, e inutilmente as vidas; até que não podendo obrar mais a sua constância, cederam ao nosso valor. O Mestre de Campo General Francisco Barreto de Menezes, como coração do nosso exército, animava a todas as partes dele, acudindo àquelas, que mais careciam do seu alento.

*Seguem-nos os nossos Soldados até a Fortaleza da Barreta.* – Finalmente deixando os inimigos na campanha o Estandarte dos Estados, dez bandeiras, seis peças de artilharia, tendas, e bagagens, e mil e trezentos mortos (em que entraram o Coronel Brinc, General do seu Exército nesta batalha, e o Almirante da sua Armada), levando mais de seiscentos feridos, e deixando muitos prisioneiros, se retiraram para a Fortaleza da Barreta, sendo seguidos dos nossos Cabos; e Soldados até as portas dela, matando-lhes neste alcance outro grande número de gente.

Agradeceu o Mestre de Campo General a todos o grande valor com que se houveram, e ordenou, que nas Igrejas, e Conventos de Pernambuco se dessem por esta vitória graças a Deus, verdadeiro Senhor dos Exércitos; ação, que se obrou em todas as Freguesias, e Religiões com grande júbilo, e piedade. As

bandeiras, e prisioneiros remeteu à Bahia, onde se fizeram por este triunfo as mesmas públicas demonstrações de devoção, e contentamento.

Havia o último Rei Filipe tirado da Bahia o Tribunal da Relação, ou por escusar a despesa, que se fazia com os Ministros, entendendo não serem necessários, ou por causas, que não foram públicas para se terem por justificadas, reduzindo toda a jurisdição da Justiça a um Ouvidor-Geral do Crime, e Cível, de que se seguiam prejuízos grandes, assim porque em um só Ministro não podia a administração dela ter o expediente, de que careciam as partes, como porque um só entendimento, e uma só vontade eram mais fáceis de errar, ou por propensão da natureza, ou por menos ciência do Direito; como se experimentava na dilação dos pleitos, e na desatenção das sentenças, (que necessitam de tantos olhos, quantos deve ter a Justiça) não havendo no Brasil outra maior instância, a que se recorrer, antes da última nos Tribunais do Reino; e finalmente um só homem a julgar, de que estragos não será causa? Subornado Paris com as promessas de Vênus, deu em uma sentença motivo às ruínas de Troia.

*Introduz El-Rei na Bahia a Relação, tirada pelo seu Antecessor. – Ano de 1652. –* Atendendo o Senhor Rei D. João IV a tantos inconvenientes, e a que a Cabeça de um Estado tão vasto, não devia estar sem este tão grande, como preciso Tribunal, o restituiu à Bahia no ano de mil e seiscentos e cinquenta e dois com grande utilidade do Brasil, correndo as causas com maior expediente por Ministros, que tem especial aplicação naquelas, que a cada um toca por distribuição, ou por intendência do lugar, que ocupa; reformando-se no Juízo dos Agravos as sentenças, que os Ouvidores-Gerais, e os outros Ministros proferem na primeira instância; tendo os pleiteantes a satisfação de que as suas ações se vejam por mais olhos, e se resolvam por mais entendimentos, de que resultam frequentes acertos; e até as mesmas partes, que não alcançam a seu favor as





sentenças, colhem o desengano, de que por lhes faltar o Direito, lhes faltara o vencimento.

Governava o Estado do Brasil João Rodrigues de Vasconcelos, Conde de Castelmelhor, que sucedera no posto de Capitão Geral a Antônio Teles de Menezes, Conde de Vila Pouca, o qual depois de o ter exercido com os acertos filhos do seu valor, e da sua experiência, (que fizeram na Índia, e por outras partes da Monarquia resplandecer mais o seu esclarecido sangue) voltara para Portugal naquela infausta Frota, de que já fizemos menção. Era o Conde de Castelmelhor ilustríssimo por nascimento, e por valor, famoso pelos rigorosos tratos, e pela áspera prisão, que em Cartagena das Índias sacrificara ao amor da Pátria, e igualmente claro pelos progressos, que na defesa dela havia já obrado nos empregos de Governador das armas das Províncias de Entre Douro, e Minho, e do Alentejo; e com a mesma atividade se applicava no Governo do Brasil.

*Morte do Sereníssimo Senhor Príncipe D. Teodósio. – Ano de 1653. –* Agravando-se sempre mais a enfermidade, que havia largo tempo padecia o Sereníssimo Senhor D. Teodósio, veio a ter fim com a sua intempestiva, e lamentável morte, em quinze de Maio de mil e seiscentos e cinquenta e três, com inconsolável sentimento, e inextinguíveis lágrimas de seus Augustos Pais. Excessiva foi a dor, que padeceu o Brasil na perda do seu príncipe, incomparável o pranto de toda a Monarquia pela falta de tal sucessor, e pudera ser geral desta mágoa em todo o Mundo Cristão, por acabar um dos maiores Atlantes da Fé, em cujas virtudes tinha a Religião Católica um Real exemplo.

*Seu Elogio. –* Em menos de vinte anos, que contou de vida, fez a arte no seu talento resplandecer as muitas qualidades, de que o tinha dotado a natureza. Foi o seu domínio suspirado pelos Portugueses, como o de Germânico pelos Romanos, desvanecendo a morte umas, e outras esperanças. Do seu conselho resultaram



os melhores sucessos, que até aquele tempo se haviam logrado na defesa do Reino. Foi insigne na língua Latina, e em outros vários idiomas, sutilíssimo Filósofo, Teólogo, Cosmógrafo e Matemático, com assombro dos maiores Mestres destas ciências. O Céu lhe tinha decretado melhor Império, e não permitiu o lograsse mais anos a terra, deixando-lhe a memória remontada sobre as asas da Fama, e impressas as saudades nos corações dos súditos, que com o cadáver do seu príncipe sepultaram todo o seu contentamento.

*Continua o nosso Exército no cerco do Recife.* – Perseverava o nosso Exército de Pernambuco no cerco, que tinha posto aos inimigos no Recife; e depois das duas últimas vitórias, que deles alcançara, o tinha reforçado mais, guarnecendo, e fortificando melhor as Estâncias, e postos; porém por falta de gente, e de petrechos não passava do assédio daquela Praça à expugnação dela, e não se viñham a conseguir: outros efeitos, que impedirem aos Holandeses a fazerem-se senhores da campanha, e tirar-lhes as utilidades, que podiam ter por terra, rebatendo as contínuas sortidas, que faziam contra as nossas Estâncias, de que sempre saíam rechaçados, ainda que no último ano dos nove, que durou o sítio, se abstiveram de as fazer, ou desenganados da sua porfia, ou porque já se não atreviam a mais progressos, que a conservar algumas Praças, e Fortalezas, que ainda tinham em seu poder.

*Juízo, que fazem os nossos Cabos.* – Porém considerando o Mestre de Campo General, e os mais Cabos do exército de Pernambuco, que seria indústria esta, realmente era debilidade; e que mostrarem querer só sustentar o que estavam possuindo, seria para colherem a nossa gente descuidada com alguma invasão repentina, dobrava as guarnições, e aumentava a cautela, trazendo os Soldados mais vigilantes no descuido, ou indústria dos inimigos; porém como todas estas dilações era em prejuízo do exército, em descômodo dos moradores, que na duração do cerco tinham evidente perda, diminuindo-se a gente, faltando os bastimentos, e não se tratando



das lavouras, entenderam os Pernambucanos, que na brevidade da empresa do Recife consistia o remédio em todos estes danos.

*Chega Pedro Jaques de Magalhães conduzindo as naus de carga, que iam para aqueles portos.* – Receavam que de Holanda chegassem socorros aos inimigos, não só para se defenderem, mas para intentarem novos progressos; e o tempo trouxe as nossas armas ocasião oportuna, para o intento de expugnarem ao Recife, com a vinda da nossa Armada da Junta do Comércio, de que era General Pedro Jaques de Magalhães, e conduzia as naus de carga ao Brasil, para comboiar as que estivessem prontas a fazerem viagem para o Reino.

*Pedem-lhe os Ajude na Expugnação do Recife.* – Havendo já Pedro Jaques metido nos portos de Pernambuco as que iam para aquelas Províncias, lhe pediram o Mestre de Campo General Francisco Barreto, e os mais Cabos do Exército (fazendo as mesmas instâncias ao seu Almirante Francisco de Brito Freire), os quisessem ajudar na expugnação do Recife, empresa de tanto serviço a Deus, por ser contra Hereges, inimigos da nossa Religião Católica, e tão útil ao serviço d’El-Rei, concorrendo a restaurar-lhe o domínio, que lhe usurpavam os Holandeses em tanto prejuízo dos seus naturais Vassallos, e da grandeza da sua Monarquia, em ódio da de Castela, da qual já o Céu, o valor, e a fortuna a tinham separado.

*Repugna fazê-lo o General Pedro Jaques.* – *Razões que dá.* – *Repetem-se-lhe os rogos.* – *Conforma-se com a resolução dos Cabos do Exército.* – Ao General Pedro Jaques de Magalhães pareceu se não devia empenhar naquela empresa, por não faltar à observância do seu Regimento, que lhe não dava acesso a mais, que conduzir as naus de Portugal, e comboiar as do Brasil, segurando uns, e outros interesses, que era o fim para o qual a Junta do Comércio sustentava com tão grande despesa aquela Armada, além da culpa, que cometeria contra a paz ajustada com os Estados de Holanda, tendo ordem d’El-Rei para a guardar, encaminhando-se a sua viagem só

à defesa, e segurança das referidas embarcações. Porém repetindo-se da parte dos Cabos, e moradores os rogos, intimidando-lhe a causa de Deus, do Rei, e da Pátria, protestando-lhe o crime, que lhe podia resultar de escusar-se de ser um dos instrumentos da restauração de Pernambuco, que com o seu auxílio podia facilmente conseguir-se, resolveu a todo o trance concorrer para esta empresa.

*Disposições da empresa.* – Dispostas todas as coisas ao fim, que os Pernambucanos pretendiam, por conselho de uns, e outros Cabos, ficou o Almirante Francisco de Brito Freire em terra com a Infantaria da Armada, e o General Pedro Jaques de Magalhães com os Soldados precisos para a guarnição das naus (tendo enviado para a Bahia, e para o Rio de Janeiro os navios, que vinham destinados para os seus portos) com as dezoito naus de guerra, e algumas mercantis mais poderosas, que demorou para lhe assistirem naquele empenho, sitiou por mar ao Recife com tal regularidade, e militar acerto, que impediu naquele porto entrar, ou sair embarcação alguma.

*Toma o nosso Exército a Fortaleza das Salinas, e a de Altanar.* – *Desamparam os inimigos a da Barreta, Buraco de Santiago, e a dos Afogados.* – Seguro o nosso exército de que os inimigos não poderiam ser socorridos das suas Praças marítimas, foi atacando por terra as suas Forças, sendo a primeira a Fortaleza das Salinas, a qual, ainda que com grande trabalho em o curso de um dia, a rendeu; e com o mesmo valor, e fortuna, posto que com a própria resistência, tomou a de Altanar, desamparando os inimigos as da Barreta, Buraco de Santiago, e a dos Afogados, que logo senhorearam os Pernambucanos, e marcharam a ganhar a Fortaleza das Cinco Pontas, que era o maior propugnáculo, ou ante mural da Praça do Recife.

*Põem o nosso Exército sítio à Fortaleza das Cinco Pontas, que se entrega.* – Com tão grande trabalho, e valor a combateram, que

em poucos dias a puseram em termos de capitular a entrega; de que resultou tal confusão no Recife, que tudo era assombro; e Sigismundo, que com vigorosa diligência, e disposição militar tinha enviado socorros às referidas Praças (com tão pouca fortuna sua, que foram desbaratados pela nossa gente, e se algum entrou, não foi poderoso a resistir ao nosso valor, nem a evitar a sua perda), agora totalmente desesperava de poder defender o Recife.

*Tratam os do Supremo Conselho de entregar a Praça do Recife.* – Confusos os do Supremo Conselho, os outros Holandeses, e os Judeus, que residiam naquela Praça, receosos todos de perderem os bens adquiridos, se esperassem o último furor dos vencedores, tratavam de capitular a entrega, por conseguirem com tempo condições mais favoráveis; segurando assim a fazenda, que a Companhia Ocidental tinha naquelas Capitánias, como a dos particulares; conhecendo, que não podiam ter socorros de Holanda, de donde havia quase um ano lhes não chegara embarcação, porque aqueles Estados tendo contendas por interesses do negócio com a Parlamentaria República de Inglaterra, juntando-se de uma, e outra parte no Canal as suas Armadas, se combateram, alcançando vitória a do Parlamento com perda, e destruição da Holandesa; causa porque apressaram as capitulações, as quais lhes concederam os nossos Cabos com as mais honestas condições, que os inimigos podiam alcançar no presente estado, em que se achavam.

*Ajustadas as capitulações, entregam as Capitánias, que estavam no domínio.* – Ano de 1654. – Em virtude delas entregaram os Holandeses a Praça do Recife com todas as suas defensas, as Capitánias de Itamaracá, Rio Grande, e Paraíba, assinando-se em vinte e seis de Janeiro do ano de mil e seiscentos e cinquenta e quatro os capítulos, que de ambas as partes foram fielmente observados. Com o aviso desta feliz nova partia o Mestre de Campo André Vidal de Negreiros para Lisboa, recebendo-a o Senhor Rei D. João o IV, e toda a Corte, com as maiores demonstrações de aplauso; e



depois de se darem públicas graças a Deus por tão especial favor da sua grande misericórdia, fez El-Rei mercês a todos os Cabos do exército de Pernambuco, próprias da sua Real grandeza. Na Bahia, e por todas as mais partes do Estado foi festejada esta notícia com muitas ações de graças, e atos tão festivos, quanto o pedia a glória de se verem de todo livres de uma Nação, com a qual no curso de trinta anos tivemos sanguinolenta guerra no Brasil.

*Vem por Governador, e Capitão Geral do Brasil o Conde de Atouguia. – Suas virtudes.* Tinha chegado à Bahia com o posto de Governador, e Capitão Geral do Estado, a suceder a João Rodrigues de Vasconcelos, Conde de Castelmelhor, o de Atouguia D. Jerônimo de Ataíde, que na Corte, e nas campanhas do Reino havia tido empregos dignos da sua grandeza, do seu esclarecido sangue, e do seu valor, todos com venturosos sucessos, e com a mesma fortuna exercido o cargo superior das armas na Província de Trás-os-Montes. Foi na Bahia o seu Governo tão aplaudido, como ficou memorado; resplandeceram no seu talento entre muitas prerrogativas a retidão, e independência, em tal equilíbrio, que se não distinguia qual destes dois atributos fazia nele mais pendor porque eram no seu ânimo vigorosamente iguais o desinteresse, e a Justiça; virtudes inseparáveis nos Heróis, que entesouram só merecimentos, para viverem na fama, e na eternidade.

*Morte do Sereníssimo Senhor Rei D. João IV. – Ano de 1656. –* Restaurado o Reino pelo nosso grande Monarca o Senhor D. João IV, e já com infalíveis esperanças de ficar estabelecido, e seguro na sua Augusta descendência, recuperadas as Províncias, que no Brasil tinha senhoreado o poder de Holanda, tornava com novas luzes a manifestar-se o antigo esplendor da Monarquia, quando contra tanta felicidade, posta em campo a morte, cortou com o mais cruel golpe o fio da mais importante vida, tirando-a intempestivamente a El-Rei em seis de Novembro do ano de mil e seiscentos e cinquenta e seis, com dezesseis de Reino, e cinquenta e

dois de idade; mui curta se a medimos pelo tempo; se pelas ações, mui dilatada.

*Seu Elogio.* – Foi duque segundo em nome, e oitavo em número, da Sereníssima Casa de Bragança. Nasceu rei por direito; Vassalo por tirania; mas este descuido da natureza emendou a fortuna, então ministra da Providência Divina, restituindo-lhe a Coroa, que estava violentada em outra cabeça, e separando o Reino daquele corpo, que intentou reduzi-lo a um pequeno membro, fazendo-o Província. Opulento, e firme o deixou aos seus Reais Sucessores, sendo tão amado dos Vassalos naturais o seu domínio, quanto apetecido dos estranhos; eternizando nos súditos de todas as porções da sua dilatada Monarquia uma perpétua saudade, e por quantos Orbes discorre a fama, uma eterna memória.

**R***egência da Sereníssima Senhora Rainha – Suas Reais virtudes, e varonil talento.* – Ficou pelo testamento d’El-Rei nomeada a Sereníssima Senhora D. Luiza sua esposa por tutora dos Senhores Infantes seus filhos, e regente do Reino na menoridade do príncipe seu Sucessor. Dezesseis anos, que contava de rainha em uma Monarquia, contrastada de tão poderosos contrários, e tão vários acidentes, lhe deram experiências, com que na absoluta Regência do Reino pode com grandes acertos encarregar-se de todo aquele peso, de que já sustentava tanta parte assistindo com ânimo varonil, e Real a todos os conselhos, e arbítrios sobre a defesa, e regime do Reino, e das Conquistas, a que se applicava com tanto mais empenho, quanto era maior a obrigação, sendo as suas resoluções admiradas, e aplaudidas em todas as Cortes de Europa, e até naquelas menos interessadas na restauração de Portugal.

*Cuidado, que tem das Conquistas do Brasil.* – Tanto se desvelava no aumento da nossa América, que na maior opressão de Portugal, e na precisa ocasião, que tinha o Conde de Cantanhede (depois Marquês de Marialva), Governador das Armas da Província do Alentejo, de juntar exército para o socorro da Praça de Elvas (empresa que teve glorioso fim com a batalha das Linhas), havendo pedido a Infantaria, que estava para vir com a Armada para este Estado, lha não quis mandar, por atender às conveniências dos moradores do Brasil, não sendo grande o prejuízo, que lhes podia



seguir de se demorar, por causa tão justa, um ano o combói; mas nem naquele aperto permitiu a Sereníssima Senhora Rainha, que lhe faltasse este expediente, ou por afeto, que tinha aos Vassallos da América, ou porque o seu Real, e valoroso ânimo entendera, que podia conseguir a conservação do todo da Monarquia, sem dano de alguma porção dela; discurso, que acreditou o sucesso com a memorável vitória, que ao mesmo tempo alcançaram os Portugueses debaixo da sua Regência contra os Exércitos Castelhanos.

*Manda por Governador Geral do Estado a Francisco Barreto de Menezes. – Ano de 1657. – Ajusta a paz com os Estados de Holanda. – Ano de 1662. –* Para suceder ao Conde da Atouguia no posto de Capitão Geral deste Estado, elegeu a Sereníssima Senhora Rainha Regente a Francisco Barreto de Menezes, em prêmio das proezas, que obrara na restauração de Pernambuco, sendo Mestre de Campo General daquela guerra. Pela mesma causa fez ao Mestre de Campo André Vidal de Negreiros Governador daquela Capitania, cuja liberdade com tanto risco, e valor conseguira; e para sossego, e segurança de todas as Conquistas, e praias do Brasil, solicitou com o maior cuidado por seu Embaixador Extraordinário Henrique de Souza Tavares da Silva, então Conde de Miranda, e depois Marquês de Arronches, uma paz firme com as Províncias Unidas, tanto mais útil aos interesses dos Vassallos do Brasil, quanto mais difícil de se ajustar pela indignação, e sentimento, em que as nossas vitórias tinham posto aos Sócios, e ministros da Companhia Ocidental, e a toda sua Nação, vendo perdido o lucro, que tiravam das nossas Províncias, a cujo domínio, aspiravam restituir-se, quando as suas forças, e o templo lhes dessem lugar.

*O casamento da Senhora Infante com El-Rei da Grã-Bretanha. –* Com a mesma ânsia, para esforçar a defesa de Portugal como Cabeça do Império, de cujo vigor pendiam os alentos de todos os membros dele, procurou por Francisco de Melo de Torres

Conde da Ponte, depois Marquês de Sande, seu Embaixador Extraordinário em Inglaterra, a união da Coroa Inglesa pelo casamento da Sereníssima Senhora Infante D. Catarina sua filha com o Sereníssimo Carlos II. Monarca dos três opulentos, e belicosos Reinos, Escócia, Inglaterra e Irlanda, restituído a eles pela Nobreza, e Povo com o mais reverente aplauso, poucos anos depois, que o tirânico Governo do Parlamento os tirara com a cabeça (detestavelmente) a seu pai o infeliz Carlos I, legítimo, e natural senhor daqueles próprios súditos, que com horror da obediência e confusão da Majestade o puseram em um cadafalso. Conseguindo a Senhora Rainha nesta aliança, e parentesco do novo rei muitas seguranças às Conquistas, e socorros a Portugal.

*Consegue com felicidades os desígnios contra as oposições de Castela.* – Ambas estas empresas conseguiu venturosamente apesar das negociações, poder, e indústria, com que El-Rei de Castela com muitas Embaixadas, repetidas instâncias, e várias promessas tratava de as impedir nas Cortes de Londres, e de Haia, por lhe dificultarem estes tratados a conquista de Portugal; porém contrastando a todas estas fortes oposições a constância da senhora Rainha Regente, e não reparando em despesas pela glória do Reino, e bem dos Vassallos, se lograram os seus desígnios, dando à Companhia Ocidental de Holanda, em ressarcimento das despesas feitas na guerra do Brasil, cinco milhões, pagos em dezesseis anos, e em dote à El-Rei da Grã-Bretanha dois, satisfeitos em dois anos; sendo estas disposições bem recebidas, não só pelos súditos, mais louvadas em todas as Potências de Europa pelos Príncipes, e Ministros independentes dos interesses de Castela.

*Causas da contribuição do Donativo do Brasil.* – Para satisfação de tanto empenho era preciso que concorressem o Reino, e suas Conquistas; causa, pela qual escrevera ao Governador Geral Francisco Barreto de Menezes duas cartas, feitas ambas em quatro do mês de Fevereiro do ano de mil e seiscentos e sessenta e dois;

em uma o avisava da paz estabelecida com os Estados de Holanda, e do cômputo de cinco milhões, que lhes prometera, pagos em dez a seis anos, em recompensa dos gastos, que tinham feito nas Armadas, que mandaram a Pernambuco, e às suas Capitânias; e que devendo (como era razão) repartir-se esta quantia por Portugal, e pelas Conquistas tão interessados na utilidade da paz, pelo orçamento, que no Reino se havia feito, tocara a este Estado cento e vinte mil cruzados em cada um dos dezesseis anos, em que se haviam de ir continuando os pagamentos até última satisfação.

Na outra carta o noticiava do casamento da Senhora Infante D. Catarina, ajustado com o Sereníssimo rei da Grã-Bretanha, levando dois milhões em dote, para cuja satisfação tomando o Reino sobre si (sem reparar no aperto, em que o tinha posto a guerra) as cinzas dobradas por tempo de dois anos, ainda faltava para ajustamento do dote a importância de seiscentos mil cruzados; pelo que lhe ordenava pedisse a estes moradores contribuissem também para aquele empenho, que igualmente vinha a resultar em benefício do Brasil com a segurança de Portugal, de quem como da Cabeça, pendiam todas as Conquistas do Reino. Em ambas estas cartas fazia vivas expressões da grande fidelidade, e amor dos Vassallos da nossa América, segurando ser-lhe sempre presente este novo serviço, para os ter na sua lembrança, como tão beneméritos da sua atenção Real.

*Convoca o Governador ao Senado da Câmara. – Resposta dos Senadores, prometendo a vontade segura em todos os Vassallos da Bahia.* – Convocou o Governador a Palácio os Senadores, que aquele ano tinham o governo do Corpo Político da República, e propondo-lhes a carta, e ordens Reais, achou neles o agrado, e zelo, que a Nobreza da Bahia sabe os tentar em todas as ações de serviço dos nossos Monarcas. Responderam, que o proporiam a matéria no Senado da Câmara, aos homens bons, e da Governança, com cujo parecer por direito, e estilo se costuma tomar assento em negócios

semelhantes, com assistência, beneplácito e concurso do Povo, esperando, que não haveria dúvida mais que na forma, em que se haviam de repartir por todas as Províncias do Brasil os cento e vinte mil cruzados, que se lançavam em cada um dos dezesseis anos sobre este Estado para a paz de Holanda, e os que haviam de contribuir para o dote de Inglaterra.

*Propõem às pessoas principais da Governança, e ao Povo. – Aceitam com geral conformidade a contribuição.* – No dia seguinte chamaram os ditos Senadores atuais as pessoas principais da Governança, e o Povo; e lidas as cartas em presença de todos, considerando-se os urgentes motivos, que faziam precisas e justas aquelas despesas, convieram em contribuir para elas, como tão leais Vassalos, e nomearam seis pessoas, que ajustassem com os Vereadores no Senado a forma, e o cômputo do que devia tocar a cada Capitania. Juntos os seis Árbitros nas Casas da Câmara com os Oficiais dela atuais resolveram todos, que sobre os cento e vinte mil cruzados, que se haviam de dar em cada um dos dezesseis anos para a paz de Holanda, se acrescentassem mais vinte mil cruzados em cada um ano para o dote de Inglaterra.

*Reparte-se o cômputo dela por todas as Capitánias. – A importância deste donativo nos dezesseis anos.* – Tomou sobre si a Bahia, como Cabeça da Portuguesa. América, a maior parte deles, que foram oitenta mil cruzados em cada um dos dezesseis anos, e repartindo-se os sessenta pelas outras treze Províncias, veio a importar em todas o donativo nos dezesseis anos, a cento e quarenta mil cruzados por ano, dois milhões, e duzentos e quarenta mil cruzados; e com festivas demonstrações se aplaudiram por todo este Estado estas duas tão importantes notícias.

*Controvérsia entre André Vidal, e Francisco Barreto.* – Continuava Francisco Barreto de Menezes o Governo geral do Brasil, no qual teve pesadas dissensões com André Vidal de Negreiros, Governador de Pernambuco, que topavam em desobediência das

suas ordens, passadas em recurso de justas queixas dos moradores daquela Capitania, por obrar com eles muitos excessos de violência, devendo-lhes todas as atenções da Justiça, e do favor, por haverem sido seus companheiros na guerra, e André Vidal seu natural, nascido na Paraíba de honesta família, juntando a muitos escândalos, o não dar comprimento às resoluções do Capitão Geral Francisco Barreto, e a uma sentença desta Relação, negando às partes o apelarem a ela, desterrando, prendendo, e privando dos Ofícios aos que tratavam de a executar, e procedendo como absoluto, e independente de outro poder, com impropério da Cabeça do Estado.

*Francisco Barreto o depõem do cargo, e o manda vir preso à Bahia. – Obedece André Vidal, dando cumprimento às ordens, a que tinha desobedecido, e foi conservado no Governo.* – Por estas causas o privou do Governo o Capitão Geral, mandando Patente aos dois Mestres de Campo daquele presídio, D. João de Souza, e Antônio Dias Cardoso, para governarem em seu lugar; e ordenou ao Mestre de Campo Nicolau Aranha Pacheco marchasse da Bahia com o seu Terço, e o Desembargador Cristóvão de Burgos de Contreiras, Ouvidor-Geral do Crime, para o trazerem preso a ela, ordenando aos dois Governadores fizessem pleito, e homenagem nas mãos do referido Ouvidor-Geral. Porém André Vidal amainando na tempestade, por escusar o perigo, deu cumprimento com humilhação, e arrependimento às ordens a que tinha desobedecido, e foi conservado no seu posto, havendo-se nele dali por diante com ações mais conformes à confiança, que se fizera da sua pessoa para aquele Governo; porque há ânimos tão fáceis em perpetrar os delitos, como em ceder ao ameaço dos golpes.

*Ano de 1662. – Continuando com grandes acertos a Regência a Senhora Rainha, toma posse do Reino o Senhor D. Afonso VI. – Suas distrações, e pouca aplicação ao Governo.* – Seis anos havia que administrava o Reino a Sereníssima Senhora Rainha D. Luiza, com

os acertos próprios do seu Real talento, a que justamente se atribuíam as felicidades de Portugal nos progressos da guerra, e do Brasil no benefício da paz; e quando a sua singular Regência fazia tão necessária a continuação do seu domínio, quanto era universal o aplauso do seu Governo, tomou as rédeas da Monarquia o Sereníssimo Senhor Rei D. Afonso VI, com maiores desejos de a possuir, que disposições para a governar, porque as suas distrações, impróprias da Majestade, o traziam tão apartado dos cuidados, de que necessitava a administração do Reino, como dos remédios, de que careciam as suas contínuas enfermidades, entregando-se todo só aos seus juvenis divertimentos, dos quais o respeito da Senhora Rainha D. Luiza sua mãe fora embaraço, ainda que não pôde ser freio.

*Deixa o peso da Monarquia a um Valido. Talento do Conde de Castelmelhor. – Queixas dos Tribunais, e da Nobreza.* – Posto no Trono El-Rei, lançou o peso de tanto Império sobre os ombros de um Valido, proporcionados a tamanha carga pelas grandes qualidades, que concorriam na pessoa, e talento de Luiz de Souza de Vasconcelos, Conde de Castelmelhor; porém como era único móbil da máquina da Monarquia, sentiam os Tribunais, e a Nobreza verem-se constringidos a obedecer às resoluções, que não eram filhas naturais, senão adotivas, do seu Monarca; causa, pela qual começaram logo as queixas, agravando-as sempre os ilícitos exercícios d’El-Rei com escândalo dos Vassallos, e perigo iminente do Reino, cuja ruína em breves anos (como diremos) trataram de obviar os pais da Pátria, Grandes, e Ministros do Reino, antes que o mal da República, fomentando as diligências de Castela, tivesse lançado tão profundas raízes, que fizessem impossíveis, ou inúteis os remédios.

*Vem por Vice-Rei, e Capitão Geral de Mar e Terra do Brasil o Conde de Óbidos. – Posto que já havia exercido na Bahia.* – Por sucessor de Francisco Barreto de Menezes, que tinha governado seis anos, enviou o Senhor Rei D. Afonso VI a D. Vasco Mascarenhas, Conde



de Óbidos, Governador das Armas da Província do Alentejo, Vice-Rei da Índia, do Conselho de Estado, e segundo Vice-Rei, e Capitão Geral do Brasil. Havia sido na Bahia Mestre de Campo de um Terço, do qual passara a General da Artilharia; e no ano de mil e seiscentos e trinta e nove, em que veio por Capitão Geral deste Estado D. Fernando Mascarenhas, Conde da Torre, depois de assistir seis meses na Bahia, saindo dela a restaurar Pernambuco com a grande Armada, que para esta empresa trazia (e teve o sucesso, que havemos escrito no quarto livro desta História), o deixou por Governador da Bahia, a quem sucedeu no ano seguinte de mil e seiscentos e quarenta D. Jorge Mascarenhas, Marquês de Montalvão, do Conselho de Estado, e primeiro Vice-Rei, e Capitão Geral do Brasil, como temos mostrado.

*Ano de 1665. – Fundação dos Religiosos da gloriosa Madre Santa Teresa de Jesus. – Virtudes dos seus Fundadores.* – No ano de mil e seiscentos e sessenta e cinco, segundo do Governo do conde vice-rei, vieram fundar Casa na Bahia os Filhos da gloriosa Madre Santa Teresa de Jesus, aquele portento da santidade, e prodígio do entendimento, a quem os arpões do Amor Divino trespassando o coração, lho deixaram vivo, para animar pelo Mundo Cristão a toda a sua sagrada Família, desde o Convento de Ávila, onde está respirando alentos. Foi o primeiro Prior o Reverendo Padre Fr. José do Espírito Santo, conduzindo por Companheiros, e Conventuais para a fundação aos Reverendos Padres Fr. Manuel, e Fr. Inocência de Santo Alberto, Fr. João das Chagas, e o Irmão Francisco da Trindade; em todos resplandecia o Espírito da Reforma da sua insigne, e Santa Instituidora, na observância dos seus Estatutos, e no exemplo da sua penitência, com grande aproveitamento das almas na Bahia, e geral aceitação, e aplauso de todos os moradores dela, e do seu recôncavo, concorrendo com grandiosas esmolas para fabricarem a sua Igreja, e Casa.



*Edificaram primeiro um Hospício.* – Edificaram primeiro um pequeno Hospício no sítio, a que chamam Preguiça, sumamente agradável, e vizinho ao mar. Era devotíssimo Santuário, onde, florescendo aqueles Religiosos em todo o gênero de virtude, faziam uma vida Angélica; estando no coração da Cidade, pareciam habitantes do ermo, e ao mesmo tempo não faltavam ao concurso dos Fiéis, ou na sua Igreja, ou conduzidos às casas dos enfermos, onde era necessária a sua assistência, solicitada com ânsia de todos os que se achavam em perigo de morte, dos quais alcançavam muitos a saúde pela intercessão com Deus, e com sua Mãe Santíssima Nossa Senhora do Carmo.

*Depois um suntuoso Convento.* – Pelo curso do tempo aumentando-se as esmolas, erigiram em outro lugar vizinho ao primeiro, porém mais iminente, e elevado com vistas do mar mais dilatadas, um suntuoso Convento dos maiores, que tem a sua Província de Portugal, com grandíssima, e bem-cultivada cerca, e com estes cômodos cresceu a sua Comunidade em número de Frades. Tiveram pelo Sertão várias missões, das quais conservam ainda a de Masarandupio, em que tem uma Igreja do glorioso Padre São João da Cruz.

*Fundam outra Casa em Pernambuco.* – Muitos anos depois da sua fundação na Bahia, fizeram outra em Pernambuco, levantando um Convento no lugar, em que o deixamos escrito no livro segundo; sítio solitário por falta de moradores, e só frequentado dos caminhantes, que acham naquele passo este refúgio, para lhes franquear os Sacramentos, e Sacrifícios, quando por vários acidentes, ou por devoção os buscam naquele caminho. Ao referido Convento se passam hoje os Religiosos velhos, que fogem do bulício da Bahia, e naquele retiro acabam em vida eremítica, e contemplativa, não lhes fazendo falta o exemplo, e regularidade dos mais austeros da Reino, para onde já não podem voltar, por haverem gasto muitos anos da idade no Brasil, e Angola, onde





tem outra grande Casa, e muitas missões pelos Presídios daquele Reino, com notória utilidade das almas dos seus moradores, e geral contentamento, e aplauso daqueles Povos.

*Ano de 1666. – Cometa sobre o Brasil no ano antecedente – Causa destes sinais, e os seus efeitos.* – No mesmo ano, e no seguinte de mil e seiscentos e sessenta e seis, experimentou o Brasil uma das maiores calamidades, que padecera desde o seu descobrimento, e conquistas, precedendo um horroroso Cometa, que por muitas noites tenebrosas, ateadado em vapores densos, ardeu com infausta luz sobre a nossa América, e lhe anunciou o dano, que havia de sentir; porque ainda que os Meteoros se formam de incêndios casuais, em que ardem os átomos, que subindo da terra, chegam condensados à esfera, as cinzas em que se dissolvem são poderosas assim a infeccionar os ares para infundirem achaques, como a descompor os ânimos para obrarem fatalidades; tendo-se observado que as maiores ruínas nas Repúblicas, e nos viventes trouxeram sempre diante estes sinais. Tal foi o que apareceu no Brasil um ano antes dos estragos, que se lhe seguiram.

*Outro sinal nas praias da Bahia. – Achaque das bexigas no Brasil.* – Outro acidente extraordinário experimentou naquele próprio tempo a Bahia, jamais visto nela, crescendo por três vezes, em três alternados dias, o mar, com tal profusão de águas, que atropelou os limites, que lhe pôs a natureza, dilatando as ondas muito além das praias, e deixando-as cobertas de inumerável pescado miúdo, que os moradores da cidade, e dos arrabaldes colhiam, mais atentos ao apetite, que ao prodígio, ufanos de lhes trazer o mar voluntária, e prodigamente tão copioso tributo, sem considerarem que quando saem da ordem natural os Corpos Elementais padecem os humanos, e causam não só mudanças na saúde, e ruínas nas fábricas materiais, mas nos Impérios. Todos estes avisos, ou correios precederam ao terrível contágio das bexigas, que então veio sobre o Brasil, de que daremos breve e lastimosa notícia.



Era mui raro, e poucas vezes visto em a nossa América este achaque; e sendo mais natural aos humanos, que todos os outros (pois os Médicos lhe deduzem a causa dos ventres maternos, de donde querem que tragam todos este tributo àquele mal) morriam os moradores de cento, e mais anos, sem o chegarem a ter; porém no referido tempo veio sobre eles com sintomas da mais forte epidemia, e do mais voraz contágio. Principiou pela Província de Pernambuco, e acabou na do Rio de Janeiro, posto que com menor força nas Províncias do Sul, por ter despendido os maiores ímpetos nas do Norte.

*Estragos, que faz.* – As casas, que contavam nas suas famílias de portas adentro o número de quarenta, ou cinquenta pessoas, não tinham uma sã, que pudesse curar das enfermas, nem sair a buscar os remédios, e chamar os Médicos, os quais não podiam acudir às inumeráveis partes para onde eram solicitados, e não atinavam nas medicinas, que haviam de aplicar, porque com incerto efeito experimentavam sararem uns das que outros morriam, com que tudo era confusão, e sentimento.

*Caridade dos Irmãos da Misericórdia, dos Religiosos, e dos Párocos.* – Andavam os Irmãos da Casa da Santa Misericórdia, levando pelas particulares os medicamentos, e o sustento de que careciam, conduzindo com os esquifes os mortos, quando não eram pessoas de distinção, para lhes darem sepultura nos Adros, porque já não cabiam nas Igrejas. Os Religiosos de todos os Conventos, sem serem chamados, se introduziam aos enfermos para o Sacramento da Penitência, e os Párocos com menos culto, por falta de gente, que acompanhasse, levavam o sacrossanto da Eucaristia por viático, e juntamente o da Santa Extrema-Unção aos necessitados destes Divinos tesouros da Igreja.

*Piedade, e despesa do conde vice-rei.* – Em tanto estrago luzia a piedade, e grandeza do conde vice-rei, que com incessante cuidado, assistência, e despesa visitava aos enfermos, e mandava aos



pobres tudo o que lhes era necessário, devendo esta caridade ao seu ânimo, e ao seu sangue (ambos esclarecidos), e pôde remediar muita parte desta ruína, que se foi moderando na Cidade com o seu zelo, e com a sua diligência, sempre pronta a favor dos Vassallos deste Estado.

*Danos, que causa pelos recôncavos. – Fome, que se seguiu às beixigas.* – Pelos recôncavos foram tanto mais penetrantes os estragos, quanto era maior a falta dos remédios, e dos Médicos, morrendo os enfermos antes que da Cidade, aonde recorriam, lhes fossem as receitas, e as medicinas; e constando a maior parte daqueles habitadores de escravos para as fábricas dos Engenhos, fazendas, e lavouras, houve alguns Senhores destas propriedades, que perdendo todos os que tinham, ficaram pobres, e não puderam em sua vida tornar a beneficiar as suas possessões, ficando em muita necessidade algumas Famílias nobres, que possuíram grandes cabedais. Seguiu-se depois uma geral fome, que alguns anos padeceu o Brasil por faltarem os cultores das plantas, e sementeiras, e dos outros gêneros precisos, para alimentar a vida, sendo tão considerável, e geral esta ruína, que ainda hoje se experimentam os prejuízos e consequências dela.

*Sai do Paço a Senhora Rainha D. Luiza.* – Havia o Senhor Rei D. Afonso, algum tempo depois de se achar na posse do Governo, com aquela desordem de que eram causa, não só o discurso próprio, mas o estímulo alheio, feito insinuar à Senhora Rainha D. Luiza, sua mãe, ser conveniente, que se retirasse do Paço; o que ela executou em breves dias, com superior constância a todos os golpes da fortuna, conservando no desprezo desta desatenção aquela inalterável generosidade, e grandeza do ânimo Real, de que era dotada; porque não perde nada do seu resplendor o Sol, quando sai da Casa de Jove.

*Recolhe-se ao Convento, que mandava fabricar no sítio do Grilo. – Sua morte.* – Recolheu-se com algumas ilustres Senhoras Portuguesas, que voluntariamente lhe quiseram assistir ao Convento, que



edificava para as Religiosas de Santo Agostinho no sítio do Grilo, onde, livre dos embaraços do século, passou em Divina contemplação, com admirável exemplo de virtudes, santamente o resto daquela vida, benemérita de mais larga duração: porém não querendo Deus dilatar-lhe a posse de melhor Coroa, a levou para si, sendo os seus merecimentos mais que os seus anos, aos cinquenta e três da sua idade, em vinte e sete de Fevereiro de mil e seiscentos e sessenta e seis.

*Sua ascendência.* – Foi filha dos Excelentíssimos D. Manuel de Gusmão e D. Joana de Sandoval, Duques de Medina Sidônia, Casa, e Família tão esclarecida, como antiga, das superiores em Espanha por esplendor de sangue, e das primeiras por caráter de grandeza, aparentada com os Augustos Monarcas de Castela, e Portugal, sendo a Senhora D. Luiza a segunda duquesa, que aquela grandíssima Casa dera à Sereníssima de Bragança, havendo sido a primeira a Senhora D. Leonor, filha do Excelentíssimo D. João de Gusmão, terceiro Duque de Medina Sidônia, Esposa do Sereníssimo Senhor D. Jaime, quarto Duque de Bragança, de cujo Real consórcio nasceram o Senhor D. Teodósio I, seu sucessor, e a Senhora D. Isabel, que casando com o Sereníssimo Senhor Infante D. Duarte foram pais da Sereníssima Infanta duquesa a Senhora D. Catarina, que levou àquela Augusta Casa o direito mais próximo ao que já tinha para suceder na Coroa.

*Seu Elogio.* – Com generosas ações desempenhou a Senhora Rainha D. Luiza as obrigações do seu alto nascimento, sendo o seu Real talento tão varonil que na perplexidade, em que se achava o Senhor Rei D. João, quando lhe ofereciam repetidas vezes a Coroa, ponderando a difícil empresa a que se expunha, o grandíssimo Estado, que arriscava, a inconstância dos homens, a debilidade dos Povos, a falta de Soldados, disciplina, e dinheiro, que são as três potências da alma dos exércitos, sendo precisos quatro para defenderem tantas léguas de Fronteira do formidável poder de Castela, esta Sereníssima Rainha o fez aceitá-la.



Aclamado El-Rei com tanta atividade se houve a Real consorte em lha sustentar na cabeça, que em todas as disposições da defesa do Reino, em que se lograram os melhores sucessos, teve a maior parte. Depois na Regência dele mostrou qualidades tão próprias para governar Impérios, que receando Portugal pela morte do seu Monarca iminentes ruínas, as virtudes, e acertos da Sereníssima Senhora Rainha D. Luiza, chegaram a conseguir, que de tão grande perda se não seguisse falta, sendo tão venerado o seu domínio, quanto há de ser eterna a sua saudade.

*Desordens d'El-Rei.* – Cresciam em El-Rei D. Afonso os excessos, e não tinham melhoria as enfermidades, que o privavam não só dos acertos do discurso, mas das esperanças da sucessão, impossibilidade, que se confirmou com os disposórios da Sereníssima Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, Princesa de Nemurs em França, descendente por duas linhas femininas dos Cristianíssimos Reis daquela Coroa, e por baronia dos Sereníssimos Duques de Saboia. Faltava-lhe o Senhor Rei D. Afonso com as atenções, e respeitos, que se lhe deviam, por fazer estimação dos seus ilícitos divertimentos, e das pessoas vis, que neles o acompanhavam, com escândalo da Majestade, e sentimento do Reino.

*Justas queixas, e escrúpulo da rainha.* – *Retira-se para o Convento da Esperança, e trata do seu divórcio.* – Não podia moderá-lo o grande entendimento da senhora rainha, depois de apurar todos os meios para a sua conservação. Por estas causas, e obrigada da sua consciência (não havendo tido efeito o matrimônio), se retirou do Paço para o Convento das Religiosas da Esperança, pondo em tela de Juízo o seu divórcio com El-Rei, e pedindo o seu dote, para voltar livre à França em umas naus de guerra, que daquele Reino chegaram com diversos fins ao porto de Lisboa.

*Vão todos tribunais a Palácio, e representam a El-Rei a sua incapacidade para o Governo.* – *Pedem-lhe justamente o encarregue ao Senhor Infante D. Pedro seu irmão.* – Vendo os Vassallos vizinha a ruína



da República, e que se exacerbava o mal na dilação do remédio, trataram de lho dar com a presteza de que carecia a necessidade dele. foram os três Estados do Reino, o Conselho de Estado, e os outros Tribunais, juntos em forma de Cortes, a Palácio, e representaram a El-Rei a incapacidade, que tinha mostrado para governar a Monarquia, não havendo aproveitado as humildes súplicas, que por muitas vezes lhe fizeram, para que se apartasse dos exercícios, e pessoas, que o divertiam do cuidado do Governo, e das obrigações de rei; causas que os punham em precisão de lhe pedirem fosse servido encarregar voluntariamente a administração do Reino ao Sereníssimo Senhor Infante, seu único irmão.

Representavam-lhe que no entendimento deste príncipe, no seu singular ânimo, e talento concorriam todas as virtudes Reais, que se requeriam para o Governo dos Impérios; e que Sua Majestade devia encarregar-lhe o cuidado da Monarquia, sem esperar que eles, representando a autoridade do Reino, obrassem o que em semelhantes apertos, e causas se praticara em vários tempos em França, Inglaterra, Germânia, e no mesmo Portugal, quando pela incapacidade d'El-Rei D. Sancho II, se entregara o Governo do Reino ao Conde de Bolonha seu irmão, depois Rei D. Afonso III.

*Repugna El-Rei ao que se lhe pede. – Mas resolve fazer a renúncia. – Ano de 1667.* – Grande repugnância acharam os Conselheiros em El-Rei, para se conformar com esta proposição, posto que lhe não era oculto o descontentamento, e queixa, que nos seus Ministros, e Vassallos causavam os seus irremediáveis descuidos; e conhecendo, que aquele concurso de Tribunais se encaminhava a maior efeito, do que podia caber na esfera dos rogos, assentiu na renúncia, e fez desistência da Monarquia na Sereníssima pessoa de seu irmão o Senhor Infante D. Pedro, e em todos os seus legítimos descendentes, separando no mais seguro, e pronto das rendas dela cem mil cruzados em cada um ano os seus gastos, e que deles poderia testar por sua morte, determinação que mandou ao senhor



infante por Decreto, com a sua firma Real, passado em vinte e três de Novembro do ano de mil e seiscentos e sessenta e sete.

*Encarrega-se do Governo o Senhor Príncipe D. Pedro. – Concede a paz pedida pelos Castelhanos. –* De tão justas causas, dos clamores gerais do Reino, e das repetidas instâncias dos Vassallos, obrigados o Sereníssimo Senhor Infante D. Pedro, se encarregou do Governo com o título de príncipe Governador; ação, que ficou mais legal com a renúncia, e cessão, que dele lhe fez o Senhor Rei D. Afonso seu irmão. Eram no Senhor D. Pedro as virtudes mais, que os anos, e mais maduro, que a idade, o talento, cultivado em todos os exercícios Reais na sua singular educação. Sacrificou todos os seus cuidados à Monarquia, sendo uma das suas primeiras ações conceder aos Castelhanos a paz, que pediam.

Foi tão própria da sua grandeza esta felicidade, que assim como o Filho de Deus a trouxe no princípio da sua vinda ao Mundo, a deu o Senhor Príncipe D. Pedro no ingresso da sua Regência a Portugal, que trazendo com Castela guerra mais cruel que a Púnica entre Roma e Cartago, entrou no domínio, fechando as portas a Jano, e franqueando o suspirado sossego a toda a Espanha.

*Ano de 1668. –* Esta paz se fez mais gloriosa aos Portugueses pela circunstância de ser com muitas instâncias pedida dos Castelhanos, e conhecer Europa, que se achava Portugal em tal auge e com tal regente que podia o Senhor Príncipe D. Pedro concedê-la, ou negá-la à sua vontade, sendo o dar a paz, e a guerra a próprio arbítrio, toda a grandeza a que pode chegar o maior poder. Não usou de outros termos, para encarecer o da sua República um Embaixador Romano, mais que com dizer aos Cartagineses na guerra de Sagunto, que na sua mão estava o dar-lhes a paz, e a guerra, quando quisesse. O mesmo parece quis mostrar outro também famoso Pedro, único deste nome entre os Duques de Saboia, que, indo fazer homenagem ao Imperador Conrado IV,



se lhe apresentou com misterioso adorno vestido com divisas de paz, e com sinais de guerra.

*Benefício, que resulta às Monarquias do sossego da paz.* – Grande foi a utilidade, que receberam os Povos de numa, e outra Monarquia pelo benefício da paz; fortuna incomparavelmente maior, que todas quantas podem alcançar os mortais, porque com ela se lavram os campos, se aumentam as Povoações, se enobrecem as Cidades, se apuram as ciências, crescem as Escolas, e florescem todas as outras Artes necessárias na República, as quais aos ecos dos canhões, e ao estrondo das caixas, se descompõem, se arruínam, se atrasam, e afugentam, por ser a guerra um monstro tragador do gênero humano, estrago das criaturas racionais, e insensíveis (e ainda entre Católicos) torrente e inundação de delitos, e sacrilégios; porque nem todos os Capitães tem o zelo de Alarico, que nos sacos se punha com a espada na mão à porta dos Templos a defender, que não cometessem desacatos.

E posto que em todas as Regiões do Mundo possa a guerra fazer famosos os seus Capitães, não faz os seus Príncipes mais amados. Não foi tão grato aos Romanos Augusto pelas Vitórias, que alcançou para adquirir o Império, como pela paz, que logrou na última, e maior porção do tempo do seu domínio. Não conseguiram mais glória Trajano, Alexandre Severo, e outros guerreiros Imperadores, que Adriano, o qual se gloriava de não haver feito guerras, e de compor todas as que achara movidas, e continuadas pelos seus Antecessores. Quanto mais agradável será aos Povos de Borgonha a memória do seu Filipe, que em tanta paz os conservara, que a de Carlos, que com tão numerosos exércitos os perdeu com vida, e diminuição dos seus Estados?

Entre os Senhores Reis de Portugal, não foram mais famosos os Afonsos, e Sanchos armígeros, e batalhadores, que um Manuel e um João III, que não desembainharam a espada senão contra Idólatras, e Sectários, em aumento, e extensão da Fé Católica, e um





glorioso rei o Senhor D. João IV, de saudosa memória, que a empunhou em defesa do seu direito à Coroa, e da liberdade da Pátria, usurpada uma, e outra oprimida do domínio, e jugo Castelhana, com tanto maiores, quanto mais domésticas hostilidades, mostrando Deus a justiça da causa de Portugal, e a continuação da sua Divina promessa nas vitórias, que a El-Rei, e a seus sucessores dera, continuando-lhe o Império na sua Real descendência, para o glorioso fim de dilatar o seu santo nome pelas partes mais remotas, e ser a maior de todas as Monarquias, que viu o Mundo Gentílico, e verá o Mundo Cristão.

*Apressa a rainha a sua partida à França, alcança a sentença do divórcio, e pede o seu dote. – Causas, pelas quais pede o Reino ao príncipe se despose com a rainha. –* Apressava a Sereníssima Senhora D. Maria Francisca Isabel de Saboia a sua volta à França, com a sentença do seu divórcio proferida aos vinte e quatro de Março de mil e seis e sessenta e oito pelos Juizes, que lhe nomeara o Cabido na Sede Vacante, em que se achava a Corte, e pedia os seiscentos mil cruzados, que trouxera de dote, os quais se haviam gasto nas despesas, da guerra, e não estava o Reino em tempo, nem disposição de os poder juntar tão brevemente. Sentiam os Vassallos a ausência, que dispunha a rainha, por ser amada em toda a Monarquia; e considerando se não devia dilatar a sucessão do Sereníssimo Senhor Príncipe D. Pedro o tempo, que era preciso para se ajustar o seu casamento com outra Princesa, nem cabedais para a conduzir com novos gastos, e demonstrações devidas, não havendo em Europa então (da mesma idade hábil do matrimônio) alguma de mais heroicas virtudes, nem mais digna do tálamo Real, pediram com repetidas súplicas os tribunais, a nobreza, e o povo ao príncipe a elegeisse por esposa, fazendo todos à rainha as mesmas amorosas, e reverentes instâncias.

*Dispensas do Cardeal de Vandoma, e do Sumo Pontífice. –* Conformando-se com o sentimento geral do Reino pelas referidas

causas o Senhor Príncipe D. Pedro, e a Senhora Rainha D. Maria, e impetrando do Cardeal de Vandoma, que se achava em França Legado à Latere com grandes poderes do Pontífice, a dispensa do único impedimento, que era o de *publicae honestatis*, para poderem contrair o matrimônio; alcançada, se desposaram com universal aplauso de todos os seus Vassalos, e logo para maior segurança das suas consciências, recorreram ao Pontífice Clemente IX, pela confirmação, que lha concedeu com amplíssimas circunstâncias; sendo este fato o primeiro, em que depois de vinte e sete anos de rogos, humilhações e diligências conhecera a soberania de Portugal, independente do domínio de Castela, contra o que em todo este tempo se tinha obrado naquela Cúria por razões de Estado, desde a feliz Aclamação do Senhor Rei D. João IV.

*Manda o Sereníssimo Senhor Príncipe dar obediência ao Sumo Pontífice.* – O paternal afeto do Sumo Pontífice resplandeceu depois mais com a obediência, que lhe mandou dar o Príncipe D. Pedro, pelo seu Embaixador Extraordinário D. Francisco de Sousa Tele de Menezes, Conde do Prado, e Marquês das Minas, cujas virtudes, qualidade, e talento o fizeram benemérito deste, e de outros grandíssimos empregos. Foi esta Embaixada de tanto agrado àquela Cúria, como o mostrou o Pastor Universal da Igreja, recolhendo com amorosos júbilos a seu rebanho as fiéis, e constantes ovelhas Lusitanas, que tantos anos não admitiram ele, e os seus Antecessores, em maior crédito da nossa constância na Religião Católica, e da obediência dos nossos Monarcas, tão repetidas vezes reiterada, quantas (por causas políticas) mal recebida.

*Governo de Jerônimo de Mendonça em Pernambuco, com queixa geral de todos os moradores.* – Governava a Província de Pernambuco Jerônimo de Mendonça Furtado, mais atento ao seu interesse que à sua obrigação; todos os meios, que conduziam para as suas conveniências, lhe pareciam lícitas; não ouvia os clamores do Povo, desprezava as pessoas principais, que por nascimento,

e fidelidade lhe mereciam diferente tratamento. Sentiam os Pernambucanos ver nele um procedimento tanto mais absoluto, e contrário, quanto mais prontos, e conformes os achava na sua obediência; os obséquios, com que aqueles súditos o tratavam, faziam avultar mais os escândalos, que dele recebiam, devendo ser o maior motivo para obrar com prudência, e justiça o culto, que se lhe dedicava, porque como o respeito, que os Vassallos do Brasil tem aos seus Governadores, chega a parecer idolatria, não devem proceder como homens, os que vem a ser venerados como Deidades.

*Determina a Nobreza, e o Povo prendê-lo. – Disposições para a empresa. –* Cresciam em Jerônimo de Mendonça as desatenções, na Nobreza as queixas, e no Povo as iras, até que expondo-se a uma ação tão indesculpável, como temerária, se resolveram a prendê-la em satisfação dos agravos, que lhes fazia, sem atenderem a que deste fato lhes podia resultar mais castigo, que vingança; e tendo prevenidos os dois Terços da Infantaria paga, para que não fizessem movimento algum, interessando-os também na causa pública, juntando-se por várias partes da Cidade de Olinda as pessoas principais, e por outros lugares a maior parte do Povo, se encarregou a execução a André de Barros Rego, que aquele ano era Juiz ordinário do Senado da Câmara, e representava a Cabeça do Corpo Político de Pernambuco, acompanhando-o os Vereadores atuais daquele Senado, e todos conformes na resolução, da qual entendiam serem justíssimas as causas, posto que nelas fossem partes os mesmos, que se determinaram a ser Juizes.

*Executa-se a sua prisão. –* Dispostas as coisas conducentes a tão estranha empresa, a executaram com maior facilidade da com que a resolveram. Saía o Governador de Palácio ao seu passeio, bem fora de imaginar o que lhe havia de acontecer, posto que o pudera presumir assim por lhe não ser oculto o justo ódio, que todos lhe tinham, como porque a sua própria consciência o devia

acusar; e chegando a ele o Juiz ordinário André de Barros Rego, lhe disse, que se desse por preso; perguntou-lhe o Governador alterado, quem tinha poder para o prender: respondeu o Juiz, que em nome d'El-Rei, a Nobreza, e Povo de Pernambuco; empunhou colérico o Governador a espada, e fizeram o próprio uns criados, e Oficiais, que o acompanhavam, os quais foram logo maltratados, e presos pelas pessoas principais, que em continente saíram dos lugares em que estavam postos, sendo ajudados do Povo, que já se achava junto em grande número.

*Por André de Barros Rego, Juiz ordinário daquele Senado. – Remetem a Jerônimo de Mendonça para Lisboa.* – O Juiz André de Barros Rego, com sossego de ânimo ainda maior, que a empresa, disse ao Governador Jerônimo de Mendonça Furtado, quando o viu pôr mão na espada, que se abstinésse daquele impulso, porque se a chegasse a desembainhar, perderia a vida, sem que ele lha pudesse defender daqueles moradores, que por tantas razões lhe desejavam a morte, e por não poderem tolerar as ofensas, que lhes fazia, se livraram do seu domínio por aquele meio, ainda que violento, esperando da retidão do nosso Monarca, e da lealdade, com que os Pernambucos serviram sempre ao aumento da sua Real Coroa, restituindo-lhe aquelas Províncias, que lhe tinham usurpadas os Holandeses, veria as causas, que os obrigavam a eximir-se de um Governo, não menos tirânico, que o dos Hereges. Deu-se o Governador por preso, e com as culpas, que lhe formaram, o remeteram para Lisboa.

*Na Corte foi preso por suspeitas de culpado na traição de Francisco de Mendonça seu irmão.* – A ousadia dos Pernambucanos serviu muito a desgraça de Jerônimo de Mendonça, porque pouco tempo depois de chegado a Corte, foi posto em uma áspera prisão, por indícios de cúmplice na traição de seu irmão Francisco de Mendonça Furtado, Alcaide-mor de Mourão, que fugiu para Castela, e foi degolado em estátua, confiscada para a Coroa a sua ilustríssima

Casa, da qual pelo curso de muitos séculos em sucessivos tempos saíram insignes Varões em valor, fidelidade, serviço do Rei, e da Pátria, famosos progenitores, de que este último possuidor tinha degenerado. A Jerônimo de Mendonça não acharam prova para semelhante execução, e metido a tratos, negando o cargo, que se lhe fazia, foi por sentença condenado a perpétua prisão em uma Fortaleza da Índia, onde morreu.

Por este acidente, faltando parte tão poderosa aos, Pernambucanos, não foram castigados como mereciam pelo procedimento, que com Jerônimo de Mendonça seu Governador tiveram (a todas as luzes detestável) com prejudicial exemplo dos súditos, e escândalo da suprema regala monárquica, que tem a soberania de castigar aqueles, a quem transfere o poder, e a representação para governarem os seus domínios, e serem obedecidos dos seus Vassalos, não podendo os súditos a próprio arbítrio punir, e tirar Governadores pelas mais justificadas queixas, nem devendo ter nelas outra ação, que a de recorrerem ao Príncipe, ou ao Capitão Geral do Estado, seu lugar-tenente; como no Governo de André Vidal de Negreiros recorreram a Francisco Barreto de Menezes, que procedeu com atenção àqueles moradores na forma, que temos mostrado; porém ou os seus ânimos tinham degenerado da primeira modéstia, ou a fatalidade, que se aparelhava para Jerônimo de Mendonça, quis principiar com este prelúdio.

*Entra Alexandre de Souza Freire no Governo Geral do Brasil. – Ano de 1668. – Ao Vice-Rei D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos (depois de cinco anos de admirável Governo), sucedeu no de mil e seiscentos e sessenta e oito, com o posto de Governador, e Capitão Geral, Alexandre de Souza Freire, ilustre por qualidade, e por serviços; exercera em Portugal postos competentes aos seus merecimentos, e em África o de Governador da Praça de Mazagão, onde contra os infiéis tivera sucessos felizes, conseguindo com fortuna as empresas, que intentara com valor. Na Bahia, entendendo que*



pelo sossego, que lograva o Estado, não carecia de lhe aplicar o mesmo cuidado, e atividade, ou embaraçado das enfermidades, que padecia (com tão contínua queixa, que quase sempre se achava enfermo), se não empregava nas disposições do Governo com aquele vigor, que pudera mostrar, a ver-se livre dos achaques, que o oprimiam. Por esta causa descansava na diligência de um seu favorecido, em quem havia talento para lhe aliviar o trabalho, mas por vários acidentes adversos, foi menos plausível na Bahia o seu Governo.

*Continua a Junta do Comércio em mandar a sua Armada ao Brasil* – Continuava a Junta do Comércio em mandar (na fôrma, que temos escrito), cada ano a sua Armada à Bahia, conduzindo os navios, que vinham para todos os portos do Brasil, e na altura deles lhos ia encaminhando, recolhendo-os na volta, e levando-os em conserva para Portugal, providência de que resultava a segurança das embarcações; porque posto que lográvamos já o fruto da paz dos Holandeses, não faltavam Piratas, e Levantadas de outras Nações, que, observando as nossas Frotas, buscavam ocasião de satisfazer a sua ambição com as riquezas das nossas naus, não sendo menos cobiçosos delas os Corsários de África, que continuamente armavam a este fim os seus navios.

*Vem João Correa da Silva por General dela.* – Ano de 1669. – De todos estes perigos livraram os nossos na defesa da Armada; por General dela nomeava sempre El-Rei pessoas de muita suposição, valor, e prática do exercício militar, e marítimo. Com este emprego vieram ao Brasil talentos grandes; e no ano de mil e seiscentos e nove trazia este cargo João Correa da Silva, depois de exercer honrados postos nas guerras do Reino, em que desempenhara com muitos créditos as obrigações do seu ilustre nascimento.

*Número dos navios da Armada, e da gente, que conduzia a Capitania.* – Saiu do Tejo (para não tornar a ele) em o Galeão *Sacramento*, Capitania daquela Armada, um dos melhores baixéis que então



havia em Portugal, acompanhado da Almirante, da Fiscal, e de outras naus de guerra, conduzindo mais de cinquenta navios mercantis para os portos da nossa América. Trazia a capitânia oitocentas praças, nas quais se contavam pessoas de distinção, porque, havendo cessado as campanhas do Reino pela paz ajustada o ano antecedente com Castela, quiseram vir naquela ocasião ao Brasil.

*Alegria com que navegavam todos. – Indiferença, que se observa no General.* – Eram mais de duzentos os passageiros de vários estados, Clérigos, Religiosos de diversas Ordens, e Ministros de Justiça, que vinham com exercício para a Bahia, fazendo parecer a não uma República portátil, e um Povo de mais de mil almas. Navegavam todos alegres, lisonjeando a sua ruína com repetidas demonstrações de gosto, menos o General, em quem (segundo a informação dos que escaparam do naufrágio) se observara uma indiferente inclinação, ou sentimento; seria autoridade, mas pareceu presságio.

*Naufrágio da nau Capitania.* – Avistou a nau *Catania* a Bahia, indo a sepultar-se o sol, e caminhando a fenecer o dia; e de vendo fazer-se ao mar, quis naquele crepúsculo vencer a distância, que havia dali à barra, por demasiada confiança, ou pouca experiência dos seus Pilotos, os quais não governaram ao Este, e ao És-noroeste, para dar resguardo ao baixo de Santo Antônio, que por espaço de quase uma légua vai correndo para o Sueste, e fica fronteira à costa, que chamam de rio Vermelho (por uma das duas bocas do Camoregipe, que com aparência desta cor, faz trânsito ao mar por aquela parte) em cujo inconstante teatro representando o Galeão a sua fúnebre tragédia, naufragou lastimosamente.

Entrou a noite carregada de sombras, enviando trevas a ambos os Horizontes; pôs-se nublado o Céu, sem descobrir estrelas, que pudessem refletir nas águas. A pouca luz maldispensada dos faróis não era poderosa a mostrar rumo aos naufragantes, que já sobre troços, e despojos da nau flutuavam entre as ondas; os tiros dos canhões tinham servido mais de horror que de remédio, posto



que sendo confusamente ouvidos na Fortaleza de Santo Antônio, disparou muitos para avisar a Cidade.

*Diligência do Governador Alexandre de Souza.* – Prevenido destes sinais o Governador, e Capitão Geral Alexandre de Souza Freire, entendendo ser evidente perigo de alguma das naus da Armada, que já tinha sido descoberta pelas atalaias do Capitão da vigia (cuja obrigação é mandar aviso aos Governadores dos navios, que aparecem), enviou logo com pressa, que permitia a confusão da noite, em quantas embarcações ligeiras se acharam na Ribeira, práticos da barra, e pessoas inteligentes da navegação, com os instrumentos, cabos, amarras, enxárcias, gente, e todo o necessário, com que se prática acudir em semelhantes perigos. Era grande a distância do porto ao lugar do naufrágio, e não lhes foi possível chegarem senão ao romper do dia, que saiu a mostrar o estrago, havendo-se antes retirado por não ver o conflito.

Acharam feita em pedaços a nau, e grande número de corpos, uns ainda vivos vagando pelos mares, outros jazendo já mortos nas áreas; estragos que testemunharam os que o Governador Alexandre de Souza enviara para remediarem o perigo, e só salvaram as vidas algumas pessoas, às quais pôs em salvo a sua fortuna, e a diligência dos pescadores daquelas praias, que com grande piedade, e zelo Cristão, por estarem mais próximos, as recolheram nas suas jangadas, e canoas (pobres embarcações ligeiras da sua pescaria), e algumas poucas, que sobre tábuas piedosamente despedaçadas no seu remédio se puseram em terra.

*Inocência, e materialidade de um menino, que se salvou.* – Entre estas se faz digna de memória a notícia de um menino de oito anos que depois de estar seguro no porto não queria largar das mãos uma pequena tábua, em que se salvara, dizendo, que quando seu pai o lançara sobre ela ao mar, lhe dissera, que se a largasse, havia logo de morrer. Tal era a inocência do menino, e tão materialmente entendeu a advertência do pai, que não largava a tábua, depois





de conseguido o fim para que lha dera. Do sucesso que teve o pai não há notícia.

*Acode por terra o Mestre de Campo Antônio Guedes. – Obra muitos Atos de Piedade com os mortos. – Acha o corpo do General, e o conduz para sua casa, donde o faz solenemente sepultar. –* Tinha acudido por terra o Mestre de Campo Antônio Guedes de Brito (pessoa, de quem logo a nossa História fará precisa, e decente menção), com muitos oficiais, e Soldados do seu Terço, em que fora provido pelo Capitão Geral Alexandre de Souza; chegou àquela costa, e se não pode a sua zelosa diligência, e da sua gente obrar nada em remédio do perigo, fez muito na caridade com os mortos, mandando dar-lhes sepultura; e buscando com especial cuidado o corpo do General João Correa da Silva, o achou, e fez conduzir a sua casa, de donde lhe deu sepultura no Convento dos Religiosos Capuchos de Santo Antônio da Cidade da Bahia, com geral, e solene enterro, em que competiram a sua piedade, e a sua riqueza.

*Memória do General João Correa da Silva. –* Este fim teve João Correa da Silva na mais florida estação dos seus anos. Na sua vida se perderam muitas esperanças, pois as provas do valor, que fizera no serviço do rei, e da Pátria, eram credoras de grande expectativa, e de melhor fortuna. A sua perda fez maior a grandeza, e desgraça do naufrágio que fora um dos mais lastimosos espetáculos, que viram os mares da Bahia. Por todas as praias dela, e de toda aquela costa se puseram guardas, que recolheram muitas arcas, caixões, e coisas várias; e conhecidos os donos, se entregaram aos que escaparam os que lhes pertenciam; e os que tocavam aos mortos, recolheu o Juízo dos ausentes, para os dispor na forma do seu Regimento.

Costumava o Gentio bravo do Sertão da Bahia dar repentinos assaltos sobre algumas Povoações remotas da Cidade, com estrago das vidas, e lavouras daqueles moradores, sendo mais contínuos, e causando maior dano na Vila do Cairu, pela muita gente



que a habitava, em cuja defesa se fizera uma Estância em lugar oportuno, em que assistia uma Companhia de Infantaria paga do Presídio da Cidade, que de três em três meses se mandava mudar por turno, com alternativa de ambos os Terços, servindo de freio aos Gentios.

Por esta causa não davam com tanta frequência, ou o faziam com maior temor. Chegou a nomeação à Companhia do Capitão Manuel Barbosa de Mesquita, em que viera provido de Lisboa no ano de mil e seiscentos e setenta, e havia poucos meses, que exercia o posto partiu para a referida Estância, e esperando sucessor, por haver já completo o termo do tempo consignado, como tinha cheio o da sua vida, não pode obviar a sua desgraça.

*Chegam à Igreja Paroquial da Vila.* – Chegou naqueles dias um de preceito, em que na Matriz da Vila se fazia festa anual das mais solenes daquela Paróquia, à qual concorreram como costumavam com suas mulheres, e filhas os moradores mais vestidos, que armados, indo a festejar a celebridade, bem fora do receio de pelejarem com os Gentios, os quais nunca tinham chegado àquele lugar, e na presente ocasião, variando o terreno das suas entradas, vieram a dar sobre ele, quiçá por saberem a solenidade do dia, e que naquele concurso desacautelado podiam fazer maiores hostilidades. Chegaram em multidão inumerável, rompendo os ares com os ecos dos alaridos, e instrumentos bárbaros, com que costumam entrar nas suas batalhas; o Ministro Paroquial, e as pessoas, que estavam na Igreja, naquele inopinado caso acudiram a fechar-lhes as portas.

*Sai dela o Capitão Manuel Barbosa.* – Neste acidente o Capitão Manuel Barbosa de Mesquita, que se achava nela com sete Soldados, os quais da Estância foram com ele a satisfazer o preceito da Igreja, as mandou abrir, e com valor temerário saiu para fora, sendo tão desigual o seu partido, como certa a sua ruína, e

a daqueles Soldados, porque os moradores, que ali se achavam inermes, e sem disposição para a peleja, trataram só de segurar as mulheres, tornando a fechar as portas da Paróquia.

*Acomete temerariamente aos inimigos. – Morre atravessado de repetidas flechas.* – Investiu o Capitão Manuel Barbosa a todo aquele exército bárbaro, primeiro disparando duas pistolas, e depois avançando-o com uma espada, e rodela, com tal resolução, que deixando uns mortos, e muitos despedaçados, fez uma larga estrada por entre aqueles inimigos, porque sentindo-se já mortalmente ferido, quis vender-lhes a caro preço a vida com as muitas mortes, de que foi instrumento; porém depois de grande espaço de conflito, caiu morto de muitas setas, e dois Soldados, dos que o acompanharam, porque os mais com o pretexto de irem dar aviso à Estância, depois de dispararem as armas, que levavam, o desampararam.

Assombrados os inimigos do valor do Capitão, e do grande número de Gentios, que lhes deixara mortos, entre os quais contavam o seu Principal, e sobre tudo por favor do Céu, se retiraram; porque a insistirem, e intentarem quebrar as portas da Igreja (o que podiam fazer com facilidade pela multidão da sua gente), seria maior, e mais lastimoso o estrago, por estarem dentro dela todas as mulheres da Vila. Retiraram-se; e quando acudiram da Estância os Soldados, a mágoa de verem morto o seu Capitão, ou a piedade de o conduzirem para se lhe dar sepultura, lhes tirou do pensamento a obrigação de hostilizarem aos inimigos na retirada.

*Sentimento na Bahia pela sua morte.* – Foi mui sentida na Bahia a morte do Capitão Manuel Barbosa de Mesquita, por ser bem nascido, muito valoroso, e estar de poucos meses nobilissimamente desposado, e finalmente por acabar na flor da sua idade com valor, e brio tão desmedidos; que conhecendo ser indesculpável o seu arrojamento, e certa a sua morte, (a qual pudera obviar com resolução prudente) antepôs a sua opinião à sua vida, não querendo

ficasse aos êmulos (posto que injustamente) livre a censura de poderem dizer, que se deixara ficar na Igreja a portas fechadas.

*Determina o Governador fazer guerra aos Gentios, e manda vir de São Paulo gente.* – Esta desgraça estimulou o ânimo do Governador, e Capitão Geral Alexandre de Sousa Freire, para fazer uma rija guerra àqueles inimigos; e não achando na Bahia Cabos, e Soldados práticas na forma de pelejar com os Gentios, por se haver perdido esta disciplina pela distância, em que já estavam apartados do recôncavo, e no interior dos Sertões, os mandou vir de São Paulo, em cuja jurisdição era sempre contínua a guerra dos Paulistas, e dos seus Gentios domésticos contra os bravos, e rebeldes; porém não chegaram no tempo do seu Governo, senão do seu sucessor.

*Ano de 1671. – Vem por Governador Afonso Furtado de Mendonça.* – No posto de Governador, e Capitão Geral lhe sucedeu no ano de mil e seiscentos e setenta e um Afonso Furtado de Mendonça, ilustre por esplendor de sangue, e glória de valor, sendo naquele século um dos Heróis da fama nas campanhas de Portugal, em cuja defesa fora sempre dos mais arriscados, exercendo naquela guerra os primeiros postos; e no Governo geral do Brasil correspondiam as ações, que obrava, à expectativa, que do seu grande talento se tinha em todo o gênero de virtudes, como mostrou no curso da sua vida, que acabou na Bahia, como logo mostrará a História.

*Descrição das terras do Piauí.* – Neste tempo se ampliou mais a extensão das terras, que havíamos penetrado nos Sertões da nossa América, porque no ano de mil e seiscentos e setenta e um se descobriram os sítios do Piauí grandíssima porção de terra, que está em altura de dez graus do Norte, além do rio de São Francisco para a parte de Pernambuco, no continente daquela Província, e não mui distante à do Maranhão. Tomou o nome de um rio, que por pobre o não devia ter para o dar, pois corre só havendo chuvas, e no Verão fica cortado em vários poços. O mesmo pouco cabedal, e propriedade se acha em mais seis riachos, que regam aquele



País, os quais são, o Canindé, o Itaim, São Vitor, Puti, Longazes, Piracuruca; porém todos por diversas partes concorrem a enriquecer o rio Parnaíba, que com eles chega opulento ao mar na costa do Maranhão.

*Domingos Afonso, um dos primeiros, que as penetraram.* – Um dos primeiros, que penetraram aquele terreno, foi o Capitão Domingos Afonso Sertão, apelido, que tomara em agradecimento das riquezas, que lhe deram os Sertões do Brasil, e por empresa das conquistas, que neles fizera, passando de uma fortuna humilde, em que vivera na Bahia, à estimação, que costumam dar os grandes cabedais. Possuía já uma fazenda de gados, chamada o Sobrado, da outra parte do rio São Francisco, distrito de Pernambuco na entrada da travessia, que vai para o Piauí; e mandando dali exploradores a indagar, e penetrar a terra, lhe trouxeram as notícias, que desejava para as conquistas, que pretendia; resolução, que executou com valor, e felicidade, convidando para esta empresa algumas pessoas, que pode juntar, todos atentados, destros, e práticos na forma da peleja daqueles bárbaros.

*Encontra-se com o Paulista Domingos Jorge, que por outra parte as tinha entrado.* – Entrou por aquelas terras, até ali não penetradas dos Portugueses, e só habitadas dos Gentios bravos, com os quais teve muitas batalhas, saindo de uma perigosamente ferido, mas de todas vencedor, matando muitos Gentios, e fazendo retirar aos outros para o interior dos Sertões. Neste descobrimento se encontrou com Domingos Jorge, um Cabo dos Paulistas, poderoso em arcos, que desejando novas conquistas, saíra das Províncias do Sul, e de São Paulo, Pátria sua, com numeroso troço dos seus Gentios domésticos, a descobrir terras ainda não penetradas; e atravessando várias Regiões para o Norte, chegara àquela parte, pouco tempo antes, que o Capitão Domingos Afonso a entrasse.

*Dispuseram ambos os rumos, que haviam de seguir.* – *Povoa-se todo aquele País.* – Viram-se ambos, e dando-se um a outro notícia do que tinham obrado, e descoberto, se ajustaram no que haviam de

prosseguir; e dividindo-se para diferentes partes, foi cada um pela sua conquistando todo aquele País, cuja circunferência dilatadíssima compreende grande número de léguas. Com esta notícia muitas pessoas poderosas, que tinham terras confinantes àquelas, foram pedindo delas Sesmarias ao Governador da Província de Pernambuco, que lhas concedeu, e logo introduzindo gados nas que puderam povoar. Venderam, ou arrendaram a outras pessoas muitos sítios na porção, que se incluía em cada uma das datas, que alcançaram, e em breve tempo se foram enchendo de gados, e ocupando de moradores em tanto excesso, que hoje se contam naquele grandíssimo terreno quase quatrocentas fazendas de gado, e cada uma de larga extensão.

É tão abundante de pastos para todo o gênero de gados, e os cria tão grandes, e em tanto número, que além de vir muito para Bahia, sustentam todos os Povos das Minas do Sul, que sem esta abundância não florescerão na sua opulência, sendo do Piauí a maior parte gado, que se gasta entre aqueles inumeráveis habitantes, e Mineiros, posto que de outras partes lhes vá também muito, porque todo lhes é necessário, por não criarem os campos, e terrenos das Minas este gênero. No Piauí se cultivava a raiz da mandioca, e outras, mas só para a sustentação dos seus moradores, e por ser País seco, se plantam nas terras mais baixas; porém em todas se vão dando outros frutos para cômodo, e regalo dos que nele vivem.

*É Capitania sujeita a três jurisdições.* – Logra hoje preeminência de Capitania, com Capitão-mor, Ordenanças, e uma Vila, que o Sereníssimo Senhor Rei D. João V. mandou fundar pelo Doutor Vicente Leite Ripado, Ouvidor do Maranhão, o qual a erigiu no ano do mil e setecentos e dezoito, com a invocação de Nossa Senhora da Vitória, e o título de Moxa, nome do sítio em que está. Os dízimos da Capitania, que se costumam rematar em Pernambuco, agora se rematam no Maranhão, para da sua importância se pagar



à Infantaria do Presídio daquela Praça, sendo tanta a extensão da Capitania do Piauí, que não cabendo em o domínio de uma só Província, está sujeita à jurisdição de três; no espiritual ao Bispado de Pernambuco, no temporal ao Governo do Maranhão, e no Cível à Relação da Bahia.

*Chegam de São Paulo os Cabos, e Gentios, que mandara vir o Governador Alexandre de Sousa.* – No segundo ano do Governo de Afonso Furtado de Mendonça chegaram de São Paulo os Cabos, que mandara vir o seu antecessor, para fazerem guerra aos Gentios pelo Sertão da Vila do Cairu, cujos estragos tinham ainda fresca a memória dos insultos, que daqueles bárbaros receberam, e continuamente experimentavam seus habitantes. Trouxeram muitos Gentios domésticos, que são os Soldados, com que os Paulistas pelejam contra os rebeldes na sua Região. Vinham por Cabo principal João Amaro seu natural, tão valoroso, e destro na forma da peleja dos Gentios, como bem-sucedido naquela ocasião, em que conseguia interesses próprios, vitórias da fereza dos Índios e prêmios da grandeza Real.

*Convoca o Governador os Cabos, e Missionários a Palácio.* – Ajustava o Governador Afonso Furtado tanto as suas disposições com a sua consciência, que sendo esta guerra tão necessária, e notoriamente justa, a não quis mover, sem convocar a Palácio os principais Cabos, e os Missionários Apostólicos, a cuja expressa declaração (por lei do Sereníssimo Senhor D. João IV, feita no ano de mil e seiscentos e cinquenta e cinco) deixa o conhecimento da legitimidade do cativo dos Gentios, em qualquer guerra, que se lhes fizer sem a sua autoridade Real; último assento, que se tomara nesta matéria, depois das antigas resoluções dos Senhores Reis seus antecessores, controvertidas, ou mal-observadas dos Ministros, e Vassallos por conveniências particulares.

*Resolvem ser justa a guerra contra os Gentios do Cairu, e que devam ficar cativos.* – Juntos na presença do Governador os Vogais,

proposta a matéria, para a qual se convocara aquele Congresso, resolveram uniformemente todos ser justíssima a guerra, que se determinava fazer aos Gentios dos Sertões, e distritos da Vila do Cairu, pelos insultos e tiranias, que contra os Portugueses cometiam, e que por esta causa justamente deviam ficar cativos os que nela fossem presas, segundo a faculdade concedida na referida lei; e com esta conforme resolução aplicou o Governador Afonso Furtado com a maior brevidade, que lhe permitia o tempo, os aprestos, e expedição do exército, que mandava contra aqueles bárbaros.

Achava-se para tanta despesa exausta a Real fazenda, causa, que precisara ao Governador a fazer um pedido às pessoas ricas, e principais, para ajuda do gasto daquela empresa, a que deviam concorrer, por ser comum o interesse, e a utilidade pública. Acudiram com equivalentes contribuições os generosos ânimos dos moradores da Bahia para aquele empenho, como costumam em todos os do serviço d'El-Rei, e do aumento da Pátria. Dos seus donativos se recolheu importante soma, competente à necessidade do exército, que se compunha de Paulistas, e Soldados do Presídio da Bahia, e foi entregue ao governo de João Amaro, que em muitas embarcações o conduzia por mar ao Cairu na Capitania dos Ilhéus.

*Vai João Amaro Cabo principal da empresa para a Vila do Cairu. – Tem feliz sucesso matando, e prendendo muitos Gentios. –* Naquela Vila, povoada de muita nobreza se lhe juntou o Capitão-mor com as Ordenanças do seu distrito; e penetrando João Amaro aqueles Sertões, fez rija guerra aos Gentios com tal fortuna que em várias conflitos matou muitos, sendo imensos os que prendeu, sem embargo da grande resistência, que em contínuos combates achou naqueles inimigos, mas à custa de poucas vidas dos nossos, lhe tiramos infinitas, e a quase todos a Liberdade. Foram remetidos os cativos à Cidade da Bahia, onde eram vendidos por tão inferior





preço que os de melhor feição não passavam de vinte cruzados, os mais por muito menos.

*Morrem muitos pelo descostume do trabalho.* – A maior quantidade se enviou para o recôncavo a vender para o serviço das canas, Engenhos, e outras fábricas das nossas lavouras. Porém como os Gentios do Brasil não têm por costume o trabalho quotidiano, como os da costa de África e só lavram quando têm necessidade, vagando enquanto têm o que comer, sentiam de forma a nova vida, o trabalhar por obrigação, e não voluntariamente, como usavam na sua liberdade, que na perda dela, e na repugnância, e pensão do cativo, morrendo infinitos, vinham a sair caros pelo mais limitado preço.

*Penetra a nossa gente todo aquele Sertão, e o faz comunicável com o já descoberto.* – *Vila de Santo Antônio, fundada por João Amaro.* – *Vende-a depois a Manuel de Araújo de Aragão.* – Foi o nosso Exército penetrando todo aquele vastíssimo Sertão para a parte do Norte, até se comunicar com o da Bahia, e abrindo estradas, fez um dilatadíssimo caminho, por onde se ficaram comunicando ambas as Províncias. Nas terras novamente conquistadas pediram os Cabos, e outras pessoas poderosas várias sesmarias, que lhes foram concedidas, sendo maior a que se deu a João Amaro, a quem, em prêmio daquela conquista, acrescentou o Sereníssimo Senhor Príncipe D. Pedro a mercê do Senhorio de uma Vila. Concedeu-lhe faculdade para a edificar naquelas terras, onde para a parte da Bahia fundou a Vila da invocação Santo Antônio, chamado vulgarmente de João Amaro, pouco povoada pela grande distância em que fica. Depois querendo voltar para São Paulo, a vende o com todas as terras, que lhe foram concedidas, ao Coronel Manuel de Araújo de Aragão, em cujos descendentes existe.

*Traz à Bahia um morador do Sertão novas de ter descoberto minas de prata.* – É nos talentos grandes, a quem os Príncipes encarregam o Governo das porções da Monarquia, cega a ânsia de

aumentá-las, e nos inferiores também cego o desejo das riquezas, e das honras; deste concurso de cegueiras diferentes resultou um fato, para engano perigoso, para verdade contingente. Veio à Cidade da Bahia um morador do Sertão, cujas experiências, e procedimentos puderam abonar as suas atestações. Informou ao Governador Afonso Furtado, ter descoberto grandiosas minas de prata, em parte muito diversa da em que se presumia se achara Robério Dias, e com a abundância, que este as prometera em Castela.

*Sem maior exame lhe dá crédito o Governador.* – Assegurava o descobrimento, mostrando umas barretas, que dizia fundira das pedras, que delas tirara, afirmando ser o rendimento igual ao das mais ricas minas das Índias de Espanha. Pedia mercês, e oferecia mostrá-las; se nesta notícia delinquo de ousado, não deixou o Governador de pecar de ligeiro, porque sem outra maior segurança, ou exame, lhe deu inteiro crédito segurando-lhe da grandeza Real prêmio avantajado.

*Manda seu filho a Portugal com esta notícia.* – *Naufraga a embarcação, e salva-se João Furtado.* – Determinou logo mandar esta notícia ao Sereníssimo Senhor Príncipe D. Pedro, enviado com ela a João Furtado de Mendonça seu filho, e fazendo-o embarcar com algumas pessoas de distinção, que em aplauso da novidade, quiseram naquela ocasião passar à Corte a diversos fins, em um navio, que mandara o Governador aparelhar. Feito prestes, saiu da barra da Bahia com expectação diferente da fortuna, e tormenta, que experimentou, porque naufragando na costa de Peniche se perderam quase todos os navegantes. Entre os poucos, que escaparam, se salvou João Furtado, e passando a Lisboa, perdidas no naufrágio as amostras, e cartas, que enviava seu pai, as soube representar com tais expressões do que continham, e da certeza da nova, que se remeteram logo a Bahia todas as coisas necessárias para a fábrica daquele descobrimento.



*Morre no Sertão o descobridor das Minas. – Ametistas, e meios topázios, e cristais nos Sertões da Bahia.* – Quando chegaram, era falecido no Sertão o chamado Descobridor das Minas, e por mais diligências, que obrara Afonso Furtado, mandando pessoas inteligentes para indagarem o lugar em que as achara, o não puderam descobrir, confessando ingenuamente as da sua família, os seus aliados, e vizinhos, que o não sabiam. Nesta entrada, que se fez ao Sertão se descobriram finíssimas pedras ametistas de mui viva cor roxa, e meios topázios de perfeita cor amarela; umas, e outras mui rijas, e resplandecentes, e delas se fizeram preciosos anéis na Bahia, e se remeteram muitas a Portugal. Acharam-se diáfanos, e puríssimos cristais em pedaços tão grandes, que deles se puderam lavar peças importantes; e posto que destes gêneros na Bahia se não faz negócio para se frequentarem as minas em que estão, ainda assim os caminhantes, que a vários fins das suas jornadas passam por elas, sempre as trazem, de que resulta haverem muitas, sem que a quantidade lhes diminua a estimação.

*Causa, e origem da morte do Governador Afonso Furtado.* – O pouco efeito das diligências, que para o descobrimento das minas de prata fez Afonso Furtado, lhe imprimiu na imaginação o erro de não haver pesado aquela matéria na balança da prudência, e o receio do desaire, que lhe granjeava a sua demasiada credulidade em negócio, de que fizera tanto apreço, e segurara com tanta certeza. A esta nociva apreensão sobreveio uma profunda melancolia, que passando a perigosa, e dilatada enfermidade, lhe acabou a vida. Os grandes atos do Católico, que nela exercera, resplandeceram mais na sua morte, geralmente sentida em toda a Bahia: faleceu aos vinte e seis de Novembro do ano de mil e seiscentos e setenta e cinco, mandando sepultar-se no Convento de Santo Antônio dos Capuchos da Bahia.

*Seu Elogio.* – Foi Afonso Furtado de Mendonça ramo de esclarecido tronco, em Castela, e Portugal ilustríssimos. Possuía um

Morgado de grossa renda; mas tendo no seu alento o maior tesouro, o dispendeu em ações valorosas nas campanhas de Portugal, em cuja guerra exerceu, depois de outros grandes postos, o de General da Cavalaria do Alentejo, e o do Governador das Armas da Beira. Em todos conseguia empresas contra as oposições da fortuna, a poderes do valor. Foi mais alentado, que venturoso, mas o seu esforço soube triunfar das adversidades. Teve mercê do título de Visconde de Barbacena, de que não usou, por lhe parecer inferior ao seu merecimento, porém existe nos seus sucessores, dignando-se dele seu filho primogênito Jorge Furtado de Mendonça, o qual juntou ao esplendor da sua Casa o preclaríssimo sangue de Henholoe, que em título de conde tem soberania em Alemanha.

*Eleição, que se faz das pessoas, que haviam de substituir o lugar. – A qual confirma o Senhor Príncipe D. Pedro. –* Não se achavam, havia muitos anos, na Bahia as vias de sucessões para o Governo, como em outros tempos se praticara; causa, pela qual foi preciso ao Governador Afonso Furtado nos últimos períodos da sua vida determinar, e eleger com o Senado da Câmara, Nobreza, e pessoas constituídas no caráter dos postos, as que haviam de suceder no Governo por sua morte; e por voto uniforme de todos se determinou, que ficassem substituindo o seu lugar o Chanceler da Relação, o Mestre de Campo mais antigo, e o Juiz mais velho do Senado da Câmara, para que juntos governassem o Estado, enquanto o Sereníssimo Senhor Príncipe lhes não enviasse sucessor; eleição de todos geralmente aplaudida, e que depois mereceu a aprovação Real, que a confirmou com todos os poderes do seu antecessor; o qual sepultado, tomaram no seguinte dia posse do Governo, exercendo-o com o próprio regimento em todo o tempo, que lhes durou a substituição.

*Qualidades das pessoas eleitas. –* Era Chanceler o Desembargador Agostinho de Azevedo Monteiro, e havia muitos anos, que na Relação da Bahia ocupava este lugar com satisfação, ainda que

da sua muita idade se não podiam esperar grandes disposições, nem pronta assistência. Mestre de Campo mais antigo Álvaro de Azevedo, natural da Bahia, que nas guerras de Flandres, de Portugal, e do Brasil fizera provas de valor não vulgar, e lograra honrados postos, e ultimamente se achava no de Mestre de Campo de um dos dois Terços do Presídio, que exercia com maior experiência, que atividade, por correrem os seus anos parelha com os seus serviços, que eram muitos.

Juiz mais velho do Senado da Câmara Antônio Guedes de Brito, natural da Bahia, e das principais pessoas dela, descendente de Catarina Álvares, e Diogo Álvares Correa, e sobrinho de Lourenço de Brito Correa, Provedor-mor da Fazenda Real do Estado, e um dos três Governadores na deposição do Marquês de Montalvão, como deixamos escrito. Havia Antônio Guedes ocupado o posto de Mestre de Campo, e servido repetidas vezes os lugares de Vereador, e Juiz da Câmara, em que fizera com grandes acertos muitos serviços à Pátria. Acabava-se com experiências do governo político, e boa idade para sustentar o peso, com que não pudessem os dois companheiros.

*Dão parte ao príncipe os três Governadores da morte de Afonso Furtado, e da sua eleição. – Pedem a Sua Alteza mande continuar aquela vereação, enquanto lhes não envia sucessor ao Governo. – Estes foram os três Governadores, em quem caiu a sorte do Governo. Mandaram logo por dois patachos repetidos avisos ao Príncipe D. Pedro, da morte de Afonso Furtado, e da eleição nelas feita, para lhe substituïrem o cargo; e por quanto no primeiro dia do ano seguinte se havia de abrir (segundo o estilo, e forma da Ordenação) o Pelouro para novos Officiais da Câmara, de que resultava acabar a jurisdição Antônio Guedes de Brito, e suceder-lhe outro Juiz ordinário, que pela ocupação havia de entrar em seu lugar no Governo, podendo acontecer fosse pessoa menos desinteressada, que Antônio Guedes (o qual pela sua riqueza, e pelo seu talento,*

era com notoriedade independente de todas as conveniências, que se podiam achar naquele lugar), fizeram presente a Sua Alteza estes inconvenientes, pedindo-lhe fosse servido ordenar, que a presente vereação existisse até a vinda do sucessor, por quem houvesse de mandar governar o Estado; e assim o ordenou o Sereníssimo Príncipe.

*Abre o Ouvidor-Geral do Cível no ano seguinte o Pelouro.* – Porém antes de chegar a sua Real ordem, no prazo de se abrir o Pelouro foi o Ouvidor Geral do Cível à Câmara, de que então era presidente, por não haver ainda na Bahia os Juizes de Fora, que depois se lhe introduziram, como em seu lugar diremos; e ao som do sino da Cidade convocou as pessoas da Governança, e Povo, que costumavam assistir àquele ato, e com efeito abriu o Pelouro, que por sorte se tirara, conforme a disposição da Lei. Os Governadores tinham mandado ordem ao dito Ouvidor-Geral do Cível, para não proceder naquela diligência, porém ele se escusava com a sua obrigação, e com a força da Lei, mas repetindo-se-lhe a ordem, houve de obedecer.

*Morre o Chanceler Agostinho de Azevedo, e entra em seu lugar o Desembargador Cristóvão de Burgos.* – Em menos de um ano faleceu o Chanceler Agostinho de Azevedo Monteiro, que na Relação, e no Governo procedera com modéstia acreedora de memória, e digna de louvor. Sucedeu-lhe pela sua antiguidade o Desembargador Cristóvão de Burgos de Contreiras, pessoa nobre, e natural da Bahia, que havia muitos anos exercia o cargo de Ouvidor-Geral do Crime, com grande inteireza, e muita inteligência, fazendo este lugar tão respeitado, como temido. Depois de governar, foi chamado a Lisboa a livrar-se das imposturas, com que o capitularam seus inimigos de faltas, ou culpas na ocupação de Ouvidor-Geral do Crime, em que se granjeiam muitos.

*Novo Triunvirato, que entra no lugar de Agostinho de Azevedo Monteiro.* – Porém mostrando na Corte a pureza do seu



procedimento, foi absolto dos cargos, e premiado com o de Desembargador dos Agravos daquela Relação, de donde voltou à Bahia a vender as suas propriedades para tornar a Lisboa; e não o podendo conseguir, se lhe proveu o lugar, completos os dois anos, que trouxera de licença. Com este Triunvirato, que entrou por morte do Chanceler Agostinho de Azevedo, se achava o Governo geral do Brasil em três Patrícios da Bahia.

*Ano de 1676. – A Sé da Bahia elevada a Metropolitana, e a Catedrais as de Pernambuco, Maranhão, e Rio de Janeiro.* – Haviam as Povoações do Brasil crescido muito, e se tinham aumentado em tanto extremo os seus moradores, que ao rebanho Católico de tão inumeráveis ovelhas não bastava a vigilância de um Pastor, e assim foi preciso dar-lhes muitos. A pia, e Religiosa atenção do Sereníssimo Príncipe D. Pedro, não reparando nas despesas da sua Real fazenda com as congruas de tantos Prelados, elevou a Sé da Bahia a Metropolitana, e a Catedrais as Igrejas de Pernambuco, Maranhão, e Rio de Janeiro. Nomeou no ano de mil e seiscentos e setenta e seis por Arcebispo da Bahia a D. Gaspar Barata de Mendonça, por Bispo de Pernambuco a D. Estevão Brioso de Figueiredo; a D. Fr. Manuel Pereira por Bispo do Rio de Janeiro; e a D. Fr. Antônio de Santa Maria, Religioso Capucho, por Bispo do Maranhão, sendo confirmadas estas eleições pelo Sumo Pontífice Inocêncio XI, posto que dos nomeados deixaram de vir alguns a estas Igrejas pelas causas, que deixamos escritas no segundo Livro desta História.

*Várias Missões por todas as Províncias do Brasil.* – Não satisfeito só desta grande providência o fervor Católico do nosso Sereníssimo Príncipe o Senhor D. Pedro, applicou várias missões por todas as partes do Brasil, enviando muitos Missionários com grandes esmolas, ajudas de custo, e cõngruas, para ajudarem aos Prelados na cultura das searas da Igreja, de que resultaram maravilhosos efeitos na educação dos Fiéis, e na redução dos Gentios, cujas Aldeias penetraram com risco das suas pessoas, e glória de Deus,



conseguindo prodigiosos triunfos ao Céu, que foi o fim principal, para o qual em tão distantes, e remotas Regiões do Mundo fizeram tantas conquistas os seus Augustos Progenitores no sangue, e Antecessores no Império.

Foi no príncipe regente este zelo tão excessivo que ocupava a maior parte do seu cuidado entre as mais precisas operações da Monarquia, e veio a conseguir a colheita de grandes frutos espirituais, e a salvação de muitas almas, não só na nossa América Portuguesa, mas por quantos Mundos se dilata o seu vastíssimo domínio; encarecendo aos seus Governadores este serviço pelo mais importante das suas conquistas, e ordenando-lhes dessem todo o favor, e ajuda aos Missionários.

*Ano de 1677. – Fundação do Mosteiro das Religiosas de Santa Clara do Desterro.* – Continuavam no Governo geral do Estado com grandes acertos os três Governadores, quando na Frota do ano de mil e seiscentos e setenta e sete chegaram as Religiosas de Santa Clara, que vinham a fundar o Mosteiro da Bahia. Havia muitos anos, que os Senadores, Nobreza, e Povo dela o pretendiam, assim por acomodar as mulheres principais, que não tinham dotes equivalentes para casarem conforme o seu nascimento, como por satisfazer aos suspiros de outras, que pretendendo conservarem o estado virginal, e florescerem em santas virtudes, desejavam servir a Deus nos votos, e claustros da Religião. Dificultava-se esta pretensão com o pretexto de ser a Bahia conquista, e não convir, pelo estado Religioso, diminuir a propagação dos naturais, precisa para o aumento dela.

Chegavam a morrer nesta esperança muitas nobilíssimas donzelas, sem alcançarem o fim, que pretendiam, o qual conseguiram depois outras mais venturosas; porque o Senhor Príncipe D. Pedro foi servido conceder o Convento com número só de cinquenta Freiras professas, o qual se ampliou depois por conveniências do Mosteiro, ou em satisfação de serviços, premiando-se aos pais, ou





parentes, com lhes dar faculdade para recolherem algumas donzelas da sua família em lugares supranumerários no dito Mosteiro; o qual é sujeito ao Metropolitano, e único em todo o Brasil até o tempo, em que escrevemos esta História.

*Nomes da Abadessa, e mais Fundadoras, que Vieram de Portugal.*  
– Acharam-se quatro Religiosas virtuosíssimas no Convento de Santa Clara de Évora, que se sacrificaram a fazer este serviço a Deus, e este bem à Bahia, e a todo o Estado. Foram conduzidas com generosas, e pias despesas do Senado dela, e recebidas de todos os moradores com grandes aplausos, e fervorosos júbilos. Chamava-se a Abadessa a Madre Soror Margarida da Coluna, as outras três companheiras as Madres Maria de São Raimundo, Jerônima do Presépio, e Luiza de São José, e duas servas, uma Catarina de São Bento, e outra Ana da Apresentação. Tinham os moradores começado o Convento no sítio de Nossa Senhora do Desterro, assim pelo retiro, e amenidade dele, como pela grande, e milagrosa Casa de Nossa Senhora desta invocação, que lhe havia de servir de Igreja.

Foi edificada no ano de mil e seiscentos e vinte e sete com as esmolas dos fiéis em terras, que lhe doou um devoto, e são ainda da Irmandade, ou Confraria da Senhora. Na esperança da concessão do Convento se tinham principiado algumas celas para uma parte da igreja, e com a chegada das Fundadoras, acudindo por ordem da Câmara, e do Governo todos os mestres, e oficiais de pedreiros, e carpinteiros, que haviam na Cidade, em três dias que entretiveram em a não Capitania as Religiosas lhe puseram em ordem a clausura, as celas, e oficinas, que havia muito se principiam.

*Recolhem-se logo muitas Senhoras Principais.* – *Vai crescendo o Convento com magnífica arquitetura, e suntuosidade.* – Neste santuário de milagres, que por memória largos tempos penderam naquelas Sagradas paredes em lâminas retratados, e neste enfim domicílio estreito, com poucos cômodos principiado, a que as Fundadoras

foram dando forma de Convento, se recolheram logo principais Senhoras, que a vocação levou à clausura, e profissão Religiosa, deixando muitas esperanças, com que as convidava o Mundo. As primeiras, que entraram, foram a Madre Soror Martha de Cristo, e sua irmã Soror Leonor de Jesus, que por lhe faltar a idade, não teve logo com ela o noviciado, em que lhe fizeram companhia outras muitas Noviças, sendo de todas Mestra com insigne Espírito a Madre Fundadora Soror Maria de São Raimundo. No curso de poucos anos, crescendo os dotes, e as esmolas, se aumentaram as obras do Convento, e posto que ainda hoje se vão continuando, tem já suntuosos quartos com a última perfeição, e ficará magnífico o todo daquele corpo, sendo igual a despesa ao desenho grande.

*Voltam para Portugal as Fundadoras.* – Deixando a Casa material muito aumentada, e a espiritual subida a grande altura de virtudes, eleita no lugar de Abadessa, como mais antiga, a Madre Soror Martha de Cristo, voltaram para Portugal as Fundadoras no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis, depois de se empregarem nove anos no estabelecimento da Comunidade, dos Institutos da Religião, e do seu espírito, não podendo detê-las as correntes das lágrimas das suas filhas, nem os rogos dos moradores da Bahia, e satisfeitas ainda mais das suas vontades, que das suas ofertas, fazendo-se-lhes uma ostentosa despedida com honras militares, políticas, religiosas, se embarcaram na Frota do referido ano, e chegaram com viagem feliz a Lisboa, de donde passaram ao seu Convento de Évora.

*Vão sucedendo pelas suas antiguidades as Abadessas.* – *Eflorescendo em virtudes as Religiosas.* – A Madre Soror Martha de Cristo foram sucedendo na dignidade por turno as Freiras mais antigas; porém passados alguns triênios, tornaram a elegê-la Prelada, porque o seu grande talento, e Religioso exemplo as obrigava a ocupá-la no lugar repetidas vezes. Foi crescendo com o amor de Deus a pureza nas Religiosas em tal grau, que se competiam em santidade, e

faleceram algumas admiráveis em prodigiosa penitência, e com notável opinião, entre as quais se conta a Madre Soror Vitória da Encarnação, cuja vida anda escrita por ilustríssima pena, que foi a do Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide, Arcebispo da Bahia, que com voos de Águia soube resistir às luzes daquele extático Sol; porém não foram só a Madre Vitória, e as outras já falecidas, as que resplandeceram em prodígios no seu Convento, porque ainda naquela grande esfera de virtudes há mais Estrelas da mesma constelação.

**A**no de 1678. – Vem Roque da Costa Barreto por Mestre de Campo General do Estado do Brasil. – Qualidades do seu ânimo. – Aos três governadores, depois de mais de dois anos de Governo, sucedeu no de mil e seiscentos e setenta e oito, com o posto de Mestre de Campo General, Roque da Costa Barreto. Era de nascimento claro, de valor heroico, e grande entendimento, prerrogativas, que lhe granjearam na campanha, e na Corte estimações, e postos relevantes, e se achava atualmente exercendo o de Sargento-mor de Batalha da Província da Extremadura; e fez um Governo tão admirável que não permite a nenhum dos mais célebres parecer maior; sendo o seu memorado entre os mais famosos, e plausíveis, no cuidado da observância da Justiça, e no aumento da República foi em sumo grau cabal. No desinteresse não conheceu vantagem ao mais independente, e no serviço Real se não deixou preferir do mais zeloso.

*Fundação dos Religiosos Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade.* – Ano de 1679. – Teve princípio na Bahia a fundação do Hospício dos Capuchinhos de Nossa Senhora da Piedade, no ano de mil e seiscentos e setenta e nove, pelos Religiosos Italianos; seus Fundadores os Padres Fr. João Romano, e Fr. Thomaz de Sora, edificaram uma pequena Casa, se pelos Institutos pobre, também então pobre pela fábrica. Depois de a habitarem algum tempo, a mandou o Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro, sendo ainda Príncipe,



dar aos Religiosos Franceses da mesma Sagrada Ordem, cujo Superior era o Padre Fr. Jaques. Fundaram formosa Igreja, e capacíssimo Convento, em que assistiram vinte anos; porém no de mil e setecentos e seis foi restituído pelo mesmo Sereníssimo Senhor aos padres italianos, dos quais era Superior o Padre Fr. Michael Ângelo de Nápoles, que o ampliou, e pôs na grandeza, e formosura em que existe.

*Sítio do Hospício, e virtudes dos seus Religiosos.* – A vocação do Orago, a virtude dos Religiosos, a frescura, e amenidade do sítio, a franqueza, e planície do caminho fazem tal concurso de devoção àquele Hospício, que é frequentadíssimo assim dos moradores da Cidade, como dos peregrinos, e forasteiros, concorrendo uns, e outros com votos, e com esmolas. Os seus Religiosos, assim os Franceses, que o habitaram, como os Italianos, que o possuem, tiveram, e tem na Bahia aceitação igual à sua humildade, virtude, e penitência, sendo observantíssimos dos apertados Institutos da estreita Regra, administrando com a maior prontidão na sua Igreja os Sacramentos, e exercendo com os enfermos, e moribundos a maior, e a mais fervorosa caridade. Todo o seu cuidado é encaminhar almas ao Céu, não só na Cidade, mas nos Sertões, onde tem a seu cargo muitas missões, e Aldeias de Gêntios, constantíssimos nos Sagrados ritos, e preceitos da nossa Igreja Católica pela sua doutrina.

Achou o Mestre de Campo General Roque da Costa Barreto que a pólvora da Bahia se guardava em uma casa mal segura pela fortificação, e arriscada pelo lugar, por estar dentro da Cidade junta às portas dela, que ficam para a parte do Sul, e do Mosteiro dos Monges de São Bento, com perigo iminente de repentino estrago, fiando-se a preservação dele só das sentinelas daquele Corpo da guarda, que é um dos que todos os dias se guarnecem com uma Companhia; sendo os outros o da Praia, perto da Igreja de Santa Bárbara, lugar, que está no meio de toda a marinha, e o das portas



da Cidade, que ficam ao Norte, olhando para o Convento dos Religiosos de Nossa Senhora do Carmo.

Determinou logo para recolher a pólvora, fazer outra casa, escolhendo sítio em que a erigir e lhe pareceu muitas razões mais conveniente o campo, que chamam do Desterro, dentro das trincheiras, à vista, mas mui apartado, do Convento das Religiosas, e das casas daquela freguesia. Neste lugar mandou fundar uma suntuosa casa de muita largueza, e de grande máquina, fortificada com toda a segurança necessária em semelhantes fábricas, que reprimem, e escondem o material mais violento. Em breve tempo a viu feita, e aperfeiçoada, e mandou passar a ela todos os barris de pólvora, e salitre, que se achavam na Cidade. Para a guardar, lhe mandou fazer a um lado uma pequena estância, em que assistem alguns Soldados com o seu Cabo, e seguram o trânsito, que por ali se faz para as muitas fazendas, que chamam do Caminho Grande.

*Fundação da nova Colônia do Sacramento por D. Manuel Lobo.* – Foi governar a Província do Rio de Janeiro, no ano de mil e seiscentos e setenta e nove, D. Manuel Lobo, que levara a incumbência de ir fundar a nova Colônia do Sacramento. Fez alguma assistência no Rio de Janeiro, e prevenidos os materiais, e petrechos para a fundação, tendo enviado diante alguns casais, que vieram de Lisboa em sua companhia, e outra gente, que juntou naquele Governo, da que se costuma enviar por castigo, ou por necessidade para as novas conquistas, partia a fazer aquela Colônia, contra as oposições dos Gentios bravos, que em cópia imensa habitam aquele País. Deu-lhe princípio com menor grandeza da em que de presente se acha, edificando a Fortaleza com recinto à proporção da pouca gente, que tinha para a guarnecer, e fazendo as muralhas com menos segurança da que lhes podia dar (se atendera aos acidentes, que devem prevenir os Capitães), ainda que o tempo até ali lhe não permitira lugar a maiores, e mais seguras disposições.



*Vão sobre ela os Espanhóis de Buenos Aires. Expugnam a Praça, e a rendem. – Levam presos ao Governador D. Manuel Lobo, e D. Francisco Naper. – Ainda não estava posta em cabal defesa, quando os Espanhóis de Bueno Aires, com os oficiais, e Soldados, que para a expugnar lhes trouxera o Governador da Cidade de Lima, lhe puseram sítio, acompanhados de grande número de seus Gentios domésticos, que aumentaram muito o seu exército. Despediu D. Manuel Lobo avisos, pedindo socorros ao Rio de Janeiro, a Pernambuco, e à Bahia, resistindo muitos meses a contínuos assaltos, em que acabaram os seus melhores Soldados; mas causando-nos que o não eram um pânico terror os combates, enfermos gravemente o Governador D. Manuel Lobo, D. Francisco Naper de Lancastro, e quase todos os que se achavam vivos na Fortaleza, de achaques contraídos na diferença do clima, e na dilação do cerco, em que já se padeciam insuperáveis discômodos, e necessidades, apertando-o os inimigos, e abrindo muitas brechas, entraram a Praça com morte da maior parte dos Cabos, e da gente, e prisão das pessoas, a que perdoou o seu furor, sendo entre elas as principais o Governador D. Manuel Lobo, e D. Francisco Naper de Lancastro.*

*Morre na Cidade de Lima D. Manuel Lobo: suas virtudes. – Foram conduzidos os presos à Cidade de Lima, e posto que tratados com grandeza, e afabilidade, não deixaram de experimentar os infortúnios, e apertos da sujeição, que toleraram com sofrimento, e disfarce, agradecendo o mesmo de que puderam queixar-se. A poucos meses da assistência, ou prisão daquela Cidade, agravando-se a enfermidade a D. Manuel Lobo, faleceu com aparente, ou verdadeiro sentimento dos Espanhóis, e própria natural mágoa dos companheiros. Este fim teve D. Manuel Lobo, ilustre por sangue, e por valor, que servira nas guerras do Reino com grande opinião de Soldado, e exercera honrados postos com boa satisfação, até o de Comissário Geral da Cavalaria do Alentejo, e concluída a guerra, fora premiado com o Governo do Rio de Janeiro, e a incumbência*



da referida fundação, onde (a não achar adverso o fado) pudera fazer grandes serviços, e alcançar competentes prêmios. Morreu em florida idade, sendo por muitas virtudes benemérito de melhor fortuna.

*Socorros inúteis da Bahia, e de Pernambuco. – Alteração do Reino. – Intenta o Senhor D. Pedro fazer guerra a Castela.* – Havia com prontíssima diligência o Mestre de Campo General Roque da Costa Barreto despedido da Bahia num navio com duas luzidas Companhias do Presídio dela, e muitos bastimentos para a nova Colônia, e o mesmo fizera o Governador de Pernambuco; mas ficaram inúteis, e baldados estes socorros, porque, chegando ao Rio de Janeiro, acharam a notícia de ser rendida a Praça, e voltaram sem outro efeito. Causou grande abalo em Portugal a perda da Colônia, e determinou o Príncipe Regente fazer guerra a Castela, pois lhe davam os Espanhóis com este injusto fato justíssima causa de romper a paz, poucos anos antes celebrada entre as duas Coroas, e os belicosos espíritos Portugueses, principalmente os Cabos, e Soldados da guerra passada, que se viam sem este exercício, já tiravam as armas dos lanceiros, e as preveniam, e se lisonjeavam para as esgrimir nas campanhas.

*Manda El-Rei Carlos II, por Embaixador Extraordinário a Portugal o Duque de Juvenasso.* – Porém prevenindo Carlos II, rei de Castela, o perigo da sua Monarquia, se o deixara exposta aos nossos golpes, acudiu com toda a prontidão à justa queixa do Príncipe Regente, por meio do seu Embaixador Extraordinário o Duque de Juvenasso, que mandou logo caminhar de Madri para Lisboa. Chegou à Corte, e não querendo o Príncipe D. Pedro dar-lhe audiência, o mandara sair do Reino; porém pelas atestações de que vinha fazer tudo o que o príncipe quisesse, lhe permitiu entrada, e lhe deu audiência.

*Insta pela conservação da paz, que lhe foi concedida.* – Nela com os mais justificados, e modestos termos significou a inocência, em



que estava naquela culpa o seu Monarca, e todos os Conselheiros, e Ministros de Espanha, e que vinha a dar dela toda a satisfação, que Sua Alteza lhe ordenasse; além de mandar restituir a Fortaleza, a Lisboa os presos, e pagar toda a importância do dano, que haviam causado os Espanhóis de Buenos Aires, segurando serem rigorosamente castigados o Governador, os Cabos, e todos os que concorreram para aquela ação.

Pareceu a sua Alteza, e aos seus Conselheiros, que as expressões, que El-Rei de Castela lhe mandava fazer do seu sentimento por este fato, a ingenuidade, com que afirmava não haver procedido de ordem sua, a ânsia com que solicitava a nossa amizade, a conservação da paz, e ultimamente as ofertas da satisfação, que prometia, faziam parecer injusta a guerra, que Portugal por aquela causa lhe fizesse; e superando o ânimo Real português, e dos seus integérrimos Conselheiros quantos interesses do aumento da nossa Monarquia se podiam conseguir naquela ocasião por este acidente, não quis Sua Alteza mais que a restituição da Praça, e dos presos, que foram enviados a Lisboa, ainda que os Espanhóis ingratos à generosa ação do nosso Monarca, os próprios insultares daquele delito o tornaram a perpetrar pelos mesmos passos alguns anos depois, como em seu lugar diremos.

*D. Francisco Naper, depois da viagem da Índia, vai fundar de novo a Colônia do Sacramento. – Faz a Fundação com maior grandeza, e regularidade. –* Entre os presos chegou a Lisboa D. Francisco Naper de Lancastro, a quem o Príncipe D. Pedro premiou aquele serviço, e trabalho com Reais favores, e com o cargo de Capitão de Mar e Guerra da nau da Índia, ordenando voltasse nela, para ir a fundar de novo a Colônia. Fez a viagem, e tornando a Lisboa, o nomeou sua Alteza por Mestre de Campo, e Governador daquela Praça, encarregando-lhe o Governo do Rio de Janeiro, em que sucedeu a João Furtado de Mendonça, para que fosse enviando à colônia todas as causas conducentes para a nova fundação, enquanto

lhe não mandava sucessor, uma e outra coisa obrou com grande acerto D. Francisco Naper, até que chegando por Governador do Rio de Janeiro Luiz Cesar de Menezes, Alferes-mor do Reino (que depois veremos Governador, e Capitão Geral do Brasil), partiu D. Francisco Naper de Lancastro a fundar de novo a Colônia do Sacramento.

*Reparte as terras, que ganha aos Gentios, e edifica a Fortaleza.* – Chegou com feliz sucesso, e com a mesma fortuna fez guerra, e afugentou os Gentios bravos de todas aquelas vizinhas campanhas, e as repartiu pelos colonos, e moradores, que levara para as lavrarem, correspondendo o terreno ao trabalho, foram logo crescendo as lavouras, e cultivando-se os pomares com a mesma fertilidade, e formosura, que os de Europa. Fabricou com forma mais regular a Fortaleza, ocupando maior circuito do que tivera no seu princípio, e ostentando tanto poder, e magnificência como segurança a nova Praça.

*Ano de 1682. – Sucede a Roque da Costa Barreto no Governo geral do Brasil Antônio de Sousa de Menezes.* – Seus muitos anos, e pouca disposição. – Ao Mestre de Campo General Roque da Costa sucedeu no ano de mil e seiscentos e oitenta e dois, com o posto de Governador, e Capitão Geral do Brasil Antônio de Sousa de Menezes, pessoa ilustre, e aparentada com alguns Grandes de Portugal. Tinha menos um braço, que perdera valorosamente nas guerras de Pernambuco, e o supria com outro de prata, de que o apelidavam. Sendo de longa idade, se não achava com aquelas experiências, que costumam trazer os muitos anos. Nos postos, e Governos de algumas Praças, que exercera, tinha mostrado mais valor, que disposição; falta, que o fazia impróprio para o Governo político da Bahia, Cabeça de um Estado vastíssimo, e braço tão distante do corpo da Monarquia, onde chegam com tanta dilação os recursos, e trazem com a mesma mora as resoluções. O suceder a Roque da Costa, que lhe podia ser motivo de gosto, só lhe serviu



de confusão, porque para fazer outro Governo de tantos aplausos faltava a Antônio de Sousa talento, sem o qual são impossíveis os acertos.

*Amizade, que com ele contraiu Francisco Teles de Menezes, Alcaide-mor da Cidade da Bahia. – Sua natureza, costumes e inimigos.* – Havia contraído em Lisboa, muitos anos antes, amizade com Antônio de Sousa de Menezes Francisco Teles de Menezes, natural da Bahia, de donde o Vice-Rei D. Vasco Mascarenhas, Conde de Óbidos, o remetera preso, porém não se provando as culpas, que se lhe formaram, foi dado por livre na Corte, onde comprou por mui pouco preço o cargo de Alcaide-mor da Cidade da Bahia a Henrique Henriques de Miranda, a quem o dera o Sereníssimo Senhor Rei D. Afonso VI. Com esta dignidade voltou para a Pátria, afetando uma autoridade maior, que a que tiveram os seus antecessores no lugar, e pesada aos que o julgavam menos benemérito dela. Por este motivo, e por ódios mais antigos, tinha muitos êmulos, granjeando-os sempre mais o Alcaide-mor, pelo defeito de uma língua imodesta, e de um ânimo vingativo, que vieram a ser causa da sua ruína.

*Faz-se senhor da vontade do Governador, e o encaminha à vingança dos seus contrários.* – A vinda do Governador Antônio de Sousa, que pudera ser meio para o Alcaide-mor Francisco Teles se reconciliar generosamente com seus inimigos, lhe serviu de estímulo para se vingar deles; porque vendo-se árbitro da vontade do Governador, e o seu único diretor, o encaminhou pela estrada das suas próprias paixões, ao desejado fim das suas injustas vinganças. Entre as pessoas principais com quem tinha inimizade, eram objeto do seu ódio André de Brito de Castro, Provedor da Alfândega da Bahia, seus irmãos, Gonçalo Ravasco Cavalganti e Albuquerque, que tinha já a mercê para suceder a seu pai Bernardo Vieira Ravasco no Ofício de Secretário do Estado, em que depois entrou por sua morte; e Antônio de Moura Rolim, Manuel de Barros da Franca,

João de Couros Carneiro, Escrivão da Câmara, o da Fazenda Real Francisco Dias do Amaral, os Capitães de Infantaria do Presídio Diogo de Sousa da Câmara, e José Sanches de Elpoço, e todos os que por alguma união de parentesco, ou de amizade eram parciais, ou dependentes dos referidos.

*Pessoas, que intentou castigar, e outras, que castigou o Governador, a estímulos de Francisco Teles.* – Governado o Governador do seu valido, mandou devassar de André de Brito no procedimento do seu Ofício de Provedor da Alfândega, e, formando-se-lhe uma aparente culpa, o privou dele, e o proveu em um primo do Alcaide-mor. Vendo Gonçalo Ravasco, e Antônio de Moura, que se lhe formavam crimes fantásticos, se homiziam, por escusar a indecorosa, e áspera prisão, que se lhes prevenia. Manuel de Barros da Franca, que viera do recôncavo a exercer o lugar de Vereador do Senado da Câmara, sem haver pretexto algum para se lhe impedir a ocupação, foi preso na enxovia pública e dela transferido para a prisão da Fortaleza do Morro, da qual fugindo se pôs em salvo.

A João de Couros, e a Francisco Dias foram tirados os Ofícios, provendo neles o Governador os dependentes do Alcaide-mor, e dando aos seus afilhados as companhias dos Capitães Diogo de Sousa, e José Sanches. Em outros Ofícios, e postos menores se foram fazendo as próprias execuções, e provimentos com prisões injustas, as quais souberam obviar as pessoas acima declaradas, recolhendo-se ao Colégio dos Padres da Companhia (que naquela ocasião teve a propriedade do asilo Romano), para donde se havia retirado pouco tempo antes também o Desembargador João de Couto de Andrada, Ministro atual da Relação, com receio de que o Governador o mandasse prender, por lhe ser contrário o Alcaide-mor.

*Injúria, que Antônio de Brito fizera a um sobrinho do Alcaide-mor. – Valor de Antônio de Brito, e de seu irmão no conflito.* – Havia Antônio de Brito de Castro, irmão do Provedor da Alfândega, feito a um sobrinho do Alcaide-mor um agravo daqueles, que com nome

mais próprio costuma o duelo chamar afronta e o precisara, sugerido do tio, a tomar satisfação equivalente à injúria. Esperou a Antônio de Brito, e de uma casa, em que o agressor estava oculto com outras pessoas armadas, se lhe dispararam alguns tiros de bacamarte, indo Antônio de Brito para o Carmo em uma tarde com seu irmão André de Brito; e posto que no conflito se houveram ambos com grande valor, entrando pela casa, e seguindo aos insultores, que se puseram em salvo, saltando os muros da cerca do Colégio, ficou Antônio de Brito com um braço feito em pedaços, ferido perigosamente de muitas balas, não ofendendo nenhuma a seu irmão, em prova de que não tivera parte na culpa de Antônio de Brito, o qual escapou da morte com alguma lesão no braço.

*Resolve-se Antônio de Brito a matar ao Alcaide-mor Francisco Teles.* – Passaram estes fatos poucos anos antes de vir à Bahia o Governador, e Capitão Geral Antônio de Sousa de Menezes: porém conservando Antônio de Brito de Castro ainda vivas as dores, e as cicatrizes das feridas, e achando ocasião oportuna na queixa geral, que se formava do Alcaide-mor Francisco Teles de Menezes, se resolveu a tirar-lhe a vida, sacrificando-a à sua vingança, e ao ódio comum da Bahia. Teve Francisco Teles repetidos avisos, e na mesma manhã, em que foi morto, uma carta, que levava ao Governador, em que se lhe advertia não saísse de casa aquele dia, e oferecendo-lhe o Governador Soldados, que o levassem, e ficassem guardando nela, os não quis aceitar, porque nunca entendeu, (fiado também na parcialidade da sua Família nobre, e dilatada) que durante aquele Governo se lhe atrevessem seus inimigos.

*Acometeu Antônio de Brito com oito mascarados.* – Brevemente o desenganou a sua desgraça, porque saindo de Palácio, e andando o pouco espaço, que dali à rua direita detrás da Sé, o investiram oito mascarados, que depois de dispararem três, ou quatro bacamartes, (cujos tiros lhe mataram um lacaio, e feriram outros) tirando só Antônio de Brito a máscara, avançou à serpentina,



em que ia Francisco Teles, o qual ao levantar-se recebeu dele um mortal golpe pelo pescoço, e outras feridas das mãos dos mais sequazes, e foi conduzido moribundo a sua casa, onde na tarde do mesmo dia faleceu. Retirou-se Antônio de Brito descoberto com os outros companheiros, que se não descobriram, e todos com grande sossego, e vagaroso passo, pela mesma rua, se recolheram ao Colégio.

Chegara em continente pelos ecos dos tiros a notícia do conflito a Palácio, de donde o Governador, temendo o fato, despediu logo a maior parte dos Soldados, que estavam naquele Corpo da guarda, mas quando chegaram ao lugar do delito, já se tinham recolhido os agressores. Certificado o Governador do miserável estado em que ficara Francisco Teles, sem esperança de vida, brotou em tantos excessos a sua ira, ou o seu amor, que não atinava com a pública atenção, nem com a própria autoridade, fazendo ações indignas do seu cargo, e da sua pessoa.

*Excessos, que faz o Governador Antônio de Sousa pela sua morte. – Põe cerco ao colégio, e à casa de André de Brito. –* Ao Secretário do Estado Bernardo Vieira Ravasco, que a Secretaria, em que se achava, saíra a assistir-lhe, mandou meter na enxovia. Tratou indecorosamente aos Oficiais de guerra, assistentes na sua sala, pondo-os de infieis, e proferindo menos atentas palavras contra toda a Cidade da Bahia, só faltou retala de traidora pela morte do Alcaide-mor, como D. Diogo Ordenhes de Lara à de Samora, pela d'El-Rei D. Sancho. Mandou pôr em cerco com um cordão de Soldados o Colégio, e sitiar por outros a casa de André de Brito de Castro, o qual, assim como ouvira os tiros, montara a cavalo, buscando a praia, e pelos cães dos Padres da Companhia se valera daquela imunidade, em que estavam os outros homiziados.

*Várias diligências, que faz por colher os culpados. – Chega a Portugal a notícia das vexações da Bahia. –* Eram as rondas, que o Governador mandava lançar de noite, repetidas, e dobradas, a fim de colher



algum dos delinquentes, e de saber a comunicação, que tinham com as outras pessoas da Cidade, das quais mandava prender muitas inocentes, sendo raras as principais, a quem respeitou, e a quem não abrangeu o seu furor, por não serem tocadas do contágio dos ódios do Alcaide-mor. Chegou a Portugal a notícia da consternação, em que se achava a Bahia, e das vexações, que nela se padeciam; e o Sereníssimo Senhor D. Pedro (que já se intitulava Rei, por haver falecido o Senhor Rei D. Afonso VI seu irmão no seu retiro do Real Palácio de Sintra, em doze de Setembro do ano de mil e seiscentos e oitenta e três) aplicou a sua pia, e Real atenção a evitar a última iminente ruína, que depois de tantos estragos ameaçava a Bahia no Governo de Antônio de Sousa de Menezes, mandando-lhe sucessor.

*Morte da Sereníssima Senhora Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia. – Seu Elogio.* – Foi adverso o ano de mil e seiscentos e oitenta e três a Portugal, e o contará com pedra negra pela morte da Sereníssima Senhora Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboia, que dezoito anos ocupara dignissimamente o Tálamo, e Trono Real Português. Era a sua baronia dos Duques de Saboia, e pelos casamentos da sua preclaríssima Casa de Nemours ficava, em linhas diferentes, sendo terceira, e segunda neta dos Cristianíssimos Reis de França Luís XII, da Família de Valões, e Henrique IV, da de Bourbon, e descendia das Sereníssimas Casas de Este pelos Duques de Ferrara, e de Lorena pelos de Mercúrio. O sentimento do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro, e de todos os Portugueses foi à medida do largo tempo, e domínio em que o rei a teve por esposa, e os Vassallos por senhora, deixando pelas Reais virtudes, de que foi composta, muitas memórias, e vivas saudades.

*Ano de 1684. – Vinda do Excelentíssimo Marquês das Minas por Governador, e Capitão Geral do Brasil. – Suas Qualidades.* – No ano de 1684, sucedeu a Antônio de Sousa de Menezes no posto de Governador, e Capitão Geral do Brasil, D. Antônio Luiz de Sousa

Teles de Menezes, Marquês das Minas, grande por títulos, esclarecido por sangue, e Herói por valor, e por ações. Entre muitas prerrogativas resplandeceram nele a generosidade do ânimo, e uma suave oculta força, com que atraía as vontades; com ela sossegou as alterações e parcialidades da Bahia, que pudera levantar-lhe Estátuas com mais razão, que os Romanos, quando edificaram um Templo à Deusa Concórdia, depois de apaziguada a guerra civil, regida pelos dois irmãos Tibério, e Caio, da nobilíssima Família dos Gracos. Tinha ocupado o marquês grandes postos, e lugares competentes nas guerras, e Magistrados do Reino, e se achava exercendo o cargo de Governador das Armas de Entre Douro, e Minho, de donde foi enviado ao Governo geral do Brasil.

*Põem o marquês em paz as discórdias, e faz abundar de mantimentos a Cidade.* – Soltou os presos, que achou sem culpas, e aos que se lhes tinham injustamente formadas, favoreceu até mostrarem a sua inocência. Consolou aos aflitos, e perseguidos pelo seu antecessor, e a todos pôs em paz. Fez conduzir à Cidade mantimentos, de que padecia muita falta, porque no tempo do Governo de Antônio de Sousa, não querendo expor-se a experimentar injustiças os condutores dos gêneros comestíveis, se abstiveram de os conduzir a uma Babilônia, onde tudo eram confusões; mas com a mudança de Governador acudiram logo em tal abundância os víveres, que se compravam por muito inferior preço. Soltou enfim a fortuna em todo o gênero de felicidades os favores, que represados por mais de dois anos, negara aos moradores da Bahia, e lhes deu todos os tesouros no Marquês das Minas, o qual ia continuando em lograr as glórias, que depois com maiores aplausos (como em seu lugar diremos) o colocaram nos mais altos lugares dos Templos da fama, e da memória.

*Discórdias em Pernambuco pelo Governo de João da Cunha Sotomaior.* – Tinham neste tempo a paz, e a discórdia variado as cenas no Brasil, porque depois do turbulento Governo de Antônio de Sousa





de Menezes, na Bahia se lograva o pacífico do Marquês das Minas e em Pernambuco ao Governo plausível de seu irmão D. João de Sousa, sucedera o infausto de João da Cunha Sotomaior, parecido na idade e no talento com Antônio de Sousa. Experimentavam-se naquela Praça grandes vexações, violências, injustiças, obras por aquele Governador, eram poucas as pessoas públicas, e particulares, que escapavam das suas injustas prisões, e fugindo delas o mesmo Ouvidor-Geral daquela Capitania o Doutor Dionísio de Ávila Vareiro, que depois foi Desembargador da Relação da Bahia, se pôs em salvo nela por aviso, que tivera, de que João da Cunha o mandava prender; causa por que deixara o seu lugar, antes de acabado o tempo da sua residência.

*Causadas pelo poder, que em João da Cunha tinham dois filhos, que levava em sua companhia.* – Estas desinquietações se atribuíam à verdura de dois filhos, que o Governador levava em sua companhia, de idade juvenil, e que nele tinham Império, não de filhos, mas de pai, obrigando-o a fazer quanto se lhes antojava por suas paixões, ou por suas conveniências. Recorriam todos os perseguidos, e vexados ao marquês Governador Geral, que, inteirado da sua inocência, e conhecendo serem falsas as suas culpas, os mandava livrar das violências de João da Cunha Sotomaior, o qual não se abstendo de cometer outras, foi preciso ao marquês ordenar-lhe procedesse de forma, que o não obrigasse a tirá-lo do Governo; temor, que fez, moderar, mas não emendar a João da Cunha Sotomaior, ainda que procedeu dali em diante com maior receio, ou menos escândalo.

*Ano de 1685. – Eclipse da Lua. – Antecipado Eclipse do Sol.* – Estes distúrbios foram em Pernambuco os primeiros presságios do fatal achaque da Bicha, e logo um tremendo Eclipse da Lua, que naquela Província, e na Bahia se viu com horror. Apareceu esta luminária, presidente da noite, em uma do mês de Dezembro do ano de mil e seiscentos e oitenta e cinco, tão abrasada, que inculcava ter

recolhido no seu côncavo, ou na sua circunferência toda a região do fogo, desta (ao parecer) capa de chamas cobria a maior parte do seu vastíssimo corpo tendo precedido alguns meses antes outro Eclipse do Sol, em que este Príncipe dos Planetas mostrara uma névoa, à qual o Padre Valentim Extancel, da Companhia de Jesus, Astrólogo, célebre, chamara Aranha do Sol.

*Efeitos dos Eclipses.* – Fez este Religioso sobre os dois Eclipses juízo Matemático em um prognóstico, em que insinuou muitas enfermidades ao Brasil, e que haviam de continuar por muito tempo. É certo que os Eclipses são naturais, formando-os a terra que se entrepõem ao curso destes dois Planetas maiores; porém de tais acidentes pode receber sordície, ou qualidade contagiosa o ar por razões manifestas, ou causas ocultas, e da sua corrupção resultarem doenças, senão em todo o Mundo, em algumas partes dele, como se tem experimentado em contágios, e desgraças, de que há muitos exemplos antigos, e modernos vivos nas tradições, e nos escritos, e ainda frescos nas memórias.

*Ano de 1686. – Achaque contagioso da bicha. – Seu princípio em Pernambuco.* – Principiou este terrível contágio em Pernambuco no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis, e devendo atribuir-se a causa do pestilento mal aos pecados dos moradores destas Províncias, corruptos de vícios, e culpas graves, a que os provocava a liberdade, e riqueza do Brasil, lhe indagavam origens diversas, não sendo a de menor reflexão umas barricas de carne, que voltaram em viagem da Ilha de São Tomé, e abertas por um tanoeiro, caindo brevemente expirara, e logo algumas pessoas de sua casa, a quem comunicara o contágio. Este se foi ateando no Povo do Recife em tanto excesso, que morreram mais de duas mil pessoas, número grande a respeito daquela povoação.

*Passa o contágio à Bahia. – Seu princípio.* – Dali foi passando logo à Cidade de Olinda, e ao seu recôncavo, sendo mui poucas as pessoas, que escapavam daquele achaque, pela malignidade, e

veemência do mal, em cujos sintomas diferentes não podia atinar a ciência Médica, conformando-se os Professores desta Faculdade só em lhe darem o nome de Bicha, da qual livrando poucos, eram sem-número os que morriam, deixando ermas de moradores, e de amparo as casas, e Famílias de Olinda, e do Recife. Da calamidade de Pernambuco chegou com a notícia o contágio à Bahia, ou pelos avisos comunicado, ou porque os Eclipses não teriam nela disposto para tanta corrupção o ar tão brevemente, como naquela Província. Os primeiros feridos do achaque foram dois homens, que jantando em casa de uma mulher meretriz, morreram em vinte e quatro horas; caso, que a fez ausentar, por se lhe arguir, que em um prato de mel lhes disfarçara o azibar do veneno; mas pelos sintomas, e sinais, com que foi ferindo o contágio, se conheceu que dele faleceram.

*Varietade do mal nos sintomas e sinais.* – Continuou com alguma pausa, mas com tal intenção, e força, que era o mesmo adoecer, que em breves dias acabar, lançando pela boca copioso sangue. Destes foi naquele princípio dos primeiros o Desembargador João de Couto de Andrada, que na Relação deste Estado procedia mui conforme à obrigação do seu cargo. Foram logo adoecendo, e acabando tantas pessoas, que se contavam os mortos pelos enfermos. Houve dia, em que caíram duzentos, e não escaparam dois; os sintomas do mal eram os próprios na Bahia, que em Pernambuco, mas entre si tão diferentes, e vários, que não mostravam sinal certo.

*Dias em que acabavam os enfermos.* – Era em uns o calor tépido, e o pulso sossegado, noutros inquieto, e grande a febre. Uns tinham ânsias, e delírios, outros ânimo quieto, e discurso desembaraçado. Uns com dores de cabeça, outros sem elas; e finalmente desiguais até na crise mortal do contágio, porque acabavam ao terceiro, ao quinto, ao sexto, ao sétimo, e ao nono dia; alguns poucos ao primeiro, e ao segundo. Estavam cheias as casas de moribundos, as

Igrejas de cadáveres, as ruas de tumbas; não havia já pessoas para acompanharem o Santíssimo Sacramento, que por esta causa levavam os Párocos com menor culto; resplandecendo então mais a caridade, e a diligência, com que faziam às criaturas o maior bem, e ao Criador grato serviço.

*Alento do marquês Governador, na confusão, que causou o mal.* – No horror desta confusão mostrou o Marquês das Minas o preço, e fineza dos quilates do seu alento, e da sua generosidade. Saía a acompanhar a Nosso Senhor, quando ia por Viático aos enfermos; entrava até as suas camas; aos que eram de maior distinção significava a pena, que sentia do seu perigo, e os acompanhava à sepultura na sua morte; aos de menor esfera consolava, e aos pobres socorria, deixando-lhes debaixo dos travesseiros grandes esmolas. Ordenou a um Boticário insigne desse pôr sua conta aos miseráveis todos os medicamentos, que lhe pedissem, em que dispendeu uma quantia grande.

*Despesas grandes, que faz com os miseráveis.* – Enviou a muitas partes do recôncavo com mão larga dinheiro a comprar frangos e galinhas, que mandava repartir pelos doentes necessitados. E sendo já da sua comitiva falecidos o seu Tenente-General, o Capelão, e alguns criados, não podia o medo do mal vizinho fazer impressão no destemido ânimo do marquês, ou porque o seu valor não conhecia receio em nenhum gênero de perigo, ou porque em tal espetáculo, ocupando-lhe todo o coração a mágoa, lhe não deixava lugar para o temor.

*Morte do Arcebispo D. Fr. João da Madre de Deus.* – Do contágio faleceu o Arcebispo D. Fr. João da Madre de Deus, que por desistência de D. Gaspar Barata de Mendonça viera por Metropolitano do Brasil, no ano de mil e seiscentos e oitenta e três. Adoeceu sem sintoma algum de morte, até poucas horas antes de perder a vida; com brevíssimos dias de enfermidade espirou no do glorioso Santo Antônio, treze de Junho, em que também caiu a solenidade



do Corpo de Deus naquele ano, que foi de mil e seiscentos e oitenta e seis.

*Seu Elogio.* Era Religioso da Ordem do glorioso Patriarca São Francisco, da Província de Portugal, e nela Provincial, Pregador d'El-Rei, Examinador das três Ordens Militares, e um dos maiores Oráculos do púlpito Lusitano no século passado. Governou três anos a sua Igreja, com notável exemplo, e educação das suas ovelhas, merecendo pelas suas virtudes, e prerrogativas uma memória grande. Foi sepultado na Capela-mor da sua Metrópole com verdadeiras lágrimas, nascidas da falta de amparo, em que sem a sua vida ficava o rebanho Católico de todo o seu Arcebispado.

*Caridade, que usou com os enfermos D. Francisca de Sande – Carta d'El-Rei em agradecimento.* – Vivia naquele tempo D. Francisca de Sande, viúva poderosa, e matrona das principais da Bahia; e fazendo luzir a sua piedade, e o seu cabedal na cura dos enfermos, abriu em casa um Hospital, mandando ir a ele os doentes, que não cabiam no da Misericórdia, e recolhendo outros, que voluntariamente escolhiam o seu, onde lhes ministrava pelas suas mãos as medicinas receitadas dos Médicos, a quem pagava, e todos os medicamentos, dispendendo considerável soma em galinhas, frangãos, camas, roupas, e tudo o que podia ser preciso para a saúde, cômodo, e asseio dos enfermos, dos quais a maior parte escapava por força do seu cuidado, e da sua caridade; virtudes, que mereceram o agradecimento do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro, expressado em uma honrosa carta, que foi servido mandar-lhe escrever.

*Morrem do mal alguns Médicos, e Cirurgiões.* – *Recorre a Bahia ao patrocínio de São Francisco Xavier.* – Continuava o mal, não aproveitando pela sua oculta causa os remédios, que lhe aplicavam os Médicos. Deles morreram três, e outros tantos Cirurgiões, todos insignes nas suas Faculdades, mostrando, que se não acertavam a cura dos enfermos, também erravam a sua. Já havia poucos, que pudessem assistir os doentes, porque tímidos, ou desenganados



de não poderem conhecer o achaque, se retiravam, e às pessoas, a quem não podiam faltar, curavam por fora dos trópicos do hemisfério da medicina. Nesta opressão recorreu a Bahia ao patrocínio do glorioso Santo São Francisco Xavier, indo a buscá-lo ao Colégio dos Padres da Companhia, e levando-o em Procissão solene pelas principais praças, e ruas da Cidade.

Deus, que é admirável nos seus santos, e deste novo Taumaturgo ouve todas as deprecações, suspendeu o braço da sua justiça, irado justissimamente contra os nossos pecados, e foi perdendo a força o mal de forma, que ou já não feria, ou quase todos os feridos escapavam; posto que para as pessoas, que vinham de mar em fora, ou dos Sertões, assim à Cidade da Bahia, como à de Olinda, durou largos anos, levando grande parte deles, principalmente aos mais robustos, porque este contágio fazia (como o raio) mais impressão, onde achava maior fortaleza.

*Elege ao santo seu principal Padroeiro, e lho concede a Sagrada Congregação de Ritos. – Festa anual confirmada por Sua Majestade.*  
– Pela notória obrigação do patrocínio, que achara no glorioso São Francisco Xavier a Cidade da Bahia, o Senado da Câmara dela com aplauso do Povo o elegeu por Padroeiro principal, pedindo-o assim em Roma no Pontificado de Alexandre VIII, à Sagrada Congregação dos Ritos, que à instância do Eminentíssimo, e Reverendíssimo Cardeal Carpenha aprovou, e confirmou a dita eleição, concedendo ao Santo todas as prerrogativas e graças, que (segundo as rubricas do Breviário, e Missal Romano) são concedidas aos Santos Padroeiros, conforme a Constituição do Sumo Pontífice Urbano VIII, e logo por faculdade do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II, se estabeleceu aquela Procissão ao Santo anual, e perpetua em o dia décimo do mês de Maio, em que lhe fizeram a primeira, e em todo ele dura a festa com o Santíssimo Sacramento exposto, e Procissão de tarde, despesa, e assistência do Senado, e grande concurso, sendo uma das mais solenes, que faz a Câmara da Bahia.



*Livram melhor os moradores do recôncavo.* – Os moradores dos recôncavos de Pernambuco, e da Bahia não experimentaram tanto o rigor do mal, assim na extensão, como na força; e dos que enfermavam, morriam poucos, porque os ares espalhando-se por maior esfera, perdiam a força da corrupção, ou porque esta se lhes não comunicava por tantos cadáveres, camas, roupas, e outros trastes do uso dos que faleciam; coisas de que não podiam livrar-se os habitadores das duas Cidades, assistindo uns às curas, e enterro dos outros.

*Não fere o mal a negros, mulatos, Índios, mesclados.* – Foi matéria digna de reflexão, que deste contágio não enfermaram negros, mulatos, Índios, nem mesclados, assim na Bahia, como em Pernambuco; parece, que para aqueles viventes compostos humanos não trouxera forças, ou jurisdições o mal; poderia haver neles qualidade secreta, senão foi decreto superior, Por esta causa não faltaram aos enfermos, e aos sãos quem os servisse, e solicitasse o necessário; porém, faltavam os mantimentos, porque os que os conduziam, antes queriam perder os interesses de os trazer às Cidades, que arriscar as vidas nelas, onde estava tão furioso o contágio.

*Morte do Conde do Prado, voltando com o marquês seu pai para o Reino.* – Não deixou de experimentar o Marquês das Minas os cruéis efeitos dele em um tirano golpe, com que a morte (reservando-lhe para mais altas empresas a vida) o feriu na alma, sendo desta trágica cena imenso teatro o mar, na volta, que fazia para o Reino; porque a poucos dias de navegação lhe levou com os próprios sintomas do mal da terra a seu filho primogênito D. Francisco de Sousa, Conde do Prado, o qual acompanhara em todo o tempo do seu Governo na Bahia, com procedimento, e ações próprias do seu generoso sangue, que lhe conciliaram os mesmos cultos, e agrados, que se dedicavam ao marquês seu pai, de quem herdara as virtudes, ainda que não chegou a herdar a Casa, cuja



grandeza pudera elevar-se pela prudência de tal sucessor, que nos merece esta saudosa, e particular memória. Não quis o marquês levar aquele ilustríssimo cadáver ao magnífico jazigo dos seus antepassados, e o fez depositar no mar, para que tivesse o sepulcro do Sol.

*Segundo desposório do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro.* – Logrou neste tempo a monarquia Lusitana uma das suas maiores felicidades na preciosa, e soberana prenda, que ao Tejo enviaram, o Reno e o Danúbio, a Sereníssima Senhora Rainha D. Maria Sofia Isabela de Neoburgo. Estava no Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II, suspensa a augusta baronia Portuguesa; e suspirando os seus leais Vassallos vela continuada, lhe rogaram com as mais vivas expressões do seu amor, e da sua fidelidade, que deposto o justo sentimento pela perda da primeira Real consorte, lhes desse rainha.

Atendendo El-Rei a tão justos rogos, feitos por tão importante causa, elegeu para Esposa uma das mais virtuosas, e excelsas Princesas, que naquele século se achavam em. Europa, pedindo-a ao Sereníssimo Duque de Neoburgo, Conde Eleitor Palatino, seu pai, o qual lha concedeu com júbilos iguais aos créditos, que deste parentesco resultavam à sua Eleitoral, e Sereníssima Casa. Entrou aos onze de Agosto do ano de mil seiscentos e oitenta e sete esta nunca assaz louvada rainha em Lisboa, onde foi festejada com as demonstrações, e grandezas devidas à sua soberania, e às singulares virtudes de que a dotaram a natureza, e a fortuna.

*Ano de 1687.* – *Sucede no Governo geral do Brasil Matias da Cunha.* – No mesmo ano de mil e seiscentos e oitenta e sete sucedeu ao Marquês das Minas, no posto de Governador e Capitão Geral, Matias da Cunha, esclarecido por nascimento, e por valor, que ocupara com grandes acertos os postos de Comissário Geral da Cavalaria do Alentejo, de Mestre de Campo do Terço da Armada, de Governador da Província do Rio de Janeiro, e das Armas de Entre Douro, e Minho, de donde viera ao Governo geral do Brasil,



no qual começara a mostrar logo as disposições do seu talento, que atalhou brevemente a morte, como veremos.

Neste ano foi degolado no Terreiro da Bahia o Coronel Fernão Bezerra Barbalho, morador, e natural da Província de Pernambuco, e uma das pessoas da Nobreza dela, por matar no seu Engenho da Várzea injustamente, e sem mais causa, que uma suspeita cega, a sua esposa, e três filhas havidas dela, escapando outra, que por mais pequena, escondera uma escrava, correndo com ela, sem ser vista, para a casa de um morador vizinho daquele Engenho. Foi companheiro de Fernão Bezerra nesta crueldade seu filho primogênito, matricida e fratricida de sua mesma mãe, e irmãs, e sabendo esconder-se, e retirar-se melhor, que seu pai, só este foi preso; remetido depois com a devassa à Bahia, pagou em um cadafalso os delitos de ambos, sem poder a compaixão (que moviam os seus muitos anos, e cãs) naquele espetáculo moderar o sentimento, e mágoa das inocentes vidas, que tirara, pelas notórias virtudes daquelas tão honradas, como infelizes mulheres.

*Recorrem os moradores da Capitania do Ceará pelo seu amparo.* – Nos primeiros meses do Governo de Matias da Cunha, recorreram os moradores da Capitania do Ceará ao seu amparo, contra os Gentios daqueles ásperos Sertões, que tinham de próximo feito grandes danos na Cidade, e seu recôncavo, pedindo-lhe ajuda para lhes fazerem guerra. Convocou o Governador Matias da Cunha a Palácio Teólogos, Missionários, e os Cabos principais, para se votar em Junta (na forma da Provisão do Sereníssimo Senhor Rei D. João IV) se era justa a guerra, que se havia de fazer àqueles Gentios, e se ficavam legitimamente cativos os que nela fossem presas; termo de que usara, como deixamos escrito, o Governador Afonso Furtado de Mendonça.

Resolvendo-se agora nesta matéria o mesmo, que então se determinara, ordenou Matias da Cunha ao Governador de Pernambuco, aos Capitães-mores da Paraíba, e Rio Grande mandassem Cabos,

gente, petrechos, e bastimentos para aquela empresa; resolução, que logo se executou com tão bom sucesso, que dele resultou a quietação, que hoje logra aquele Província, colhendo os frutos das culturas do seu recôncavo com menor perigo do que até aquele tempo experimentara.

*Continua o mal da Bicha nas pessoas, que vêm de fora. – Ano de 1688.* – Feria ainda na Bahia o mal da Bicha às pessoas, que vinham de fora, e já eram falecidas muitas, das que chegaram na Frota, que trouxera ao Governador, e Capitão Geral Matias da Cunha, entre as quais morreram os Desembargadores José da Guarda Fragoso, e Jerônimo de Sá e Cunha, que no pouco tempo, que exerceram os seus lugares, mostraram ter muitas letras, e inteireza. Na seguinte Frota do ano de mil seiscentos e oitenta e oito acabaram a poder do mesmo contágio outros sujeitos de distinção, e em ambas a maior parte dos homens marítimos.

*Adoece dele o Governador Matias da Cunha. – Sua morte.* – Enfermou o Governador do mal, tanto mais intenso, quanto mais dissimulado, porque não mostrou sinais malignos nos primeiros dias, mas poucos antes de acabar, se manifestou mortal. Conhecendo Matias da Cunha próximo o fim de sua vida, se dispôs para a morte com tão grandes atos de Cristão, que deu não pequeno exemplo no desprezo das vaidades do século. Com este desengano, e admiráveis mostras de arrependimento, faleceu aos vinte e quatro do mês de Outubro do referido ano, mandando sepultar-se no Convento do glorioso Patriarca São Bento, em cuja Capela-mor lhe deram aqueles Religiosos jazigo.

*Seu elogio.* – Foi Matias da Cunha filho legítimo, e segundo de Tristão da Cunha, uma das baronias do seu ilustríssimo apelido, que nos séculos passados lograra ainda maiores estimações, fecunda em Heróis, e famosa em Capitães, dos quais passando alguns a Castela, foram troncos de grandíssimas Casas de Espanha; sendo moço, era respeitado entre os da sua esfera, e idade pelo

valor; por esta causa foi escolhido dos companheiros para fazer o primeiro ingresso no duelo, que tiveram na casa do jogo da pela de que resultara a morte do Conde de Vimioso, sendo o empenho contra o de São João. Este infausto sucesso o fez ausentar da Pátria, e percorrendo por toda a Região de Itália, adquiriu nela muitas notícias dos seus Potentados, e Repúblicas; restituído a Portugal, teve na milícia os empregos, que referimos, mas vive o sempre tão propenso à liberdade militar, que até nos governos políticos não perdeu os hábitos de Soldado.

*Por eleição sucede no Governo o Arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. – Fica com o das Justiças o Chanceler. –* Por não haverem vias para sucessão do Governo, como já acontecera na morte do Governador, e Capitão Geral Afonso Furtado de Mendonça, convocou Matias da Cunha à sua presença, um dia antes do seu falecimento, o Senado da Câmara, a Nobreza, e aos Cabos, e lhes ordenou, e pediu, elegessem a pessoa, que por sua morte havia de ficar substituindo o seu lugar. Houve variedade nos votos, mas todos vieram a conformar-se, elegendo para o Governo militar, e político ao Arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, que aos treze do mês de Maio daquele próprio ano chegara por Metropolitano do Brasil, e já no pouco tempo, que exercia a Pontifícia dignidade, empregava todo o seu talento (verdadeiramente Apostólico) em missões, pregando por todas as Paróquias da Bahia com grande fruto das suas ovelhas, e praticando mui diferentes exercícios, dos que lhe sobrevinham com o Governo do Estado. O das Justiças ficou ao Doutor Manuel Carneiro de Sá, Chanceler da Relação, a quem pelo lugar, na falta do Governador, tocava o de Regedor.

*Motim dos Soldados, por causa das suas pagas. –* No mesmo dia se amotinaram os Soldados dos dois Terços do Presídio por três pagas, que se lhe estavam devendo, e se juntaram no campo do Desterro, rodeando a casa, em que se recolhe a pólvora, menos os Cabos, e Oficiais maiores, que todos assistiram na Praça, em prova

da sua obediência, e lealdade. Pediam os Soldados se lhes mandasse satisfazer no termo peremptório de um dia os seus soldos, com cominação de entrarem na cidade, e a saquearem, ameaçando com especialidade as casas dos Officiais da Câmara, por cuja ordem corria então a paga da Infantaria.

Foram os seus Cabos ao Campo a sossegá-los, e reduzi-los, segurando-lhes da parte do Governador, e do Senado a prontidão dos soldos, que se lhes deviam, afeando-lhes aquele motim sempre detestável, e mais feio naquela ocasião do trânsito mortal, em que se achava o seu General, mas não puderam persuadi-los. A mesma diligência fez o Arcebispo em uma concertada prática, e ainda que se moderaram nos excessos, que faziam em todas as pessoas, que com cargas das fazendas vizinhas passavam por aquela estrada, não se reduziram, continuando na mesma resolução.

*Satisfeitos, e com geral perdão se aquietam.* – Era a confusão dos Vereadores tão grande, como breve o termo, que lhe davam os Soldados; mas juntando na forma, que pode ser, a quantia, que bastava para se lhes pagar (porque os Cabos, e Officiais maiores declararam, que para eles não era necessária a satisfação, senão quando a Câmara comodamente lha pudesse fazer), foi levado ao campo o dinheiro, com que se lhe pagaram nove meses, que se lhe deviam. Depois de satisfeitos, insistiram em se não desarmarem, sem se lhes mandar um perdão geral daquele fato, assinado pelo Governador, que ainda vivia, e pelo Arcebispo, que lhe havia de suceder, o qual lhes foi concedido, e ainda o chegou a assinar Matias da Cunha com o Arcebispo. Alcançado o indulto, e expirando logo o Governador, entraram na Cidade, e assistiram militarmente ao seu enterro.

*Governo de Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho.* – Ano de 1690. – Achava-se Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Almotacé-mor do Reino, governando a Província de Pernambuco, onde fora enviado por morte de Fernão Cabral, Senhor de Azurara,



e Alcaide-mor de Belmonte, que do mal da Bicha falecera naquele Governo, de donde foi Antônio Luiz promovido ao posto de Capitão Geral do Brasil. Chegou à Bahia no ano de mil seiscentos e noventa. Era este Herói insigne em muitos atributos, e virtudes, ilustríssimo no sangue, vigilante no serviço Real, inteiro na administração da Justiça, e no castigo dos delinquentes, admirável na independência de todo o gênero de interesses; estas virtudes exercitara sempre, e de próximo em Pernambuco, de donde já chegara à Bahia a sua fama, antes de ter chegado a sua pessoa.

*Morte da Sereníssima Infanta a Senhora D. Isabel. – Seu Elogio.* – Faleceu no ano de mil e seiscentos e noventa a Sereníssima Senhora Princesa D. Isabel Luiza Josefa, primeiro fruto do tronco Real português, que dominava a Monarquia Lusitana. Nasceu dos Augustíssimos Senhores Reis D. Pedro II e D. Maria Francisca Isabel de Saboia. Foi jurada Princesa herdeira da Coroa, e ajustada para Esposa do Sereníssimo Duque de Saboia seu primo. A conduzi-lo saiu do Tejo no ano de mil e seiscentos e oitenta e três a mais rica Armada, que surcara as ondas do Mediterrâneo, em que se embarcou a maior Nobreza do Reino.

Porém enfermado, por altíssima Providência, aquele príncipe, não se achou capaz de passar a Portugal a consumir os desposórios naquele tempo; e logo variando a fortuna com diversos acidentes as disposições, ele tomou estado, e a nossa Princesa foi lograr maior Império ao Céu; porque as suas incomparáveis virtudes, e angélica formosura não eram da terra; por esta causa, sendo pretendida (como outra Sereníssima Infanta de Portugal, a Senhora D. Maria, filha póstuma do Senhor Rei D. Manuel) pelos maiores Príncipes de Europa, as não alcançaram, porque foram escolhidas para Esposas de Deus.

*Ano de 1691. – Morte do Arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição, e seu Elogio.* – No ano seguinte de mil e seiscentos e noventa e um faleceu o Arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição. Foi em Coimbra

dos Opositores de maior graduação, e merecimento, Colegial de São Pedro, Doutor em Leis, e em Cânones, Cônego Doutoral da Sé de Lamego, Deputado do Santo Ofício. Porém deixando todos estes empregos, e outras maiores esperanças, que lhe prometia o século, o abandonou para vagar a Deus na contemplação, e exercícios Santos do maravilhoso Convento do Varatojo, seguindo tão rigorosamente o exemplo do seu venerável Instituidor, que foi num dos seus mais vivos retratos.

Pela fama das suas penitências, do fervor, com que se empregava na obrigação de Missionário, do fruto, que fazia nas almas, e das grandes virtudes, que resplandeciam no seu singular talento, o escolheu El-Rei para Arcebispo da Bahia; mas repugnando com o maior esforço à sua eleição, não pôde deixar de obedecer à vontade, e preceito Real. Aceitou a Sagrada dignidade, que exerceu na Bahia pouco mais de dois anos, com grande exemplo, santa educação, e muito aproveitamento espiritual das suas ovelhas.

O tempo, que por morte de Matias da Cunha governou o Estado (que foi quase todo o do seu Pontificado), teve por um dos martírios da sua vida, e o oferecia a Deus em satisfação dos seus pecados. Depois de entregar o Governo ao Almotacé-mor, partiu a visitar as Vilas do Camamu, Cairu e Boipeba, onde fez obras, e missões prodigiosas. Sentindo-se enfermo, se fez conduzir à Cachoeira, e Seminário de Belém dos Padres da Companhia, com assistência, e nos braços do Padre Alexandre de Gusmão (Varão Inculpável) em poucos dias de enfermidade, e com muitos atos de amor de Deus, lhe entregou aquela ditosa alma, que por tantos serviços se fizera benemérita de Bem-aventurança. De ordem sua ficou sepultado no referido Seminário, o qual por esta causa, e outros muitos títulos nos merece a particular memória de uma breve notícia.

*Descrição do Seminário de Belém. — Sua Fundação, e instituto. —* Quatorze léguas da Cidade da Bahia está a Vila de Nossa Senhora



do Rosário da Cachoeira, que toma o nome do rio, em cujas ribeiras fora edificada; uma de distância pelo seu terrestre continente se eleva grande porção de terra, cujo cume se estende em dilatadíssima campina, fertilmente amena pela frescura, e suavidade dos ares, pela alegria, e distância dos horizontes, pela produção, e fecundidade do terreno, e finalmente pelo concurso de muitas, e cristalinas águas. Neste sítio fundou no ano de mil e seiscentos e oitenta e seis um Seminário o Padre Alexandre de Gusmão, Religioso da Companhia de Jesus, e um dos maiores talentos da sua Província do Brasil, onde foi repetidas vezes Reitor, Provincial, Lente de Filosofia, Teologia, e Moral, e sobretudo insigne Mestre do espírito, cuja virtude, e doutrina são veneradas como de Varão Santo.

*Suas fábricas, e perfeições.* – Com algumas esmolas, e com o seu laborioso cuidado, fabricou pelo seu dissenho suntuosa Igreja, a que deu título de Nossa Senhora de Belém, e fez os excelentes artefatos do retábulo, fabricado de fina, e manchada tartaruga, e de várias peças da Sacristia, e muitos Presépios de diferentes matérias pelas suas mãos. Em proporção do Templo edificou casas para peregrinos, e hóspedes autorizados, que naquele sítio são frequentes, e formou um capacíssimo, e perfeito Seminário, em que recolheu meninos, para lhes ensinar as primeiras letras, e a Gramática, e para os instruir, e criar nas virtudes, e exercícios Cristãos, sendo Mestre de todos, e sujeitando-se a ler nos bancos os primeiros rudimentos aos discípulos aquele que em profundas ciências nas cadeiras admirara aos Mestres. O tempo, que lhe sobejava, applicava à composição de vários livros, que saíram à luz com grande exemplo, e proveito das almas.

*Efeitos da sua doutrina.* – Grandeza do seu culto, e concurso dos seus devotos. – Foi crescendo com fervor da doutrina o concurso dos Seminaristas, de forma, que de todas as partes do Brasil lhe enviavam muitas pessoas principais filhos, e parentes, a quem assistiam



com uma anual moderada congrua para a sua cômoda sustentação, arbitrada desde o princípio do Seminário pelo seu fundador. Com o culto divino, que ali suntuosa, e piamente se consagra a Deus, e à Virgem Santíssima sua Mãe, se aumentou tanto a devoção dos fiéis que de muito longe vão àquele Santuário: e foi preciso ao Colégio da Bahia acudir-lhe com muitos Religiosos, assim Sacerdotes para administrarem os Sacramentos, como Irmãos para ajudarem ao Padre Alexandre de Gusmão na educação, e estudos dos Seminaristas, dos quais têm já saído muitos, e virtuosos sujeitos para o hábito de São Pedro, e para os das outras Ordens Claustrais, e até para o século perfeitos Varões.

A Casa é hoje uma das Reitorias da sua Sagrada Religião, residindo nela Comunidade competente a tanto emprego, e continuando nele o seu Instituidor Alexandre de Gusmão, que viveu até o ano de mil e setecentos e vinte e quatro, assistindo no Seminário com a mesma prontidão, e atividade, ensinando, pregando, e administrando os Sacramentos em noventa e seis anos de idade; maravilha, que se atribuiu à poderosa disposição Divina.

*Ladrões perturbam, e destroem a Capitania do Porto Seguro, e os seus moradores.* – Tiranizavam a Província de Porto Seguro cinco homens naturais da mesma Capitania, que, sendo nobres por nascimento, se tinham feito vis por exercício. Juntaram alguns foragidos, e formaram uma esquadra de bandoleiros, sendo Capitão dela um dos cinco principais. Cometiam por todos aqueles distritos, e dentro da mesma Vila, roubos, homicídios, estropos, adúlterios, e todo o gênero de insolências, e delitos, sem ficar fazenda, casa, honra, nem lugar seguro dos seus insultos.

*Recorre ao Governador Geral Antônio Luiz.* – Não excetuava a sua tirania os seus próprios parentes, e andavam os moradores tão temerosos, por se acharem os Cabos da milícia, os Juizes, e os Officiais de Justiça com tão poucas forças para os sujeitar, que apenas se podiam defender, vivendo todos no temor de um perigo





contínuo, que por instantes lhes ameaçava a última ruína. Nesta opressão recorreram ao Governador, e Capitão Geral do Estado Antônio Luiz, pedindo-lhe ajuda de gente, com que pudessem buscar aqueles ladrões, e extingui-los de toda a Província.

*Manda o Governador a prendê-los pelo Desembargador Dionísio de Ávila.* – Chegou este aviso ao Governador Antônio Luiz, e encomendando aos mensageiros o tivessem oculto, fez com o próprio segredo preparar cinquenta soldados, escolhidos entre os valorosos dos dois Terços do Presídio da Bahia, e dois sargentos da mesma suposição, dando-lhes por Cabo um Ajudante prático, e alentado, e os fez embarcar a ordem do Doutor Dionísio de Ávila Vareiro, Desembargador atual da Relação, a quem encarregou esta empresa.

*Colhe aos Principais.* – Chegado este Ministro àquela Capitania, antes de entrar no porto, fez aviso ao Capitão mor, que lhe foi falar à embarcação com o Juiz Ordinário, juntando-se-lhe ambos para o conflito, e informando-o do modo, com que o havia de executar, e da parte por onde podia acometer aos delinquentes. Desembarcaram de noite, e marchando pelos espessos matos daqueles distritos, encaminhados por guia fiel, e fortuna favorável, deram na estância dos culpados, e prenderam logo aos cinco, que não puderam resistir, posto que o intentaram com grande valor, à custa de muitas feridas, que deram, e receberam.

*Vêm conduzidos à Bahia, onde justçados.* – Os outros da quadrilha não foram achados, porque havendo-os mandado o seu Capitão a uma facção do emprego detestável daquela miserável vida, conhecendo por alguns sinais, e conjecturas a desgraça dos seus companheiros principais, penetraram a aspereza daqueles Sertões, e nunca mais apareceram. Os cinco presos foram conduzidos à Bahia pelo Ministro, Oficiais, e Soldados, trazendo com eles as devassas, que das suas culpas se haviam tirado, e achando-se nelas inteiramente provados aos réus atrocíssimos crimes,



foram sentenciados pela Relação à morte de forca, e a serem es-  
quartejados, e remetidas as cabeças aos principais lugares em que  
cometeram os delitos.

Desta execução resultou tanto exemplo, e terror a todos os  
facinorosos, como satisfação aos habitantes do Brasil, em cujas  
vastíssimas Províncias não faltavam daqueles insultores, que fia-  
dos na extensão delas, cometiam as próprias maldades com me-  
lhor fortuna, porque as distâncias lhes dilatavam, ou totalmente  
os absolviam dos castigos. Receberam os moradores da Província  
do Porto Seguro aquelas cabeças, e as ofereceram à sua vingança,  
servindo-lhes um espetáculo de tanto horror, do mais firme escu-  
do do seu sossego, pois até o tempo presente não experimentaram  
mais semelhantes ruínas naquele gênero de hostilidades.

*Ano de 1693. – Fundação do Hospício de Nossa Senhora da Palma  
Pelos Religiosos Descalços de Santo Agostinho.* – Fundaram os  
Religiosos Descalços de Santo Agostinho na Bahia o seu Hospício,  
no ano de mil e seiscentos e noventa e três. Foram os Fundadores  
os Padres Mestres. Fr. Alípio da Purificação, Comissário Geral dos  
seus Religiosos Missionários, e Fr. João das Neves, primeiro pre-  
sidente. Tiveram por Companheiros aos Padres Fr. João de Deus,  
e Fr. Jerônimo da Assunção, e um Irmão Leigo Fr. José dos Anjos.  
Fizeram-lhes doação da Igreja de Nossa Senhora da Palma (de que  
fora eretor Ventura da Cruz Arraes, Médico insigne, e natural da  
Bahia) seus herdeiros, que tinham o Padroado dela, o qual cede-  
ram aos Religiosos.

Não tendo a Igreja mais âmbito de terra, que o em que fora  
fabricada, e o seu adro, concorreram os moradores daquele sítio  
(que fica ao Nascente, de aprazível terreno no arrabalde da Cidade)  
com a que bastou para edificarem um formoso Hospício, em que  
assistem alguns Religiosos Conventuais, e o seu presidente, cele-  
brando os Ofícios Divinos com grande culto, administrando os  
Sacramentos com religioso fervor, e procedendo como filhos de



tão grande Pai. Neste Hospício se recolhem os seus Religiosos, que vêm do Reino para a missão de São Tomé, e os que depois de completo o tempo da sua assistência naquela Ilha, voltam para o Reino, hospedando-se como os Conventuais, enquanto se dispõem as suas viagens.

Por morte do Arcebispo D. Fr. Manuel da Ressurreição sucedeu na Sagrada dignidade Metropolitana do Brasil D. João Franco de Oliveira, Bispo de Angola, que chegou à Bahia no ano de mil e seiscentos e noventa e dois.

*Novo Santuário da Lapa. – Sua Descrição.* – Teve o Autor da natureza, desde que criou o Mundo, ou depois que fez cessar as águas do Dilúvio, oculta até este tempo, por seus incompreensíveis juízos, ao trato dos racionais, e só permitida à fereza dos brutos uma admirável, e grande lapa no robusto corpo de uma dilatada penha, que ocupa um quarto de légua em circunferência, cuja base banham as abundantíssimas correntes do estupendo rio de São Francisco no seu interior Sertão, duzentas léguas da Povoação mais vizinha, não mostrando rasto, ou sinal de que fora pisada, nem do Gentio bárbaro daquele inculto País, que está na jurisdição da Província da Bahia.

É fabricada esta prodigiosa lapa de natural estrutura, em forma de um perfeito Templo, com Capela-mor, e colaterais, tendo o Cruzeiro trinta e três passos de largura, oitenta de comprimento toda a estância. Nos lados se veem cubículos proporcionados, que formam vistosas Capelas, metidas nas fortíssimas paredes, as quais com primorosas colunas sustentam em competente altura a pesada máquina de sua abóbada. Abre este formoso côncavo sobre o rio uma varanda descoberta de cinquenta palmos, por onde penetrando a luz, lhe faz todos os lugares claros.

*Maravilhoso sino de pedra.* – A este todo se entra por uma portada igual à de uma Cidade, e por maior assombro, e prova de que esta misteriosa lapa estava destinada para Templo Católico, tinha

pendente do teto, e nascido na abóbada um sino de pedra, obrado pela natureza em forma de coluna, com braça e meia de comprimento, e instrumento, que o toca, também de pedra, com meia braça, o qual, estando pegado ao sino pela parte de fora, foi por arte desunido dele para o poder tocar, e preso em uma corda passada a um buraco, que a coluna, ou sino tem no alto, ferindo-o, o faz soar com tão retumbantes, e sonoras vozes, como os de metal mais finos, ouvindo-se de partes mui distantes.

*Matéria de toda esta fábrica, e as Imagens, que representa.* – A matéria de toda esta grande fábrica são brilhantes jaspes de cores diversas, que, refletindo a benefícios da luz, representam o Céu. No teto parece, que descobre a fantasia com os resplendores, em que a vista se emprega, entre formosas nuvens luzentes estrelas, dispostas em ordem de constelações várias, e diferentes figuras. Por fora na eminência da penha, em que se entranha a lapa, se descobrem muitas árvores entrelaçadas com inumeráveis, e altos corpos da mesma rutilante pedra, que mostrando ao perto informes imagens de torres, pirâmides, campanários, e castelos, formam ao longe a perspectiva de uma perfeita, e bem-fabricada Cidade.

Naquele alto, e por toda a circunferência da penha, a que chamam Itaberaba (que no idioma do País quer dizer pedra, que luz) estão abertas covas, e estâncias proporcionadas à vida, e profissão eremítica, e contemplativa, não se achando em nenhum dos lugares descobertos, e aqui descritos, sinal de habitação humana; e não é menor maravilha estar o Templo metido na lapa, e ter o pavimento de terra solta para sepultura dos mortos. Ao sítio chamam o Rio Verde, porque, sendo o mesmo de São Francisco, que o fertiliza no grande espaço, que o rega, leva aquela cor, retratando em si a verdura do arvoredor, que ali por ambas as margens o acompanha.

*Seu primeiro descobridor, e habitador.* – Francisco de Mendonça Mar, assim chamado no século, e na sua conversão Francisco da



Soledade, hoje Clérigo do hábito de São Pedro, tendo passado de Lisboa sua Pátria à Bahia, depois de alguma assistência, que nela fez, tocado da Divina graça, se resolveu a deixar o tráfego do Mundo, e buscar o deserto mais remoto para chorar as suas culpas, e fazer por elas penitência. Com este Santo impulso, sem mais roupa, que uma túnica, que cobria muitos cilícios, e mortificações corporais, comum Santo Crucifixo, e uma Imagem da Virgem Maria Mãe de Deus, e Senhora Nossa, luzeiro, e guia do verdadeiro, e melhor caminho da humana vida, saindo da Cidade, foi penetrando os Sertões; e não satisfeito de algumas soledades, posto que as achasse acomodadas, porque lhe estava aparelhado este prodigioso domicílio, continuou a jornada, até que o descobria.

*Coloca as Imagens, que levava.* – Entrado nele, achou em uma das Capelas colaterais para a parte do Evangelho um perfeito Monte Calvário, com uma prodigiosa abertura, tão proporcionada ao pé da Cruz, que levava (cuja Imagem tem três palmos) que logo ali a colocou, e junto a ela o Simulacro da Virgem Santíssima, o qual depois em vulto grande, ricamente vestido, trouxe do povoado, por caminho de duzentas léguas, um devoto, inspirado do Céu para esta pia ação, e foi colocado na Capela-mor em precioso nicho, hoje suntuosamente adornado; e na outra colateral se pôs a Imagem do glorioso Santo Antônio.

*Títulos, que lhes dá.* – Invocou do nome de Bom Jesus a Imagem de Nosso Senhor, que levava, e a da Senhora intitulou da Soledade, que hoje também chamam da Lapa. Alguns anos depois, tendo o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide notícia deste prodígio da natureza, e da vida, que nela fazia Francisco de Mendonça, o mandou chamar, e, informado de todas as circunstâncias do lugar, e do Eremita, enviou a ele um Visitador, o qual achou decentemente ornados os Altares com as esmolas dos peregrinos, que já concorriam àquele novo Santuário pelos muitos milagres que

a Senhora obrava em todos quantos enfermos a iam ali buscar. Erigiu o Arcebispo em Capela e lapa, e ordenou de Sacerdote ao Padre Francisco da Soledade, a quem a encarregou.

Depois achando os homens tratantes nas Minas do Sul trânsito mais breve por aquela parte para a Bíblia, abriram caminho junto àquela nova Igreja, onde fazem os seus votos, deixando tão grandes esmolas de ouro, que com elas vindo à Cidade o Padre Francisco da Soledade fez muitas peças de prata, e ricos ornamentos para o Templo, que pela sua diligência, e fervoroso zelo, pelo concurso, e ofertas dos fiéis está hoje com grande asseio, e culto venerado, sendo tal a devoção em todos os que o buscam, que vão com suma humildade, e reverência a fazer as suas novenas, ou romarias; e de outra sorte se lhes proíbe a entrada.

**S**ucede no Governo do Brasil D. João de Lancastro. – Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho sucedeu com o posto de Governador, e Capitão Geral de mar e terra do Brasil D. João de Lancastro, cuja grande qualidade inculca o seu Real apelido, que do supremo Trono de Inglaterra entrou no augusto de Portugal pela Senhora Rainha D. Filipa, Esposa do Senhor Rei D. João o I, tornando gloriosamente a sair no Senhor D. Jorge, Mestre de Santiago, e de Aviz, filho natural do Senhor Rei D. João o I, quinto avô de D. João de Lancastro pela sua baronia, que se deduz dos Sereníssimos Reis das duas Monarquias. Servindo de tenros anos nas guerras da restauração do Reino, fizera provas de valor mui adulto, e sendo Capitão de Cavalos, fora o primeiro, que atacara a batalha do Canal com tanto esforço, como fortuna, e depois ocupara o posto de Mestre de Campo do Terço da Armada, o de Governador, e Capitão Geral do Reino de Angola, e do Brasil, e o de General da Cavalaria do Alentejo na próxima guerra passada, em que os maiores Cabos se ofereciam a servir postos, inferiores aos que já haviam ocupado, e ultimamente Capitão Geral do Reino de Algarve, e do Conselho de Guerra.

*Ano de 1694. – Várias obras do seu laborioso cuidado, conseguidas com fortuna.* Chegou no ano de mil e seiscentos e noventa e quatro à Bahia, e foi Governador, que exerceu mais dilatado tempo este governo geral depois de Mendo de Sá, e de Diogo Luiz de Oliveira.

As obras, e ações, que empreendeu, foram mui conformes ao talento, de que era dotado. Várias coisas dispôs em serviço d'El-Rei, e do aumento de todas as Províncias do Brasil, conseguindo velas executadas com sucessos tão felizes quanto eram acertadas as suas resoluções. Aperfeiçoou no curso do seu Governo os Fortes de Santo Antônio da Barra, de São Diogo, e de Santa Maria, dando-lhes melhor forma, e regularidade.

Mandou edificar os dois Castelos da Cidade sobre as plataformas das duas portas dela, a nova Casa da Relação, a da Moeda, reedificar a Cadeia, e fazer outras muitas obras do adorno, e defesa da Praça, e concorreu com o seu cuidado para se acabar o Templo da Matriz, a que não bastava o poder do Metropolitano, sem o auxílio da magnificência Real, exercida pelo zelo de D. João de Lancastro, e mandou fundar por ordem d'El-Rei no recôncavo da Bahia as três Vilas de Nossa Senhora do Rosário na Cachoeira, de Nossa Senhora da Ajuda em Jaguaribe, e de São Francisco no sítio chamado Sergipe do Conde.

*Vários prejuízos, que padecia o Brasil na moeda de prata.* – Experimentava este Estado, havia muito tempo, vários danos na moeda de prata, sendo o primeiro o cerceamento, que nela continuamente se achava, delito, pelo qual foram punidas algumas pessoas, em que houve indícios de cúmplices, e a faltas de provas não tiveram todo o castigo, que mereciam, a serem convictos como Réus; a este mal se deu o remédio com uma serrilha, com que se mandaram circular as moedas; porém era mais grave o prejuízo, que se padecia no transporte, e fundição da maior delas, que correndo por seis contos e quarenta, que são duas patacas no Brasil, tinham de peso setecentos e cinquenta, e se logravam muitos interesses em as levar, ou remeter para o Reino, onde, e entre as Nações Estrangeiras conseguiam aquele avanço.

*Remédios, que se lhe applicavam com pouco fruto.* – Outras pessoas as mandavam converter em baixelas para o seu uso, e os ourives





as fundiam para as suas obras, sem atenderem uns, e outros ao iminente perigo, a que ficava exposta a nossa América, extinguindo-se a moeda, que é a substância dos Impérios, pois sem ela são cadáveres, vindo a faltar o trato, e comércio, que sustentam as Monarquias. Mas a este dano também se preveniu algum reparo, mandando-te, que as ditas moedas maiores corresse pelo valor do peso, de que se seguia muito embaraço, pois havendo em muitas delas pelo cerceamento menos peso dos setecentos e cinquenta, era preciso para se receberem, trazerem-se balanças, em que se pesassem, gastando-se muito espaço de tempo para se contar pouca quantia de dinheiro.

*Pede a Câmara da Bahia Casa da Moeda.* – Atendendo a todos estes inconvenientes o vigilante Senado da Câmara da Bahia, e ao dano, que ameaçava a este Estado, recorreu ao Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II, pedindo-lhe fosse servido evitar o prejuízo destes seus Domínios, e Vassalos a tempo, que ainda pudesse remediar-se a ruína, e antes que se acabasse de consumir a moeda, mandando para a Bahia Casa, em que ela se lavrasse provincial, para correr só no Brasil, a qual tivesse tanto menos valor intrínseco, quanto bastasse para se lhe não achar conta em a transportar, e fundir. Fizeram-se em Portugal muitas consultas sobre esta matéria, e houve votos, que impugnavam, com razões políticas, esta graça.

*El-Rei lhe concede pelo tempo que bastasse a reduzir a moeda do Estado a nova forma.* – Porém El-Rei aplicando toda a sua Real atenção ao bem dos seus Vassalos, e à conservação deste Estado, lhe concedeu Casa da Moeda, mandando-lhes no ano de mil e seiscientos e noventa e quatro Juiz, Ensaiaadores, e os mais Oficiais, de que necessita aquela fábrica, com todos os instrumentos, e materiais precisos para as Oficinas, e labor da moeda e ordenou durasse só o tempo, que fosse necessário para reduzir a nova forma toda a moeda, que havia nas Províncias do Brasil, às quais mandou

ordem para que a remetessem à Bahia e que, feita esta diligência, se extinguisse a Casa.

*Elege ao Chanceler João da Rocha Pita por Superintendente dela.* – Elegeu por Superintendente dela ao Desembargador João da Rocha Pita, dando-lhe poder para dispor tudo a seu arbítrio, por carta escrita no mesmo ano de mil e seiscentos e noventa e quatro, em que o honra com as formais palavras seguintes: *Por concorrerem na vossa pessoa todas as qualidades necessárias, para fazer de vós a maior confiança.* Era este Ministro natural de Pernambuco, das principais Famílias daquela Província; fora enviado por El-Rei, sendo ainda Príncipe Regente, por Sindicante das Províncias do Sul às maiores diligências, que até aquele tempo se tinham oferecido naquela Região, e com o poder mais amplo, que nela se concedera a Ministro algum; três anos e meio se empregou naquele serviço, e El-Rei o elegeu por Governador do Rio de Janeiro, cargo que não exerceu, por se ter recolhido para a Relação da Bahia.

Fez-lhe a mercê de Conselheiro do seu Conselho Ultramarino; mas não podendo o Desembargador João da Rocha Pita passar ao Reino pelos muitos achaques, de que padecia, lhe representou esta impossibilidade, e que no lugar de Chanceler, que estava de próximo vago, por morte do Desembargador Manuel de Muris Monteiro, o poderia servir com o mesmo zelo. Reconhecendo El-Rei por justa a causa, que lhe impedia o passar à Corte, foi consultado, e provido no cargo de Chanceler da Relação deste Estado, que exerceu nove anos e meio, até o de mil e setecentos e dois, em que faleceu. Estes foram os seus despachos; nas suas virtudes é suspeito o Autor, por ser seu sobrinho, e herdeiro da sua casa.

*Fabrica-se a casa. – Conferências sobre a moeda.* – Fabricou-se a Casa da Moeda, e ficou enobrecendo grande porção de uma das quatro faces da praça, na parte, que já declaramos na descrição da Cidade. Dispuseram-se as Oficinas, e se assentaram os engenhos para o seu lavor. Havia feito repetidas conferências



o Governador, e Capitão Geral D. João de Lancastro, o Chanceler Superintendente João da Rocha Pita, e José Ribeiro Rangel, Juiz da Moeda sobre os gêneros, forma, peso, e valor intrínseco, e extrínseco, que havia de ter, ouvindo pessoas inteligentes, e práticas nesta matéria, que foi sempre de muitas consequências nos Impérios, e de que costumam resultar não poucas alterações nos Povos: porém discutidos os pontos, e apuradas as circunstâncias para se obviarem os prejuízos, e inconvenientes, se mandou recolher à Casa da Moeda toda a que se achava na Bahia, muita prata em barras, e outra lavrada em peças, e feitios antigos, que seus donos quizeram mandar desfazer, e reduzir a dinheiro pela conveniência, que achavam no valor, pelo qual se lhes pagava o marco.

*Ajusta-se a forma, e se principia o lavor.* – Lavravam-se seis gêneros de moedas, de prata na forma semelhantes, e diferentes no peso, valor, e tamanho; de duas patacas, de uma, de meia, de quatro vinténs, de dois, e de um: as de duas patacas tem de peso cinco oitavos e vinte e oito gramas, valor, e cunho de seiscentos e quarenta réis; as de pataca duas oitavas e cinquenta gramas, valor, e cunho de trezentos e vinte réis; as de meia pataca, uma oitava e vinte e cinco gramas, valor, e cunho de cento e sessenta réis; as de quatro vinténs, quarenta e oito gramas e meio, cunho, e valor de oitenta réis; as de dois vinténs, vinte e quatro gramas e um quarto, cunho, e valor de quarenta réis; e as de vintém, cunho, e valor de vinte réis, e peso de doze gramas e um oitavo.

*Divisas, e letras, que têm as novas moedas de uma, e outra parte.* – Tem estas moedas de uma parte a Esfera (empresa do Senhor Rei D. Manuel) no meio da Cruz da Ordem de Cristo, de que foi Grão-Mestre; e entre os claros dos braços da Cruz estas palavras SUR Q. SIGN. NATA STAB. de outra parte o Escudo das Armas Reais Portuguesas; no lado direito o cunho, no esquerdo umas flores, no alto entre a Coroa, e o Escudo a era em que foram lavradas, e pela

roda da sua circunferência as seguintes letras: PETRUS. II. D. G. PORT. REX. ET. BRAS. D.

*Moedas de ouro, sua forma, divisas, e letras.* – Fizeram-se também pela mesma ordem moedas, meias moedas, e quartos de ouro, do que se trazia da Costa de África, e do que se costumava colher de lavagem na Região de São Paulo, e de várias peças antigas de feitios inúteis, que seus donos mandaram desfazer. As primeiras tem de peso duas oitavas e vinte gramas, com o valor, e cunho de quatro mil-réis; as segundas, uma oitava e dez gramas, com o valor, e cunho de dois mil-réis; as terceiras, e últimas com o cunho, e valor de mil-réis, e peso de quarenta e um gramas. Tem de uma parte as Armas Reais, no lado direito o cunho, no esquerdo as flores, e em torno da circunferência as letras PETRUS. II. D. G. PORTUG. REX. da outra parte uma Cruz sem lisonjas, rodeada de num círculo em forma de Cruz rematado com elas, e pela circunferência as letras ET. BRASILIAE. DOMINUS. e os anos em que foram feitas.

*Preço, pelo qual se pagaram às partes os marcos de prata, e de ouro.* – Nesta forma, e com este valor intrínseco e extrínseco se lavraram as moedas de prata, e ouro provinciais no Brasil, saindo nas de prata o marco lavrado em dinheiro a sete mil e seiscentos réis, e dando-se às partes a razão de sete mil e quarenta réis; nas de ouro o marco feito em moeda, a cento e doze mil e seiscentos e quarenta réis, levando-o as partes pelo preço de cento e cinco mil e seiscentos réis. Os quinhentos e sessenta réis, que ficavam de mais na prata, e os sete mil e quarenta réis no ouro, eram para a fábrica, e salários dos Oficiais, que pelo seu Regimento se lhes pagava, admitindo de si El-Rei a senhoriagem, em benefício dos seus Vassallos do Brasil, por não haver nele tanta cópia de prata, nem terem ainda naquele tempo abundado as enchentes de ouro, que hoje inundam por todo este Estado, e fazem as senhoriagens importantíssimas à fazenda Real.



*Concede El-Rei às Províncias de Pernambuco, e Rio de Janeiro também Casa da Moeda.* – As Províncias do Rio de Janeiro, e de Pernambuco, não querendo arriscar o seu ouro, prata, e dinheiro na ida, e volta das viagens da Bahia, não só pelo perigo das tormentas do mar, mas também pelo dos Piratas levantados, que infestavam as costas do Brasil, querendo obviar o naufrágio, ou roubo, que podia acontecer, representaram a El-Rei, que por escusar àqueles Povos algumas ruínas nestes justos receios, que se deviam prevenir, fosse servido conceder-lhes Casa da moeda, para lá se lavrarem.

Atendendo Sua Majestade ao justo temor do prejuízo, que podiam experimentar aqueles súditos na remessa dos seus cabedais à Bahia, mandou, que fechada nela a Casa passassem as suas fábricas ao Rio de Janeiro, e depois a Pernambuco, ordenando ao Chanceler Superintendente mandasse as instruções e ordens necessárias para se governarem os Ministros, que haviam de ser Juízes Conservadores da Moeda naquelas duas Províncias; o que executou depois de reduzidos a nova moeda provincial o dinheiro antigo, prata, e ouro, que houve para se desfazer na Bahia, e se fechou a Casa no ano de mil e seiscentos e noventa e oito, tendo laborado quatro.

*Passa o Juiz dela José Ribeiro ao Rio de Janeiro.* – *A Pernambuco vai por Juiz o Ensaizador Manuel de Sousa.* – Passou José Ribeiro Rangel, Juiz da Moeda, com todos os Oficiais, engenhos, e instrumentos da fábrica dela para o Rio de Janeiro, onde foi Juiz Conservador o Desembargador Miguel de Sequeira Castelobranco; e lavrado o dinheiro antigo, prata, e ouro, que naquela Província havia, para se reduzir à nova forma, se transportaram os Oficiais com a fábrica à de Pernambuco, sendo Juiz Conservador da Casa (que se assentou no Recife) o Ouvidor-Geral, e Juiz da Moeda Manuel de Sousa, que fora Ensaizador na Bahia, e no Rio de Janeiro, por se haver embarcado José Ribeiro Rangel da Praça do Rio para Lisboa.

Todo o dinheiro velho, prata, e ouro, que pôde desfazer-se em Pernambuco, se reduziu à nova moeda, e todas as que se lavraram nas duas referidas Províncias têm a mesma forma, peso, cunho, e valor das da Bahia, pondo-se-lhes de uma parte nas do Rio de Janeiro um R, e um P nas de Pernambuco; e concluído no Brasil este lavor, se fecharam nele as Casas da Moeda, até que com os novos descobrimentos das minas de ouro do Sul se mandaram outra vez abrir no Rio, e na Bahia, como em seu lugar diremos.

*Invento da pólvora. – Os estragos que causa.* – O invento da pólvora, ingrediente do inferno, que para estrago do gênero humano introduziu no Mundo o demônio por mão de um Frade Tudesco, no décimo quarto século, consistindo desde então o maior furor da guerra em fogo material condicionado, e artificioso, parecendo, que já não reina tanto nas campanhas Marte, como Vulcano, pois ao tiro de um canhão, e de um mosquete, fariam pouca resistência a clava de Hércules, e a espada de Roldão, fez preciso, que o salitre, de que ela se compõem, o mandem conduzir de partes distantes os Príncipes, que o não tem nos seus Domínios.

*Manda El-Rei no descobrimento do salitre a D. João de Lancastro. – Parte da Cidade da Bahia. – Ano de 1695.* – Sendo informado o Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro, que no Brasil, e principalmente no Sertão da Bahia, se achavam minas dele em cópia, e qualidade iguais às de Ásia, e a menos custo, e dilação, do qual podia abundar toda a sua Monarquia, encarregou ao Governador, e Capitão Geral D. João de Lancastro fosse em pessoa àquela parte, onde se afirmava, que as havia, e trazendo de Portugal esta comissão, depois de estabelecida a Casa da Moeda, e de dar expediente a outros negócios do Estado, saiu da Cidade da Bahia a esta importante diligência, no ano de mil e seiscentos-e noventa e cinco.

*Vai por mar à Cachoeira, de donde principia a jornada.* – Embarcou para a Vila da Cachoeira, acompanhado de muita gente, com todos os Oficiais da fábrica do salitre, instrumentos para o tirar, e



beneficiar, e com pessoas práticas do terreno, que havia de correr, noticiosas das minas, que ia buscar, fazendo com esta comitiva grandes gastos, para cuja despesa lhe mandou dar El-Rei uma grossa ajuda de custo. Do porto daquela Vila caminhou ao Seminário de Belém, sítio onde o esperava o comboio, que mandara prevenir. Com pouca detença marchou ao Jacaré, e dali a São José das Tapororocas, de donde foi à Mata, aos Tocos, à Pinda, ao Papagaio, ao Rio do Peixe, ao Tapicuru (rio caudaloso), à Serra do Teú, a outro Tapicuru, chamado Mirim, (também rio famoso, mas de menor corrente), e passou à Serra da Jacobina, onde refez o comboio, e continuando a marcha pelos campos daquela Povoação, (hoje Vila) pelos de Terijó, e pela Varnha Seca, chegou às minas do salitre, que chamam de João Martins.

*Acha minas de salitre. – Sua qualidade e importância. – Voltou o Governador para a Bahia.* – No referido sítio-se cavou e colheu salitre mineral, e fazendo-se as experiências, se achou ser bom na qualidade; porém as minas mais permanentes, que abundantes. Neste exame se deteve D. João de Lancastro alguns dias, e depois partiu para outras, chamadas de João Peixoto; e feitas as mesmas experiências, resultaram os próprios efeitos, achando salitre igual ao outro na bondade, e na cópia. Dali partiu para o rio Pauqui a um sítio, que chamam dos Abreus, em cujas minas se achou salitre em mais quantidade, e da mesma qualidade; ultimamente foi a outras minas, que se dizem do Serrão, e do exame se colheu o mesmo efeito, e se fez o próprio Juízo. Com estas experiências, e notícias voltou D. João de Lancastro para a Cidade da Bahia, tendo rodeado mais de cento e cinquenta léguas de terra, e abrindo novos caminhos para atalhar maiores distâncias.

*Torna a mandar às minas: tiram-se fardos de salitre. – Desengano da pouca utilidade, e rendimento delas; e se desiste de as fabricar.* – Não perdeu D. João a esperança de poderem ser úteis, e convenientes as referidas minas; e depois de ter voltado para a Cidade, mandou

tirar salitre, das que o tinham em mais abundância, ou ficavam menos apartadas; diligência, a que foi por sua ordem o Coronel Pedro Barbosa Leal, e assistindo nelas com cuidado, e despesa própria, tirou algum salitre, que por vezes remeteu em fardos de couro à Bahia; porém vindo a conhecer-se, que pelos dilatados longes, pelas asperezas dos caminhos, faltos de mantimentos para os que os haviam de cursar, e conduzir o salitre, saía mui caro à fazenda Real, e de imensa fadiga aos condutores (não sendo a cópia capaz de recompensar com vantagem a despesa, nem ainda de a satisfazer), se colheu o desengano da inutilidade delas, para se não fabricarem; resolução, que foi servido mandar El-Rei, vendo o salitre, que o Governador lhe enviou, e pelos avisos, que lhe fez.

*Guerra dos Palmares.* – Governava a Província de Pernambuco Caetano de Melo de Castro, e sendo quase irremediável o dano, que aqueles moradores experimentavam dos negros dos Palmares (cuja extinção era empresa já reputada por tão difícil, que muitos dos seus antecessores no posto a não intentaram), ele a empreendeu com valor, e a conseguia com fortuna. É preciso darmos notícia da condição, e princípio daqueles inimigos, da origem do Povo, ou República, que estabeleceram, das Leis com que se governaram, e dos danos, que pelo curso de mais de sessenta anos nos fizeram nas Vilas do Porto do Calvo, das Alagoas, de São Francisco do Penedo, e em todas as suas Povoações, e distritos, e até em outros menos distantes da Cidade de Olinda, Cabeça daquela Província, e dos males, que causaram aos seus habitantes, sendo ainda maiores na execução, que no temor contínuo em que viviam de serem inopinada, e repentinamente acometidos com frequentes assaltos, e perda das vidas, fazendas, e lavouras.

*Origem daquela Povoação de negros fugitivos.* – Quando a Província de Pernambuco estava tiranizada, e possuída dos Holandeses, se congregaram, e uniram quase quarenta negros do Gentio de Guiné, de vários Engenhos da Vila do Porto do Calvo,





dispondo fugirem aos Senhores, de quem eram escravos, não por tiranias, que neles experimentassem, mas por apetercerem viver isentos de qualquer domínio. Com segredo (entre esta Nação, e tanto número de pessoas, poucas vezes visto) dispuseram a fuga, e a executaram, levando consigo algumas escravas, esposas, e concubinas, também cúmplices no delito da ausência, muitas armas diferentes, umas, que adquiram, e outras, que roubaram a seus donos na ocasião em que fugiram. Foram rompendo o vastíssimo Sertão daquela Vila, que acharam desocupado do Gentio, e só assistido dos brutos, que lhes serviram de alimento, e companhia, com a qual se julgaram ditosos, estimando mais a liberdade entre as feras, que a sujeição entre os homens.

*Juntam-se-lhes alguns delinquentes também escravos.* – Nos primeiros anos este fogo, que se ia sustentando em pequenas brasas, para depois crescer a grande incêndio, não causou dano público, mas só o particular da perda dos escravos, que seus donos não puderam descobrir, por não saberem a parte em que se alojavam daqueles espessos, e dilatados matos, onde ainda então os fugitivos só atendiam a sustentar-se das caças, e frutas silvestres do terreno inculto, e não saíam dele mais, que a levar a furto de algumas fazendas menos apartadas as plantas de mandioca, e outras sementeiras, para darem princípio às suas lavouras, tornando-as com força, se achavam resistência, e sem ela, senão encontravam oposição; porém era já notório este receptáculo por todas aquelas partes, de donde o iam buscar outros muitos negros, e alguns mulatos cúmplices em delitos domésticos, e públicos, fugindo ao castigo dos Senhores, e da Justiça, e os recebiam os negros dos Palmares, pondo-os no seu domínio.

*Guerra servil dos escravos em Roma.* – *Vai produzindo, e tratam de buscar mais mulheres.* – *Hostilidades que fazem.* – Crescia o poder dos negros com estes socorros dos fugitivos, que se lhes iam juntando, para fazerem aos Povos de Pernambuco os danos, que

experimentaram os de Roma na guerra servil, quando juntando-se poucos escravos gladiadores, e agregando a si muitos homens facinorosos causaram tantos estragos na própria Cabeça daquela nobilíssima República. Além dos filhos, que lhes nasciam, entendendo os negros, que para maior propagação, e aumento do Povo, que fundavam, lhes eram precisas mais mulheres, trataram de as haver sem a indústria, com que os Romanos as tomaram aos Sabinos, mas só com a força, entrando pelas fazendas, e casas dos moradores daquelas Vilas, Povoações, e distritos, e levando negras, e mulatas do serviço doméstico, e das lavouras. Roubavam aos Senhores delas os vestidos, roupas, e armas, que lhes achavam, ameaçando violar-lhes as mulheres, e filhas, se as não remiam a dinheiro, ou outras dádivas, que se lhes ofertavam prontamente, desprezando sempre os Portugueses o cabedal pela honra, a qual lhes ficava intacta a indultos da moeda, e da nobreza, que não deixavam de respeitar nas pessoas, em quem a reconheciam, tanto que ficavam aproveitados dos despojos, que colhiam, e com eles voltavam ricos para o seu País.

Aumentados com o tempo e em número de gente, foram penetrando mais os Sertões, e descobertos amplíssimos campos, os repartiram pelas Famílias, que, pondo-os em cultura, faziam mais rica, e dilatada a sua jurisdição; e sem a especulação de Aristóteles, e de Platão nas suas repúblicas escritas, nem as Leis promulgadas na de Atenas por Sólon, na de Lacedemônia, ou Esparta por Licurgo, na de Creta, ou Candia por Minos, e nas de Roma, Cartago, e Egito por Numa, Charonda e Trimegistro.

*Formam uma República com seu príncipe eletivo, mas por toda a vida. – União, que tem na sua obediência. –* Formaram nos Palmares uma república rústica, e a seu modo bem-ordenada. Elegiam por seu príncipe, com o nome de Zumbi (que no seu idioma vale o mesmo, que diabo), um dos seus varões mais justos, e alentados; e posto que esta superioridade era eletiva, lhe durava por toda a

vida, e tinham acesso a ela os negros, mulatos, e mestiços (isto é, filhos de mulato, e negra) de mais reto procedimento, de maior valor, e experiência, e não se conta, nem se sabe, que entre eles houvessem parcialidades por competências de merecimento, ou ambição de domínio, nem que matassem um para entronizar outro, concorrendo todos ao eleito com obediência, e união; polos, em que se sustentam os Impérios.

*Instituem Leis. – Substância delas.* – Tinham outros Magistrados de justiça, milícia, com os nomes das suas terras. Eram entre eles delitos castigados inviolavelmente com pena de morte o homicídio, o adultério, e o roubo, porque o mesmo, que com os estranhos lhes era lícito, se lhes proibia entre os naturais. Aos escravos, que por vontade se lhes iam juntar, concediam viverem em liberdade; os que tomavam por força, ficavam cativos, e podiam ser vendidos. Tinham também pena capital aqueles que, havendo ido para o seu poder voluntários, intentassem tornar para seus Senhores. Com menor rigor castigavam aos que sendo levados por força, tivessem o mesmo impulso. Destes seus Estatutos, e Leis eram as ordenações, e volumes as suas memórias, e tradições conservadas de pais a filhos, vivendo já no tempo, em que lhe fizemos a guerra os segundos, e terceiros netos dos primeiros rebeldes, conservando-se nesta forma em temor, e aparente justiça.

*Forma em que andavam.* – *Na Religião eram Cristãos cismáticos.* – Andavam como nas suas terras, sem cobrirem mais, que as partes, que a modéstia manda ocultar, exceto alguns principais de ambos os sexos, que vestiam as roupas, que roubavam, ou faziam de fazendas, e panos, que também colhiam nas presas, que executavam. De Católicos não conservavam já outros sinais, que o da Santíssima Cruz, e algumas orações mal-repetidas, e mescladas com outras palavras. e cerimônias por eles inventadas, ou introduzidas das superstições da sua Nação; com que se não eram idólatras, por conservarem sombras de Cristãos, eram cismáticos,



porque a falta dos Sacramentos e Ministros da Igreja que eles não buscavam, pela sua rebelião, e pela liberdade dos costumes, em que viviam, repugnantes aos preceitos da nossa Religião Católica, os excluía do consórcio, grêmio, e número dos fiéis.

*Confederações, que por temor tinham com eles alguns moradores. – Castigam-se estes tratos, sendo descobertos.* – Alguns moradores daqueles distritos, por temerem os danos, que recebiam, e segurarem as suas casas, Famílias, e lavouras dos males, que os negros dos Palmares lhes causavam, tinham com eles secreta confederação, dando-lhes armas, pólvora, e balas, roupas, fazendas de Europa, e regalos de Portugal, pelo ouro, prata, e dinheiro, que traziam do que roubavam, e alguns víveres, dos que nos seus campos colhiam, sem atenção às gravíssimas penas, em que incorriam, porque o perigo presente os fazia esquecer do castigo futuro; e achando-se em várias devassas, que se tiravam, culpados deste crime alguns, e por ele punidos, se não escarmentavam os outros, que a todo o risco conservavam este trato oculto, e em virtude dele ficavam seguras as suas casas, e andavam os seus escravos pelas partes, a que os enviavam com os salvos-condutos, que recebiam dos inimigos em certos sinais, ou figuras, que respeitavam os seus Capitães, e Soldados, para os deixarem passar livres.

*Não podiam os Governadores combater aos inimigos. – Informação, que dão alguns escravos, que lhes fugiram.* – A calamidade que padecia Pernambuco com esta opressão dos Palmares viam e não podiam remediar os Governadores daquela Província, sem terem para os expurgar, e extinguir o poder, que requeria a empresa, já reputada por grande pelas informações, que davam alguns escravos, que sendo levados violentamente, viviam forçados, e tiveram a fortuna de lhes escapar, e tornar a seus donos. Encareciam o grande número de gente, que tinham produzido, os valorosos guerreiros, com que se achavam, a destreza com que julgavam todo o gênero de armas, a fortíssima muralha da sua

circunvalação, a abundância dos mantimentos, que colhiam; coisas, que mostravam poderem aqueles inimigos resistir um largo assédio, e frustrar o impulso das nossas armas, e tudo conduzia a perder a esperança de os expugnar, causa, pela qual, o que obra-  
vam os Governadores da Capitania, era só dobrarem as penas aos que os comunicassem, e pôr em certos sítios algumas estâncias com gente, que lhes resistisse o trânsito, oposição incompetente à força do seu grande poder.

*O Governador Caetano de Melo se resolve a fazer-lhes guerra. – Dá conta ao Governador Geral, que manda marchar o Mestre de Campo dos Paulistas à Vila do Porto do Calvo. –* Porém o Governador Caetano de Melo de Castro, julgando generosamente, que das mais árduas empresas se colhem os aplausos maiores, tomou esta com tanto empenho, que veio a dar-lhe glorioso fim. Escreveu ao Governador, e Capitão Geral D. João de Lancastro, dando-lhe conta da sua determinação, e pedindo lhe ordenasse ao Paulista Domingos Jorge, Mestre de Campo dos Paulistas, (assim chamam comumente aos filhos da Religião de São Paulo) que com o seu Terço, que residia no Sertão da Bahia, marchasse para o Porto do Calvo, onde se havia de juntar o exército da gente, que determinava enviar de Olinda, e do Recife, e das Ordenanças das Vilas mais prejudicadas, e menos distantes dos Palmares, D. João de Lancastro, a quem só agradavam os impulsos grandes, lhe aprovou este, e ordenou ao Mestre de Campo Domingos Jorge, que com a maior brevidade caminhasse para aquela empresa ao Porto do Calvo; o que executou com muita presteza, marchando com os seus Índios, Capitães e Oficiais para aquela Vila.

*Parte o Paulista, e se encaminha aos Palmares. – Recebe dos negros uma rota, morrendo muitos de ambas as partes. –* Do Pinhancó, onde tinha a sua estância, caminhou com toda sua gente de guerra, que seriam mil homens, e atravessando o Urubá, quis de caminho dar primeiro vista aos Palmares, por resistir a fortificação

dos inimigos, conseguir alguma facção, e ganhar a primeira glória, fazendo o ingresso àquela guerra; mas aconteceu-lhe o contrário do que imaginava, porque alojando nos Garanhus de frente da Fortificação, ao terceiro dia da sua assistência, andando os seus soldados divertidos em colher os frutos de um bananal dos negros, saiu da sua Fortificação um grande esquadrão deles; e acometendo aos Paulistas, que se ordenaram naquele repente com a melhor forma, que puderam, se travou uma batalha, em que morreram de ambas as partes mais de quatrocentas pessoas, ficando feridas outras tantas; e seria maior o estrago dos Paulistas, se reconhecendo desigual o seu partido ao número dos inimigos, se não foram com muito valor, e disposição retirando para o Porto do Calvo, onde acharam o exército que o Governador tinha enviado àquela Vila.

*Exército, que envia o Governador de Pernambuco. – Cabo do nosso exército.* – Constava de três mil homens que pôde juntar de Olinda, do Recife, das Vilas, e Povoações mais vizinhas, de muitas pessoas ricas, que voluntariamente quiseram ir naquela expedição, impelidos do próprio valor e da vingança, que esperavam tomar daqueles inimigos pelos danos, que lhes haviam causado, e de algumas Companhias mais luzidas, que haviam nos dois Terços de Infantaria paga de Pernambuco. De todo o exército nomeou por Cabo, com o posto de Capitão-mor, a Bernardo Vieira de Melo, que da sua fazenda das Pindobas conduzindo muita gente armada, se fora oferecer ao Governador para aquela campanha, e conquista. Era homem nobre, e valoroso, experimentado na guerra dos negros, havendo logrado algum tempo antes o feliz sucesso de um choque, em que degolou, e cativou um grande troço deles em uma das estâncias, em que estivera, para reprimir as suas invasões; causas, pelas quais Caetano de Melo o elegeu para governar aquela empresa.

*Socorro da gente das Alagoas, do Penedo, e outras principais pessoas, que se lhes Juntam.* – Juntaram-se mil e quinhentos homens das

Vilas das Alagoas, de São Francisco do Penedo, das Povoações de São Miguel, e Alagoas do Norte, debaixo da conduta do Sargento-mor Sebastião Dias. Chegaram ao Porto do Calvo, onde estavam já prontos o seu Alcaide-mor Cristóvão Lins de Vasconcelos, o Capitão-mor Rodrigo de Barros Pimentel, o Coronel da Nobreza Cristóvão da Rocha Barbosa, com todas as pessoas principais, e Ordenanças daquela nobíssima Vila, e composto o Exército de toda esta Infantaria, que chegava ao número de seis mil homens, com militar pompa, festivo alvoroço, e todos os mantimentos precisos para a continuação de um largo assédio, marcharam para os Palmares.

*Descrição dos Palmares, e da Povoação dos negros.* – Estão os Palmares em altura de nove graus do Norte, no terrestre continente das Vilas do Porto Calvo, e das Alagoas, em quase igual distância de ambas, porém mais próximos à primeira. O nome tiveram depois, que os negros os possuíram pelas muitas palmeiras, que lhe plantaram. Compreendia mais de uma légua em circuito a sua Povoação, cuja muralha era uma estacada de duas ordens de paus altos, lavrados em quatro faces, dos mais rijos, incorruptíveis, e grossos, que há naqueles grandes matos, abundantíssimos de portentosos troncos. Tinha a circunvalação três portas da mesma fortíssima madeira, com suas plataformas em cima, todas em iguais distâncias e cada uma guardada por um dos seus Capitães de maior suposição, e mais de duzentos Soldados no tempo da paz, porém nesta guerra guarnecidas todas do maior poder das suas forças.

*Obras da natureza, e do artifício naquele terreno.* – Por várias partes daquela circunferência havia baluartes da própria fábrica, e fortaleza. O Paço do seu Zumbi era toscamente suntuoso na forma, e na extensão; as casas dos particulares ao seu modo magníficas, e recolhiam mais de vinte mil almas de ambos os sexos, as dez mil de homens capazes de tomar armas. As que jogavam,

eram de todos os gêneros, assim de fogo, como espadas, alfanjes, flechas, dardos e outras arrojadiças. Havia dentro na sua povoação uma eminência elevadíssima, que lhes servia de atalaia, e depois lhes foi voluntário precípio; dela revistavam com longa vista, por dilatados horizontes, muita parte das Vilas, e lugares de Pernambuco. Tinha uma alagoa, que lhes dava copioso peixe, muitos ribeiros, e poços, a que chamam Cacimbas, de que tiravam regaladas águas. Fora tinham grandes culturas de pomares, e lavouras, e para as guardar, fizeram outras pequenas Povoações, chamadas Mocambos, em que assistiam os seus mais fiéis, e veteranos Soldados.

*Chega o nosso exército.* – Chegou o nosso exército e caminhando a desfrutar aquelas Quintas, ou fazendas as achou já sem frutos, nem legumes, porque os inimigos, com militar discurso, colheram todos os que estavam sazoados, prevenindo-se para o cerco, e destruíram os que no curso dele podiam amadurecer, e servir à nossa gente; e abandonando os Mocambos, se recolheram dentro da circunvalação da sua muralha, unindo nela todo o seu poder, com esperanças firmes de triunfar do nosso, que tantos anos os tinha tolerado, estando eles na posse de não serem na sua fortificação acometidos.

*Forma, que toma.* – Dividido o nosso exército em várias estâncias, se pôs na porta do meio o Capitão-mor Bernardo Vieira de Melo; a do lado direito encarregou ao Mestre de Campo dos Paulistas Domingos Jorge; e a do esquerdo ao Sargento-mor Sebastião Dias; os outros Cabos foi pondo em torno da muralha; por muitas partes dela se puseram escadas, que levavam prevenidas; mas subindo por elas, eram logo rechaçadas pelos inimigos, assim com armas de fogo, e flechas, disparadas dos baluartes, como de água fervendo, e brasas acesas, lançadas pela estacada, de que recebiam os nossos muitas mortes, e feridas, pagando-as no mesmo troco aos inimigos, que podiam descobrir por qualquer





daqueles lugares, repetindo-lhes os assaltos por todas as partes, para os trazerem em tão contínua fadiga, e desvelo, que lhes pudessem enfraquecer o ânimo, e embaraçar a disposição.

*Combate incessantemente por muitos dias a fortificação. – Resistência dos negros.* – Continuando-se por muitos dias os combates, foi faltando aos negros a pólvora, que não podia ser muita, pois só tinham a que dos moradores seus confederados alcançaram, antes de se lhes mover a guerra, da qual não tendo tão antecipada notícia, como lhes era precisa, para recolherem os mantimentos necessários a um dilatado cerco, já neles experimentavam também diminuição, mas não na sua constância, que se aumentava com a porfia do nosso exército, sobre o qual disparavam tantas nuvens de flechas, e tal chuva de armas arrojadizas que faziam parecer escusadas as balas. A todas resistia a nossa gente; porém havendo batido as muralhas, e portas incessantemente com grande cópia de fortíssimos machados, e outros instrumentos, sem efeito algum, e com perda de muita gente, pediram ao Governador Caetano de Melo de Castro socorro de Soldados, e peças de artilharia, entendendo, que sem elas seria impossível romper a fortificação dos inimigos.

*Respondeu o Governador ao aviso, que se lhe faz pedindo socorro.* – A este aviso respondeu o Governador, que ficava convocando gente, e dispondo a carruagem da artilharia para ir em pessoa socorrê-las; mas esta notícia não fez cessar nos combates o nosso Exército, à custa dos multas perigos, e discômodos, que experimentava, anelando conseguir aquela empresa, que quanto mais difícil, lhe seria mais gloriosa, posto que conhecia carecer de maiores forças, e serem precisos canhões para bater a muralha. Fazia prevenções de víveres, por se lhe irem acabando os que trouxera, e já eram as rações inferiores à necessidade dos Infantes, demitindo os Cabos as próprias avantajadas porções, que aos seus postos eram devidas, em benefício dos seus Soldados.



*Vão afrouxando os negros por falta de mantimentos.* – Iam afrouxando os negros, faltos já das armas, que lançavam, e dos mantimentos, que consumiam, não podendo recorrer aos campos, que eram os seus celeiros, para levarem os de que mais ordinariamente se sustentavam, e só se mantinham na esperança de que o nosso exército não podia permanecer muito tempo no assédio, pela diminuição da gente, em que se achava, e pelos discômodos, que padecia, pouco costumados os homens, depois da guerra dos Holandeses, a resistir às inclemências do tempo nas campanhas, além de lhes ficarem mui distantes as conduções dos víveres, de que já entendiam, que experimentavam falta, discursos, em que fundavam a suposição de que se lhes levantaria brevemente o sítio; porém logo o sucesso, que não premeditaram, lhes mostrou o contrário do que presumiram.

*Socorro de víveres, que vem ao nosso exército, e desanimam-se os negros.* – Da sua eminência, ou atalaia viram irem-se cobrindo os campos de gado maior, e menor, de carros e cargas de cavalos, que das Vilas do Penedo, das Alagoas, e da Povoação de São Miguel caminhavam ao nosso exército em um grandíssimo comboio, que lhes chegava, de que começaram a inferir os negros a nossa persistência, e a sua ruína, e totalmente desanimados, se empregavam mais no seu assombro, que na sua defesa, quando o nosso exército com o socorro dos mantimentos, e de alguma gente, que os acompanhava, se punha a bater-lhes as portas da estacada com novo alento, e tal fortuna, que à força de machados, e braços lhe abriu o Sargento-mor Sebastião Dias a que lhe tocara, ao tempo que o Capitão-mor Bernardo Vieira rompia a em que estava, de que fez aviso ao Mestre de Campo dos Paulistas, que, residindo na outra muito distante, acudia com incrível presteza a ser-lhe companheiro no perigo, e na glória.

*Entra a nossa gente na fortificação.* – Despenham-se muitos negros da sua eminência. – Entraram juntos, encontrando alguma resistência dos negros, inferior à que presumiram; porque o seu

príncipe Zumbi com os mais esforçados guerreiros, e leais súditos, querendo obviar o ficarem cativos da nossa gente, e desprezando o morrerem ao nosso ferro, subiram à sua grande eminência, e voluntariamente se despenharam, e com aquele gênero de morte mostraram não amar a vida na escravidão, e não querer perdê-la aos nossos golpes.

*Rendem-se os mais que se acham nela. – Chega ao Governador a nova do nosso vencimento.* – Todos os outros que ficaram vivos, com o grande número de mulheres, e crianças, em prantos inconsoláveis, e clamores excessivos, se renderam. Muitos dias gastou a nossa gente em discorrer pela Povoação, onde acharam muitos despojos pobres, sendo o mais importante o das ricas armas de todo o gênero, valorosamente exercidas, com grande polimento, e asseio tratadas. Fizeram os Cabos logo no princípio aviso ao Governador Caetano de Melo de Castro, a quem os enviados acharam para partir no dia seguinte com o grande socorro, que tinha junto ao Recife, em que levava dois mil homens, e seis peças de artilharia. Recebeu a nova com públicas demonstrações, lançando de Palácio dinheiro ao Povo, e fazendo depois Procissão solene de ação de graças; posto que estimara mais ter parte na glória da peleja, fim para que dispusera o socorro, que estava para conduzir com a brevidade, com que o soube juntar.

*Levam-se os negros ao Recife.* – Foram levados ao Recife os negros; e tirando-se deles os quintos pertencentes a El-Rei, os mais ficaram tocando aos Cabos, e Soldados, conforme as presas, que fizeram quando entraram na sua fortificação. Todos os que eram capazes de fugir, e se rebelar, os transportaram para as outras Províncias do Brasil, e alguns se remeteram a Portugal. As mulheres e crianças, pelo sexo, e pela idade livres daquela suspeita, ficaram em Pernambuco.

*Glória do Governador Caetano de Melo, e seus empregos.* – Este fim tão útil, como glorioso teve a guerra, que fizemos aos negros dos

Palmares, devendo-se não só o impulso da empresa, mas os meios da execução, ao valor, e zelo, com que Caetano de Melo de Castro governou a Província de Pernambuco, de cujo emprego por este, e outros serviços obrados na Etiópia, sendo General dos rios de Sena, saiu com tantos créditos, e aplausos, que lhe granjearam o superior lugar de vice-rei da Índia; cargo, que exerceu com grandes acertos, deixando em todos: as referidas partes uma ilustre memória.

*Ano de 1696. – Juízes Ordinários, que até este tempo se elegiam na Bahia, e nas outras Capitanias. Novos lugares nela de Juízes de fora, e Ouvidores da Comarca.* – Haviam até o ano de mil e seiscentos e noventa e seis na Câmara da Bahia Juízes Ordinários de vara vermelha, como nas outras Câmaras das Províncias do Brasil; mas atendendo a ser antigalha indecorosa a uma Cidade, Cabeça de todo o Estado, que devia ter o predicamento das maiores do Reino, em que há Juízes de Fora, e Corregedores das Comarcas logrando já o Senado da Bahia por mercê do Sereníssimo Senhor Rei D. João IV, em Provisão de vinte e dois de Março de mil e seiscentos e quarenta e seis, os próprios privilégios que o da Cidade do Porto, que são os mesmos, que tem a Câmara de Lisboa, criou a Majestade do Augustíssimo Senhor Rei D. Pedro II, no ano de mil e seiscentos e noventa e seis os referidos lugares, enviando por Ouvidor da Comarca (título que costumam ter nas terras dos Mestrados) ao Doutor Belchior de Sousa Vilasboas, e por Juiz de Fora ao Doutor José da Costa Correa, pelos quais dividia o Ofício de Provedor dos defuntos, e ausentes, que andava em um dos Ministros da Relação; e desde então ficaram sendo os Juízes de Fora Provedores dos ausentes na Cidade, e os Ouvidores na Comarca.

*Nova forma de eleições.* – Desde este tempo deixaram de fazer-se por Pelouros as eleições dos Oficiais do Senado da Câmara da Bahia, remetendo-se as pautas dos Eleitores ao Desembargo do Paço, que se faz na Relação delta, e em cada um ano as limpa, e



escolhe os Vereadores, e Procurador, que hão de servir nele, que vão nomeando em Provisão passada em nome de El-Rei. Os novos Ministros, Ouvidor da Comarca, e Juiz de Fora tiveram grande trabalho em estabelecer estes lugares, e entre si não poucas contendas sobre a jurisdição, que a cada um pertencia; pleitos, que se ajustaram, tomando-se conhecimento deles, e resolvendo-se na Relação. A estes dois Ministros se concedeu acesso para os lugares da Relação da Bahia, tiradas as suas residências, e pelo bom procedimento, que tiveram nas suas ocupações, foram premiados com a Toga de Desembargadores dela; porém nenhum dos seus sucessores logrou ainda até o presente esta promoção.

*Juízes de Fora introduzidos também em Pernambuco e Rio de Janeiro. – Ouvidores literários nas Cidades de Sergipe, e da Paraíba.* – Na Cidade de Olinda, Capital da Província de Pernambuco, e na de São Sebastião, principal da do Rio de Janeiro, introduziu também El-Rei no mesmo ano o lugar de Juízes de Fora aos de Ouvidores literários, que já nelas haviam, e se ficaram fazendo as eleições dos Oficiais da Câmara na forma dos da Bahia; porém pela distância, que há destas àquelas Praças, foi concedida Provisão de Sua Majestade, para os Governadores delas em cada uma, com o Ouvidor, e Juiz de Fora, limparem as pautas cada ano, e escolherem os Oficiais, que nele hão de servir, pelo detrimento, e mora, que iam de experimentar em se enviarem ao Desembargo do Paço da Bahia. Neste próprio tempo mandou criar em a Cidade de São Cristovão, Cabeça da Província de Sergipe, Ouvidor da profissão literária, enviando a ela com este lugar ao Doutor Diogo Pacheco, como já tinha mandado criar o mesmo lugar na Província da Paraíba, pelo Doutor Diogo Rangel Castelbranco.

*A Província de Pernambuco se divide em duas Comarcas.* – Depois crescendo, as Povoações de Pernambuco, e o número dos seus habitantes, ficando alguns Povos muito distante da Cidade de Olinda, que por este motivo experimentavam grandes



discômodos em acudir a ela com as suas causas, suplicaram a sua Majestade fosse servido fazer-lhes outra Comarca, dividindo em duas a jurisdição civil, e criminal desta Província. A tão justo requerimento atendendo o Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II, mandou criar outra Comarca na forma que pediam aqueles moradores, ordenando, que da nova fosse Cabeça a Vila das Alagoas, e lhe fossem sujeitas para o Norte uma Povoação, chamada Alagoas do Norte, e a Vila do Porto do Calvo; e ao Sul a grande Povoação de São Miguel, a Vila de São Francisco do Penedo, e os seus dilatados distritos, elegendo primeiro Ouvidor ao Doutor José da Cunha Soares. Estes três Ministros em prêmio do trabalho, com que criaram os referidos lugares, e do bem, que neles procederam, ocuparam os da Relação da Bahia.

*Ano de 1697. – Morte do Padre Antônio Vieira. – Seu Elogio. –* No Colégio dos Padres da Companhia de Jesus da Cidade da Bahia faleceu no ano de mil seiscentos e noventa e sete o Reverendíssimo Padre Antônio Vieira, benemérito filho daquela Sagrada Religião. O seu talento foi ainda maior que o seu nome, com o qual voou por todos os hemisférios a fama elevada pela sua pena. Foi em Portugal Pregador dos seus Augustíssimos Monarcas, e da Sereníssima Rainha de Suécia em Roma, cuja Sagrada Cúria o ouvia com admiração, e lhe respondera com o prêmio de altas dignidades, se a sua Religiosa modéstia o não obrigara a fugir entre os Estrangeiros das honras, e lugares, de que já se livrara entre os naturais, onde achando na vida, e na posteridade as maiores estimações, são ainda inferiores as que tem entre as outras Nações, andando os seus escritos traduzidos, venerados por todo o Mundo Católico, com grande glória do nome português.

*Dúvida, que houve entre Portugal, e o Brasil, sobre serem Pátria sua.* – Muitos anos se duvidou da Região, em que nascera, passando a contenda desta incerteza entre Portugal, e o Brasil; e puderam apeteer a fortuna de Pátria do Padre Antônio Vieira todas as

Cidades do Mundo, como as de Glória pleitearam o serem Pátria de Homero; mas pela insigne Corte de Lisboa se declarou esta prerrogativa e foi justo, que produzisse ao mais famoso Orador uma Cidade, que fundara o Capitão mais eloquente; porém não deixou de ficar à da Bahia direito reservado para outra ação, porque vindo a ela o Padre Antônio Vieira muito menino, pode litigar, se devesse tanto a Portugal pela felicidade do horóscopo, em que nasceu, como no Brasil pela influência do clima, em que se criou; se teve nele mais domínio a força do Planeta, que o poder da educação; problema, ou ponto, sobre que disputam muitos Autores, mais a favor da criação, que do nascimento.

*Reparo sobre a morte do Secretário de Estado, num dia depois da de seu irmão, e da mesma enfermidade.* – Coisa digna de reparo é que Bernardo Vieira Ravasco, natural da Bahia, Secretário do Estado do Brasil, tão perito, nesta ocupação, como ciente em muitas Faculdades, irmão do Padre Antônio Vieira na natureza do sangue, e na sutileza do engenho, adoecesse ao mesmo tempo, e do mesmo achaque, que seu irmão; e fazendo a enfermidade os próprios termos, e sintomas em ambos, morressem juntamente, o Padre Antônio Vieira primeiro, e Bernardo Vieira um dia depois.

*Opiniões de Possidônio, e de Hipócrates.* – Se houveram nascido os dois de um parto, pudera algum enganado Astrólogo seguir a errada fantasia de Posidônio, que atribui nos gêmeos esta igualdade, por serem concebidos, e nascidos, na própria constelação de estrelas; ou algum Médico especulativo sentir com Hipócrates, que entende lhes nascem estes efeitos da temperança dos corpos, semelhante em ambos, da disposição corporal, em que se achavam os pais quando os geraram, de se haverem nutrido, e criado com os próprios alimentos, e com as mesmas águas; porque se não dão nos dois irmãos (não sendo gêmeos) tantas causas intrínsecas, externas, e acidentais para esta igualdade da natureza, senão foi, que para tal semelhança de efeitos bastou a simpatia do amor.



*Minas de ouro na Região do Sul.* – Chegamos aos descobrimentos das portentosas Minas do Sul, que em riqueza, fecundidade, e extensão, excedem às de Ofir, que tantas riquezas deram a Salomão, e tão grande matéria aos encarecimentos dos Escritores. Gerou o Sol nos embriões da terra do Brasil a profusa cópia de ouro, que a natureza teve escondida imenso tempo, para sair com numerosos, e riquíssimos partos no fim do século dezessete da nossa Redenção, e cinquenta e oito da criação do Mundo, podendo ser mais antiga, que a do gênero humano a deste precioso metal, pois sendo operação do príncipe dos Planetas, que Deus criou no quarto dia, desde logo poderia (existindo o seu vigor nos seus atos) produzir os seus efeitos dois dias antes do sexto, em que o Senhor fez ao homem.

Quanto mais se dilatou, tanto mais puro saiu. As pedras preciosas, que mais se detém em madurar nas minas, saem mais perfeitas; as árvores, que mais se demoram na produção dos frutos, os dão mais excelentes; e até a superior de todas as Esferas celestes tem mais tardo, que as outras o seu movimento, a que os Astrólogos chamam Trepidação.

*Descrição delas, e alturas em que estão.* – Seus nomes. – Estão as Minas do Ouro Preto, e do Morro debaixo do trópico de Capricórnio, em altura de vinte e três graus e meio, e nela com pouca diferença ficam todas as Minas gerais; umas para o Sul, e outras para o Norte, com mais ou menos altura. Para o Sul as do Rio das Mortes, que em proporcionada fantasia estão em vinte e quatro graus, até vinte e quatro e meio; entre estas, e as Minas gerais jazem algumas de menos importância, como são as de Itatiaia, Itabaraba, e outros ribeiros, que por terem menos riqueza, tem menos nome. Para o Norte ficam as do Rio das Velhas, Sabarabussu, Caeté, Santa Barbara, Catas Altas.

Por todo o mato, que entre elas há, correm infinitos ribeiros de menor fama, e puderam ficar pela mesma fantasia em vinte





e dois graus e meio pouco mais, ou menos. Mais ao Norte do rio das Velhas estão as do Serrofrío, que ficam em vinte e um grau e meio, e quiçá menos, onde se acham muitos ribeiros inferiores. Ainda mais ao Norte estão outras minas de pouco porte, chamadas Tocambira, que ficam em dezoito, ou dezenove graus, e todos os espaços de umas a outras se acham prenhes de ouro. Para o Ocidente ficam as minas de Pitangui com muitos ribeiros, que deram muito ouro, e ainda o estão lançando.

*Ano de 1698. – Seu descobrimento, e seus descobridores.* – Descobriram-se no ano de mil e seiscentos e noventa e oito as Minas gerais, as do Ouro Preto, as do Morro, as do Ourobueno, as de São Bartolomeu, Ribeirão do Carmo, Itacolomis, Itatiaia, Itabira, e outras anexas, e os campos, em que se fabricam as Roças. Estas já nomeadas, e outras muitas mais descobriram os Paulistas. Alguns filhos do Reino acharam ribeiros de menor valor, entre os já descobertos, e o ouro, que se tem colhido pelos montes há poucos anos, descobriram os filhos de Portugal com os seus escravos.

*Abundância daquele precioso metal. – Os seus quilates Maiores, e menores.* – A cópia de ouro, que as Minas lançam das suas veias, é infinita, e o número das arrobas, que delas se tiram, quase impossível saber-se para poder computar-se; mas é sem dúvida o maior, que costuma produzir a terra nas partes do Mundo, em que o sol as cria. É o ouro de grandes quilates, principalmente todo o que se tira nas Minas gerais, e algum de dentro do mato, que tem vinte e três quilates, vinte e três e meio, vinte e três e três quartos, chegando algum a vinte e quatro. O ouro do rio das Velhas os tem inferiores, e muito menos o do rio das Mortes, porém geralmente nunca descem de vinte e dois quilates.

*Grãos e folhetas, que delas tem saído, seus pesos e feitios.* – Os grãos e folhetas, que se têm tirado, são infinitos, e mui diferentes no peso, e feitio. Entre os muitos, que vieram à Bahia, chegou um de cento e noventa e duas oitavas de peso, e visto ao longe, parecia uma

mão fechada. Outros de duzentas, e de trezentas, representando várias formas, e figuras. Houve fama constante, que se achara um de treze libras. Dos de pesos menores de vinte até cem, se achou maior quantidade. A forma destes grãos, e folhetas é difícil de explicar-se, porque uns são toscamente redondos, e a estes chamam grãos; outros são chatos, com mais, ou menos comprimento, e se dizem folhetas; alguns há mui crespos, e com cracas, outros lisos, e no ouro menos grosso há também a mesma forma, sendo um muito miúdo, outro redondo, como grãos de munição, algum liso, como pevides de melão, sem diferença, e muito como lentilhas. Mas não é geral o achar-se sempre com estas formas entre o ouro comum. Nos ribeiros mais ricos deste metal se não acha ouro grosso, e onde há grandes folhetas há menos ouro, porque é de manchas, e se não encontra geralmente.

*Modo com que se tirava o ouro no princípio do seu descobrimento.* – No princípio do descobrimento das Minas se tirava o ouro, fazendo uma cova grande quadrada, com mais, ou menos regularidade, a que chamavam Cata; e tanto que chegavam a umas pedras, como seixos, chamados Cascalhos, que estão assentadas na písarra, as desfaziam com alabancas, como quem desmancha uma parede, e botando-o com o ferro de feitio de um facho de bico, a que chamam Almocafre, em uma bandeja de pau, de dois e meio até três palmos de boca, que das beiras vai estreitando em forma piramidal para o centro, a que chamam Bateia, o levam à água, voltando nela a bateia para lançar as pedras fora, e tantas voltas lhe dão, até que aniquilando a terra, e as pedras, fica o ouro no fundo, ou centro da bateia, de donde o botão em uma bacia, e depois o enxugam no fogo para o guardar.

*Nova forma com que de presente se tira.* – Quem tem poucos negros, e não lavra em terras próprias, os manda faiscar, isto é apanhar pelos campos, ou montes ouro, do que cai aos que o vão tirar. Hoje já se não usa muito de Catas, e se tira ouro por mui diferente

modo, porque metem águas em cima dos montes cheios de ouro, que há naqueles Países, e cavando, ou desmontando (como lá se diz) a terra dentro da mesma água, a leva de sorte, que fica somente o cascalho, em que está o ouro, e este o lavam com a mesma água em uma forma de canoas, que fazem na piçarra, e mexendo o cascalho com o almocafre, aonde a água está continuamente caindo, se vai aniquilando o cascalho, porque a água o leva, deixando o ouro. Outros carregam os cascalhos, e os botam em uma canoa de pau aberta por diante, a que chamam Bolnete, e por uma bica está continuamente caindo água, e mexendo o cascalho, ou terra, que se lhe bota onde está o ouro; vai diminuindo, e saindo a terra ou cascalho, e fica o ouro no fundo da canoa, na parte onde sai a água. O modo de tirar ouro com águas por cima dos montes em canoas na piçarra, e em bolinetes, foi invento dos filhos de Portugal.

*Artur de Sá então Governador do Rio de Janeiro, vai a elas.* – Quando se descobriram estas Minas, governava a Província do Rio de Janeiro Artur de Sá de Menezes, e convidado das riquezas e abundâncias de ouro tão subido, foi a elas mais como particular, que como Governador, pois não exerceu atos do seu poder, e jurisdição naquelas partes, fazendo-se companheiro daqueles de quem era superior, e se recolheu para o seu Governo, levando mostras, que o podiam enriquecer, posto que da bondade do seu ânimo, e do seu desinteresse se pode presumir, que foi a elas menos por cobiça, que pela informação que havia de dar a El-Rei da qualidade das Minas, e da forma, com que os seus descobridores as lavravam.

*Ano de 1699. – Notícia lastimosa. – Fragilidade da vida.* – Continuava o Governo geral D. João de Lancastro quando chegou à Bahia a triste notícia de uma das mais lamentáveis perdas, que tiveram Portugal, e o Brasil no século das suas maiores glórias. Não há na vida gostos que deixem de ser tributários aos sentimentos, nem vida que possa prometer durações no tempo. Em



sazão, e fora dela colhe os seus frutos a morte tão distante lhe fica a elevação da soberania, como o profundo da humildade; sempre é tirana, porém algumas vezes tem mais circunstâncias de cruel. Tal se mostrou no intempestivo, e mortal golpe, com que feriu, e prostrou a Sereníssima Senhora D. Maria Sofia Isabela de Neoburgo, inculta, e Augustíssima rainha de Portugal.

*Morte da Sereníssima Senhora Rainha D. Maria Sofia Isabela de Neoburgo. – Seu Elogio.* – Faleceu aos quatro de Agosto do ano de mil e seiscentos e noventa e nove, havendo nascido em 6 do próprio mês no de mil e seiscentos e sessenta e seis, com poucos de duração, e de Reino; porque trinta e três de idade foram diminutos para a importância da sua vida, e doze de império, breve para as felicidades da Monarquia. Contou em poucos lustros as prerrogativas pelos dias, e as virtudes pelas horas; não se ausentou sem nos deixar firme a sucessão Real e brilhante a Esfera Portuguesa, com uma constelação de muitas estrelas, que resplandecem em o nosso hemisfério, passando a coroar-se no Empíreo, e deixando descendência digna de todas as Coroas da terra.

*Sua soberana Genealógica Paterna.* – Foi filha do Sereníssimo Príncipe Filipe Guilherme, Conde Eleitor Palatino, Duque de Neoburgo, e de outros dilatadíssimos Estados, e Domínios, que possuíram seus altos Progenitores, Potentados Soberanos em Alemanha. Era filho do Sereníssimo Príncipe Wolfango Guilherme, Duque de Neoburgo, e da Sereníssima Princesa D. Madalena, filha de Guilherme Duque de Baviera, contando sua alteza eleitoral nos seus soberanos avôs paternos, e maternos, pelas linhas Palatinas, e Bavarica, muitos diademas, e Coroas Ducais, e Imperiais, que são as fontes da soberana Nobreza daquela nobilíssima Região, Pátria de Heróis famosos, Príncipes grandes, e generosos Monarcas.

*Sua alta ascendência Materna.* – Teve por mãe digníssima a Princesa D. Isabel Arnela Madalena, filha do Sereníssimo Príncipe Jorge Lantgrave de Hassia, por cujas veias correu o



sangue dos maiores Potentados, e Soberanos de Alemanha, e pela Baronia Asiática o de Ludovico o Pacífico, que recusou a suprema Dignidade Imperial, em que fora eleito, e da Princesa D. Sofia Leonor de Saxônia, filha do Sereníssimo João Jorge Duque de Saxônia, cujos altos Ascendentes se intitularam Reis nos primeiros séculos até o nono, em que foi o último rei o grande Witikindo. A todo este compêndio de Monarcas condecorou a nossa Augustíssima rainha na vida, e na posteridade, e dando-lhe Deus em prêmio de inumeráveis virtudes maior Império, a levou para si, deixando na sua Monarquia a mais ilustre memória, e nos seus Vassallos as mais bem-nascidas lágrimas.

*Ano de 1700. – Passa para o Reino o Arcebispo D. João Franco de Oliveira. – Suas qualidades.* – Passou a Portugal no ano de mil e setecentos D. Francisco Franco de Oliveira, que deixou a Mitra Metropolitana do Brasil pela Diocesana de Miranda. Era Clérigo do hábito de São Pedro, Bispo de Angola, de donde foi promovido a esta Metrópole, que governou oito anos (desde o de mil e seiscentos e noventa e dois) com muito fervor, e grande independência. Foi Franco no apelido, e no ânimo, socorrendo com tanta grandeza, como piedade, as ovelhas pobres do seu Arcebispado; todas achavam nele abrigo, e correção, punindo as suas culpas com o próprio cuidado com que acudia às suas necessidades. Fez um governo plausível, e justo, irmanando o rigor com o agrado de forma, que os que recebiam dele os prêmios, ou os castigos, todos ficavam satisfeitos; tão poderosa é a Justiça quando se tempera com a brandura; por estas qualidades deixou tantas memórias como saudades na Bahia.

*Vem Antônio de Saldanha à Bahia para ir com socorro dela a Mombaça.* – No mesmo ano chegou a ela Antônio de Saldanha por Capitão de Mar e Guerra da nau *Sereia*, para com o mesmo posto na de Nossa Senhora de Bittencourt, que estava no estaleiro, navegar a Goa a juntar-se com Henrique Jaques de Magalhães,

que um ano antes tinha passado à Índia por General de uma Armada, expedida à restauração de Mombaça, Cidade na Etiópia, em altura de três graus ao Sul, que ganhamos no Vice-reinado de D. Francisco de Almeida, e perdemos no de Antônio Luiz, estando já algum tempo antes do seu governo combatida, e sitiada a nossa Fortaleza por aqueles Mouros, que depois a tomaram. Este socorro, que podia conduzir-se da Bahia, tinha facilitado a El-Rei o Governador D. João de Lancastro, e aceitando-lhe a proposição lhe ordenou, que o enviasse, e posto, que D. João achasse mais dificuldades na execução das que imaginara no arbítrio, a todas superam o seu zelo incansável, e ânimo constante.

*Junta gente, oferecem-se muitas pessoas, de que se formam muitas Companhias.* – Com o maior fervor principiou a juntar gente, oferecendo-se voluntárias muitas pessoas, assim das naturais, como de partes diversas. Grande número de presos, que se achavam com delitos, em que o extermínio podia ser o menor castigo, pediu os enviassem naquela ocasião para a Índia, querendo lograr não só o terem eleição do lugar do seu degredo, mas o alcançarem a glória, que todos iam buscar. Muitos Soldados luzidos dos dois Terços do Presídio, anelando ocasiões de mostrarem o seu valor, não quiseram perder esta, e rogaram a D. João de Lancastro os enviasse naquele socorro. De toda esta gente se formaram muitas Companhias, e a despesa de duas fez o Senado da Câmara da Bahia, com a grandeza, e luzimento, com que costuma concorrer para todas as ações do serviço d’El-Rei, e aumento da Monarquia; e com as que trazia a nau *Sereia*, de que vinha nomeado João da Maia da Gama por Capitão de Mar, e Guerra para acompanhar a nova não naquele socorro, se fez um número grande de Soldados, Cabos e Oficiais.

*Lança-se a nau Nossa Senhora de Betanncurt ao mar.* – *Incêndio em a nau Sereia.* – Lançou-se do estaleiro a nau com felicidade ao mar, onde se lhe fizeram as obras, que lhe faltaram para sua cabal



perfeição, e ficou um dos mais formosos baixéis, que viram os mares da América, e Ásia. Trabalhava o Governador nos aprestos de ambas, e da Infantaria, Cabos, e Oficiais com tão generoso ânimo, que sem atenção à sua Real ascendência, proveu a seu filho D. Rodrigo de Lancastro no posto de segundo-Capitão-Tenente, de que se escusara na Bahia, por não querer passar à Índia Antônio André, que de Lisboa viera provido nele. Fazia toda a prevenção dos mantimentos para a viagem, e de todos os aprestos a expedição quando na manhã de um claro dia, por atenção, que houve em uma salva, se ateou o fogo em a nau *Sereia* com tão irremediável incêndio, que se não pôde extinguir, porque, pegando logo nas amarras, foi levando a nau para o meio do golfo, lançando-se a nado alguns Marinheiros e Oficiais náuticos, que nela se achavam.

*Escolhe o Governador um patacho, faz-lhe muitas obras para ir em lugar da nau Sereia.* – Andou vagando sobre as ondas por toda a enseada da Bahia, ardendo em chamas aquele marítimo tronco, ou Etna portátil, vomitando incêndios, não sobre a terra, mas sobre os mares, e anunciando alguma fatalidade a conjunção de dois contrários elementos. Assim permaneceu, até que de todo se abrasou. O contratempo desta perda causou sentimento, não desmaio, a D. João, que logo elegeu um patacho de invocação Santa Escolástica, o melhor que havia no porto da Bahia, então falto de embarcações, por haver partido a frota para Portugal, muito antes de chegar a ordem para o socorro de Mombaça. Fizeram-se-lhe várias obras para a porem em forma de nau de guerra e capaz de artilharia grossa, e da gente, com que havia de ser guarnecida, e entregue ao referido Capitão de Mar e Guerra João da Maia, que pela patente, que trazia para suceder a Antônio de Saldanha na *Sereia*, lhe tocava esta segunda embarcação, que se prevenia.

*Perde-se o patacho antes de sair da barra.* – Prontas as naus, e com todas as coisas necessárias para uma tão larga viagem, sendo já entrada a monção de partirem para a Índia, se fizeram à vela. Saiu



a maior com vistosa ostentação, cortando soberbamente os mares, e com não menor ufania a seguiu a segunda; mas esta a poucos passos, ou bordos, antes de montar a barra de Santo Antônio, por força do fado, ou por uma arrumação da nau, pendendo toda para um lado. Se deitou no mar, que entrando-lhe, logo a meteu a pique, sem se lhe poder valer de terra, nem acudir-lhe a outra nau, que ia já mui velejada, posto que ainda pode ver de longe este espetáculo, e com pena dele prosseguiu a viagem. Da gente, que ia na que se perdeu, se lançou alguma ao mar, escapando a nado com o seu Capitão de Mar e Guerra João da Maia, porém a maior parte pereceu, saindo muitos corpos mortos pelas praias, porque o repentino naufrágio, não previsto, lhes não dera tempo para prevenirem os meios de se salvarem. Foi este objeto lastimoso à Cidade, acontecendo quase à vista dela este estrago.

*Prosegue a nau Nossa Senhora de Bitencurt a viagem. – Não pode tomar a Cidade de Goa, vai a de Baçaim, e depois voltando alguns meses, surta em Goa, se perde. –* Continuando a sua derrota a nau *Nossa Senhora de Bitencurt* com felicíssima viagem, sem outro susto, nem cuidado mais que o sentimento da perda da companheira, chegou aos mares da Índia; porém não podendo tomar a Cidade de Goa, navegou ao Norte, e surgiu na de Baçaim, em que invernou, e chegada a monção, partiu para a Cabeça do Estado, onde achou já desvanecida a empresa de Mombaça, assim por ser falecido o General Henrique Jacques de Magalhães, como por outras causas, que não pertencem à nossa História; mas sim o fim, que teve a nossa nau, à qual alcançou também o infortúnio, de que a primeira desgraça da nau *Sereia* fora presságio; porque depois de estar alguns meses surta na barra de Goa, admirada de uns Estrangeiros, que a foram ver, havendo descuido em lhe deixarem fechadas as portinholas, e sobrevindo a noite com uma tempestade, que fez dar à costa algumas embarcações, entrando-lhe as ondas furiosas pelas portinholas abertas, a meteram a pique.





*Ano de 1701. – Volta o Vice-Rei Antônio Luiz da Índia pela Bahia, e morre nela.* – No ano de mil e setecentos e um chegou à Bahia a não da Índia, trazendo ao Vice-Rei Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Almotacé-mor do Reino, que voltava de reger aquele Estado, depois de haver governando o do Brasil, ambos com tantas acertos, quantas eram as virtudes, de que se compunha o seu grande talento, por muitos títulos admirável. Vinha enfermo de achaques, não só próprios dos anos, mas das fadigas, contraídos em climas estranhos, e dilatadas navegações, os quais se agravaram nesta viagem, e chegou com maior perigo da vida do que se imaginava, porque o natural vigor do seu alentado ânimo o teve ainda alguns dias fora do leito.

*Foi sepultado no Colégio dos Padres da Companhia.* – Pousou em casa do Governador, e Capitão Geral D. João de Lancastro, que não permitiu fosse para outra, que lhe tinha adereçada um dos mais obrigados amigos, que deixara na Bahia, porque além do amor de D. João, pelas razões, com que se tratavam de parentesco, e amizade, o pediam assim o primor, e correspondência de haver sido hóspede de Antônio Luiz, quando viera de governar o Reino de Angola a embarcar-se para Lisboa, Cresceu o mal, e não aproveitando os remédios, entregou a vida ao inevitável golpe da morte, com os sinais, e atos de Cristão, que sempre mostrara em todas as ações. A Bahia, que lhe dera trono em outro tempo, lhe deu agora sepultura. Tão pouca demora, e distância há do zênite da vida ao ocaso da morte, do domínio ao sepulcro! Foi com suntuosa pompa sepultado no Colégio dos Padres da Companhia de Jesus.

*Seus empregos, e seu Elogio.* – Era Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho por baronia da Família de Câmara, tão esclarecida, como dilatada, porque compreende muitas Casas do Reino, grandes por Títulos, e por Estados. Serviu nas guerras, e se achou na restauração da Cidade de Évora, e em outras importantes ocasiões com empregos competentes. Ajustada a paz foi enviado ao Governo de Pernambuco, e logo promovido ao da Bahia; depois



escolhido para o superior lugar de vice-rei da Índia. Em todas estas grandíssimas ocupações só no serviço Real, e no bem comum achava interesse. Foi em sumo grau independente, até em causas mínimas, em que não podiam haver sombras de escrúpulo, nem quebras de capricho, ou de opinião, e de todos os Governos sairia ainda com maiores aplausos, se a sua inteireza não pecara em severidade.

*Ano de 1702. – Vem D. Sebastião Monteiro da Vide por Arcebispo Metropolitano do Brasil.* – No seguinte ano de mil setecentos e dois sucedeu o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide a D. João Franco de Oliveira na Metrópole, que largou, deixando a Oliveira o terreno à Vide, para que com ela fosse o Brasil mais propriamente Vinha do Senhor. Do muito que floresceu, e frutificou em todo o seu Arcebispado, daremos mais larga notícia a seu tempo. Neste acabou o Governo de D. João de Lancastro, depois de o haver exercido com incansável cuidado, e fervoroso zelo em grande serviço d’El-Rei, e muito aumento do Estado, por espaço de mais de oito anos.

*Sucede no Governo geral do Brasil D. Rodrigo da Costa. – Suas virtudes, e desinteresse.* – Sucedeu a D. João de Lancastro no posto de Governador, e Capitão Geral do Brasil D. Rodrigo da Costa, nobilíssima rama do tronco deste apelido, benemérito da Fama, e grato à Pátria, que já nas campanhas, já no valimento dos Reis teve Heróis dignos de uma perdurável memória. Tinha governado a Ilha da Madeira com tais acertos que pareceram filhos de anos maiores, sendo natureza na sua pessoa aquilo, que em outras fora experiência. Com as mesmas virtudes governou o Brasil, e depois a Índia, sem haver nestes dois grandes Estados causa poderosa a lisonjear-lhe a vontade, ou a fazer pendor à inteireza da sua independência, tão rigorosamente observada, que nenhum acidente a fez parecer menos austera, nem nos mesmos agrados, com que tratava os súditos dos seus Governos, nos quais deixara sempre venerações, e saudades.



*Ano de 1703. – Aviso, que faz o Governador da Nova Colônia, do cerco, que intentavam pôr os Castelhanos àquela praça. –* Da Nova Colônia do Sacramento fez aviso a D. Rodrigo da Costa, no ano de mil setecentos e três, Sebastião da Veiga Cabral, que tinha o Governo daquela Praça (em que sucedera a D. Francisco Naper de Lancastro), que os Espanhóis de Buenos Aires juntavam um numeroso Exército, para irem brevemente sitiar a nossa Fortaleza, onde se achava com muitas obras imperfeitas, e sem outras precisas para a sua defesa, e lhe pedia socorro de Soldados, e mantimentos com a presteza, que requeria a vizinhança do perigo, porque se prevenia para um largo cerco. A mesma notícia deu a D. Álvaro da Silveira de Albuquerque, Governador do Rio de Janeiro, significando-lhe a necessidade, em que se achava do socorro, que pedia.

*D. Rodrigo da Costa lhe envia socorro de Soldados, e mantimentos. –* D. Rodrigo da Costa, que não carecia de estímulos para obrar ações próprias do seu ânimo, e da sua obrigação, mandou logo aprestar uma não das mais capazes, que se achavam no porto da Bahia, intitulada Nossa Senhora da Anunciação, e prevenir duas companhias das mais luzidas dos dois Terços de Infantaria do Presídio, reenchendo-as com Soldados escolhidos, até completar o número de duzentas praças em ambas, além dos Cabos, e oficiais. Era Capitão de uma Luiz Tenório de Molina, que depois foi Sargento-mor; e da outra, Manuel de Moura da Câmara, que ia, como mais antigo, por Capitão de Mar e Guerra da nau. Nela mandou meter o Governador D. Rodrigo da Costa grande cópia de bastimentos, e víveres assim para a viagem, como para o socorro da Colônia, e com incrível brevidade fez por tudo pronto, e sair a embarcação com grandes júbilos dos Soldados, que partiram, e inveja dos que ficavam.

*Ao sair a nossa nau, entra uma Castelhana em o Porto da Bahia. – Procedimento generoso que com ela tem D. Rodrigo da Costa. –* Ao mesmo tempo que a nau do nosso socorro ia saindo pela barra da



Bahia, vinha entrando por ela outra das Índias de Espanha, que, correndo longa tormenta, e fazendo muita água, falta de mantimentos, aguada, e petrechos, para prosseguir a sua larga viagem, buscava o nosso porto, para se valer do nosso auxílio; com que dividida em duas facções a América Castelhana, uma caminhava ao nosso dano, outra solicitava o nosso amparo. Não faltaram pessoas de suposição, que aconselhassem ao Governador D. Rodrigo da Costa o fazer presa naquele navio, cuja riqueza poderia recompensar a despesa, que fez o socorro, e a ruína, que experimentasse a Colônia. Porém D. Rodrigo, obrando heroicamente, mostrou que mandava castigar aos atrevidos, e amparava aos necessitados; porque nos ânimos generosos é tão sagrada a hospitalidade, que se não nega aos próprios inimigos.

*Com admiração dos seus Cabos, e da sua gente.* – Publicando gravíssimas penas a qualquer pessoa, que fosse ao navio Espanhol, ou tivesse com a sua gente trato algum, lhe concedeu faculdade, para mandar buscar à terra por seus justos preços tudo o que lhes fosse preciso, assim de madeiras, e enxárcias para o concerto da embarcação, como de mantimentos, refrescos, e aguada para a viagem, nomeando pessoas notoriamente livres de suspeita, para lhes ministrarem, e fazendo-a brevemente dar à vela com admiração dos seus Cabos, e da sua gente, pela generosidade do Governador D. Rodrigo da Costa no procedimento que com eles tivera, tanto mais digno de assombro, quanto menos lho mereciam com a guerra, que nos faziam os seus naturais na Nova Colônia; acidente, de que não tiveram notícia antes de entrar na Bahia e bastara para os podermos reputar como inimigos.

*Chega o nosso socorro com o do Rio de Janeiro à Nova Colônia.* – Com a boa viagem chegou o nosso socorro à barra do Rio de Janeiro, onde o esperava o que tinha prevenido aquele Governador em outra nau, e juntas, navegaram para a Nova Colônia. Chegando a ela, foram recebidos do Governador Sebastião da Veiga Cabral, dos



seus Cabos, e Soldados, com aquele alvoroço, com que o temor se costuma diminuir, repartido pela sociedade de muitos companheiros. Logo se aplicaram todos às faxinas, fossos, e baluartes, que já tinha mandado principiar Sebastião da Veiga Cabral pelos seus Soldados e moradores; e brevemente se viram crescer as fábricas de sorte, que já tinham mais que vencer os inimigos na expugnação da nossa Praça; porém não desistiam da empresa, e só se tinham demorado, por conduzirem maior exército, mais peças de artilharia, mais instrumentos, para a expugnação, e conquista da nossa Fortaleza.

*Aviso, que tem Sebastião da Veiga da vizinhança, e marcha do exército inimigo. – Chegam, e se alojam à vista da nossa Fortaleza. –* As espias, e sentinelas, que Sebastião da Veiga Cabral trazia pela campanha, lhe levaram aviso de terem descoberto o exército inimigo, e que se achava já perto; notícia, que causou vários efeitos nos ânimos de temor, e de alento; porém Sebastião da Veiga, os Cabos, e Soldados valorosos, que tinha, bastaram a desterrar o receio aos tímidos moradores, foi logo aparecendo formado o exército; constava de sete mil Infantes, entre os quais haviam muitos Esquadrões de Cavalaria, e peças grossas de boa artilharia, que jogavam balas de grande calibre; o trem, e bagagem eram proporcionados àquele corpo. Trazia por Comandante ao Sargento-mor de Batalha Balthazar Garcia, subalterno do seu General, que não quis achar-se na empresa. Com militar pompa ao som de bélicos, e festivos instrumentos alojaram à vista da nossa Praça.

*Discurso dos inimigos. –* Imaginavam os inimigos que lhes não faria larga resistência a nossa Fortaleza, porque faltando é os socorros, que tinha mui distantes, e os mantimentos, que não podia colher da campanha, de que eles estavam senhores, se renderiam brevemente. Porém, vendo, que recolhidos os moradores, ardiam as casas, que tinham por fora da muralha, as quais mandara pôr fogo Sebastião da Veiga; e que lançando à campanha duzentos e



oitenta cavalos, e saindo do seu exército alguns Soldados a utilizar-se deles, os acharam rejeitados, entenderam ser a resolução da nossa gente diversa da que supunham.

*Embaixada do Cabo do Exército. – Resposta de Sebastião da Veiga.*  
– Mandou o seu Comandante uma embaixada a Sebastião da Veiga, a persuadi-lo largasse a Fortaleza, porque vinha a tomar posse dela, protestando as mortes, que do contrário se haviam de seguir em ambas as partes. Sebastião da Veiga respondeu com o desaforo, e galanteria própria do seu valor, e natureza, tratasse aquele negócio por obras e não por palavras; que o gosto, que recebia com a vinda do exército, lho pensionava a falta do General; e enquanto à perda das vidas, os Portugueses nunca duvidaram perdê-las contra os Castelhanos; que os do seu exército, e todas corriam por conta da consciência de quem movia aquela injusta guerra.

*Assenta as suas baterias, e nos dão contínuos assaltos. – Número dos nossos.* – Foi o exército inimigo com os seus ataques chegando à nossa Fortaleza. fizeram os seus aproches com tenção de abrirem minas; impulso, que lhe prevenimos, fazendo contraminas, e reparos para lhas frustrar. Assentaram a sua artilharia apesar dos tiros dos nossos canhões, e mosquetes, que lhe matavam muita gente; porém era tanta a daquele exército que se não notava a falta, nem o trabalho se suspendia. Concluídas brevemente as suas fortificações, e baterias, principiaram logo os assaltos com tanto furor, como estrondo, tendo a nossa gente em arma, sem descansarem uma hora entre noite, e dia, rebatendo-os, e rechaçando-os com incomparável valor eram seiscentas as pessoas, que se achavam dentro da nossa Fortaleza, entre Soldados, e moradores, que a ela se recolheram, deixando as casas da Povoação; mas só quinhentas capazes de pelejarem, e pela sua constância menos sobriariam a triunfar de tantos inimigos, se tiveram os mantimentos, que bastassem a sustentar o mais largo assédio.



*Continuam-se os combates de ambas as partes.* – Eram sucessivas as baterias, repetidos os assaltos por diversas partes, e por todos, entre densas nuvens de fumo, só distinguiam os olhos relâmpagos do fogo, e só sentiam os ouvidos trovões da artilharia. A constância dos ânimos competia com a dureza das muralhas, e o estrago era incentivo do valor. Porém com maior dano nos inimigos, em cuja multidão faziam melhor emprego os nossos tiros, que a nossa Fortaleza as suas balas. Com cento e cinquenta, e duzentas a batiam os mais dos dias; e por contínuas, eram já tão desprezadas dos nossos, que nem o perigo lhes dava estimação.

Algumas pessoas da nossa gente mataram, outras feriram; porém os anônimos todos entregues ao furor não davam lugar à lástima. Era tão recíproca da nossa parte e bateria, e com tanta diferença na vantagem, que mais certas as pontarias dos nossos mosquetes, e canhões derribavam os inimigos de sorte, que parecia haverem abertos os seus ataques para sepultura dos seus Soldados; mas nem à vista do seu estrago se moderava a sua constância.

*Com a própria competência no mar.* – No mar (para que este elemento não deixasse de concorrer a consternação dos outros) andava a luta igualmente enfurecida, e porfiada entre as suas, e nossas naus, balandras, e somacas; mas com vária fortuna de ambas as partes, posto que com maior resolução da nossa. Algumas vezes as seguimos até o seu porto de Buenos Aires, outras nos iam elas buscar ao da Nova Colônia, havendo algumas presas, e perdas de embarcações suas, e nossas. Porém, vendo os Castelhanos que pela situação da nossa Praça, lhes era preciso apertar também por mar o cerco, mandaram conduzir dos seus portos mais navios, a que as nossas embarcações não podiam resistir, por serem então só duas somacas, que se recolheram ao abrigo da Fortaleza, defendidas da nossa artilharia.

*Apartam-se os inimigos da nossa Fortaleza, e intentam rendê-la por fome.* – Duravam os combates, e o cerco, e crescia de ambas as partes a porfia, porém já menos vigorosa na dos inimigos pelos muitos homens, que tinham perdido, mortos ao nosso ferro; e querendo dar algum descanso aos vivos, se retiraram da nossa Fortaleza a tiro de canhão, deixando sem exercício os ataques, e parando com os aproches. Vendo o Governador, que se haviam retirado, mandou arrasar, e desfazer todas as fábricas, e máquinas das suas baterias, e fortificações com tal valor, e diligência, que em poucas horas lhas desbarataram os nossos Soldados. Determinavam os inimigos render a nossa Praça só por fome entendendo, que nos não podiam durar muitos dias os mantimentos; e não se enganavam, porque pela sua falta eram já tão escassas as rações, que não podiam sustentar as vidas. Por esta causa, pelos discômodos, e trabalhos da guerra se achavam na Fortaleza (além dos feridos) outros enfermos, cujo mal se agravava com a falta do necessário para os doentes, fazendo irremediável o perigo de todos.

*Faz Sebastião da Veiga aviso ao Governador Geral do Estado.* – *Recebe ordem que, embarcando a gente, ponha fogo à Praça.* – Do aperto, e consternação, em que se via a nossa gente por falta dos víveres, fez Sebastião da Veiga Cabral aviso à Bahia, e ao Rio de Janeiro, segurando, que os ânimos dos seus Cabos, e Soldados não desfaleciam no perigo, e só receava pudesse rendê-los a necessidade. Pedia lhes mandassem socorro com a brevidade, que requeria o estado, em que a Praça se achava. O Governador, e Capitão Geral D. Rodrigo da Costa louvando-lhe a constância, valor e disposição com que até aquele tempo a tinha defendido, lhe ordenou, que nos navios, que mandava ir do Rio de Janeiro, embarcasse a gente, armas, peças de artilharia, e todas as coisas mais dignas de se porrem em salvo, e deixando em chamas a Fortaleza, se recolhesse ao Rio de Janeiro.





*Novo conflito naval.* – Chegaram as naus, e, como não levavam outra resolução, conduziam tão poucos víveres que apenas poderiam bastar para a viagem; e não vendo Sebastião da Veiga remédio algum a poder sustentar a Praça, depois de haver feito na sua defesa provas grande de famoso Capitão, e terem os Cabos, e Soldados obrado em facções, e pelejas contínuas, atos de valor heroico, tratou de seguir a ordem, que tivera do Governador, e Capitão Geral D. Rodrigo da Costa. Os inimigos, imaginando que nas embarcações nos fora socorro, com que pudéssemos continuar a resistência, as mandaram combater pelas suas, de que resultou novo conflito naval de mais estrondo, que efeito, porque, retiradas as naus contrárias, cessou a peleja.

*Embarca-se a nossa gente, e põem fogo à Fortaleza.* – Aplicava Sebastião da Veiga toda a diligência na execução da ordem do Capitão Geral, fazendo embarcar a artilharia, menos seis peças de grande calibre, que deixou encravadas por falta de aparelhos para as transportar, e mandando meter nos navios não só o precioso, mas tudo o que havia de consideração na Praça, com as Imagens e coisas sagradas, e todos os Soldados, e moradores se embarcou, deixando ateadado na Fortaleza um terrível incêndio, que os nossos viam do mar com mágoa, e da campanha os contrários com horror.

*Chega ao Rio de Janeiro, e à Bahia.* – Saíram do porto da Colônia, e brevemente chegaram ao Rio de Janeiro como triunfantes, pois com tão pouco poder, e sem o preciso para o sustento ordinário, não só faltos de regalos, mas até do necessário, padecendo já grandes fomes, e muitas enfermidades, resistiram constante, e valorosamente por mais de seis meses em combates contínuas a tanto número de inimigos destros, porfiados e abundantes, por estarem senhores do campo, e de todas as suas produções, e serem providos de Buenos Aires incessantemente, matando-lhe a nossa



gente a melhor do seu exército nos assaltos, que nos davam, e nas sortidas, que lhes fazíamos. Os Soldados de socorro, que em duas Companhias tinham ido da Bahia, vieram com Sebastião da Veiga Cabral, o qual dela se embarcou para Lisboa, e nas guerras próximas do Reino com muitos créditos ocupou grandes postos, justamente conseguidos do seu merecimento.

*Consternação de Espanha pela sucessão da Coroa. Contendem as Casas de Áustria e de França.* – A Monarquia de Espanha, grande entre as maiores de Europa, respeitada nas mais remotas do Mundo, e só infeliz em não lograr a primogenitura Real dos seus Augustos Monarcas, tantas vezes repetida, quantas mal-lograda nos Príncipes naturais, que houveram de tirar a pretensão daquela Coroa aos Estrangeiros, agora se achava na maior consternação pelas enfermidades do seu Rei Carlos II, que não tinha descendência, nem prometia duração. Era o direito, e oposição entre a Augustíssima Casa de Áustria, e a Cristianíssima de França, inclinando-se a cada uma destas Soberanas partes os Príncipes, Repúblicas, e Potências de Europa pelos interesses particulares, e públicos dos seus Estados, e das suas Nações; e enquanto entretinha Carlos a vida (que estava acabando por instantes), só se tratava entre os pretendentes, e os seus parciais de ligas, e projetos, conforme a conveniência de cada um, ou a necessidade de todos.

*Entra em Madri Filipe V, e se faz coroar em Castela.* – Muita parte dos Grandes, e Povos seguem a Carlos III. – Nestas disposições falecendo logo El-Rei Carlos II, teve formas para se introduzir com maior presteza em Madri (Corte daquele Império) o Duque de Anjou, filho segundo do Delfim, e neto do Cristianíssimo Luiz XIV, rei de França, e da Sereníssima D. Maria Teresa, Infante de Espanha, filha d'El-Rei Filipe IV (pai de Carlos) e coroadado com o nome de Filipe V, foi obedecido em Castela: posto que muita parte dos Grandes e dos Povos, reconhecendo o direito do Sereníssimo Senhor Carlos III, filho do Senhor Imperador Leopoldo I, seguissem a sua voz,



uns descoberta, e outros ocultamente, esperando, que passasse a Espanha, para lhe porem a Coroa como direito descendente em graus próximos, e repetidos das Augustíssimas Casas de Áustria e Espanha.

*Variedade, que resulta da neutralidade nas Monarquias.* – Lograva Portugal as utilidades de uma bela paz, quando as Nações do Norte se consumiam com prolixas guerras, tomando muitos daqueles Príncipes por árbitro das suas pretensões, e contendias ao Senhor Rei D. Pedro I, pela neutralidade em que se achava. É a indiferença do procedimento neutral sempre condenada, mas não sempre nociva; porque se foi útil a muitos monarcas nas contendias dos seus vizinhos declarar-se por uma das partes, a outros foi prejudicial não se conservarem neutrais.

*Exemplos nesta matéria.* – *O Senhor Rei Carlos I, conatural da nação Lusitana.* – João de Labrit, rei de Navarra, o experimentou nas guerras de Fernando V rei de Espanha com Luiz Duodécimo rei de França; Jacob o IV rei de Escócia nas de Francisco I, de França com Henrique VIII, de Inglaterra; Carlos Duque de Lorena nas de Luís XIII, de França com Fernando II, Imperador de Alemanha; e o trazer de fora estranhos é tão perigoso, que Ludovico Eforcia, por meter os Franceses em Nápoles, perde o Milão. É notório o que acontece o aos Imperadores Valente, e Honório, quando se arrojjaram a chamar aos Gados; aos Ingleses, quando se fiaram dos Saxones; e aos de Babilônia, quando convidaram a Saladino; porém eram tantas as razões, que faziam ao Senhor Rei Carlos III, conatural da nação Lusitana, quanto repetidas as ascendências, que tem do Real Sangue português: pois (deixando outros muitos graus de parentescos mais remotos) quatro Sereníssimos Infantes de Portugal concorreram com o seu régio sangue para o esplendor das Soberanas: Casas de Flandres, Áustria e Castela.

A Senhora D. Isabel, filha d'El-Rei D. João I, foi esposa de Filipe III, Conde de Flandres, e Duque de Borgonha, dos quais nasceu o



valoroso Duque Carlos o Bravo: a Senhora D. Leonor, filha d'El-Rei D. Duarte, consorte do Imperador Federico II, Arquiduque de Áustria, e foram pais do Imperador Maximilano I, a Senhora D. Isabel, filha do Infante D. João, esposa d'El-Rei D. João II, de Castela, dos quais foi filha a Rainha D. Isabel a Católica; e outra também D. Isabel, filha d'El-Rei D. Manuel, e consorte de Carlos V, Imperador de Alemanha, e rei de Espanha, de quem nasce o El-Rei D. Filipe I. De todas as quatro linhas, que saem desta Real circunferência, é centro o Senhor Rei Carlos III, além de ser filho da Senhora Imperatriz D. Leonor Madalena Teresa, irmã da nossa Sereníssima Rainha a Senhora D. Maria Sofia Isabela de Neoburgo.

*Nega o Senhor Rei D. Pedro a Filipe V a continuação da paz.* – Este concurso de causas fazia tão precisa a união do amor, e dos interesses das duas Augustas Casas Lusitana e Austríaca, que o Senhor Rei D. Pedro, negando a Filipe V a continuação da paz, que lhe pedia (estabelecida entre as Coroas Portuguesa, e Castelhana), lhe declarou, e fez logo guerra, esperando com Real júbilo, e com geral aplauso de todos os seus Vassalos ao Senhor Rei Carlos III, para, na defesa do seu direito à sucessão de Espanha, empenhar todas as forças da sua Monarquia, tendo pela maior glória, e triunfo do seu poder, o dar auxílios a um príncipe tão Soberano; e o mesmo impulso foi geral em todos os seus súditos naturais, como mostraram nos conflitos, e batalhas, sabendo reputar por próprias do seu rei, as conveniências do Senhor Carlos III, dando por elas na campanha as vidas, e perdendo voluntariamente as fazendas nas hostilidades, e despesas da guerra.

*Chega El-Rei Carlos III, a Portugal: passa a Catalunha.* – Chegado o Sereníssimo Senhor Rei Carlos III, a Lisboa, se foi a guerra enfurecendo nas campanhas de Portugal, e Castela; e na maior porfia de umas, e outras armas teve este Monarca aviso de que o principado de Catalunha o esperava para seguir o seu partido, e lhe dar obediência. Embarcou-se com pouco séquito de naus, fiando



do seu valor todos os triunfos, e chegou felizmente à Cidade de Barcelona, que o aclamou por seu conde, príncipe de Catalunha, rei de Aragão, e de todos os grandes Domínios daquela Coroa, que se unira a dilatar o círculo da de Castela, pelo casamento dos Reis Católicos Fernando e Isabel.

*O Marquês das Minas o faz aclamar rei de Espanha em Madri.* – Ao mesmo tempo o nosso exército, e os da liga, governados pelo Excelentíssimo Marquês das Minas, seu Generalismo, penetrando o mais interior de Espanha, entrou em Madri, onde fez o marquês em solene ato, e público teatro aclamar por rei ao Senhor Carlos III, tomando em seu nome pleito, e homenagem a todos os Tribunais, e pessoas de maior suposição daquela opulentíssima Corte, com repetidos vivas do Povo, e com os mesmos aplausos estava El-Rei Carlos em Saragoça (Corte de Aragão) recebendo as homenagens, e a Coroa daquele Reino.

*O Senhor Rei Carlos III, eleito Imperador da Alemanha.* – Ia o furor marcial continuando em cada uma das duas contrárias partes com grande esforço, e sorte varia em ambas, umas vezes ganhando, outras perdendo, por ser a guerra Jano de dois rostos, e Proteu de muitas formas, emprego, em que mais, que em outro algum, mostra as suas inconstâncias a fortuna; porque sendo por falecimento do Senhor Imperador José, El-Rei Carlos III, eleito Imperador, sexto do nome, passou de Catalunha à Alemanha.

Com a sua ausência desmaiados os Espanhóis, que seguiam o seu partido (por lhes faltar o espírito, que o animava), foram desfalecendo de forma, que pode apoderar-se El-Rei Filipe V de todos os Reinos daquela Monarquia, de que está de posse; porém ficou a sua Coroa sem as preciosas pedras dos ricos Domínios, que tinha em Itália, porque os Reinos de Nápoles, Sicília, e o Estado de Milão, que seguiram a voz de Carlos, ficaram sempre na sua obediência, como no Mediterrâneo o Reino de Sardenha, que deu ao Sereníssimo Duque de Saboia com título de rei.

*De todas as Províncias do Brasil vão moradores às Minas.* – O ouro das Minas do Sul foi a pedra ímã da gente do Brasil, e com tão veemente atração que muita parte dos moradores das suas Capitanias (principalmente da Província da Bahia) correu a buscá-lo, levando os escravos, que ocupavam em lavouras, posto que menos ricas para a ostentação, mais necessárias para a vida, se a ambição dos homens não trocara quase sempre o mais útil pelo mais vão. Da sua ausência se foi logo experimentando a falta na carestia dos víveres, e mantimentos, por haverem ficado desertas as fazendas, que os produziam, como a Espanha experimentou, e ainda hoje sente com a prata das suas Índias, pois por este interesse abandonando as Pátrias, e domicílios os seus naturais, deixaram despoitada grande porção dela, vendem-se ainda hoje muitas Cidades, Vilas, e lugares sem o número de gente, e comércio, que em outro tempo tiveram, e muitas terras quase ermas, quando de se não lavrarem os campos e de se diminuir o negócio de outras mercadorias, se segue o maior prejuízo aos direitos, e rendas Reais dos Príncipes e Monarcas.

*Dano maior, que recebem as Províncias do Brasil na falta do açúcar.* – Mas não é este só o dano de que padece o Brasil; outro maior mal lhe ameaça a última ruína, porque comprando as pessoas, que vão para as Minas do Sul, e outras, que delas vem a este fim, por excessivos preços escravos do gentio de Guiné, que se conduzem da Costa de África, e carecendo de muitos as fábricas das canas, e dos Engenhos, se foi diminuindo a cultura do açúcar de forma, que alguns dos Senhores destas propriedades, não tendo negros com que as beneficiar, nem posses para os comprar pelo grande valor em que estão, as deixaram precisamente, e só as conservam alguns poderosos que se acham com maiores cabedais.

Outros as continuam na forma que podem, por dar satisfação, ou contemporizar com os seus credores, experimentando nelas mais trabalho, que utilidade, pois para sustentar-se, e pagarem



umas dívidas, vão contraindo outras, sem esperança de se verem já mais desempenhados, resultando da sua impossibilidade ser menos o número das tarefas de canas, que se cultivam nas fazendas, e muito inferior o dos pães de açúcar, que se obram nos Engenhos, sendo esta a maior manufatura, e interesse do Brasil, com a qual chegara a tão grande nome, e opulência todo o Estado.

*O Senhor Rei D. Pedro manda proibir o trânsito dos escravos da Bahia para as Minas.* – Informado deste prejuízo o Senhor Rei D. Pedro, foi servido mandar proibir o trânsito dos escravos da Bahia para as Minas, com tão apertadas ordens que sobre outras leis penais mandou que todos os que se tomassem naquela expedição, se confiscassem para a sua Real Fazenda, e para os delatores. Executou esta resolução Real o Governador, e Capitão Geral D. Rodrigo da Costa, com a pontualidade, e zelo, com que se empregava na obediência do Monarca, a quem servia, e do Estado, que governava.

*Diligência de D. Rodrigo da Costa na observância da ordem.* – Enviou vários Cabos, e Soldados aos lugares por donde se faz a jornada para as Minas do Sul, os quais tornaram muitos comboios de negros, e outros gêneros, que importaram grossas somas à Real Fazenda, posto que os mais escapavam, não sendo a diligência dos homens menos poderosa para reparar, ou evitar os danos públicas, que a sua indústria em solicitar os interesses particulares; porque meditando em todos os meios das suas conveniências, frustram as diligências dos seus superiores, sem receio da perda, nem temor do castigo.

*Disposições, e vigias por mar.* – Para os que os levavam por mar, indo da Bahia para as Minas pelo Rio de Janeiro, tinha feito D. Rodrigo da Costa grande prevenção, mandando pôr espias nas embarcações, que se aprestavam para aquela Praça, para as Vilas de Santos, São Vicente, e para a do Espírito Santo, ordenando fossem visitadas na hora, em que partiam; e posto que por várias vezes se colheram muitos escravos, de tal forma souberam mal lograr

esta disposição os interessados que enviando-os primeiro para a Ilha de Itaparica, ou para outras próximas à enseada da Bahia, a noite antes de darem à vela as embarcações, em ligeiros barcos, e lanchas, as mandavam esperar ao sair da barra, baldeando-lhe naquele lugar os escravos. Porém também esta indústria lhes prevenia o Governador, pondo em todos os navios, patachos, e sumacas guardas, que até não saírem muitas léguas além da barra, não voltavam delas.

*Novidade, e alteração na ordem da proibição; e se concede podem remetê-las livremente. – Remédio, que pode haver no prejuízo dos cultores do açúcar.* – Pouco tempo durou esta disposição, porque prevaleceu a fortuna das Minas à sorte dos Engenhos, com a faculdade concedida para se levarem os escravos por mar, ou por terra, e com esta permissão cresceram ainda mais os preços deles com tanto assombro, como ambição dos mesmos, que os trazem da Costa de África; porque pelo escravo, que em outro tempo se lhes dava cinquenta, hoje pedem duzentos mil-réis. Este excesso só pode achar remédio na grande providência, Real atenção, e paternal amor, com que o nosso Augusto Monarca o Sereníssimo Senhor Rei D. João V. procura o bem comum de todos os seus Vassallos, sendo servido mandar arbitrar preço aos escravos, com tal economia, que consigam os que os mandam vir, ou os vão buscar a Guiné, a utilidade competente ao perigo, e trabalho da sua condução, e os cultores do açúcar (o qual por esta causa, e outros acidentes do tempo se acha hoje em tanto abatimento) possam ter mais avantajados lucros, de que resultem à sua Real Fazenda maiores rendimentos.



**A**no de 1705. – Por sucessor de D. Rodrigo da Costa chegou à Bahia no ano de mil e setecentos e cinco, com o mesmo cargo de Governador, e Capitão Geral do Brasil, Luiz César de Menezes, Alferes-mor do Reino, que dos seus heroicos ascendentes herdara o merecimento, o valor, e o apelido de César, confirmado por novas ações gloriosas em Vasco Fernandes, seu famoso progenitor, cujos descendentes foram metendo na sua ilustríssima Casa por uniões de casamentos o sangue de outras esclarecidas de Portugal, e Castela, da superior esfera de uma, e outra Monarquia. Tinha governado a Província do Rio e Janeiro; e o Reino de Angola com muitos acertos, e na próxima guerra ocupara com grande reputação o lugar de Governador de Évora, segunda Cidade do Império Lusitano, de donde viera a governar o Estado do Brasil. Foram as suas acertadas disposições próprias do seu talento admirável, sendo o seu Governo tão plausível, como o seu agrado, que lhe granjeou no maior amor a maior obediência.

*Morte do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II. – Ano de 1706. –* Lograva o Brasil no seu Governo o maior contentamento quando inopinadamente a inconstância da fortuna o transformou no mais amargo pranto, com a notícia infausta da sempre lamentável morte do nosso Augusto Monarca o Senhor Rei D. Pedro II, sucedida aos nove do mês de Dezembro do ano de mil e setecentos e seis. Trinta e oito, que se contaram de amor, e de obediência no

rei, e na Monarquia, tinham feito tão firme união, que se não pode romper sem recíproco estrago, porque na perda daquela Real vida saíram dos fiéis peitos dos seus naturais Vassallos os corações, e os alentos derretidos, e exalados em copiosas lágrimas, e clamores inconsoláveis.

*Seu Elogio.* – O Céu o tinha destinado para dominar o Lusitano Império; e assim de dois Sereníssimos irmãos, que lhe precederam em o nascimento, um lhe deixou antecipadamente o Cetro, e outro o empunhou para lho entregar. Foi tão zeloso da extensão da nossa Santa Fé Católica que pelas mais remotas porções do Mundo, a que se estende o domínio português, mandava repetidos Missionários, com grandes despesas da sua Real Fazenda, encarregando aos Bispos, e Metropolitanos o aumento da Cristandade, a extinção do Paganismo e da Idolatria. Era arrojado nos exercícios de Cavalheiro, reportado nas ações de príncipe, de tal forma, que mostrava ter duas propensões diversas, uma de homem, outra de rei.

Determinava os negócios comuns, e particulares da Monarquia com tão prudente atenção que parecendo indiferença a demora das resoluções, depois mostravam os sucessos, que fora providência. Plausível com respeito, afável com soberania, generoso sem afetação, pio sem hipocrisia, e por outras excessivas virtudes augustas, e morais, entre os maiores Monarcas, e Heróis, lhe levantou estátuas a Fama no Templo da memória, e a saudade nos corações dos súditos lhe erigiu altares.

Para enxugar as lágrimas de tanta perda, deixou o melhor sucessor, que podia ficar à Monarquia, no Augustíssimo Senhor Rei D. João V, que Deus muitos anos guarde, dotado de tantos, e tão Reais atributos, que para narrarmos os sucessos da nossa Portuguesa América debaixo do seu domínio, houveramos de principiar agora de novo a História com locução mais elegante, e maiores rasgos da pena, se a sucessão dos tempos, e a ordem dos



fatos nos não precisaram a reduzir a estes dois últimos livros a matéria de que poderíamos compor todo o volume; e seriam as suas heroicas ações todo o emprego do nosso assunto, se a rutilante esfera das suas virtudes pudera ser calculada de humano astrolábio, ou as suas incomparáveis prerrogativas permitiram contar-se por outro número, que o das Estrelas. Mas na impossibilidade de compendiá-las, só de duas faremos precisa memória, pelo grande exemplo que delas resulta aos Monarcas poderosos, e Cristãos, as quais são o singular Religioso culto, que rende à nossa Igreja Católica, e magnífica generosidade, que no seu Real ânimo acham tanto os naturais como os estranhos.

*Reflexão sobre a observância da Religião. – Exemplos na culta Gentilidade.* – É a Religião a maior prerrogativa dos mortais, a mais firme coluna das Monarquias. Os Gentios, posto que erraram tanto no emprego da verdadeira Fé, se empenharam de forma no culto da cega Idolatria, que nenhuma coisa antepunham à adoração das suas Deidades. Os tesouros, que Enéas salvou da abrasada Troia, foram os Deuses Penates, que levou à Itália. Numa à Deusa Egeria fez Protetora do Reino de Roma: Licurgo debaixo do patrocínio de Apolo deu Leis aos Lacedemônios: Minas a Creta no auxílio de Júpiter: Solon a Atenas no favor de Minerva; e a Egito Trimegisto na sombra de Mercúrio.

Os Cônsules, e Senadores Romanos não entravam à conferência dos negócios sem primeiro incensar os Ídolos. Os Gregos atribuíam as suas fortunas à grande Religião de Alexandre, como os Cartagineses as suas desgraças à pouca fé de Aníbal, este tão perjuro que faltava quase sempre aos juramentos, que fazia pelos seus Deuses, e aquele tão pio, que até ao Deus, que tinha por estranho, rendia adorações, como mostrou, tomando o Reino de Judeia, pois, vendo diante de si com as vestes Pontificais o Pontífice Jado, se lhe prostrou por terra, e mostrando-lhe os Judeus a Profecia de Daniel, em que se lhe prometia o domínio do Mundo, os livrou dos

tributos, e sacrificou a Deus no Templo. Entre os mesmos Gentios, até aqueles, que negaram a imortalidade da alma disseram que era a Religião uma mentira necessária, e útil ao bom governo das Repúblicas, e à conservação dos Impérios.

*Louvor da liberalidade; exemplos em os grandes Heróis. – Sentenças de Túlio, e Anaxilau. –* A generosidade é o segundo atributo nos Príncipes. Nenhum pode gloriar-se de ser Herói, senão for liberal. Empreendeu Hércules as suas empresas, e fadigas, para ter mais que ofertar a Euriteo, já nos fogosos cavalos, que tomou em Trácia a El-Rei Diomedes, já nas maçãs de ouro, que foi colher nos Jardins das Espérides. A liberalidade deu maior nome a Alexandre, que o valor; mais fama adquiria, quando dava Cidades, quando conquistava Impérios. A grandeza, que usou com as filhas, e mulher de Dario, lhe deram mais glória que todos os triunfos da Ásia. A generosidade, que César exercera com os seus Soldados nos dez anos do Governo, e conquista de França, e Inglaterra, os obrigou a servi-lo sem soldo contra Pompeu, e a gastarem o adquirido, até lhe darem o domínio do Mundo. A Tito Vespasiano, que tinha por perdido o dia em que não fazia mercês, a generosidade lhe deu a antonomásia de Delícias do Povo Romano. O poder dar mais do que se recebe é a maior riqueza de que os humanos podem jactar-se, como diz Túlio; e em ser credor a todos, e a nenhum devedor, consiste o ser príncipe, como sente Anaxilau.

*Exemplar pureza d'El-Rei nosso Senhor D. João V na virtude da Religião. –* Ambas estas admiráveis virtudes sobre outras inúmeráveis avultam mais no nosso Augusto Monarca o Sereníssimo Senhor Rei D. João V. Enquanto à primeira, não há Templo, nem Santuário em Lisboa que não frequente com os seus votos, e com as suas ofertas. Por ter mais partes a que aplicar cultos, dividiu a sua Corte em duas Metrópoles, ilustrando uma com a Dignidade Patriarcal. Na sua Real Capela introduziu muitas com maior esplendor do que teve no tempo dos seus antecessores. As Mitras



de todas as Catedrais dos seus Domínios conferem aos talentos mais insignes em virtude, e letras, é tão devoto, e esplêndido nas Procissões, como se vê na de Corpus Christi, que celebra com tal magnificência, e pompa, que admira a todas as Nações Católicas, que nela se acham.

*Magnífica grandeza no atributo da liberalidade.* – Enquanto à segunda, resplandece com tanta extensão a sua liberalidade, que nos Naturais, e nos Estrangeiros, dentro, e fora da Monarquia tem contínuo emprego, Quantos recorrem ao seu Real amparo, vão abundantíssimamente satisfeitos da sua incomparável grandeza. Digam-no o Tibre, e o Mediterrâneo; confessem-no Itália, e o Peloponeso, para onde não só dispendeu tesouros com as armas do seu Reino, em defesa da nossa Religião Católica contra o inimigo comum da Cristandade, mas enviou repetidos socorros do ouro das suas Minas, assegurando do formidável poder Maometano com estes auxílios aquelas Províncias. Monarca enfim, a cujo magnânimo coração para beneficiar a todos (em crédito singular da Nação Portuguesa) não bastam todas as riquezas do Mundo.

*Floresce a nossa Sagrada Religião católica no Brasil.* A Igreja da Bahia, Metrópole de todas as do Brasil (que depois da sua fundação no Governo de veneráveis, zelosos, e santos Pastores, crescendo em ovelhas, florescia em Religião com o mais pio exemplo, e o maior culto, expendendo-se em votos, e liberalidades a veneração, e a grandeza dos fiéis não só nas Paróquias e Conventos, mas até nas Ermidas, e Capelas da Cidade, e do recôncavo) agora se aumentava em todo o gênero de perfeição Católica na obediência, e direção do seu Metropolitano D. Sebastião Monteiro da Vide, que com incessante trabalho aplicando-se na incumbência, da sua obrigação, e, vendo que as suas Igrejas se governavam pelas Constituições da de Lisboa, pôs por obras fazê-las ao seu Arcebispado, porque parece que o reservara Deus para a composição das Constituições,



depois de muitos antecessores, como a Moisés para a publicação da Lei, depois de tantos Patriarcas.

*Ano de 1707.* – Deu-lhes princípio no ano de mil e setecentos e sete, celebrando um Sinodo Diocesano: (primeiro, que viu o Brasil) tinha tenção fazer Concílio Provincial, e mandou passar Cartas convocatórias aos Bispados Sufragâneos, dos quais estavam em Sede Vacante Pernambuco, e São Tomé, e com Prelados, o Rio de Janeiro, e Angola. Deste Reino acudiu com virtuosa e louvável diligência o Ilustríssimo Bispo D. Luiz Simões Brandão; porém daquela Província não pode sair o Ilustríssimo Bispo D. Francisco de Sá Jerônimo, depois de ter escrito que vinha, porque os seus muitos anos, e achaques lhe dificultaram a viagem.

*Sínodo, que celebra o Arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide.* – Chegado o termo publicado, e dispostas as matérias pala a celebração, resolveu o Arcebispo fazer Sínodo Diocesano, que principiou em doze do mês de Junho (dia em que naquele ano ocorria a festa de Pentecostes) mandando encomendar em todas as Paróquias, Igrejas e Conventos ao Espírito Santo a sua Divina inspiração, e assistência, e principiando as três primeiras Sessões com Missas Pontificais, e Sermões, que pregaram três insignes Oradores da Bahia, e com Procissões ao redor da Metrópole. Tão repetidas e piedosas súplicas ouviu Deus propício, dando auxílios ao Prelado para os acertos, com que ordenou as Constituições, que correm com geral aplauso, e observância neste Arcebispado.

*Volta Caetano de Melo da Índia, e combate com uma nau de Piratas.* – *Ano de 1708.* – Voltava Caetano de Melo de Castro, vice-rei da Índia, de governar aquele Estado, no ano de mil setecentos e oito, em, uma das naus de viagem, que costumam vir com escala pela Bahia, onde cobrando saúde os enfermos, recolhendo mais gente, e fazendo novos aprestos para prosseguir a navegação, no combói da nossa Frota vão para Portugal com menor risco dos perigos do mar, e maior segurança da ambição dos Corsários. Não



encontravam até aquele tempo (dos portos da Ásia ao do Brasil) os Piratas, que depois no ano de mil setecentos e vinte experimentou o Vice-Rei Conde da Ericeira, com tanta perda do seu cabedal, como crédito do seu valor, não só na constância com que se houve com eles, mas em todas as ações, que obrara na Índia, onde fora renovar altas memórias do insigne Governador dela, e progenitor seu o grande D. Henrique de Menezes.

*Descuido das nossas naus da Índia quando de Goa vêm ao Brasil.* – Confiadas as naus, que nos outros anos navegavam da Índia para a Bahia, em que não haviam inimigos com quem pelejar até se recolherem a este porto, vinham com tão pouca disposição para um naval conflito, quanto sujeitas a serem facilmente rendidas; porque além das muitas enfermidades que contraem os navegantes naquela larga viagem, o interesse do negócio as faz vir tão avolumadas, e com tanto embaraço para jogar a artilharia, que se acham quase impossibilitadas para a defesa. Neste engano, ou descuido vinha também a nau, em que passava Caetano de Melo de Castro; mas como no seu valor trazia toda a segurança, ele a livrou do perigo iminente no combate, que teve com um poderoso baixel de Piratas, que observando a monção, em que elas vêm recolher-se à Bahia, cruzando os nossos mares, a esperava, sem que na Cidade houvesse notícia alguma de que aquele inimigo vogava por eles.

*Combate, e triunfa dos inimigos o Vice-Rei Caetano de Melo.* – *Perigo do mar em que se vê, do qual livra com a mesma fortuna.* – Avistaram-se as duas grandes naus, e conhecendo-se logo ambas, fez o Vice-Rei Caetano de Melo de Castro safar a artilharia, que com tanto trabalho, com diligência pôs logo pronta para laborar. Repartiu pelos postos os Soldados, e passageiros, que se achavam capazes de peleja; na falta dos enfermos, e dos mortos armou os Religiosos, que vinham em sua companhia, e animando a uns e outros como espírito de todos, se principiou entre ambos os baixéis um



valoroso conflito, que durou toda uma manhã; mas afrouxando de cansada a não inimiga, e desesperando da presa, por lhe ter já o impulso custado muitas vidas, e também por imaginar ser maior o nosso poder do que supunha, se foi retirando até desaparecer. Porém o perigo de que livrara a nossa (pela disposição, e valor de Caetano de Melo) ia experimentando por outro acidente, com manifesto risco de naufrágio, pelo ímpeto das ondas, e pouca prática dos Pilotos.

*Diligência e zelo do Governador Luiz César em socorro da nau.* – Defronte dos penedos, e baixos chamados Piraúnas, deu fundo com grande trabalho, e justo temor de se perder neles, forcejando sempre contra a corrente das águas; mas apenas foi vista da Cidade, quando o Governador, o Capitão General Luiz César de Menezes, fez despedir dois lanchões com práticos, oficiais, marinheiros, espias, cabos e âncoras, os quais, chegando com fortuna e presteza à nau, a livraram do perigo, trazendo-a a salvamento com grande louvor do Governador Luiz César, que em toda uma noite não tomou sono, nem teve descanso, até que na seguinte manhã a viu no porto, em que entrou Caetano de Melo, juntando mais um triunfo aos que alcançara na Ásia.

*Feliz aclamação d'El-Rei Nosso Senhor D. João V.* – *Seus Reais desposórios com a Sereníssima Rainha a Senhora D. Mariana de Áustria.* – Aclamado o nosso grande Monarca no primeiro de Janeiro do ano de mil e setecentos e sete, pôs a coroa a todas as felicidades do seu dilatado Império no de mil e setecentos e oito, celebrando os seus felicíssimos desposórios com a Sereníssima Senhora Rainha D. Mariana de Áustria, exemplar de todas as mais famosas Princesas de Europa, e ideia das mais célebres Heroínas do Mundo no presente século, e nos passados. É filha do Augustíssimo Senhor Imperador Leopoldo I, e da Senhora Imperatriz D. Leonor Madalena Teresa, irmã da Sereníssima Senhora D. Maria Sofia Isabela de Neoburgo, já rainha de Portugal, e a nova Sereníssima Rainha dominante,





irmã dos Augustíssimos Imperadores os Sereníssimos Senhores José I e Carlos VI, dotada não só destas grandezas da fortuna, mas de todos os primores da natureza, sendo tantas as suas virtudes que não pode o encarecimento expendê-las, nem ainda o discurso contemplá-las.

*Chega a Lisboa. – Ano de 1708. – Com a sua fecundidade assegura a permanência da Real sucessão Portuguesa.* – Chegou a Lisboa entre Reais júbilos, a alegres aplausos, e demonstrações do rei, e dos Vassalos, no referido ano; e logo, como Aurora, dando luzes ao hemisfério português, como flor, frutificando a Casa Real, foi mostrando a sua fecundidade Régia nos sucessivos partos venturosos dos Sereníssimos Senhores príncipe, e infantes, em quem a prole Augusta Lusitana se vê altamente propagada, para firmeza dos sucessores do grande Império, prometido por Cristo Senhor nosso no Campo de Ourique ao primeiro rei português, sendo entre os excessivos atributos que admiramos em rainha tão singular de suma relevância para o nosso bem esta felicidade, em que se asseguram as nossas esperanças, e para a universal veneração, prerrogativa de igual aplauso o ser filha, irmã, esposa, e mãe de ínclitos imperadores, reis, monarcas, e príncipes, que foi o mais, que se chegou a dizer, e ponderar em louvor das Imperatrizes Agripina, e Gala Placídia.

*Parcialidades nos Povos das Minas, entre os Paulistas, e os Forasteiros.* – Tinham crescido os Povos nas Minas do Sul em tanto número de gente de vários gêneros, condições, e estados que era quase impossível terem sossego, sem um Governador assistente que os fizesse viver em paz. Estavam opostos, e divididos em duas parcialidades, uma dos naturais de São Paulo, e das Vilas da sua jurisdição, chamados Paulistas, e outra dos Forasteiros, a quem eles chamam Emboabas, dando este nome a todos os que não saíram da sua Região.

*Princípio das suas alterações.* – Tiveram princípio as dissensões no Arraial do Rio das Mortes, por uma, que fez um Paulista tirana,



e injustamente a um Forasteiro humilde, que vivia de uma pobre agência. Desta sem razão alterados os outros Forasteiros, e desculpavelmente enfurecidos, solicitaram a vingança da vida de um, e da ofensa de todos, e conseguiriam, se aquele homicida não se ausentara com tal aceleração, que o não puderam alcançar, posto que por muitas partes o seguiram. Daquele delito, e de outras crueldades dos Paulistas deram conta ao Governador do Rio de Janeiro, que então era D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, pedindo-lhe um Capitão, que os regesse, e mantivesse em paz, a cujo requerimento justo satisfez o Governador, com mandar Patente a um deles de maior suposição, e mais ajustado procedimento.

*Várias Causas, que crescem para as suas Discórdias. – Apelidos de Pompeus, e Césares, que há na Província de São Paulo. – Desafio, que lhes faz Manuel Nunes Viana.* – Estas primeiras chamas com acidente novo cresceram a incêndio de maiores labaredas. Achavam-se no adro da Igreja do lugar do Caeté Jerônimo Poderoso, e Júlio César, naturais da Província de São Paulo, que poderíamos comparar à de Roma pelos apelidos dos Césares, e Pompeus, os quais também com civis contendas e pelejas fizeram em alguma ocasião parecer campos de Farsália os da Região do Sul. Passava por ali um Forasteiro com uma clavina, e, querendo os Paulistas tomar-lha, fingiram, que aquele homem inocente lha furtara, descompondo-o de palavras indecorosas; e sendo presente Manuel Nunes Viana, filho de Portugal, alentado, e poderoso nas Minas, e sabendo que aquela arma era própria, e não roubada, lhes estranhou não só o meio com que lha queriam usurpar, porém o mau tratamento, que lhe faziam, e passando de ambas as partes a maiores razões, os desafiou Manuel Nunes Viana para fora daquele sítio. Aceitaram o duelo, porém depois o recusaram com pretextos mais seguros, que honrados; e, vendo que ficavam desairados, pretenderam restaurar a opinião perdida com despique,



de que lhes resultava maior injúria, juntando armas, e parentes para assaltarem a Manuel Nunes Viana em sua própria casa.

*Acodem os Forasteiros a segurar a estância de Manuel Nunes Viana.* – Tendo notícia deste maligno intento os Emboabas, ou Forasteiros residentes nos três Arraiais do Sabarabuçu, do Caeté, e do Rio das Velhas, e vendo, que se os paulistas invadiam a estância de Manuel Nunes Viana, a quem tinham por protetor, ficariam todos sujeitos ao jugo dos inimigos, experimentando as suas insolências, caminharam armados a socorrê-la, e guardar-lhe a casa; fato, que sabido pelos Paulistas, desistiram de cometer a maldade, mais por receio, que por virtude; e mandando um Enviado a Manuel Nunes, lhe seguraram queriam viver em boa paz, e correspondência com os Forasteiros, para cuja amizade cessassem de ambas as partes as hostilidades, que uma a outra se faziam, e com concórdia, que não prometia segurança pelos interesses, gênios, e inconstância das duas parcialidades, voltaram todos para suas casas a tratar dos seus particulares, e das suas conveniências.

*Novas alterações causadas pelos Forasteiros. – Resolução dos Paulistas.* – Poucos dias lhes durou esta paz, ou trégua alterada pelos Forasteiros, querendo vingar a morte de um seu vendelhão, feita por um Mameluco, buscando o delinquente dentro da casa de Joseph Pardo, Paulista poderoso, que dando-lhe fuga pelo mato, perdeu a vida às mãos dos Forasteiros, por lho não entregar, sem lhe valer o procurar persuadi-los não era sabedor, que o cúmplice se valera da sua casa, e lhe intimar o sossego, e conservação da concórdia tão proximamente ajustada. Com esta temeridade dos Forasteiros tornaram a armar-se os Paulistas, e trataram de unir-se em ofensa dos seus contrários, e segurança própria, que supunham difícil, se não procuravam com todas as forças extinguir de todos os Forasteiros, fazendo-os despejar das Minas. E juntando os seus naturais, escravos, armas, e todas as coisas conducentes a tanta empresa, na sessão de uma assembleia, que tiveram no

fim do mês de Novembro daquele ano, resolveram dar aos dez de Janeiro do seguinte em hora ajustada por eles (com a das Vésperas Sicilianas para os Franceses) em todas as partes das Minas sobre os Forasteiros, e passá-los a ferro.

*Prevenção dos Forasteiros. – Elegem a Manuel Nunes Viana por Governador daqueles Povos. – Pedem-lhe socorros os das Minas Gerais do Ouro Preto, e do Rio das Mortes.* – Esta notícia verdadeira, ou falsa, tiveram por firme os Forasteiros, porque a sua prevenção os não fez vacilar entre a dúvida, e a certeza; e juntando-se logo os Povos dos três lugares, Sabarabuçu, Caeté, e Rio das Velhas, caminharam a buscar a Manuel Nunes Viana, e o elegeram por seu Governador, e de todos os Povos das Minas, para refrear os insultos dos Paulistas, e os obrigar a viverem sujeitos ao jugo das Leis do Reino, e não às do seu próprio arbítrio, pelas quais só se governavam, enquanto El-Rei por seus Governadores, e Ministros os não punha na obediência de Vassallos, com a observância dos seus Reais preceitos. Aceitou Manuel Nunes o cargo, o qual também lhe mandaram oferecer os Povos das Minas Gerais do Ouro Preto, e do Rio das Mortes, pedindo-lhe os fosse socorrer, por estar o partido dos Paulistas mui poderoso naqueles distritos, usando da liberdade, e insolência, em que costumavam viver, e conservando o ódio entranhável contra todos os Forasteiros.

*Leva Manuel Nunes numeroso exército em favor dos Povos, e manda ao do Rio das Mortes a Bento de Amaral Coutinho.* – Levando numeroso exército, marchou Manuel Nunes Viana a socorrer aqueles Povos, que, tendo-o também aclamado por Governador, lhe pediam auxílio contra os Paulistas. Chegou ao das Minas Gerais, e o pôs em quietação, e segurança dos inimigos, que os insultaram, e sabendo, que estavam poderosos no Rio das Mortes, obrando insolências contra os Forasteiros, e que os tinham reduzido a um reducto de terra, e faxina, que fizeram para se defenderem, temendo serem acometidos nele pelo desigual poder em que se achavam



(causa pela qual se viam no maior aperto, e consternação), lhes enviou em socorro mais de mil homens valorosos, e bem-armados, e por Cabo deles a Bento de Amaral Coutinho.

*Natureza, e condição de Bento de Amaral.* – Era Bento de Amaral natural do Rio de Janeiro, alentado, porém tirano; com maior crueldade, que valor havia feito na sua Pátria muitos homicídios, e insolências grandes, e os seus delitos o levaram para aqueles Povos, onde não haviam justiças, que o castigassem. Partia com um destacamento, que se lhe entregara, e com a sua chegada ao Arraial do Rio das Mortes, ficaram desassombrados os seus moradores do receio; que os oprimia; quartelou no mesmo lugar a gente, que levava, e sendo informado de que por aquele distrito vagavam alguns ranchos de Paulistas com liberdade, e impulso de vingança, buscando sempre ocasiões de a executar, mandou contra eles alguma gente, que não podendo colhê-las, os afugentou, e fez retirar para São Paulo.

*Manda contra um troço de Paulistas ao Capitão Thomaz Ribeiro Corço. – Marcha Bento de Amaral contra os Paulistas.* – Em distância de cinco léguas do Arraial do Rio das Mortes, em que assistia Bento de Amaral Coutinho, se achava um grande troço de Paulistas dos mais destemidos, e facinorosos, contra os quais mandou um destacamento de muitos homens, a cargo do Capitão Thomaz Ribeiro Corço, o qual sem obrar coisa alguma, voltou desculpando-se com o número dos contrários, incomparavelmente maior, que o da gente, que levava. Enfurecido Bento de Amaral, marchou a buscá-los; e sendo sentido dos Paulistas, que se andavam divertindo, e utilizando da caça, se recolheram aos seus ranchos, ou alojamentos, que tinham em um Capão, ou Capoeira (assim chamam no Brasil as moitas grandes, ou matas pequenas), que estava no diâmetro de uma dilatada campina, e ali determinaram defender-se do furor, com que os buscavam os Forasteiros, prevendo iria com eles o mesmo Amaral, que conheciam por arrojado, e cruel.



*Acometidos, se rendem, e entregam as armas. – Crueldade Aleivosa contra os rendidos. – Estrago, que neles faz Bento de Amaral.* – Mandou botar cordão à mata, e logo os Paulistas, disparando de cima das árvores as escopetas, mataram a um valoroso negro, e feriram duas pessoas de suposição, que estavam junto a Bento de Amaral, e outras muitas das principais, que iam no destacamento, sem deles poderem ser ofendidos pela espessura do mato, que os cobria; e porque os Forasteiros só pretendiam tirar-lhes as armas, e não as vidas, mandaram os feridos para o Arraial, de donde saíram, persistindo constantes os mais no sítio uma noite, e um dia, no qual lhes enviaram os Paulistas um Bolantim com bandeira branca, pedindo paz, e prometendo entregar as armas, se lhes dessem bom quartel. Concedeu-lho Bento de Amaral; porém assim como se lhe apresentaram rendidos, e entregaram as armas (oh ferina crueldade, indigna de humanos peitos!), gritou que matassem aqueles, que tantos danos, e mortes tinham causado nos Forasteiros, e foi logo fazendo estragos naqueles miseráveis desarmados, aleivosamente recebidos.

Estranharam este horrendo procedimento as pessoas dignas, que iam naquele exército, e não quiseram mover as armas contra os rendidos, afeando aquela maldade, imprópria de ânimos generosos, Católicos, e ainda das mesmas feras, que muitas vezes se compadecem dos que se lhes humilham. Porém as de ânimo vil, e os escravos disparando, e esgrimindo as armas, fizeram nos miseráveis Paulistas tantas mortes e feridas que deixaram aquele infeliz campo coberto de corpos, uns já cadáveres, outros meios mortos, ficando abatido, e fúnebre o sítio pela memória da traição, e pelo horror do estrago; e com estas bizarras cruéis voltou o Amaral vilmente ufano com o seu destacamento para o lugar de donde saía.

*Continua Manuel Nunes Viana no Governo dos Povos.* – Não deixou Manuel Nunes Viana de lhe estranhar tão cruel e detestável

procedimento; mas não se atreveu a o punir, porque naqueles malmorigerados Povos, em tempo tão desastrado, era perigoso o castigo de qualquer delito, e continuava com a melhor disposição, que podia no exercício do cargo, que se conferira. Era D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro Governador da Província do Rio de Janeiro, cujo domínio tinha ainda sobre todos aqueles distritos a jurisdição, que depois lhe tirou, dividindo-se em dois Governos separados. Tendo notícia do caso, e das muitas violências, que se obravam, as quais ameaçavam a última ruína daqueles Povos, resolveu preveni-la, e atalhá-la, indo em pessoa a eles; e com quatro companhias, e outros Oficiais da sua guarda se pôs a caminho para as Minas.

*Vai às Minas o Governador do Rio de Janeiro D. Fernando Martins Mascarenhas.* – Chegou ao Arraial do Rio das Mortes, onde se deteve algumas semanas, exercendo atos da sua jurisdição; porém como mostrasse inclinação aos Paulistas, tratando mal aos Forasteiros, fizeram estes aviso aos Povos dos outros lugares, e para os sobrelvar, seguravam, que o Governador ia só a castigá-los, para cujo fim levava algemas, e correntes, e que a sua liberdade consistia na sua desobediência, porque só expulsando-o das Minas poderiam fugir ao suplício que os esperava.

*Resolvem os Forasteiros a lhe resistirem.* – Eram estas sugestões todas faltas de verdade, e que se encaminhavam a fazer tal consternação nos Povos, que não só lhe desobedecessem, mas o fizessem sair de todos os limites das Minas; sem advertirem, que se temiam os castigos dos crimes cometidos entre si, com mais causa deviam recear a sublevação, que intentavam contra a regalia do Monarca na pessoa do Governador, a quem pretendiam negar o poder, e afugentar de todos aqueles lugares. Mas a consideração do mal, que julgavam presente, venceu o temor do suplício futuro, porque estas vozes fizeram tal alteração em todos os Forasteiros que, amotinados, buscaram a Manuel Nunes Viana, e o levaram a opor-se à entrada de D. Fernando.



*Vão com exército contra ele. – Fala Manuel Nunes a D. Fernando.*

– Foram esperá-lo ao sítio das Congonhas, assim chamado por uma erva que produz deste nome da qual fazem os Paulistas certa potagem, em que acham os mesmos efeitos do chá. Ficava distante quatro léguas do Arraial do Ouro Preto, de donde saíram; e, avistando a casa, em que D. Fernando estava, se lhe apresentaram no alto de uma colina em forma de batalha, a Infantaria no centro, e a Cavalaria aos lados. Mandou D. Fernando por um Capitão de Infantaria, e outras pessoas, saber a determinação de Manuel Nunes, que estava na frente do exército, o qual, depois de algumas conferências, foi acompanhado de poucos homens a falar-lhe, a detendo-se pouco mais de uma hora em satisfazê-la, lhe segurou, que aquela alteração era contra a sua vontade, e que o levavam os Povos quase constrangido, e muito à força; que a causa, que tinham para resistir, era o temor; que publicavam de que os ia a castigar, mas que se fosse servido entrar, ele por si lho não impedia.

*Retira-se o Governador D. Fernando Martins Mascarenhas para o Rio de Janeiro.* – Porém o Governador D. Fernando, apoderado de um temor justo, não quis passar adiante, e voltou para o Rio de Janeiro, deixando aqueles Povos na sua rebelião, por não poder reduzi-los à obediência d'El-Rei, posto que todos protestavam estar seguros nela, e que a alteração que fizeram fora por sacudir o jugo tirânico em que os punham os Paulistas, a quem D. Fernando protegia, e descobertamente amparava, e que pretendiam pedir a El-Rei lhes enviasse às Minas Governador, e Ministros assistentes, que os governassem, e mantivessem em paz; e logo puseram em arrecadação os Quintos Reais, que pagavam os gados, e determinaram enviar à Corte Procuradores, para cuja jornada tiraram entre si um pedido considerável; mensagem que suspendeu a chegada de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho ao Rio de Janeiro, que fora suceder a D. Fernando naquele Governo.





*Continua o Governo das Minas Manuel Nunes Viana – Faz vários provimentos.* – Retirado das Minas o Governador D. Fernando Martins Mascarenhas de Lancastro, ficou Manuel Nunes Viana exercendo com maior liberdade o cargo de Governador, que lhe tinham conferido aqueles Povos, no qual se houve com tão acertadas disposições que mereciam não só perdões, mas prêmios, convertendo os erros em merecimentos. Animou-se a criar Mestres de Campo, Tenentes-Generais, subalternos, e outros Cabos, e Capitães, Superintendentes, e Ministros para administrarem a justiça, Provedores para a arrecadação da fazenda dos defuntos, e ausentes, e Guardas-mores para repartirem os Ribeiros do ouro.

*Resolvem os Povos dar obediência ao novo Governador Antônio de Albuquerque.* – Mandam um mensageiro pedindo-lhe que os vá governar. – Considerando todos os homens de melhor discurso, assistentes naqueles Povos, não poderiam permanecer o Governo de Manuel Nunes Viana, não por injusto, mas por ilegítimo, e que o nosso Augusto Monarca justamente irado, por não terem obedecido ao seu lugar-tenente, castigaria a todos os cúmplices naquele procedimento, quizeram antecipar a sua obediência à resolução Real, chamando para o Governo das Minas ao novo Governador do Rio de Janeiro. Deram parte deste intento a Manuel Nunes, que posto se presumisse o chegou a sentir, não faltou em o aprovar, e com o seu parecer enviaram a Fr. Miguel Ribeiro, Religioso de Nossa Senhora das Mercês, que havia sido Secretário de Antônio de Albuquerque no Governo do Maranhão. Por ele com repetidos rogos, e cartas de Manuel Nunes, e das pessoas principais, lhe pediram fosse às Minas, onde o esperavam com alvoroço, e obediência, fiando das suas disposições o sossego, e sujeição (em que desejavam viver) a todos os preceitos d'El-Rei, e ordens dos seus Governadores.

*Chega Antônio de Albuquerque.* – Chegado Antônio de Albuquerque Coelho de Lisboa ao Governo do Rio de Janeiro,

dispôs em breve tempo a sua jornada para as Minas, e com tanta diligência se pôs a caminho que nele o encontrou o Religioso mensageiro. Entregou-lhe as cartas, e o certificou, de que conforme a elas acharia os ânimos de todos aqueles Povos, os quais com grande alvoroço, e contentamento o esperavam. Festejou Antônio de Albuquerque a notícia, e prosseguindo a jornada, chegou às Minas do Caeté, onde residia Manuel Nunes Viana, e estavam as pessoas de maior suposição das Minas Gerais compondo algumas diferenças, que já se tinham movido entre Manuel Nunes, e os Povos do Rio das Velhas.

*É obedecido de todos.*—Receberam logo a Antônio de Albuquerque por seu Governador, e o festejaram com as maiores demonstrações de amor, e obediência, acrescentando aos motivos dos seus júbilos nova causa para o seu aplauso, por verem se lhes metia nas mãos desarmado, sem mais companhia, que a de dois Capitães, dois Ajudantes, e dez Soldados. Manuel Nunes, alcançando dele licença para se retirar às suas Fazendas do Rio de São Francisco, partiu brevemente para elas, e deixou os Povos das Minas.

*Corre o Governador todos aqueles distritos.*— Confirma os postos. Discorrendo o Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho pelas outras Povoações, se aplicou a assegurar na obediência Real a todos aqueles súditos, e a compor as suas diferenças, e pretensões particulares. Confirmou os postos, que Manuel Nunes, à instância, e por nomeação dos Povos havia criado; os mais deles proveu nas próprias pessoas, que os estavam exercendo, por entender, que eram capazes de os ocupar; fez outros de novo, ordenando todas as suas disposições ao maior serviço d'El-Rei, e sossego de todos, com tão geral satisfação, quanto eram uniformemente bem recebidas as suas resoluções, que reconheciam por acertadas.

Concluídas as coisas pertencentes àqueles distritos, determinou passar aos da Capitania de São Vicente, e com maior cuidado à Vila de São Paulo, e às outras da sua jurisdição, que por mais

orgulhosas, e temerárias careciam de toda a diligência, e indústria para as ter sujeitas, e lhes aplacar a inquietação, e furor, que haviam mostrado contra os Forasteiros nas Minas, cujas competências conservavam mui vivas nos corações, e com este intento marchou para aquela região com o mesmo pouco séquito, que levava do Rio de Janeiro.

*Exército dos Paulistas em desempenho dos seus agravos.* – Os Paulistas, pela ausência de D. Fernando Martins Mascarenhas, vendo totalmente destituído de poder e forças o seu partido, se tinham retirado para São Paulo, mas foram recebidos com desprezo até das próprias mulheres, que blasonando de Pantasileas, Semíramis, e Zenóbias, os injuriavam, por se haverem ausentado das Minas fugitivos, e sem tomar vingança dos seus agravos, estimulando-os a voltar na satisfação deles com o estrago dos Forasteiros. Este fogo, soprado por aquele sexo, em que se acha mais pronto o furor vingativo, e em que mais ardem os corações dos homens, crescendo nos Paulistas com a consideração do crédito, que deixaram ultrajado, e da fama, que tinham perdido (chama interior, que os não abrasava menos pelos seus naturais brios), os fez juntar um numeroso exército de Paisanos, para tornarem de novo à Palestra com os seus contendores; e elegendo por seu General a Amador Bueno, pessoa entre eles de maior reputação no valor, e na prática das armas, marcharam para as Minas.

*Antônio de Albuquerque o encontra no caminho.* – No caminho encontrou Antônio de Albuquerque aquela insolente turba; e querendo persuadir aos mais poderosos dela desistissem do impulso, em que cometiam tão grande ofensa contra Deus, e tanto delito contra El-Rei, lhe deram tão pouca atenção, e mostraram tal porfia, que quando o Governador intentava reprimir-lhes com palavras o furor, se viu mui arriscado a experimentá-lo por obras, porque determinavam prendê-la; mas desta resolução informado por um confidente Antônio de Albuquerque, se resolveu



inopinadamente a retroceder para a Vila de Parati, e dela embarcar-se para o Rio de Janeiro, onde chegando feliz, e brevemente, fez pelo caminho novo aos Povos das Minas aviso do perigo, que os ameaçava o exército dos Paulistas, que contra eles ia.

*Chegam os Paulistas ao Povo do Rio das Mortes. —Combatem-no com estrago de ambas as partes. —* Achavam-se os habitantes das Minas em descuido, ou total esquecimento das contendas passadas, que os Paulistas conservavam na memória. O povo do Rio das Mortes, que era por mais próximo, o primeiro, em quem havia de cair aquela tempestade, com o aviso, que teve, pedia socorro às Minas Gerais, e fortificaram logo o seu reduto com alguns baluartes, que de novo lhe fizeram para entreter os inimigos, enquanto lhes chegavam maiores forças para se pôr em campanha. Não deram muito lugar a estas prevenções os Paulistas, porque chegando, e achando reduzido à sua fortificação aquele Povo, subiram a uma montanha, que lhe ficava como padrao, de donde, e da Igreja Matriz, que estava fora da muralha, e de um Cavaleiro, mais, que levantaram, lhe fizeram considerável dano, matando-lhes, e ferindo-lhes muita gente.

Pouco inferior era, o que os cercadores também recebiam dos sitiados, porque matando-lhes algumas pessoas na bateria da Igreja, e nas outras, a que podiam chegar as suas balas, aliviavam a dor das vidas, que perdiam, com as que tiravam: desesperado remédio, que no caso presente era mais necessidade que vingança. Saíram por duas vezes de dentro das suas trincheiras, e dando inopinadamente sobre os Paulistas, lhes fizeram grande estrago; porém tendo pouca gente para estas sortidas, se abstiveram delas, tratando de conservar-se dentro dos reparos, até lhe chegarem os socorros.

*Retiram-se com o temor do socorro, que ia dos outros Povos a favor dos sitiados. —* Mais de oito dias estiveram os Paulistas constantes em bater aos Forasteiros, e cansados, ou satisfeitos de haverem



constrangido aquele Povo a não sair dos limites da sua pequena circunvalação, e dos golpes, que lhe imprimiram nas vidas, posto que muito a custo das suas, correu entre eles uma voz de que todos os Povos das Minas os buscavam com tão numeroso exército que lhes não poderiam resistir, e determinaram retirar-se para São Paulo; conselho, que em uma indistinta, e confusa madrugada executaram com tanto silêncio, que não foram sentidos.

*Chega, e seguem todos o exército dos Paulistas.* – Três dias depois chegou aos Forasteiros o socorro, que esperavam, tão luzido, e com tal orgulho, que determinaram seguir os Paulistas, e desbaratá-los; mas como eles levavam no seu receio as asas de forma se remontaram, que em oito dias de jornada, em que foram seguidos pelo caminho de São Paulo, se lhes não pôde dar alcance. De todos estes fatos fizeram aviso ao Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o qual lhes enviou para os governar, e ter seguros de semelhantes invasões a Gregório de Castro de Moraes, com duas Companhias de um dos Terços do Presídio do Rio de Janeiro, de que era Mestre de Campo.

*Vai Antônio de Albuquerque provido no Governo das Minas.* – Pouco tempo continuou Antônio de Albuquerque o Governo do Rio de Janeiro, porque parecendo ao Sereníssimo Senhor Rei D. João V, separar daquela jurisdição as Minas, pela extensão dos seus Países, e por carecerem da assistência de um Governador, que reduzisse à pontual obediência, e conformidade aqueles Povos, o enviou a governá-los, ficando independente de outra superioridade, que à do Capitão Geral de todo o Estado.

*Suas disposições.* – Tratou logo o Governador de reduzir aquele grande número de súditos, que vagava sem firmeza, à vida urbana, e política, erigindo as seis Vilas, cujos nomes deixamos já escritos. Demarcou-lhes as jurisdições, dividiu-lhes os limites, introduziu-lhes Justiças, criou-lhes Senado; escolhendo para os cargos as pessoas mais dignas da cada uma. Repartia os distritos



em Regimentos, elegendo por Cabos os moradores mais práticos, e beneméritos. Para a arrecadação dos Quintos d'El-Rei, e das fazendas dos ausentes, fez Provedores, e com esta providência formou uma nova República, posto que pequena pelo número das Povoações, mui dilatada pelos dos moradores, assim residentes nas Vilas, como na extensão dos seus grandíssimos limites.

*Sucedo a Luiz César de Menezes no Governo geral do Brasil D. Lourenço de Almada. – Ano de 1710. –* Depois de ter Luiz César de Menezes governado felicissimamente o Estado do Brasil quase cinco anos, lhe sucedeu no de mil e setecentos e dez D. Lourenço de Almada. Nasceu este Fidalgo de esclarecida Família, em cuja Casa sucedera por morte de um irmão primogênito. Mostrava estar descontente na Bahia, quiçá que pressago o coração lhe anunciava as calamidades que no tempo do seu Governo haviam de acontecer ao Brasil, as quais tiveram princípio nas infaustas, e detestáveis alterações de Pernambuco.

*Dissensões em Pernambuco no Governo de Sebastião de Castro de Caldas. –* Governava Sebastião de Castro de Caldas a Província de Pernambuco. Era natural da de Entre Douro, e Minho, dos principais da sua Pátria. Aprendera a milícia na companhia, e escola de seu tio Diogo de Caldas Barbosa, um dos valorosos Cabos nas passadas guerras da liberdade do Reino. Mostrava inteligência das matérias, vigilância nos negócios, porém não soube prever o que havia de acontecer-lhe, porque também há Argos, que dormem, e a quem cega a paixão, ou o destino, cem olhos não bastam. Tinha-os fechados Sebastião de Castro para a Nobreza de Pernambuco, e não queria outro objeto, mais que o Povo do Recife.

*Origem, e causa delas. –* São os Pernambucanos naturalmente ativos; não permitiam que no Senado da Câmara da Cidade de Olinda entrassem pessoas de outra esfera que a da Nobreza daquela Província. Achavam-se no Recife (porto, e feira de todas as suas Povoações) muitos homens ricos, aos quais o trato mercantil



fizera poderosos, e não podiam alcançar os cargos da Governança da República, ainda que alguns os chegaram depois a conseguir, mas com traça tal, e tanto trabalho, que esta dificuldade os obrigou a pretenderem fazer Vila aquele lugar, para lograrem os seus moradores as mesmas dignidades. Representava-se-lhes fácil a empresa pela opulência do Recife, que em Templos, e casas igualava à Cidade de Olinda, e em números de moradores a excedia, porque os estragos, que padecera na guerra dos Holandeses, haviam diminuído, e arruinado a sua grandeza.

*Faculdade concedida aos moradores do Recife para se erigir Vila aquela Povoação.* – Tomou como sua o Governador Sebastião de Castro a causa, e pretensão dos moradores do Recife, e com razões mais afetadas, que próprias, soube representar de forma as utilidades, que resultavam ao serviço Real, e ao bem comum com a permissão da Vila, que se julgou por conveniente, e justo este requerimento, posto que em outro tempo, em que fora pretendida, se entendera o contrário; porém o nosso grande Monarca, sempre indulgente nas pretensões lícitas, e decorosas aos seus Vassalos, foi servido facultar-lhes esta graça mandando remeter a ordem ao Governador, o qual a teve em tal recato, que a negou, para obrar o que meditava pelo modo, que mais oportuno lhe parecia, posto que era notória, e os mesmos interessados a certificavam.

*Sentimento da nobreza de Pernambuco.* – *Ocultar-lhes o Governador a ordem Real.* – Esta novidade fez grande consternação na Nobreza de Pernambuco, assim por ver o Recife condecorado com a mesma autoridade, como por consistir naquele grande Povo, e no termo, que se lhe havia de dar, o maior distrito do seu antigo Senado, o qual ficava destituído de quase toda a sua jurisdição, pouco dilatada pelas muitas Vilas, que compreende a Província de Pernambuco. Pediram os Oficiais da Câmara de Olinda ao Governador lhes fizesse a saber a ordem de Sua Majestade, que tivera sobre aquela matéria; mas ocultando-a Sebastião de Castro,



e dizendo que a não recebera, tratou secretamente com os moradores do Recife o modo, e o tempo da ereção da Vila.

*Erige-se com cautela em uma noite a Vila.* – Para o Pelourinho se mandaram com toda a cautela lavar as pedras no Forte do Matos, onde se costumam preparar outras para várias fábricas particulares, e havendo-as conduzido, e assentado em uma noite, amanheceu ereta a Vila, com o nome de Santo Antônio do Recife, e logo se procede o na eleição dos Oficiais da Câmara do novo Senado, e saíram todos com as suas varas. Do segredo, com que esta ação se obrou, entenderam os Pernambucanos que não havia ordem Real para a criação da Vila, ou viera com alguma restrição, porque a ser absoluta, e sem condição, a não devia o Governador ocultar a uns Vassalos, que tanto sabiam obedecer às resoluções do seu Monarca.

*Procede o Governador com prisões de algumas pessoas principais de Pernambuco.* – Procedia Sebastião de Castro, estimulado dos moradores do Recife, contra a Nobreza de Pernambuco, prendendo tão indecorosa, como injustamente a muitas pessoas principais. Mandou que todos os Pernambucanos entregassem as armas que tivessem, para se guardarem nos Armazéns Reais, ordem que enviou por vários Oficiais a todos os distritos, e Vilas da Província, e neste despojo privava aos moradores da natural defesa contra os ladrões, e Gentios, principalmente aos que habitavam mui longe dos povoados, e careciam delas para a sua segurança, e a todos tirava a utilidade das caças, de que muitos se sustentavam. A execução desta ordem tiveram repugnância, e lhe impediram o efeito, esperando ser ouvidos do Governador.

*Dão um tiro ao Governador, o qual, sabendo que a Nobreza se juntava, se retirou para a Bahia.* – Neste tempo, estando o Governador Sebastião de Castro no Recife, que era a sua mais contínua habitação, e subindo uma tarde ao seu costumado passeio, para onde chamam a Boa Vista, lhe deram um tiro, de que ficou levemente



ferido, e posto que ele e os seus sequazes o atribuíram às queixas dos Pernambucanos, se não averiguou com certeza de que parte lhe viera, havendo mais duas notórias, donde o podia esperar, que por modéstia se calam. Com este acidente tornou a continuar os castigos das prisões com ruína das liberdades, e das fazendas; porém tendo notícia, que o dano comum a toda a Nobreza, a conduzia, e juntava, não só para se defender, mas para ir sobre o Recife, de donde conheciam, que se lhes nascia o mal, dando-se por pouco segura na nova Vila, se embarcou logo em um patacho, e se pôs em Salvo na Bahia, levando consigo alguns mercadores, que por seus íntimos amigos, e sequazes ficariam mui arriscados em Pernambuco.

*Entra no Recife a Nobreza com exército derruba os padrões da Vila, deixando-a demolida.* – Ausente o Governador, a Nobreza, que se achava junta, conduzindo um exército de quase vinte mil homens de todas as sortes, entraram no Recife, demoliram o Pelourinho, e os mais Padrões da Vila, tiraram das mãos as varas dos Oficiais do novo Senado, os bastões de milícia, que exerciam os postos de Ordenança; soltaram os presos, que injustamente tinha em rigorosa captura o Governador, não causando tanto número de gente, de que constava o ajuntamento dos Pernambucanos, perda alguma de cabedal, ou outro gênero de hostilidade aos do Recife, disfarçando as queixas que deles tinha a Nobreza, e castigando-as só com aquele fato.

*Dão o Governo ao Bispo* – Procedeu logo a Nobreza na eleição de Governador; juntando-se para ela na Casa da Câmara da Cidade de Olinda, uma parte se inclinava a que o Governo se entregasse ao Senado da Câmara, outra notava, que se elegeisse o Reverendíssimo D. Manuel Álvares da Costa, Bispo de Pernambuco; e dando-se notícia de uma carta do Sereníssimo Senhor Rei D. João V, feita no ano antecedente na qual ordenava que, faltando o Governador, Sebastião de Caldas, substituísse o Governo o Mestre de Campo



João de Freitas, e em sua falta o Bispo, se vieram a conformar em dar-lhe o Governo por ser falecido o Mestre de Campo. Foi esta ordem Real a Pernambuco com o mesmo Governador em cujo tempo havia de ter execução, e não deixou este acaso de parecer mistério, como já ponderamos em outros semelhantes na Índia e na Bahia.

*Entregue dele, concede aos Pernambucanos um perdão geral, que lhe pediram do fato.* – Estava o Bispo em visita na Paraíba, e como aviso, que se lhe fez, voltou para Pernambuco, e tomou posse do Governo nos primeiros dias do mês de Novembro do ano de mil e setecentos e dez. Logo pedindo-lhe os Pernambucanos um perdão geral do fato, lho concedeu em nome de sua Majestade, que foi servido confirmá-lo. Posto que os Pernambucanos intentassem desculpar esta ação com os pretextos acima declarados, não deixou de ser a todas as luzes detestável, e violenta, porque as supremas ordens dos Soberanos, ainda em dúvida se não deviam impedir com semelhantes resoluções, havendo os lícitos, e honestos meios, que se permitem aos Vassallos, para exporem a sua causa aos seus Monarcas; mas desta cegueira lhes resultou a pobreza, em que hoje se acha aquela Nobreza, em castigo de sua vaidade.

*Intentam tomar vingança os moradores do Recife.* – Sentidos os moradores do Recife, tratavam desafogar a sua paixão com outro não menor absurdo, que o que tinha obrado a Nobreza. Foram dispendo as vontades das pessoas, que lhes podiam valer, e granjearam a de João da Maia da Gama, Capitão-mor, e Governador da Paraíba, a do Camarão, Governador dos Índios, que residia em Una, e do Mestre de Campo dos crioulos, e pretos foros, e que chamam Terço dos Henriques, por haver sido de Henrique Dias, preto de notável valor, como mostramos nas guerras de Pernambuco. A de Manuel Gonçalves Tundacumbe em Goiana, onde tinha uma quadrilha de vadios, brancos, mulatos, e mestiços, criminosos, e fugidos de várias Vilas, e Capitánias do



Norte, principalmente da Paraíba, e se acoitavam nos distritos da Vila de Goiana, de donde faziam muitos danos aos moradores de Pernambuco, compraram finalmente muitos Soldados, e Cabos da Infantaria da Praça.

*Mandam chamar à Bahia a Sebastião de Castro.* – Tendo seguros estes parciais para a empresa que intentavam, foram conduzindo, com cautela, mantimentos, e víveres para o Recife, fazendo ir de mui distantes partes todos os gêneros comestíveis de que se pudessem sustentar no mais dilatado cerco. Fizeram com o mesmo segredo prevenções de arreios, e vestidos militares, e, conseguindo quanto lhes podia ser necessário para o empenho, chamaram a Sebastião de Castro, informando-o de tudo o que haviam disposto, para lhes restituírem o cargo, e que só faltava voltar a sua pessoa para o Recife. Respondeu-lhes, que brevemente estaria com eles; e tendo mandado à Paraíba por um Joaquim de Almeida, dos mercadores, que consigo trouxera à Bahia, a ratificar em seu favor a promessa do Capitão-mor João de Maio, dispunha partir ocultamente dela em uma Sumaca, que do Recife lhe fora enviada.

*D. Lourenço de Almada o manda prender nela.* – *Pedro de Vasconcelos o remete a Lisboa.* – Informado o Governador Geral D. Lourenço de Almada que Sebastião de Castro estava para sair furtivamente da Bahia a renovar as dissensões, de que havia sido causa, e com o governo do Bispo estavam sossegados, mandou detê-la em prisão na Fortaleza de Santo Antônio além do Carmo, de donde o remeteu o Governador, e Capitão Geral Pedro de Vasconcelos para Lisboa. Os do Recife, entendendo, que não poderia tardar muitos dias naquela Vila, e querendo antecipar a empresa para o receberem em triunfo, intentaram prender ao Bispo no Forte do mar, precisando-o a ir vê-lo para certa obra de carência, e fora infalivelmente a ele, se lho não impedira uma chuva, que sobreveio, e foi a piedosa medianeira para se não cometer aquele sacrilégio: posto que não lograram a oportunidade,

que lhes permitia o lugar para prisão, tiraram logo o rebuço ao empenho, que encobriam.

*Sublevação do Povo do Recife. – Ano de 1711. – Lança um bando, que se não obedeça ao Bispo.* – Sublevaram-se os moradores do Recife aos dezoito de Junho do ano de mil e setecentos e onze, e nesta forma veio a ser a culpa recíproca em ambas as partes, porque o exemplo mau é mais fácil de imitação que de emenda. Tomaram logo as Fortalezas, e as guarneceram com gente de sua facção, fazendo-as jogar balas para a Cidade, lançaram de sua própria autoridade um bando, que Sebastião de Castro era o Governador de Pernambuco, e se não obedecesse às ordens do Bispo, o qual se achava presente na mesma Vila, e pondo-lhes guardas para que não entrassem a falar-lhe mais que algumas pessoas confidentes, teve ele forma dentro em três dias, para passar à Cidade de Olinda.

*Junta-se outra vez a Nobreza. – Põe cerco ao Recife. – Larga o Bispo o Governo.* – Nela se juntou logo a Nobreza, vinda de todas as partes da Província com gente armada, como vez primeira, e no próprio número; posto que algumas poucas pessoas principais se retiraram para as suas fazendas por dependências que tinham dos homens de negócio. Pretendeu o Bispo por diligências, que aplicou fazer, que os do Recife tornassem à sua obediência, e que a Nobreza se aquietasse, mas não conseguiu uma, nem outra coisa, e se pôs um apertado cerco ao Recife, em que os seus moradores levaram sempre o pior, posto que de ambas as partes se obravam muitos atos de valor com tantas, e tão recíprocas mortes, que causando horror ao Bispo deixou o Governo ao Mestre de Campo do Terço da Cidade, ao Ouvidor-Geral e ao Senado da Câmara.

*Aperto, que padece aquela Povoação. – Chega por Governador de Pernambuco Félix José Machado.* – Sem embargo da diversão, que a favor do Povo do Recife faziam por várias partes os seus aliados, cujos nomes havemos expressado, prendendo e arruinando as pessoas, e fazendas dos parciais da Nobreza, ia já o Recife em mais

de três meses de cerco padecendo grande falta de víveres pela desordem, com que se distribuíram, mui desigual à providência, com que se juntaram, e para os enfermos não havia mais que açúcar, e alguma pouca farinha da terra. Neste aperto lhe chegou a Redenção na ida de Félix José Machado, provido no Governo da Província de Pernambuco. Tendo a bordo notícia que o Bispo voluntariamente largara o Governo, fez que o tornasse a tomar, para da sua mão o receber, ordenando aos moradores do Recife entregassem as Fortalezas à ordem daquele Prelado, como a seu Governador.

*Remete presas muitas pessoas principais a Lisboa.* – Para se proceder contra a Nobreza, incurso no indulto dos perdões do Bispo, e do Governador, e Capitão Geral porque lhes não fossem validos, se lhes impuseram falsamente outros novos impulsos no mesmo delito, e remetendo presas muitas pessoas principais a Lisboa, depois de larga prisão naquela Corte, constando judicialmente da sua inocência ao nosso Augusto e pio Monarca, compadecido das desgraças daqueles Vassallos, os mandou voltar livres para a Pátria, fazendo embarcar só dois para a Índia em degredo perpétuo, por haverem sido os motores das alterações, e terem obrado nelas as insolências, que se atribuíram a todos.

*Eclipse da Lua naquela Província.* – Algum tempo antes das perturbações da Província de Pernambuco, se viu nela, em uma clara noite, a metade da Lua coberta de sombras, em tal proporção que partida do Eclipse pelo meio parecia estar em duas iguais partes separadas, mostrando o que lhe havia de acontecer na desunião dos seus moradores, em prova de que o Reino em si dividido é desolação, da qual tocou à Nobreza a maior parte, padecendo perdas da liberdade, assolações da fazenda, ausências da casa, e com elas a falta de lavouras nas suas propriedades, gastando mais do que podia em sustentar exércitos contra o Recife, e por esta causa se acha tão diferente que é objeto de lástimas, sem esperança de

tornar ao esplendor antigo dos seus antepassados, em pena destas, e de outras muitas soberbas, e vaidades.

*Invasão dos Franceses na Província do Rio de Janeiro, e os motivos dela.* – Achava-se França queixosa de Portugal, por não receber a sua união naquele tempo, em que tinha poderosos motivos para a rejeitar, declarando-se pelo Sereníssimo Senhor Rei Carlos III, contra Felipe V, que então empreendia a conquista da Monarquia Castelhana, de que hoje tem a posse. Deste sentimento foi resulta permitir que os Franceses se animassem a invadir o Rio de Janeiro, que pela sua grande opulência prometia um saco de muito preço. Apresentaram-se sete naus, das quais cinco eram de linha, e saíram conduzindo mil homens de guerra, entre os quais vinham alguns ilustres Cavalheiros da nobreza daquele Reino, trazendo por general a um Cabo Francês, apelidado Ducler, a cuja ousadia só permitiu a fortuna a glória do impulso, mas não a do triunfo, e por alguns erros militares, que cometera na empresa, nem a fama lhe deu o nome de Soldado.

*Avisos que teve o Governador, e as suas disposições. Ano de 1710.* – Ia já no fim do mês de Agosto do ano de mil e setecentos e dez quando se fez aviso ao Rio de Janeiro de Cabo Frio, que lhe fica ao Norte, que foram vistas algumas velas; com esta notícia o Governador Francisco de Castro de Moraes (que havia sucedido a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho no Governo daquela Província, promovido da de Pernambuco, em que exercera com diferente fortuna a mesma ocupação) mandou preparar as Fortalezas, e a marinha, prevenindo as milícias para qualquer acidente de combate. Poucos dias depois, do porto de Guaratiba para a parte do Sul se repetiu o próprio aviso, e logo entrando na barra dele, que fica onze léguas distante da enseada do Rio de Janeiro, as naus Francesas desembarcaram mais de novecentos homens, os quais marcharam para a Cidade, por matos, onde não podiam levar forma, salvo quando saíam ao descampado de alguma fazenda.



De tudo tinha avisos o Governador, que pudera naqueles estreitos trânsitos, tão praticados pelos naturais, como incógnitos aos Estrangeiros, cortar-lhes o passo com total ruína, e prisão dos inimigos; porém alguns destacamentos, que mandou ao caminho por onde eles marchavam, mais serviram de testemunhar a sua jornada que de lha impedir, pois em sete dias de marcha se lhe não disparou um tiro. O Governador Francisco de Castro, mandando tocar repetidos rebates, se formou no campo da Cidade, dizendo que ali os esperava para os combater, sem que as instâncias, que lhe faziam os Cabos, e moradores, o obrigassem a dar mais um passo; e só entendendo que os Franceses tomariam a Fortaleza da Praia Vermelha, ordenou ao Mestre de Campo João de Paiva que a fosse socorrer; e, mandando-lhe perguntar o dito Mestre de Campo se havia de pelejar com os Franceses, respondeu, que mandava defender a Fortaleza, mas que fizesse o que a ocasião lhe permitisse.

*Desembarcam os inimigos, marcham por terra, e chegam à Cidade.* – Aos dezoito do mês de Setembro teve aviso que os inimigos fizeram alto no Engenho dos Religiosos da Companhia de Jesus, onde repousaram aquela noite, e ao amanhecer caminharam para a Cidade. Do campo onde estava formado o Governador, se começaram a ver as bandeiras inimigas pelas sete horas da manhã, no dia dezenove do mesmo mês; e avistando também os Franceses o corpo do nosso Exército, torceram o caminho para a parte, que chamam o Desterro, de cuja Igreja da própria invocação o Padre Fr. Francisco de Menezes, Religioso Trino, com valor benemérito do seu apelido, e alguns homens, que juntara para hostilizar aos Franceses na descida daquele sítio, lhes deu uma boa carga, matando-lhe muitos Soldados, e a maior parte dos Cavalheiros, que marchavam na vanguarda, diante da qual ia o seu General Ducler sem outras armas que uma rodela e o seu bastão.

*Combatem, e param no Trapiche de Luiz da Mata.* – Este acidente, que pudera embaraçar aos Franceses, lhes fez apressarem o



passo para a Cidade, mas chegando a Nossa Senhora da Ajuda receberam outra carga da Fortaleza de São Sebastião, que, pela eminência, em que está, é o propugnáculo, ou Cidadela da Praça; para a qual marchando os inimigos, sem os deter nenhum perigo, disparando também incessantes tiros da sua mosquetaria, e passando duzentas braças defronte do nosso exército, que ainda estava no campo, sem que o Governador se abalasse, nem lhes mandasse dar um tiro, se introduziram pela rua da Igreja de Nossa Senhora do Parto, na rua direita da Cidade, onde está o Palácio dos Governadores junto à marinha. Formaram-se defronte do Carmo, onde principia aquele trânsito, e encaminhando o passo para São Bento, andadas quase oitenta braças, vendo-se feridos, e mortos das nossas balas, que pelas bocas das ruas se lhes empregavam, fizeram alto defronte do Trapiche de Luiz da Mata, formados, e com as armas nas mãos.

*Desastre de fogo na alfândega, e em Palácio.* – Nesta perplexidade aconteceu um desastre, que pudera facilitar aos inimigos a vitória; porque, estando o Almojarife na Casa da Alfândega contígua a Palácio repartindo a pólvora, pegou na de um cartucho o fogo de um murrão, e saltando a chama a muitos barris passou a Palácio o incêndio, com ruína notável daquela grande máquina, e morte de três valorosos Estudantes, cuja Companhia o guardava com tal disposição, e alento, que na sua defesa obraram aqueles literários Soldados como mestres da milícia, sendo discípulos da arte. Ao estrondo que fez o incêndio, destacando briosamente do nosso exército com o seu Terço, o Mestre de Campo Gregório de Castro de Moraes, irmão do Governador, entrou na Cidade, e chegando àquela rua se bateu com os Franceses, impedindo-lhes tomarem o Palácio; mas nas portas dele caiu morto de uma bala inimiga.

*Morte do Mestre de Campo Gregório de Castro de Moraes, e do Capitão de Cavalos Antônio de Ultra.* – Mal logrou aquele golpe na vida do Mestre de Campo Gregório de Castro o avantajado valor,





que a natureza lhe dera, em recompensa do que negara a seu irmão; porém não desanimaram com a sua morte os seus Soldados, combatendo com ânimo intrépido os contrários. Outra não menos sensível perda tivemos na do Capitão de Cavalos Antônio de Ultra, cujo valor conhecido fora admirável, se não pecara em temerário, como na presente ocasião o mostrou; porque, vendo destacar do exército Francês uma manga por um beco, que há entre o Trapiche do Mata, e a Igreja da Cruz, disse à sua Tropa que o seguisse, porque só com ela havia de extinguir a todos os Franceses. Entrou pelo beco, mas não sendo seguido dos seus Soldados, e achando os inimigos perfilados em duas alas por um, e outro lado, dando-lhe uma carga de mosquetaria, caiu morto de muitas balas.

*Recolhe-se o General Francês com os seus Soldados ao Trapiche. –* Picava a nossa gente por várias partes a inimiga, fazendo-lhe pelas esquinas grandíssimo dano, e já lhe faltavam mais de quatrocentos homens mortos ao nosso feno, a troco de só trinta, que havíamos perdido; vendo-se finalmente o General Ducler acometido de muitos Portugueses, que de novo iam concorrendo ao combate, se recolhe-o ao Trapiche, querendo nele fazer-se forte com a sua Infantaria, da qual um troço de cem homens, por não caberem, ou não atinarem, se meteu por uma esquina, onde parecendo já rendidos, foram todos mortos pelos nossos, sacrificando, à sua vingança aquelas vidas, que puderam servir à sua glória, a não ser naquela ocasião tão cego o furor que lhes fez anteporem o rigor à comiserção.

*Sai o Governador do campo onde ainda estava para a Cidade. – Manda chegar barril de pólvora para abrasar o Trapiche. –* Até este tempo estava o Governador Francisco de Castro de Moraes feito estafermo no campo; mas chegando-lhe a notícia de que os Franceses estavam dentro do Trapiche, e postos em cerco, entrou com o troço do exército na Cidade, que achou desocupada de



inimigos, por se haverem voluntariamente metido na clausura do Trapiche do Mota, onde mandou o Governador por um Cabo de suposição dizer ao General Ducler, que pois não tinha já partido algum, se rendesse a arbítrio do vencedor; e vendo Ducler começarem a repicar os sinos de todas as Igrejas, e Mosteiros em sinal de triunfo, dizia que era sua a vitória, e não queria convir em que fosse nossa. Durou nesta porfia, e renitência desde as onze horas da manhã até as duas da tarde, o que vendo o Governador mandou ir muitos barris de pólvora para voarem o Trapiche; sem embargo da gente Portuguesa, que o habitava, a troco de se ver livre por aquele meio da Francesa, que temia.

*Generosa ação de um natural do Rio de Janeiro.* – Nesta resolução se viram os maravilhosos efeitos do amor da Pátria, superiores às poderosas forças do sangue, porque um natural do Rio de Janeiro, Alferes da Ordenança, que tinha muita parte na herança daquele Trapiche, onde estavam atualmente sua mãe, irmãs, mulher, e filhos, lhe apressava a execução do incêndio, querendo ser o primeiro que lhe ateasse o fogo: ação benemérita dos Escritores Romanos, porque não se mostraram mais constantes Jínio Bruto em tirar a vida aos filhos, e Horácio em matar a irmã pela conservação da Pátria. Entendendo o General Francês que não tardariam muito as chamas, que se dispunham para abrasarem aquele seu receptáculo, por salvar a vida, e as dos seus Soldados, se entregou com eles à prisão.

*Prisões por onde se dividiram os rendidos.* – Ao General puseram primeiro no Colégio dos Padres da Companhia; depois o passaram para a Fortaleza de São Sebastião, e ultimamente lhe concederam faculdade para tomar uma casa, onde passado algum tempo amancebou um dia morto, sem se averiguar por quem, nem o saberem os mesmos Soldados, que o guardavam. Os mais Franceses foram divididos em prisão pela Casa da Moeda, Conventos, e Mosteiros, com sentinelas à vista; depois foram metidos na cadeia, e nos

calabouços da Cidade, enviando-se a maior parte deles à Bahia e a Pernambuco. Ao quinto dia, depois de conseguida a nossa vitória, chegaram à barra do Rio de Janeiro as naus Francesas do Porto da Guaratiba, onde haviam desembarcado os inimigos; lançaram de noite uns foguetes, que eram as suas senhas, mas não sendo respondidos, nem franqueado o trânsito para entrarem no golfo, como esperavam, certos da ruína da sua gente, voltaram para França.

*Erros do General Ducler.* – Nesta empresa do Rio de Janeiro ganhou o General Ducler o nome de temerário, e perdeu o de Soldado; porque pouco mais de novecentos homens, ainda que escolhidos, e veteranos, eram pequeno exército para empreender a invasão de uma Cidade, populosa, penetrando muitas léguas o interior da terra por caminhos ignorados da sua gente, rompendo matos espessos, e marchando sem forma militar por passes tão estreitos que de poucos moradores do País pudera ser desbaratado, e vencido, faltando-lhe na jornada as comodidades, que sobravam aos naturais, como lhe acontecera, a ter disposição o Governador Francisco de Castro para lhe mandar cortar o passo, e bater naquela espessura, onde se não podia valer da sua disciplina, nem do valor dos seus Soldados, sem prática da peleja do Brasil.

Não cometeu menor erro depois de entrar na Cidade, em se recolher com os seus Soldados ao Trapiche, pondo-se ele próprio em cerco, pois daquele lugar não podia resistir-nos, não tendo artifícios, nem canhões, com que se defender, e nos rechaçar, pois por poucos que lhe disparássemos, pondo por terra aquele edifício, ficariam debaixo das suas minas, ou pegando-lhe o fogo, voariam no seu incêndio; mas desta cegueira são causa a ambição dos homens, a soberba dos Cabos, e o desprezo, que fazem dos contrários. Sossegada já a Cidade, se fizeram nela grandiosas festas em ação de graças que remataram com uma solene Procissão, levando o Governador em todos estes atos os vivas, e aplausos da vitória, em que não soube ter parte.



*Tornam os Franceses com maior poder a invadir o Rio de Janeiro.*  
– Recebeu com assaz impaciência esta notícia a Nação Francesa, sempre diligente no aumento da sua grandeza, e no despique dos seus agravos. Sentia menos ver baldado o gasto, que abatido o crédito, e na recuperação de uma e outra perda empenhou maiores cabedais, e forças mais poderosas, e brevemente paz no mar uma Armada de dezesseis naus de guerra, e duas de fogo, que conduziam mais de quatro mil homens com o General Dugê, o qual ia a emendar os erros de Ducler com outra não menos temerária empresa, como invadir por mar a Praça do Rio de Janeiro, cuja estreita barra, senhorizada de duas grandes Fortalezas opostas, e cujo dilatado golfo, defendido de muitas pouco inferiores, em lugares oportunos edificadas, fazendo inexpugnável aquele porto, impossibilitava o empenho, que a todo o risco da sua Armada, e da sua gente pretendia conseguir, com tão destemida resolução, como iminente perigo.

*Aviso d'El-Rei Nosso Senhor ao Governador Francisco de Castro.*  
– *Frota, que envia ao Rio de Janeiro.* Houve em Portugal notícia do apresto, e poder desta Armada, e que se publicava navegar ao Rio de Janeiro, onde iam os Franceses a recuperar a opinião, e os presos, que tinham deixado naquela Praça, senão era o fim destes Argonautas ganhar o Velocino de Ouro das suas riquezas, que não tinha um Dragão que o guardasse. De tudo informado o Sereníssimo Senhor Rei D. João V fez aviso ao Governador dela, e mandou brevemente sair a combói que lhe havia de ir aquele ano, dobrando-lhe as naus do comboio, a gente, e os petrechos militares, e ordenando, que as naus mercantis, que haviam de ir em sua conserva, fossem as mais possantes, e capazes de poderem concorrer com forças competentes para o conflito, em necessidade de peleja, e nomeou por Cabo a Gaspar da Costa de Ataíde, que exercia o posto de Mestre de Campo do mar.

*Talento do Cabo dela Gaspar da Costa de Ataíde. Aviso nos Goytacazes.* – *Ano de 1711.* – Era Gaspar da Costa mui valoroso, e

prático na milícia naval, em cujo emprego, sendo Capitão de Mar, e Guerra, tivera ocasiões arriscadas, e venturosas, em que alcançara créditos de Soldado, e fama de Capitão, benemérito de pôr fim ao curso dos seus serviços com melhor fortuna, sendo esta a única ocasião em que ela lhe voltou o rosto. Partia de Lisboa a Frota com grande presteza, e com a mesma chegou ao Rio de Janeiro, levando quatro poderosas naus de guerra, e bons navios, escolhidos Cabos, e Soldados, preparações militares para a defesa da Praça; e havendo já alguns dias, que se achava nela, foi aviso ao Governador Francisco de Castro de Moraes dos Goytacazes (ao Norte do Rio distantes oitenta léguas por costa da Cidade) aos vinte do mês de Agosto do ano de mil e setecentos e onze, que na Bahia Formosa se viram passar muitas velas, tomando o rumo para aquela barra.

*Preparações da Praça. – Mete-se Gaspar da Costa nas naus, e torna a desembarcar. – Segundo aviso de Cabo Frio. –* Tocou-se a rebate na Praça, alistou-se a gente, guarneceram-se as Fortalezas, e se fortificou a marinha. Os Paisanos alentados com o próprio valor, e com a memória fresca da vitória passada, supunham que a nova expedição de França ia a servir ao segundo triunfo do Rio de Janeiro. Bem conheciam o que tinham no seu Governador, mas fiavam muito de disposição, e alento de Gaspar da Costa, o qual se embarcou logo, pondo em linha na defesa da praia as quatro naus de guerra, e as mercantis de mais força. Porém estando nesta forma cinco dias, dando por falso o aviso, tornou a desembarcar; fato, em que começou a perder o conceito, que se tinha da sua vigilância, como depois perdeu o que se formava da sua experiência, mostrando-se perplexo no segundo aviso, que de Cabo Frio chegou a dez do mês de Setembro do próprio ano, de haverem passado dezoito velas, levando o rumo para a Cidade do Rio.

*Entra a armada inimiga com uma grande revolução do tempo. –* No dia seguinte, que se contavam onze do dito mês, com a nova Lua houve tal revolução no tempo, que, formando o ar densas névoas, cobriu com elas os monte da Gávea, do Pão de Açúcar, a Ilha do



Pai, a barra, e toda a circunferência do golfo, de tal forma, que não podiam ver, nem ser vistos da Cidade, sem lhes tirarem as nevasdas capas as brisas do Sul, que então ventava fortemente rijo; e navegando as naus inimigas como entre nuvens, quando à uma hora depois do meio-dia as deixou divisar a cerração, estavam já das Fortalezas da barra para dentro. Foram em seguida ordem atravessando a enseada, dando uma, e outra banda de artilharia às nossas Fortalezas, e às cinco da tarde ficaram todas surtas na Ponta das Baleias, distante um tiro de peça da Cidade.

*Manda Gaspar da Costa salvar as naus, e logo as manda queimar.* – Devendo Gaspar da Costa de Ataíde meter-se em as nossas naus, e pô-las em linha na defesa da marinha, como fizera no ensaio do rebate (em que se houve com melhor disciplina, que na ocasião do conflito), as mandou marear, pelas livrar dos inimigos, porém, achando mais pronto o perigo no baixo no Porto da Prainha, e na Ponta da Misericórdia, ordenou logo que fossem abrasadas, mandando pô-lhes o fogo, em que arderam intempestiva, e lastimosamente. Na desordem destas disposições descobriu este Cabo a falta, e variedade, que já experimentava no entendimento, e crescendo mais em tanta desgraça ficou padecendo este defeito em todo o tempo que lhe restara de vida. Naquela tarde, e nos três seguintes dias foram tais os ecos da artilharia das naus inimigas, e das nossas Fortalezas, que em recíproco estrondo parecia arruinar-se o Mundo, causando maior ruído o incêndio da nossa casa da pólvora na Fortaleza de Vila-Galhon, em que acabaram desastrosamente alguns Capitães alentados, e muitos Soldados valorosos.

*Ânimo dos moradores, e algumas ações, que empreendem.* – *Manda o Governador desamparar a Ilha das Cobras, e cravar a artilharia daquela Fortaleza.* – Todo este horror não bastou a entibiar o ânimo ardente dos naturais do Rio de Janeiro, antes lhes servia de estímulo; porque, vendo que os Franceses assentavam artilharia no



Monte São Diogo, acudia a ele o Capitão Félix Madeira, e matando alguns fez prisioneiros outros. Indo Bento de Amaral a defender a Fortaleza de São João, perdeu a vida, tirando-a a muitos inimigos; porém a fatalidade, que estava destinada àquela Cidade, superou o valor dos seus moradores, que vendo desanimado a Gaspar da Costa, e que o Governador Francisco de Castro mandara abandonar, e cravar a artilharia da Fortaleza da Ilha das Cobras (porto em que ancoram os navios), foram entendendo que, por falta de quem os governasse, era irremediável a sua perdição.

*Tomam logo os Franceses a Ilha, e dela lançam bombas na Cidade.*

– Tendo os Franceses notícias pelas suas espias que estava desamparada a Ilha das Cobras, e sem gente, que lhes fizesse resistência, a tomaram logo, e sendo-lhes oportuna, pela vizinhança, para bombearem a Cidade, lhe lançaram tantos artifícios de fogo, que pegando em Palácio, e em outras casas, infundiram nos moradores um pânico terror tão interno que na noite do quinto dia da chegada dos inimigos, em que o governador e Gaspar da Costa tinham assentado retirar-se com a Infantaria, e deixarem a Praça, o fizeram eles sem exceção de idade, estado e sexo, tão confusamente, que a troco de salvarem as vidas, se meteram pelos bosques, deixando as riquezas, que possuíam na Cidade, sem lhes deter a fuga uma das mais horríveis noites de chuva e tempestade, que se havia visto naquela Província, ajudando ao furor natural dos elementos do vento, e água, excitados pelo tempo, o artificial estrondo do elemento do fogo, disposto pelos homens.

*Entram os Franceses na Cidade, e a saqueiam, ficando Senhores dela.*

– *Capitulam deixá-la, sem a demolirem, por seiscentos e dez mil cruzados.* – Rendidas já muitas Fortalezas aos Franceses, dando-lhes notícia as suas espias de que estava deserta a Cidade, a ocuparam, e fortificando os postos, que lhes pareceram mais importantes, se deram ao roubo, achando um despojo mais rico do que imaginaram, porque importou muitos milhões o sacco; e vendo que

não tinham mais que recolher, capitularam com o Governador Francisco de Castro, deixarem a Cidade sem a demolirem, por uma grossa soma de ouro, que depois veio a ficar em seiscentos e dez mil cruzados, os quais saíram de todos os moradores, e Religiosos, conforme os cabedais de cada um, e enquanto se juntava a quantia, para a qual se valeram dos cofres, que antecipadamente os seus Ministros mandaram pôr em salvo fora da Cidade, se detiveram os inimigos nela, abstraindo-se de obrar mais estragos, havendo experimentado neles a maior ruína o Mosteiro de São Bento, para cujo reparo gastaram depois os seus Monges mais de cinquenta mil cruzados.

*Aviso, que foi a Antônio de Albuquerque Governador das Minas.* – Tinha ido aviso no mesmo dia, em que entrara a Armada Francesa, a Antônio de Albuquerque Coelho, que estava Governando as Minas; juntou logo três mil e tantos homens, bem, e mal-armados, e marchando com eles para o Rio de Janeiro, quando chegou soube, que estava ganhada, e vencida a Cidade, e, não achando remédio a baralhar a feira, conveio nela. Entregue a quantia dos seiscentos e dez mil cruzados aos Franceses, saíram daquela barra a vinte e oito do mês de Outubro, havendo um ano, um mês e oito dias que foram vencidos pelos Portugueses naquela Cidade, cujos moradores, desprezando o domínio de Francisco de Castro de Moraes, obrigaram Antônio de Albuquerque Coelho a encarregar-se do Governo até ordem de Sua Majestade, sem haver em Francisco de Castro impulso de se conservar no cargo de que o depunham.

*Ação agradecida, que obram com as casas de alguns moradores.* – Levaram os inimigos todos os Franceses, que no Rio de Janeiro ficaram da primeira expedição, aos quais se tinha dado por prisão a Cidade, e se mostraram tão agradecidos ao benefício, que receberam de alguns moradores, pela caridade, que com eles usaram, que, informando ao seu General da obrigação em que lhes estavam, foram preservadas as suas casas do sacco, e da ruína, ficando



fechadas, assim como os seus donos as deixaram, ação digna de louvor, e benemérita desta lembrança; nem se podia esperar menos da generosidade daquela nação, à qual sobrando-lhe tantas prerrogativas, não podia faltar a do agradecimento, ganhando nesta urbanidade mais riqueza de fama, da que puderam adquirir de cabedal no despojo daquelas casas.

*Vai Francisco de Távora por Governador da Província do Rio de Janeiro. – Forma-se no Rio de Janeiro uma Relação para sentenciarem aos delinquentes na perda da Cidade. –* Com a nova infausta da desgraça do Rio de Janeiro, enviou o Sereníssimo Senhor Rei D. João V, por Governador daquela província a Francisco de Távora, que em poucos anos de idade tinha muitos de serviços, obrados nas guerras próximas em várias partes de Espanha, ostentando em todas o valor hereditário da sua esclarecida, e antiquíssima Família. Levava ordem para prender a Francisco de Castro, e a outros Cabos, em cuja execução os pôs em ásperas prisões. Da Bahia mandou passar El-Rei ao Rio de Janeiro a Luiz de Melo da Silva, Chanceler da Relação do Estado, que com este cargo chegara de Lisboa no ano antecedente, e aos Desembargadores Manuel de Azevedo Soares e André Leitão de Melo, que com louvável procedimento acabavam os seis da sua residência neste Tribunal, os quais com o Ouvidor do Rio de Janeiro, Ministro togado, e outros dois do mesmo caráter, que foram criar duas Ouvidorias nos Povos das Minas, e com o Ouvidor da Província de São Vicente, haviam de formar uma Relação de sete Ministros na Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para sentenciarem os culpados na entrega dela.

*Sentença do Governador, e de alguns Cabos. –* Juntos os Ministros, procedeu o Chanceler em tirar devassa do caso. Não faltaram opiniões, que também infamavam de traidor a Francisco de Castro, mas, não havendo indícios para se lhe formar culpa de infidelidade, se lhe provaram faltas de valor, e de disposição, que foram causa de não pelejar na defesa da Praça, e de a desamparar; crime,



pelo qual foi sentenciado a degredo, e prisão perpétua em uma Fortaleza da Índia. Um Mestre de Campo seu sobrinho, filho de Gregório de Castro de Moraes, que sucedera a seu pai no cargo, e não no alento, foi privado do posto, com degredo perpétuo. Um Capitão da Fortaleza de São João, que por cobarde a entregara logo aos inimigos (delito, pelo qual andava ausente), enforcado em estátua. Aos outros presos se concedeu livramento, e mostrando, que não concorreram mais que na obediência das ordens do seu Governador, foram dados por livres; e com estas sentenças se dissolveu o Tribunal, mandado formar naquela Cidade, para castigar os cúmplices na sua perda.

*Ano de 1711. – Sucede no Governo Geral do Brasil Pedro de Vasconcelos e Sousa.* – Sucedeu a D. Lourenço de Almada no Governo Pedro de Vasconcelos e Sousa, cujo entendimento e valor não ficaram devedores à grandeza do seu ilustríssimo nascimento, e haviam desempenhado em todos os lances as obrigações, que herdara dos seus famosos antepassados. Tinha nas guerras próximas do Reino obrado ações heroicas, ocupado grandes postos, e se achava exercendo o de Mestre de Campo General, do qual foi enviado por Governador, e Capitão Geral do Brasil, onde a memória do Conde de Castelmelhor seu avô, que com grandes aplausos ocupara o mesmo lugar, pudera fazer grata a sua pessoa a este Estado, a não ser naquele tempo o horóscopo, que o dominava, contrário ao sossego dos seus moradores, pois achou Pernambuco hostilizado pelos naturais, o Rio de Janeiro tomado pelos Franceses; desgraças a que se seguia o perigoso acidente da alteração do Povo da Bahia.

*Roubos de Piratas nos mares do Brasil.* – Experimentava a nossa América havia muitos anos grandes insultos, e roubos de Piratas nos seus mares, tomando vários navios, que saíam dos seus portos, ou a eles iam, e com maior porfia depois que se descobriram as Minas do Sul. Esperavam os patachos, e sumacas, que conduziam o ouro à Bahia e a Pernambuco, e as embarcações, que das



referidas Províncias o levavam para África ao resgate dos escravos; (antes que se lhes proibisse o transporte deste gênero para aquela costa) e fazendo repetidas presas, eram as perdas tantas, e tão consideráveis, que continuamente se achavam pobres muitas pessoas, que com grande trabalho, e risco das vidas o iam tirar das Minas, e o conduziam para as suas Pátrias, parecendo irremediável este dano, por não haver naus de guerra da Coroa Portuguesa que surcando as ondas de uns a outros portos segurassem o trânsito às nossas embarcações, e afugentassem as dos Piratas.

*Resolve El-Rei Nosso Senhor dar-lhes remédio.* – Sendo presente ao Sereníssimo Senhor Rei D. João V este sensível dano dos seus Vassallos, e conhecendo que o reparo de tanto prejuízo requeria um tão custoso como eficaz remédio, resolveu mandar naus, que guardassem as costas da Bahia, do Rio de Janeiro, e de Pernambuco, as quais, vagando por estes mares, os limpassem de Corsários, e segurassem as viagens das nossas embarcações, ordenando se reedificassem, e aperfeiçoassem as Fortalezas de todas as nossas Praças, para a defesa delas, e sossego dos seus habitantes, que da ambição das nações, e Piratas podiam temer o próprio dano, que os do Rio de Janeiro experimentaram na invasão dos Franceses. Era grande a despesa, que se havia de fazer com as naus, e com as Fortificações, e requeria arbitrase consignação de efeitos tão prontos quanto era urgente a necessidade.

*Imposição dos dez por cento, e motivos dela.* – Ordenou Sua Majestade que todas as fazendas que entrassem nas Alfândegas das Províncias do Brasil pagassem nelas dez por cento; imposição da qual se podia tirar quantia competente para o novo gasto, parecendo justo, e conveniente, que, sendo os homens de negócio tão interessados na segurança das suas embarcações, e do ouro, que mandavam buscar pelos seus gêneros, concorressem para uma despesa, da qual se lhe seguiam tantas utilidades. Encarregou ao Governador e Capitão Geral Pedro de Vasconcelos



o estabelecimento desta dízima na Bahia, como aos outros Governadores nas mais Províncias.

*Levantamento do Povo da Bahia.* – Tratava Pedro de Vasconcelos de estabelecer este direito na Alfândega da Bahia, quando alterada a maior parte dos homens de negócio, tendo prevenido ao Juiz do Povo, seus Misteres, e quantidade de plebe, apareceram juntos na Praça de Palácio, na manhã do dia dezenove de Outubro; e mandando o Juiz do Povo tocar incessantemente o sino da Cidade, foi concorrendo de várias partes tanta gente vil que em breves instantes se viram cheias a Praça, e as ruas vizinhas a ela. O Governador, vendo aquele ajuntamento, pediu uma espada, e uma rodela, intentando castigar aquela turba com os seus criados, Officiais, e Soldados da guarda; mas, advertido a se não expor a algum desastre, se absteve, mandando dizer se recolhessem a suas casas, e lhe expusessem a sua pretensão por súplica, e não com violência.

*Insolentes instâncias, que faz ao Governador.* – Respondeu o Povo pelo seu Juiz, que era o intérprete dos recados, e respostas, que ali se juntara, para se não recolher, sem que se derogasse, ou suspendesse a ordem da nova imposição, que não queria aceitar, como também a maioria do preço do sal, que se havia acrescentado no ano antecedente, de quatrocentos e oitenta a setecentos e vinte réis. Tornou-lhes o Governador por resposta que deviam recorrer com aquele requerimento a Sua Majestade, e não a ele, a quem só tocava executar as suas Reais ordens. Enfurecido o Povo, de que era Cabeça (depois do seu Juiz) um Mercador chamado João de Figueiredo da Costa, por alcunha o Maneta, blasonando ameaçava conseguir por força o que pretendia, procedendo na forma que entendesse; e neste tempo saíram daquele dissonante conflito de vozes algumas palavras imodestas contra a pessoa do Governador Pedro de Vasconcelos e Sousa, em quem concorriam tão relevantes qualidades, que ainda separadas do caráter eram dignas de

veneração; porém quando um povo se arroja cego, até os respeitos servem aos estragos.

*Ódio que tinha a Manuel Dias Filgueira.* – Tinha o Povo grande ódio a Manuel Dias Filgueira que se achava em Lisboa a vários particulares seus, menos agravantes do que os supunham. Era homem de negócio grosso, que de pouca sorte tinha chegado a muita fortuna, aborrecido da maior parte dos mercadores por orgulhoso, e por viver com arrogância, e fausto impróprio do honesto trato da sua profissão. Trazia o contrato do sal, e já o acrescentamento do seu preço, como agora a imposição dos dez por cento, se atribuía a arbítrio seu, impondo-lhe, que trabalhava em trazer à Bahia paço da madeira, de que vinha por Administrador. Esta apreensão errada fez abalar ao Povo da Praça a sua casa, sita detrás da Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, não muito distante do Palácio.

*Vai à sua casa, e faz grande estrago.* – Pelo grande receio em que sua consorte vivia, e o pouco antecipado aviso, que lhe fez num confidente, livrou da morte, e a sua família, mas não do estrago a sua casa, e fazenda; porque ausentando-se, e deixando as portas fechadas, lhas romperam à força de machados e subindo ao alto, lançaram pelas janelas à rua não só as alfaias, que lhe serviam de ornato, muitas, e de preço, porém outros gêneros de valor, pertencentes ao interesse do seu negócio, passando a destruir, e quebrar as portas, e janelas daquele edifício, que entre as casas particulares é uma das melhores, que tem a Bahia. Dos armazéns, que lhe ficam por baixo, arrombaram várias pipas, e barris, os quais inundaram as ruas em licores importantes.

*Passa à de Manuel Gomes Lisboa, e obra o mesmo.* – Dali, andando um grande espaço para a parte de São Francisco, foram à casa de Manuel Gomes Lisboa, que acautelado se tinha posto em salvo. Era suspeito ao Povo, por ser íntimo amigo de Manuel Dias Figueira, e sócio nos seus negócios, posto que pela modéstia com que vivia em muitos cabedais lograva melhor opinião; mas não

lhe valeu o diferente conceito, que dele se tinha, para deixar de incorrer no estrago do companheiro, por julgarem próprios os interesses de ambos. Subiram a sua casa igualmente aseada, e lhe lançaram das janelas tudo o que acharam de preço, e estimação, experimentando maior perda no ouro em pó, que tinha em dois contadores, pois ao golpe, com que caíram, se espalhou, e perdeu pela rua, ficando aquele metal pisado então da plebe vil, que mais o costuma pôr sobre a cabeça.

*Chega o Arcebispo com o Santíssimo Sacramento em uma Âmbula.* – Dilatavam-se ainda em causar-lhe mais ruínas, quando chegou a Real presença de Deus no Santíssimo Sacramento da Eucaristia, que em uma âmbula, acompanhado de alguns Irmãos, e de todos os Cônegos, e Beneficiados da Sé, lhes levava o Arcebispo para os aquietar, admoestando-os, e persuadindo-os ao sossego, e paz. Prostraram-se todas aquelas criaturas ao seu Criador, e embainhando as espadas o adoraram, e acompanharam à Matriz. Porém recolhido, não aproveitando as paternais exortações do Metropolitano a suspender-lhes o furor, tornaram para a Praça, com as armas outra vez nas mãos, em demanda da sua pretensão, clamando, que se não tratasse da imposição dos dez por cento, e que tornasse o sal ao preço de quatrocentos e oitenta réis.

*Concede-lhe o Capitão Geral o que pretendia.* – Havia acudido a Palácio, e se achava já com Pedro de Vasconcelos D. Lourenço de Almada, e com o seu parecer se concedeu quanto o Povo pretendia, e de mais um perdão geral do fato, que solicitava, sem exceção de pessoas, entendendo, que sem ele não havia obrado nada; mas prometendo-se-lhe tudo, introduziu em Palácio um Advogado, para se fazerem com a sua jurisprudência os termos em forma legal, e jurídica, e assinados pelo Governador, e Capitão Geral, se concluiu a matéria pelas seis horas da tarde, em que se dissolveu o tumulto, ouvindo-se até aquele ponto o sino da Cidade, tocado incessantemente por um troço de plebe, que ali assistia para este efeito.



*Digno reparo em crédito dos filhos do Brasil.* – Foi coisa digna de louvor para os filhos do Brasil ver-se que entre tão numerosa gente quanta concorreu para esta alteração, se não achasse pessoa alguma natural deste Estado ingênua, ou de honesta condição, salvo alguns Oficiais mecânicos, que das suas tendas foram levados pelos amotinados, porque estes foram todos filhos do Reino, unindo a si alguns Estrangeiros de várias nações, que se achavam na Cidade, sequazes, e dependentes dos que urdiram o levantamento; e desta verdade foram sabedores todos os Ministros Reais, que então, e depois residiram na Bahia, conhecendo que na obediência dos naturais do Brasil havia diferente procedimento daquele a todas as luzes insolente, e detestável.

*Nova alteração por nova causa. – Segue o Povo a Pedro de Vasconcelos até a casa de D. Lourenço de Almada.* – Procurou depois aquele ajuntamento dourar o seu erro com uma resolução generosa, mas ainda que honrada, não pôde deixar de parecer, violenta, sendo empreendida ao som do sino da Cidade, com o mesmo tumulto, e confusão, com as próprias vozes, e as espadas nuas, guiado pelo Juiz do Povo, e pelo cabeça da primeira alteração João de Figueiredo da Costa, chamado o Maneta. Juntou-se a mesma gente, que concorreu no passado motim, na tarde do segundo de Dezembro do próprio ano, quarenta e quatro dias depois do primeiro movimento. Entraram na Praça, e, sabendo que o Governador Pedro de Vasconcelos se não achava em Palácio, o seguiram até a casa, em que pousava D. Lourenço de Almada, sita no bairro de São Bento, fora das portas da cidade, mas próximas a ela.

*Manda D. Lourenço fechar as portas, e só deixa um postigo aberto. – Clama o Povo pela restauração do Rio de Janeiro.* – Mandou D. Lourenço fechar-lhe as portas, deixando só um postigo da loja aberto, por onde pudesse entrar a pessoa, que o Povo mandasse a representar o que pretendia. Clamaram todos pela restauração do Rio de Janeiro, e que o Governador mandasse logo aprestar as

naus de combói, e todas as que se achassem no porto capazes da empresa, alistar gente, e prevenir todas as coisas pertencentes à expedição, em que supunha consistia a liberdade daquela Praça, dominada pelos Franceses. Com esta proposta enviou o Povo a Domingos da Costa Guimarães, homem são, e de bom procedimento, a quem escolheu para mensageiro desta proposição, e para Agente da empresa na parte, que tocasse ao Povo, e com esta representação entrou Domingos da Costa pelo postigo de casa de D. Lourenço de Almada a falar a Pedro de Vasconcelos.

*Resposta do Capitão Geral Pedro de Vasconcelos.* – Respondeu o Governador que não havia gente, navios, e artilharia competentes para combater com dezoito naus de guerra triunfantes; que era necessário maior poder para expulsar os inimigos daquela barra, e Cidade, de que estavam já senhores; que não havia dinheiro para a empresa, e, na contingência de se conseguir, se experimentaria o dano certo de não voltar naquele ano a Frota com os efeitos da Bahia, cuja condução El-Rei muito encomendava, consignando tempo certo, e determinado para a sua demora; ordem, que se não podia alterar por uma ação tão duvidosa, quanto era infalível o prejuízo, que da falta do combói resultaria às rendas Reais, e aos moradores da Bahia, assim no empate, como na danificação dos seus gêneros.

*Réplica do Povo.* – Replicaram que, enquanto ao dinheiro, se achavam em Santa Teresa, e no Colégio de Jesus grossas quantias de pessoas, que de partes distantes os mandaram guardar naquelas duas Sagradas Religiões para diversos fins, e que se podiam logo tomar as que bastassem, contribuindo depois os moradores da Cidade, e seu recôncavo, conforme os cabedais de cada um, à importância desta despesa, da qual tomavam os homens de negócio sobre si a maior parte. Que para aumentar o número das naus se mandassem vir de Pernambuco as duas de guerra, que lhe tinham ido na Frota. Que a artilharia, que logo se pudesse juntar, bastava;





e que a gente das naus de um, e outro combóí, com a que se fizesse na Bahia, era número capaz de combater com os Franceses.

*Assenta Pedro de Vasconcelos na demanda do Povo.* – Necessariamente assentia Pedro de Vasconcelos, dando tempo a que desafogasse o Povo o vigor, com que pretendia uma empresa, nos termos presentes impossível; e como a distribuição da despesa, que havia de tocar aos moradores, pertencia ao Senado da Câmara (se é que ele podia fazer semelhantes imposições sem ordem Real), desfeito com a noite o concurso daquele dia, amanheceu no seguinte em o Senado, convocando o Juiz do Povo ao Juiz de Fora, e aos Oficiais, que se achavam aquele ano na Governança, os quais chamaram às casas da Câmara os Senadores, e homens bons, com cuja assistência costumam por lei e instituto determinar os negócios extraordinários.

*Vai o Povo à Câmara, e faz que o Senado resolva a imposição pelos moradores.* – Juntos, representou o Senado ao Povo (entre o qual estavam quase todos os homens de negócio da Bahia) as mesmas dificuldades que lhe mostrara o Governador, e teve a mesma resposta, clamando, que se lançasse o termo de resolução do imposto, que se havia de fazer aos moradores, porque a empresa era irrevogável. O Senado, por obviar maior violência, fez o termo que pedia o Povo, o qual tratou logo no que prometiam os mercadores, que chegou a um cômputo tão grande que podia fazer a maior parte da despesa. Domingos da Costa Guimarães havia de ser o bloça, ou Tesoureiro daquele recebimento, que se determinava suprir no enquanto com o dinheiro depositado nos dois Conventos, como temos escrito; porém não chegou a ação a termos de se usar dele.

*Dificulta-se a empresa, e finalmente se desvanece.* – Tantas diligências se aplicavam às preparações da Armada quantas mais dificuldades na sua expedição se descobriram, conhecidas por invencíveis dos mais empenhados na empresa, que, posto se não desanimavam, iam vendo por experiência o grande concurso de causas, que haviam para se desvanecer. Nesta contingência

chegou notícia do Rio de Janeiro, que os Franceses, Saqueada, e vendida a Praça, a deixaram; com que tudo se suspendeu, ficando aos autores daquele valoroso impulso a jactância de o pretenderem executar, sem advertirem, que os meios não eram tão honestos, como o empenho, e que podiam ser motivo de que a ação se visse à diferente luz, da com que poderá ser tomada, como aconteceu.

*Procede-se no castigo dos amotinadores.* – A semelhança, que houve, não na substância, mas nos acidentes, entre o segundo, e o primeiro movimento, veio a equivocar, e confundir um com outro de tal forma, que depois se puniram ambos, sem se fazer distinção do vício à virtude, padecendo culpados, e inocentes; porque metendo algum tempo em meio, ordenou o Governador, e Capitão Geral Pedro de Vasconcelos ao Ouvidor-Geral do Crime devassasse daquelas turbulências, o que executou com segredo; e ficando culpados muitos, sem embargo da grande prevenção, e segurança do Governador para os prender, se colheram poucos, e os mais se ausentaram.

*Castiga-se a Domingos da Costa Guimarães.* – *É em Lisboa absolto.* – Dos presos foi entre outros sentenciado Domingos da Costa Guimarães injustamente; mas recorrendo aos retíssimos Tribunais de Lisboa, mostrou neles a sua inocência, e não ser culpável o segundo movimento do Povo, mas sim digno de atenção, e agradecimento; o que provado naquela Corte, o deram por livre, mandando restituir lhe a sua honra com empregos, que até então não havia alcançado, e maiores que a condição da sua fortuna.

*Ousadia do Juiz do Povo.* – Com estas alterações era tanta a arrogância do Juiz do Povo, andava tão ufano, e procedia tão violento, que pretendia arrogar a si as jurisdições de todos os Tribunais, impugnando as resoluções, que não eram conformes ao seu arbítrio, com o pretexto de serem prejudiciais ao Povo, que chamava seu, ameaçando novos levantamentos, e mandar tanger o sino da

Cidade, que pelos referidos excessos era já tão fatal, e temido na Bahia, como a campa de Belilha em Espanha. Queria no Senado da Câmara, contra o estilo antigo, assistir a todas as conferências; e sendo tolerado dos Vereadores com prudência pelo presente estado do tempo, se estendia a sua audácia a impugnar os votos proferidos em matérias políticas, incompatíveis à sua intendência; e noutras queria, que logo ali se revogassem os despachos sem nenhum termo judicial, com que só os podia embargar, pedindo deles vista.

*Manda o Senhor Rei D. João V, extinguir o lugar de Juiz do Povo.* – Desta ousadia, e da confiança, que para cometer insultos tinha o Povo naquele seu Magistrado, cuja sombra, e poder entendia, que o segurava de todo castigo, deram os Oficiais da Câmara conta a Sua Majestade, pedindo-lhe fosse servido, para quietação da Bahia, mandar extinguir o lugar de Juiz do Povo, com o exemplo da Câmara do Porto, onde por semelhantes distúrbios fora extinto; e o Sereníssimo Senhor Rei D. João V, ouvindo esta justa súplica, mandou extinguir o dito lugar, de que resultaram temor nos inquietos, e júbilos nos fiéis, e principais moradores da Bahia.

*Cuidado do Capitão Geral na disciplina da milícia. – Suas disposições em várias matérias.* – Lidava o Capitão Geral Pedro de Vasconcelos incessantemente em pôr a Bahia em cabal defesa para qualquer acidente, que houvesse de acontecer, e se podia reear no tempo presente com o exemplo do Rio de Janeiro, pela inimizade de França; e, merecendo as suas disposições serem louvadas, eram mal recebidas, porque ao ócio dos moradores pareciam estranhos os contínuos exercícios militares, que fazia à Infantaria paga, e as Ordenanças, instruindo-as na prática moderna das nossas campanhas próximas, pela nova forma da peleja de Europa, prevenindo, e municionando as Fortalezas, e atendendo a tudo o que podia ser útil, ou prejudicial, com grande disciplina, e experiência. No tempo, que lhe sobrava, se applicava aos negócios políticos,

resolvendo as matérias com acertos, e sem demoras, e fazendo, que as execuções caminhassem tão apressadas, como as ordens; fogo, que nascendo de fervoroso zelo, fazia parecer excesso o que era providência.

*Pede sucessor no Governo, e se lhe concede.* – Por este conceito se achava tão descontente na Bahia que pedia a El-Rei com o maior encarecimento, e em satisfação dos seus serviços, lhe mandasse sucessor, antes de se acabar o termo do seu Governo. Esta súplica fazia, vendo por fatalidade mal logradas as disposições do seu entendimento, em verdade grande, porém infelizmente ativo, porque se lhe atribuía a viveza do alento à inquietação do ânimo, tendo por demasiadas, ou supérfluas as suas resoluções, posto que viam resplandecer nele admirável talento, suma independência, e outras notórias virtudes, que podiam avultar muito em mais venturoso tempo. Atendendo Sua Majestade às suas repetidas súplicas, lhe enviou sucessor aos dois anos e oito meses do seu Governo.

**G**overno do Vice-Rei Marquês de Angeja. Pelas populares borrascas se achava ausente a serenidade pública da Bahia, e tornou com a vinda do Vice-Rei D. Pedro Antônio de Noronha, Marquês de Angeja, Conselheiro de Estado, e Vedor da Fazenda, cuja grande Casa de Vila Verde (de que até então se intitulara conde) é uma das esclarecidas baronias do seu Real apelido. Na sua infância se ajustou a paz com Castela, e achando-se em juvenil idade sem ocasiões na Pátria, em que exercer, e cultivar o seu natural valor, foi mandado por vice-rei da Índia, para fazer no formidável teatro da Ásia o ingresso aos triunfos, que depois alcançou em Europa, como Germânico na sua juventude fora enviado a esforçar, e endurecer o alento na guerra do lírico, que era a mais áspera, que tinham os Romanos, para discorrer e conseguir vitórias por todas as Províncias do Império.

*Suas ações no Vice-Reinado da Índia.* – Chegou a Goa, sendo o vice-rei de menos anos, que até o tempo do seu Governo se assentara naquele trono. Ordenou as causas militares e políticas das nossas Praças com disposições superiores às suas experiências, e só próprias do seu entendimento, que sempre elevado sobre os impossíveis, representados pelas dificuldades, vinha a conseguir as empresas só com as facilitar. Despediu várias Armadas, que alcançaram muitas vitórias, e navegando a visitar as Fortalezas do Norte por mares, que continuamente frequentam naus inimigas,



noticiosa da sua viagem uma poderosa Esquadra de navios Árabes, que os cursava, tremeram todos de sorte ao estrondo da sua fama, que lhe fugiram, retirando-se a Rejapor, onde lhe não puderam escapar, fazendo-o o vice-rei dar à costa, e abrasar naquele Porto.

*Seus progressos.* – Levou o curso da vitória muito adiante, porque, percorrendo por muitos mares, e costas, foi abrasando em chamas, e reduzindo a cinza inumeráveis Povoações antigas, que o tempo e a fortuna haviam tirado da nossa obediência, as quais pagaram nos estragos a rebelião; e por não achar já inimigos, que vencer, tornou triunfante a Goa. Naquela Cidade, Cabeça do nosso Império na Ásia, dispôs as matérias pertencentes à administração da justiça, e à defesa do Estado. Recebeu, e despediu Embaixadas; e tendo obrado muitos compêndios de acertos em poucos anos de Governo, o entregou a Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Almotacé-mor do Reino, que o fora suceder com o mesmo posto.

*Volta a Portugal pela Bahia, e ocupa na próxima guerra relevantes postos.* – Voltou para Portugal com escala pela Bahia, a qual o soube festejar como a aquele, a quem depois havia de obedecer. Chegado a Lisboa, logrou o sossego da paz, que é o fruto do trabalho da guerra; até que a fizemos a Castela pelas justíssimas causas, que já temos mostrado. Ocupou relevantes postos com venturosos sucessos, e teve grande parte do triunfo, que logramos na coroadada Vila de Madri, segurando a sua campanha com toda a Cavalaria de que era General, para o Marquês das Minas aclamar naquela Corte ao Sereníssimo Senhor Carlos III, por rei de Espanha. Do posto de General da Cavalaria passou ao do General do Exército, que ocupou com o mesmo valor, sobre todos os Impérios da fortuna; e ultimamente foi enviado por vice-rei, e capitão geral de mar e terra do Brasil; sendo o terceiro que com aquele título governou este Estado.

*Ano de 1714.* – *Vem por vice-rei do Brasil, e estabelece imposição dos dez por cento.* – Entrou na Bahia em Junho do ano de mil e

setecentos e quatorze a suceder ao Governador, e Capitão Geral Pedro de Vasconcelos e Sousa. Tomou posse em dia de Santo Antônio, fausto pela celebridade de um Santo português seu Patrício, Patrono, e do seu nome. Dispôs as causas pertencentes ao seu Governo, e logo se lhe foram convertendo em frutos os abrolhos, que tanto molestaram ao seu antecessor. Estabeleceu a imposição dos dez por cento, deu forma a sua arrecadação, criou os oficiais para esta dízima, distribuiu por eles as incumbências, arbitrou-lhes os salários; e o seu regime até o tempo presente se observa na Alfândega desta Cidade.

*Suas operações militares na Bahia.* – Fez continuar as obras das Fortalezas, e fábricas para defesa da Praça, a cujas despesas applicara o Sereníssimo Senhor Rei D. João V, aqueles direitos; aumentou a de São Pedro, levantada em um dos arrabaldes; ampliou a de São Marcelo, edificada no mar, e fez dar nova forma e grandeza à de Nossa Senhora do Monte Carmelo, chamada do Barbalho, que está adiante da Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo; e finalmente applicou com fervoroso zelo um incessante cuidado a tudo, quanto anteviu do serviço d’El-Rei, e do aumento do Estado, premiando beneméritos, e fazendo castigar culpados.

*Minas de ouro na Jacobina.* – Neste tempo as Minas da Jacobina (dilatada porção de terra da Província da Bahia), pelo seu interior continente cento e vinte léguas da Cidade, e pelo grande rodeio do caminho quase na mesma altura, brotaram os mais portentosos graus, que até o presente se tem visto nas outras do Brasil. Quatro se trouxeram à Casa da Moeda de notáveis formas, e tanto peso, que um importou mais de setecentos mil réis, os outros poucos menos, e depois um de valor de três mil cruzados. Haviam alguns anos antes dado mostras do finíssimo ouro, que guardavam as veias dos seus montes, para o tributarem no Governo do marquês vice-rei.

*Diligências, que havia feito o Governador, e Capitão Geral D. João de Lancastro pelas descobrir.* – Por notícia, que destas Minas tivera



o Governador Geral D. João de Lancaastro, mandou ao descobrimento delas, no ano de mil setecentos e um, o Coronel Antônio Álvares Silva, e um Religioso do Carmo, que por natural de São Paulo tinha suficiente experiência daquele emprego, assistido de dois Sargentos e dez Soldados com as ferramentas, e instrumentos necessários para esta diligência, da qual não resultou o efeito que se esperava pelas poucas oitavas de ouro, que se tiraram; e pouco antes da vinda do marquês, concorrendo de várias partes muita gente, aplicando maiores forças, se foram e vão lavrando, posto que com maior trabalho que as do Sul, porque o ouro da Jacobina quanto mais fino toca os quilates, tanto mais profundo tem o nascimento.

*Abrem-se de novo as Casas da Moeda no Rio de Janeiro, e na Bahia.* – Com a vinda do marquês mandou El-Rei abrir de novo a Casa da Moeda na Bahia, só para as de ouro, como alguns anos antes havia mandado laborar segunda vez a do Rio de Janeiro, porque a liberal produção deste metal puro, e de muitos quilates nas abundantes, e ricas Minas do Sul, enchendo estas Províncias, fazia preciso este expediente, com o qual se facilita em Portugal, e no Brasil a compra de uns gêneros, e a remessa de outros, pela grandíssima cópia de moedas, que se remetem ao Reino, e correm por todo o Estado. Enviou por Provedor dela a Eugênio Freire de Andrade, que tem mostrado zelo no serviço de Sua Majestade.

*Torna a laborar no ano de 1714* – Ajudado pelo marquês vice-rei o Provedor da Moeda fez que em pouco tempo a Casa principiasse a sua operação, a qual continua com grande utilidade das partes, e da Fazenda Real, porque não demitiu Sua Majestade agora rendas tão importantes à sua Coroa, quais são as senhoreagens das moedas das duas Casas (que hão de ter muita existência, ou ser perpétuas), posto que as demitisse nas primeiras, que concedeu ao Brasil por tempo limitado, enquanto se lavrasse a prata, e ouro, que no Estado houvesse, para se reduzir a dinheiro. Começou a





Casa da Moeda da Bahia a laborar segunda vez em quatorze de Novembro do ano de mil e setecentos e quatorze, havendo chegado os Officiais e a fábrica aos onze de Junho do mesmo ano.

O ouro se põe na lei de vinte e dois quilates, que têm todas as moedas do Reino. Paga-se às partes pelo que toca, por ser mais puro, e subido, e ter vinte e dois, vinte e três, e algum vinte e quatro quilates, superior ao que se lavraram as moedas Provinciais mais baixo, por ser da Costa de África, e do que se colhia em São Paulo de lavagens, antes que abertas as Minas, o dessem mais acendrado, e fino, havendo também Sua Majestade atenção na maioria do preço, que agora permite à vantagem das arrobas que os Mineiros acrescentaram ao tributo, que da lavra deste metal lhe pagavam, em que aqueles súditos não contrariam com a importância dos quintos, que devem de direito à Real Fazenda, interessando eles a maior parte do que pertence ao nosso Monarca nos tesouros, que a natureza pôs nesta Região, descoberta pelos seus Vassallos, e dominada do seu Augusto Centro.

*Forma, peso, e valor das novas moedas de ouro* – Fazem-se três gêneros de moedas, na forma, nas letras, e no escudo como as provinciais, com a novidade de rematarem as pontas da Cruz, que de uma parte, com lisonjas, como a da Ordem, e Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo; porém diferentes no valor intrínseco, e extrínseco porque (postas todas na lei de vinte e dois quilates) têm a maior de peso três oitavas, com quatro mil e quinhentos réis de valor intrínseco, correndo por quatro mil e oitocentos; a meia moeda oitava e meia, que importa dois mil e duzentos cinquenta e vale dois mil e quatrocentos; o quarto peso pesa cinquenta e quatro gramas, que vale mil e cento e vinte e cinco, e corre por mil e duzentos, ficando de senhoreagem na primeira trezentos réis, na segunda cento e cinquenta, e na terceira setenta e cinco.

No Rio de Janeiro são dos mesmos três gêneros as moedas, e têm os próprios vinte e dois quilates da lei, o mesmo peso, valor

intrínseco, e extrínseco, forma, e valor das da Bahia, havendo entre elas só a diferença de terem em cada franco da Cruz, as da Bahia um B, e as do Rio um R. Das senhoreagens se fazem em uma, e outra Casa as despesas das fábricas, se pagam os ordenados e salários aos Oficiais, e o remanescente, que se remete ao Conselho Ultramarino, importa (conforme o ouro, que nas duas Casas da Moeda entra um ano por outro) grossa soma de dinheiro, e se tem já lavrado nelas um considerável número de milhões. Enquanto aos Estatutos, se governam ambas pelo regime, e norma, que lhes dera o Chanceler Superintendente João da Rocha Pita.

*Recolhimento de mulheres honestas. Sua grandeza, e arquitetura.* – Também se acabou no Governo do marquês vice-rei (pelo vigor com que animava a todas as operações do Estado, sendo alma das empresas grandes) a obra do Recolhimento das mulheres honestas, edifício insigne pelo instituto, e pela grandeza, isento da jurisdição do Ordinário, sujeito, e contíguo à Casa da Santa Misericórdia, cujo Templo lhe serve de Igreja. É de três sobrados, e em todos têm muitas estâncias, celas, dormitórios, e janelas, com dilatadas vistas para a terra, e sobre o mar, com um Mirante, que o descobre muito além da Barra. Por baixo lhe ficam as Oficinas grandiosas, e tantas, que podem servir a uma numerosa Comunidade; formando toda esta fábrica uma perspectiva soberba, e um corpo majestoso, igual ao do maior Mosteiro.

*Ordena El-Rei se faça para recolher também porcionistas.* – Quando a Majestade do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II, de saudosa memória, concedeu faculdade para se fundar este Recolhimento, ordenou que se fizesse maior, e capaz de recolher mais mulheres, que as que podia alimentar a renda, consignada para a sua sustentação: porque as outras seriam porcionistas, casadas, ou solteiras, que quisessem pagar o cômputo anual, que se lhes arbitrasse, o qual se pôs em oitenta mil-réis cada ano; e concluída a obra no de mil e setecentos e dezesseis, se receberam logo doze mulheres,

sendo uma regente, e outra Porteira. Em se acabando de pagar a despesa do edifício com a metade dos juros de oitenta mil cruzados, que tem de patrimônio o Recolhimento (de cujo rendimento se foi em muito tempo fabricando), há de recolher, e sustentar outras tantas mulheres, além das porcionistas.

*Qualidades das Recolhidas.* – Enquanto ao número, e que qualidade das Recolhidas, ficou o arbítrio à Mesa da Santa Casa, conformando-se com o Compromisso, assentou que se recebessem Donzelas, e Cristãs velhas, preferindo as filhas dos Irmãos; e que estariam no Recolhimento, para dele casarem dentro de quatro anos. Não trazem hábito, nem traje certo: andam honestamente vestidas. Para o governo da Casa se mandou buscar a Lisboa cópia autêntica do regimento das Recolhidas daquela Corte, o qual se guarda inviolavelmente. Tem já entrado, e saído para casar muitas, e se recebem na mesma Igreja da Santa Misericórdia, com aprovação, e licença do Provedor, e Irmãos da Mesa, e quase todas com os dotes da Casa.

*João de Matos Instituidor do Recolhimento.* – Seu grande cabedal – Foi o seu Instituidor João de Matos de Aguiar, chamado vulgarmente João de Matinhos, que de humilde, e pobre fortuna, chegou a ter cabedal opulento, adquirido pela sua indústria, e conservado com a sua parcimônia, nimamente rigorosa no sustento, e trato da sua pessoa. Tudo o que possuía (exceto duas moradas de casas, e poucos mais currais de gado) tinha a razão de juro, sendo já tantos os caídos que nem ele próprio sabia o cômputo do seu cabedal; mas tratando da cobrança dele a Irmandade na Santa Misericórdia, foi recolhendo, e segurando mais de um milhão. Consignou o Instituidor oitenta mil cruzados de patrimônio para este Recolhimento.

*Disposições do seu testamento* – Ordenou, que do rendimento de certa porção do seu cabedal se dotassem anualmente Donzelas, a cem mil-réis cada uma, e são já trinta e oito cada ano, os que se



têm estabelecido daquela consignaço. Mandou dar quatrocentos mil réis cada ano a outros tantos doentes que saíssem do Hospital, a dez tostões cada um; e que as mais rendas do remanescente aos seus bens se pusessem em Missas quotidianas, e perpétuas pela sua alma, e se lhe estabeleceram onze mil em cada um ano, de esmola de duzentos réis. À Santa Casa não deixou legado algum; porém como os referidos são tanto do instituto da Misericórdia, em os executar tem o seu zelo, e diligência muito que merecer, e a sua caridade não pouco em que se empregar.

*Continua o marquês vice-rei nas suas grandes operações.* – Empenhava-se tanto o marquês vice-rei nas disposições do Governo, e no aumento do Estado, e com tal compreensão em todas as matérias, que até os sucessos mais remotos lhe não pareciam estranhos, dando-lhes expediente tão pronto, como se a todos estivera presente, e proporcionando os remédios conforme a necessidade dos males, acudindo com incessante cuidado ao serviço do Monarca, ao bem dos Vassallos, e aumento da Monarquia; consonância, de que resultava tão admirável harmonia entre a sujeição, e o domínio, que se não distinguiam dos preceitos as obediências.

*Seu grande culto aos Templos Sagrados.* – Não lhe embaraçavam os negócios militares, e políticos a propensão religiosa, e pia, tributando repetidos cultos a todos os Templos da Bahia: com o seu voto se compunha o asseio, e se continuavam as obras deles. Na Sé se fizeram muitas por ordem sua, para complemento, e perfeição daquela suntuosa Matriz, e da Casa do Cabido, onde lhe puseram os Capitulares um retrato em agradecimento deste benefício, e do empenho, com que informara a seu favor no justo requerimento da maioria das suas côngruas, que à instância ao marquês vice-rei, e do arcebispo metropolitano, lhes concedeu a Real generosidade do nosso Augusto Monarca, mandando acrescentá-las também aos Beneficiados.



*Naus, que o marquês vice-rei faz fabricar.* – Achou o marquês vice-rei principiada na Ribeira a não de invocação Padre Eterno, e a fez acabar, e lançar ao mar; e logo outra no estaleiro, chamada *Nossa Senhora da Palma, e São Pedro*, que com a mesma brevidade, e perfeição se acabou; depois mandou principiar outra, a que deu por nome *Madre de Deus, e São Francisco*: a todas concorreu com inteligência, cuidado, e assistência pessoal, indo repetidas vezes a elas, dando documentos aos Mestres, e aplicando aos Oficiais.

*Visita o marquês as forças do recôncavo, e acaba o seu Governo.* – Saiu a ver as forças, e estâncias do recôncavo, levando consigo Engenheiros, e Mestres para as fortificar, e dispondo tudo o preciso para a firmeza daqueles postos. Em todos os lugares foi recebido e tratado com aparato magnífico, e com as maiores expressões de verdadeiro afeto, devendo nestes aplausos o marquês vice-rei o amor à sua fortuna, o mais à sua grandeza. Depois de quatro anos e dois meses de excelentíssimo governo, o entregou ao seu sucessor, deixando eternas memórias, e saudades no Brasil.

*Ano de 1718. – Vem por Governador e Capitão Geral do Estado o Conde do Vimieiro.* – Ao marquês vice rei sucedeu, com o posto de Governador, Capitão Geral D. Sancho de Faro, Conde do Vimieiro, no ano de mil e setecentos e dezoito. Na sua vinda se observaram por anúncios alguns acontecimentos, que não tendo mistérios, pareceram prodígios, porque forma a contingência sucessos, que sendo meramente acasos, o tempo, e a ocasião as fazem parecer presságios. É dogma, Católico, e político não temer agouros, nem os desprezar, posto que os Heróis fazem tão pouco caso deles, que as aparências infaustas interpretam a venturosos fins.

*Desprezo, que os maiores Heróis fizeram dos agouros.* – Caindo Cipião em terra ao desembarcar em Cartago, disse, que África já lhe não podia escapar, pois a tinha entre os seus braços. Vendo o Grão-Capitão Gonçalo Fernandes de Córdoba arder a bagagem do seu exército de um incêndio casual ao dar a batalha da Cherinola,



clamou que eram antecipadas luminárias da vitória, que havia de alcançar; e outro General, ocupado de visível tremor fatídico ao entrar em um combate, rompeu dizendo, que tremiam as carnes do aperto, em que as havia de pôr o coração. Atribuindo estes Capitães a felizes auspícios da sua glória, aqueles mesmos sinais, de que se podiam inferir casos adversos.

*Sucessos, que se interpretaram em maus anúncios do Governo do conde.* – Chegada uma Esquadra de navios de Lisboa, com a notícia de que ficava para partir o conde ao Governo da Bahia, se divulgou nela ter falecido na viagem, com tanta asseveração, e tais circunstâncias, que se contava o dia, e mês, do seu trânsito, sem se saber de que Oráculo falso esta voz saíra, por mais diligências, que o marquês vice-rei, para castigar ao autor dela, fizera. No mar, segundo a Capitania do conde um poderoso baixel, que devia ser Corsário, lhes botou bandeira de morte com uma caveira; e quando a nossa gente o esperava para o combater, se retirou, como senão viera a outro efeito mais, que a mostrar-lhe aquele sinal. Outro lhe passou muitos dias depois pela proa, com tal silêncio, e tão fúnebre, que se lhe não via gente, nem outra vela solta mais, que a mezena, sem fazer demonstração alguma festiva, ou contrária à nossa nau.

Entregue do Governo, poucos dias depois do em que tomara posse, se ateou por um desastre o fogo em umas grandes moradas de casas na rua direita, que sai da praça para a Misericórdia, e crescendo o incêndio, durou desde as dez horas da noite até às oito da manhã, com tal consternação da Cidade, e dos vizinhos daquela rua, que todos se puseram em cobro, e as Recolhidas, cujo domicílio ficava mais fronteiro às chamas, saíram confusa e apressadamente para as casas do Consistório da Santa Misericórdia, enquanto durou o estrago das abrasadas casas.

*Talento, e virtudes do conde Governador.* – *Execuções, que se fazem nos Piratas Hereges.* – Porém o Conde do Vimieiro nas disposições



do Governo, e no exercício das virtudes com repetidos acertos, desvanecia o temor que semelhantes sinais costumam infundir nos ânimos culpavelmente imprudentes, ou supersticiosos. Era religioso, e Soldado; procedia em tudo mui ajustado a estas duas propensões, sendo o empenho com que se applicava a tanto emprego, maior que as suas forças, pela pouca saúde, que possuía, disfarçando-a o agrado, que a todos mostrava. Porém não deixou de ser funesto o seu Governo, pelo espetáculo horrível da justiça, que se fez na Bahia aos Estrangeiros Piratas, porque, ainda que a lei seja Santa, no castigo dos ladrões acontece quase sempre, que as próprias execuções, de que se colhem exemplos, trazem lástimas; e o serem louváveis, as não livra de tristes.

*Vêm remetidos do Rio de Janeiro em número de quarenta e oito. – Fogem treze da Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo. – Vieram remetidos do Rio de Janeiro com a devassa dos insultos, e roubos, que tinham feito desde a parte do Norte à do Sul, por muitas Costas daquela Província; e naufragando o seu navio nas praias de Macaé, entre alguns, que saíram mortos os outros presos pelos Paisanos. Eram estes quarenta e oito, de Nações diversas, e vários cismas; algum tempo depois da sua chegada à Bahia, estando em prisão na Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo, fugiram treze no silêncio da noite, botando-se por uma corda, desde um lanço da muralha, e nunca se puderam achar, sem embargo das muitas diligências que pela Cidade e pelo recôncavo se fizeram para os prender. Presumiu-se, por se achar falta no porto uma lan-cha, que descendo à praia, e escaparam por mar.*

*Sentenciam-se à morte os trinta e cinco, dos quais livram três. – Os trinta e cinco, que ficaram, foram passados para a enxovia, e a Relação lhes mandou fazer os autos sumários, e os condenou à morte de força, a qual padeceram em um dia vinte e dois, e cinco em outro; livrando dela três, por não terem prova legal, e cinco por menores, sendo estes oito sentenciados por toda a vida para*



as galés de Lisboa, e remetidos àquela Corte com os traslados das culpas, sentenças, e devassa.

*Misericórdia, e Providência altíssima de Deus com as suas almas.* – Efeito foi da altíssima Providência, e da secreta predestinação o meio decretado àquelas almas para o fim da sua salvação, saindo da cegueira da heresia à luz da verdadeira Fé; porque lida a sentença de morte aos condenados, concorrendo os Padres da Companhia de JESUS, outros de várias Ordens, e alguns Clérigos do hábito de São Pedro, e entre eles a primeira Dignidade da Sé o Reverendo Deão Sebastião do Vale Pontes, a catequizá-los, e reduzi-los à nossa Religião Católica Romana, a receberam aqueles Hereges com tanta uniformidade, e tal contentamento, que detestando os seus cismas, e abjurando os seus erros, protestavam ser a sua redução independente de toda a esperança da vida temporal, porque só buscavam a eterna pelo benefício da nossa Religião, desejando já morrerem nela, para alcançarem o perdão das suas culpas.

*Morrem constantes, e contentes na nossa verdadeira Religião Católica, e Romana.* – Com esta alegria, e constância, assistidos sempre de todos os Padres, que tomaram a empresa da sua redução, e deles incessantemente instruídos, e alumados na doutrina Católica, nos mistérios da nossa Santíssima Fé, e nos Sacramentos da nossa Igreja Romana, tomando com grande contrição o da Santa penitência, e recebendo com toda a reverência o Sacrossanto da Eucaristia, foram ao patíbulo, e contentes receberam a morte, fazendo venturoso o suplício, e dando firmes esperanças da sua salvação aos circunstantes, que louvavam incessantemente naquele tremendo ato os incompreensíveis juízos de Deus, e a sua infinita misericórdia.

*Adoece o Conde do Vimieiro, e morre em poucos dias de enfermidade.* – Ano de 1719. – Continuava o seu Governo o Conde do Vimieiro, quando adoeceu de uma leve queixa, tanto mais ativa, quanto simulada; condição dos males, que quando se reconcentram, não





parecem o que são, e não fazem as ameaças, senão mui próximos aos estragos. Em mui poucos dias se declarou mortal o achaque, e conhecendo o conde vizinha a morte, se dispôs para ela com todos os atos de Católico, que exercera na vida, empregada em muitas virtudes. Faleceu aos treze de Outubro do ano de mil e setecentos e dezenove, havendo governado o Brasil um ano, um mês e vinte e três dias. Fez seu testamento, e se mandou enterrar na Igreja dos Religiosos Capuchos de Nossa Senhora da Piedade, em cujo Cruzeiro jaz sepultado, onde D. João Mascarenhas, de presente morador na Bahia, com ânimo próprio do seu esclarecido sangue, lhe mandou pôr uma bem-lavrada campa.

*Elogio do Conde do Vimieiro.* – Foi o Conde do Vimieiro de origem Real, descendente por baronia da Augustíssima Casa de Bragança. Serviu nas guerras do Reino com valor próprio do seu alto nascimento, e teve postos competentes aos seus grandes serviços. Foi Vedor da Casa da Sereníssima Senhora Rainha D. Maria Ana de Áustria, e conde por mercê do Sereníssimo Senhor Rei D. João V. Exerceu os Governos da Praça de Mazagão, e das Armas do Minho; e ultimamente veio por Governador, e Capitão Geral do Estado do Brasil, onde as suas disposições tiveram mais de zelo que de fortuna, e mostraram mais cuidado que liberdade; porque a qualidade do clima, ou do Governo o fazia proceder nas matérias com tanta indiferença que a sua atenção e prudência eram julgadas por falta de resolução ou de experiência, reconhecendo-se na sua pessoa um ânimo pio, e muitas virtudes, que o faziam digno de veneração.

*Via de sucessão para o Governo.* – *Acham-se nomeados o Arcebispo, o Chanceler, e o Mestre de Campo mais antigo.* – Achava-se uma antiga via de sucessão no Colégio dos Padres da Companhia de JESUS, em Alvará do Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro II, de saudosa memória: e assim que o conde Governador expirou, foi o Secretário do Estado Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque a abri-la,

concorrendo naquele ato muitas pessoas dignas de assistir a ele, em presença dos Prelados daquela Sagrada. Religião que a tinham em depósito. Aberta, se acharam nomeados para suceder no Governo em semelhante caso o Arcebispo do Brasil, o Chanceler da Relação e o Mestre de Campo mais antigo da Praça.

Era Arcebispo Metropolitano D. Sebastião Monteiro da Vide, Mestre de Campo mais antigo João de Arauto de Azevedo, e servia de Chanceler, na ausência de Luiz de Melo da Silva, o Ouvidor-Geral do Crime Caetano de Brito de Figueiredo, havendo-lhe já precedido por suas antiguidades três Ministros nesta substituição. João de Araújo de Azevedo, independente de todas as ocupações, de que podem resultar interesses, se escusava de aceitar a do Governo, propondo se devia averiguar a antiguidade entre ele, e o Mestre de Campo João dos Santos Ala, que a não pretendia, ainda que tivera em Portugal posto superior no de Capitão de Cavalos, que João de Araújo exercia, quando fora provido no de Mestre de Campo; porém, cedendo a sua repugnância à razão pela prioridade da sua patente, houve de aceitar.

*Tomam posse do Governo em Palácio.* – Tomaram os três Governadores posse do Governo em Palácio, com assistência do Senado da Câmara, dos Ministros, da Nobreza, e dos Cabos maiores da milícia, no dia seguinte ao do falecimento do Conde do Vimieiro. Neste ato, lido o alvará d'El-Rei, perguntou em voz alta o Arcebispo se havia pessoa que tivesse dúvida aquela eleição. Cerimônia mais civil, e judicial, que política em ação tão séria entre Vassalos, que tanto sabem venerar as resoluções dos seus Monarcas, e não têm mais vontade que a observância das suas ordens Reais.

*Passa Eugênio Freire a fundar as Casas dos Quintos nas Minas.* – Foram os três companheiros conformando as disposições para os acertos, que se esperavam dos seus talentos, e consistiam na sua união: e com esta conformidade governaram louvavelmente um



ano, um mês e nove dias. No princípio do seu Governo passou da Bahia às Minas, por ordem Real, o Provedor da Casa da Moeda Eugênio Freire de Andrada, a fundar as dos Quintos naquelas Vilas.

*Está naquele Governo o Conde de Assumar.* – Tinha as rédeas do Governo geral das Minas, desde o ano de mil e setecentos e dezesete, D. Pedro de Almeida, Conde de Assumar, de Ilustríssima Casa, e Família, fecunda em Heróis famosos, que alcançaram esclarecida fama pelo amor da Pátria, e pela fidelidade aos Monarcas Portugueses; virtudes, que exerceram não só na Lusitânia, porém em todas as mais dilatadas porções da Monarquia. Com o exemplo dos seus ascendentes, e com o entendimento próprio, e outras admiráveis prerrogativas, de que liberalmente o dotara a natureza, foi o conde moderando os humores, que mal compleccionados nos corpos daqueles Povos, traziam descompostos todos os seus membros.

Era a sua maior enfermidade o pretenderem uma vida tão livre, ou uma sujeição tão quartada, que quase os eximia da precisa lei de súditos, encaminhando o seu procedimento ao prejuízo dos direitos d’El-Rei no ouro, que tiravam das Minas, e à desobediência das suas Reais ordens, em que faltavam à natural obrigação de Vassallos.

*Leva o conde ordem para se estabelecerem nas Minas as Casas dos Quintos.* – Levava o conde Governador ordem para se erigirem nas partes mais convenientes daquelas Vilas Casas de fundição, em que se pagassem os Quintos, que de direito deviam do ouro, que tiravam. Juntou o Governador na sua presença os principais Mineiros, e pessoas dos Povos, e, propondo-lhes a resolução Real, a receberam por termos, que assinaram; mas arrependidos, trataram de os revogar com um motim, que se principiou em Vila Rica, juntando-se mais de dois mil homens armados.

*Amotinam-se os Povos, e obram desatinos. – Proposta, que enviam ao Governador.* – Deram na meia-noite do dia de vinte e oito de Junho do ano de mil e setecentos e vinte, na casa do Ouvidor-Geral daquela Comarca Martinho Vieira; e não estando nela, lhe destruíram tudo o que lhe acharam, em ódio das citações, que como Ministro mandava fazer a pessoas poderosas, as quais tomam em caso de honra usar-se com eles termos judiciais; e logo clamaram os cabeças, que se não procedesse em edificar Casas de fundição; e mandaram esta proposta ao Governador, pedindo-lhe com o despacho dela o perdão do fato.

*Edital, que manda fixar o conde.* – Não diferiu em quatro dias o conde Governador à proposição dos moradores de Vila Rica, por indagar o ânimo das outras Vilas; mas, achando que estavam todas conformes na mesma resolução, e vendo, que necessariamente as Casas se haviam de dilatar, porque Eugênio Freire se não agradara das que achara principiadas, mandou publicar um Edital, em que declarava que as Casas da fundição não haveriam efeito, senão daquele dia a um ano, no de mil e setecentos e vinte um, por ser preciso que El-Rei resolvesse alguns embaraços, que se ofereciam na matéria. Entendeu-se, que com esta resposta, que o conde lhes enviou, cessaria aquele ajuntamento: porém com ela se irritaram mais os seus cabeças, persuadindo ao Povo caminhasse para a Vila de Nossa Senhora do Carmo, onde estava o conde, e ali chegou aquela turba insolente, e armada.

*Sossego, e generosidade do seu ânimo.* – Achava-se o conde com as Companhias de Dragões tão sossegado, como se lhe não passara pela imaginação temor algum, sendo muito para reear o arrojamento de uma multidão cega, e costumada a perpetrar insultos; e porque lhe não contaminassem aos moradores da Vila do Carmo, e das outras, que estavam pendentes do sucesso, atendendo a que entre os leais, e rebeldes se poderia excitar uma guerra civil, prejudicial a todos, concedeu o perdão, e o mais, que

pretendiam na proposta, apelando para o benefício do tempo, até que ele oferecesse ocasião de estabelecer o que de presente não podia conseguir.

*Insolências dos amotinados.* – Aqueles ânimos orgulhosos, ferros, e inimigos do sossego, se demoraram ali dezesseis dias, com o pretexto de novas dúvidas, que se lhes ofereciam, sendo o fim rebelar aos moradores da Vila do Carmo com muitos projetos, que lhes faziam; e não o podendo conseguir, obraram tais desordens, que se viu em termos aquele País de uma grande ruína, havendo-se o conde com prudência superior aos seus poucos anos, e com dissimulação tão útil ao serviço Real, como conveniente à resolução, que intentava tomar contra os culpados.

*Autores das alterações.* – Eram os principais Autores daquela Rebelião Paschoal da Silva Guimarães, Manuel Mosqueira da Rosa, seu filho Fr. Vicente Boto, Fr. Antônio de Monte Alverne, João Ferreira Diniz, e outros. O conde os deixou tornar para Vila Rica, aonde mandou marchar com cautela uma Companhia de Dragões a prendê-los, com tão feliz sucesso, que foram colhidos todos em uma noite, e levados à Vila do Carmo. Na seguinte noite os parciais dos presos, com os seus escravos armados, fizeram outro motim em Vila Rica, pretendendo unir todos os seus moradores; mas não podendo consegui-lo, por haverem desamparado as casas, temendo aquele Povo concorrer a novos insultos, lhas arruinaram, e roubaram os rebeldes, ameaçando-os que se no dia seguinte não estivessem juntos, para ir tirar os presos à Vila do Carmo, matariam a todos, e poriam fogo à Vila.

*Resolução do conde Governador.* – *Castigo do mais escandaloso cúmplice, e terror dos outros.* – Tinha já convocado o conde Governador muita gente fiel, e armada, que remeteu àquela Vila, a pôr freio a estas novas desordens; e logo para exemplo, e horror foram abraçadas as casas de Paschoal da Silva, e dos seus sequazes; porém estavam estes tão tenazes que saindo ao campo da Cachoeira

fizeram gente para o tirarem da prisão no caminho, sabendo, que ia com outros cúmplices remetido ao Rio de Janeiro. Desta resolução, e recluta era Capitão um Filipe dos Santos, que nestas alterações havia obrado os maiores escândalos: mas, sendo preso, lhe mandou o conde fazer sumário, e confessando todos os seus delitos, foi mandado arrastar, e esquartejar. Esta execução foi a remora, que parou o curso aos rebeldes, ficando atemorizados, e menos orgulhosos, prosseguindo com termos diferentes na súplica, a qual remeteram ao Reino, acrescentando mais arrobas de ouro ao tributo, que pagavam ao nosso Monarca, de cuja resolução ficaram pendentes todas as causas, pertencentes à contribuição daqueles Povos, e às Casas dos Quintos.

*Prisão de Sebastião da Veiga Cabral.* – Quando o conde dispôs as referidas prisões, mandou prender primeiro a Sebastião da Veiga Cabral por indícios, que houve, de ter secreta correspondência com os rebeldes; e posto que o conde Governador não procederia nesta resolução sem aquele exame, inteireza, e independência, com que se havia em todas as suas resoluções, não é de presumir que um Vassalo, como Sebastião da Veiga, de tão bom nascimento, com tantos empregos, e tão claro entendimento, concorresse para ações contrárias a quantas ele havia obrado no serviço d’El-Rei, na defesa e amor da Pátria, tendo ocupado pelo seu valor, e pela sua fidelidade postos grandes; salvo se para esta calúnia concorreu a desgraça, que o acompanhou em muitas das suas empresas, ainda que sempre com crédito do seu talento; porém como a sua causa pende em Juízo, a sentença, que tiver, poderá determinar o duvidoso conceito, em que por este motivo está o seu procedimento.

*Vai remetido preso para Lisboa.* – Do Rio de Janeiro, aonde se remeteram todos os presos, foi Sebastião da Veiga Cabral enviado para a Bahia, e esteve recluso na Fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo, até embarcar para Lisboa. O Conde de Assumar foi

continuando o Governo das Minas com menores obstáculos, mas com próprias fadigas, por serem aqueles Povos compostos de tanta variedade de gênios, quantas são as Províncias, e Conquistas de Portugal, e da nossa América, de donde concorrem para aquelas partes, e dão muito, que merecer ao Governador, que as chega a sossegar, como o conde, pois da quietação daqueles moradores fez todos os interesses, que pudera adquirir para a sua Casa, a não ser o maior brasão dela as ações heroicas, e o Real serviço dos nossos Augustos Monarcas.

*Ano de 1720. – Governo do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes.* – Aos três Governadores sucedeu, em vinte e três de Novembro de mil e setecentos e vinte, por Vice-Rei, e Capitão Geral do Mar e Terra do Brasil, Vasco Fernandes César de Menezes, filho de Luiz César de Menezes, e sobrinho de D. João de Lancastro, ambos Governadores, e Capitães Gerais deste Estado, o qual deveu às suas acertadas disposições grandes aumentos, e felicidades. A não trazer o Vice-Rei no seu próprio talento relevante, e nas suas graves experiências, abonados os acertos admiráveis do seu feliz Governo, se lhe atribuiriam comunicados nas veias pelo sangue, que tem dos dois referidos Generais dignos exemplares de ações heroicas. Porém estas não só traz como por vínculo, ou exemplo, mas são nele natureza, e todas precisas, para desempenhar as obrigações do seu elevado nascimento.

*Seu militar esforço.* – *É mandado por Vice-Rei da Índia.* – Havia obrado feitos generosos nas guerras próximas do Reino, concorrido nas empresas mais árduas, e por mais arriscados conflitos, caprichando fazer dos postos mais inferiores escalões para os maiores, e querendo ser em todos apadrinhado só do seu notaria merecimento, sem dependência da sua grande qualidade. Com este militar rigor ocupou cargos relevantes; e sendo necessário dar ao Estado da Índia um Capitão, em quem concorressem as muitas prerrogativas, que se acham juntas na sua pessoa, foi



enviado por vice-rei, e capitão geral de mar e terra daquele grandíssimo e belicoso Império, que, havendo já visto nas valorosas ações dos Heróis Portugueses ressuscitados os Cipiões, e Pompeus Romanos, nele chegou a venerar ao primeiro César.

*Chega a Goa Cabeça daquele Estado.* – Chegou a Goa, e tal vigor infundiu o seu alento nos Soldados do Estado da Índia, que se começaram a seguir gloriosos sucessos. Despediu muitas Cáfilas, e Armadas; e foi causa digna de admiração, que não achando em Goa navios para tantas expedições, sua fortuna, e disposição os atraíssem de vários portos do Estado, com pessoas de valor, e distinção que voluntariamente iam a servir a suas empresas, convocadas da sua fama, que sempre voava diante da sua pessoa.

*Sossega, e compõem as dissensões, que achou naquele Estado. – Desterra as Bailhadeiras. – Remedeia o dano da Moeda, e a sua extração.* – Achou em dissensões aos Religiosos de São Francisco com o seu Comissário Geral; e deu o meio mais oportuno ao sossego daquelas controvérsias. Compôs as da Junta do Comércio com os Mercadores de Dio sobre o pagamento em marfim, que se costuma pagar em Moçambique pelas roupas, e drogas, que toma naquela Praça aos que a ela as conduzem. Fez sossegar as inquietações de Dio, causadas pelo Ouvidor-Geral daquela Praça, a cuja instância tinha obrado o Governador dela, contra o Colégio dos Padres da Companhia, aonde se recolheram os Gentios, escândalos, que passavam a Sacrilégios. Evitou o notório dano, que às almas, e às fazendas causavam as Bailhadeiras em Goa; e por um público bando as mandou sair daquela Cidade, e das Ilhas próximas, com pena de morte às que não obedecessem, ou depois de terem saído, voltassem. Achando a Índia exausta de moeda de prata, e ouro nacional, mandou cunhar a que havia, e lavar de novo outra, acrescentando-lhes o valor extrínseco, porque os mercadores as não pudessem extrair para os Reinos vizinhos, onde por interesses particulares iam todos os anos muitos milhões, em prejuízo





público, e atenuação do Estado; resolução, que algumas vezes em semelhantes faltas se praticara em Goa.

*Faz guerra ao rei do Canará. – Pede pazes aquele Bárbaro.* – Estava o rei do Canará desde o ano antecedente alterado contra nós pela presa, que fizemos em um navio seu, por conduzir cavalos, e em despique da sua injusta queixa ordenou por público bando, com pena de morte, que em nenhum dos seus portos se vendesse aos Portugueses arroz, ao qual muito tempo antes havia levantado o preço; e não aproveitando a diligência, que o vice-rei fez com aquele Bárbaro por carta, para que não inovasse nada sobre a condução deste mantimento, determinou obrigá-lo com as armas, e expedindo uma valorosa Armada, lhas introduzia por todo o seu Domínio, com tal valor, e fortuna que pelo trânsito de trinta léguas de costa daquele Reino, lhe fez abrasar setenta embarcações, muitas Fortalezas, Pagodes, edifícios, incendiando inumeráveis herdades, e Aldeias dos seus súditos, a cujo estrago, e aos clamores dos seus Povos pediu pazes ao vice-rei.

*Concede-lhas o vice-rei com grandes vantagens nossas. – Pede sucessor.* – Concedeu-lhas com grandes vantagens nossas, obrigando-se de novo o rei do Canará a pagar as pareias, como feudatário do Estado, em cuja obediência já o seu ânimo vacilava; e começamos a colher o fruto daquela sujeição, que ia parecendo estéril. Com este exemplo temendo semelhantes hostilidades, e o grande valor, disposição, e fortuna do vice-rei, os príncipes vizinhos, e feudatários solicitavam a nossa amizade, ratificando as suas pazes, e contribuindo pontualmente com os seus antigos tributos, e comércios. Não foram os anos do seu Vice-Reinado os que o nosso Império da Ásia desejava, para lograr mais tempo continuadas as felicidades, porque, sendo contrário aquele clima ao achaque antigo, que padecia, agravando-se-lhe, pedia a El-Rei lhe mandasse sucessor.

*Entrega o governo.* – Sua Majestade atendendo igualmente à importância da vida de tão grande Vassalo, e à necessidade que

do seu talento tinha a Índia, lhe ordenou, que no caso que não pudesse se residir mais tempo nela, e fosse preciso a sua saúde voltar para o Reino, entregasse o Governo ao Arcebispo Primaz. Assim o fez o vice-rei, depois de o exercer mais de quatro anos, com geral aplauso, grande crédito das nossas armas, deixando o nome português novamente impresso nas atenções, e respeitos de todos os Reis da Ásia, e alcançando dos inimigos em repetidas ocasiões grandes vitórias.

*Com alguma saúde, que cobrou na Pátria, o envia ao Brasil.* – Voltou para Portugal, e cobrando no pátrio clima alguma saúde, para a empregar na defesa do Reino, o achou sem guerras pelas pazes, que no ano de mil e setecentos e quinze se ajustaram com a Coroa de Castela, em grande crédito das nossas armas, e glória do nosso Monarca, o qual, vendo já o vice-rei em estado de exercer tão admirável talento em novos empregos do seu Real serviço, o enviou a governar o Brasil com o mesmo cargo; e foi o quarto dos que nele lograram este título. Chegado à Bahia, se via de todo livre do seu antigo achaque, atribuindo à benignidade dos nossos ares a extinção da sua queixa.

*Grande disposição do vice-rei no governo do Estado.* – Soube o vice-rei pagar ao Brasil com muitas vantagens o benefício, que recebera na sua saúde particular, com a pública, que comunicou a todo o Estado, pelo vigilante desvelo com que se emprega no seu aumento, pois aos males de que enferma não só lhe receita os remédios de presente; mas também lhe faz prevenir os preservativos, que podem ser-lhe precisos para o futuro, porque a sua vista perspicaz não se restringe a círculos breves, porém, dilatando-se aos Horizontes mais distantes, vê os danos próximos, e penetra os que podem sobrevir; porque estão em equilíbrio no seu talento o serviço Real, e o bem comum; e prevendo os sucessos, dispondo as empresas com acerto, e agrado, tudo consegue com felicidade, e amor.



*Ano de 1721. – Revolução do tempo com trovões, e relâmpagos. –* Viu-se na Bahia por revolução do tempo, ou por aviso da Providência altíssima, em a noite seguinte ao dia do glorioso Patriarca São José, dezenove de Março do ano de mil e setecentos e vinte e um, das dez para as onze horas, um espetáculo horroroso; porque entre numa chuva miúda, e um vento rijo, começaram a fuzilar relâmpagos, e a soar trovões, em forma, que principiando moderados, foram crescendo a tal estrondo, qual nunca fizeram na Bahia, lançando raios, a que a misericórdia de Deus tirou as forças para não causarem ruínas, pelo que se conheceu, que vinham mais a trazer avisos, que a fazer estragos. Um partiu uma pedra da varanda da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, outro tocou levemente na janela de um Ministro, alguns caíram nos arredores da Cidade, e pelas ruas dela, sem ofenderem os edifícios.

*Vistos com maior horror das partes fronteiras à Cidade. –* Este luzente horror de raios e trovões se viu melhor das praias opostas à marinha, e de algumas lanchas de pescadores, as quais colheu a noite junto à barra, parecendo, que desciam do ar os raios, como foguetes sobre a terra, e sobre o mar, na Cidade, e na sua enseada; e foi prodígio, que estando muitas embarcações no porto, grandes, e pequenas, não ofendessem a nenhuma, e só deixassem sinais de fogo no mastro de um navio. Era a confusão dos moradores tanto maior quanto mais entendiam que, piedoso o Céu, lhes bradava com aquelas línguas de fogo, e pelas vozes daqueles trovões acusando-os das culpas, e persuadindo-os ao arrependimento.

*Caem algumas casas na rua da preguiça. –* No confuso dia que sucedeu àquela tremenda noite, se foram arruinando para a parte, que chamam a Preguiça, algumas poucas casas; porém com pendor tão moderado que a sua queda não pareceu precipício, porque movendo-se em passo tardo, e às luzes do sol, tiveram lugar os seus moradores, e os daquela vizinhança, para se porem em salvo, de sorte que, quando elas chegaram a cair, já não



acharam a quem ofender. Fica eminente ao mar, e a dilatada rua da Preguiça, outra, que das portas da Cidade vai para a Paróquia da Conceição, estava aberta havia muitos anos, desde o tempo, em que se acrescentara em mais fábricas e peso à plataforma do Castelo, com que não podia a eminência em que fora edificada, e gemendo com a carga, havia feito uma brecha, que atravessava aquela rua, a qual lhe corre por baixo, pelo lado, que o Castelo tem para a parte do Norte.

*Causa da sua ruína. – Firme conserto, que se faz à rua, e nova fábrica de casas.* – Arruinada desde então a rua, ainda que existente com os reparos, que naquele tempo se lhe fizeram, como não foram competentes a preservá-la da comoção, que causou o estrondo dos trovões, abrindo de novo maior brecha, abalou o monte sobre que está lançada, e o fez ir despedindo algumas porções de terra sobre quatro moradas de casas, que se lhe encostavam, até as derubar. Acudiu logo o vice-rei com o Senado da Câmara, levando o mestre de campo engenheiro muitos mestres, e oficiais pedreiros, e fazendo consertar a rua, se lhe puseram fundamentos tão firmes, que existe segura; e animando logo o vice-rei aos donos das moradas a fornalhas a levantar, o fizeram em breve tempo com tal grandeza, que havendo sido de tijolo, as fabricaram de pedra, e vieram a dever aquelas casas à sua ruína o benefício, que as fábricas de Roma ao seu incêndio; porque, sendo até então de adobes, se fizeram logo de mármore.

*Outro acidente no recôncavo.* – Outro espetáculo também de maior espanto que ruína (posto que não deixou de causar alguma) viram no dia antecedente ao da Ascensão os moradores de Santo Amaro (lugar marítimo do recôncavo da Bahia, algumas léguas distante da Cidade), por haver saído da mãe, e lançado fora do seu natural leito as grossas correntes o caudaloso rio Sergiaçu, o qual, nascendo nos campos da Cachoeira, e recolhendo em si com vários giros os rios Tacã, Pitanga, Orurupi, Piraúma, e outros



mais, e menos abundantes, se mete no Subaê, também copiosíssimo, e incorporados, vão buscar o mar na porta daquela Povoação, onde se encontram com o Sergimirim, igualmente opulento.

*Entra o rio Sergiaçu pela Povoação de Santo Amaro.* – Com as incessantes chuvas de três sucessivos dias, cresceu de forma o rio Sergiaçu, e os que o acompanham, que inundaram o referido lugar; mas em tempo tão oportuno, por ser de dia, que se puderam salvar os vizinhos, e os que se não puseram logo em cobro nos lugares elevados, foram recolhidos com prevenção das canoas, que do porto entraram a navegar pelas ruas. As casas de sobrado ficaram até meia altura inundadas. As térreas quase até os telhados, e nestas se perderam alguns gêneros, que não tiveram aonde os subir, e salvar; também se perderam algumas caixas de açúcar no Trapiche, que há naquele porto, em que se recolhem as dos Engenhos do mato, para dali se embarcarem para a Cidade; porém não perdeu a vida neste dilúvio pessoa alguma, que foi especial favor de Deus.

*Demonstrações pias na Bahia.* – Grande consternação fizeram estes sinais do Céu nos ânimos dos moradores da Bahia, entendendo serem vozes que lhes clamavam a emenda dos pecados, e os Missionários, e Párocos sabendo aproveitar a oportunidade da ocasião, fizeram repetidas missões, contínuas práticas, e devotas Procissões por toda a Cidade, e seus arrabaldes, com numerosa cópia de penitentes. Puseram-se Vias-sacras em todas as Paróquias, correndo-se frequentemente; exercícios, que ainda hoje se continuam, de sorte, que de Nínive pecadora, se viu a Bahia Nínive arrependida. A todas estas operações dava alentos a piedade do vice-rei com o louvor, e apreço que delas fazia, sendo a modéstia, e perfeição Católica da sua vida o maior exemplo.

*Seca geral em todo o Brasil.* – Com brados semelhantes aos que experimentou nesta ocasião a Bahia, costuma Deus bater às portas dos corações humanos, para glória sua, e bem das suas criaturas,



regulando-nos os castigos pela sua misericórdia, e não pela medida das nossas culpas, e abrindo-nos sempre caminhos para o remédio, por meio do arrependimento, e dos instrumentos, que nos põe em reparo dos nossos danos. Tal foi a Providência com que permitiu, que neste tempo, em que pelo curso dos sucessivos anos de mil e setecentos e vinte e dois, e mil e setecentos e vinte e três, padeceram todas as Províncias do Brasil uma geral, e rigorosa seca, tivesse o Governo do Estado o vice-rei, cuja piedade, zelo e disposição foram o reparo desta calamidade.

*Efeitos, que faz na falta dos mantimentos.* – Abrasava o sol com excessivo ardor a toda a nossa América, secando as águas, estragando os frutos, esterilizando as lavouras, e matando os gados, de forma, que além da falta de todos os víveres, era maior a da farinha da mandioca, que é o pão comum dos moradores deste Estado, chegando por esta causa o preço dela nas Províncias de Pernambuco, e do Rio de Janeiro a três mil e duzentos, e a quatro mil-réis o alqueire. A carne, da qual havia a mesma esterilidade, a mil e seiscentos, e a dois mil-réis. Os vizinhos das Províncias do Ceará, e do Rio Grande se ausentaram das Praças, e foram habitar às margens dos rios, por não acabarem ao rigor da sede.

*Moderados na Bahia, pelas disposições do vice-rei.* – Na Bahia foi tão moderada esta geral necessidade, pela ativa disposição do vice-rei, que a ela veio a dever o Brasil o reparo das calamidades do tempo. Assistia com o Senado da Câmara ao benefício das fontes, fazendo com fortuna tornarem a lançar as naturais correntes, repercutidas não só dos calores, mas também de outros acidentes. Mandou às Vilas de Maragogipe, Cairu, Boipeba, Camamu, e Rio das Contas desfazer as Roças (isto é, reduzir as raízes da mandioca a farinha), animando aos lavradores a fazer novas plantas para o tempo vindouro, escrevendo a todos os Oficiais de Justiça, e milícia delas lhas fizessem continuar, e frequentar a sua condução para a Bahia.

*Várias diligências, que obra nesta consternação.* – Para este efeito enviou grossas somas de dinheiro por Oficiais de distinção, assim para a farinha, que se costuma dar à Infantaria do Presídio, como para a que era precisa à necessidade do Povo, e das grandes fábricas dos Engenhos, e fazendas, cujas plantas de mandioca, que costumam ter para as suas famílias, escravos, havia esterilizado a seca. Mandou próprios aos Sertões, com ordens aos Capitães-mores, e Justiça daqueles distritos, para fazerem vir os gados, persuadindo os donos dos currais, e os que têm cuidado deles, a trazerem as boiadas a todo o risco, e com grande trabalho, o qual suavizavam os termos com que o vice-rei os obrigava, que ainda sendo preceitos, pareciam favores.

*Acode a outras Províncias do Estado com mantimentos.* – A benefícios do seu zelo não experimentou a Bahia falta notável, porque posto que em algumas ocasiões careceu de alguns gêneros, em outras os teve de sobra, consistindo no cuidado do vice-rei a conservação dos moradores ricos, e o remédio dos pobres, porque ajustou com os que conduzem as farinhas à ribeira desta Cidade um preço inalterável, de tal racionalidade, que veio a ser conveniente a todos, porque com ele não houve nos poderosos demasiada despesa, nem nos que o não são, muito prejuízo. Tal foi a resulta das diligências de quem com tanto cuidado, e tão felizmente nos governos, que não só fez, que a Bahia não sentisse necessidade, mas também acudia com cópia de mantimentos às outras Províncias, que com frequentes rogos dos seus Governadores lhos pediam, enviando para os conduzirem muitas embarcações, as quais lhes foram abundantemente providas.

*Ano de 1722. – Chega o Patriarca de Alexandria ao Brasil, vindo da Ásia.* – No ano de mil e setecentos e vinte e dois chegou ao Brasil, voltando da Ásia, Monsenhor Carlos Ambrosio Mezzabarba, Patriarca de Alexandria, natural de Pavia, Cidade da Imsubria no Estado do Milão. Achava-se em Itália com o Governo temporal



da Sabina, hoje província do patrimônio da Igreja, e antigamente Reino contendor de Roma. Daquele emprego foi chamado pelo Sumo Pontífice Clemente XI, que lhe deu a Dignidade Patriarcal, e o enviou no ano de mil setecentos e dezenove à China, transportado por Lisboa, com despesa considerável do Sereníssimo Senhor Rei D. João V, própria da sua natural, e augusta generosidade.

*Motivo que o levou à China.* – Passou o Patriarca à China sobre algumas causas indiferentes, que o Monarca daquele grandíssimo Império pedia se lhe permitissem, para receber a nossa Religião Católica, como já havia consentido, que a professassem nos seus Domínios todos os seus súditos, que a quisessem abraçar; indulto de que (com louvor daquele príncipe, em prova da sua piedade) tem resultado a redução de grande cópia de Gentilíssimo à verdadeira Fé, pelo incansável trabalho, e fervoroso zelo dos Religiosos da Companhia de Jesus, os quais conseguiram a dilatada Cristandade, que hoje se vê naquelas vastíssimas Províncias, com Templos, votos, batismos, e todos os Sacramentos da Igreja, frequentados continuamente das ovelhas trazidas de novo ao rebanho do Universo Pastor.

*Viagem, que havia feito o Cardeal de Tournon.* – Havia o mesmo Pontífice alguns anos antes enviado o Patriarca, depois Cardeal de Tournon, ao Império da China, a indagar de mais perto o ânimo com que o Imperador estava, e as circunstâncias dos pontos, que propunha; porém a condição do Cardeal, imprópria para tratar a matéria por meios suaves (como parecia conveniente naquele princípio), foi causa de que ambos se desgostassem, e saísse o Cardeal da Corte do Imperador, sem concluir coisa alguma. Voltando para Europa, foi a embarcar-se em a nossa Cidade de Macau, onde antes de partir faleceu, e com a notícia da sua morte mandou Sua Santidade segunda Nunciatura pelo Patriarca.

*Agrado, e tratamento do Imperador da China ao Patriarca.* – Chegado este à China, foi festejado pelo Imperador com





magnífica reverência, e trato amoroso, dando-lhe das suas Reais roupas para se reparar do frio, (rigoroso naquele País pela Estação do Inverno). Nos lugares o preferia ao Embaixador de Moscóvia, e aos de outros Príncipes, que então se achavam naquela Corte; e sendo o Patriarca instado pelo Imperador sobre a permissão, que pretendia, lhe respondeu não levava poder para determinar coisa alguma na matéria, oferecendo-se (segundo dizem as nossas notícias da Índia), a propor em Roma a causa com tal distinção, e clareza, que desvanecesse as sombras, que naquela sagrada Cúria tinham causado as suas proposições.

*Voltando chega ao Rio de Janeiro. – Incêndio da nau de Macau.* – Voltando com dádivas generosas do Imperador para si, e para o Pontífice, se embarcou em um navio de Macau, o qual aportou ao Rio de Janeiro, onde o General Aires e Saldanha de Albuquerque recebeu, e festejou ao Patriarca com todas as demonstrações de reverência, e grandeza. A poucos dias da sua chegada àquele porto, por um acidente casual, pegando fogo em o navio que o trouxera, ardeu lastimosamente, servindo às chamas em ricas, e várias matérias, muitos milhões dos homens de negócio de Portugal, que tiveram considerável perda neste custoso incêndio. Como era já partida para Lisboa a Frota do Rio, o enviou o General em nau de guarda-costa daquela Província, a tempo de se embarcar na Frota da Bahia, que se achava em termos de partir.

*Passa o Patriarca à Bahia, de donde se embarca para Portugal.* – Na Bahia foi tratado pelo vice-rei com os maiores obséquios, e as mais ostentosas mostras de respeito, e de amor. Aposentou-se na casa do Reverendo Chantre João Calmon, uma das mais suntuosas, e bem paramentadas da Cidade. Nela deu Ordens com permissão, que lhe concedeu o Arcebispo, para conferir este Sacramento a muitos ordinandos, aos quais pela sua enfermidade o não podia dar; e sendo o Patriarca cumprimentado de toda a nobreza, das pessoas de distinção, e de cargos, assim Eclesiásticos, como

seculares, se embarcou na nossa Frota daquele ano, levando-o a bordo o vice-rei, o qual lhe ofertou em nome de Sua Majestade uma Salva, e púcaro de ouro, de muito preço, e primoroso feito.

*Enfermidade, e morte do Arcebispo Metropolitano ao Brasil.* – Nove dias depois da vinda de Monsenhor Patriarca, faleceu na Bahia o Arcebispo Metropolitano Dom Sebastião Monteiro da Vide, havendo vinte que lutava com a morte em uma dilatada enfermidade, que o conduziu aos últimos períodos da vida com vagarosos passos; mas com termos de forma repetidos, que passando de uns a outros acidentes, em cada qual deles seguravam todos os Médicos, que expirava; porém aquela vida, endurecida no trabalho da Vinha do Senhor, sendo tão antiga, estava ainda tão constante, que não podendo a morte cortá-la de um golpe, lhe foi continuando muitos, até que de todo a troncou aos sete de Setembro do ano de mil e setecentos e vinte e dois, havendo mais de vinte que exercia a jurisdição Metropolitana.

*As profissões que teve.* – Em uma idade mui larga havia tentado várias fortunas. Foi Religioso da Companhia de Jesus, e deixando aquela Sagrada Milícia, assentou praça de Soldado nas guerras da restauração do Reino, e nelas exerceu o posto de Capitão de Infantaria. Deste emprego passou a estudar Cânones na Universidade de Coimbra, de donde nesta Faculdade saiu insigne Letrado; e tomando o estado sacerdotal, teve ocupações nos Auditórios, e Tribunais Eclesiásticos da Corte, dignas de seu grande talento. Foi Prior de Santa Marinha, Vigário Geral do Arcebispado de Lisboa, e pela promoção do Arcebispo D. João Franco de Oliveira ao Bispado de Miranda, sendo escolhido para Metropolitano do Brasil, chegou à Bahia no ano de mil setecentos e dois.

*Seu Elogio.* – Com grande zelo do bem das almas, e do culto Católico, se empregou em todas as matérias pertencentes à obrigação de Prelado; e querendo, como vigilante Pastor, ver as ovelhas



mais remotas, as foi buscar com incomparável trabalho pelo interior dos Sertões, até a última baliza da sua dilatada jurisdição. Voltando desta missão, se ocupou em várias fábricas; edificou o seu Palácio Arquiepiscopal, suntuosamente ereto, e acabado; mandou fabricar o novo Templo magnífico da Irmandade de São Pedro, com casa, e Hospital para os Clérigos, em que se competem a grandeza, e a piedade.

Acrescentou a Igreja da Madre de Deus no recôncavo da Cidade, adornando-a de curiosas e ricas peças. Fez Constituições próprias para este Arcebispado, que se governava pelas de Lisboa; e finalmente por morte do Conde de Vimieiro, governou o Estado no concurso de mais companheiros; sendo este o emprego em que menos luziu o seu talento, pois parecera digno de o exercer, se o não exercera. Está sepultado na Capela-mor da sua Metrópole, porém vivo nas memórias das suas ovelhas, em contínuas saudades.

*Carta do vice-rei ao Cabido.* – Como nas Sedes Vacantes, ficando o Governo Eclesiástico em comum aos Reverendos Capitulares das Dioceses, costuma a ambição, ou vaidade introduzir mudanças, e novidades, das quais (com observação geral) vem a ser os prejuízos ainda maiores, que os escândalos; atento a estas desordens o vigilante cuidado do vice-rei, sempre solícito em obviar os danos, que podem acontecer, escreveu uma exemplar carta ao Ilustríssimo Cabido da Bahia, no primeiro Capítulo em que se juntou depois de sepultado o Metropolitano, oferecendo-lhe o poder Real, com que se achava, para fazer, que as suas disposições fossem mais seguramente obedecidas.

*Conselhos exemplares, que nela lhe dá.* – *Conformidade do Cabido.* – *Seu procedimento na Sede Vacante.* – Nela lhe insinuava o grande crédito, que alcançaria, se conservando-se em louvável união, não alterasse a forma do governo, praticado pelo Arcebispo, nem dispusesse dos cargos, e Offícios por ele conferidos, pois estavam tão dignamente empregados. Que a demonstração, em que os Cabidos

podem dar a conhecer, que tem mais vivas as memórias dos seus Prelados, é seguirem o seu exemplo; e que o não se apartarem das suas máximas, era a maior expressão das suas saudades. Os reverendos capitulares, que tinham o mesmo ânimo, a que o vice-rei os estimulava, rendidamente lhe agradeceram o favor, que lhes oferecia, e o conselho, que lhes dava, gloriando-se de que a conformidade com que estavam na mesma resolução, fosse por ele prevenida, e pela sua vontade regulada; e assim vão procedendo até o presente na Sede Vacante, com grande louvor, e geral aceitação.

*Carta do vice-rei ao Senado da Câmara, com documentos. – Pertencentes ao bem público.* – Todas as causas de que procedem os males da Bahia conheceu tão fundamentalmente o vice-rei que aplicando os remédios à proporção dos achaques, vem a conseguir a saúde do corpo político desta República. Entendeu que os atravessadores dos víveres (esponjas da substância dos Povos) eram prejudiciais, como infinitos nesta Cidade, e se deviam evitar por todos os meios: e apontando a forma de os extinguir, escreveu ao Senado da Câmara uma carta, que contém os melhores antídotos contra aquele veneno, e os avisos mais sólidos para a administração da governança, e bem comum, sendo um compêndio de admiráveis apotegmas, e aforismos irrefragáveis, tão venerados, como seguidos dos Senadores daquele presente ano, e de todas as Repúblicas da Bahia.

*Novo Governo em São Paulo, separado do Governo das Minas.* – Vai por General Rodrigo César de Menezes. – Havia já no ano de mil e setecentos e dez a Majestade Augusta do Senhor Rei D. João V, com a singular providência, com que governa a sua vastíssima Monarquia, separado o País das Minas da obediência do Rio de Janeiro; e vendo, que tão populosas Povoações, em riqueza, e número de gente, ainda careciam de maior divisão, foi servido, no de mil e setecentos e vinte e um, criar novo Governo, distinto na região de São Paulo, condecorando a sua antiga Vila com

os privilégios, e título de Cidade do mesmo nome; benefício tão grato, como útil aos naturais, que, sendo contrários aos outros novos Povos por natureza, estimaram ver-se também separados por jurisdição. Mandou por Governador a Rodrigo César de Menezes, irmão do vice-rei no sangue, e nas virtudes, e do posto de Brigadeiro da Corte, passou a exercer o de General naquela grande porção do Sul, independente dos outros Governadores, e só sujeito ao Capitão Geral do Brasil.

*É recebido com muito aplauso em São Paulo. – Suas ações.* – Foi recebido em São Paulo com as maiores expressões de amor, e obediência, porque vendo-se aquela região sublimada à nova dignidade, e com próprio Governador, depuseram os seus habitadores a natural inconstância, e fereza, em reconhecimento da honra, que recebiam, e do benefício, que esperavam na mudança de uma vida inquieta, ao sossego de uma suave sujeição. Compôs o General Rodrigo César de Menezes as diferenças antigas entre algumas Famílias particulares, de que haviam resultado por muitas vezes danos públicos. Cessaram as parcialidades, e com louvável união atendem a recompensar em obediências as repugnâncias, que em outro tempo mostraram à jurisdição das Leis; liberdade causada não só da distância, ou influência do Clima, mas da falta de Governador.

*Lourenço, e João Leme da Silva régulos.* – Esta acertada resolução dos moradores daquela Província não compreendeu a alguns de animas menos escrupulosos, e mais ferros, que achando-se apartados da Cidade, e habitando no seu dilatadíssimo recôncavo, vivendo poderosos, afetavam a liberdade, que não podiam ter na natureza de súditos, como se experimentou nas novas Minas de Cuiabá, em dois irmãos régulos, chamados Lourenço e João Leme da Silva, que, sendo das pessoas principais de São Paulo por nascimento, e poder, quiseram escurecer a sua nobreza, e perder os seus cabedais na ação mais indigna, que podem obrar os Vassalos,

e fabricaram a sua ruína, e a dos seus sequazes nos delitos, e castigos de que daremos breve notícia.

*Descobrimento das novas Minas do Cuiabá – Primeira expedição, que se faz a elas.* – Pouco tempo antes havia descoberto estas novas Minas Paschoal Moreira Cabral, a quem justamente se deu a cargo de Guarda-mor delas. Estão em altura de vinte e oito, até trinta graus ao Poente de São Paulo, declinando para o Sul. Antes de se lhes abrir caminho por terra, se lhes fazia trânsito desde a Vila de Utu, em grandes canoas, por continuados rios de perigosa, e dilatada navegação; porém o interesse do abundantíssimo ouro, que produzem, obrigou a muitos moradores daquela Província a superarem todos os discômodos, e dificuldades, a troco de o colher, levando os mantimentos de que se haviam de sustentar naquele País inculto, enquanto o não cultivassem das plantas, e sementeiras preciosas para a numerosa gente daquela expedição, que ia assim para lavar as Minas, como para se defender do Gentio bárbaro que habita aqueles distritos.

*Assenta-se Povoação, e se trata de quem a governe.* – Chegado ao sítio das Minas do Cuiabá um numeroso concurso de pessoas, em que se achavam muitas, que residiram nas Gerais, e tinham larga experiência da lavra delas; assentado Arraial, e estância para a sua residência, trataram de eleger um Cabo maior, que os regesse, e ordenasse a conquista do Gentio bárbaro, para explorarem melhor o País, e poderem tirar ouro com menor receio daqueles inimigos, que já em repentinos assaltos, com mortes, e roubos lhes perturbavam o emprego da sua nova Povoação, que não podia permanecer segura, sem se afugentarem os contrários, dos quais receberia inevitáveis danos.

*Elegem a Fernão Dias Falcão por seu Cabo maior.* – Conformes todos aqueles novos moradores, assim de maior, como de menor distinção, no acordo tomado de elegerem quem os governasse na paz, e na guerra, conhecendo, que na pessoa do Capitão-mor Fernando

Dias Falcão, natural de São Paulo, e das principais Famílias da sua Pátria, concorriam qualidades para aquele emprego, enquanto por ordem Real se lhes não mandasse outro Governador, o elegeram por seu Cabo maior para os reger, e determinar as suas causas particulares, e públicas, prometendo obedecer-lhe em todas as matérias políticas; e militares, por termo feito em seis de Janeiro do ano de mil e setecentos e vinte e um, e o Eleito aceitou o cargo, protestando encarregar-se dele, para executar tudo o que fosse em maior serviço, de Sua Majestade, e bem comum.

*Trata o General Rodrigo César de Menezes de lhes fazer caminho por terra. – Manda pôr Casa de Registro no Rio Grande. –* Neste estado achou o General Rodrigo César de Menezes os descobrimentos, e operações daquelas Minas, e vendo terem o caminho tão difícil, e embaraçado, por importunos rios de precipitadas cachoeiras, em que perigavam as embarcações, tratou mandar-lho fazer por terra com maior cômodo, oferecendo a quem lho abrisse prêmio competente ao trabalho; e sendo entre as pessoas, que o pretendiam ganhar, e fazer este serviço, preferido por parecer do Senado da Câmara Manuel Godinho de Lara, lho encarregou. Conseguído felizmente o trânsito, mandou o General pôr uma Casa de Registro, com Provedor, e Escrivão no Rio Grande (parte principal da passagem, que na ida, e volta fazem as pessoas, que as frequentam), para registrarem o ouro, que tirassem, e nele se cobrarem os quintos Reais.

*Vendo o pouco que rendiam os quintos, dá nova forma à cobrança deles. – Resolve pagarem-se por bateias. –* Mandou declarar por bandos na Cidade de São Paulo, nas Vilas de Santos, Utu, e Sorocaba, os deviam pagar com penas graves aqueles que o desencaminhassem, e que do ouro que se julgasse por perdido se daria a terça parte aos denunciantes. Porém sendo mui pouco o rendimento dos quintos, quando constava ser tanto o das novas Minas, justamente inferia haver falência no quintar, e tratou de obviar o prejuízo

dos direitos d'El-Rei, não só para o tempo presente, mas para o futuro. Consultando esta matéria com as pessoas mais zelosas do serviço de Sua Majestade, e com o Senado da Câmara, assentaram uniformemente todos que os quintos se cobrasse por bateias, lançando-se a tantas oitavas por escravo; forma, que asseguravam ser a mais conveniente para o aumento da Real Fazenda.

*Notícias Arbítrio ao Ouvidor-Geral, que o aprova com razões de Direito. – Ano de 1723.* – Este arbítrio se noticiou ao Desembargador Manuel de Melo Godinho Manso, Ouvidor-Geral daquela Província, que se achava na Vila de Santos, o qual com o seu parecer por escrito o aprovou; e vindo logo à Cidade, o ratificou com razões fundadas em Direito, mostrando ser a cobrança dos quintos por bateias, a mais legal, e conveniente. Ordenou o General ao Senado da Câmara lhe apontasse a pessoa que lhe parecesse mais idônea, para lhe encarregar a incumbência desta cobrança, e o Senado lhe propôs a Lourenço Leme da Silva que, por se achar com grande poder de parentes, e sequazes, e ser inteligente daquelas Minas, era a mais própria para este serviço; e de tudo se fez termo por todos assinado aos sete dias do mês de Maio do ano de mil e setecentos e vinte e três.

*Proveu o General os cargos de Provedor dos quintos, e Mestre de Campo das Minas, em Lourenço, e João Leme da Silva. Não corresponde a confiança que deles faz.* – Elegeu logo o General Rodrigo Cesar de Menezes no cargo de Provedor daqueles quintos ao referido Lourenço Leme da Silva, e para mais o obrigar, fez a seu irmão João Leme da Silva Mestre de Campo regente das Minas do Cuiabá, e lhes enviou as Patentes pelo Sargento-mor Sebastião Fernandes do Rego, morador na Cidade de São Paulo; porém naqueles ânimos desleais servia o benefício de fazer mais escandalosa a ingratidão, porque, vendo-se com o poder, trataram só de executar insolências. Ordenaram ao Vigário das mesmas Minas se retirasse delas





com todos os forasteiros; e pelo não fazer logo, lhe mandaram dar um tiro, o qual matou a um assistente de sua casa; ausentando-se o Vigário, elegeram a um Religioso moderno para administrar os Sacramentos, do qual se presumia, que não tinha ciência, nem faculdade para confessar.

*Delitos, e insolências, que cometem.* – Em ocasião em que se estava celebrando o Santo Sacrifício da Missa, mandaram pelos seus escravos rasgar de orelha a orelha a boca a um Pedro Leite. Mataram no sítio do Camapuã a um escravo seu, a um rapaz, e a uma negra, esarteando-os por suas próprias mãos, com ciúmes das suas concubinas. Proibiram aos moradores pagarem dizimas e conquistarem o Gentio bravo, e sem temor das Leis, nem de Sua Majestade, por vários lugares, e Vilas mandavam tirar por força as filhas de alguns moradores para suas concubinas, e constrangiam a outros delas por mulheres com grandes dotes a pessoas indignas que andavam na sua companhia cometendo outras insolências, mais dignas de castigo, que de memória.

*Manda o General prendê-los por dois Cabos, e muita gente de armas.* – Tendo notícia o General Rodrigo César de Menezes destes insultos, e homicídios, os mandou prender, encarregando esta diligência ao Sargento-mor Sebastião Fernandes do Rego, com muita gente de armas, que lhe deu, com a qual partia para a Vila de Utu, e juntando-se com outra da Vila de Sorocaba, que acompanhava ao Mestre de Campo Baltazar Ribeiro de Moraes, já prevendo pelo General para o mesmo efeito, marcharam, e os foram cercar; porém rompendo os dois insolentes irmãos o cerco, levando algumas feridas, e deixando dos seus escravos um morto, e sete presos com vários despojos de provimentos, e armas de fogo se retiraram para outros sítios seus, onde se puseram em armas, mandando tocar caixas, e clarins com repetidas Salvas; mais indo em seu seguimento os ditos Cabos, acharam notícia, que haviam

desertado dois dias antes, metendo-se pelas espessas brenhas daqueles dilatadíssimos matos.

*Retiram-se, e são seguidos pelos Cabos. – É preso João Leme da Silva, e morto seu irmão Lourenço Leme.* – Prosseguindo no seu alcance os Cabos com toda a gente, que levavam, os acometeram em uma eminência, em que estavam aquartelados, matando-se-lhe neste assalto uma das suas sentinelas com prisão de vinte e tantas pessoas, e outros despojos que deixaram, metendo-se os régulas, e os sequazes, que lhe ficaram mais pelo interior dos Sertões, onde finalmente não escaparam os cabeças, porque foi preso João Leme da Silva, e alguns dias depois morto Lourenço Leme da Silva, por se não querer entregar, perdendo salvar-se naquelas espessuras.

*João Leme é enviado à Bahia, onde foi degolado.* – Mandou logo o General se participasse esta notícia aos moradores das Minas do Cuiabá, que estavam para as abandonar, por salvarem as vidas da crueldade daqueles dois insolentes irmãos; dos quais João Leme da Silva, que ficou vivo foi preso para a Vila de Santos, de donde com a devassa das suas culpas, que continha também outros delitos mais antigos, ordenou o General fosse remetido para a Bahia. Chegado a ela, mandou a Relação fazer-lhe os autos sumários, e estando as culpas abundantissimamente provadas, não alegando o réu coisa relevante em sua defesa, o condenou à morte, e foi degolado; execução, que redundava em terror, e exemplo de Vassallos rebeldes, e tiranos.

*Feliz Governo do General Rodrigo César de Menezes.* – Livres da tirania destas humanas feras os habitadores das Minas do Cuiabá vão continuando as suas lavras, cujos quintos hão de redundar em grande aumento da Fazenda Real, pela abundância de ouro que delas se tira, sendo (como se afirma) as mais rendosas do Sul; conseguindo-se a paz e a felicidade de toda aquela Província pelo zelo, e disposição do General Rodrigo César de Menezes, em cujo venturoso domínio vivem seguros, e obedientes aqueles Vassallos,



tão repugnantes em outros tempos à sujeição na falta do jugo, que poucas vezes lhe chegava pela distância do País, e solícitos hoje na obediência com o conhecimento da obrigação, e suavidade do Governo.

*D. Lourenço de Almeida Governador, e Capitão Geral dos distritos das Minas.* – Havia sucedido no ano de mil e setecentos e vinte e um ao General Conde de Assumar, no Governo das Minas com o mesmo posto, D. Lourenço de Almeida que continuando a glória do próprio ilustríssimo sangue e apelido, prosseguiu o seu zelo, e as suas disposições. De D. Lourenço esclarecido pelo nascimento, havendo concorrido para sua grande qualidade as principais do Reino. Serviu na Índia com muita satisfação: achava-se com experiências, e prerrogativas, que o faziam digno daquele emprego, em que logo começaram a resplandecer as suas virtudes no agrado daqueles Povos, os quais, já pelas incessantes fadigas, com que o seu antecessor lhes havia ensinado os ditames da razão, tinham aprendido a viver na obediência de súditos, e na veneração dos seus Governadores.

*Estabelece as Casas dos quintos.* – Conforme os ânimos a não dificultarem as ordens Reais na disposição das Casas dos quintos (em cuja execução trabalhara tanto o General Conde de Assumar, fazendo fabricá-las, dispondo as vontades a consenti-las, contrastando as repugnâncias, e alterações daqueles Povos) conseguiu de próximo a fortuna, atividade do General D. Lourenço de Almeida o estabelecê-las; pois recebidas constantemente, estão para principiar suas operações.

*As quais redundam um grande aumento da Real Fazenda.* – Com as casas dos quintos, por tão legal causa introduzidas, quanto haviam sido injustamente impugnadas, se hão de cobrar por inteiro os direitos Reais, que aqueles Vassallos cultores das Minas pagavam quartados, faltando ao direito, que a natureza deu o nosso Monarca nos tesouros, que pôs nos seus Domínios e ao agradecimento, que

devem à benignidade augusta, e amor paternal com que os governa, e procura manter em paz: vindo agora a importar os quintos à sua Real Fazenda duas partes mais, do que até o presente lhe rendiam as Minas, sendo razão, que os Mineiros não usurpem o que de justiça lhe devem, para esperdiçarem em prodigalidades, e luxos, com tanta queixa, ou escândalo da modéstia.

*Ano de 1724. – Fábrica do Noviciado dos Padres da Companhia.*  
– Neste presente ano de mil e setecentos e vinte e quatro, no Governo do vice-rei teve complemento uma insigne fábrica, que no de seu pai, o Capitão Geral Luiz de Menezes, tivera princípio. Achava-se mui dilatada no Brasil a Sagrada Religião da Companhia de Jesus, cujos filhos foram os primeiros Pais do Cristianismo na Gentilidade da nossa América, e nela os mais fervorosos Operários das searas Católicas; e sendo preciso receber tantos sujeitos, quanto são continuamente necessários para as suas repetidas Missões, para os Púlpitos, Confessionários, Cadeiras, e outros frequentes exercícios pios em que resplandecem os seus Religiosos, carecia de uma Casa particular, onde os Noviços se criassem, porque apartados do Colégio, em maior número se pudessem recolher.

*Faz a despesa dela num morador rico. Sua forma, e grandeza.* – Ofereceu-se a fazer a despesa dela um morador com cabedais, e sem obrigações; e alcançada licença de Sua Majestade, e do Reverendíssimo Padre Geral da Companhia, se fez exame de vários sítios mais, e menos apartados; e escolhido por melhor ao que chamam Giquitaya (formosa praia na enseada da Bahia, meia légua distante da Cidade) se fundou esta suntuosa Casa, com capacidade, e cômodo para setenta Religiosos. Consta de uma dilatada quadra, que recolhe em si três pátios; dois, que servem de lados à Igreja, e o terceiro incomparavelmente maior, que fica dentro do edifício, cuja máquina em todas estas obras tem de fundo quinhentos palmos, e trezentos e cinquenta de largo. A cerca é



grandíssima, com cristalinas águas, muita largueza, e comodidade para arvoredos, hortas, todas as plantas e flores.

*Seu Instituidor.* – Foi fundador o Capitão Domingos Afonso, já mencionado neste livro por descobridor, e conquistador das terras do Piauí. De exercícios humildes passando a penetrar os Sertões da Bahia, eles lhe deram o apelido, e a fazenda. Testou muita, e havendo despendido setenta mil cruzados com a fábrica do Noviciado, deixou encapelados os mais bens (que constam de opulentas fazendas de gado) ao Colégio, ordenando que do seu rendimento se lhe mandem dizer seis Missas quotidianas, e deem três dotes de Órfãs anuais, e outras esmolos na Bahia, e na sua Pátria, e que o líquido, que ficar do rendimento delas, se dividia em três partes, uma para o Colégio, como Administrador, e duas para a Casa do Noviciado; deixas pontualmente executadas por estes Religiosos.

*Sai o vice-rei a ver as Forças no recôncavo.* – Saiu o vice-rei da Cidade a visitar as Forças do recôncavo, levando Engenheiros, e Oficiais para o que fosse preciso ao reparo, e aumento delas, achando em todas as partes a que chegava veneração, e festejo competentes ao seu respeito, e agrado. No lugar de Maragogipe lhe representaram aqueles moradores os discômodos, que padeciam em acudir em nas suas causas, e ações à Vila de Jaguaribe, a cuja jurisdição ficaram sujeitos na ereção dela; porque estando mui distante, por molestas jornadas experimentavam mais contratempos, que na viagem para a Cidade pedindo-lhe criasse Vila aquela grande Povoação, que por ser numerosa em gente, e a maior parte dela ocupada na lavoura da farinha, seria conveniente a toda a Bahia não sair por recurso a tão distantes partes.

*Manda erigir Vila no lugar de Maragogipe.* – Atendendo o vice-rei ao seu justo requerimento, ao aumento, e decoro do Brasil, com a ereção de muitas Vilas (como lho ordena Sua Majestade), a mandou criar naquele lugar, pelo Ouvidor da Comarca o Doutor

Pedro Gonçalves Cordeiro Pereira; e agradecidos os vizinhos de Maragogipe por este benefício, lisonjearão ao vice-rei com a galantaria de dois mil alqueires de farinha, postos pelas suas embarcações na Cidade, por ser o gênero essencial da sua cultura; e ele os aceitou para o sustento dos Soldados, e Artilheiros do Presídio da Bahia, ordenando os recebesse o Almojarife, a quem toca a distribuição deste pão de munição da Infantaria; e poupando (no tempo presente) não oportuno donativo muita despesa.

*Fundação da vila da Jacobina – Fundação da Vila do Rio das Ostras.* – Havia já mandado fundar a Vila de Jacobina pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, que a erigiu com a diligência, com que costuma executar as ordens, que se lhe encarregam. Depois o Ouvidor-Geral da Comarca, já nomeado, indo a ela por ordem do vice-rei, com seu beneplácito a mudou para o sítio do Bom Jesus. Missão dos Religiosos de São Francisco, e lugar mais conveniente, por mais chegado àquelas Minas; cujos cultores recebem da sua vizinhança maiores comodidades; e Pedro Barbosa foi enviado a levantar a Vila do Rio das Contas, que o vice-rei mandou erigir para a frequência das novas Minas, que se tem achado naquele vastíssimo distrito, e se vão lavrando com grande cópia de finíssimo ouro.

*Sítio, e notícia, das suas novas Minas.* – Ficam na jurisdição da Província dos Ilhéus, e quase na mesma altura declinando para o Norte. Estão nas terras, que fecunda o caudaloso rio das Contas, do qual tomam o nome a barra, e o porto da sua navegação. Foram descobertas no ano de mil e setecentos e dezoito por uns Paulistas, que, achando-se nos Sertões da Bahia (por informações, que tiveram do ouro, que alguns vizinhos haviam tirado em prova de certeza de antigas notícias, que ali o faziam infalível), atravessaram todo aquele continente, abrindo caminho até então inculto: e de presente frequentado para as novas Minas, e posto que por mui distantes, são menos assistidas de Mineiros, os que delas vêm,

trazem grande cópia deste metal, não inferior em quilates ao das Minas do Sul, e da Jacobina, e igual em quantidade.

*Cômodo que resulta das Povoações.* – Agora com a Vila, que nelas se está erigindo (pela comodidade, que resulta das Povoações, assim na distribuição da Justiça, em que assegura a paz, e união entre os poderosos, e humildes, naturais, e estrangeiros, como na frequência dos mantimentos, que a elas se conduzem para a sustentação dos que as habitam), se há de continuar com maior fervor: a lavra daquelas Minas, e aumentar o número dos seus Mineiros, porque a mais dilatada extensão de léguas sabe vencer o interesse dos homens, quando é tão notório o lucro, como se experimenta ser o rendimento do ouro do rio das Contas, do qual redundaram muito aumentos aos direitos Reais.

*Incêndio na casa em que se fabrica a pólvora.* – O vice-rei o extingue. – O vice-rei, que em todas as suas empresas tem por foreira a fortuna, a experimentou mais feudatária em caso, de que pudera resultar precipício, tanto maior, quanto mais irreparável. Prendeu o fogo na casa, em que se fabrica a pólvora, edificada no campo eminente às praias, que chamam da Gamboa, e subindo ao teto já em grande labareda, noticiado deste incêndio o vice-rei, foi a destruí-lo com tanto desprezo do dano próprio, por evitar o alheio, e livrar a Oficina d’El-Rei, que sabendo se achavam nela muitos barris de pólvora já feita, e outros dos materiais de que se compõem, entrou na casa mandou extinguir a origem da chama, e fez subir ao teto do edifício gente com cântaros de água, e outros instrumentos com que triunfou do incêndio e do perigo.

*Por especial favor da Virgem Mãe de Deus.* – Este prodígio, que mais propriamente podemos chamar milagre, se atribuiu à Virgem Mãe de Deus, que com a invocação de Nossa Senhora da Piedade se venera no Hospício dos Religiosos Barbadinhos, não mui distante, cuja Sagrada Imagem, e frequentado Santuário faz especioso, e assistido todo aquele distrito, sendo o seu maior



devoto o vice-rei, que todos os anos lhe faz a sua festa com liberal despesa de fazenda, e grande concurso de gente; da qual, na tarde do dia vinte e oito de Abril, em que prendeu a chama, se achava muita, que depois de fazer oração, e cumprir os seus votos naquela igreja, ia a lograr a frescura, e amenidade daqueles ares, e prados; e acabaria toda ao estrago, se a Senhora não evitara a ruína.

*Dois baixéis, que mandou fazer, e lançar ao mar o vice-rei.* – Mandou o vice-rei fabricar no arsenal da Bahia, e lançar ao mar dois grandes baixéis, um de invocação Nossa Senhora do Livramento, e São Francisco Xavier, outro Santa Teresa de Jesus, senão qualquer deles dos melhores, que se tem feito nesta ribeira, e a menos custo da Real Fazenda que todos, porque as suas diligências, e arbítrios pouparam despesas consideráveis, concorrendo para ajuda do gasto da primeira os homens de negócio desta Praça com importante donativo, não só pelo interesse de lhes comboiar as suas embarcações, mas pela prontidão, com que sempre se oferecem para tudo o que toca ao serviço de Sua Majestade, fazendo-se dignos da sua Real atenção.

*Introduz, e erige uma Academia em Palácio, com o título de Academia Brasileira dos Esquecidos.* – A nossa Portuguesa América e (principalmente a Província da Bahia) que na produção de engenhosos filhos pôde competir com Itália, e Grécia, não se achava com as Academias, introduzidas em todas as Repúblicas bem-ordenadas, para apartarem e idade juvenil do ócio contrário das virtudes, e origem de todos os vícios, e apurarem a sutileza dos engenhos. Não permitiu o vice-rei que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates, que o das suas Minas. Erigiu uma doutíssima Academia, que se faz em Palácio na sua presença. Deram-se forma as pessoas de maior graduação, e entendimento, que se acham na Bahia, tomando-o por seu Protetor. Tem presidido nela eruditíssimos sujeitos. Houve graves, e discretos assuntos, aos quais se fizeram elegantes,



e agudíssimos versos; e vai continuando nos seus progressos, esperando que em tão grande proteção se deem ao Prelo os seus escritos, em prêmio das suas fadigas.

*Continua o seu Governo, e acaba a História no ano de 1724.* – Não deixa o vice-rei causa alguma neste Estado por fazer daquelas, que em seu aumento e crédito podem redundar, atendendo ao bem público, e particular, ao amparo das viúvas, das órfãs e dos pobres. Com o seu exemplo cresce o culto dos Templos, e a devoção dos Santuários. Com o seu respeito, e agrado se conservam a obediência, e amor dos súditos, não fáceis de ajustar, se o instrumento, que os há de unir, não é tão acorde, e subido, como o entendimento do Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes, de que procede a suave harmonia do seu ditoso Governo, no qual com o mesmo curso de acertos, e felicidades fica continuando este presente ano de mil e setecentos e vinte e quatro, quarto do seu Vice-Reinado, em que põem fim esta História.

Laus Deo.

# APÊNDICE

*P*rotesta o Autor desta História, que as matérias, que tocarem a aparições, ou parecerem milagres, e sucessos sobrenaturais trazidos nela, não procura tenham mais crédito que o que se deve dar a uma História puramente humana, e que toda esta obra sujeita à censura da Santa Igreja Católica Romana, e se conforma com os Decretos Pontifícios, em especial com os do Santo Padre Urbano VIII, e a todos, em tudo, e por tudo se reporta.

*Sebastião da Rocha Pita.*

PESSOAS, QUE NESTE TEMPO SE ACHAM COM O GOVERNO  
DAS OUTRAS PROVÍNCIAS, E PRAÇAS DO BRASIL

**D**a Província do Maranhão (que com a do Grão-Pará formam um Estado, e Governo separado da jurisdição da Bahia) de Governador, e Capitão Geral João da Maia da Gama.

Da Província do Ceará.

Da Província do Rio Grande.

Da Província da Paraíba João de Abreu Castelobranco.

Da Província de Itamaracá.

Da Província de Pernambuco D. Manuel Rolim de Moura.

Da Província de Sergipe d'El-Rei José Pereira de Araújo.

Da Província dos Ilhéus Pantaleão Rodrigues de Oliveira.

Da Província do Porto Seguro Domingos de Abreu Travassos.

Da Província do Espírito Santo Dionísio Carvalho de Abreu.

Da Província do Rio de Janeiro Ayres de Saldanha de Albuquerque.

Da Província de Santos, ou São Vicente (de que é hoje Cabeça a Cidade de São Paulo) Rodrigo César de Menezes.

Dos Povos, e distritos das Minas D. Lourenço de Almeida.

Da Nova Colônia do Sacramento Antônio Pedro de Vasconcelos.

PESSOAS NATURAIS DO BRASIL, QUE EXERCERAM  
DIGNIDADES, E GOVERNOS ECLESIAÍSTICOS,  
E SECULARES NA PÁTRIA, E FORA DELA

**D.** Agostinho Ribeiro, Bispo de Ceuta, promovido ao  
● Bispado de Angra.

Fr. Rodrigo do Espírito Santo, Abade Sagrado de Albânia.

Agostinho Caldeira Pimentel, Pedro Velho Barreto, e José  
Borges de Barros, Cônegos, e Dignidades na Metropolitana de  
Évora.

Em outras Prebendas, e Dignidades Eclesiásticas, e Regulares,  
inumeráveis sujeitos.

Governadores, e Capitães Gerais do Estado do Brasil: D.  
Francisco de Moura Rolim, sucessor do General D. Fradique de  
Toledo Osório.

Luiz Barbalho Bezerra, e Lourenço de Brito Correa, na deposi-  
ção do Vice-Rei Marquês de Montalvão.

Álvaro de Azevedo, Antônio Guedes de Brito e o Desembargador  
Cristóvão de Burgos de Contreiras, por morte do Governador, e  
Capitão Geral Afonso Furtado de Mendonça.

Governadores do Estado do Maranhão: Matias de Albuquerque  
Maranhão.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o Velho.

Governadores de Pernambuco: André Vidal de Negreiros, o  
Mestre de Campo D. Francisco de Sousa.

Governadores do Rio de Janeiro: Luiz Barbalho Bezerra,  
Agostinho Barbalho Bezerra.

Salvador Correa de Sá.

Tomé Correa de Sá, e Martim Correa de Sá.

O Desembargador João da Rocha Pita, enviado pelo Sereníssimo Senhor Rei D. Pedro, sendo príncipe regente, às mais importantes diligências, e com a maior jurisdição, que até aquele tempo se viu na repartição do Sul, o elegeu o mesmo Monarca por Governador do Rio de Janeiro, em carta de dezenove de Outubro do ano de mil e seiscentos e oitenta; e por se haver já recolhido para a Relação da Bahia, não exerceu o cargo.

Governadores do Reino de Angola: Salvador Correa de Sá e André Vidal de Negreiros.

Governadores de Cabo Verde: João Cardoso Pissarro e Fernando de Lemos Mascarenhas.

Governador de São Tomé, Cristóvão de Barros.

Castelão de Moçambique, Tomé de Sousa Correa.

Mestres de Campo: André Vidal de Negreiros,

Luiz Barbalho Bezerra,

D. João de Sousa,

D. Francisco de Sousa,

João Soares Cavalcanti,

Zenóbio Acioli de Vasconcelos,

Álvaro de Azevedo,

Antônio Guedes de Brito,

João Correa de Sá,

Miguel Barbosa da Franca,

Martim Correa de Sá,

Antônio Soares da Franca e Manuel Nunes Leitão de Albuquerque.

Comissários da Cavalaria, e Capitães de Cavalos: Manuel Nunes Leitão, Antônio Coelho de Góes, Domingos Soares da Franca, e outros.

Conselheiros Ultramarinos: Salvador Correa de Sá, Feliciano Dourado.

O Desembargador Alexandre da Silva.

O Desembargador João da Rocha Pita, antes de ser Chanceler, teve a mercê; e por lhe impedirem os seus achaques o passar à Corte, não teve o exercício.

Desembargador do Paço, e Chanceler do Reino, João Velho Barreto e Rego.

Desembargador dos Agravos da Suplicação de Lisboa, Cristóvão de Burgos de Contreiras, e Alexandre da Silva.

Chanceler da Relação da Bahia, João da Rocha Pita.

Desembargadores da mesma Relação, Cristóvão de Burgos de Contreiras, João de Góes de Araújo e Francisco da Silveira Sotomaior.

Desembargador da Relação do Porto, Pedro Pinheiro.

Da Índia, o mesmo Pedro Pinheiro, e Agostinho de Azevedo Monteiro.

Secretário do Estado do Brasil, Bernardo Vieira Ravasco, e seu filho Gonçalo Ravasco Cavalcanti e Albuquerque.

Provedores mores da Fazenda Real: Lourenço de Brito Correa e seu filho Lourenço de Brito de Figueiredo, João do Rego Barros, seu filho e neto; Antônio Lopes Ulhôa, seu filho José Lopes Ulhôa.

Luiz Lopes Pegado, Tomé de Sousa Correa, e seu irmão Pedro de Sousa Pereira.

Vedor da Fazenda da Índia, Fernando Barbalho de Bezerra.

Postos e lugares de Milícia, e Justiça de menor graduação, inumeráveis sujeitos.



*Biografia do Coronel Sebastião da Rocha Pita,  
pelo Abade Diogo Barbosa Machado – Biblioteca Lusitana*

**S**ebastião da Rocha Pita, Fidalgo da Casa de Sua Majestade, Cavalheiro professo da Ordem de Cristo, Coronel do Regimento da Ordenança da Cidade da Bahia, e dos Privilegiados dela, e Acadêmico Supranumerário da Academia Real da História Portuguesa, nasceu na Bahia de todos os Santos Capital da América Portuguesa a 3 de Maio de 1660.

Foram seus Progenitores João Velho Goudim e D. Brites da Rocha Pita.

Teve bastante inteligência assim das Línguas Italiana, e Castelhana, como da História secular, Genealogia, e poética como publicação os muitos Versos que escreveu cheios de vozes cadentes, e conceitos sublimes.

Morreu na pátria a 2 de Novembro de 1738, quando contava 18 anos de idade. Compôs: *Breve Compêndio, e narração do fúnebre espetáculo, que na insigne Cidade da Bahia cabeça da América Portuguesa se viu na morte d'El-Rei D. Pedro 2º de gloriosa memória Senhor Nosso*. Lisboa por Valentim da Costa Deslandes Impressor d'El-Rei 1709. 4.

Além da narração histórica estão do mesmo Autor 3 *Sonetos* e um *Romance Castelhana*.

*Sumário da vida, e morte da Excelentíssima Senhora D. Leonor Josefa de Vilhena, e das exéquias, que se celebraram às suas memórias na Cidade da Bahia*. Lisboa por Antônio Pedroso Galvão 1721. 4.



Nesta obra estão do mesmo Autor 3 *Sonetos* 2 *Décimas* e um *Romance*.

*História da América Portuguesa desde o ano de 1500 do seu descobrimento até o de 1724*. Lisboa por José Antônio da Silva Impressor d'El-Rei, e da Academia 1730. fol.

Desta obra fazem menção o adicionador da *Bib. Ocid.* de Antônio de Leão. Tom. 2. pág. 684. e as *Memórias de Trevoux*.

*Narrativa da expedição dos Holandeses à Bahia em 1638, extraída da obra in-fólio, publicada em Amsterdã em 1647: “História dos fatos recentemente ocorridos no Brasil e em outros lugares, durante oito anos, sob o governo do Conde João Maurício de Nassau escrita em latim por Gaspar Barleo —”.*

O Autor, depois de mencionar uma carta do conde ao príncipe de Orange em que lhe fala do desejo que tinha de atacar a Cidade de São Salvador, e de algumas circunstâncias que julgava favoráveis à sua realização, assim prossegue sobre o mesmo assunto:

Começou portanto (Nassau) a premeditar uma guerra maior e mais difícil – a da expugnação da *Bahia de Todos os Santos* e de sua metrópole, de que nos havíamos outrora assenhoreado com varonil denodo, mas que pouco depois perdêramos, pela desenfreada devassidão de seus guardas, com quase mulheril desatino.

Os diretores em repetidas cartas haviam prometido auxílios ao conde; porém demorando-se estes e declinando já a estação própria para empresas bélicas, o conde, cuja grandeza de ânimo era maior do que as forças que tinha então disponíveis, retirados os soldados de todos os presídios, recenseou três mil e quatrocentos holandeses e mil brasileiros. E juntos os quis brasileiros e holandeses por julgar que entre eles assim se levantaria a emulação do valor. Aprendera além disso, que a guerra na pátria corre diferentemente do que fora; que na pátria a devem pelear aqueles que as forças do país ministrarem, entretanto que em terra estranha pode o inimigo ser também vencido pelos seus, que impacientes de um domínio diuturno e feroz, mais ardentemente aceitassem os socorros externos. E conquanto bem soubesse Maurício que,

sendo mais poderoso o inimigo, não bastaria com aquela gente para a expedição empreendida, não desistiu contudo de seu propósito confiado nas tropas auxiliares que da Holanda todos os dias aguardava. Não menos o estimulavam os europeus, que não cessavam de urgi-lo para que aplicasse todos os seus cuidados e todos os recursos de sua inteligência a opugnavam da Bahia. Observação – que era aí o principal refúgio dos lusitanos, aí a maior força, e maior ornamento do rei das Espanhas; que em parte alguma haveria mais fábrica de açúcar, nem algures mais abundante presa; que esta Vitória podia brevemente submeter-nos todo o Brasil; que nenhuma Cidade enfim daria aos vencedores mais digno prêmio, nem ao inimigo perda mais certa. Da própria Bahia e Cidade do Salvador revelaram ao conde – queixar-se a gente dos presídios de falta de pagamento de soldo, mostrando-se por isso inclinada à mudança de coisas; não terem – Bagnuolo e o governador da Bahia – opinião acorde relativamente à guerra; serem-nos afeiçoados os habitantes, e nossos, se a fortuna o quisesse; de dia para dia transtornar-se e seduzir-se o ânimo dos lusitanos pela moderação, clemência e benignidade do conde para com eles, estar fraco o inimigo à míngua de armas e de víveres.

Assim acoroçado, e para que se não julgasse que nenhuma confiança tinha em sua fortaleza e na dos seus, nem na fortuna da guerra, antes quis expor-se aos arriscados lances das batalhas do que retardar em aborrecido ócio os proveitos e a glória da Companhia; sabendo também que nem sempre as forças se contrapesam na peleja, e que mais de uma vez com tênue esperança e pouca gente têm sido desbaratadas tropas numerosas. Esperava entretanto que lhe chegariam, ao começar o assédio, ou durante este, os socorros da Europa. Tendo pois de partir para uma guerra exterior, cuidou em dar todas as providências que pudessem assegurar suas províncias, quer de irrupções inimigas, quer de movimentos intestinos, a que sua ausência daria oportunidade.



O Recife foi confiado à guarda de cidadãos, que tomaram armas divididos em quatro companhias, além da de estipendiários que se lhes juntara, sob o comando de Nicolau Ridderus – cada uma com cento e trinta homens. Na Paraíba coube à Cidade Frederick uma guarnição de cento e cinquenta cidadãos, ficando apenas quarenta na ilha Tamarica<sup>1</sup> e Vila de Schupio.<sup>2</sup>

Assim, e segundo as circunstâncias o permitiam, estabeleceu também presídios em outros pontos do litoral.

Era em Abril de 1638, já em começo da estação chuvosa, quando, feita as preces com que piamente se iniciam os cometimentos, e providas de trigo, de armas e de outras munições de guerra vinte e duas naus para as necessidades do cerco – esperando o conde que melhor haveria do inimigo o mais que lhe fosse de mister –, sem demora, e chamado Giselino, senador da suprema e secreta Cúria, a ter parte nos conselhos, desferrou de Pernambuco sob favoráveis ventos no dia 8 do mencionado mês, e com felicíssima viagem de seis dias ancorou defronte da Bahia de Todos os Santos – viagem que em tal quadra do ano só costuma ser de quatro ou seis semanas.

Juntaram-se logo à frota nove naus que por ordem superior a tinham precedido nesta derrota, a fim de que tivessem diante de si, ao declinar do dia, a *Terra* chamada *Branca*, e não as perdesse de vista a nossa armada. Foram primeiro avistadas do mar a torre de Garcia d'Ávila e a de Santo Antônio. Tinha o conde resolvido entrar no porto no dia seguinte; mas sendo contrários os ventos, ficou algumas horas à entrada do rio Vermelho, demorando-se de indústria a bordejar.

---

1 Itamaracá.

2 O impresso é Schupeí e noutros lugares Schopil, Scepia civitas etc. Parece que seria a Vila da Conceição de Itamaracá: esta ilha fora tomada e saqueada por Segismundo von Schkoppe, donde talvez, mais ou menos alterado, derivasse aquele nome.

Isto enganou ao próprio governador da Bahia, o qual, suspeitando que ia transferir-se para aquele sítio toda a força da guerra e que se preparava um desembarque, fez quanto mais depressa mover para ali o exército, acompanhando-o Bagnuolo com suas tropas.

Mudados depois favoravelmente os ventos, ao meio-dia precisamente, deslizando-se rápido sobre as águas, penetrou o conde na Bahia por entre o fogo e o estampido dos canhões, que das fortalezas, dos navios e da Cidade, daqui e dali, rompiam em vão contra a frota. Achava-se esta sobre âncoras ao pé das próprias fortalezas inimigas, e o sol – além do meio-dia – dir-se-ia atento aos aprestos e movimentos dos holandeses. Logo depois passou a frota um pouco adiante do cabo do forte de São Bartolomeu, e desembarcou a tropa, sem que alguém lhe opusesse resistência, a milha e meia da cidade, em lugar mui cômodo, onde havia um monte escalvado e patente, sem árvores que o encobrissem, e cujos vales eram banhados de frescas e boas águas.

Levantando aí o acampamento e desembarcados prontamente todos os aparelhos bélicos e a bagagem, veio o conde a saber dos prisioneiros que a meia milha de nosso abarracamento havia um desfiladeiro de difícil trânsito, que só podia fazer-se a um e um de maré vazia, por causa das lagoas e dos campos circunjacentes de ilusória aparência, que vedavam a marcha da tropa em forma.

À vista disto mandou primeiro o comandante *Tourlonis* com trezentos balistários reconhecer o sítio; o qual encontrou aí mesmo o inimigo, que se entrincheirava junto ao estreito passo que já havia ocupado.

Obrigado pois a retirar os seus ante a força superior dos inimigos, fez ver ao conde a situação do lugar e os perigos da apertada vereda. Nada disto porém deteve a Maurício, receando que em deliberar se consumisse o tempo da ação; e pois formou sua tropa no monte em frente dos inimigos, ficando entre nós e estes o desfiladeiro.

Ordenou ao mesmo tempo a João Martins, comandante das naus, que seguisse em direitura para a Cidade com quatorze vasos: e que, surtos estes fora do alcance dos projéteis, aguardasse ulteriores ordens.

Nesta medida teve somente em mira o conde afastar daquele ponto, por outro medo maior, o inimigo; o qual vendo em risco a Cidade, destituída de guarnição como estava, para lá arrancou com os seus a toda a pressa, abandonando a perigosa passagem. Desta resolução discordavam todavia os oficiais,<sup>3</sup> que, persuadindo a travar peleja com os holandeses, e que o mais potente acesse primeiro o menos forte, extenuado da viagem e dos incômodos do mar, insistiam em que aos nossos só eram refúgio as praias, os navios e as águas, ao passo que tinham eles o da cidade e de seus arredores; e que portanto lhes seriam vantajosos o combate e o lugar. Cheia a maré, já não podia Nassau penetrar nesse dia no estreito caminho: no seguinte porém levantou o campo e marchou para o desfiladeiro, afim de rompê-lo se pudesse. Mas pressuroso tinha-o também a esse tempo ocupado de novo o comandante lusitano, que abandonou o posto depois de haver o conde, empregando peças de menor calibre, pelejado algum tempo com ele e derrubado muitos dos seus. Tendo ocupado e passado na mesma tarde o desfiladeiro, sobremodo admiramos a fuga insensata dos lusitanos, que com pouca gente teriam podido tão facilmente defendê-lo. Indo por diante, apenas a meia milha da cidade, encontramos por toda a parte e repelimos inimigos deitados nos caminhos, nas entradas e às margens dos rios – até que, fixados nossos arraiais na proximidade justamente das fortificações externas da Cidade, ficamos à espera do movimento do inimigo, o qual sob as muralhas e defendido do alto pelos canhões – dispusera, ao que parecia, sua gente para a peleja. Sem sair porém de seu porto não

---

3 Tribuni – oficiais superiores, coronéis talvez.



cessou de descarregar artilharia sobre os nossos, fazendo algum destroço nos soldados brasileiros nimiamente desassombrados.

Ocuparam os holandeses a fortaleza de Santo Alberto, construída de pedra, deixada pelos lusitanos; o que assegurou nosso acampamento de poder ser cercado e acometido.

Mandou-o ainda o conde circunvalar, e em seguida, por obra do oficial Brandius, e com pouca gente, recebeu por capitulação outro forte, o de São Filipe, assentado na praia, conquanto defendido por cinco bocas do fogo.

No dia seguinte tomou o de São Bartolomeu, guarnecido de treze aterradores canhões e bem-provido de copiosa bagagem. Senhores os nossos destas fortalezas, de livre acesso ficavam as naus para o transporte de víveres, de que só para oito dias podia ter provisão a tropa desembarcada.

Então erigiram-se por ordem do general duas plataformas para artilharia; uma para sete peças maiores, outra para duas menores, a que chamam *de campanha*.

Enquanto nos ocupávamos em colocá-las, fez o lusitano frequentes, mas incólumes, excursões, ora de trezentos, ora de quatrocentos dos presidiários. Estes porém foram por nós desalojados a tiro constante de balas das plataformas sobre a fronteira fortaleza das Rosas, levantada ao pé do monte.

Todavia, pela proximidade da plataforma inimiga, a cujos projéteis estava exposta, não a puderam os nossos ocupar e defender; assim que, estando entre as duas partes, a nenhuma já pertencia, sendo antes ocasião de glória bélica do que de vitória; antes disputada arena de homens ávidos de guerra, do que de combatentes ornados com os louros do triunfo. Para defesa da cidade prolongava-se uma *obra comuta*, ou *hornaveque*, no alto do Convento dos Carmelitas, donde era fácil descarregar contra a fortaleza e contra nós a artilharia. Elevaram-na ainda os da cidade em uma só noite de trabalho, com incrível ardor, a quatro pés de altura; de maneira



que, separados pela maceria assim alteada, nem podiam aqueles ser ofendidos pelos nossos, nem contra estes empregar suas máquinas de guerra. Sendo de interesse nosso expugnar esta fortificação, foram encarregados deste cometimento quatro capitães e quatrocentos soldados, acompanhados de vinte granadeiros e de duzentos operários; os quais animados pelo conde em linguagem militar (que em qualquer caso sabia ele haver-se com ânimos guerreiros), pondo-se em marcha cheios de coragem, encontram – oculto pelas árvores – um troço de quatrocentos soldados, com quem travam peleja de duvidoso sucesso, com perda quase igual para ambos os lados.

Rotas estas fileiras, em novo reencontro se viram com duzentas sentinelas, que dentro em pouco, postas fora da peleja as armas por indigno medo e pedindo em vão a vida, caíram vítimas dos furores da guerra.

Ao escurecer, sob tênue claridade da lua, dado o assalto à fortificação cornuta, depois de ativo e renhido pelejar de duas horas, tentaram os nossos escalá-la; mas frustrado esforço! para aí aduzira o inimigo todo o nervo da guerra, aí, o disseras empenhado na batalha suprema.

Dera isto ocasião a presumir-se que o prevenira algum trãnsfuga, visto que com tão válidas vigias não houvera ele até ali defendido seus postos.

Já havia sido alvo a assaltada hornaveque de mais de trezentas balas que com atividade sem igual lhe foram fulminadas, sem que defendendo-a – cedessem os lusitanos em esforço e intrepidez – como quem ali pugnava pela salvação da Cidade. Além disto punham eles o maior empenho, uma vez que tinham a superioridade do número, em cortar aos nossos lateralmente o caminho por meio de frequentes correrias a que opuseram aqueles corajosa resistência, com reforço de quatro companhias comandadas por





Hinderscnius; qual em sanguinolentos conflitos acerrimamente defendia o passo, perdidos muitos dos seus e dos inimigos.

Então, mortos o capitão Hauwinus e o arquiteto castrense Berchemius, quando inteiramente ocupados em apossar-se da artilharia dos contrários e em transportar soldados para a estância destes, declinou a sorte da guerra, e menos favorável aos holandeses tirou-lhes o melhor ensejo de fazer o que cumpria. Morreram os estrenuíssimos oficiais da antiga milícia Abraham Ebrechtus, Bowardus, Holngerus, e noventa e quatro soldados, pródigos de suas preciosas vidas em prol da glória nacional. Ao alvorecer jaziam aqui e ali, de envolta com os dos nossos, cadáveres de inimigos, cuja postura os indicava – fugindo – ou parados.

No mesmo dia pois resolveu-se pôr acordo de um curto armistício, cujo tempo foi empregado por uma e outra parte em inhumar os mortos. Os nossos (e foi a maior parte) cujos corpos estavam dentro dos valos dos inimigos, mereceram, senão a glória da vitória, ao menos, pelo lugar em que caíram, a da bravura e audácia militar.

Conseqüentemente o general da cidade, informado por prisioneiros e trânsfugas da exiguidade dos nossos, concluídos já os reparos que recentemente começara, e sendo muito superior em número de soldados, marchou contra nós, e levantadas plataformas nos cimos dos montes, atirava a seu salvo para as guarnições dos holandeses; o que não estava a nosso alcance impedir por haver de permeio paus, que ele ajuntara às suas trincheiras por uma linha de comunicação. Daí proveio a nossos arraiais o infortúnio de serem muitos todos os dias ceifados, e mais ainda feridos, pela artilharia inimiga.

Não a espaços, mas em ato contínuo, noite e dia disparavam furiosamente as máquinas bélicas sobre o descoberto acampamento; as quais, perniciosas aliás, maior dano causavam em consequência do tempo chuvoso, que, segundo bem conjecturava

o inimigo, retinha os soldados em seus pequenos tugúrios, bem que grande parte, deixando o abarracamento, se acoitasse nos esconderijos da terra e dos bosques. Demais – os destacamentos, ora de quinhentos, ora de seiscentos homens, que o conde enviara ao interior para impedirem os sitiados de forragear e para tomarem o gado, voltavam sem este, porque, guardados por forças muito mais consideráveis e pelas escoltas das victualhas, levavam aqueles inteiras para a cidade suas manadas. Acrescia ainda este inconveniente, que, estando os arraiais a um quarto de milha<sup>4</sup> da praia, fora fácil a passagem para a Cidade aos trânsfugas, por quem puderam ali informar-se da posição do campo, das forças, dos planos. Conquanto Nassau empregasse todo o cuidado em que os víveres não se transportassem para a Cidade por mar, entraram todavia navios carregados de trigo em noite escura e tempestuosa, que furtou a nossas vistas o inimigo, como das deste nos tirou também. E tão grande foram as tempestades, que numa noite doze navios, em muita distância entre si, perdidas as âncoras, encontraram-se com perigo de naufrágio.

À vista disto, e sabendo o nosso conde que nem sempre corresponde aos votos dos generais o êxito das guerras, e que a vontade divina não condescende sempre com os projetos humanos, dividido muitas com César o império de Júpiter, examinou rigorosamente – com o Senador Giselino e com os outros chefes militares de terra e de mar – o aspecto que apresentava a guerra, o estado do campo, e todas as particularidades das coisas: ponderou que foram e eram suas tropas desiguais em número às do inimigo; que ao apoucado exército apenas restavam – aptos para a guerra – dois mil e quatrocentos soldados e novecentos dos brasileiros, e com estes não podia defender seus postos, nem acometer o inimigo

---

4 quarto miliari – a tradução regular seria, quatro milhas, mas parece inadmissível essa distância.

bem-guarnecido de fortalezas e trincheiras, e muito menos embaçar que levassem para a cidade o necessário, estavam suas fortificações, continuou o conde, patentes ao inimigo que lhes ficava a cavaleiro; daí viriam certíssimamente a destruição e carnificina dos seus, entre os quais a estação invernosíssima terrivelmente produzia e alimentava moléstias, tendo morrido João Wendovillus,<sup>5</sup> comandante da guarda do general, o Capitão Israel Twynius, e muitos soldados, cujo número era quotidianamente cerceado, sem que houvesse prontos socorros: – pelo contrário cresciam a força e o exército do inimigo, chamados de todas as partes às armas os indígenas, segundo constava pelos trãnsfugas e pelas cartas interceptadas; o governador tinha nos presídios dois mil homens de infantaria – castelhanos e lusitanos; o Conde Bagnuolo trouxera em auxílio mil e quatrocentos, e oitocentos brasileiros; estavam em armas três mil cidadãos, entrando também eclesiásticos e estudantes; tinha aquele mais duas companhias de cavalaria, além de escravos negros e mulatos e da gente vinda dos campos, todos fornecidos de armas; e mais facilmente, disse em conclusão, pôde a maior número defender o que se possui, do que o menor tomá-lo.

Ocorria além disto ao conselho ir-se consumindo a força principal da milícia brasileira demorando-se inutilmente no solo inimigo, e estarem expostas aos estratagemas e ataques dos contrários nossas possessões existentes em outra parte, defendidas por diminutos presídios; que portanto eram preferíveis as cautelas aconselhadas pela razão às vantagens provenientes do acaso, sendo que os mais prudentes não aprovam a obstinação, nem resoluções desesperadas. Acordaram todos portanto em levantar antes o tentado cerco, do que arrastar a maior perigo e às alternativas dos acontecimentos o resultado geral da guerra; ser melhor conservar

---

5 Não conhecendo o tradutor na própria língua os nomes próprios, conservou-lhes as terminações latinas do autor.



o conquistado do que com esforço vão aguardar duvidosos eventos e perseverar no perigo. Cede às vezes à necessidade de escuta a voz da utilidade pública o ânimo generoso inferior ao poder da fortuna; a qual fará cair, se não adaptar-se melhor expediente, quem procura com pertinácia o arriscado.

Sem dificuldade se persuadiram disto os ânimos vazios de afeto ou independentes, que não os malévolos, ou os que avaliam somente pelos sucessos os dotes do general. E é de ordinário vício nosso julgarmos poder chegar o general com as armas até onde chegamos com os desejos, e franquear-se ao soldado tudo aquilo que a nossos anelos se franqueia; juízo que não faríamos se lá estivéssemos. Observam os historiadores fazer-se raramente uma retirada sem algum perigo; fê-la todavia hábil e militarmente.

Disposto e ordenado tudo para levá-la a efeito, embarcados a soldadesca e os aparelhos bélicos, bem como as máquinas tomadas ao inimigo, preparou sem estrépido a partida; e para que não desse por esta inoportunidade nossa tropa, nem ousasse alguma imprudência, havia já o conde de antemão ordenado o transporte de peças do campo para as naus, como para substituí-las por outras; o que também fora acreditado pelos soldados. Ordenou que por muitos destes fosse saqueada a ilha próxima, e retidas as mulheres dos brasileiros que os acompanharam à guerra, para arredar dos ânimos dos seus a suspeita de retirada. Além disso, ainda no momento da partida ocupou operários em reforçar as fortificações, levantar plataformas e fazer trincheiras, para que o inimigo não viesse a saber que iam retirar-se, e nesta ocasião, por estreitas veredas, lhes não atacasse a retaguarda. E de feito não deram disso fé os lusitanos, cuja artilharia, ao romper o dia, desabrida como antes descarregava atroadora sobre o nosso acampamento; até que, pelas nove horas da manhã, nenhum movimento sentindo já no campo, nem ruído de armas e de guerra, saíram de suas trincheiras e acharam vazios e abandonados os valos dos holandeses:

aí puseram fogo às cabanas, e da cidade demonstraram com tiros de peça a efusão de sua alegria.

No mesmo dia esteve ainda ancorada na baía a nossa frota dividindo-se a tropa pelos navios, e mandou-se à Cidade um corneta para tratar do resgate de sessenta prisioneiros – tentativa sem fruto ante o inimigo obstinado e de alegre mais insolente. E durante sua estada na cidade do Salvador aportou ali uma nau lusitana com dez peças por banda e numerosa gente de guerra, anunciando a vinda de socorros.

Em regozijo por esta notícia o governador, perdido o medo e como tendo o obtido seguridade, mandou salvar com três tiros. Não escapará de nossa armada esse navio dos lusitanos; mas o vento contrário nos impedia aproximarmo-nos dele, nutrindo em balde os ânimos ardentes esperanças de presa.

• • •

Assim termina Barleo a narração da malograda tentativa, da qual, no prosseguimento da história, apenas trata perfunctivamente em uma carta ao príncipe de Orange, dando daquele resultado.

O tradutor sente não ter podido reproduzir condignamente na língua de Barros e de Fr. Luiz de Souza o que o autor não hesitara em escrever na de Tito Lívio e de César.

Bahia, Novembro de 1878.





© 2012, Fundação Darcy Ribeiro  
Direitos desta edição pertencentes à Fundação Darcy Ribeiro  
Rua Almirante Alexandrino, 1991  
20241-263 - Rio de Janeiro – RJ  
www.fundar.org.br

1ª Edição. 1ª Impressão. 2014.

BIBLIOTECA BÁSICA BRASILEIRA – CULTIVE UM LIVRO

**Curadoria**

*Paulo de F. Ribeiro – Coordenação Geral*  
*Godofredo de Oliveira Neto*  
*Antonio Edmilson Martins Rodrigues*

**Comitê Editorial**

*Eric Nepomuceno – Fundação Darcy Ribeiro*  
*Oscar Gonçalves – Fundação Biblioteca Nacional*  
*Norberto Abreu e Silva Neto – Editora Universidade de Brasília*  
*Anibal Bragança – Fundação Biblioteca Nacional*  
*Lucia Pulino – Editora Universidade de Brasília*

**Produção**

*Editora Batel*

**Coordenação editorial**

*Carlos Barbosa*

**Projeto gráfico**

*Solange Trevisan zc*

**Diagramação**

*Solange Trevisan zc*

*Ilustrarte Design e Produção Editorial*

**Tratamento de textos da coleção**

*Clara Diament*

*Edmilson Carneiro*

*Cerise Gurgel C. da Silveira*

*Carina Lessa*

*Léia Elias Coelho*

*Maria Edite Freire Rocha*

**Projeto de capa**

*Leonardo Viana*

**Assessoria de Comunicação Fundar**

*Laura Murta*

Texto estabelecido segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.

DADOS INTERNACIONAIS PARA CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

P681h

Pita, Sebastião da Rocha, 1660-1738

História da América portuguesa / Sebastião da Rocha Pita. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 540 p.; 21 cm. – (Coleção biblioteca básica brasileira; 34).

ISBN 978-85-635-7447-3

1. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. I. Fundação Darcy Ribeiro II. Título. III. Série.

CDD-981.03

Roberta Maria de O. V. da Costa – Bibliotecária CRB7 5587



**Patrocínio:**



**Realização:**

Ministério da  
Cultura



**Impressão e acabamento :**







## **FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO**

### **Instituidor**

*Darcy Ribeiro*

### **Conselho Curador**

*Alberto Venâncio Filho*

*Antonio Risério*

*Daniel Corrêa Homem de Carvalho*

*Elizabeth Versiani Formaggini*

*Eric Nepomuceno*

*Fernando Otávio de Freitas Peregrino*

*Gisele Jacon de Araújo Moreira*

*Haroldo Costa*

*Haydée Ribeiro Coelho*

*Irene Figueira Ferraz*

*Isa Grinspum Ferraz*

*Leonel Kaz*

*Lucia Velloso Maurício*

*Luzia de Maria Rodrigues Reis*

*Maria de Nazareth Gama e Silva*

*Maria Elizabeth Brêa Monteiro*

*Maria José Latgé Kwamme*

*Maria Stella Faria de Amorim*

*Maria Vera Teixeira Brant*

*Mércio Pereira Gomes*

*Paulo de F. Ribeiro*

*Paulo Sergio Duarte*

*Sergio Pereira da Silva*

*Wilson Mirza*

*Yolanda Lima Lobo*

### **Conselho Curador – In Memoriam**

*Antonio Callado*

*Carlos de Araujo Moreira Neto*

*Leonel de Moura Brizola*

*Moacir Werneck de Castro*

*Oscar Niemeyer*

*Tatiana Chagas Memória*

### **Conselho Fiscal**

*Eduardo Chuahy*

*Lauro Mário Perdigão Schuch*

*Trajano Ricardo Monteiro Ribeiro*

*Alexandre Gomes Nordskog*

### **Diretoria Executiva**

*Paulo de F. Ribeiro – Presidente*

*Haroldo Costa – Vice-Presidente*

*Maria José Latgé Kwamme – Diretora Administrativo-Financeira*

*Isa Grinspum Ferraz – Diretora Cultural*

*Maria Stella Faria de Amorim – Diretora Técnica*





